Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Luana Carla Martins Campos Akinruli

A DESCONSTRUÇÃO DO ESQUECIMENTO EM CONTEXTO DE CONFLITO AMBIENTAL: ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA DA COMUNIDADE DE MIGUEL BURNIER, OURO PRETO, MINAS GERAIS

Belo Horizonte
2018

Luana Carla Martins Campos Akinruli

A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia, com ênfase em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Guimarães.

Área de Concentração: Arqueologia.

Linha de Pesquisa: Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo.

Belo Horizonte

Junho, 2018

306
A315d
2018

Akinruli, Luana Carla Martins Campos

A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental [manuscrito] : arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais / Luana Carla Martins Campos Akinruli. - 2018.

400 f. : il.

Orientador: Carlos Magno Guimarães.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.Antropologia – Teses. 2.Arqueologia - Teses. 3.Impacto Ambiental - Teses. 4.Pós-Colonialismo - Teses. 5.Patrimônio Cultural - Teses. I. Guimarães, Carlos Magno. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Aos desígnios do meu *Orí* que me fez (re)encontrar os meus *Ayò*.

Aos guardiães que também no *Ayé* guardam e abrem os nossos caminhos.

AGRADECIMENTOS

Eu tive muita sorte. Sorte pelo que deu certo e pelo que deu errado. O certo faz a gente ter um pouco de sossego para continuar, e o errado põe a gente no prumo para entender que a vida tem os desassossegos que nos tiram da pretensa sensação de segurança. Porque bem e mal andam juntos, e um só existe porque o outro está ali ao lado para nos advertir sobre os (in)fortúnios dos caminhos e descaminhos do estradão.

Seja em uma conversa, um toque de chegados, um susto, uma pedra no caminho, sou grata pelo percurso que tive de trilhar para chegar a esta pausa. E porque só acaba quando termina, e ainda não terminou. E porque noventa e nove não são cem. E porque são os meus pés que percorreram os caminhos, e não poderiam ser os de outrem. Mas eles estiveram ao lado, na frente, atrás, abaixo e até sobre os pés de muita gente. Muita mesmo! E mesmo para todos que não forem citados literalmente, saibam que a generosidade da partilha e a confiança da esperança são o que nos faz demasiadamente humanos.

À comunidade de Miguel Burnier, aos novos amigos, a todos do #tamojunto, gratidão por dividir conosco o que é essencialmente de vocês sem garantias. Sem vocês, não existiriam os sentidos.

Ao orientador, com quem ao longo de 15 anos eu tenho a gratidão de me sentar para aprender. Porque ao lado dele tempo nenhum será suficiente para aprender o que ele sabe sobre arqueologia. E que ensina com o rigor dos que exigem a responsabilidade da profissão – de professor e de pesquisador. E que confiou, e que deixou o barco ir na direção da autonomia, para se atracar na dimensão da construção do sujeito-pesquisador consolidado pela experiência.

À universidade, às instituições de fomento, ao programa de pós-graduação: nas pessoas de professores que participaram das orientações em disciplinas, nas bancas de qualificação, nas conversas informais, seja nas pessoas de alunos e corpo técnico que atuam diariamente no pulsar de tantos e por tantos, e que juntos lutam pela existência e permanência das universidades públicas como local de pensamento crítico na sociedade brasileira.

Às diversas instituições de pesquisa, sejam elas de cunho público ou privado, que estenderam seus profissionais e seus acervos para serem remexidos, revirados e criticados. Foram muitas! Mas, não poderia deixar de citar o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, fundamentalmente em nome do promotor de Justiça Domingos Ventura de Miranda Junior da 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto e sua equipe que, mesmo em ambiente hostil, persiste em manter o diálogo em pensar com e junto a todos.

Às relações de afeto, perenes e passageiras, mas que permitem a vida cotidiana se estabelecer e continuar pelo impulso das afinidades das afeições.

A cada um de vocês – e vocês bem sabem quem são – a gratidão ao máximo reconhecimento da produção e socialização coletiva destes resultados, mesmo que ainda parciais, que conformam o fechamento de um ciclo. Seguramente, os erros e equívocos desta tese são de minha exclusiva responsabilidade.

Agradecimentos a:

Aderval Filho
Alessandro Magno
Ana Maria Almeida
Ana Mercês
Anaeli Almeida
Andréa Zhouri
Andrei Isnardis
Ângelo Carrara
Antônio de Jesus
Antônio Xisto (Capitão Xisto) e família
Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), especialmente ao Monsenhor Flávio Carneiro
Arquivo Público Mineiro (APM) e Associação de Amigos do Arquivo Público Mineiro (ACAPM), especialmente a Thiago Vitral, Denis Soares, Márcia Alckmin, Isabela Ribeiro
Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP), especialmente à Helenice Oliveira
Associação Comunitária de Miguel Burnier (AMOBURNIER)
Associação do Projeto Estação Cultura (ASSOPEC)
Ayobami e Ayomide Akinruli
Biblioteca Nacional (BN), especialmente à Anna Naldi, Dayse Conceição, Jorge Câmara
Carlos Fortuna
Carlos Magno Guimarães
Carlos Roberto (Quarenta)
Casa Setecentista de Ouro Preto (Casa do Pilar)
Centro de Estudos do Ciclo do Ouro (CECO), fundamentalmente à Ângela Parma
Centro de Referência da Cartografia Histórica da UFMG
Cláudio Symansky
Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto (CODEMA)
Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI)
Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Cristiane Magalhães
Dalila de Fátima
Domingos Ventura
Edésio Pedrosa
Edilene de Almeida
Eduardo Vargas
Família Morais de forma estendida, mas fundamentalmente à Luís e Celeste Morais
Francisca e Édson de São Severino (Edinho)
Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)
Gláucia Caetano
Hilda Góes
Instituto de Inovação Social e Diversidade Cultural (INSOD)
Instituto Prístino
Irmã Teresa e Irmã Rita
João Paulo Martins
João Quites (Carumbé)
Jorge Eremites
Jorge Moreira (Azeitona)
José Alves Filho
José Cecílio Jerônimo (Mestre Jerônimo)
José Newton Meneses
Karenina Andrade
Karina e Carla Vasconcelos

Laboratório de Arqueologia Histórica da Fafich/UFMG
Laura Dias, Sílvia Regina e Maria Luiza Isaac Fernandes
Leonardo e Gabriela Mantovani
Lilian de Oliveira
Luciana Kamino, Flávio Fonseca e Iara Campos
Luciana, Eduardo e Henrique Medeiros
Ludimila Rodrigues
Luis Molinari
Luis Symanski
Magdalena (Madá)
Magno Conceição
Marco Antônio Costa (Marquinho)
Marcos Paula Miranda
Marcus Zucarelli
Marilécia Santos e Thiago Machado
Marilza e Geraldo Vasconcelos (Tuia)
Marina Camisasca
Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)
Miriam Hermeto e Gabriel Amato
Museu Casa dos Inconfidentes, especialmente à Romilda Mesquita
Paulo Gomes
Paulo Raimundo Lana, Edith e Paulo Rogério Lana (Tico-Tico)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN/UFMG)
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Promotoria Estadual de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais (NUCAM)
Raquel Oliveira
Randy McGuire
Rogério Costa
Rubens Caixeta
Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto
Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ouro Preto
Suely Moraes (Lilica)
Valter Lourenço (Cenoura)
Vanda e Vânia Vicente (Ninha)

Eni ó máa je oyin inú àpáta,
kò gbodò wo enu okó.

Aquele que almeja alcançar o doce mel dentro da rocha
nunca é incomodado pela lâmina torcida do machado.

Antigo Provérbio Yorùbá

RESUMO

Título: A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais

A partir da realidade de Miguel Burnier vivida pela experiência etnográfica, esta pesquisa buscou compreender os processos de construção de memórias dessa comunidade, cujas relações entre identidade e território se amparam em um envolvimento muito específico com o patrimônio cultural local e, notoriamente, com os bens arqueológicos. Realidade que, entre outros aspectos, está ligada à situação de conflito ambiental vivido pela comunidade após a instalação da mineração da Gerdau S. A., no ano de 2003, em uma afluência de arruinamentos sucessivos e repentinos. Na atual possibilidade de deslocamento forçado e destruição dessa comunidade, ela se amparou em diversas formas de resistência que incluem não somente as ferramentas legais, mas também armas simbólicas que são associadas à preservação de sua história e seus reflexos materiais, como os bens patrimoniais.

Assim, a pesquisa se dedicou a entender Miguel Burnier a partir do seu contexto histórico e de sua inserção regional no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, e sobretudo investigar os processos de patrimonialização na sociedade contemporânea, com suas disputas de forças sociais de diferentes interesses e perspectivas, especialmente no tocante aos estudos de viabilidade ambiental de grandes empreendimentos filiados à mineração de ferro no Estado de Minas Gerais.

O estudo buscou amparo teórico e metodológico na corrente do pós-colonialismo, de modo que, além de pesquisa histórica-documental e prospecções arqueológicas realizadas, empregando o uso do geoprocessamento, a pesquisa etnográfica enlaçou o escopo da construção de uma narrativa desenvolvida *junto*, *com* e *para* a comunidade. A interdisciplinaridade da investigação, sustentada fundamentalmente nas áreas da Arqueologia, Antropologia e História, exigiu a discussão sobre os limites e possibilidades desses campos científicos frente ao contexto de Miguel Burnier.

Palavras-chave: Arqueologia de Contrato; Arqueologia de Minas Gerais; Arqueologia Pós-Colonial; Memória Social; Patrimônio Cultural; Conflito Ambiental.

ABSTRACT

Title: The deconstruction o amnesia in environmental conflict context: archeology and ethnography of the community of Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais

From the reality of Miguel Burnier experienced by ethnographic experience, this doctoral research aimed at understanding the process of memories construction of the aforementioned community, whose relationship between identity and territory bolster in a very specific involvement with the local cultural heritage and, notoriously, with archaeological assets. The reality, among other aspects, interwoven with the environmental conflict situation experienced by the community after the installation of the Gerdau S. A. mining in 2003, in an affluence of successive and sudden ruin. Given the present possibility of forced displacement and destruction of this community, it has relied on various forms of resistance which included not only the legal tools but also symbolic weapons associated with the preservation of its history and its material reflexes, such as cultural heritage.

Thus, the research was dedicated to understanding Miguel Burnier from its historical context and its regional insertion in the Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, and especially to investigate the processes of patrimonialization in the contemporary society, with its social forces disputes of different interests and perspectives, especially with regard to the environmental feasibility studies of large iron ore mining companies in the state of Minas Gerais.

The study sought theoretical and methodological support in the postcolonialism rationale, so that in addition to profound historical documentary research and archaeological surveys carried out, using the use of geoprocessing, the ethnographic research encapsulates the scope of the construction of a developed narrative together with and for the community. The interdisciplinarity of the fundamentally sustained research in the areas of Archeology, Anthropology and History, exacts the discussion about the limits and possibilities of these scientific fields in the context of Miguel Burnier.

Keywords: Contract Archaeology; Minas Gerais Archaeology; Post-Colonial Archaeology; Social Memory; Cultural Heritage; Environmental Conflict.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E ACRÔNICOS

ADA – Área Diretamente Afetada
ACP – Ação Civil Pública
AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
AID – Área de Influência Direta
AII – Área de Influência Indireta
ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Geais
AN – Arquivo Nacional
APM – Arquivo Público Mineiro
APMOP – Arquivo Público Municipal de Ouro Preto
BN – Biblioteca Nacional
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
c. – Certamente
Cia. – Companhia
CECO – Centro de Estudos do Ciclo do Ouro
CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONEP – Conselho Estadual do Patrimônio Histórico
COPAM – Conselho de Política Ambiental
CRCH – Centro de Referência da Cartografia Histórica
CODEMA – Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
Cx. – Caixa
Doc. – Documento
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
f – Folha
fl. – Folha
fls. – Folhas

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto

FCA – Ferrovia Centro Atlântica S. A.

FCEI – Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FOBI – Formulário de Orientações Básicas

FVG – Fundação Getúlio Vargas

GER – Fundo da Gerdau Açominas S. A. no Arquivo Público Mineiro

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

ICFG – Instituto Cultural Flávio Gutierrez

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LOC – Licença de Operação em Caráter Corretivo

LP – Licença Prévia

Ltda. – Sociedade Limitada

MPMG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais

MPF – Ministério Público Federal

MTA ou MTPA – Milhões de Tonelada por Ano

NAMISA – Nacional Minérios S. A.

PCA – Plano de Controle Ambiental

Pc.– Pacotilha

PMOP – Prefeitura Municipal de Ouro Preto

S. A. – Sociedade Anônima

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais

SMCP – Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio

SMF – Secretaria Municipal de Finanças

SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

RADA – Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental

RAIAS – Relatório de Ausência de Impacto Ambiental Significativo

RAP – Relatório Ambiental Preliminar

RCA – Relatório de Controle Ambiental

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S. A.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

ROM – *Run of Mine* (unidade de minério na proporção de tonelada por ano)

S. A. – Sociedade Anônima

SBM – Siderúrgica Barra Mansa

SIAM – Sistema Integrado de Informação Ambiental

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SICON – Sistema de Informações do Congresso Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUPRAM – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UTM – Unidade de Tratamento de Minerais

v – Verso

VLI – Valor da Logística Integrada S. A.

SUMÁRIO

1. Introdução 15

2. Falar *com* outro e não somente *sobre* o outro: a força da fala está no encontro, o poder do conhecimento está na interlocução 25

2.1. Reflexões para uma Arqueologia Pós-Colonial: tempo e episteme 26

2.2. Arqueologia e Etnografia: a construção do conhecimento a partir de paradigmas (dos) outros 38

2.3. Os silenciamentos a ferro e fogo: o contexto de conflito ambiental 51

3. Os palimpsestos e as amnésias seletivas: de São Julião a Miguel Burnier, as estratigrafias da memória 58

3.1. As profundezas da história colonial – 1º estrato 60

3.1.1. Famílias Álvares Maciel e Freire de Andrade: a Fazenda dos Caldeirões e a Inconfidência Mineira 68

3.2. A Fábrica do Prata ou Fábrica Patriótica – 2º estrato 89

3.3. Os trilhos de ferro, a Usina Wigg e a “Revolução Industrial Brasileira” – 3º estrato 102

3.4. Siderúrgica Barra Mansa do Grupo Votorantim – 4º estrato 129

3.5. Complexo Minerário da Gerdau Açominas S. A. – 5º estrato 137

4. Memórias esquecidas, exiladas, marginalizadas: evocações sobre patrimônios, territórios e identidades em contexto de conflito ambiental 175

4.1. Experiências etnográficas: pesquisa de campo, encontro e interlocução 180

4.1.1. Por geografias outras: a comunidade e suas territorialidades 183

4.1.2. Miguel Burnier: interstícios entre (sobre)viver e resistir 240

4.2. Reivindicação de conhecimento é quebra do domínio: racionalidades distintas sobre os arruinamentos 263

5. Tornando visível o indizível: os arruinamentos e suas formas de resistência ..283

5.1. Para além das cartas marcadas: documentação e geoprocessamento como recurso de acesso aos interditos 290

5.2. Arqueologia da Mineração e da Siderurgia: alguns apontamentos para uma análise contextual 314

6. Considerações finais: a quem interessa inventariar, registrar, guardar, esquecer? 345

7. Referências bibliográficas 350

7.1. Bibliografia 350

7.2. Fontes documentais 370

7.2.1. Acervo físico 370

7.2.2. Acervo on-line 375

7.3. Fontes eletrônicas 377

8. Apêndices 378

9. Anexos 387

1. INTRODUÇÃO

> A língua tem indicado que a memória não é um instrumento para a exploração do passado, é antes o meio. (...) Quem pretende aproximar-se do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois "fatos" nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. (...) é indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho.
>
> In: BENJAMIN, Walter. Escavando e recordando. In. *Rua de mão única*. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. 2, p. 239.

A tese representa apenas uma pausa: tempo de condensar dados, fatos, fotos, sentimentos, refletir, criticar, elaborar e registrar em texto. Matéria bruta para dar forma e formato a séculos de história, se isso fosse possível. Uma pretensão de construir uma narrativa no contexto de análise de longa duração para criar uma tessitura que trame os enredos e discursos dissonantes, dispersos e complexos sobre Miguel Burnier, um distrito de Ouro Preto, município do Estado de Minas Gerais, Brasil. Difícil incumbência submetida, especialmente em contexto da grave crise política em que vivemos e a força dos movimentos (neo)conservadores na sociedade.

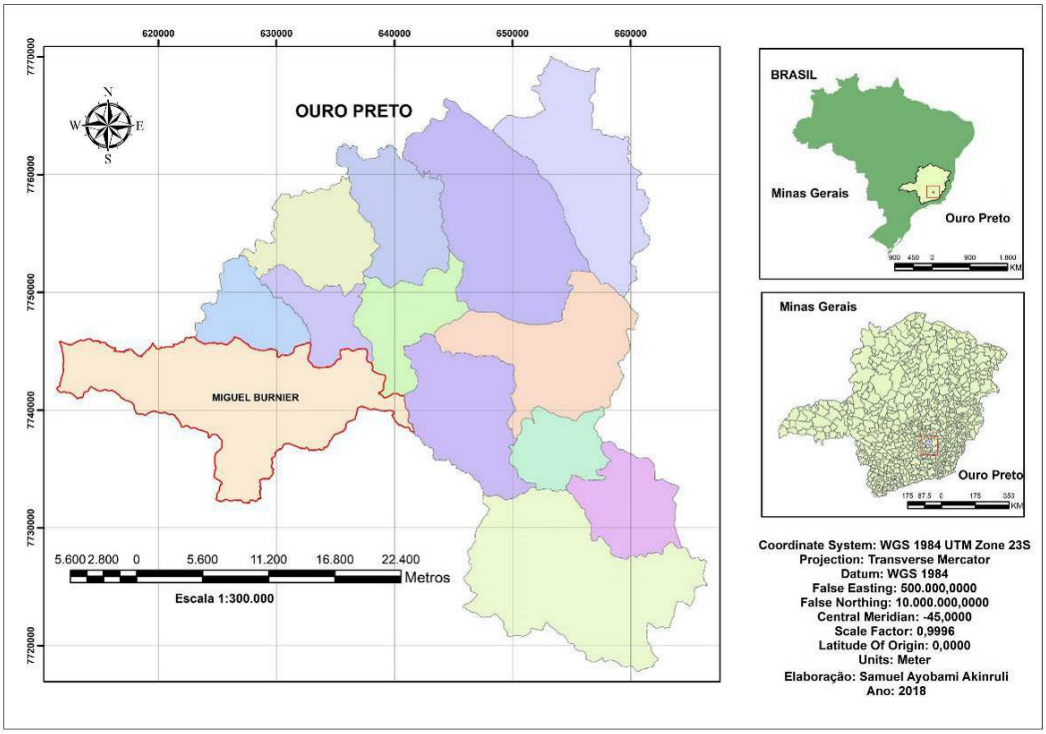


Figura 1 – Geolocalização do distrito de Miguel Burnier em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

O projeto da tese, apresentado no ano de 2013, procurava de maneira ainda muito ampla compreender o patrimônio arqueológico local por meio da gestão desses bens culturais materiais na perspectiva dos licenciamentos ambientais. E, para tanto, partia não somente de pesquisas e trabalhos de consultoria já realizados, mas fundamentalmente das pesquisas iniciadas com a experiência da produção de um dos diversos relatórios técnicos, fruto de vistoria pericial, para o Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG). Em especial, tratou do caso "Projeto Expansão Miguel Burnier II Fase 2, de responsabilidade da Gerdau Açominas S. A.", cujo inquérito civil foi instaurado em 2 de maio de 2013. Esse é apenas um entre as dezenas de casos judiciais abertos contra a Gerdau Açominas S. A. no distrito de Miguel Burnier pelo MPMG.

Além da própria situação peculiar de tratar de um laudo de uso judicial, que produz um grande volume de documentação adicional e de experiências etnográficas privilegiadas e específicas geradas a partir do relacionamento com os diferentes agentes e agências envolvidos com o caso, o estudo já incluía pesquisa bibliográfica e documental, seja concernente às dezenas de estudos ambientais de cunho técnico dos sucessivos empreendimentos minerários ali estabelecidos (como o Estudo de Impacto Ambiental/EIA e o Relatório de Impacto Ambiental/RIMA), seja pela documentação histórica pesquisada. Não menos importantes foram os dados levantados durante a perícia no que tange ao conteúdo arqueológico específico sobre a região, haja vista os locais interditos ao acesso dos cidadãos comuns, excetuando-se nas situações de vistoria.

Contudo, com o desabrochar do campo para a pesquisa, em outra situação menos privilegiada que na vistoria, recortes se fizeram necessários para dar atenção aos aspectos que se tornaram mais relevantes em caminho traçado entre os anos de 2013 e 2018. Uma inversão de olhares a partir do contato etnográfico com a comunidade foi essencial para tomar os rumos aqui registrados. A experiência etnográfica foi fundamental para dar o sentido não somente do conteúdo científico a que uma pesquisa como essa se propõe, mas para vislumbrar os usos políticos de uma tese. Porque, ao fim e ao cabo, toda pesquisa tem uma ideologia, haja vista que somos sujeitos inseridos em nosso tempo.[1]

[1] O verbete do dicionário de Norberto Bobbio já indicava o fato de que "não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à Ideologia pela frequência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos". Todavia, apreende-se aqui o "significado forte" de ideologia que, no "intrincado e múltiplo uso do termo, pode-se delinear, entretanto, duas tendências gerais ou dois tipos gerais de significado que Norberto Bobbio propôs chamar de 'significado

Entender Miguel Burnier a partir do seu contexto histórico e de sua inserção regional no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero e, sobretudo seus conflitos e suas gentes, permitiu ampliar a visão antes restrita aos bens culturais e aos vestígios materiais que refletem sua relevância histórica.[2] A pesquisa inicialmente em tons pastéis, com variações incontáveis do ocre das terras locais, passou por transformações de uma sorte imensa de matizes que refletiam intensamente as descobertas: de pessoas, de afetos, de histórias, de memórias, de cultura. Nada desacompanhado de muita dor e sofrimento, porque estar junto à realidade de conflito ambiental exige ter clareza das diferentes concepções de verdade, justiça e igualdade.

Inicialmente, a pesquisa de doutorado partiu do interesse de investigar os processos de patrimonialização na sociedade contemporânea, com suas disputas de forças sociais de diferentes interesses e perspectivas, especialmente no tocante aos estudos de viabilidade ambiental de grandes empreendimentos filiados à mineração de ferro no Estado de Minas Gerais. A pretensão era de indagar sobre a construção das noções de patrimônio cultural e de bens arqueológicos no contexto dos licenciamentos ambientais desenvolvidos em Miguel Burnier, usando-se de um repertório metodológico e conceitual advindo de pesquisas canônicas da Arqueologia.

---

fraco' e de 'significado forte' da Ideologia. No seu significado fraco, Ideologia designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 585.

[2] O Quadrilátero Ferrífero é possivelmente a maior província mineral conhecida no Sudeste do Brasil. Localiza-se na porção central do Estado de Minas Gerais e abrange uma área de 700.000ha. Tem por principais limites a Serra do Curral (a norte), a Serra de Ouro Branco (a sul), a Serra da Moeda (a oeste) e a Serra do Caraça (a leste). RUCHKYS, Úrsula de Azevedo *et al*. (Org.). *Patrimônio espeleológico em rochas ferruginosas*: propostas para sua conservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Campinas: Sociedade Brasileira de Espeleologia, 2015, p. 10. Atenta-se para o uso da expressão Quadrilátero Ferrífero-Aquífero – em oposição à elementar designação de Quadrilátero Ferrífero – como uma arena de debates sobre a pauta ambiental do modelo extrativista desenvolvido nesse território. Para além de sua caracterização geológica que dá destaque para as riquezas minerais, é relevante reforçar o repositório de drenagens associadas a duas das mais importantes bacias hidrográficas de Minas Gerais e do Brasil: a do Rio Doce e a do Rio São Francisco. *Cf*. <http://aguasdogandarela.ning.com/page/quadrilatero-aquifero> e <http://www.manuelzao.ufmg.br/comunicacao/noticias/impasses-d%C3%A3o-o-tom-no-1%C2%BA-debate-sobre-o-sinclinal-moeda>.
Essas questões de cunho semiótico expõem de maneira cabal o questionamento dos movimentos sociais sobre tripé mineração, desenvolvimento e sustentabilidade: o Quadrilátero é Ferrífero ou Aquífero? O que tem prioridade?

Além da prospecção arqueológica e da pesquisa histórica, o diálogo com outras fontes de pesquisa estaria relacionado com a documentação advinda dos diversos licenciamentos ambientais relacionados a Miguel Burnier. Na práxis, contudo, no universo de tomada de consciência e atuação na realidade, experimentou-se essa interação dialética entre teoria e prática e a tentativa de superação do entendimento superficial de que a contradição seria apenas um jogo de polos opostos. Isso fomentou a alteração dos percursos da tese, o que já era esperado, e mesmo comemorado, fruto de um amadurecimento da pesquisa, contudo, não anteriormente experienciado de forma abissal.[3]

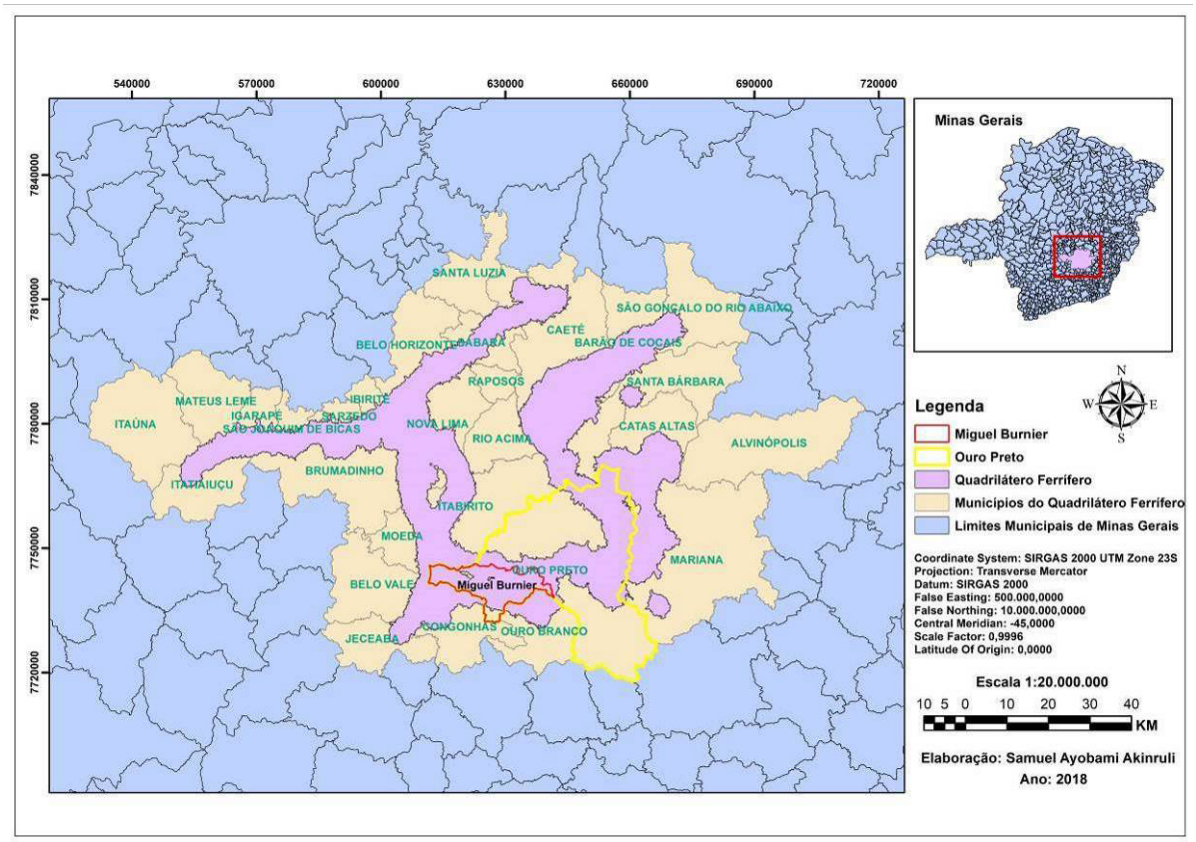


Figura 2 – O Quadrilátero Ferrífero-Aquífero na região central de Minas Gerais. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

No desdobrar da pesquisa, foi preciso largar algumas promessas, inverter alguns processos, buscar outras referências, recortar. Mas, depois de ampliar o

[3] Ressalta-se uma interpretação sobre o conceito de práxis, fartamente discutida na bibliografia marxista e que aqui é sublinhada nos termos do entendimento das obras do educador pernambucano Paulo Freire, cujo conceito embasou e perpassou por toda sua obra. “Práxis pode ser compreendida como a estreita relação que se estabelece entre um modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora”. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 3ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 325.

foco, ir apurando a visão para enxergar melhor a dinâmica de Miguel Burnier. Abrir mão para não expandir demais e perder o problema da pesquisa: dar forma é definir critérios e fundamentar escolhas. Ou seriam problemas? De todo modo, as indicações levavam para a forte conexão com o estudo de caso. Especialmente porque não estava claro o que seria considerado patrimônio cultural por todos os envolvidos, ou quais eram as dinâmicas que incentivavam o arruinamento dos bens de referência cultural ou, ainda, como se relacionavam com esse universo de bens que nós chamamos de patrimônio. Nesse caso, como proceder, se o que era considerado patrimônio arqueológico deixasse de ser, ou se ocorre o inverso, os bens arqueológicos fossem apropriados, reconstruídos, reutilizados? A leitura das marcas do tempo na paisagem em sincronias e diacronias.

Agora, a partir da realidade de Miguel Burnier vivida pela experiência etnográfica, a teoria veio dos dados, de modo que se buscou compreender os processos de construção de memórias e amnésias sobre essa comunidade, cujas relações entre identidade e território se amparam em um envolvimento muito específico com o patrimônio cultural local e, notoriamente, com os bens arqueológicos. Realidade que, entre outros aspectos, está ligada à situação de conflito ambiental vivido pela comunidade após a instalação da mineradora Gerdau S. A., no ano de 2003, em uma afluência de arruinamentos sucessivos e repentinos. Na atual possibilidade de deslocamento forçado dessa comunidade e destruição de uma cidade inteira, a comunidade se amparou em ferramentas legais, mas também simbólicas, associadas à preservação de sua história e seus reflexos materiais, como os bens patrimoniais. E daí coube o questionamento se, teórica e metodologicamente, seria possível produzir conhecimento fazendo referências a quais modelos conceituais? Há como explicar o que ali se passa?

Miguel Burnier possui uma história bastante complexa e profunda, mas que quase nunca é evidenciada e divulgada, especialmente pelos interesses minerários de grandes empresas de mineração que desde sempre exploram suas terras. Se conhecimento é poder, a memória é uma arma. Em seu contexto colonial, há ali os vestígios arqueológicos da mineração de ouro setecentista, além do sítio da fazenda de dois notórios envolvidos com a Inconfidência Mineira, local onde se reuniam secretamente para conspirarem. Existem ruínas de igrejas dos séculos XVIII e cemitérios que expressam o vigor econômico do polo de mineração de ouro na época colonial.

Também há os vestígios da Fábrica Patriótica, que conseguiu promover em escala industrial a siderurgia no Brasil. Tem um conjunto ferroviário e industrial de fins do século XIX, ligado à Usina Wigg, a primeira no país a explorar manganês e que, posteriormente, dedicou-se ao ferro, berço da "Revolução Industrial Brasileira". Ali também se desenvolveu a Usina Barra Mansa, que depois passou a fazer parte do Grupo Votorantim e, atualmente, à Gerdau. Dispersos na paisagem existem sítios de vilas operárias, de conjuntos ferroviários, e um patrimônio arquitetônico e religioso de grande envergadura.

Este estudo buscou amparo teórico e metodológico na corrente do pós-colonialismo, de modo que, além de pesquisa documental e prospecções arqueológicas realizadas, a pesquisa etnográfica enlaçou o escopo da construção de uma narrativa desenvolvida *junto*, *com* e *para* a comunidade. Isso porque, justamente na situação de conflito ambiental, as percepções outras sobre o que é de referência para o coletivo que ali resiste redirecionam os usos sociais e entendimentos sobre o patrimônio arqueológico, a história e os mecanismos de memória que são acionados sobre o lugar. Nesse caso, as ferramentas de geoprocessamento foram fundamentais para evidenciar muitas questões que os documentos e/ou os nativos apontaram, mas que não constam como de relevância nos processos de licenciamentos ambientais do local, ou que não puderam ser prospectados por estarem em propriedade particular da mineradora.

A interdisciplinaridade da investigação, amparada fundamentalmente em pesquisa histórica, arqueológica e antropológica, exigiu a discussão sobre os limites e as possibilidades desses campos científicos frente ao contexto de Miguel Burnier.[4] É válido mencionar as guinadas que a pesquisa tomou frente às duas qualificações a que foi submetida. Com este texto, buscamos preencher as páginas em branco com a riqueza da experiência da pesquisa de campo, com as referências nem sempre canônicas da arqueologia e da etnografia, com o fim de extrapolar as premissas teóricas pelas experiências práticas. E a narrativa, a forma da escrita,

[4] Segundo Olga Pombo (2008), a "verdade é que não há nenhuma estabilidade relativamente a este conceito". Mas, em "contexto epistemológico", a abordagem interdisciplinar pode ser entendida como uma estratégia dos campos científicos (BOURDIEU, 2003), que leva em consideração a discussão de que a ciência é um campo social como outro, que possui suas relações de formas e agenciamentos de monopólios, com lutas e estratégias em torno de interesse específicos e de relações objetivas entre as posições adquiridas pelos seus participantes. POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Revista do Centro de Educação e Letras*, v. 10, n. 1, p. 9-40, 1º sem. 2008, p. 09-10. *Cf*. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Unesp, 2003.

também teve de se adaptar à tentativa de apresentar o resultado da experiência em diálogo com a bagagem acadêmica possuída.

Nesse ponto, distanciamos em alguma medida as pesquisas feitas sobre demanda que passaram a ter leitura crítica integrada às esferas políticas e científicas, de modo a expor a aproximação ao tema de pesquisa, o seu *modus operandi*, aos seus resultados imediatos. Mas o capital cultural acumulado no trato com o patrimônio cultural e com pesquisas arqueológicas no contexto do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero permitiu entrever os agentes e agências filiados aos processos de construção de narrativas sobre o lugar: o que se lembra, o que se esquece, o que se registra. E a tese é também uma forma de registro que pretende não simplificar as leituras sobre o lugar, mas torná-las mais críticas.

Nesses interstícios, a estrutura da tese fragmenta e reúne as abordagens interdisciplinares de modo a privilegiar o estudo etnográfico da comunidade de Miguel Burnier, para compreender a relação entre a situação de conflito ambiental, com anseios de retirada da comunidade, e a percepção da comunidade frente aos seus patrimônios culturais que balizam suas relações com o território, identidades e memórias. E os vestígios arqueológicos no panorama desse lugar em arruinamento são chaves importantes de interpretação, ao se mostrarem polissêmicos e dinâmicos: repentinamente, construções da comunidade se tornam ruínas e, em ritmo ainda mais violento, as ruínas se arruínam em tempo veloz.

Após esta introdução feita no Capítulo 1, no Capítulo 2 da tese desenvolvemos uma reflexão teórica sobre a conformação das práticas arqueológicas no contexto contemporâneo em que nos esforçamos para contribuir para o exercício de fala e de escuta dos sujeitos, seja pela necessidade de intercambiar a linguagem entre o material e o imaterial da cultura, seja pela sensibilidade em inserir e dialogar *com* o outro no contexto de pesquisa. Nessa seara, um ponto de clivagem ou de quebra de paradigmas em relação aos estudos da arqueologia é apontado como sendo a sua imbricação com outros campos científicos, a exemplo da antropologia e, assim, lançando mão da etnografia como relevante base teórico-metodológica. A problematização da experiência de pesquisa e do pesquisador por meio da etnografia transita, nesse capítulo, em campo da arqueologia por meio de influências do pós-colonialismo, o que se justifica pelas idiossincrasias do contexto de pesquisa – a situação de conflito ambiental.

O conflito ambiental e suas nuanças no cotidiano de Miguel Burnier permitem acessar e entrever um conjunto maior de relações – locais, regionais, nacionais, internacionais – nas quais a comunidade está inserida e das quais, simultaneamente, resulta. De modo geral, o capítulo explicita um dos caminhos necessários à pesquisa que foi o de aprofundamento teórico como um laboratório para pensar de modo comparativo e contraditório conceitos, métodos e modelos analíticos entre campos das ciências sociais. E, para o realce adequado ao que seria resultado desse mergulho, optamos por um capítulo exclusivo à discussão teórica, que, por sua vez, permite o relevo também adequado aos conteúdos discutidos nos capítulos seguintes de forma a abrandar uma possível leitura de veemente separação entre teoria e prática.

O capítulo seguinte da tese – Capítulo 3 – apresenta a verticalização do conhecimento sobre o lugar, por meio de pesquisa histórica que perpassa cerca de quatro séculos. A contradição posta entre o recorte cronológico tão extenso e uma profundidade de conhecimentos desejada é fundamentada pelos filtros temáticos da escolha de narrativa do capítulo. O enfoque foi dado por meio dos registros materiais ou memorialísticos que foram apontados pela comunidade e que nela conformam a noção de pertencimento e, portanto, de identidade.

Tratamos de abarcar momentos críticos da ocupação colonial, imperial e republicana que conformaram vestígios materiais ainda hoje presentes em Miguel Burnier como palimpsestos, de forma a expor cinco estratigrafias da memória. Foram acessados diversos arquivos nacionais e internacionais, com acervo físico e on-line, para o cruzamento de dados que contemplassem uma investidura sobre o conhecimento histórico do lugar. Da leitura paleográfica ao registro audiovisual, do século XVIII ao XXI, fontes em diversos suportes foram analisadas para problematizar uma questão central ao capítulo: se Miguel Burnier tem uma história tão profunda, por que pouco se fala sobre o lugar, seus patrimônios, suas gentes?

Assim, junto ao ato de lembrar, tem-se o esquecer. E intrínseco às profundas estratigrafias da memória ali postas, ocorrem os processos de seleção – seja conscientemente seja inconscientemente – do que se deseja dar o direito à vida ou à morte pela memória. Existem amnésias e recordações seletivas, em um processo de construção de palimpsestos que estão em franca disputa com diversos agentes e

agências da sociedade. Caminhos percorridos pelos meandros obscuros que levam ao desejo de abrir a *caixa de Pandora*.[5]

O capítulo seguinte da tese – Captíulo 4 –, por sua vez, evoca por meio prioritariamente da experiência etnográfica a situação de contato e de conhecimento com as gentes.[6] Lugar onde vivem, celebram sua existência, residem, trabalham, guardam suas identidades e constroem suas fronteiras marcadas pela relação com seus próximos e com os outros, suas cacofonias. O lugar que foi escolhido pelos ancestrais é o lugar dos descendentes e, portanto, é um lugar a ser defendido: é identitário, relacional e histórico. O capítulo intenta abordar a complexa teia de alteridade: como *os daqui* acabam por se tornar *os outros*, o que se concretiza por meio do recurso de metonímias.

E, por fim, o último capítulo – Capítulo 5 – detém-se às questões da arqueologia a partir do viés da experiência etnográfica: *junto*, *com* e *para* a comunidade, as referências culturais foram registradas no território, de forma a abarcar sua historicidade no diálogo entre espaço e tempo e cruzando o viés das múltiplas racionalidades ali presentes e definidoras do que importa ser inventariado. Para tanto, foi necessário um tratamento documental e geoespacial mais aprofundado, que permitiu tecer conversações com a dispersão dos vestígios arqueológicos e, portanto, concedendo uma representatividade detalhada e ampliada sobre suas especificidades. Tal qual o segundo capítulo, o recorte temporal lançou mão de uma contextualização mais ampla que inclui aspectos históricos em diálogo síncrono e diacrônico.

Algumas considerações finais são tecidas – Capítulo 6 – de modo a encerrar o trabalho com a retomada de questões fundamentais: a quem interessa inventariar, registrar, guardar, esquecer? Seguido das referências bibliográficas e documentais, nos apêndices existem alguns mapas em formato maior para permitir melhor visualização de alguns dados evidenciados pelo geoprocessamento.

---

[5] Ao titã Prometeu da mitologia grega é creditado um papel crucial na história da humanidade, já que roubou a dádiva do fogo para dar aos mortais, pois era seu desígnio ajudar a humanidade. O fato de ele ter roubado o fogo dos deuses para dar aos humanos provocou a criação de Pandora, uma mulher de barro que carregava uma caixa de segredos dada pelos deuses. Ao abri-la por sua curiosidade, de dentro saíram todas as doenças, infortúnios e desastres que afligem a humanidade. Pandora tentou fechar a caixa, mas cada vez mais saíam desgraças que cobriam a Terra. A única coisa que ela conseguiu manter lá dentro, com exceção de todos os males que levam à morte da humanidade, foi a esperança. *Cf*. MITOLOGIA. Mitos e lendas de todo o mundo. Global Book Publishing Pty Ltd., 2003, p. 29.

[6] “Nosso primeiro compromisso é com as gentes, não o capital.” *Cf*. ROCHA, Bruna Cigaran da *et al*. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a Arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 130-140, jul. 2013.

Ao leitor, ressaltam-se ritmos e formas de escritas diferentes entre os dois primeiros e os dois últimos capítulos da tese: enquanto nos primeiros as referências bibliográficas e de fontes aparecem de forma vigorosa, nos dois últimos essas passagens são diluídas em uma incursão ao *locus* da pesquisa, sobressaindo um universo visual das pesquisas de campo em Miguel Burnier, sem ter a pretensão de criar um realismo etnográfico. Foi uma opção estética, mas também estilística, epistemológica e política, que cumpre com o desejo maior de deixar que o leitor também acompanhe os passos e os processos de construção da pesquisa, e de como a experiência foi transformada em conhecimento. Também foi nesses dois últimos capítulos que aconteceu uma maior envergadura do uso das ferramentas do geoprocessamento.

Espera-se cumprir ao fim da leitura, ao menos em parte, com as expectativas criadas a partir dos objetivos aqui sumariamente traçados nesta introdução, e afirmando, desde já, a consciência dos limites deste estudo.

******

2. FALAR *COM* OUTRO E NÃO SOMENTE *SOBRE* O OUTRO: A FORÇA DA FALA ESTÁ NO ENCONTRO, O PODER DO CONHECIMENTO ESTÁ NA INTERLOCUÇÃO

Este capítulo se propõe a provocar uma reflexão interdisciplinar a respeito da problemática da alteridade a partir das investigações no campo da antropológica, mais especificamente da arqueologia. Pretende-se analisar como ocorre a conformação das práticas arqueológicas no contexto contemporâneo, que configura critérios de seleção de um acervo de bens específicos da cultura, e que reflete, por sua vez, o que deve ser esquecido ou aquilo que tem o direito de ser rememorado pela sociedade. Visa, também, contribuir para o exercício de fala e de escuta dos sujeitos, de forma a problematizar a experiência de pesquisa e do pesquisador por meio da etnografia e das discussões no campo da arqueologia pós-colonial, o que poderia promover um ponto de clivagem ou de quebra de paradigmas em relação aos estudos da arqueologia.

A provocação sobre a consideração da arqueologia nos termos de sua prática e, portanto, a reverberação em sua teoria, leva-nos a problematizar sobre a identidade da arqueologia e de seus praticantes, os usos e funções sociais, o reconhecimento social e as disputas por legitimidade de seu campo de atuação no contexto recente. As diversas e controversas arqueologias residem fundamentalmente nos relacionamentos e desdobramentos entre teoria e prática, pautados na compreensão de que o exercício da arqueologia está centrado na análise, de forma mais abrangente, da cultura material. A questão que se insere neste capítulo é em que medida seria possível fomentar uma arqueologia que também problematize o seu próprio *savoir-faire* e que questione o seu *locus* de conhecimento.

A primeira parte do texto apresenta uma visão geral da abordagem arqueológica em diálogo com o suporte teórico do pós-colonialismo, explicitando as especificidades do contexto de globalização frente às disputas políticas e epistemológicas dos lugares de fala e de escuta. A segunda parte do texto explicita os diálogos possíveis entre a arqueologia e a etnografia, propondo não somente restringir a ser uma plataforma de entendimento de contextos e povos específicos em seu diálogo com a cultura material, mas também na construção de conhecimentos teórico-metodológicos a partir de paradigmas outros, no qual se fundamenta na premissa de se falar *com* o outro, e não somente *sobre* o outro; permitir a fala do outro, e não falar pelo outro. Por fim, a

terceira parte do texto evidencia alguns pontos específicos à pesquisa em contexto de conflito ambiental que definem e amplificam as discussões entre a teoria e a prática.

2.1. Para uma Arqueologia Pós-Colonial: tempo e episteme

Diferentes agentes e agências em diversos âmbitos atuam em foco nas questões específicas relacionadas ao patrimônio arqueológico, cujo viés do entendimento de suas práticas, representações e discursos é objeto à parte. Os velhos e os novos conhecimentos arqueológicos são amplamente debatidos no contexto teórico-metodológico contemporâneo da arqueologia, sem, necessariamente, promover uma maior reflexão a respeito de sua prática.[7] Vários são também os esquemas interpretativos empregados pela arqueologia ao longo de menos de dois séculos de conformação desta área, com diversos enfoques e possibilidades. O ofício da arqueologia pode ser analisado como uma arena de debates e disputas que, nas últimas décadas, especialmente no ambiente anglo-americano, projetou-se mais teoricamente sobre os limites das dualidades entre aqueles que se identificam com as correntes processualista *versus* aqueles filiados à linha pós-processualista.[8]

De modo geral, ao grupo dos processualistas – também denominado de Nova Arqueologia –, que surgiu nas décadas de 1950-1960, é declarado que sua análise arqueológica estava circunscrita a princípios gerais do comportamento humano, de forma a estabelecer generalizações interculturais da relação entre o ser humano e o mundo natural. Por sua vez, os pós-processualistas, autointitulados Arqueologia Interpretativa/Contextual, que surgiram em fins da década de 1970 e princípios dos anos 1980, desenvolveram uma crítica às conclusões objetivas e materialistas da arqueologia praticada até então. Os pró-processualistas, influenciados pelos movimentos pós-estruturalistas, defendiam uma nova prática arqueológica, fundamentada nas interpretações do universo simbólico e na tentativa de apreensão da diversidade da sociedade.[9]

---

[7] OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Capítulo VIII – Por uma arqueologia socialmente engajada. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JR., Charles; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (Org.). *Identidades, discurso e poder*: Estudos da Arqueologia Contemporânea. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005, p.118.
[8] *Cf*. BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, v. 28, p. 217-225, 1962. HODDER, Ian. *Theory and Practice in Archaeology*: London; New York, 1995.
[9] *Cf*. TRIGGER, Bruce. *História do pensamento arqueológico.* São Paulo: Odysseus Editora, 2004. RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Archaeology*: Theories, Method and Practice. London: Thames & Hudson, 2004.

Essas diversas controvérsias, ainda hoje bastante vigorosas, de toda forma, residem fundamentalmente nos relacionamentos e desdobramentos entre teoria e prática, o que levou Michael Shanks e Randall McGuire a constatarem a existência de uma "uncertainty about how to connect academic archaeology, rescue archaeology, and cultural resource management, or how archaeology should relate to the public interpretations and uses of the past".[10] A questão inserida é se seria possível uma arqueologia de balizas científicas que fosse democrática, simétrica, apesar das muitas, incomensuráveis e controversas arqueologias produzidas atualmente. De toda forma, nesta citação é possível apreender uma perspectiva de fundamental relevância à compreensão do exercício da arqueologia e de seus envolvimentos com a análise da cultura material de forma mais abrangente: a arqueologia acadêmica é um campo de prática diferente da arqueologia de salvamento – também chamada de arqueologia de contrato –, que, por sua vez, é distinta das pesquisas do campo do patrimônio cultural de forma mais abrangente.

A provocação sobre a consideração da arqueologia nos termos de sua prática e, portanto, a reverberação em sua teoria, leva-nos a problematizar a identidade da arqueologia e de seus praticantes, os usos e funções sociais, o reconhecimento social e as disputas por legitimidade de seu campo de atuação no contexto recente. Enquanto a Nova Arqueologia da década de 1960 resolvia facilmente essa equação afirmando que a arqueologia seria um conjunto de técnicas – especialmente relacionadas à escavação –, encontramo-nos atualmente em condição mais inquietante.

Os autores Shanks e McGuire, apesar de não proporem outra nova arqueologia, iluminam a possibilidade de algumas saídas para os dilemas arqueológicos contemporâneos por meio de uma mediação ou reconciliação das várias esferas de interesses e necessidades do campo de atuação da arqueologia situadas, por exemplo, na união entre teoria e prática, entre trabalho cognitivo e emotivo, entre arte e artesania, entre o presente, o passado e o futuro.[11] O trabalho arqueológico seria, portanto, uma experiência ao mesmo tempo social e individual, que se relacionaria com experiências sociais da prática arqueológica como pertencente a uma comunidade arqueológica que subscreve um discurso acadêmico e, portanto, científico. Sobre este

[10] Tradução da autora: "a incerteza sobre como conectar a arqueologia acadêmica, a arqueologia de salvamento, a gestão de recursos culturais, ou como a arqueologia deve se relacionar com as interpretações sociais e usos do passado". SHANKS, Michael; MCGUIRE, Randall H. The Craft of Archaeology. In: THOMAS, Julian. *Interpretive Archaeology*: A Reader. London: Leicester University Press, 2000, p. 56.
[11] *Idem*, p. 61.

ponto, é interessante o debate que se desdobra no panorama contemporâneo, cujo raciocínio leva às contribuições existentes no diálogo entre etnografia, antropologia, história e arqueologia.

De pensamento menos conciliador que Michael Shanks e Randall McGuire, o arqueólogo e antropólogo colombiano Cristóbal Gnecco se propõe a produzir uma arqueologia sob o prisma e a partir de outro *locus*: uma arqueologia pós-colonial melhor chamada pelo autor de "indigenización", que seria um "proceso de conversión de la arqueología metropolitana em arqueologías nacionales".[12] Sugerindo uma análise "meta-arqueológica", Gnecco insere a problemática da globalização pós-moderna e, portanto, da emergência da cultura local e da heterogeneidade cultural na práxis do arqueológico, manejando para isso tanto autores da teoria arqueológica quanto dos estudos pós-coloniais. Os lugares de onde se fala, para quem se fala, como se fala, são questões centrais nos estudos pós-coloniais. E, neste caso, a problemática do enunciado fundamenta os procedimentos de construção do conhecimento e, portanto, a prática e o próprio *métier* do arqueólogo.

Para Cristóbal Gnecco, o entendimento pós-moderno da globalização vivida em fins do século XX é ainda mais totalizante que aquele vivido em momento anterior, durante a modernidade, haja vista que atualmente é constituída uma vivaz dinâmica de homogeneização cultural por meio da condição da proeminência das heterogeneidades locais. Neste ponto, o arqueólogo estabelece um franco diálogo com o antropólogo indiano Arjun Appadurai, ao desenvolver a ideia de que a "domesticación local de lo global" criou uma espécie de globalização vernácula mais proeminente que as forças da homogeneização modernista. Assim, a globalização pós-moderna traz consigo uma grande e contraditória heterogeneidade cultural, mas que é traduzida em localismos, ou seja, passam a ser relevantes ou destacadas as culturas locais dos ambientes colonizados frente à profusão de informações globais especialmente advindas do universo outrora metropolitano. Essa é uma dinâmica complexa e que deveria ser foco

[12] Tradução da autora: "processo de conversão da arqueologia metropolitana em arqueologias nacionais". GNECCO, Cristóbal. La Indigenización de las Arqueologías Nacionales. *Convergencia*, n. 27, p. 133-149, enero-abril 2002, p. 133. É preciso fazer um adendo a respeito do uso do termo indigenização que foi amplamente discutido por Marshal Sahlins na situação de sua crítica feroz aos estudos culturais, nos quais, os pós-coloniais se inserem. Para o autor, esse seria um processo há séculos em percurso, de modo que não estariam as populações do tempo da globalização mais passíveis a processos de aculturação. "Os peritos da e na globalização – tanto na academia quanta na economia – que agora nos conclamam a ir além da observação de que as sociedades locais indigenizam a ordem global são as mesmas que, antes, diziam-nos para ignorar essa possibilidade". Cf. SAHLINS, Marshall. *Esperando o Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 76.

de interesse das arqueologias praticadas em ambientes colonizados em oposição às chamadas “arqueologias metropolitanas”.[13]

No diálogo com Appadurai, Gnecco estabelece o uso e a aplicabilidade analítica do conceito de “multivocalidade” – filiado à existência simultânea e legítima de distintas vozes históricas – no exame discursivo da própria tradição disciplinar da arqueologia, indagando sobre as diversas arqueologias existentes e surgidas através do processo de “indigenización”. É relevante sublinhar que Appadurai destaca ainda que a territorialidade, essa dimensão da nação moderna, é relevante para a análise no contexto pós-colonial, haja vista que a implosão das referências territoriais na visão pós-moderna – o que o autor trata de translocalidades – torna as referências culturais nacionais frágeis e, portanto, redefine as relevâncias geográficas nos contextos pós-nacionais.[14]

Deve ser registrado que a categoria pós-colonial compreende um campo aberto de disputas, especialmente políticas e epistêmicas, que partem de problematizações iniciais advindas do meio acadêmico dos chamados estudos culturais, passando pelos estudos da diáspora do colonialismo e da experiência colonial, multiplicando-se na interdisciplinaridade do pós-colonial como conceito e como campo de estudos em referência à situação global contemporânea. O economista e sociólogo Sérgio Costa afirmou que o pós-colonialismo compartilha, em meio às suas diferentes perspectivas, do “caráter discursivo do social”, do “descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos”, do “método da desconstrução dos essencialismos” e da “proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade”.[15] Em outras palavras, o pós-colonial consiste em um movimento epistêmico, intelectual e político com argumentos comprometidos com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade.[16]

Uma breve genealogia do pós-colonialismo aponta para o uso do termo pós-colonial, a princípio, no seu entendimento como categoria que expressa determinado contexto histórico: o tempo das emancipações nacionais, o momento das descolonizações do chamado Terceiro Mundo, especialmente na situação do pós Segunda Guerra Mundial, no qual a herança dos processos de independência

[13] *Idem*, p. 133.
[14] *Cf*. APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, p. 7-32, nov. 1997.
[15] COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos*: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 83-84.
[16] BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, maio-agosto de 2013, p. 91.

deixaram como escarificações a dependência econômica – apesar da prometida independência política –, associada à ausência de infraestrutura administrativa e de *expertise* no novo Estado Nacional.[17]

Ademais, a noção de pós-colonialidade também carrega seu entendimento ligado a um *corpus* de conhecimento e a um campo epistêmico que possui argumentos centrais filiados ao debate no descentramento das narrativas e dos sujeitos, na desconstrução dos essencialismos e nas críticas às concepções dominantes de modernidade, de forma a fazer referência às diversas situações de opressões, tomando como cerne os estudos de identidades de gênero, relações étnicas e raciais. Para os autores dessa corrente, há uma discussão complexa sobre as identidades, sendo este o ponto crucial que permitiria rastrear o lastro colonial.[18]

Essas duas dimensões do termo – a dimensão temporal e a dimensão crítica –, de acordo com o sociólogo jamaicano Stuart Hall, produzem, além de uma ambivalência dos sentidos sobre o pós-colonial, uma diferenciação deste de outros "pós". O autor argumenta que não seria impeditiva, mas sim produtiva essa tensão e ambiguidade teórica e política entre o epistemológico e o cronológico.

> (...) o termo "pós-colonial" não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a "colonização" como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou "global" das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. (...) "Global" nesse sentido não significa universal, (...) [mas sim] como o global e o local reorganizam e moldam um ao outro.[19]

É fato que a noção de pós-colonialidade foi cunhada como categoria conceitual, corrente ou escola de pensamento na década de 1980, quando os pesquisadores dos chamados estudos culturais de algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra trataram de discutir as especificidades de sua definição metodológica e os termos de suas análises.[20] Eram temas recorrentes as questões de migração, diáspora, raça, etnia, gênero e identidade em uma leitura que prometia compreender as relações

---

[17] *Idem*, p. 90.

[18] *Cf*. SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008; SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

[19] HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 109.

[20] Os autores que tomaram frente destas discussões à época foram, especialmente, o indiano Homi Bhabha, o jamaicano Stuart Hall e o inglês Paul Gilroy. In: BALLESTRIN, 2013, p. 90.

pós-coloniais, de modo a ultrapassar possíveis simplificações de polarismos da conjuntura dominantes *versus* dominados, metrópole *versus* colônia.

Inspiravam-se em escritos seminais de autores como Memmi, Césaire e Fanon, que, já nos idos das décadas de 1940-1960, discutiam de forma precursora questões sobre os antagonismos das hierarquias, usando categorias de análise como colonizadores, colonizados e subalternos.[21] Questionavam, ainda, quais seriam os desdobramentos das nações recém-formadas após a independência, promovendo diálogos sobre as heranças deixadas para os não europeus nesse ambiente chamado de pós-colonial.[22]

Os deslocamentos dos centros canônicos de produção de conhecimento são uma característica importante para os estudiosos do pós-colonial. Os pesquisadores dos Estudos Subalternos, um movimento intelectual sul-asiático nascido nos idos dos anos 1970, descolaram-se dos centros de produção do conhecimento que já eram tradicionais – Europa e América do Norte – para outros *loci* de produção do conhecimento.[23] Esse grupo influenciará, nas décadas seguintes, diversos pesquisadores em outros âmbitos territoriais que possuem olhar dedicado às especificidades dos territórios colonizados, a respeito do universo latino-americano, como será visto mais à frente.

O pós-colonial desnaturalizaria, de acordo com o linguista indiano Homi Bhabha, as formas culturais canônicas que subtraem a importância dos locais contextuais, dos deslocamentos, dos fluxos e fronteiras culturais, de modo a resistir "à busca de formas holísticas de explicação social". Essa "textualidade colonial" tem como prerrogativa nos estudos pós-coloniais um esforço de re-inscrição e re-interpretação das grandes narrativas, reinscrevendo as relações culturais entre esferas de antagonismo social. Daria, portanto, importância aos locais contextuais, os deslocamentos, sejam eles

---

[21] *Cf*. MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978; FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Porto: Paisagem, 1975; FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; FANON, Frantz. *Em defesa da Revolução Africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

[22] É interessante associar à perspectiva pós-culturalista em gestação, em alguma perspectiva, os debates desenvolvidos também no Brasil na década de 1960, especialmente da formulação teórica chamada Teoria da Dependência, que desenvolveu grande reflexão sobre as noções de desenvolvimento/subdesenvolvimento, desenvolvimento capitalista na periferia, e consequências do capitalismo central na América Latina. *Cf*. SANTOS, Theotônio dos. *Teoria da Dependência*: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

[23] Os principais expoentes desse grupo são Ranajit Guha; Partha Chatterjee; Dipesh Chakrabarty; Gayatri Chakrabarty Spivak, dentre outros.

efetuados no interior das margens do espaço-nação ou nas fronteiras entre nações e povos.[24]

Somado a isso, é necessário destacar uma grande influência da teoria marxista clássica, que promoveu um diálogo entre os pós-colonialistas com o emprego de termos e noções marxistas, a exemplo do uso recorrente da noção de classes sociais e de luta de classes de Marx e Engels, da categoria de hegemonia explicitada por Gramsci ou da concepção de ideologia em Althusser e Gramsci. A crítica literária indiana Gayatri Spivak chegou a fazer avaliações contundentes às obras clássicas marxistas, apresentando sua visão a partir da análise da prática discursiva, de que as obras marxistas promoveriam uma homogeneização da construção do outro a partir do eu (trabalhador, proletário), de modo a produzir essencializações. Apesar de avaliar que estas foram opções necessárias em um contexto histórico de tomada de consciência para proposições da Revolução, ela baliza que atualmente há prioridade de interesses econômicos sobre o social.[25] Sob uma leitura atenta dos pressupostos do marxismo clássico, não seriam estas faces da mesma moeda, ou seja, o relacionamento entre o econômico e a luta de classes?

Estas não são críticas novas sobre o marxismo à época de escritura de Spivak, tampouco podem ser consideradas completamente inovadoras as análises dos pós-colonialistas quando se utilizam do repertório marxista, apesar de sua contemporaneidade com outros contextos. Um ponto relevante das obras de referência dos estudos pós-coloniais é a tentativa de compreensão das aproximações e distanciamentos em relação à teoria marxista clássica, pois, ainda que, a princípio, se beneficiem de categorias analíticas já alicerçadas, não são todos os autores que parecem aprofundar tanto nas obras, quanto nos desdobramentos histórico-sociais advindos do marxismo. Assim, uma crítica que merece ser tecida aos estudos pós-coloniais, nesse aspecto, diz respeito às repercussões precursoras (ou não) que os chamados pós-coloniais fazem da leitura dos antagonismos das sociedades, de modo que a influência da literatura marxista deve ser melhor qualificada dentro da corrente pós-colonial, de forma a evitar possíveis leituras marxianas.[26]

---

[24] BHABHA, 2001, p. 341-342.
[25] *Cf.* SPIVAK, 2010.
[26] Luciana Ballestrin, a respeito dessa obra de Spivak, ressalta um aspecto que fez desse texto um paradigma dentre os próprios estudos pós-coloniais: “Para a autora, não só o subalterno não pode falar como também o intelectual pós-colonial não pode fazer isso por ele”. In: BALLESTRIN, 2013, p. 93.
Convém ressaltar que o termo marxismo e marxiano se diferem, nesse contexto, basicamente ao fato de o primeiro estar diretamente ligado à menção das obras e pensamentos de Marx e Engels, enquanto o

Os estudos pós-coloniais admitem a relevância da contribuição do marxismo clássico, especialmente por meio do viés dialético de análise da realidade, baseando-se na contradição, na luta de classes, na alienação e no domínio do meio econômico sobre o político/social. Ademais, por influência dos pós-estruturalistas, o entendimento da dimensão epistêmica como forma de poder torna-se uma tônica de grande parte dos estudos do grupo, de modo a denunciar a funcionalidade da produção do conhecimento no exercício de dominação sobre o outro. Entre os pós-coloniais há a introdução de novas questões em relação às aplicabilidades de estudos em grupos sociais e em contextos diversos, mas a corrente parece carecer de sistematização a respeito de suas contribuições nos múltiplos campos do saber.[27]

Na década de 1990, o debate sobre a pós-colonialidade torna-se pujante entre os integrantes do grupo dos latino-americanos, incluindo os estudiosos sobre a América Latina presentes nos Estados Unidos. De modo a discutir os processos de colonialidade no contexto da modernidade, especialmente em um momento no qual se dava grande alteração do ritmo da circulação, do contato e da comunicação, em um panorama de globalização e de abertura ao neoliberalismo, eles estavam especialmente preocupados com as especificidades dessa dinâmica no contexto americano.[28]

Destaque deve ser dado à criação do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990, por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, no qual se desenvolveu uma radicalização do argumento pós-colonial por meio da noção de "giro decolonial". Trata-se de uma proposta de ruptura com a episteme do termo pós-colonial, em seus sentidos metodológicos e também políticos, haja vista que para esse novo grupo tornava-se fundamental pensar a modernidade efetivamente a partir de um viés específico das margens e das periferias, ou seja, dos espaços não europeus.[29]

Um dos mais radicais autores do grupo, Walter Mignolo, sublinhou que o "giro decolonial" refutaria a noção pós-colonial, que, por sua vez, seria uma reificação da

---

segundo estaria voltado às leituras de pensadores que tiveram como fonte a obra marxista, ou seja, os desdobramentos que dialogam com as obras de Marx e Engels.

[27] Aqui, cabe ressaltar pelo menos uma das premissas proferidas por Italo Calvino sobre a leitura de textos clássicos e, em especial, a um de seus alertas: "nunca será demais recomendar a leitura direta dos textos originais". In: CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 12.

[28] Os principais expoentes a serem lembrados são o semiologista argentino Walter Mignolo, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o antropólogo colombiano Eduardo Restrepo, o sociólogo peruano Anibal Quijano, entre outros.

[29] BALLESTRIN, 2013, p. 96. *Cf*. DOMINGUES, José Maurício. *Teoria crítica e semi(periferia)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

experiência colonial, de modo que ele opta por uma posição de descolonização por meio da "desobediência epistêmica". Para ele, existem apenas duas formas de realizar a descolonização: ou por meio da desobediência civil, ou pelos processos de agenciamento epistêmico.[30]

Mesmo que de forma panorâmica, é possível vislumbrar que os estudos pós-coloniais estão longe de terem um consenso. Parece ser antes uma arena de debate de ideias em que se discute, basicamente, o conceito de cultura nessa tensão entre a representação e o representado, a arte e a política, o passado e o presente, o público e o privado, a partir dos contextos de crise da modernidade e da hegemonia epistemológica. Assim, fica a questão: estariam os estudos da pós-colonialidade contribuindo de forma inovadora com os debates no campo da cultura? Não estariam os estudiosos do pós-colonialismo relativizando de tal forma a noção de cultura que acabariam chancelando, eles próprios, uma perspectiva liberal que eles próprios criticam?

Alguns autores acusam o pós-colonialismo de estar em sintonia com os problemas gerais apresentados pelo capitalismo global, de forma a funcionar quase como "linguagem e instrumento de produção de um conhecimento colonial '*par excellence*".[31] Por trás desse conceito haveria uma cumplicidade da consagração da hegemonia?[32] Stuart Hall aponta para o fato de certo descuido e homogeneização do conceito pós-colonial, devido a sua popularidade crescente e sua aplicação nem sempre apropriada. Todavia, o autor indica que

> (...) aqueles que utilizam o conceito devem atentar mais para as suas discriminações e especificidades e/ou estabelecer com mais clareza em qual nível de abstração o termo está sendo aplicado e como isso evita uma "universalização" espúria.[33]

Nesse caso, fica explícito que nem todas as sociedades seriam "pós-coloniais" num mesmo sentido em que o "pós-colonial" não opera isoladamente.[34] Tampouco sua

---

[30] *Cf*. MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 287-324, 2008.

[31] CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. *Mana*, v. 8, n. 1, abr. 2002, p. 150.

[32] HALL, 2003, p. 103.

[33] *Idem*, p. 106.

[34] Apesar de não se filiar a essa corrente de pensamento, ou de promover um debate específico a ela, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha concede esclarecimentos importantes a respeito dos significados da situação pós-colonial que "não caracteriza apenas as ex-colônias. É também um traço importante das ex-metrópoles, quando mais não fora porque estas agora tentam conter a onda de imigração de seus amigos súditos. As categorias analíticas – e evito aqui de propósito o altissonante 'conceito' – fabricadas no centro e exportadas para o resto do mundo também retornam hoje para

construção epistemológica do termo é internamente diferenciada por suas interseções com outras relações contextuais. Essa crítica de Stuart Hall, publicada originalmente em 1996, previa as críticas contundentes feitas por Marshall Sahlins, inclusive aos estudos culturais.[35]

Um importante texto de Sahlins traz à tona algumas problematizações intrínsecas ao espectro analítico do universo pós-colonial. Ao discutir sobre o conceito de cultura e a preocupação do seu possível desaparecimento como objeto de pesquisa antropológica, o autor sublinha uma crítica recorrente à noção de cultura analisada "enquanto tropo ideológico do colonialismo", o que se basearia no fato de ela servir, fundamentalmente, à demarcação das diferenças. Dito de outra forma, seria um modo intelectual de controle que teria como efeito o congelamento ou o encarceramento dos povos, especialmente de grupos periféricos, minoritários ou considerados marginais, de forma a estabilizar as diferenças e legitimar as desigualdades. O autor chega a profetizar que essa forma de análise equivaleria ao "indiciamento da cultura por sua alegada cumplicidade em alguns dos principais crimes da história moderna".[36]

Em continuidade à crítica, o autor aponta para o empobrecimento conceitual da noção de cultura nessa perspectiva, haja vista que se tornaria exclusivamente um "instrumento de diferenciação social" que funcionaria, portanto, exclusivamente para a produção de alteridades.

> A tarefa da antropologia não seria nem mesmo, note-se bem, a explicação da diversidade cultural, ou algum tipo de indagação sobre a natureza das diferenças (e semelhanças), mas a demarcação da diferença enquanto tal, enquanto um valor. No plano epistemológico, o contraste como meio de conhecimento muda-se em conhecimento como meio de contraste. O efeito disso é uma redução perversa da comparação cultural à distinção discriminatória.[37]

A crítica contundente de Marshall Sahlins no tocante à mobilização da cultura para fins tão instrumentalizados, ou seja, seu uso centrado na produção de

---

assombrar aqueles que a produziram". In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 312.

[35] *Cf*. HALL, 2003. Originalmente publicado em HALL, Stuart. When Was the Post-Colonial? Thinking ate the Limit. In: CHAMBERS, Iain; CURTI, Lidia (org.). *The Post-Colonial Question*: Common Skies, Divided Horizons. Londo: Routledge, 1996.

[36] SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 1, abr. 1997, p. 43. Manuela Carneiro da Cunha retomou a crítica de Sahlins, explicitando que no campo da antropologia contemporânea, enquanto uns estão procurando se "desfazer da noção de cultura, por politicamente incorreta (e deixá-la aos cuidados dos estudos culturais)", outros povos estão celebrando sua cultura a fim de promover reparações por danos políticos. Dito de outra forma, a cultura tem suas "idas e vindas", encontros e desencontros, seus "falsos amigos": a cultura pode ser usada com e sem aspas. In: CUNHA, 2009, p. 313.

[37] SAHLINS, 1997, p. 44.

inventários/glossários de conhecimento sobre a cultura, é, porém, controversa à noção correlacionada aos estudos pós-coloniais que analisam de outra forma a tensão existente entre semelhança e diferença cultural. Sahlins aponta que a cultura não seria fruto do colonialismo e que, portanto, não teria essa intenção originária em sua concepção relativa à função de diferenciação e dominação. Trata-se de uma discussão implicitamente relacionada a uma pretensa missão colonizadora dos estudos concernentes à cultura, de modo que o autor afirma, categoricamente, que "setores que, curiosamente, não hesitam em se autodenominar 'estudos culturais'" acabam por repudiar o conceito de cultura por entenderem-no como um instrumento a serviço da dominação.[38]

É justamente esse ponto que Stuart Hall critica ponderando ser, de certa forma, uma visão sem crítica sobre os estudos pós-coloniais. Além disso, há que se explicitar que os chamados estudos culturais e, inseridos nele, os pós-coloniais apresentam uma miríade de contrassensos e diversidade interna que valeria a pena melhor qualificação. Além do mais, é notório que no grupo dos estudos culturais a interdisciplinaridade marca a visão polivalente da noção de cultura, de modo que muitas são também as leituras sobre seus usos.

De toda forma, o antropólogo Marshall Sahlins aponta para uma importante discussão, bastante embasada e específica à antropologia, que diz respeito à problemática de que a modernidade e a globalização não levariam à extinção das culturas, ou, ainda, a um "processo de aculturação" como solução final: pois "acontece que essas sociedades não estavam simplesmente desaparecendo há um século atrás, no início da antropologia: elas ainda estão desaparecendo — e estarão sempre desaparecendo". Para o autor, essa visão se relaciona a uma teoria do desalento, a um pessimismo sentimental que levaria a um tempo em que haveria somente uma cultura e uma civilização sobre a Terra. "Contudo, existem sempre tendências operando em direções contrárias — por um lado, em direção à homogeneização e, por outro, em direção a novas distinções".[39]

A perspectiva é relevante e contundente, mas as filigranas que marcam as diferenças culturais nos contextos de disputas hegemônicas, em um universo de globalização no qual os encontros culturais são promovidos de maneira pueril e de formas distintas entre centros e periferias, tratam-se de uma especificidade que os estudos pós-coloniais ensejam verticalizar. A contraposição de Sahlins não destaca, da

[38] *Idem*, p. 49.
[39] SAHLINS, 1997, p. 51-52.

mesma forma que os estudos pós-culturais, a problemática de que a força do poder colonial/imperialista, a imposição de uma visão de mundo ocidental, capitalista e científica sobre outras formas de conhecimento é uma realidade que gera confrontos culturais muito específicos e localizados temporalmente.

Os dilemas existenciais sobre os diálogos entre a cultura local e a cultura global, tão específicas ao campo pós-colonial, são simplificados na visão crítica estabelecida por Sahlins, uma vez que, apesar de "aparentemente paradoxal o enriquecimento da cultura tradicional", esse processo "algumas vezes" acompanha a integração das sociedades indígenas à economia global". O advérbio de frequência usado pelo autor, contudo, não expressa as complexas teias de possibilidades que existem nos encontros culturais, uma vez que para ele, justamente "por participarem de um processo global de aculturação, os povos 'locais' continuam a distinguir entre si pelos modos específicos como o fazem". Isso, pelo fato de Sahlins acreditar que, uma vez que o fenômeno é mundial e "em alguns lugares vem ocorrendo há séculos", há distorções sobre certos casos de "florescimento" ou "intensificação cultural" pós-contato que chegam a se tornar "clichês antropológicos".[40]

É evidente que Sahlins dá um tom muito pujante à criatividade e variedade das respostas locais em relação à "presença ativa de forças globais irresistíveis", mas que acaba por se tornar opaca e dissolvida na penumbra do que ele nomeia por pessimismo sentimental, já que, no caso dos estudos culturais, teria por fim o processo de aculturação universal. Isso por fundamentar que essa leitura sobre cultura estaria centrada exclusivamente na crítica ao "Sistema Mundial". Em que pese essa visão adequadamente crítica, ficariam algumas questões: não seria esta uma questão contundente para os estudiosos do campo da cultura? Se os "outros povos não são tão facilmente deculturados", o reconhecimento do "desenvolvimento simultâneo de uma integração global e de uma diferenciação local" não exigiria especificidades de análise? E essas especificidades estariam fletidas apenas ao campo dos antropólogos?[41]

Em que pese a crítica de Sahlins a respeito da noção ultrapassada de alguns estudiosos a respeito da existência de locais que seriam os "últimos refúgios" do purismo da cultura sem contato com o mundo capitalista avassalador, é bastante provocadora e instigante a sua problematização. Para o autor, a fragmentação étnica e cultural e a homogeneização modernista não são dois argumentos, duas visões opostas daquilo que está acontecendo hoje no mundo, mas sim duas tendências

[40] *Idem*, p. 53, 54 e 57.
[41] *Idem*, p. 54-57.

constitutivas da realidade global. Contudo, há de se entender que a noção de cultura, seus processos de integração e diferenciação, além de suas possibilidades de análise também são matéria de crítica não somente no campo da antropologia, e que mesmo em áreas conexas como a etnografia ou a arqueologia há idiossincrasias que conformam outros olhares, outros focos de investigação.[42]

Nesse aspecto, um ponto que parece ser fulcral a esse texto de Sahlins é que o autor não transcende às outras formas específicas de racionalidade que não somente aquelas associadas à ciência, tecnologia e economia modernas. As formas sincréticas, translocais, multiculturais e neotradicionais prometidas pelos pós-coloniais fogem a um olhar mais linear sem, contudo, ter como afirmativa o corolário do "fim da cultura", e sim de que a cultura assumiu uma variedade de novas configurações. Nesse caso, a (re)descoberta etnográfica especificamente no campo da antropologia tem estremecido os entendimentos sobre a diversidade cultural, que é pauta para os culturalistas. E, nesse caso, uma indagação reaparece: a arqueologia transplanta linearmente o que aconteceu no universo teórico-metodológico da antropologia?[43]

2.2. Arqueologia e Etnografia: a construção do conhecimento a partir de paradigmas (dos) outros

É neste ponto que as experiências etnográficas ventilam reflexões que experienciam o escopo teórico apresentado pelos autores supracitados e, especialmente, no caso de algumas etnografias tratadas mais à frente, é possível apresentar possibilidades para a construção do conhecimento a partir de outros paradigmas. Este debate expressa ainda a ampliação do escopo teórico da arqueologia em diálogo com teorias sociais múltiplas, o que proporcionou nas últimas duas décadas o alargamento de proposições e questionamentos no bojo da arqueologia, a começar pela possibilidade de "indigenização" das arqueologias produzidas em locais colonizados, em oposição a uma determinada "arqueologia metropolitana" até então homogênea no campo discursivo da nossa tradição disciplinar. Objetivando alteridades e domesticando as diferenças, a arqueologia até então praticada no universo pós-

[42] *Cf.* SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte II). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, out. 1997.
[43] A crítica contundente de Sahlins aos Estudos Culturais reverbera também em outras obras: "Esses *cult studs* são a classe pensante, as *literati* emancipados (e emancipadores), enquanto as antropólogos contentam-se em ser os clientes subalternos de seus discursos hegemônicos." In: SAHLINS, 2004, p. 101.

colonial – talvez poderíamos incluir uma específica etnografia produzida sob determinadas condições de outros tempos – contribuiu para construção das identidades nacionais nesses locais, mobilizando os recursos da memória de maneira muito estratégica e, em alguns casos, de modo até perverso.[44]

O posicionamento a respeito do universo pós-colonial leva a leituras específicas: provoca e instiga avanços que vão além de fronteiras constituídas epistemologicamente, possibilitando o entendimento de contextos específicos e das gêneses dos paradigmas epistemológicos, temas que são pertinentes a esta pesquisa. O questionamento sobre o papel da arqueologia – e de outras áreas conexas essenciais ao estudo do patrimônio cultural – e de que forma permanece ou não a reboque de um "projeto civilizador" que pretende legitimar a negação de uma continuidade cultural nativa promove um resultado muito útil para infirmar, por exemplo, as reivindicações territoriais atuais das sociedades indígenas e de demais comunidades tradicionais que se expressam a partir das implicações de grande parte dos licenciamentos ambientais. Com o intuito de não limitar as leituras bastantes extensas e controversas, contudo, é relevante dizer que muitos trabalhos antropológicos de cunho etnográfico apesar de apresentarem um contexto social e cultural bastante complexo, também já se prestaram a tal finalidade colonialista.[45]

Essa racionalização da alteridade se encontra como pauta da agenda política que ainda promove a conformação do nativo como localizado em outro tempo, em uma situação de congelamento cultural. Esse distanciamento temporal pode ser considerado, segundo Gnecco, como uma das estratégias discursivas mais poderosas da antropologia nesse procedimento de construção da alteridade. Conduz a uma subordinação epistêmica que tem como propósito homogeneizar o discurso sobre a alteridade já existente, parâmetro relacionado à própria institucionalização disciplinada da arqueologia na América Latina, por exemplo, que se constitui em um sistema de controle da produção de discurso. Sob esse controle, vislumbrar e discernir sobre os contextos específicos de colonialidade e pós-colonialidade empobreceria as análises epistemologicamente centradas na lógica dominante.

O antropólogo saudita Talal Asad ressaltou que esse sistema de pensamento baseado na confrontação direta entre "Europa civilizada" *versus* povos não europeus vistos como "bárbaros e selvagens", que provocou a divisão entre o Ocidente e o

[44] GNECCO, 2002, p. 134.
[45] *Cf.* GRIAULE, Marcel. *Conversations with Ogotemmêli*. An Introduction to Dogon Religious Ideas. London; Oxford; New York: Oxford University Press, 1965.

Oriente, ou entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, consolidou a hegemonia mundial da Europa, o que se refletiu inclusive nas noções de ciência e tecnologia, na forma disciplinar de construção de imagens sobre o universo oposto ao europeu, e nas imagens simplificadas e nas diversas omissões, consentimentos e repressões pelas quais foram passíveis a produção de conhecimento sobre o universo colonial.[46]

Na mesma direção de Cristóbal Gnecco e de sua arqueologia da "indigenización", porém dedicando ainda mais a análise para a discussão ontológica da produção do conhecimento arqueológico, Alejandro Haber continua a discussão sobre os mecanismos de colonização presentes na arqueologia e sobre a necessidade de se construir uma arqueologia pós-colonial na América Latina.[47] A produção dessa "arqueologia indisciplinada" estaria proposta a questionar suas bases epistemológicas por meio de novas abordagens, de novos temas, de novas estratégias discursivas:

> Y a todos nos va quedando claro que mientras llamamos casa o estrutura o cosa, mientras yo escribo y vos lees, esa cosa sigue siendo la misma cosa. Nos los que cambiamos, nos constituimos o segregamos llamando de una u outra manera a esa misma y serena cosa.[48]

Assim, o questionamento sobre os significantes e os significados, que levam os arqueólogos a interpretar e, portanto, a denominar os vestígios arqueológicos, passa a ser uma pauta importante de debate, haja vista que "el lenguaje disciplinario, al suspender el lenguaje natural mediante la introducción de un término especialista, crea una ruptura, no meramente lingüística sino social, entre los hablantes legos y los especiaistas".[49] As categorias nativas, desse ponto de vista, começam a ser vislumbradas no panorama teórico do pesquisador de modo muito recente no campo da arqueologia.

---

[46] *Cf*. ASAD, Talal. Two european images of non-european rule. ASAD, Talal (Org.). *Anthropology & The Colonial Encounter*. New Jersey: Humanity Books, 1973, p. 103-118.

[47] Para Haber, a ontologia parece se prestar a compreender como a própria realidade é vista como múltipla e fluida, além das associações possíveis e por meio das quais diferentes agentes e agências vêm a ser no mundo. Parece integrar, ainda, os pressupostos metateóricos acerca de quais entidades constituem a realidade e quais são as relações entre elas. *Cf*. HABER, Alejandro. Anatomía Disciplinaria y Arqueología Indisciplinada. *Arqueología*, Buenos Aires, n. 19, p. 53-60, 2013.

[48] Tradução da autora: "E a todos nós vai ficando claro que enquanto chamamos de casa ou estrutura ou algo assim, enquanto eu escrevo e você lê, essa coisa segue sendo a mesma coisa. Nós, aqueles que mudamos nos constituímos ou segregamos chamando de uma ou outra maneira a essa mesma coisa serena coisa". HABER, Alejandro F. *La Casa, Las Cosas, Los Dioses*: arquitectura doméstica, paisaje campesino y teoría local. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2011, p. 12. Podemos traçar um paralelo da "arqueologia indisciplinada" proposta por Haber, com o texto de Walter Mignolo sobre a desobediência epistêmica, na qual o autor discute o agenciamento epistêmico sob o viés da ação de descolonização política. *Cf*. MIGNOLO, 2008.

[49] Tradução da autora: "a linguagem disciplinar, ao suspender a linguagem natural mediante a introdução de um termo especializado, cria uma ruptura, não meramente lingüística, mas social, entre falantes leigos e os especialistas". HABER, 2011, p. 12.

Esse procedimento é apontado pelo autor como uma operação de força e, portanto, de violência exercida sobre o mecanismo de nominação, processo chamado por ele de nominação científica. Faz parte, portanto, de relações estabelecidas no campo científico, no qual palavras e coisas possuem relações assimétricas. O mesmo ocorre com experiências outras "sobre todo aquellas que sustentan las relaciones localmente significativas", que são ativamente ignoradas ou bem apropriadas pelos especialistas sem terem o reconhecimento da origem advinda das populações nativas. Ao nomearmos, criamos categorias de análises que podem incorrer em limitações interpretativas.[50]

O autor alerta que a nominação científica é comumente tratada como um mero problema de interpretação arqueológica, o que ofusca o reconhecimento do sentido social e, consequentemente, das relações contextuais e de diversos agenciamentos entre as coisas e as gentes. Tratar-se-ia, pois, de uma "precaução interpretativa" que "se constituye en un plano pretendidamente libre de interpretación, con lo cual no sólo introduce el mundo en un tejido relacional que le es ajeno, sino también oculta los mecanismos de esa expropiación".[51]

A questão do registro arqueológico e a contextualização aparecem na obra de Alejandro Haber como sendo centrais aos argumentos de uma possível quebra ontológica. Esse debate toma outros tons, talvez mais engajados, frente a diversos e anteriores arqueólogos que discutiram sobre a mesma questão sob outros vieses.[52]

---

[50] *Idem*, p. 13.

[51] Tradução da autora: "se constitui em um plano supostamente livre de interpretação, sobre o qual não só se introduz o mundo em um tecido relacional que é alheio a ele, como também esconde os mecanismos dessa expropriação". *Ibidem*.

[52] Alguns sob uma preocupação bastante ligada às taxonomias, tipologias e modelos classificatórios, com o intuito de dar cientificidade à disciplina arqueológica e visando dar certa organicidade aos caos da realidade social, como: PHILLIPS, Philip; WILLEY, Gordon R. Method an Theory in American Archeology: an operational basis for Culture-Historical Integration. *American Anthropologist*, v. 55, n. 5, part. I, p. 615-633, dez.1953; MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. *Como interpretar a linguagem da cerâmica*: manual para arqueólogos. Washington: Smithsonian Institucion, 1970.

Outros autores, entretanto, com preocupações taxonômicas, mas também muito centradas na análise de contextos dos vestígios arqueológicos e, portanto, social – em maior ou menor medida –, como LEROI-GOURHAN, Andre. *Evolução e técnicas*. Vol. I – O Homem e a Matéria. Lisboa: Edições 70, 1984; SCHIFFER, Michael Brian. Archaelogical Context and Systemic Context. *American Antiquity*, v. 37, n. 2, p. 156-165, apr. 1972; SCHIFFER, Michael Brian. *Behavioral Archeology*: Foundations of Archaeology. [s.l.]: Percheron Press/Eliot Werner Publications, 2002; BINFORD, Lewis R. *Em busca do passado*: a descodificação do registo arqueológico. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991; LEMONNIER, Pierre. *Elements for an Anthropology of Technology*. Michigan: Museum of Anthropology, University of Michigan, Anthropological Papers, n. 88, 1992.

Há de se destacar as publicações de Ian Hodder como um paralelo, haja vista sua grande contribuição à análise simbólica baseada nos locais como espaços de conflitos, o que avança na compreensão de diversas questões até então pouco exploradas pela arqueologia (a exemplo da análise etno-arqueológica): HODDER, Ian. *Symbols in Action*: ethnoarchaeological studies of material culture. [s.l.]: Cambridge University Press, 1982.

Sob uma vertente influenciada pela "Virada Linguística" dos anos 2000, com seus desdobramentos na "Virada Ontológica", a perspectiva de Haber problematiza o feito linguístico ocidental que diz ser capaz de realizar a tradução de realidades e ontologias diferentes daquela que é considerada hegemônica. Para Haber, apelar às relações contextuais constituiria uma possibilidade de inclusão da experiência individual de investigação de todos os arqueólogos em suas análises, haja vista que "los contextos materiales no son en sí mismos doadores de sentido sino en la medida en que intervienen en la praxis de la experiência".[53] As relações contextuais tratam, ainda, da experiência da prática social local *a priori* das perspectivas de especialistas. Os movimentos, os deslocamentos de posição por parte dos arqueólogos são necessários para possibilitar as múltiplas vocalidades.

São bastante sedutoras as indagações propostas por essa linhagem da arqueologia sob as influências dos diálogos com o grupo pós-colonial, especialmente pela aplicabilidade de posturas paradigmáticas frente aos processos de produção do conhecimento no interior da própria arqueologia. Contudo, novamente se apresenta a questão: não seriam estas pautas de um debate já desdobrado no território textual da antropologia interpretativa ou da etnografia da ciência e da tecnologia?

O antropólogo Clifford Geertz apresenta questões bastante reflexivas que podem ser úteis a esse dilema. Ele sugere um esforço de "objetivar a uma visão, em vez de defender a visão a que ela afirma opor-se".[54] Tomando a questão dos debates em torno do relativismo e da batalha contra o relativismo, o autor afirma que a

> (...) idéia de que alguém que não pensa como você tem a visão inversa ou simplesmente não tem nenhuma, seja qual for seu consolo para os que teme que a realidade desapareça se não acreditarmos piamente nela, não produziu muita clareza na discussão anti-relativista, mas apenas levou muito mais gente a gastar muito mais tempo do que parece proveitoso descrevendo longamente aquilo que *não* defende.[55]

As "perturbações da paz intelectual geral", nesse aspecto, nos contrastes sobre as contribuições e limitações dos estudos pós-coloniais, ou sobre as imbricações entre antropologia, arqueologia e etnografia, são terrenos profícuos de análise e que por si só ocupariam páginas de centenas de teses. Algumas questões previamente e sumariamente pontuadas até o momento neste texto merecerão, ainda, ser melhor

[53] Tradução da autora: "os contextos materiais não são em si mesmos doadores de significado, senão na medida em que intervêm na práxis da experiência". HABER, 2011, p. 13.
[54] GEERTZ, Clifford. Anti anti relativismo. In: *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 48.
[55] *Idem*, p. 48-49.

aprofundadas. No limite, como indicou Geertz, "tudo é tão importante e, portanto, tão significante quanto todo o resto", continuamos tão "espremidos num estreito ponto de vista europeu moderno" que, apesar do nosso provincianismo, é difícil ficar indiferente.[56]

Até aqui foram apresentadas noções como "indigenização", "múltiplas vocalidades", "nominação científica", entre outras, que apontam, sobretudo, para a necessidade de quebra de paradigmas ou de doxas de um conhecimento produzido de forma canônica e, portanto, hegemônica. Trata-se de um ponto específico, ou seja, a consideração de categorias nativas como eixo norteador da produção de conhecimento. No entanto, de que modo a diferença pode estar presente na pesquisa, na escrita, na produção do conhecimento, de modo que não se torne o registro de uma apropriação por parte do pesquisador sobre o universo do outro por meio de suas próprias referências culturais?

Há tempos existe uma afluência do campo da arqueologia para a etnografia, de modo que destacadas pesquisas resultaram desse encontro.[57] Há tempos, também, a arqueologia não se interessa somente por achados materialmente tratados de vestígios, pois em tudo que é tangível a imaterialidade está presente. Há tempos é questionado se a arqueologia não seria uma ferramenta metodológica da antropologia. O trânsito entre o material e o imaterial, o factual e o processual, o objeto e a organização social, o particular e o contexto cultural já constitui análises indispensáveis. As descrições detalhadas não se bastam somente no nível de análise tecnológica dos vestígios arqueológicos, mas em toda a paisagem, o cotidiano da vida, as cosmologias.[58]

O enfoque dos estudos realizados por etnógrafos, antropólogos e arqueólogos tende a aproximá-los sob essa perspectiva, porém, talvez um dos grandes tendões de aquiles desses campos científicos seja o que foi aqui chamado de "múltiplas vocalidades". Se a preocupação é de que o pesquisador/escritor se faça presente na pesquisa e no texto, será que conseguimos fazer o mesmo *para* e *com* os nossos

---

[56] *Idem*, p.48-52.

[57] É extensa a literatura produzida a respeito dos diálogos entre arqueologia e etnografia, com discussões que transitam entre o usos dos termos etnoarqueologia, etnografia arqueológica e a mais recente arqueologia etnográfica. *Cf*. CASTAÑEDA, Quetzal E.; MATTHEWS, Cris. N. (Ed.). *Ethnographic Archaeologies*: reflections on stakeholders and archaeological practices. Lanham: Altamira Press, 2008.

[58] A ampliação do escopo de discussão do fazer arqueológico nas últimas décadas, em grande medida também influenciada pela crítica pós-colonial, reflete especialmente em subcampos como o da Etnoarqueologia, das Arqueologias Colaborativas, das Arqueologias Alternativas, das Arqueologias Indígenas, além da Arqueologia Pública. *Cf*. GONZÁLEZ RUIBAL, A. Hacia outra Arqueología. Diez propuestas. *Complutum*, v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012.

interlocutores? Será que a preocupação existe na mesma dimensão para etnógrafos, antropólogos e/ou arqueólogos?

As alternativas e os debates encontram terreno muito fértil, com implicações teóricas e práticas bastante criativas se verticalizarmos a análise em alguns experimentos etnográficos. Talvez enfatizar a dimensão da experiência no texto fosse a marca distintiva da etnografia nos anos 1960, e que hoje reverbera na chamada arqueologia pós-processualista. Ainda carregado de excesso de qualificações e adjetivos, o que trazia certa atmosfera romântica, o texto etnográfico conserva muito do estilo literário com a presença vigorosa de detalhes. Para além das minúcias, heranças de etnografias clássicas, as percepções do autor sobre o ambiente social, cultural, o clima, a descrição da paisagem são primeiras rupturas na forma canônica de produzir etnografias naquele momento.

Em um exemplo concreto, a etnografia *The High Valley*, de Kenneth Read, sobre os habitantes da vila de Tofmora, na Nova Guiné, que teve sua primeira edição em 1965, com base em pesquisas realizadas na década anterior, foi tratada pelo próprio autor como um *experimento etnográfico*, cuja classificação nos permite vislumbrar certos questionamentos sobre o que se considerava ser o modelo etnográfico canônico de até então.[59] Certamente, um primeiro ponto de deslocamento da etnografia de Read em relação ao padrão canônico de até então seja a exposição detalhada sobre as duas dimensões pertinentes à etnografia – ou seja, o tempo do trabalho de campo e o momento da produção escrita –, que eram menos consideradas em seus intercâmbios dialógicos.

Em sua etnografia, o tempo do encontro, a ocorrência do trabalho de campo, constituía uma situação de relação peculiar com os seus interlocutores, condição de dois mundos em encontro – aquele que é levado a campo pelo pesquisador e aquele outro deparado na realidade do campo. Tratava-se da essência da experiência antropológica/etnográfica, cujo registro privilegiaria, ainda, quase que exclusivamente a visão do pesquisador sobre os pesquisados. É relevante ressaltar, todavia, que essa etnografia trouxe consigo o gérmen de uma grande novidade para as etnografias até então produzidas e que certamente fez com que o autor questionasse sobre o caráter etnográfico de seu texto: esta é uma etnografia sobre o encontro, sobre a relação – por mais que consigamos apreender mais sobre o ponto de vista de Read que dos habitantes da vila de Tofmora. “Looking back now (...) [I] discovery of myself joined with

[59] READ, Kenneth E. *The High Valley*. New York: Columbia University Press, 1965.

a compassion for others and gratitude for the lessons in acceptance that they taught me".[60] O autor demonstrou que era afetado pelos relacionamentos estabelecidos no momento da pesquisa: "They were a part of my life from this time onward, and there have been few others to whom I owe so much of my inner development".[61]

O momento da escrita, por sua vez, o tempo do reencontro, abria espaço para as idiossincrasias da coletividade, para as particularidades dos sujeitos, de modo a expor não somente a norma, mas o seu desvio. Desse olhar treinado que dialogava entre o geral e o específico, desenhava-se um quadro conceitual e metodológico específico de análise antropológica, em um tempo determinado de reflexão sobre o vivido. O momento da escrita permitia assim organizar não somente o universo cultural estudado, como as emoções e sensações experienciadas pelo próprio pesquisador, que, no caso de Kenneth Read, eram expostas no texto como balizas que marcavam o seu olhar peculiar. Dito de outra forma, as implicações das subjetividades do pesquisador não ficavam apenas como anotações do caderno de campo, na medida em que eram incorporadas ao texto como um quadro de referências que fazia contraponto ao universo do nativo.

As escolhas que o autor fez em torno de sua escrita etnográfica são, portanto, resultados bastante particulares de seu engajamento com o grupo estudado. Neste aspecto, as especificidades de cada etnografia residiriam tanto nos envolvimentos e interações muito peculiares com os nativos em campo quanto na reelaboração das experiências por meio da escrita, ponto de clivagem com outras clássicas etnografias.[62] Essa etnografia já demonstrava a empatia do autor com a coletividade pesquisada a ponto de levar a sério o universo cultural de seus interlocutores, concedendo a medida de sua importância e de modo a ressaltar sobre as necessidades de entendimentos linguísticos específicos, apesar de esses não terem sido incorporados em seu texto, mas em forma de um índex ao final da publicação.

Para Read, contudo, não se tratava de uma extrema separação entre o campo da etnografia no qual era realizado o trabalho de campo e o trabalho de gabinete específico do *métier* antropológico, como era para seu contemporâneo Radcliffe-

[60] Tradução da autora: "Olhando para trás agora (...) descubro em mim mesmo junto com a compaixão dos outros a agradeço pelas lições em aceitar aquilo que eles me ensinaram". *Idem*, p. 6.
[61] Tradução da autora: "Eles eram uma parte da minha vida a partir deste momento em diante, e tiveram alguns outros a quem eu devo tanto do meu desenvolvimento interior". *Idem*, p. 8.
[62] Cito aqui apenas duas clássicas etnografias como balizas de referência: MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. São Paulo: Abril, 1978 [; EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. *Nuer Religion*. Oxford: Oxfor University Press, 1956.

Brown.[63] A noção de experiência e embasamento téorico-metodólogico, essa tensão criativa entre pesquisa e teoria, parece ser para Keneth Read mais faces inseparáveis da mesma moeda. Dissolvem-se essencializações sobre os nativos, de forma a promover o dinamismo histórico do grupo pesquisado, sem congelar e criar suspensões no tempo das ações dos nativos. A escrita etnográfica não deixa de ser um distanciamento da realidade vivida, entretanto, no texto de Read não é criado um abismo entre o pesquisador e os nativos ao tentar manter a "coetaneidade" entre o tempo de vida e o tempo de escrita.[64] Tomando as palavras de Vincent Capranzano, a etnografia seria um sintoma dos confrontos com a alteridade, a tentativa dialética de colocar um ponto final no encontro, removendo-se assim da vida dos etnografados.[65]

Possivelmente, o primeiro ponto de clivagem nas etnografias produzidas que levam em consideração não somente o contexto específico de nossos interlocutores, mas como estes pensam, sentem e produzem o seu próprio conhecimento sobre sua cultura, seja o momento pelo qual o encontro, a relação e o convívio do pesquisador com o universo do outro passou a ser o fulcro da narrativa. Fazer etnografia não parece ter sido, desde então, outra coisa senão o registro desse encontro de mundos diversos, a produção de uma experiência entre-lugares. Contudo, a experiência em campo e o mote das narrativas etnográficas não pareciam ter tido aquele enfoque até então.

De dois mundos que se encontram, que estão em comparação, que produzem idiossincrasias, a etnografia produz relação entre seus interlocutores, o que inclui o próprio pesquisador e sua subjetividade. Nem por isso, é possível afirmar que toda etnografia é um registro autobiográfico por excelência, haja vista que carrega em si, ainda, um momento etnográfico de análise dos contextos que não pode ser subdimensionado.[66] De tal forma, cada etnografia acaba por trazer contribuições à teoria antropológica e, neste consenso, em todos os seus campos inter-relacionados, a propósito da arqueologia. A esse respeito, Mariza Peirano tratou das estratégias dos antropólogos em se estabelecerem em determinadas linhagens, realizando em

---

[63] *Cf*. RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
[64] *Cf*. FABIAN, Johannes. *The Time and the Other*: How Anthropology Makes Its Object. 2. ed. New York: Columbia University Press, 2002.
[65] CRAPANZANO, Vincent. On The Writing of Ethnography. *Dialectical Anthropology*, v. 1-4, n. 2, p. 69-73, january 1977.
[66] Cita-se aqui, de maneira *en passant*, a etnografia de Jean Briggs, que explorou de maneira bastante proficiente o universo das emoções – da pesquisadora e do grupo etnografado – como tema e estratégia fecunda de análise de um ambiente complexo de incursão etnográfica sem, contudo, contemplar a situação de uma possível chamada autoetnografia, haja vista que pretendeu contar sobre um certo mundo para além de contar sobre sua própria vida. *Cf*. BRIGGS, Jean L. *Never in Anger*. Portrait of an Eskimo Family. Cambridge; London: Harvard University Press, 1970.

confrontos constantes para a obtirem a chancela de seus procedimentos enquanto conformação de uma disciplina acadêmica. De modo a desafiar barreiras disciplinares, em seu texto emergem situações muito específicas ao saber-fazer da antropologia em diálogo com os diversos cientistas sociais, como a questão paradoxal do rigor científico frente à observação-participante e em favor de uma necessária incursão dos pesquisadores, especialmente antropólogos, na prática etnográfica.[67]

Não obstante a grande virada epistemológica que alterou a teoria e a prática no campo antropológico, desdobramentos dessa situação marcam ainda nova forma de diálogo não somente *sobre* o outro, mas *com* o outro. As múltiplas vocalidades, as cosmovisões, aparecem nas experiências etnográficas como questão prioritária: trata-se não somente de falar sobre o outro, de dar voz ao outro, ou traduzir o universo nativo. É antes uma interlocução entre o mundo do outro e o meu mundo, sendo a etnografia uma ponte entre a teoria nativa e a teoria antropológica.[68] Na ruptura da produção de uma voz genérica sobre as coletividades pesquisadas, pretende-se construir relações simétricas na experiência etnográfica. É o momento privilegiado de questionamentos sobre a autoridade etnográfica dos pesquisadores que, pelo menos desde os idos dos anos 1980, já punham em xeque o estatuto e a chancela no processo de produção do conhecimento.[69]

A construção de um novo modelo heurístico de etnografia tende a conformar sua base na experiência do convívio, de modo que a abordagem dos dados etnográficos é prioritária, sem, contudo, deixar de dar abertura a diversas possibilidades de escrita. Seja por um modelo biográfico com abordagem dos temas partindo do particular para o geral, seja mesmo de um universo mais contextual das relações sociais e culturais para as especificidades, abordando a norma e os comportamentos desviantes, deslocam-se os procedimentos científicos de escrita monográfica, no qual as notas de rodapé podem desaparecer, ocupar lugar secundário, ou serem empregadas com funções múltiplas, tecendo outras formas e fazendo coexistir textos outros. Por vezes, nem é possível definir quais textos são prioritários sobre os outros, como é o caso da etnografia de Annemarie-Mol.[70]

---

[67] PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
[68] CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multipluralismo na América Ameríndia. *O Que Nos Faz Pensar*, n. 18, p. 225-254, setembro de 2004.
[69] CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 17-58.
[70] MOLL, Annemarie. *The Body Multiple*: ontology in medical practice. Durham: Duke University Press, 2002.

Pela tradição de crítica ontológica a qual se filia, sua etnografia nos faz questionar não somente os temas, enfoques e modos de descrever, mas a forma da construção da própria narrativa, as agências que não são somente humanas, a pretensa separação entre teoria e prática, bem como o campo e escrita etnográfica. Para isso, são postos questionamentos, inclusive, sobre a unidade sociológica em sua realidade de pesquisa: ocorre o deslocamento da categoria grupo/coletividade para o sangue. Parece não existir um problema de pesquisa, mas um mecanismo. Este é um exemplo que demonstra como o texto é construído a partir de experiências particulares sem privilegiar a agência dos humanos, expondo, ao mesmo tempo, como a produção científica – inclusive a dos antropólogos – é sustentada sobre o discurso da autoridade. A etnografia não deixa de expor a erudição da autora, tampouco seu capital cultural da área de pesquisa, mas parece privilegiar o convite ao pensamento sobre a performance do pesquisador, o lugar da linguagem e da construção textual na etnografia: não se trata apenas de estilo, de escolhas semânticas ou de formatos textuais.

Annemarie Mol experimenta a situação na qual o tempo em campo é o momento em que a prática acontece, é o tempo de reflexão da teoria em situação não preestabelecida. A produção teórica acontece no processo, em momentos de *insights* promovidos pelo encontro. Essa etnografia aponta, nesse sentido, para a quebra de doxas tanto para a etnografia quanto para a antropologia, uma vez que, até então, a especificidade da etnografia era considerada apenas sua situação de coleta de dados etnográficos, enquanto a antropologia se responsabilizaria pela produção de teoria.

Navegando em múltiplas linhagens, aponta-se ainda outra possibilidade decorrente dessa incursão crítica em respeito às estratégias de escrita e a criação de autoridades etnográficas. As propostas de experiências de escritas compartilhadas, nas quais a perspectiva da subjetividade emerge explorando as idiossincrasias da relação não somente do pesquisador, mas da própria coletividade que toma para si o poder de fala, o poder da palavra, o poder de serem detentores da exposição e registro do seu conhecimento, podem ser exemplificadas pela etnografia *Abalone Tales*, filiada a uma chamada Antropologia Colaborativa.[71]

Esse projeto de etnografia pretenderia, a princípio, promover a união entre a teoria nativa e a teoria antropológica, propiciando a interlocução entre o mundo do outro e o mundo do pesquisador. Em cada um dos capítulos é possível navegar na história das personagens e os seus entendimentos sobre a espécie específica de

[71] FIELD, Les W. et al. *Abalone Tales*. Collaborative Explorations of Sovereignty in Native California. Durham: Duke University Press, 2008.

molusco existente na região da Califórnia. Com menos fôlego para o que seria tradicionalmente considerado teoria antropológica, há espaço para discussões sobre o processo de elaboração do conhecimento em outros contextos, problematizando quaisquer ranços de neutralidade, objetividade e de etnocentrismo existentes nas etnografias contemporâneas.

Essa etnografia faz um relevante contraponto sobre a universalização dos conceitos, reforçando o referencial necessário de descolonização de metodologias.[72] Como criamos as ficções sobre os mundos dos outros e os nativos não podem expressar por si mesmos por meio de categorias, conceitos e métodos próprios? Esse projeto de cunho colaborativo aproxima-se muito do ponto de vista dos nativos, sem, contudo, dar-lhes, finalmente, a chancela sobre o conhecimento, haja vista que o pesquisador acaba por aparecer como um mediador e tradutor e, assim sendo, quem interpreta, recorta, edita o conteúdo formalizado no texto enquanto produto final. A escrita pode aproximar ou distanciar/exotizar o outro, levando-se em consideração que são acionados mecanismos de potencial discursivo, de jogo entre os contextos.

Talvez, a etnografia que inaugure a experiência do perspectivismo de forma mais oposta aos cânones/clássicos da etnografia seja a narrativa de Davi Kopenawa e Albert Bruce.[73] Tentou-se nessa experiência uma dosagem equilibrada entre a maneira de apresentar os dados de um *corpus* etnográfico denso, ou seja, entre o lugar da subjetividade por meio da experiência de campo e apreensão dos dados etnográficos, sem também perder de vista a objetividade em seu repertório teórico-metodológico e de conceitos, ponto de diálogos entre os antropólogos das diversas linhas, atingindo, ao fim e ao cabo, uma das funções prioritárias da antropologia, que trata de extrapolar as reflexões sobre o mundo, das maneiras de se construir um olhar.

Contudo, isso ocorre a partir de vieses dos pesquisadores e dos próprios nativos sem procurar criar generalizações, a despeito das apostas da antropologia feitas, por exemplo, por Radcliffe-Brown.[74] Davi Kopenawa e Albert Bruce iniciam a obra tratando da cosmologia para, então, tratar da questão da organização social, de modo que o universo do pensado mostra ser referencial para as relações sociais. A cosmologia, portanto, é que promove a forma de viver naquele contexto etnografado, o que efetiva a produção de uma teoria pautada no dinamismo e na criatividade xamânica.

---

[72] SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies*: Research and Indigenous Peoples. New York: Zed Books, 2012.
[73] ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. *The Falling Sky*: Words of a Yanomami shaman. Cambridge; London: Harvard University Press, 2013.
[74] RADCLIFFE-BROWN, 2013.

As categorias nativas passam a dialogar, portanto, no duplo objetividade/subjetividade, uma vez que, para além de simples dados etnográficos, tratam de conceitos e teorias compreendidas nos próprios termos dos outros. Cunha-se, nesta seara de falar *com* o outro, não somente *sobre* o outro, a ponte entre a teoria antropológica com seus campos conexos, tendo a etnografia e a arqueologia campos profícuos. O deslocamento do eixo promove a busca por outro balanço entre aquilo que é relevante e estruturante para o grupo etnografado. A polifonia passa a ser para além de uma experiência neste caso de Albert e Kopenawa; é a gênese, o modelo de narrativa, o paradigma de construção do conhecimento.[75]

De forma estratégica e deliberada, a narrativa textual é construída com clareza de propósitos, de modo a priorizar a voz de Kopenawa, o que é feito por Albert a partir da inclusão de suas referências antropológicas nas notas de rodapé que estão no fim do livro. Por sua vez, o corpo do texto, feito em primeira pessoa, tenta manter a voz de Kopenawa, reverberando como outros engajamentos dos pesquisadores podem promover um diferente relacionamento entre texto e experiência. E o tempo de convívio legitima as falas de ambos, tornando-o tanto simétrico quanto erudito, prestigioso para ambos os autores. A força da fala está, pois, no encontro; o poder do conhecimento está na interlocução.

Entre conhecimentos canônicos, com formas de fazer pesquisa no campo das ciências humanas ainda bastante arraigados em uma permanência da tradição positivista, valemos de exemplos e possibilidades múltiplas para não somente produzirmos experiências simétricas, mas questionarmos sobre as balizas que criam fronteiras em vez de pontes; seccionam áreas do conhecimento em vez de promover o diálogo. Estes são apontamentos de uma prática de pesquisa arraigada nos limites e possibilidades entre história, antropologia, etnografia e arqueologia, tratando, pois, de uma miragem sobre o campo das ciências sociais. E, apesar dessa miríade ampla de influências teóricas que o texto apontou, as opções aqui referendadas são não somente epistêmicas e, portanto, teórico-conceituais, mas também políticas.

A discussão desdobrada até aqui pretendeu provocar uma reflexão interdisciplinar a partir da categoria pós-colonial e das possibilidades de sua apropriação, por parte da arqueologia, de seus aportes teóricos e metodológicos. O ponto de clivagem estaria centrado no exercício da prática etnográfica por parte do

[75] *Cf*. INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment*. Essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000. Em várias passagens o autor ressalta que o uso de categorias nativas em pontos de reflexão para a antropologia e a arqueologia passa pela dimensão de aspecto relacional do pensamento nativo, cujas categorias não são inatas, mas desenvolvidas junto à dinâmica da experiência.

arqueólogo, de modo a promover a ampliação das narrativas e dos sujeitos para as diversas e específicas situações de produção em contextos pós-coloniais. Tal exposto emergiria a relevância dos locais contextuais, dos deslocamentos, dos fluxos e fronteiras culturais e epistêmicas, e seriam ventiladas novas possibilidades para a construção do conhecimento a partir de paradigmas outros.

E entre as muitas etnografias possíveis, a construção de um novo modelo heurístico de etnografia tenderia a conformar sua base na experiência do convívio, de modo que a abordagem dos dados etnográficos é prioritária sem, contudo, deixar de dar abertura às diversas possibilidades de escrita. Esse tipo de etnografia faz um relevante contraponto sobre a universalização dos conceitos, reforçando o referencial necessário de descolonização de metodologias. A aplicabilidade de posturas paradigmáticas frente aos processos de produção do conhecimento no interior da própria arqueologia seria uma postura indisciplinar que expõe os mecanismos de colonização presentes no campo arqueológico e que põe em discussão, ainda, a necessidade de se construir uma arqueologia pós-colonial na contemporaneidade.

2.3. Os silenciamentos a ferro e fogo: os contextos de conflito ambiental

O contexto de expansão da atividade minerária em grande escala na região do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, em Minas Gerais, vivido nas últimas décadas e seus desdobramentos relacionados aos impactos ambientais de grande envergadura têm provocado inúmeras situações de conflito. Tais enfrentamentos se situam não somente na instância econômica, mas se refletem nas bruscas alterações dos modos de vida locais, nas disputas territoriais, nas modificações do meio ambiente, na destruição do patrimônio cultural, nos conflitos de direitos à memória. Esse contexto de disputas de lógicas diferenciadas e contrastantes da noção de desenvolvimento e da apropriação do ambiente provoca confrontos e reflete práticas de desigualdades e violências epistêmicas, em grande medida resultado de um conjunto de normas construídas e pactuadas em níveis nacional e internacional que privilegiam a manutenção de interesses hegemônicos, associados à distorção dos mecanismos de participação política que começaram a ser instituídos no período pós-ditatorial.[76]

[76] *Cf*. ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais – Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento. *Anais Eletrônicos do IV Encontro Nacional da ANPPAS*, Brasília, p. 1-15, jun. 2008. MALERBA, Juliana (Org.). *Diferentes formas de dizer não*: experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: Fase,

As relações assimétricas estabelecidas entre as partes envolvidas com os processos de licenciamento ambiental acabam por definir o direito à vida ou à morte do patrimônio cultural. As ressignificações dos sujeitos, de suas histórias, de suas memórias e de seu patrimônio são chanceladas por referências que geralmente não são as mesmas da comunidade impactada pelo empreendimento, ao passo que o Estado estabelece marcos regulatórios da exploração ambiental que podem ser comparados às táticas de guerra, por contabilizar, destrinchar, esquadrinhar, (in)visibilizar e controlar o território, o que estabiliza as diferenças e legitima as desigualdades, ao mobilizar a cultura para fins tão instrumentalizados.

O patrimônio cultural e, especialmente no contexto estudado, o patrimônio arqueológico mostram-se um empecilho ao desenvolvimento econômico em regiões de mineração de ferro em Minas Gerais. E os estudos técnicos de viabilidade ambiental dos licenciamentos ambientais tendem a desqualificar tais referências culturais, de modo a promover diversas maneiras de apaziguamento de sua importância para a memória e história locais, regionais e nacional. Há vínculos econômicos diretos entre as consultorias e as empresas contratantes, cujas contradições dessa prática influenciam diretamente as formas de conhecimento, interpretação, apropriação, divulgação e proteção do patrimônio cultural.

As múltiplas temporalidades do que se identifica enquanto patrimônio cultural e, fundamentalmente dos bens arqueológicos, dialogam e estão em contraste de forma cabal com as variáveis configurações do território. Portanto, é vislumbrada a quebra da cumplicidade existente na consagração de uma determinada hegemonia do conhecimento do patrimônio cultural – um específico *savoir-faire* que promove violências epistêmicas e a deliberada destruição de referências culturais – nos estudos dos licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos filiados à mineração de ferro no Estado de Minas Gerais, como é o caso de Miguel Burnier.

São muito variadas as possibilidades e formas de invisibilizar, e a violência epistêmica, segundo Spivak, constitui-se em uma forma de se exercer poder. Spivak argumenta em seu texto que o subalterno não pode falar e, quando tenta fazê-lo, não encontra meios para se fazer ouvir.[77] São tortuosos, complexos, incompreensíveis, obscuros, obtusos os procedimentos existentes nos licenciamentos ambientais no Brasil. Há diversos diplomas legais que concedem o ordenamento jurídico ao

---

2014; ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel *et al*. (Org.). *Mineração*: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

[77] *Cf*. SPIVAK, 2010.

patrimônio ambiental nacional, no qual o patrimônio cultural se inscreve e que inclui, nesse último, os bens arqueológicos.

Os estudos de impacto ambiental são peças-chave para a verificação da viabilidade ambiental da possível instalação de um empreendimento, bem como para estabelecer medidas mitigadoras e compensatórias em casos específicos, de forma a tentar compatibilizar o exercício das atividades econômicas com a preservação do meio ambiente, o que inclui o patrimônio cultural. O ordenamento jurídico brasileiro, por força do *princípio da prevenção ou da cautela*, exige a elaboração de estudo prévio de impacto ao meio ambiente (EPIA) para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental.[78]

Levando em consideração as características, peculiaridades e possíveis impactos da atividade ou da natureza do empreendimento, podem ser estabelecidos procedimentos para o licenciamento ambiental mais simplificados – como o Relatório de Ausência de Impacto Ambiental Significativo (RAIAS) ou o Relatório Ambiental Preliminar (RAP) – ou mais complexos – a exemplo do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).[79]

A proteção do meio ambiente é de competência compartilhada da União e dos estados, cabendo à União o estabelecimento de normas gerais. Seja qual for a modalidade e a complexidade dos estudos técnicos, estes são peças indispensáveis ao subsídio prévio para a análise da concessão ou não do ato autorizativo requerido de instalação, operação ou ampliação de uma atividade ou empreendimento.[80] No entanto, nos casos em que a legislação federal prevê a exigência do processo de licenciamento ambiental completo, não pode ser isento ou passível de processo menos rigoroso o licenciamento por ordenamento jurídico específico dos estados e dos municípios, correndo o risco de pôr em xeque o princípio de legalidade e o princípio da obrigatoriedade, que preveem que não se podem desviar da lei ou dos princípios especiais que regem a matéria casos excepcionais.

Em se tratando de empreendimentos dedicados especificamente à extração e ao beneficiamento de minério de ferro, considerados “uma das mais impactantes

[78] As normas federais que disciplinam o estudo de impacto ambiental são fundamentalmente: Art. 225, § 1º, IV da CF/88; Lei 6.938/81; Decreto 99.274/90; Resolução CONAMA 001/1986.
[79] *Cf.* Resolução CONAMA 01/86; Resolução CONAMA 10/88; Resolução CONAMA 13/90; CONAMA 237/97; Resolução CONAMA 347/04.
[80] Nos termos do art. 1º, I, da Resolução CONAMA 237/97, licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

atividades minerárias em curso em Minas Gerais e que vem degradando enormemente nosso patrimônio ambiental", há a exigência do licenciamento ambiental clássico, ou seja, um estudo mais complexo.[81]

A Promotoria do Estado de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública no ano de 2010 pela inconstitucionalidade e ilegalidade do dispositivo DN COPAM 74/2004.[82] Essa norma jurídica trata da possibilidade de mineração com base em simples Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) denunciada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) pelo fato de vir "ocorrendo completo desrespeito ao ordenamento jurídico vigente", na medida em que o Estado de Minas Gerais tem concedido a Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF).

Os promotores alertaram ainda para o fato de que

> (...) a lavra de minérios, cujo potencial degradador foi reconhecido até mesmo pela própria Constituição Federal (art. 225, § 2º.), foi objeto de tratamento específico pela Lei 7.805/89, Decreto 98.812/90 e Resoluções CONAMA 01/86, 09/90 10/90 e 237/97 (que exigem expressamente o licenciamento ambiental clássico para o exercício da atividade).[83]

Se a legislação federal exige o licenciamento ambiental para essa categoria de empreendimento, a legislação estadual, tampouco a municipal, não poderiam dispensá-lo. Dito de outra forma, a não exigência de, no mínimo, estudos ambientais prévios que pudessem avaliar a viabilidade ambiental dos empreendimentos de mineração e/ou beneficiamentos de ferro indica que seriam desconsideradas questões fundamentais, como os efeitos cumulativos de diversas concessões, o grau de vulnerabilidade do local onde o empreendimento pretende se instalar, a publicidade e a prévia concordância do ente municipal com o empreendimento proposto e o monitoramento das atividades autorizadas e dos subsequentes impactos.

Na contramão da sustentabilidade, o afrouxamento legal que muito hoje em dia se profetiza como flexibilização, agilização, racionalização, modernização, compatibilização e desburocratização do licenciamento ambiental é apenas uma das questões que refletem as violências epistêmicas relacionadas aos projetos

---

[81] MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (MPMG). *Ação Civil Pública (ACP) em Defesa do Meio Ambiente, em face do Estado de Minas Gerais*: arguição de inconstitucionalidade das AAFs em atividades mineradoras. Belo Horizonte, novembro de 2010, p. 7.

[82] Sublinha-se que no ano de 2009 o Promotor de Justiça Marcos Paulo, um dos responsáveis pela ACP do MPMG, já havia publicado um artigo cujo teor corresponde à quase totalidade do texto da ACP de 2010. MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Autorização Ambiental de Funcionamento (DN Copam 74/94) e violação ao princípio da prevenção: uma inconstitucionalidade flagrante e perigosa. *Artigos Científicos da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA)*, Belo Horizonte, p. 1-6, 2009. Disponível em: <http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_03.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

[83] MPMG, 2010, p. 7.

neoextrativistas.[84] A trajetória do Direito Ambiental no Brasil deveria caminhar para o estabelecimento de normas capazes de aperfeiçoar a proteção ao meio ambiente, e não de flexibilizar ou abrandar as responsabilidades dos causadores dos impactos ambientais. É crítico que esse flagrante desrespeito do ordenamento constitucional vigente no caso do Estado de Minas Gerais está situado em um território possuidor de uma das maiores fontes de minério de ferro do Brasil, e para não dizer do mundo – o Quadrilátero Ferrífero-Aquífero.

> De forma significativa, logo após a ruptura da barragem [Barragem de Rejeitos da Samarco], parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais não hesitaram em aprovar um decreto que flexibiliza o licenciamento ambiental para torná-lo mais célere na concessão de licenças para a mineração. Processo semelhante ocorreu no Senado Federal, em que uma proposta de Ementa Constitucional, introduzida anteriormente em 2012, foi aprovada no início de 2016. Na prática, essas manobras representam o desmantelamento do sistema de normas que obriga a avaliação de impacto ambiental para o licenciamento das grandes obras (...), e reclamam por estudos etnográficos sobre as práticas do Estado e a construção de legalidades, ilegalidades e "alegalidades".
> (...)
> Essas iniciativas fazem parte de um contexto mais amplo para reaquecimento do setor minero-extrativo, que conta ainda com o lançamento do Programa de Revitalização Mineral Brasileira em julho de 2017 e três Medidas Provisórias (MPs 789, 790 e 791) que versam sobre a criação da Agência Nacional de Mineração – ANM, a modificação do Código de Mineração e a revisão da legislação que trata da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.[85]

Tal questão se desdobra em áreas de ocorrência de minério de ferro que são também de alto potencial de ocorrência de patrimônio espeleológico e arqueológico, cujos impactos negativos estão diretamente associados às atividades de perfuração de rochas, desmonte por explosivos, tráfego de caminhões e equipamentos de lavra. São vários os agentes e agências em diversos âmbitos que atuam em foco nas questões específicas relacionadas ao patrimônio arqueológico no contexto do licenciamento ambiental.

Trata-se de um contexto de celeridade, de mudanças de ordenamentos jurídicos, que visa imputar o mínimo necessário que a legislação garante no aspecto de prover avaliações de análise da viabilidade ambiental, cujas licenças devem ser concedidas por etapas e precedidas de estudos técnicos.[86] Mudanças bruscas, como as que

---

[84] *Cf*. ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (Org.). *Mineração na América do Sul*: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.
[85] ZHOURI; OLIVEIRA, 2018, p. 15-17. *Cf*. MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (Org.). *Desastre no Vale do Rio Doce*: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.
[86] No panorama atual, ocorre a discussão da Lei Complementar 140 e a implementação da DN COPAM 213/2017, que passou a permitir os licenciamentos que se encaixem nas classes de 1 a 4 pelos municípios, sem a necessidade de passar pela SEMAD, a depender da localização, porte e potencial de

ocorreram em dezembro de 2016, pouco mais de um ano após o Crime Ambiental de Mariana, em 5 de novembro de 2015: um dos primeiros atos do novo procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Antônio Sergio Tonet, empossado por meio de uma artimanha estrutural, tratou de remover os três promotores mais atuantes na resolução judicial e extrajudicial de conflitos que envolvem significativo impacto ambiental.

Apesar de o Ministério Público ser um órgão independente, de acordo com a Constituição da República, e não estar vinculado a nenhum dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), sendo definido como uma instituição permanente que possui autonomia e independência funcional, há redirecionamentos evidentes em suas ações impetradas especialmente por meio das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.[87] O adensamento das ações em torno do "Caso Samarco" e do "Caso Anglo American – Step 3" demonstra que, mesmo na esfera da resolução consensual de conflitos ambientais, o que é tratado como negociação e mediação, há grandes dificuldades de se lidar com as pressões econômicas contemporâneas, especialmente no que diz respeito ao controle público dos interesses privados, que se desdobram em uma complexa rede de estudos de viabilidade ambiental.[88]

> O paradigma da adequação ambiental no seio da modernização ecológica extrapola o âmbito do licenciamento e configura todos os campos da governança ambiental, incluindo o campo jurídico, esfera de atuação do MPMG. O instrumento TAC soma-se a outros, tais como Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), comitês de bacia, participação em conselhos deliberativos. O princípio geral da harmonização entre bens constitucionalmente protegidos rege a interpretação da lei, o que adicionado à ênfase nas ações preventivas e estratégias extrajudiciais, acabam por corroborar com as premissas consensualistas do desenvolvimento sustentável que têm na negociação um princípio institucional. (...)
>
> Entretanto, esses princípios aparentemente democráticos e justos quando aplicados em uma sociedade estruturada pela desigualdade social, econômica, cultural e ambiental, subsume à lógica hegemônica as desigualdades sociais e as diferenças culturais reais. Desta maneira, no interior do paradigma da adequação, o dissenso é eliminado por meio das tentativas de restringir a fala dos atingidos ao lugar em que se espera que eles falem: o lugar da aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso. A possibilidade igualitária de que o grande empreendimento retroceda ou pare em nome dos projetos

---

impactos ao meio ambiente. Ainda, tem-se o recente Decreto 47.137/17, que altera alguns artigos do Decreto 44.844 de 2008. Entre as principais inovações está a possibilidade do licenciamento concomitante, que permitirá que duas ou três fases do licenciamento (licença prévia, licença de instalação e licença de operação), quando as características técnicas assim permitirem, sejam analisadas simultaneamente. Disponível em <http://meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/3011-minas-gerais-determina-os-criterios-para-o-licenciamento-ambiental-dos-municipios>. *Cf*. MALERBA, Juliana (Org.). *Novo marco legal da mineração no brasil*: para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.

[87] Plano de Atuação do Caoma para 2017-2018. Disponível em <https://rompimentodabarragemdefundaoftmpmg.files.wordpress.com/2017/04/ed-18_v7_web_12.pdf>.

[88] *Cf*. Mediação: o caminho. *Rede – Revista Institucional do Ministério Público de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano IX, ed. 22, março de 2014. Disponível em <https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA944E662CE0144F5AE58667996>.

> tradicionalmente existentes no local, ou dos direitos diferenciados da cidadania, está fora do horizonte das decisões. A obra é inexorável e se torna ainda mais fortalecida à medida que consegue evocar categorias cada vez mais abstratas (progresso, civilização, desenvolvimento etc.) e se apresentar em nome de uma coletividade igualmente abrangente (a nação, o interesse nacional etc.), escamoteando, por esta via, a lógica privada da apropriação e da acumulação capitalista. Neste contexto, por oposição, a categoria de atingido é confinada ao espaço dos "interesses localizados" de "grupos minoritários".[89]

Nesse jogo de luz e sombras, a quem interessa preservar o patrimônio cultural brasileiro? E a quem interessa ainda mais promover a sua morte? As relações assimétricas estabelecidas entre as partes envolvidas com os processos de licenciamento ambiental acabam por definir o direito à vida ou à morte do patrimônio cultural. Não é menos relevante relembrarmos aquelas já muito estudadas relações entre a preservação da história, memória e, portanto, do patrimônio cultural e do território, como bases norteadoras das identidades.[90] Balizas temporais e espaciais conformam a noção de identidade, mas e quando não as temos? Ou quando não podemos acessá-las? Ou quando estão fragilizadas, postas em xeque?

É relevante sublinhar que Appadurai destaca ainda que a territorialidade, essa dimensão da nação moderna, é relevante para a análise no contexto pós-colonial, haja vista a implosão das referências territoriais na visão pós-moderna – o que o autor trata de translocalidades – que tornam as referências culturais nacionais frágeis e, portanto, redefinem as relevâncias geográficas nos contextos pós-nacionais.[91] A violência epistêmica, como dito, é uma forma de invisibilizar o outro, expropriando a sua possibilidade de autodeterminação, por meio de processos de emenda, edição, apagamento e até anulamento dos sistemas de representação, que incluem o registro e a memória da experiência, solapando os mecanismos de comunicação e de visibilização das diferentes concepções de mundo, modos de ser e de fazer territorializados.

Então, quem tem permissão de narrar e de que forma narrar a crônica história de Miguel Burnier?

*****

[89] ZHOURI, Andréa. Mineração e desregulação ambiental: limites do consensualismo e da mediação negociada em situações de conflito ambiental. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir*: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 90-91.

[90] *Cf*. GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000; CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997; HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

[91] *Cf*. APPADURAI, 1997.

3. OS PALIMPSESTOS E AS AMNÉSIAS SELETIVAS: DE SÃO JULIÃO A MIGUEL BURNIER, AS ESTRATIGRAFIAS DA MEMÓRIA

Este capítulo procurará refletir sobre o contexto histórico de exploração mineral relacionado ao território do distrito de Miguel Burnier, traçando um contexto temporal que vai desde os tempos coloniais à fixação da empresa Gerdau S. A. na localidade, no século XXI. Não obstante pareça ser longo demais o percurso, interessa-nos aqui dar subsídios a respeito das importantes passagens históricas relacionadas a esse lugar, como também promover uma análise sobre a contradição latente que existe nos atos de rememorar: como um lugar, com registros históricos associados inclusive a avultosos homens da história nacional, ou com homens possuidores de tamanho cabedal, que impulsionaram a ocupação territorial a partir da colônia, local onde se desenvolveu a "revolução industrial brasileira", é tão parcamente citado, relacionado, relembrado, rememorado? Seria, pois, uma estratégia de amnésia seletiva que ali se constitui? A quem interessa preservar e fazer esquecer?

Junto ao ato de lembrar, tem-se o esquecer. E intrínseco às profundas estratigrafias da memória, estão os processos de seleção – seja consciente seja inconscientemente – do que se deseja dar o direito à vida ou à morte pela memória. Existem amnésias e recordações seletivas, em um processo de construção de palimpsestos que se encontram em franca disputa com diversos agentes e agências da sociedade.[92]

A memória contribui para a organização do redemoinho de nossas percepções, atualizando-as, fixando-as e ordenando-as de acordo com determinada lógica, em um esforço seletivo e estruturante sem o qual as narrativas e identidades se tornariam um caos de impressões. E, nesse processo, o presente é o responsável por essa seleção e descrição na tentativa de reconstrução do passado. Seguindo as teorias do sociólogo francês Maurice Halbwachs, as construções do passado são sustentadas por

[92] PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Esboços*, v. 11, n. 11, 2004, p. 25. Assim, como Sandra Pesavento, parte-se da imagem do palimpsesto como metáfora de uma abordagem sobre o passado de Miguel Burnier, visando ao "resgate de uma paisagem urbana que se realiza, acumula, superpõe e troca significados o espaço e no tempo". Cf. *Idem*, p.1. A autora explica, ainda, que o palimpsesto "é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Palavra grega surgida no século V a.c., depois da adoção do pergaminho para o uso da escrita, palimpsesto veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto. A escassez de pergaminhos os séculos de VII a IX generalizou os palimpsestos, que se apresentavam como os pergaminhos nos quais se apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos doa outros precedentes, que se mostravam, por vezes ainda visíveis, possibilitando uma recuperação". Cf. *Idem*, p. 26.

estruturas coletivas e criadas por atores sociais, e tudo o que nós nos lembramos do passado faz parte de representações sociais que são realizadas no presente. Indivíduos não recordam sozinhos, quer dizer, "indivíduos não se lembram por si mesmos e, para lembrarem, necessitam da memória coletiva, isto é, da memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos".

A memória que celebra o patrimônio cultural está muito ligada a certos interesses e desejos de se construir determinada representação e uma memória coletiva de coesão social.[93] Todo real, entendido como conhecimento e interpretação que os homens atribuem à realidade,[94] é uma representação daquilo que existiu, e a história, bem como a memória, também constrói representações desse passado, de modo que a "representação de um objeto corresponde, então, a um conjunto de informações, de opiniões e de crenças referentes a esse objeto".[95] A identidade de um grupo – as suas diferenças em relação a outros grupos – é construída por meio de um conjunto de representações, imagens e simbologias apreendidas pelos sentidos, pela memória. A memória, portanto, funciona de forma ativa na reconstrução do passado através de suas experiências anteriores e interfere nas formas de interpretação da realidade.

O não entendimento das estratégias específicas do repertório da memória é também um dos resultados do contexto de modernidade e novamente na pós-modernidade que tende a desfazer o antigo em detrimento do novo, o que gera ondas de nostalgia e de salvaguarda daquilo que represente o tempo perdido. A sensação é de perda, de um vazio que só pode ser preenchido pela admiração mítica da coisa antiga, pela atração irresistível aos centros históricos e construções pretéritas e pelo incremento turístico provocado pelos museus.[96]

Assim, pode ser considerado que o esquecimento é em si mesmo um método, uma vez que é preciso "aprender a esquecer para recordar o sentido" ou, em outras palavras, é preciso esquecer para que as lembranças possam vir à tona, já que todas as experiências passadas não podem ser fisicamente armazenadas e é justamente a

---

[93] DURKHEIM, Émile [1893]. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

[94] "A realidade consiste no fato de que essa pessoa, os objetos sociais (outras pessoas) e o mundo da natureza existem em si mesmos, independentes da nossa presença e dos significados que atribuímos a todos eles". *Cf.* LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. A imagem, a idéia, o símbolo. In: *O que é Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 11.

[95] SILVA, Helenice Rodrígues da. A História como "a representação do passado": a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações*: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, p. 86.

[96] CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23 – Cidades, 1994, p. 120.

partir desse exercício que conseguimos realizar reflexões filosóficas, abstrações e mesmo a produção e o esquecimento do conhecimento.[97]

Em oposição nos renderíamos a Funes, O Memorioso, personagem do poeta Jorge Luis Borges que apreendia a realidade de forma quase intolerável de tão rico e nítido em detalhes, cuja memória – infalível – abarcava todo o seu passado e todas as vezes que ele o recordava. “Duas ou três vezes havia reconstruído um dia inteiro, não havia jamais duvidado, mas cada reconstrução havia requerido um dia inteiro”.[98] O próprio Funes chegou a dizer que sua memória era um depósito de lixo, porque não tinha a capacidade de seleção, de abstração, de encadeamento do saber assimilado, e a qualidade de fecundar ideias gerais. Apesar da aparente profundidade de conhecimentos que *O Memorioso* possuía, tudo não passava de detalhes superficiais, de descrições.[99]

No caso do distrito de Miguel Burnier, perder a memória exige método, rigor científico, porque é preciso fazer esquecer para conseguir desenvolver grandes projetos de extrativismo mineral que não precisam nem podem ter por perto comunidades com memórias. Nessas situações críticas há interferências metódicas nos procedimentos memorialísticos, com grande força de canalização de agentes e agências para resultados especificamente vislumbrados por eles.

3.1. As profundezas da história colonial – 1º estrato

O território hoje denominado Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, em princípios da colonização portuguesa, na região das Minas, estava inserido em uma vasta área denominada Rodeio, Rodeadouro ou Rodeio do Itatiaia. Tal topônimo reflete muito o processo de colonização da área: estavam a leste Ouro Preto, a norte Itabirito, a sudoeste Congonhas do Campo, a sudeste Ouro Branco – todos arraiais em princípios do século XVIII que cresciam rapidamente com os descobrimentos de ouro que se faziam ao longo de seus cursos d’água. O Rodeadouro era um ponto estratégico de interconexão entre esses locais, já que era um caminho mais facilmente traçável pelo topo da serra frente ao entorno muito íngreme.[100]

---

[97] MITRE, Antônio. *O dilema do centauro*: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 27.
[98] BORGES, Jorge Luis. *Prosa completa.* Barcelona: Bruguera, 1979, v. 1, p. 477-484.
[99] *Ibidem*.
[100] “Conceição do Alemão por muitos anos foi o Padre Moraes o Capelão nato dessa Capela e outros lugares circunvizinhos, todos compreendidos sob a genérica denominação ‘Rodeio’: porquanto, como se vê dos assentos paroquiais daquela época, naqueles tempos denominava-se Rodeio todo o território

Em um mapa certamente de princípios do século XVIII, em que se observam poucos topônimos estabelecidos nas Minas Gerais – locais incertos e impressos para a Metrópole que baseava sua localização mais nos cursos d´água que nos poucos caminhos traçados –, observa-se a indicação de "Rodiadouro" próximo ao Rio Congonhas, pertencente à bacia do Rio das Velhas, e também nos arrabaldes do Rio Paraopeba, cujas nascentes estavam na direção do "caminho dos curraes da Bahia". O mapa demonstra o ainda pouco conhecimento, ou melhor, as incertezas a respeito da vastidão das terras do que viria a ser Minas Gerais.



Figura 3 – Fragmento das Cartas da Capitania de Minas Gerais [c.1690-1709], com indicação do local denominado Rodeadouro. Fonte: BN, Cartografia, ARC.030, 02, 018/025.

A primeira descrição mais detalhada sobre esse caminho foi feita por Antonil em 1711, ao descrever que no roteiro do caminho novo entre o Rio de Janeiro e Minas existiam algumas "roças" responsáveis pela produção de gêneros alimentícios que abasteciam a região das lavras do então "pequeno arraial de Ouro Preto":

> E quem segue a estrada das Minas Gerais, da roça sobreita de Manoel de Araujo da Resaca do Campo [Rio das Mortes] vai à roça, que chamam de João

compreendido entre as serras do Ouro Branco, Bocaina, Rodeio, Morro do Gabriel, Lagoa no Netto, Columna, etc.". *Cf.* LEMOS, Affonso Henriques de Figueiredo, Padre. Monographia da Freguezia da Cachoeira do Campo (município de Ouro Preto). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1908, p. 82.

> Baptista: daí a de João da Silva Costa, e desta à roça das Congonhas, junto ao Rodejo da Itatiaia: da qual se passa ao campo do Ouro Preto, aonde há varias roças, e de qualquer delas é uma jornada pequena ao arraial do Ouro Preto, que fica mato dentro, onde estão as lavras do ouro.
> Todas as referidas marchas farão distância de oitenta léguas a respeito dos rodeios, que se fazem em razão de muitos, e grandes morros, e por rumo de Norte a Sul, não são mais que dois grãos de distância ao Rio de Janeiro: porque o Ouro Preto está em vinte e um grãos, e o Rio das Velhas estará em vinte, pouco mais ou menos. E todo do dito caminho se pode andar em dez até doze dias, indo escoteiro quem for por ele.[101]

Em 1732, Tavares de Brito elaborou um roteiro a ser usado por aqueles que se deslocassem para a região das Minas pelo então chamado Caminho Novo no qual a região é descrita como rota importante dos percursos dos viajantes, motivo pelo qual é possível entender os motivos de a região se chamar Rodeio:

> Caminho Novo
> Carandaí, a Lagoa Dourada (toma esse nome todo aquele terreno, usurpando-o da Lagoa vizinha), Camapoã, Redondo, Congonhas, Macabelo, paremos nesse sítio, e façamos para ele a jornada pelo Rio de Janeiro.
> (...)
> Jozé Rodrigues, João Rodrigues, Alberto Dias, Passagem, Ressaca, Carandaí, Outeiro, os Dois Irmãos, Galo Cantante, Roçinha, Amaro Robeiro, Carijós, Macabelo. Aqui se passa o Rodeio, isso é, que se rodeia uma Serra, a que chamam Itatiaia, Ilhéus, o Lana.
> Daqui toma à mão esquerda quem quer ir caminho direito para Vila Real, e se vai pela Cachoeira, a vista da Casa Branca, buscar a passagem do Gravato; e proseguindo o caminho das Minas Gerais, do o Lana se vai às Três Cruzes, e daí a Trapuí, que fica uma légua de Vila Rica.[102]

O povoamento dessa região das Minas se deu em um rompante em busca do Eldorado. Das primeiras cartas de sesmarias concedidas naquelas terras, tem-se a sesmaria de Matheus da Silveira Villa-Lobos, com data de 10 de janeiro de 1714 no "Sítio no Rodeio da Titiauya", além de duas sesmarias do capitão Francisco da Rocha Brandão, sendo a primeira com data de 20 de fevereiro de 1758 referente à Fazenda do Sande (Freguesia de Congonhas do Campo, termo de Vila Rica) e outra referente à Paragem do Sande (Freguesia de Congonhas do Campo, termo de Vila Rica) em 17 e agosto de 1769.[103] Por aquele tempo também se faz referência à implantação da

---

[101] ANTONIL, Andre João [1711]. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*: com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descubrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da' ao reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes. 1. reimp. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837, p. 179-180.

[102] BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerario geografico*: com a verdadeira descripcão dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoacoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastiaõ do Rio de Janeiro. Atè as minas do ouro. Sevilha: Officina de Antonio da Sylva, 1732, p. 6-8.

[103] APM. SC-09, fl.75; APM. SC-119, fl.65; APM. SC-146, fl.208, respectivamente. Consta, ainda, o requerimento na data de 28/10/1745 feito por Francisco da Rocha Brandão, Simão Ribeiro da Silva, Manuel Coelho e demais sócios referentes a título de posse de terra na região de Congonhas. *Cf*. APM.

Capela de Nossa Senhora da Conceição do “Chiqueiro do Namão”, templo localizado nos arrabaldes da vila, mas filiado à Freguesia de Ouro Preto, que segundo algumas fontes poderia ter sido fundada entre 1753 e 1763, certamente associada à fazenda homônima.[104]

A ocupação foi se intensificando: surgiram os topônimos Sande, Chiqueiro do Alemão, Rodeio de Cima, Rodeio Debaixo, Morro do Gabriel, Rodeio do Itatiaia, passando pelos altiplanos da Serra dos Alemães e indo em direção à Serra do Itatiaia. Entre roças e lavras de ouro, aquelas terras eram colonizadas por meio de caminhos que foram se consolidando como trajetos que permitiam tanto o fluxo entre Vila Rica e a região da Serra da Moeda, nas confluências do Rio Paraopeba, quanto de Vila Rica às paragens de Congonhas e Carijós (Conselheiro Lafaiete) no sentido Serra da Mantiqueira. No trecho da chapada da Serra do Itatiaia, instalou-se a Fazenda e Estalagem do Capão do Lana, importante núcleo de apoio aos viajantes.[105]

Uma carta a pedido da Câmara de Vila Rica e produzida por Cláudio Manoel da Costa entre os anos de 1755 e 1766 assinalou os caminhos mais importantes daquela que se tornou a principal região produtora de ouro nas Minas setecentistas. Nesse documento, observa-se que a forma de acessar a vila de Congonhas se dava passando por Sande e rodeando a Serra do Deus-te-Livre até chegar a Xiqueiro, e dali para Capão do Lana, Crioulo, Boa Vista, Tripuí e Vila Rica. Mas, se o caminho se desse partindo da vila de São Paulo rumo a Minas Gerais, de Carijós ia-se em direção à serra onde se estabelecia Ouro Branco, Lavrinhas e Xiqueiro, rumando o mesmo caminho descrito anteriormente.

SG cx. 04, doc. 07. Em relação ao nome da paragem Sande, consta que no ano de 1744 a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Cachoeira do Campo tinha como seu procurador Manoel de Oliveira Sandy, mas cuja relação com a Fazenda do Sande é desconhecida. Há também referências do reverendo padre Merciano de Almeida Sande. *Cf*. LEMOS, 1908, p. 105.

[104] “O Capitão Simão de Mendonça Allemão, nobre paulista da família dos Lemes, possui parte do Campo de Ouro Preto, onde tinha roças. Dele foi a Capela e o lugar chamado Chiqueiro do Alemão.” In: VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904, p. 191. “Namão era o cognome de um antigo morador do lugar. Êsse cognome alterou-se depois para Alemão”. In: TRINDADE, Raimundo Otávio da, Côn. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945, p. 214.

[105] Pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas em Capão do Lana, o que resultou o conhecimento de várias estruturas do sítio arqueológico que se encontra na área particular da empresa Topázio Imperial Mineração, localizada na divisa entre o distrito de Rodrigo Silva e Miguel Burnier. *Cf*. LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA FAFICH/UFMG. *Levantamento Histórico-Arqueológico da Estrada Real*: o Capão do Lana – Ouro Preto/MG. Belo Horizonte, novembro de 2008.

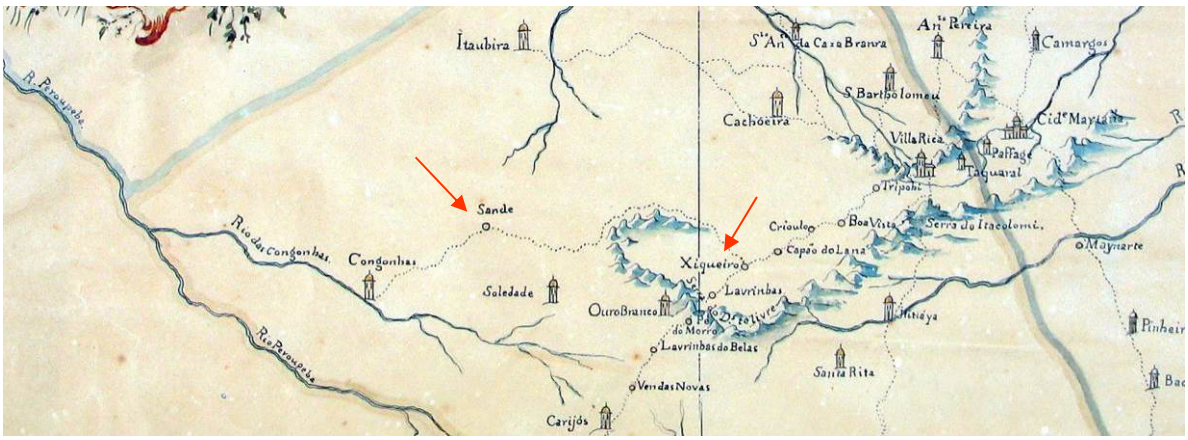


Figura 4 – As setas indicam as povoações que atualmente correspondem às áreas localizadas no distrito de Miguel Burnier em carta de [1755-1766].
Fonte: Recorte a partir de APM-080.

Essa carta indica, pois, que o segmento do caminho entre a vila de Congonhas do Campo e Chiqueiro passava pela sesmaria de Sande, de propriedade do capitão Francisco da Rocha Brandão, região que corresponde às proximidades da sede urbana de Miguel Burnier na atualidade, em segmento de estrada identificável com a atual via municipal OP-260 e segmento da estada vicinal que passa por Pires e ruma para a "Usina". Ao sul da sesmaria, existia um templo religioso de Nossa Senhora da Soledade (atual Lobo Leite, distrito de Congonhas).[106]

Da paragem de Chiqueiro dos Alemães, que, note-se, não faz alusão a qualquer templo religioso, havia um acesso a Lavrinhas (possivelmente atual povoado de Morro do Gabriel, pertencente a Ouro Branco) para Capão do Lana (atual sítio arqueológico localizado na Topázio Imperial Minerações) e dali para Crioulo (atual Dom Bosco, subdistrito de Cachoeira do Campo, Ouro Preto), para Boa Vista (Bela Vista, povoado de Rodrigo Silva, Ouro Preto) e Tripuí (nas redondezas do caminho de Saramenha, Ouro Preto) até chegar à Vila Rica. Da encruzilhada de Chiqueiro até Vila Rica, trata-se de um caminho ainda hoje existente e que teve grande parte de seu trajeto reutilizado pelo traçado da linha férrea a partir do último quartel do século XIX, aproveitando-se o altiplano existente entre as serras que o margeiam.[107]

---

[106] "Capela curada de Nossa Senhora da Soledade – A primitiva capela foi edificada na primeira metade do século XVIII, sendo filial, a princípio, de Ouro Branco. Há registros de que serviu de matriz da freguesia. A atual capela foi construída por provisão de novembro de 1756. Tombada pelo IEPHA/MG cm 1978.". In: TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro; IEPHA-MG, 1998, p. 379. Em registro cartográfico dos "Padres Matemáticos" produzido entre 1734 e 1735, esse local já se encontrava assinalado pela existência de uma capela. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Guia dos bens tombados de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2014, p. 93-96.

[107] *Cf.* "Capítulo 5 – Tornando visível o indizível: os arruinamentos e suas formas de resistência" desta tese.

Importa ressaltar que aquelas terras que vão desde noroeste da paragem de Chiqueiro dos Alemães, onde a sesmaria do Sande havia se estabelecido, limitando-se ao sul nas proximidades de Soledade e ao leste em Capão do Lana, têm correspondência bastante aproximada com o atual distrito de Miguel Burnier. Pelo menos até o momento de produção dessa carta, não obstante as limitações de registro e conhecimento do território naquele momento, estes parecem ser os principais topônimos constantes na região.

Se analisarmos com cuidado o *Mapa da Comarca de Vila Rica*, produzido por José Joaquim da Rocha no ano de 1775, mesmo que desgastado, conseguimos obter a informação de que poucos anos após a cartografia anteriormente citada consta o povoamento de Pires (bairro de Congonhas), que fazia a ligação entre Boa Morte (comunidade de Belo Vale e/ou topônimo da Serra da Moeda) até Capão do Lana, relevante ponto de cruzamento da Serra da Moeda. Também constam templos religiosos em Bela Vista (povoado de mesmo nome, Rodrigo Silva, Ouro Preto) e Itatiaia (comunidade de Ouro Branco) que não haviam sido assinalados no mapa anterior.



Figura 5 – Referências em documento cartográfico de 1775.
Fonte: Recorte a partir de APM-076, com intervenções de Luana C.M.C. Akinruli.

Um relato memorialista do início do século XX escrito pelo padre Affonso Henriques de Figueiredo Lemos em Cachoeira do Campo, no mês de agosto de 1907, explicita com maiores detalhes a existência de alguns templos e fazendas da região que apontam para os processos históricos de ocupação colonial, detalhando inclusive o nome de seus proprietários:

> Era uma capela filiada à paróquia de Cachoeira do Campo Nossa Senhora da Conceição do Alemão, conhecida antigamente com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Rodeio, quase da mesma época [c. de 1726]
> (...)
> Além destas Capelas propriamente ditas (públicas): as quais muitas outras havia em fazendas particulares e que por isso tomavam o nome de 'Oratórios' destas, conforme os assentos paroquiais, pois que em sua maioria desapareceram com as fazendas a que pertenciam, ou foram substituídas por Capelas públicas – lembramos as seguintes – a de S. Vicente Ferreira na fazenda do Gabriel da Silva no Alto do Morro do mesmo nome, substituída em 1904 por uma Capelinha de pedra pública, edificada no mesmo lugar da antiga.
> De Nossa Senhora das Dores na fazenda de Feliciano Alves Vianna, pouco distante da Estação de H. Hargreaves, hoje denominada – Dores da Bela Vista.
> Pelos assentos paroquiais temos notícia das seguintes Capelas particulares, cuja posição não podemos bem assinalar: – nas fazenda [sic] do Capitão-Mor José Luiz Sol 1713 – do Tenente-Coronel Cosme de Faria 1713 – de Pedro Anaes Souto 1714 – Padre Damaso Pereira 1718 – João Pires [de Barros] 1721 – Tenente-Coronel Manoel de Azevedo 1714, de São José, no Cercado.
> Na sede da freguesia, as Capelas mais antigas são as da Chácara do Coronel João Lobo Leite Pereira, no estremo do arraial. Essa capela de que hoje só restam as ruínas, parece que também serviu para a celebração dos atos religiosos antes de edificar-se a matriz, a de Nossa Senhora das Dores de 1761, devota, de pedra.[108]

O excerto aponta, pois, para a antiguidade da fazenda do entorno da Capela de Chiqueiro dos Alemães ou Capela da Conceição do Rodeio, certamente de 1726. Pela continuidade do relato e pelo cruzamento com outras fontes, é possível que já existisse a Fazenda do Rodeio de propriedade do Capitão Simão de Mendonça Allemão naquela data, talvez dotada de um oratório, propriedade que cuidava do abastecimento alimentar das minas e, por isso, teria recebido a alcunha chiqueiro – Chiqueiro do Alemão –, ou seja, lugar de criação de porcos.

São citados ainda outros antigos templos religiosos que revelam os nomes dos colonos pretéritos daquelas terras, como no caso da Capela de São Vicente, nos terrenos de Gabriel da Silva, que estava localizada no Alto do Morro (posteriormente denominado de Morro do Gabriel, atual comunidade de Ouro Branco), ou a Capela de Nossa Senhora das Dores da Bela Vista, localizada na fazenda de Feliciano Alves Vianna (atual comunidade de Bela Vista, Rodrigo Silva, Ouro Preto), ou ainda o oratório da fazenda de João Pires datado de 1721 (bairro Pires de Congonhas).[109] Há ainda referências que pertenciam à Irmandade de Nossa Senhora do Sacramento da Paróquia de Cachoeira do Campo no ano de 1756, Manoel Fernandes Pereira (no lugar denominado Sardinha, ribeirão que passa pelo distrito-sede de Miguel Burnier), e em

[108] LEMOS, 1908, p. 95.
[109] Entre os membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Cachoeira do Campo, consta, no ano de 1724, o nome do sargento-mor Gabriel da Silva Pereira, membro de número 187. In: *Idem*, p. 95.

1792, João Gonçalves na Lagoa do Neto (proximidades do distrito-sede de Miguel Burnier). Foi também na Lagoa do Neto que viveu e morreu o vigário colado Manoel José de Oliveira, padre da paróquia de Cachoeira do Campo entre os anos de 1768 e 1776, português que também ensinava "as primeiras letras".[110]

O relato memorialístico apontou também para a presença do padre Antônio Gonçalves de Moraes e Castro na região em fins do século XVIII e princípios do século XIX, sendo ele o capelão responsável pelos cultos religiosos nas redondezas do Rodeio, incluindo a Capela de São Julião existente na Fazenda dos Caldeirões, que pertencia ao capitão-mor José Alves Maciel.

> Nos fins do século 18º e princípio do 19º, vivia em sua fazenda junto a esta Capela o Padre Antônio Gonçalves de Moraes e Castro, que segundo consta, tinha outra morada em Ouro Preto. Residindo na Conceição do Alemão por muitos anos foi o Padre Moraes o Capelão nato dessa Capela e outros lugares circunvizinhos, todos compreendidos sob a genérica denominação 'Rodeio': porquanto, como se vê dos assentos paroquiais daquela época, naqueles tempos denominava-se Rodeio todo o território compreendido entre as serras do Ouro Branco, Bocaina, Rodeio, Morro do Gabriel, Lagoa no Neto, Columna, etc. Assim, pois, embora naqueles tempos já houvesse Capelas nas fazendas do Sargento-Mor Gabriel da Silva no Alto do Morro, dos Caldeirões do Capitão-Mor José Alves Maciel e talvez em outras, contudo, só na Capela da Conceição do Rodeio, onde havia pia batismal, é que podiam participar dos sacramentos os fregueses desses lugares, estando então em rigorosa observância, as leis canônicas que só permitem a recepção dos batismo e outros sacramentos em Capelas em que haja pia batismal ereta com a devida autorização. Por essa razão, pois, em Novembro de 1798, na dita Capela pelo mesmo Padre Moraes foi conferido o santo sacramento do batismo ao último filho do desditoso Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, inconfidente, genro do Capitão-Mor José Alvez Maciel, e portanto cunhado do Dr. José Alves Maciel, como ele também inconfidente, membros dessa nobre família Maciel que ali distante uns 4 quilômetros tinha suas lavras junto a antiga Capela de S. Julião, por muitos anos, reduzida ao silêncio, à desolação e à ruína, hoje porém felizmente restituída as santas alegrias do culto católico. O mês em que foi celebrado o batismo do inocente Gomes, nos revela que, quando isso se realizava, jazia já em medonho cárcere o seu digno e nobre pai, arrancado às carícias da família amada, e cruelmente esmagado em seu coração de pai, de esposo, de nobre patriota. E assim pois não foi celebrado esse ato solene como seria em tempos felizes, nos esplendores da Vila Rica, entre as alegrias e as pompas de uma família opulenta, nobre e honrada; mas em silêncio, na tristeza, em um pobre templo solitário, no meio de pranto e luto de uma família inteira, há pouco feliz e cortejada, agora precipitada de repetente no pelango da mais profunda desgraça.[111]

Afora alguns excessos da retórica comum em textos dos memorialistas de princípios do século XX, especialmente no contexto de tomada da aclamação da memória dos inconfidentes na recém-proclamada República Federativa do Brasil, o relato aponta para territórios nos quais a Inconfidência Mineira teria se desdobrado. A

[110] "(...) há 30 anos faleceu, na Lagoa do Netto, desta freguesia, o centenário João Francisco da Silva, último discípulo sobrevivente do referido vigário". In: *Idem*, p. 106, 108 e 110.
[111] *Idem*, p. 82-83.

Capela de Chiqueiro dos Alemães tinha grande importância local, porque nas redondezas era apenas lá que existia pia batismal, de modo que ali se procederiam todos os sacramentos da Igreja Católica, incluindo os batizados. Nesse contexto, foi indicado que em novembro de 1798 o padre Moraes batizou o filho caçula do inconfidente tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, um dos moradores da Fazenda dos Caldeirões, que como castigo à sua participação na Inconfidência Mineira já havia sido degredado para Pedras d'Angola, em Moçambique, em 1792.



Figura 6 – Imagem setecentista de São Julião pertencente à Igreja da Fazenda dos Caldeirões – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.



Figura 7 – Detalhe da imagem setecentista de São Julião pertencente à Igreja da Fazenda dos Caldeirões, com caligrafia típica do século XVIII – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

3.1.1. Famílias Álvares Maciel e Freire de Andrade: a Fazenda dos Caldeirões e a Inconfidência Mineira

Localizada em um lugar de divisas entre as três primeiras comarcas das Minas Gerais – Comarca do Sabará, do Rio das Mortes e de Vila Rica –, interessa-nos sobremaneira entender a história da Fazenda dos Caldeirões, que remete não somente aos primórdios da ocupação das Minas Gerais, e momento proeminente de extração aurífera na Colônia, o que seria importante para justificar sua relevância histórica. Essa

fazenda está relacionada a um dos episódios de maior vulto nacional – a Inconfidência Mineira – e aos desígnios de duas das famílias mais poderosas naquela época, envolvendo indivíduos diretamente implicados com a conjuração e com a plutocracia colonial, notadamente relacionada à família Álvares Maciel e Freire Andrade, cujos cenários também envolveram as terras atualmente identificadas como integrantes do distrito de Miguel Burnier.

O patriarca do tronco, o capitão-mor José Álvares Maciel, era um português filho de Francisco Álvares da Cruz e Antônia Maria Maciel, tendo sido pai e sogro de dois dos principais envolvidos na Inconfidência: José Álvares Maciel (filho) e Francisco de Paula Freire. Natural de Portugal, da Freguesia de Santa Maria Maior, Vila de Viana do Minho, Arcebispado de Braga, José Álvares Maciel (pai) se transferiu para o Brasil aos treze anos, quando chegou à Bahia. É possível que tenha residido pouco tempo no Rio de Janeiro, de onde se transferiu para as Minas Gerais, fixando residência em Vila Rica, onde se tornou contratador. Casado com Juliana Francisca de Oliveira (também chamada de Juliana Francisca Paes de Oliveira), ao que tudo indica teve sete filhos, a saber: Francisca Theodora de Oliveira Maciel, Izabel Carolina de Oliveira Maciel, Francisco Alves Maciel, José Álvares Maciel, Domingos Alves de Oliveira Maciel, Theotônio Alves de Oliveira Maciel e Maria/Anna Clemência de Oliveira Maciel.[112]

José Álvares Maciel (pai) era um dos homens mais ricos, poderosos e influentes das Minas, tendo tido inserções militares na Colônia, já que ocupou um "dos postos mais altos na hierarquia da Companhia de Ordenança de Ouro Preto, o de capitão-mor". Essa patente conferia ao seu possuidor nobreza vitalícia, "podendo ser ocupada apenas pelas pessoas principais de cada localidade, sendo assim, atestava o prestígio daquele que a alcançasse".

> José Álvares Maciel, que substituiu Antônio Ramos dos Reis no posto de capitão-mor desde a morte deste até finais do século XVIII, não se limitou a cargos militares. Foi ainda Escrivão das Execuções de Vila Rica e Escrivão dos Órfãos de São João Del Rei. É possível que a trajetória bem-sucedida de José Álvares Maciel em direção à obtenção do título de Sargento Mor das Ordenanças, tenha relação com a sua união com uma jovem de uma das principais famílias da região o que reforçaria uma inserção ainda mais destacada na sociedade local.[113]

---

[112] CECO. Batizados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, códice 492, microfilme 104, fls. 48, 55v, 75 e 89v. *Cf*. LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogias paulistanas*. São Paulo: Duprat & Comp., v. IV, 1904, p. 354-356.

[113] ALMEIDA, Carla Maria de Almeida *et al*. Os homens ricos nas Minas nas malhas do Império Português. *Principia – Caminhos da Iniciação Científica*, Juiz de Fora, v. 11, 2007, p.3. O casamento entre José Alvares Maciel e Juliana Francisca de Oliveira (ou Juliana Pires) demonstra como a questão do matrimônio servia como um dos principais alicerces sociais na Colônia, uma vez que as alianças familiares eram estratégias empregadas pelas elites durante o Antigo Regime. Juliana era natural da

O primeiro manuscrito existente nos acervos pesquisados que se refere a Álvares Maciel (pai) se trata de procuração de 20 de outubro de 1748, passada de Eugênio Teixeira de Silva a José Alves Maciel para cobrar da Fazenda Real de Vila Rica todos os quintos que lhe pertencerem em Serro Frio.[114] Em 4 de novembro de 1750, há um decreto do rei D. José I nomeando José Álvares Maciel para o cargo de escrivão das Execuções de Vila Rica, cargo que ele retomaria em outros momentos naquela mesma década.[115] Isso porque em 14 de fevereiro de 1752 o rei nomeou Álvares Maciel como escrivão dos Órfãos da Vila de São João del-Rei, na Comarca do Rio das Mortes, o que demonstra a atuação de Álvares Maciel nas principais vilas das Gerais.[116] Em 14 de maio de 1753, ficou decretado que ele voltaria ao cargo de escrivão das Execuções de Vila Rica.[117]

Se pensarmos sobre a significância da atividade de escrivão, tratava-se de alguém que era letrado e que preenchia uma função administrativa ligada à Coroa. Ocupando lugar privilegiado, posto de confiança, os escrivães seriam os responsáveis pela redação dos documentos oficiais, autos de processos, atas, registros de receitas e de despesas, e toda sorte de informações que precisavam de validação oficial.[118]

> Para realizar o controle desse território que se povoou de forma repentina, na busca frenética de riqueza e mercê, a coroa portuguesa implantou uma estrutura administrativa que intentava ordenar a sociedade mineira e explorar as riquezas das minas.[119]

A sua atuação como agente administrativo da Coroa portuguesa estendeu-se para outros territórios e funções, uma vez que em 5 de novembro em 1754 se sabe que José Álvares Maciel foi citado como um dos administradores do contrato de Diamantes no Tejuco (Diamantina), ao lado de João Fernandes de Oliveira e Manuel Mateus

---

Freguesia de São Sebastião/Mariana, filha do guarda-mor Maximiano de Oliveira Leite e Ignácia Pires de Arruda, que eram primos que se casaram em Parnaíba/SP no ano de 1722. O guarda-mor Maximiano era neto pela linhagem materna do bandeirante Fernão Dias, conhecido pela alcunha de "O Caçador de Esmeraldas", o que estabelece uma inequívoca ligação entre esses importantes troncos familiares de São Paulo e Minas Gerais. O guarda-mor Maximiano "integra a lista dos 'Homens Ricos' elaborada em 1756 por Domingos Pinheiro, bem como a lista feita pelo governador D. Lourenço de Almeida, a mando do Rei, a fim de que agradecesse aos que mais se distinguiram na contenção da revolta de Vila Rica, em 1720". Cf. Origem.Biz. Disponível em: <http://oimpar.com.br/origem/?cadastro=maximiano-de-oliveira-leite-guarda-mor>. VASCONCELLOS, 1904, p. 324.

[114] BN. Manuscritos I-25, 33, 25.

[115] AHU. Minas Gerais, cx. 57, doc. 7.

[116] AHU. Minas Gerais, cx. 59, doc. 35.

[117] AHU. Minas Gerais, cx. 62, doc. 73.

[118] FACHIN, Phablo Roberto Marchis. "Escreve quem sabe e assina quem pode": produção e circulação de manuscritos no Brasil Colonial. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 37, p. 213-232, jul.-dez. 2014.

[119] SANTOS, Juliana Godoy. Juizado de Órfãos em Minas colonial, século XVIII. *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, jul. 2013, p. 01.

Tinoco.[120] Os contratadores adquiriam, “em leilão, o direito de cobrar os impostos para o Estado português”, de forma que se tornavam responsáveis pela “forma de cobrança e arrecadação dos impostos”.[121] Assim, ele esteve ao lado de João Fernandes de Oliveira, que se tornou famoso por ser o companheiro de Chica da Silva.[122] Em 13 de maio de 1755, no Tejuco, já constam citações de seu nome como sargento-mor.[123]

Em 27 de fevereiro de 1756, o rei D. José I decretou que deveria ser prorrogado por mais seis meses o exercício de José Álvares Maciel na serventia do ofício de escrivão das Execuções de Vila Rica, o que significava que ele já havia sido transferido para Ouro Preto antes daquele ano.[124] Em 24 de janeiro de 1757, o rei de Portugal proveu José Álvares Maciel no posto de escrivão das Execuções de Vila Rica, cargo que ele ocupou no início daquela década.[125] Em 27 de fevereiro de 1758, houve consulta do Conselho Ultramarino sobre a prorrogação do cargo de escrivão das Execuções de Vila Rica para José Álvares Maciel.[126] Todavia, já em 18 de janeiro de 1760, José Álvares Maciel teve prorrogação do exercício do cargo de escrivão dos Órfãos da Vila de São João del-Rei,[127] mas em 11 de março de 1760 Álvares Maciel foi citado como escrivão das Execuções de Vila Rica de Ouro Preto.[128]

Nota-se a ampliação do lugar social de José Alvares Maciel na Vila de Tejuco, onde, além de ter sido contratador, ocupou o cargo militar máximo de sargento-mor. Resultante disso, foi também por aquele tempo que constam as doações das sesmarias para o sargento-mor José Alves Maciel, entre 1757 e 1761, sendo elas: Sítio Tripuí (1757-1758) e Rio Chopotó, no Ribeirão Cachoeirinha (1759-1761).[129]

A sesmaria denominada Sítio Tripuí foi dada ao suplicante sargento-mor José Álvares Maciel em princípios de 1758, tratando-se de meia légua de terra em quadra localizada na vila no termo da Comarca de Vila Rica, sendo os confrontantes o guarda-mor Alexandre da Cunha de Matos, Antônio Francisco e João Barbosa. Além desses eram moradores nas vizinhanças Antônio Fernandes Aragão, José Pereira, Bento de Magalhães, Domingos Gonçalves Gomes, João Gomes Martins, Jerônimo Fernandes e

[120] AHU. Minas Gerais, cx. 66, doc. 7.
[121] REZENDE, Fernando. A tributação em Minas gerais no século XVIII. *II Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 1983, p. 126.
[122] *Cf.* FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
[123] BN. Manuscritos I-26, 01, 010, nº 101.
[124] AHU. Minas Gerais, cx. 69, doc. 47.
[125] AHU. Minas Gerais, cx. 71, doc. 20.
[126] AHU. Minas Gerais, cx. 73, doc. 18.
[127] AHU. Minas Gerais, cx. 75, doc. 18.
[128] AHU. Minas Gerais, cx. 75, doc. 45.
[129] Respectivamente: APM. SC-119, 44v.; SC-96, 85v.; SC-122, 155v.; SC-146, SC-167. *Cf*. CATALOGO DE SESMARIAS. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 37, v. I, 1988.

Domingos Fernandes Ribeiro, que disseram ter sido prejudicados com a doação feita ao sargento-mor Álvares Maciel, uma vez que ali já estavam. Justamente por isso, o processo de doação de terras se arrastou de fevereiro de 1757 a março de 1758, e contém traslado do pedido de sesmaria, auto de medição e demarcação das terras.[130]

Em 20 de fevereiro de 1758, o sítio chamado Tripuí "termo e Comarca da Vila Rica" foi demarcado pelo escrivão da Intendência Antônio Soares da Silva, em companhia do doutor Cassimiro Teixeira Machado, cavaleiro da Ordem de Cristo, e ao sesmeiro sargento-mor José Álvares Maciel, "que presente se achava no mesmo Sítio", sendo primeiro para esse efeito "de se medirem e dar posse as terras contidas nessa carta" notificados os vizinhos confrontantes "abaixo declarados de que dou minha fé, achando-se também presentes os medidores João Lopes Pacheco e Leandro Marcelino". Os presentes começaram a medição fazendo o "Juramento dos Santos Evangelhos e um Livro deles em que puseram suas mãos direitas sobre a qual lhes encarregou que bem em verdade muito fizerem a dita medição sem dolo nem malícia alguma".[131]

Depois de feito o juramento, principiaram a medição das terras

> pondo-se outro marco de pedra a ele encostado com a letra nele lavrada de sesmeiro e se vias pedras pequenas, pontes, [ilegível], e confrontada por esta parte com terras do Guarda-Mor Alexandre da Cunha Matos, que foi citado e sua mulher, e seguindo o rumo do leste para o oeste se mediram 750 braças de terras que se findaram em um espigão de um morro pequeno e aí se depositaram um marco de pedra com a mesma letra em suas partes e seguindo o mesmo rumo se mediram outras 750 braças de terra que findaram em um campestre donde se pôs também um marco de pedra com a mesma letra e testemunhas de pedras, que outrossim se puseram no pião e confronta por esta parte com terras de Antônio Francisco que também foi ciente e assistiu a esta medição e tornando ao peão para se medir o terreno seguindo o rumo do sul para o norte se mediram 520 braças de terras que findaram na Serra chamada de São Bartolomeu que pela sua impossibilidade e aspereza senão pôde continuar a medição, se fez marco de um pau ali nascido chamado Casca de Cobra fazendo-lhe uma [ ] e golpes de machado [ornado] ao picão para se medir a última braça e [suprir] a faltado terceiro se mediram 980 braças de terra que findaram ao pé de um córrego donde se pôs um marco também de pedra com a mesma letra, testemunhas e confronta por esta parte com terras de João Barbosa que também foi ciente, e assistiu a mesma medição e a esta marcação e por esta forma foi o dito sesmeiro sargento-mor José Alves Maciel enterrado de meia légua de terra que lhe foi concedida de qual tomou posse.[132]

É interessante notar que

> Lendo também testemunhas presentes da dita posse, João Dias Soares, digo **Antônio Dias Soares morador no Sítio denominado o Caldeirão termo desta vila Rica**, e José Francisco de, digo Domingos Gomes Rodrigues

[130] BN. Manuscritos, I-26, 11, 004, nº 029.
[131] BN. Manuscritos, I-26, 11, 004, nº 029, f.9 e 9v.
[132] BN. Manuscritos, I-26, 11, 004, nº 029, f.9v e 10.

> morador no mesmo Sítio do Tripuí cuja posse lhe foi doada sem embargo dos requerimentos de Antônio Fernandes José Pereira e de outros pelos fundamentos expedidos nos mesmos requerimentos que lhe despertou o dito Ministro por não mostrarem as ditas terras por título deles [mania] e sem ela ser proibida por ordem repetidas de sua Majestade, a suposta posse de que se [ilegível] valor [ilegível] melhor conta dos requerimentos que se acham em meu poder.[133]

Em um documento separado do anterior "copiado que se mandou por em auto separado", mas com data de 20 de fevereiro de 1758, ou seja, mesma data da medição da sesmaria concedida a Álvares Maciel, encontram-se os autos de requerimentos da posse dessa sesmaria em que se opuseram Bento de Magalhães e outros, já que o sítio denominado Tripuí, que fazia confrontações com guarda-mor Alexandre da Cunha de Matos, Antônio Francisco e João Barbosa, era do alferes Antônio Dias Soares, mas que não possuía título de sesmaria. Isso porque talvez o alferes não tenha confirmado a sesmaria cumprindo o prazo de um ano para medir e demarcar as terras ou pelas condições de proprietário absenteísta.[134]

Afora os conflitos agrários que os documentos revelam, importa aqui ressaltar que, inicialmente, as terras que se tornaram conhecidas por Caldeirões eram ocupadas pelo alferes Antônio Dias Soares antes mesmo de terem sido de Álvares Maciel.[135] O

---

[133] BN. Manuscritos, I-26, 11, 004, nº 029, f. 10 e 10v. Grifo nosso.

[134] BN. Manuscritos, I-26, 12, 004. Em 20 de dezembro de 1758, tem-se a sentença cível de agravo que a seu favor obtiveram Bento de Magalhães e outros contra o sargento-mor José Alves Maciel. *Cf*. BN. Manuscritos, I-26, 10, 018, nº 002. Outro conflitos agrários marcaram a história de Álvares Maciel, como no caso da Fazenda do Facão, paragens do Palhano, em 1761, que pertencia à Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, termo da Vila de São José (região da Mantiqueira, nas proximidades do Caminho Novo). É interessante ressaltar que no processo de diputas das terras de Manoel Teixeira de Sousa, quem pediu o embargo foram os ditos seus confrontantes, o sargento-mor Álvares Maciel e o alferes Antônio Dias Soares, ambos "moradores na paragem do Tripuí, distante muitas léguas do local da disputa". *Cf*. PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e conflitos nas sesmarias da comarca do Rio da Mortes*. Tese (Doutorado em História) – Proograma de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p.165. *Cf*. Autos de sesmaria de Manoel Teixeira de Sousa (embargado) e alferes Antônio Dias Soares e sargento-mor José Álvares Maciel (embargantes), 1761. AHET/IPHAN-MG/SJDR, cx. 29, fl. 13.

[135] A primeira referência a Antônio Dias Soares data de 17 de janeiro de 1753, na qual os moradores do Morro do Ramos e do Pau Doce pediram a revisão da medição de "umas terras" que foram dadas a ele, "por estarem atrapalhando o caminho dos moradores em Vila Rica". Trata-se de um caminho único e muito antigo e em uma subida, de modo que "é preciso fazer uma volta" "em prejuízo do comum". In: APM. CMOP, cx. 29, doc. 12. O Morro de Ramos (região do Passa-Dez e Veloso) é de pricípios da ocupação da região o conhecimento de que naquelas paragens havia ouro "e sendo os serviços mineraes de todos muito uteis, os do Morro do Ramos se coheceram superiores pela fartura de faisqueiras. Hoje mesmo não cessa de ser fertil: mas a falta d'águas, e o trabalho excessivo na lavra de terrenos duros para chegar às formações do metal ambicionado, dificulta a sua extracção." *Cf.* ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Vol. 08. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto, 1822, v. 8, p.87. Há documento que faz referência ao cargo de alferes, em um pagamento de foros por penhora, entre 1753 e 1754. In: APM. CMOP, cx. 31, doc. 72. Segundo o historiador André Nogueira, em certa ocasião, o alferes Antônio Dias Soares, em Vila Rica, teria seu sítio 'assombrado' por 'almas' que 'perseguiam' seus moradores. Por conta deste fato e depois de ter recorrido em vão aos exorcismos da Igreja, fora persuadido a chamar um 'advinhador e curador' de nome José Preto, morador no Padre Faria, também em Vila Rica. (...) De acordo com a fala do alferes Antônio Dias Soares, após os rituais

poder da autoridade, do prestígio e da riqueza eram fatores de peso tanto na relação de forças nas disputas pelas terras quanto nos resultados das querelas. Outro processo de concessão de sesmaria a José Álvares Maciel se deu na Freguesia da Guarapiranga, termo da cidade de Mariana, em 1760, cujas terras faziam confrontações com o tenente Antônio Ferreira da Rocha.[136]

Além dos conflitos agrários já citados, Álvares Maciel se meteu em questões ilícitas nas Minas coloniais, tendo sido acusado, por diversas vezes, de não repassar os valores arrecadados em impostos para a Coroa, fazendo, pois, apropriação indébita dos valores dos contratos que assumia. Tanto que em 20 de novembro de 1761 deu-se o primeiro sequestro de seus bens, sob a alegação de atraso de pagamento como caixa do contrato de entradas.[137] Em 22 de fevereiro de 1764, a demora no pagamento que havia de fazer José Álvares Maciel da consignação do contrato de entradas transformou-se em dívidas que passaram a ser cobradas em parcelas de cinco contos de réis recolhidos nos cofres da Coroa.[138] Desde 1761, ele era caixa e administrador do contrato de entradas dos caminhos, cargo de três anos, cuja quantia devia pagar à Provedoria da Vila de Santos.

Talvez por essas dívidas que Álvares Maciel tenha sido preso, possivelmente em 1764, uma vez que em 5 de janeiro do ano seguinte consta um requerimento de Domingos Ferreira da Veiga e de outros que foram arrematantes do contrato das Entradas das Minas de 1759 a 1761, pedindo para mandar soltar da prisão o caixa José Álvares Maciel, a fim de tratar das cobranças do contrato e efetuar o pagamento à Real Fazenda.[139] Por sua vez, em 17 de janeiro de 1765, há um documento de consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de Domingos Ferreira da Veiga e de outros, pedindo que seja solto da prisão o caixa José Alves Maciel.[140] Certamente, o pedido foi aceito, contudo, as dívidas com a Coroa não cessaram, como se comprova em documento de 16 de setembro de 1766, no qual são citados os débitos à Real Fazenda dos contratadores de Vila Rica Manuel Ribeiro dos Santos, José Álvares

---

engendrados pelo negro, os moradores de seu sítio 'cessaram de sua queixa'". In: NOGUEIRA, André. Santo forte! Devoção antoniana e práticas de cura ilegais nas Minas do século XVIII. *Dimensões*, v. 34, 2015, p. 05.

[136] BN. Manuscritos, I-26, 23, 024, nº 009. É relevância informar a presença do alferes José Alves Maciel, natural do Porto/Portugal e falecido em 1797. Ele era casado com Vicência Maria de Oliveira e viviam em Guarapiranga (atual Piranga), onde fundaram em seus terrenos a Capela de São José do Xopotó Acima (1764-1765). In: TRINDADE, 1945, p. 295; TRINDADE, 1998, p. 178-179. Apesar de homônimos e transitando em mesmos territórios, desconhecem-se seus laços familiares.

[137] BN. Manuscritos, I-25, 22, 001, nº 001.

[138] ARCHIVO NACIONAL. *Documentos Históricos*. Vol. II – Livro da Junta de Arrecadação da Fazenda Real. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C., 1928, p. 316.

[139] AHU. Minas Gerais, cx. 85, doc. 04.

[140] AHU. Minas Gerais, cx. 85, doc. 13.

Maciel e João de Sousa Lisboa.[141] Em 18 de dezembro de 1767, consta certidão emitida em Vila Rica de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, confirmando que o capitão José Alves Maciel fez entrar mais de nove arrobas de ouro na Real Casa de Fundição de Vila Rica.[142]

É possível afirmar que a tendência a certa permanência de Álvares Maciel em Vila Rica, exercendo ali suas atividades em nome da Coroa, adicionada à confirmação das suas sesmarias na região, indica também o momento vantajoso para o matrimônio. Casou-se certamente na década de 1750 com Juliana Francisca de Oliveira (ou Juliana Francisca Paes de Oliveira), moça cuja ascendência paterna era da linhagem do bandeirante Fernão Dias Paes Leme (seu bisavô).[143] Eles tiveram sete filhos, a saber:

a) Francisca Theodora de Oliveira Maciel (nascida em 08/01/1757);
b) Izabel Carolina de Oliveira Maciel (nascida em 28/01/1758-1813);
c) Francisco Álvares Maciel (1759);
d) José Álvares Maciel, que se tornou tenente-coronel (c.24/04/1760-1804);
e) Domingos Álvares de Oliveira Maciel, que se tornou coronel (c.1761);
f) Theotônio Álvares de Oliveira Maciel (c.19/02/1762-1837);
g) Maria/Anna Clemência de Oliveira Maciel (1772-06/02/1856).[144]

---

[141] AHU. Minas Gerais, cx. 88, doc. 46.
[142] AHU. Minas Gerais, cx. 91, doc. 83.
[143] "3-2 Guarda-mór das minas do Carmo, coronel Maximiano de Oliveira Leite, fidalgo da casa real, casou-se por procuração em 1722 com Ignacia Pires de Arruda filha de Francisco Pires Ribeiro e de Maria de Arruda (...) Teve sete filhos que são:
4-1 Anna Ignacia de Oliveira (...)
4-2 Maria Ignacia Paes de Oliveira (...)
4-3 Marianna Pires de Oliveira (...), casou-se com o capitão-mór José da Silva Pontes de Carvalho, professor da ordem de Christo, (...)
4-4 Ignacia de Arruda Pires (...)
4-5 Juliana Francisca de Oliveira (...) foi casada com o capitão-mór José ALves Maciel, (...)
4-6 Doutor Francisco Paes de Oliveira, filho do guarda-môr nº 3-2, foi guarda-mór das minas de Villa Rica e falleceu solteiro.
4-7 Desembargador José Pires Monteiro de Oliveira, bacharel formado em Coimbra, foi juiz de fóra em Loure em 1760 e auditor do regimento de Cascáes em 1769, provedor da Camara de Lamego em 1770 e em 1886 conservador com beca da universidade de Coimbra. Falleceu solteiro. *Cf*. LEME, vol. IV, 1904, p.331-332, 343, 353, 356.
[144] "4-5 Juliana Francisca de Oliveira, filha do guarda-mór nº 2-3, foi casada com o capitão-mor José Alves Maciel, natural de Portugal. Teve naturaes de Minas:
5-1 Francisco Alves Maciel, fallecido solteiro.
5-2 Dr. Theotonio Alves de Oliveira, fallecido solteiro, foi membro do governo provisorio de Minas em 1821, deputado a constituinte em 1823. [Capitão-Mor]
5-3 Coronel Domingos Alves de Oliveira Maciel, foi advogado e deputado a constituinte em 1823, casou-se com... Teve: 6.1 João Severiano Maciel da Cosat, marquez de Queluz (...)
5-4 Dr. José Alves Maciel que tomou parte na inconfidencia mineira e falleceu no degredo.
5-5 Izabel Carolina de Oliveira Maciel foi casada com o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, do Rio de Janeiro, filho natural de José Antonio Freire de Andrada [2º conde de Bobadella] e de Maria do Bom Sucesso Correa de Sá. Teve: 6-1 Gomes Freire de Andrade, coronel reformado do

A primeira rebenta do casal, Francisca Theodora de Oliveira Maciel, foi batizada em 15 de janeiro de 1757, ou seja, sete dias após o seu nascimento, na pia batismal da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, sendo

> filha legítima do Sargento-mor José Álvares Maciel, natural da freguesia de Santa Maria Maior da Vila de Viana do Minho, e de sua mulher Dona Juliana Francisca de Oliveira, natural da freguesia de São Sebastião da Comarca e Bispado de Mariana (...)
> e neta pela parte paterna de Francisco Álvares da Cruz, e de sua mulher Antônia Maria Maciel, e pela materna do Guarda-mor Maximiano de Oliveira Leite, e de sua mulher Dona Ignácia Pires.[145]

Francisca teve como padrinhos o capitão José Luís de Sá Ferreira (capitão Custódio de Sá Ferreira) e sua tia materna Ignácia Maria Pires de Oliveira; sendo o capitão morador da Freguesia de Antônio Dias da Vila Rica e a madrinha, moradora da Freguesia de São Sebastião, Mariana, e esposa de José Caetano Rodrigues.[146]

A segunda rebenta foi Izabel Carolina de Oliveira Maciel, batizada em 9 de fevereiro de 1758, ou seja, cerca de dez dias após o seu nascimento, na pia batismal da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, sendo seus padrinhos o avô materno, guarda-mor Maximiano de Oliveira Leite, morador na Freguesia de São

---

exército, barão de Itabira, foi casado com Francisca..., baroneza de Itabira. (...) 6-2 Francisca, filha de 5-5, viscondessa do Bonfim, foi casada com José Francisco de Mesquita, visconde do Bomfim, veador honorario da casa imperial. (...)
5-6 Francisca, filha de Juliana nº 4-5, foi casada com o brigadeiro Pedro Affonso Galvão de S. Martinho, natural de Portugal.
5-7 Maria, ultima filha de 4-5". *Cf*. LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogias paulistanas*. São Paulo: Duprat & Comp., 1904, v. 4, p. 354-356.

[145] CECO. Batizados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, códice 0492, microfilme 104, fl. 48.

[146] Inácia de Arruda Pires, ou Ignácia Maria Pires de Oliveira, nascida e batizada em Sumidouro, Mariana, possivelmente em 1743, tendo falecido em Ouro Preto em 15/06/1810, onde foi enterrada na Igreja Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica. Ela era esposa de José Caetano Rodrigues Horta, com quem teve nove filhos, a saber: Ana Francisca de Oliveira e Horta; Caetano Alves Rodrigues Horta; Maria Rodrigues Horta; Francisco Pais Rodrigues Horta; Antônia Rodrigues Horta; Mariana Rodrigues Horta; Inácia Rodrigues Horta; Francisca Constança Rodrigues Horta, e José Caetano Rodrigues Horta. Seu esposo, o Tenente-Coronel José Caetano Rodrigues Horta, nasceu por volta do ano de 1720 em Ouro Preto e faleceu na mesma cidade em 10 de setembro de 1795, onde foi enterrado na Capela de Nossa Senhora do Carmo. Ele era cavaleiro da Ordem de Cristo e Irmão da Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica. Após a dispensa de impedimento por consanguinidade em 2º grau, casou-se com sua prima em 28/03/1751 na Igreja de São Sebastião em Bandeirantes, Mariana. A herança do casal foi inventariada em 1815 em Mariana. *Cf*. Livro de Casamentos (1735-1802), Freguesia de São Sebastião de Bandeirantes, Mariana, fls.19-20. Livro de Óbitos (1770-1796), Capela de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto, Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, fl.337 (227). Livro de Óbitos (1796-1821), Matriz Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto, Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, fl.190. AHCSM, Inventários, cx. 133, a. 2778, 1º of., 1815. Disponíveis em: <https://www.geni.com/people/Jos%C3%A9-Caetano-Rodrigues-Horta/6000000015413815268> e <http://www.projetocompartilhar.org/DocsMgGL/JoseCaetanoRodriguesHorta1815.htm>.

Sebastião no Bispado de Mariana, e Dona Maria Pires, sua tia materna e mulher de Leonel de Abreu e Lima, que residiam em Passagem de Mariana.[147]

O quarto filho, José Álvares Maciel, foi batizado em 1º de maio de 1760 na Capela de Santa Quitéria, pertencente à Matriz do Pilar de Ouro Preto.[148] O sexto e penúltimo filho, Theotônio Álvares de Oliveira Maciel, foi batizado em 27 de fevereiro de 1762; e a última filha do casal, de nome Maria, é admissível que tenha morrido antes de seu batizado ocorrer.[149]

Além das sesmarias, sabe-se que Álvares Maciel possuía uma residência na sede urbana de Vila Rica e um outro imóvel em seus arrabaldes chamado de Chácara Bela Vista, situada na região conhecida por Morro do Cruzeiro (atual bairro Vila Aparecida), privilegiada localização, já que estava no caminho partindo da Fazenda dos Caldeirões para a vila. Depois de longo período em arruinamento, tendo pertencido à linha férrea, atualmente abriga o Museu Casa dos Inconfidentes. A residência, onde é possível terem ocorrido reuniões entre os inconfidentes, ficou também conhecida como "Casa dos Revoltosos".

---

[147] CECO. Batizados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, códice 492, microfilme 104, fl. 55v. Ignácia Pires de Arruda nasceu possivelmente em Bandeirantes, Mariana, por volta de 1725. Ela era esposa do capitão Leonel de Abreu e Lima, tendo casado no oratório da fazenda do coronel Caetano Álvares Rodrigues em Bandeirantes, na data de 22 de junho de 1745. O capitão Leonel de Abreu e Lima nasceu em 18 de julho de 1703 em Brandara, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Portugal, tendo falecido em Passagem de Mariana na data de 6 de setembro de 1783. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e morador no Morro Santo Antônio em Mariana. Juntos tiveram 12 filhos, a saber: Maria Córdula de Abreu e Mello; Inácia Rosa de Abreu Lima; Caetano Leonel de Abreu e Lima; Maximiano de Oliveira Leite; Padre Bento de Mello Bezerra Rego; Padre Leonel de Abreu e Lima; Antônio Júlio de Abreu e Mello; José Luiz Pires de Abreu e Mello; Francisca Claudina de Abreu e Lima; Catarina Felícia de Abreu e Mello; Padre Lourenço de Abreu Lima, e Domingos Leonel de Abreu Lima. Os testamentos dos herdeiros indicam que eles possuíam terras em Guarapiranga, Mariana. *Cf*. Livro de Casamentos (1735-1802), Freguesia de São Sebastião de Bandeirantes, Mariana, fls.9v-10. Livro de Óbitos (1777-1797), Igreja Nossa Senhora da Assunção, Capela de Santo Antônio do Morro da Passagem, Arquidiocese de Mariana, fl. 142v. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Leonel-de-Abreu-e-Lima/6000000033942400249> e <http://www.projetocompartilhar.org/Familia/LeoneldeAbreuLima.htm>. Conta-se que Juliana Pires, esposa de Álvares Maciel, foi madrinha de Francisca Claudina de Abreu e Mello, sua sobrinha e nona filha do casal Ignácia e capitão Leonel, tendo sido batizada na Capela de Santo Antônio do Morro da Passagem de Mariana em 22 de agosto de 1760. Ainda, Álvares Maciel foi padrinho (por procuração passada ao Dr. Francisco Pires de Oliveira e Felícia Rosa Oliveira) de Catharina Maria de Lima e Mello, décima filha de Ignácia e do Capitão Leonel, que foi batizada na Capela de Santo Antônio do Morro da Passagem de Mariana em 6 de dezembro de 1763. Disponível em: <http://www.castrokkbr3.xpg.com.br/pafc16.htm>.

[148] CECO. Batizados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, códice 492, microfilme 104, fl. 75. A Capela de Santa Quitéria da Boa Vista se encontra preservada no atual distrito de Rodrigo Silva, na região conhecida por Alto da Boa Vista, no trajeto do Caminho Novo, em área rodeada por lavras de exploração de topázio imperial.

[149] CECO. Batizados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, códice 492, microfilme 104, fl. 89v.



Figura 8 – Museu Casa dos Inconfidentes vista da estrada de acesso – Distrito-sede, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 9 – Vista para Ouro Preto, a partir da casa, tendo em primeiro plano o vale do Pilar – Distrito-sede, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 11 – Fachada do Museu Casa dos Inconfidentes com pátio em primeiro plano – Distrito-sede, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 12 – Interior do Museu Casa dos Inconfidentes – Distrito-sede, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

O outro inconfidente a guardar relação com a casa é o tenente-coronel do Regimento de Dragões de Minas Gerais, Francisco de Paula Freire de Andrade, que se casou com D. Isabel Carolina de Oliveira Maciel, filha de José Álvares Maciel e irmã do inconfidente Álvares Maciel. Nascido em 1752 no Rio de Janeiro, o tenente-coronel era filho do 2° conde de Bobadela, o coronel José Antônio Freire de Andrade, que governou a Capitania mineira entre os anos de 1752 e 1758. Apesar do seu altíssimo posto militar, participou da conspiração republicana não apenas como idealizador, mas patrocinando-a e franqueando sua casa para ali se reunirem os conjurados.[150]

[150] "Abandonada e em estado de total declínio, a propriedade, então constituída por "uma casa e terreno, conhecido por Chácara dos Inconfidentes ou Boa Vista, no caminho de Saramenha (...) medindo 60 palmos de frente e 100 de fundos, em ruínas, com água própria, terreno alcatifado e com pasto cercado, em 1929 pertencia à Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, instituição que, reconhecendo a importância da edificação para o patrimônio cultural, resolveu doá-la ao município. Tal doação se concretizou em 27 de junho de 1930, como revela documento anexo à escritura, por meio do texto abaixo transcrito: (...) A primeira reforma de que há registros ocorreu em 1970. Assim que terminada, a casa foi alugada por longos períodos até que passou a funcionar como hospedaria destinada a convidados da Prefeitura. A segunda reforma, já em 2009, foi desenvolvida pela então Secretaria

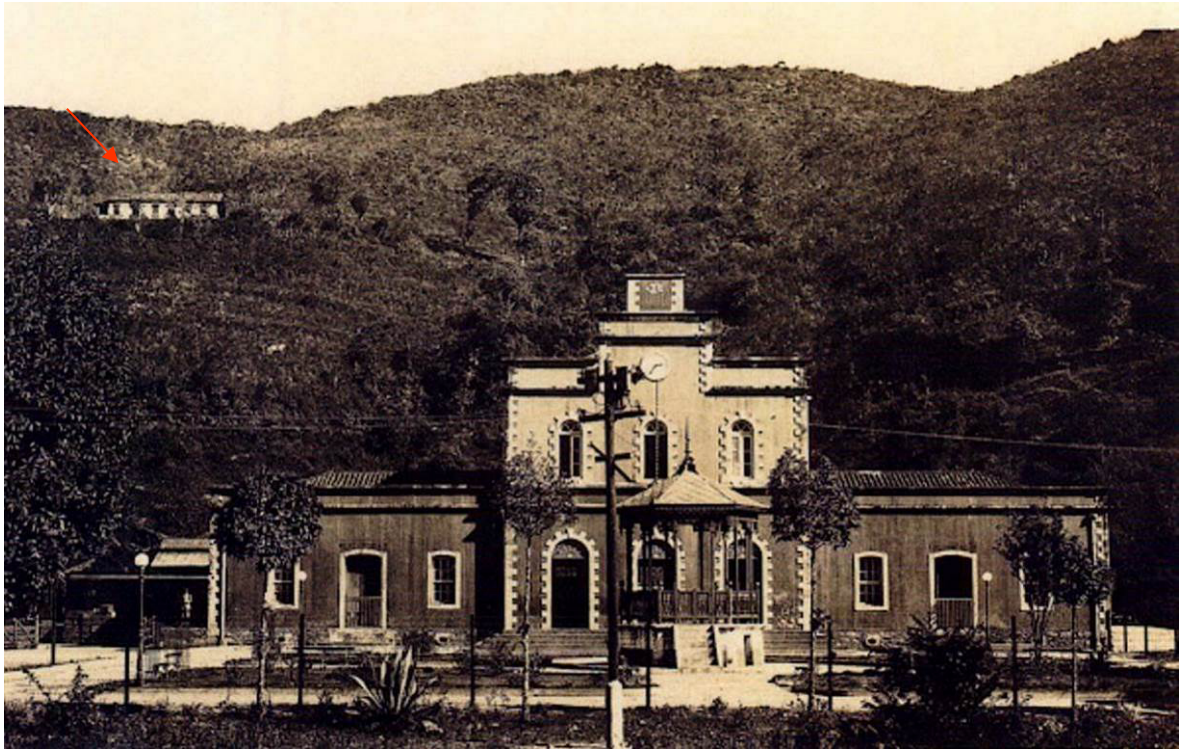


Figura 13 – Cartão-Postal da Estação de Ouro Preto, pertencente à Estrada de Ferro Central do Brasil, situada aos pés do Morro do Cruzeiro, de frente para a Praça Cesário Alvim, c.1930. Vê-se, ao fundo, a Chácara Boa Vista.
Fonte: GERODETTI; CORNEJO, 2005, p. 37.



Figura 14 – A Casa dos Inconfidentes no Morro do Cruzeiro, [1923 e 1948].
Fonte: Acervo Luiz Fontana, Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.



Figura 15 – Vista da Casa dos Inconfidentes, [1923 e 1948]. Fonte: Acervo Luiz Fontana, Núcleo de Mentalidade e Memória IFAC/UFOP.

Ainda sendo acusado de apropriação indébita, José Álvares Maciel passou por uma vistoria em pelo menos uma de suas propriedades visando à apreensão de

---

Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano, e conta com projeto que apresenta memorial descritivo confirmando tratar-se de imóvel no século XVIII, como se lê abaixo: construída no séc. XVIII, a casa da Chácara das Boas Vistas¨, chamada também dos Inconfidentes, em Ouro Preto, sofreu várias intervenções até os dias de hoje, sem contudo desfigurar seu partido original e seu sistema construtivo". Cf. Facebook do Museu Casa dos Inconfidentes. Disponível em: <https://www.facebook.com/MuseuCasaDosInconfidentes/?hc_ref=ARQ4M51MtxuLpgAZbkSjC22yT9BzG9sEaxmCU7gqUJ0_C8F7MtfgfT2ZDudEfwpp7tM&fref=nf>.

quantias em espécie. Em documento intitulado “Auto de busca dos bens de José Álvares Maciel”, com data de 27 de julho de 1786, aparece uma descrição bastante interessante dos componentes da Fazenda dos Caldeirões que foi assim descrita:

> Sua fazenda chamada o Caldeirão, com casas de vivenda térreas cobertas de telhas e senzalas cobertas de capim, com as lavras se tira ouro com os escravos seguintes:
> Manoel Gonçalves Crioulo
> Antônio Francisco Angola
> Joaquim Pereira Crioulo
> [Odara] Crioula
> João de Freitas Pardo
> Joana Angola mulher do dito Xavier Angola
> Kora Crioula mulher do dito Manoel Francisco Angola
> [Gracia] Angola mulher do dito João Paulo Angola e sua mulher Francisca Crioula
> João de Deus Crioulo e sua mulher Joaquina Mina
> Manoel Mina e sua mulher Angélica Crioula
> Gregório Crioulo
> [Leonardo] Crioulo e Daminiana Crioula
> Fabiano Crioulo e sua mulher [Escoloptica] Crioula
> Domingos Crioulo e sua mulher Anna Crioula e seus filhos
> Maria Crioula
> Leonora Crioula
> Romana Crioula
> Antônio Angola e sua mulher Antônia (Parda) com sua filha Anastácia (Parda)
> João da Ajuda Angola e sua mulher Quitéria Crioula e [Valentina] Crioula
> Eugênia Crioula filhas dos ditos
> José Angola e sua mulher Antônia Mina
> Micaela Crioula
> Maria Crioula filhas dos ditos Francisco Cabra [oficio] é de ferreiro e sua mulher [Viviana / Serafina] Crioula
> João Alves Angola e sua mulher Francisca Crioula
> Inocência Crioula
> [ ] Crioulo filhos dos ditos José Crioulo e sua mulher Inácia Crioula
> Edelbram Angola e sua mulher Rosa Crioula e seus filhos [...cio], [ ] e sua crioulinha ainda pagã
> José Ignácio Angola e sua mulher Deridéria Crioula
> Francisco Angola e sua mulher [Arcong]
> Crioula e seus filhos Rafael Crioulo, dito Crioula, Laurentino Crioulo
> Manoel Alvarez Crioulo e sua mulher Ana Crioula
> Severino Pardo e sua mulher Felizardo Pardal
> João Angola
> Joaquim Crioulo
> Ana e [ ] Crioulo, [Mariano] Crioulo, Julião Crioulo, Gonçalves Angola, Francisco Angola, Antônio Angola, Manoel Angola, Agostinho Mina. Francisco Angola, Matheus Cabo Verde, Rita Mina, Francisca Crioula, Maria Crioula, Carlos Pardo, Rosânia Crioula, Serafina Angola, [Teles] Mina e sua mulher [Luria] Crioula – José Angola, e Manoel Angola. Ana Mina, Sebastião Crioulo – Ana Felícia Mina – [Elâria] Crioula, Bernardo Pardo – Pascoal Crioulo.[151]

O patrimônio da Fazenda dos Caldeirões foi descrito como sendo composto por área de lavra de ouro, imóveis térreos (sem porão) cobertos por telhas, senzala coberta por capim, onde morava avultoso número de escravos; mais de cinquenta cabeças de gado, “entre grandes e pequenos”, e alguns mourões de “muito pouco valor”. Não se

[151] BN. Manuscritos I-25, 22, 001, nº 002.

consegue precisar a quantia exata de cativos que viviam na Fazenda dos Caldeirões, pelo fato de parte dos escravos mencionados também viver na “casa de Carijós”. De todo modo, ali contam-se os nomes de cerca de noventa cativos.

A citação dos nomes dos escravos traz informações preciosas sobre a vida naquele lugar, a expressão de trabalho na fazenda levando em consideração o número de cativos, o que se reflete também nas proporções da senzala. Observa-se que a constituição de laços familiares entre os escravos era permitida e talvez promovida, pensando-se na ampliação do “plantel”. Tomando nomes católicos e sobrenomes que podem fazer alguma alusão ao porto de origem, os escravos eram designados como Angola, Mina, Cabo Verde, sendo os Angola predominantes. Em relação às questões raciais, para além dos negros africanos citados, havia os crioulos, pardos e cabras, sendo os crioulos maioria. Há também registro de ofícios específicos, como é o caso do escravo ferreiro, cativo que possuía grande valor no mercado.[152]

Nessa propriedade, o filho homônimo de José Álvares Maciel tinha o interesse de criar uma fábrica de ferro, haja vista a abundância do mineral naquelas terras. Para tanto, como filho da elite da época, foi estudar no exterior, tendo se formado em Filosofia em Coimbra, Portugal, e morado durante quase dois anos na Inglaterra, onde teve contato com as teorias revolucionárias inglesas e francesas. No Museu da Inconfidência em Ouro Preto, está em exposição o seu diploma em Filosofia Natural, com data de 16 de julho de 1785.

Diplomado em 1785, Álvares Maciel foi para a Inglaterra, onde viveu por 18 meses na cidade de Birmingham, um dos centros da Revolução Industrial que ora se desenvolvia, com o intuito de conhecer suas manufaturas e o desenvolvimento industrial que acontecia, o que se deu entre fins de 1786 e princípios de 1788. Ao regressar a Vila Rica, Álvares Maciel contava então com 29 anos e tinha grandes auspícios de atuar como mineralogista, o que foi, inclusive, fomentado pelo governador Visconde de Barbacena.[153]

> Aluno excepcional, Maciel impressionou seu mestre Domingos Vandelli, que o convidou a realizar pesquisas mineralógicas na Serra da Estrela, vizinha a

[152] No ano de 1746 em Vila Rica, por exemplo, existiam 45 ferreiros e 28 ferreiros atuantes, o que demonstra a raridade daqueles dedicados a esses ofícios mecânicos. No ano de 1804, em Vila Rica existiam 50 ferreiros e ferradores. Era considerado ferreiro o artífice “que trabalha com ferro; o fabricante ou vendedor de obras de ferro”. Cf. MENESES, José Newton. *Artes fabris & ofícios banais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 279, 282 e 301.

[153] Para Coimbra também foram estudar os irmãos Francisco e Teotônio, tendo os três se matriculado na Universidade de Coimbra em 1782: Francisco e Teotônio em Leis, e José em Filosofia. ARAÚJO, Robson Jorge de; FILGUEIRAS, Carlos A. L. O Visconde de Barbacena e o químico José Álvares Maciel: encontro na ciência e desencontro na política. *Química Nova*, São Paulo, v. 40, n. 5, jun. 2017, p. 605.

> Coimbra. Vandelli cita-o como descobridor de ricas jazidas de arsênio nessa região, além de autor de várias classificações de rochas.[154]

Ao chegar ao Brasil, aportando no Rio de Janeiro em julho de 1788, Álvares Maciel teve um encontro divisor de águas em sua vida: com o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, a quem deu o livro *Recueil des Loyx Constitutives des Colonies Angloises Confédérées sous la Dénomination d'Etats-Unis de l'Amérique Septentrionale* (Coleta da Constituição Atos das Colônias Anglicanas Confederadas sob a Denominação dos Estados Unidos da América do Norte), de 1787, famosa obra por influenciar os partícipes do movimento em torno de novas formas de pensar e agir politicamente. A inovação constitucional de uma nação que surgia de forma confederada tinha "especial interesse para os integrantes de um movimento de natureza sediciosa que pretendia declarar sua separação de Portugal", indo em direção a uma "condição de comunidade política autogovernada e consciente de si mesma".[155] Esse original também se encontra exposto no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto.

No desdobrar dos estudos a respeito da Inconfidência Mineira, fica mais explícita a forte influência dos estudantes recém-chegados de Lisboa, que encabeçaram um projeto de autonomia das Minas, gestado já em tempos da universidade, que se associou à transitividade entre as ideias professadas pelos inconfidentes nas Minas e os livros com ideário iluminista que compartilhavam. Mesmo levando em consideração as contradições na situação de depoimento dos envolvidos na prisão, sabe-se sobre o encontro de Maciel com Tiradentes que

> não tratou o negócio (da sublevação) com mais miudeza alguma, do que tem declarado, mas sim se falou em manufaturas, mas ele, respondente, se não encarregou delas, nem podia se encarregar delas, porque em um ano e meio que esteve na Inglaterra, não podia compreender coisa de consideração, mais que alguma curiosidade, que não fora mandado por pessoa alguma à Inglaterra, aonde fora para melhor se instruir na química, tendo para isso a módica assistência que lhe fazia seu pai, de dez mil réis por mês, e que naquele reino não ouvira falar nunca em pretensão de levante desta América, a única coisa que ouviu, que respeitasse a América foi dar-se a novidade em uma gazeta de Oxford, que tinha falecido o Ilmo. e Exmo. Vice-Rei do Brasil, Luís de Vasconcelos de Sousa.[156]

---

[154] *Idem*, p. 606.

[155] MAXWELL, Kenneth R. (Coord.). *O livro de Tiradentes*. Transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 124. "Entre fins de 1788 e início de 1789, alguns anos depois do início da Revolução Americana e pouco antes do começo da Revolução Francesa, dois dos movimentos revolucionários mais significativos da época moderna, nos sertões auríferos e diamantíferos das Gerais, outros rebeldes se reuniram e traçavam seus planos sediciosos para tornar independente a região, movimento que ficou conhecido como Conjuração Mineira ou Inconfidência Mineira". Cf. *Idem*, p. 107.

[156] ANDRADA, Lafayette de (Coord.). *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016, v. 5, p. 332.

Maciel era considerado peça-chave na conspiração por entender de química e de geologia, de modo que na situação do levante ele estaria diretamente encarregado de fazer a pólvora necessária aos combates.[157] Mas não somente por seus úteis talentos, a participação de Maciel na Inconfidência Mineira também teve relevância no plano das ideias e na situação de quebra da ordem social, haja vista sua posição privilegiada nas Minas setecentistas. Álvares Maciel estava convicto de que a autonomia política e econômica seria possível com o desenvolvimento da industrialização no Brasil, especialmente ligada ao ferro, o que seria facilitado pela existência de vastas jazidas minerais de grande qualidade nas proximidades com mão de obra abundante, associada à liberdade de fundação das manufaturas que eram proibidas pela Corte.[158]

> José Álvares Maciel, filho do Capitão-mor de Vila Rica do mesmo nome e cunhado do Ten. Cel. da Cavalaria paga da Capitania de Minas Gerais, pela inteligência que tem de história natural e instrução sobre diferentes matérias, fazia a pólvora – em cuja diligência andava já e que, entrando seu pai, dito Capitão-mor, na confiança de que ele tomava parte nesta sedição e motim, lhe dissera: - 'Ó meu filho: não sejas infiel à nossa Soberana, porque se o fores, ser-me-á mais fácil cortar-te a cabeça do que ver-te metido em semelhantes perturbações', ao que o dito José Álvares Maciel filho respondera: que seu pai estava caduco.[159]

Não se sabe até que ponto o pai do inconfidente teria apoiado ou reprimido a ação do filho, haja vista que ele pode ter sido poupado nas delações. De toda forma, sabe-se que reuniões dos conjurados aconteciam em casas e terras que eram de sua propriedade, como na Fazenda dos Caldeirões, e que dali existiam grandes expectativas de desenvolvimento das lavras e beneficiamento do ferro, tendo Álvares Maciel voltado de seus estudos da Europa para poder aplicar seus conhecimentos em benefício do patrimônio de sua família. Além do mais, o pai atuava justamente na função de arrecadação dos impostos, sendo o seu valor cada vez mais elevado nas Minas, um dos pilares de mobilização da Inconfidência Mineira.

---

[157] MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa*: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal – 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 151-152.

[158] Em relação à questão da mão de obra, apesar de ter tido contato com a atuação de trabalhadores livres na Europa, Maciel não defendia propriamente a proposta de Alvarenga Peixoto e do Padre Toledo sobre a alforria dos mulatos e crioulos para se "evitar que os escravos, 'para conseguirem a liberdade', tomassem o 'partido contrário' da sedição". *Cf*. LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 393. No entanto, gera dúvidas a confirmação de que Álvares Maciel fosse "um dos mais empedernidos escravocratas do levante", tendo sido "dele o argumento final que parece ter induzido a decisão contrária à abolição do trabalho escravo, mesmo para os nascidos na América portuguesa". *Cf.* FURTADO, João Pinto. Entre estamentos e classes: riqueza, política e poder nas Minas do último quartel do século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil-Portugal*: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Annablume, 2006, p. 316.

[159] ANDRADA, v. 4, p. 48.

Após o desbaratamento da Inconfidência, Tiradentes foi preso em 10 de maio de 1789, e a ordem de prisão do tenente-coronel Freire de Andrade e de José Álvares Maciel data de 4 de setembro de 1789, tendo sido efetivada em 4 de outubro com a remoção dos réus para o Rio de Janeiro ocorrida em 12 de outubro de 1789. Ao ser preso, depois de ter sido denunciado por seus companheiros, Maciel negou sua participação no movimento, mas foi condenado à morte por ter sido considerado um dos chefes e cabeças da sublevação. Contudo, em 20 de abril de 1792, véspera da execução, teve sua pena comutada em degredo perpétuo pela rainha D. Maria I, como muitos outros. Ao todo foram vinte e quatro réus sentenciados pelo crime do levante contra a Coroa, com a morte apenas de Tiradentes, que serviu de castigo exemplar. Porém, muitos dos acusados foram posteriormente soltos e, ainda hoje, desconhece-se a amplitude da participação dos vários segmentos sociais na Inconfidência, visto que não se deu somente entre os estratos mais privilegiados, como também incluiu a participação de sujeitos das camadas mais populares da sociedade colonial.

> Executado o Tiradentes [21 de abril de 1792], foram remetidos para os seus respectivos destinos os outros condenados.
> A 5 de maio, nas corvetas “Nossa Senhora Guadalupe” e “Nossa Senhora de Brota”, embaraçaram para Angola Ignacio José de Alvarenga, Luiz Vaz de Toledo, Maciel e Francisco Antônio.
> A 22 do mesmo mês, na nau “Nossa Senhora da Conceição Princesa de Portugal”, seguiram para Moçambique Gonzaga, Vicente de Motta, José Ayres Gomes, João da Costa Rodrigues, Antônio de Oliveira Lopes, Victoriano Velloso e Salvador Gurgel.
> A 24 de junho, na fragata “Golfinho”, seguiram para Lisboa, para de lá serem remetidos para a África, José de Rezende Costa, pai, José de Rezende Costa, filho, Domingos Vidal e João Dias da Motta.
> A 15 do mesmo mês, seguiram, nas corvetas “Nossa Senhora da Conceição” e “Santa Rita”, Francisco de Paula e Domingos de Abreu.
> Ficou ainda na prisão, à espera de um navio para leva-lo a Benguela o réu Fernando Ribeiro.[160]

“José Álvares Maciel envolveu-se mais intensamente na Inconfidência justamente quando estava começando a trabalhar em pesquisas mineralógicas”.[161] Apesar disso, ou justamente por isso, na situação de degredo ele conseguiu estabelecer uma fábrica em Angola, onde morreu no ano de 1804, possivelmente aos 43 anos de idade, após treze anos em África. Álvares Maciel era descrito como tendo grandes talentos em suas pesquisas minerais, fator que foi convertido a seu favor, evitando-se assim a morte, e também a favor da Coroa, que articulou sua pena em prol da colonização das terras africanas.

---

[160] SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira*: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial,1972, p. 446.
[161] ARAÚJO; FILGUEIRAS, 2017, p. 608.

> Frei Raimundo de Penaforte, que assistiu aos inconfidentes na prisão e esteve presente à execução de Tiradentes, escreveu alguns anos depois, a respeito de José Álvares Maciel: "era de uma rara instrução. Depois de ter frequentado a Universidade de Coimbra e de ter recebido o grau de bacharel em ciências naturais, viajou pela Europa imitando Pedro, o Grande, no encoberto de seus intentos – que eram visitar todas as fábricas e oficinas, o que conseguiu, pois alcançou o segredo de muitas; e os poria em execução, se essa abrasadora chama da liberdade que se prendeu em seu coração, ao passar pela fornalha da oficina da franco-maçonaria, não lhe devorasse as entranhas. Voltou à sua pátria; e a identidade de opinião e de costume, e parentesco, o precipitaram".[162]

Em Angola, depois de atuar durante cerca de cinco anos como mascate vendendo especialmente tecidos ali produzidos, a partir de 1799 e depois de algumas trocas de cartas com portugueses sobre a existência do minério de ferro na África, a ele foi incumbida a tarefa de construir alguns fornos para o beneficiamento do mineral sob as seguintes prerrogativas:

> Edificando o Forno, ou Fornos que serão tantos quantos vm. poder estabelecer, e fazer trabalhar, procurará vm. aproveitar o Mineral, fundindo-o pelo melhor modo que as circunstancias permitirem, assinalando aos negros, que em semelhantes trabalho se empregarão um método mais proveitoso, que o que eles conhecem e usam para igual efeito, proporcionando as lições às suas capacidades, atraindo-os para o ensino, e para as tarefas para que vm. necessitar de ajuda, com muita brandura, pagando-lhes com regularidade competentes jornais, segundo os estilos da terra, e comprando-lhes todo o Ferro que eles em Barra Funda fundirem e a vm. entregarem, por preço de vinte e cinco réis o arratel.
> (...) vá concluindo a Memória que tem principiado, (...), e pode vm. ir me mandando os seus rascunhos, porque como sou seu leitor de más Letras, cá os farei por limpo competentemente, a fim de a enviar à Real Presença (...).[163]

Entende-se que o que Maciel conseguiu estabelecer em Angola no experimento da nova fábrica de ferro no Sítio de Trombeta, Província de Illamba, jurisdição de Golungo, era em alguma parte o seu planejamento para as Minas Gerais, especialmente para a Fazenda dos Caldeirões, quando voltou de Portugal para o Brasil.

Paralelamente, no Brasil, poucos anos após a prisão do filho, houve novamente a tentativa de sequestro dos bens de José Álvares Maciel por irregularidades no caixa do contrato das entradas em Minas Gerais no ano de 1793, certamente uma possibilidade mais real de penalizar o patriarca pelos desígnios do filho e, ainda, vislumbrando os interesses da Coroa sobre as prósperas terras da Fazenda dos

---

[162] *Idem*, p. 606.
[163] LOPES, Francisco Antônio. *Álvares Maciel no degrêdo de Angola*. Rio de Janeiro: MEC, 1958, p. 16-17.

Caldeirões.[164] Como no caso de outros inconfidentes, o patrimônio dos implicados deveria ser confiscado pela Coroa, no entanto, na situação de Álvares Maciel nada foi embargado, uma vez que ele tinha se declarado *filius familias*, isto é, dependente de sua família e, portanto, não possuidor de quaisquer bens. Essa informação foi confirmada pelos estudos do historiador André Figueiredo Rodrigues, que afirmou que dos "24 condenados, (...) não tiveram bens a sequestro José Álvares Maciel e José de Resende Costa, o filho, por serem filhos-família e viverem debaixo do pátrio poder de seus pais, dos mesmos e respectivos nomes".[165]

Em um documento do Rio de Janeiro com data de 5 de junho de 1809, Francisca Teodora de Oliveira Maciel e Ana Clemência de Oliveira, respectivamente, irmãs mais velha e caçula do inconfidente, informam que o pai, o capitão-mor José Álvares Maciel, já havia falecido, certamente entre 1808 e 1809, e nessa condição pedem que fossem devolvidos os bens móveis e de raiz que foram sequestrados por irregularidades no caixa do contrato das entradas entre os anos de 1759 e 1761, cuja penhora tinha se dado por provisão expedida em 30 de abril de 1792, ou seja, dez dias após comutada a pena do irmão Álvares Maciel para o degredo em Angola. Nessa conjuntura, fica tácito que se tratou de uma punição em relação à situação da conjuração.

Apesar de as filhas terem conseguido êxito no pedido, com despacho do conde de Aguiar em 21 de novembro de 1809, foi descontado um valor para a liquidação das dívidas passadas referentes ao intervalo de outubro de 1754 ao fim de setembro de 1757, além de janeiro de 1759 ao fim de dezembro de 1761. Nesse período, o pai Álvares Maciel foi arrematante do contrato das entradas do Caminho Novo e Velho do Rio de Janeiro, São Paulo, sertão da Bahia e Pernambuco, no qual atuou como caixa e administrador.

> (...) por execução que fez pelo alcance em que ficara para conta Real Fazenda por ajuste de contas das suas dívidas de contratos mencionados (...)
> no valor de sete contos quinhentos e dezoito mil, e quatrocentos réis que se lhe fez pelo alcance que teve como Caixa e Administrador dos Contratos das Estradas das Capitanias de Minas Gerais, Goiás, Cuiabá e Santos nos três

[164] BN. Manuscritos II-31, 31, 015, nº 003. Há informações de que o Arquivo Nacional reúne em seu acervo três cobranças judiciais, identificadas como Libelos Cíveis, contra José Álvares Maciel, sendo um deles um sequestro contra os bens de José Álvares Maciel em 1789, ano da Inconfidência Mineira. *Cf*. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Cortando rente o passado... Fontes para a História da Inconfidência Mineira e o acervo do Arquivo Nacional do Brasil. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2-3, 1989, p. 144.

[165] RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da Conjuração Mineira*: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 17.

> triênios do primário de outubro de mil setecentos e cinquenta e quatro ao fim de setembro de mil setecentos cinquenta e sete, e do fevereiro de janeiro de mil setecentos cinquenta e nove, ao fim de dezembro de mil setecentos sessenta e um, ficando os ditos bens desobrigados da responsabilidade em que se achavam a minha Real Fazenda, e procedendo-se com toda a atividade na cobrança das obrigações.[166]

Em 1815, no subúrbio da Freguesia do Sumidouro, termo da cidade de Mariana, registrou-se o inventário do dr. Francisco Paes de Oliveira Leite, irmão de Juliana, mãe do inconfidente Álvares Maciel, que foi feito pelo inventariante, o seu sobrinho capitão-mor Domingos Alves de Oliveira Maciel, irmão do inconfidente Álvares Maciel. Dr. Francisco Paes de Oliveira foi guarda-mor das Minas de Vila Rica, tendo falecido solteiro e deixando uma herança no valor de seis contos e seiscentos e cinco mil réis.

> sendo eu solteiro não tendo [ ] nem descendentes que hajam de herdar meus bens, forçadamente intitulo por isso meus herdeiros os meus sobrinhos e sobrinhas filhos de minha irmã Dona Juliana Francisca de Oliveira que vem a ser o Doutor Theotônio Alvares de Oliveira Maciel, o Guarda-Mor Domingos Alvares de Oliveira Maciel, Dona Francisca Theodora de Oliveira Maciel, Dona Anna Clemência de Oliveira Maciel.[167]

Nesse testamento, lavrado na data de 11 de agosto de 1810, feito no Sítio/Fazenda da Rocinha, foram citados todos os filhos do capitão-mor José Álvares Maciel, com exceção do filho inconfidente José Álvares Maciel, já falecido em Angola, no ano de 1804, e de Izabel Carolina de Oliveira Maciel, casada com o inconfidente tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Além dos escravos, parte significativa da herança estava relacionada a:

a) “Uma porção de terras de cultivo em pasto denominada o Buraco da Onça, que por um lado parte com a Rocinha, por outro com o terreno que foi de José Borges, hoje pertencente ao Sargento-Mor José Carvalho de Souza”;[168]
b) “Uma vertente denominada Água Limpa que por um lado parte com a Rocinha e por outro com José Caetano Rodrigues Horta e com a Chácara que foi de João Domingues e hoje de Manoel Moreira”;[169]
c) “Umas lavras denominadas o Vazado em grande parte já lavradas com seu respectivo rigor, nas margens do Itacolomin, Freguesia e Arraial do Sumidouro, que pertencem por um lado com terras que foram do Capitão-Mor Domingos da Rocha, por outro com terras que foram de Thomas Duarte e hoje do Sargento-

[166] BN. Manuscritos II-31, 31, 015, nº 003.
[167] AHCSM. Códice 128, Auto 2685, fl. 16.
[168] AHCSM. Códice 128, Auto 2685, fls.124, 196 e 199.
[169] AHCSM. Códice 128, Auto 2685, fls. 124, 196 e 199.

Mor José Carvalho de Souza, após com terras denominada a Rocinha".[170] Provavelmente a mesma lavra era chamada de Lavra do Sumidouro;[171]

d) "Lugar denominado Itacolomim, Freguesia da cidade de Mariana, em casa de Morada do Sargento-Mor Gomes Freire de Andrade";[172]
e) "Uma morada de casas térreas citas na Rua da Quitanda" na cidade de São Paulo vendidas por quatro contos e dez mil réis em moeda corrente.[173]

Consta-se em 1856 o inventário da irmã caçula do inconfidente Álvares Maciel e que, ao que tudo indica, também faleceu depois de todos os irmãos, tendo deixado de herança um vasto cabedal calculado em vinte e um contos, quatrocentos e setenta e oito mil novecentos e sessenta réis, cujo inventariante foi seu sobrinho-neto tenente-coronel Manoel Dias Paes Leme. Anna Clemência de Oliveira Maciel, que era "filha do finado Capitão-mor José Alves Maciel e da finada Dona Juliana Francisca de Oliveira, natural da cidade de Ouro Preto onde foi batizada", não teve filhos, de modo que seus herdeiros seriam seus sobrinhos-netos filhos do barão de Itabira (Gomes Freire de Andrade), que era seu sobrinho e que tinha falecido havia pouco tempo.

Ela possuía Fazenda Carvalhaes (quarenta alqueires de terras de cultura), morada de casas da Fazenda Boa Vista e outras no Fazenda do Engenho Velho, tendo deixado dezenas de escravos libertos a partir do seu testamento e doando, inclusive, quarenta alqueires de terras da Fazenda Engenho Velho, que deu ao sobrinho barão do Itabira no lugar denominado Barro Branco, para que os escravos pudessem se sustentar após a alforria.[174]

> Diz Manoel Dias Paes Leme testamenteiro inventariante dos bens de sua finada tia Dona Anna Clemencia de Oliveira Maciel que pertencendo ao espolio desta ricas terras na Fazenda denominada Caldeiraes município de Queluz, e sendo necessário avalia-las por isso o suplicante requer a V. S. de que mandar expedir precatória para ter lugar a dita avaliação naquele juízo, e o suplicante propõe para louvados aos cidadãos Augustinho José [ ] Andrade Gomes e José Dias de Souza aos quais sendo aprovados pelos interessados e ao Sr. coletor procederão a avaliação requerida naquele juízo prestando juramento. 5 de maio de 1857. Portugal, Manoel Dias Paes Lemes.[175]

As terras da Fazenda dos Caldeirões, que foram indicadas como uma "porção de terras no município de Queluz", ficaram pelo menos até novembro de 1857 sem

[170] AHCSM. Códice 128, Auto 2685, fls. 124, 196 e 200.
[171] AHCSM. Códice 128, Auto 2685, fl. 95.
[172] AHCSM. Códice 128, Auto 2685, fl. 120.
[173] AHCSM. Códice 128, Auto 2685, fls. 128, 196.
[174] AHCSM. Códice 37, Auto 0861.
[175] AHCSM. Códice 37, Auto 0861, fl. 21.

serem incluídas no testamento, até que se indicou que já haviam sido desmembradas do patrimônio.[176]

Ao que tudo indica, após o degredo dos inconfidentes Álvares Maciel e o tenente-coronel Francisco de Paula, a Fazenda dos Caldeirões caiu em irremediável ostracismo, tendo os patriarcas idade avançada e a família sido dilacerada com os castigos dos degredos. Por meio do cruzamento das fontes documentais, constata-se que a Fazenda dos Caldeirões não foi confiscada pela Coroa na situação dos embargos do patrimônio, como ocorreu com os demais participantes da conjuração, tendo essa propriedade ficado sob o domínio da família Maciel até a morte da irmã caçula do inconfidente, situação em que se consta uma escritura de compra e venda da Fazenda dos Caldeirões com data de 1852.[177]

Cumpre ressaltar, por fim, a ponderação feita pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda:

> A figura de Maciel está a reclamar investigações mais minuciosas. Ela nos interessa não só pela sua participação e seu desempenho na Inconfidência Mineira, mas também como representante dessa nova geração que na Europa recebia uma educação menos clássica, mais voltada para as ciências experimentais e que no Velho Mundo presenciara o impacto político produzido pela independência dos Estados Unidos. Pragmático por formação e tendências, como bem revela na discussão a propósito da libertação dos escravos, Maciel se inclinava mais para as ideias inglesas ou as instituições americanas do que para o racionalismo francês... é possível que sua ação tivesse maior amplitude do que a que os documentos da devassa deixam entrever.[178]

3.2. A Fábrica do Prata ou Fábrica Patriótica – 2º estrato

Uma interessante questão deve ser posta em pauta: não seria Álvares Maciel também estrategicamente interessante para a Coroa, haja vista seus profundos e interessantes conhecimentos a respeito de mineralogia e da mineração do ferro? O que acontece com duas anotações após seu julgamento? Ele teria repassado para mais alguém parte do conhecimento e de suas ideias sobre a mineração e a siderurgia? Por

[176] AHCSM. Códice 37, Auto 0861, fl.29.
[177] Escritura de compra e venda da fazenda dos Caldeirões – 1852. Esse documento é citado na obra sobre a história de Miguel Burnier que se valeu de pesquisa do Acervo Gerdau Açominas S. A., atualmente sob a guarda do APM, mas que na época da produção do livro (2012), estava sob a guarda da própria Gerdau. Contudo, apesar da indicação de seu acesso e pesquisa pelos autores da obra, este documento não foi identificado no acervo que atualmente consta no APM. *Cf*. BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique (Org.). *Marcas Históricas Miguel Burnier – Ouro Preto*. Belo Horizonte: Gerdau, 2012, p. 148.
[178] HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977, t. I, v. 2, p. 403.

que ele foi degredado e a quem beneficiaria a continuidade de suas pesquisas em mineralogia?

Entende-se que não somente por seus notáveis privilégios sociais – expressos pela rica família, pelos cargos militares ocupados, pelos estudos desenvolvidos no exterior –, José Álvares Maciel conseguiu se dirimir da pena imputada, mas por interesses outros que a própria Coroa teria com ele. Talvez por isso foi degredado para Angola, onde se sabe que desenvolveu de maneira proveitosa a indústria siderúrgica naquelas terras subordinadas à Coroa portuguesa.

Impressiona uma referência existente na Devassa da Inconfidência Mineira que aponta para o fato de que relacionado a José Álvares Maciel havia uma

> Portaria da Junta da Real Fazenda em que se ordena que lhe entregassem material destinado às pesquisas mineralógicas que vinha fazendo. Esse notável documento foi assinado no dia 15 de julho de 1789, quando vários dos inconfidentes já haviam sido presos.[179]

Era patente que ele já havia descoberto nas redondezas das "terras da Saramenha por êle palmilhadas pouco antes", material importante que serviria para o "grande 'Forno Alvares Maciel', destinado a fundir quarenta toneladas diárias de ferro-ligas".[180] E que ao longo de seu degredo em África ele mantinha comunicações com a Coroa, informando em 1798, por exemplo, sobre as descobertas que havia feito naquela capitania. Não se rechaça a possibilidade de Álvares Maciel dar informações privilegiadas em troca de um afrouxamento de sua pena, que poderia se converter, por exemplo, em seu retorno ao Brasil. Contudo, do ponto de vista da Coroa, ao mesmo tempo que ele concedia importantes informações a respeito do Brasil, era muito interessante a sua permanência em terras africanas, onde poderia desenvolver pesquisas minerais inéditas.

> Oficiando ao Ministro, em dias de 1799, informa o Governador eu, logo que cheguem as "Pedras de Cadilho", mandatas remeter por Sua Majestade, faria construir os "Fornos de Calumbo", encarregando "a direcção dos trabalhos a José Álvares Maciel, com o estipêndio que se julgar acertado.[181]

Desconhece-se o destino do material das pesquisas que José Álvares Maciel desenvolveu nas Minas Gerais que foi confiscado quando de sua prisão, e cujas indicações levam a crer na instituição de uma usina de ferro nas terras da Fazenda dos Caldeirões. Tais estudos, juntamente com a troca de informações realizada entre

---

[179] MATHIAS, Herculano Gomes. *A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto – Documentos Avulsos*. Rio de Janeiro: Sedegra, 1966, p. 11.
[180] LOPES, 1958, p. 3-4.
[181] *Idem*, p. 14.

Maciel e a Coroa durante o seu degredo em África, certamente levaram à promoção da fundação da Usina Patriótica no ano de 1811, em região limítrofe à da Fazenda dos Caldeirões.[182] O nome escolhido – Fábrica de Ferro do Prata ou Usina Patriótica – reforça nesse léxico a função dos que defendem a manutenção da colônia em oposição àqueles que lutaram pela conjuração.

À frente da usina e no lugar que teria sido ocupado por Maciel esteve barão de Eschwege, em expressa advertência à luz da experiência da fracassada Fábrica de Ferro de Oieras em Angola, que se arruinou porque, segundo Maciel, teria apenas faltado "hum Homem, que soubesse fundir o ferro, para tirar aquela Fabrica, talvez dentro de hum anno, tudo quanto tinha custado". E Maciel indicava mais: seria necessária a criação de uma "Sociedade Mercantil" amparada pela Real Fazenda, com vista à organização análoga às "Sociedades de Economia Mista" como o meio fácil de se estabelecer uma usina.[183] Para além do seu conhecimento de química, metalurgia e geologia, Álvares Maciel entendia de negócios e de política, cujo exemplo foi aplicado em África e retornado ao Brasil com a fundação da Usina Patriótica.

É importante ressaltar que se tem, em paralelo, estudos desenvolvidos no limiar do século XVIII e início do XIX por José Vieira Couto, por exemplo, que avaliou a produção metálica da Capitania de Minas Gerais. Diante do esgotamento do ouro de aluvião e da consequente decadência da produção aurífera, o intelectual propunha a criação de fundições de ferro para retomar o potencial minerário e econômico das Minas. Aliás, segundo ele, as carências das fundições de ferro na colônia teriam elevado o valor das atividades minerárias, haja vista a necessidade do ferro no fabrico de ferramentas, que, naquele momento, eram exportadas em sua maioria de fundições da Suécia, da Alemanha e da Biscaia – uma província ao norte da Espanha.[184]

Devido ao alto custo da produção e do beneficiamento do ferro, Vieira Couto defendia a instalação de fábricas locais para produzir o minério em larga escala. Para tanto, seria necessária a construção de grandes fornos, engenhosas máquinas, muitas ferramentas e mestres artífices para o funcionamento dessas fundições. Segundo seu

---

[182] Sabe-se que mesmo no degredo, já em 1798, foi construído um forno experimental e em 1800, Álvares Maciel fundou a Fábrica do Trombeta em Ilamba, Angola. In: GOMES, Francisco de Assis Magalhães. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1983, p. 45.
[183] LOPES, 1958, p. 29 e 31.
[184] *Cf*. COUTO, José Vieira [1799]. *Memória sobre as Minas Capitania de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. Um importante tratado de metalurgia em circulação no mundo ibérico naquele momento se trata de uma obra publicada em 1798 pelo acadêmico português Dr. Manuel Marjona, que certamente influenciou a siderurgia no Brasil. *Cf*. BARJONA, Emmanuel Josephus [1798]. *Metallurgiae Elementa*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Faculdade de Ciências e Tecnologia; Biblioteca Geral, 2001.

entendimento, um empreendimento com essa estrutura deveria ser financiado pela Coroa. Todavia, os estudos do mineralogista Vieira Couto se contrapunham à legislação portuguesa, uma vez que em dezembro de 1785 a rainha D. Maria I decretou, por meio de alvará, a proibição das atividades industriais na América Portuguesa, que incluíam a fundição do ferro. A medida foi adotada para que a mão de obra da mineração e da agricultura não fosse desviada para outras atividades. Todavia, pelos efeitos negativos decorrentes, a proibição foi revogada em 1801, na ocasião em que foi promulgado o Decreto Real de 24 de abril que permitia a mineração e o fabrico de ferro nas colônias portuguesas.

Nesse panorama adiciona-se, ainda, a situação da transmigração da corte lusitana para o Brasil em 1808, que também trouxe consigo notáveis transformações. A então condição política de Portugal, para além dos novos limites geográficos da sede imperial, colocava em pauta o interesse europeu pelo território que viria a se tornar Reino Unido do Império Português. A expectativa, naquele momento, era de promover o desenvolvimento da América Portuguesa, proporcionando-lhe características metropolitanas, semelhantes ao modelo europeu.

Nesse sentido, o príncipe regente D. João VI assumiu o compromisso de promover mais estudos sobre o Brasil e incentivou a viagem de vários cientistas por suas terras, perscrutando, desvendado e revelando as possibilidades de suas riquezas naturais. A partir daquele movimento, o governo bragantino percebeu a necessidade de estudos mais específicos sobre as técnicas de mineração, no intuito de reanimar a decadente produção aurífera e promover a exploração de outros minerais, a exemplo do ferro. Um dos contratados para efetivar tal empreitada foi Wilhelm Ludwig von Eschwege, que posteriormente recebeu o título de barão de Eschwege. Para além dos estudos sobre as técnicas de mineração, ele foi encaminhado a Minas Gerais já em 1808 com o objetivo de verificar as possibilidades do desenvolvimento da siderurgia e outras indústrias na Província, certamente em um *continuum* do ideário traçado por Álvares Maciel anos antes, mas que agora seria executado sob a batuta régia.

Os anos dedicados aos estudos em Minas Gerais também resultaram em contribuições para o entendimento da sociedade escravista e, em especial, para o principiante campo científico da geologia, mineralogia e siderurgia no Brasil. São de sua autoria apuradas representações cartográficas da região que se tornaria posteriormente chamada de Quadrilátero Ferrífero, bem como apuradas análises geológicas locais. De tal modo, os estudos de Eschwege perpassaram por diferentes

campos do conhecimento, o que fazia dele ao mesmo tempo um generalista e um especialista. A formação iluminista do barão o capacitou a entender de administração pública e economia, do manejo dos recursos naturais e de suas tecnologias necessárias, tendo sido estudante da Escola de Minas de Freyberg, onde teve aula com Werner, o sistematizador da mineralogia no século XIX.[185]



Figura 16 – Excerto do mapa de 1821 produzido pelo barão de Eschwege, sendo o primeiro registro cartográfico até agora identificado que indica a Fazenda Caldeirões. Fonte: ESCHWEGE, 1821, com intervenções de Luana C. M. C. Akinruli.

O interesse do governo português pelo minério de ferro fomentou alguns projetos que acabaram por redirecionar a produção siderúrgica no Brasil. Nesse contexto é que foram planejadas e construídas as Reais Fábricas de São João do Ipanema/SP (Sorocaba) e de Intendente Câmara do Morro de Gaspar Soares/MG (Morro do Pilar), em momento próximo à fundação da Usina Patriótica. A Real Fábrica de Ipanema foi a usina siderúrgica mais longeva do século XIX, tendo funcionado de 1814 até a sua desativação, em 1860. Por sua vez, a Real Fábrica do Morro do Pilar foi, provavelmente, a que mais enfrentou problemas técnicos, tendo funcionado de 1814 a 1831 com inúmeras interrupções. Contudo, ao que tudo indica, a Fábrica Patriótica foi a primeira a produzir o ferro em larga escala no Brasil, uma vez que iniciou suas atividades em 1812, chegando a produzir 24 toneladas de ferro em barra

[185] *Cf.* ESCHWEGE, Wilhem Ludwig von. *Pluto Brasiliensis*: memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. 2 v.

em 1820, porém suas atividades foram encerradas já em 1821. É possível que frente às circunstâncias dos concorrentes tenham abreviado a sua implantação.[186]

O barão de Eschwege foi um crítico contundente dessas empreitadas e justificou o fracasso daquelas indústrias em razão das restrições no mercado consumidor de ferro, do custo dos transportes e dos impostos cobrados. Antevendo os problemas colocados pelas fábricas financiadas pela Coroa e alinhando ao seu pensamento liberal, o barão desenhou uma empresa de capital privado financiada por ações e contando com fornos de redução direta acionados por trompas. A fábrica foi instalada na região do Rio da Prata, no caminho de Congonhas e Ouro Preto, nas adjacências das propriedades dos sócios majoritários – os irmãos Monteiro de Barros –, sob a fiscalização imediata dos mesmos, e em terrenos limítrofes à Fazenda dos Caldeirões, onde já tinham sido constatadas a abundância e qualidade das jazidas minerais pelo inconfidente Álvares Maciel. Segundo Eschwege, apenas a parte rolada dos minérios daquela região seria suficiente para alimentar a maior fábrica de ferro durante muitos séculos.

Assim, em 12 de dezembro de 1812, foi forjado o primeiro ferro com o malho em escala industrial no Brasil, mas ao contrário da forte tendência europeia de construção de altos-fornos, também defendida por José Vieira Couto, a Fábrica Patriótica se utilizou da técnica dos pequenos fornos para a fundição. Esses fornos podiam atingir 1,5 metro de altura, sendo insuflados por foles de couro acionados por trompa d'águas, característica que se tornou marcante da Usina Patriótica frente às fábricas de Ipanema e do Morro do Pilar, nas quais se optou pelo sistema de alto-forno com aproximadamente 8 metro de altura. Entre os muitos fatores que balizaram a escolha de Eschwege por essa tecnologia, está a carência de mão de obra especializada para a construção do maquinário e as suas observações sobre a economia e o comércio. De acordo com ele, os pequenos fornos atenderiam plenamente a proposta de fabricar ferro para as áreas adjacentes à Patriótica.[187]

[186] *Cf*. GOMES, 1983.
[187] *Cf*. LIBBY, Douglas Cole. Eschwege e os primeiros anos no Brasil. In: ESCHWEGE, Barão Von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*: ou relatos diversos do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002, p. 19-23.



Figura 17 – Vestígios arqueológicos do alto forno da Usina Intendente Câmara – Distrito-sede, Morro do Pilar/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2013.



Figura 18 – Vestígios arqueológicos do alto-forno da Usina Intendente Câmara – Distrito-sede, Morro do Pilar/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2013.

O barão de Eschwege era cético em relação à construção de estabelecimentos siderúrgicos de grande porte mantidos pela Coroa. Ele acreditava na inexistência de um mercado consumidor avultado para os produtos, de forma que uma grande usina estaria fadada ao fracasso. O barão afirmava que, dadas as dimensões do mercado interno do Brasil para produtos advindos de uma fábrica de ferro, compensaria apenas a instalação de pequenas fundições.

Ainda que o pioneirismo e as escolhas certeiras tenham contribuído para a consolidação da Fábrica Patriótica, Eschwege enfrentou dificuldades para manter o seu funcionamento regular. Para além dos assuntos de ordem técnica e econômica, o barão esteve às voltas com o planejamento administrativo, tendo como um dos primeiros impedimentos apresentados a questão da mão de obra. Alardeado pelas ideias liberais que circulavam, sobretudo, na Europa, a primeira opção do engenheiro foi o trabalho livre. O caráter contraditório de Eschwege, bem como do contexto histórico em que ele estava inserido, fica evidente quando foi apontado que somente com trabalhadores escravos seria possível a prosperidade da sua empresa. E assim se fez. Tão logo as atividades da Fábrica Patriótica se iniciaram, a mão de obra livre foi substituída pelo trabalho compulsório.

Apesar dos entraves apresentados, o barão considerou que a Fábrica Patriótica apresentou os resultados esperados. Mesmo com todas as limitações, a Fábrica do Prata produziu tanto quanto as duas outras grandes fábricas contemporâneas, nas quais não faltavam mão de obra e tampouco recursos financeiros. Em seus estudos sobre a implantação da siderurgia no Brasil, Eschwege deu particular atenção à economia, bem como aos impactos causados pela produção de ferro em escala industrial. A experiência com a Fábrica Patriótica corroborou com a sua tese de que a

dinâmica do comércio permitia apenas a instalação de fábricas para atender a demanda local. Siderúrgicas que se propusessem a produzir em escala superior estariam fadadas ao malogro.

Desde o funcionamento das forjas domésticas que fabricavam machados, ferraduras e outros implementos agrícolas até o desenvolvimento das siderúrgicas no século XIX, uma queixa recorrente dos produtores de ferro eram as limitações do comércio pela falta de estradas e comunicação. E, de fato, Eschwege apontou a dificuldade de escoamento da produção como um dos principais entraves para a implantação de uma grande fábrica que atendesse a demanda regional. Daí o questionamento se se poderia manter no Brasil uma grande fábrica de ferro.

No ano de 1811, Eschwege visitou a Fábrica de Morro do Pilar, localizada na atual Serra do Cipó, dirigida por Manoel Ferreira da Câmara. De acordo com as suas apreciações, aquelas instalações não teriam condições de funcionamento em curto prazo. Por sua vez, veio a saber por intermédio de Francisco Adolfo de Varnhagen, engenheiro contratado pela Coroa para construir os altos-fornos da Real Fábrica de Ferro de Ipanema, sobre problemas administrativos naquela fábrica e que, por tais motivos, o início de sua produção seria adiado. A partir da constatação de que a fabricação de ferro no Brasil não seria imediata, Eschwege antecipou a abertura da Fábrica de Ferro do Prata. *"*Já fiz notar que essa pequena fábrica deve ao meu desejo de proceder a grande usina do Morro do Pilar, assim como a do Ipanema, na empresa de ser o primeiro a produzir ferro industrialmente no Brasil".[188]

A sua proposta era estabelecer uma pequena fábrica, de dimensões mais modestas que as do Morro do Pilar e de Ipanema. O barão foi então recomendado pelo ministro Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, ao conde de Palma, para que este o auxiliasse no estabelecimento da dita fábrica. Foi por intermédio do conde de Palma que Eschwege organizou a *"*Sociedade Fábrica Patriótica*",* organização privada com capital dividido em 10 ações que foram assim subscritas: uma ao conde de Palma, duas ao próprio Eschwege e as sete restantes aos irmãos Monteiro de Barros – Romualdo José (barão de Paraopeba) e Lucas Antônio (barão de Congonhas do Campo).[189]

Resolvida a querela de ordem financeira, a etapa seguinte consistia em eleger o local mais apropriado para as instalações. Foi escolhida a região do Rio do Prata, pertencente à bacia do Rio das Velhas, em Ouro Preto, localizada nas adjacências das

[188] ESCHWEGE, 1979, v.2, p. 247.
[189] ESCHWEGE, 2002, p. 175.

propriedades dos sócios mais importantes, os Monteiro de Barros.[190] Desse modo, o barão atendia a um desejo manifestado pelos sócios majoritários, com conveniência de a fábrica permanecer sob a fiscalização imediata destes.

A região do Prata, local de instalação da Usina Patriótica, foi descrita por Eschwege como sendo "balizado pelos contrafortes arredondados da alta da Serra da Boa Morte, também chamada de Tapanhoacanga, com extensos campos e vales profundos cobertos de matas e cortados de ribeiros". O barão também apresentou no mesmo relato as suas observações acerca das condições dos minérios de ferro encontrados no local: "A magnetita, a especularita e o itabirito, que constituem a base da montanha, se apresentam em tamanha quantidade, que só a parte rolada daria para alimentar a maior fábrica de ferro, durante muitos séculos".[191]

No ano de 1811, iniciaram-se efetivamente os trabalhos de fundação da Usina Patriótica. O terreno foi nivelado e um canal foi aberto para o fornecimento de água e corte de madeira. Provisoriamente foram levantadas cafuas para os trabalhadores, uma vez que as habitações mais próximas ficavam a meia légua de distância da região. Um carpinteiro foi contratado e, sob a supervisão do próprio Eschwege, executou todos os serviços. Os malhos, as luvas, as bigornas, entre outros instrumentos de ferro, foram importados da Inglaterra, tendo em vista a dificuldade de produzi-los sem as ferramentas adequadas. A encomenda foi efetivada pelo governo, segundo as medidas fornecidas pelo engenheiro, que a ofereceu como presente à sociedade.[192]

[190] VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras*: 1664-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998, p. 787.
[191] ESCWEGE, 1979, v.2, p. 247-249.
[192] BAETA, Nilton. *A indústria siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973, p. 231.

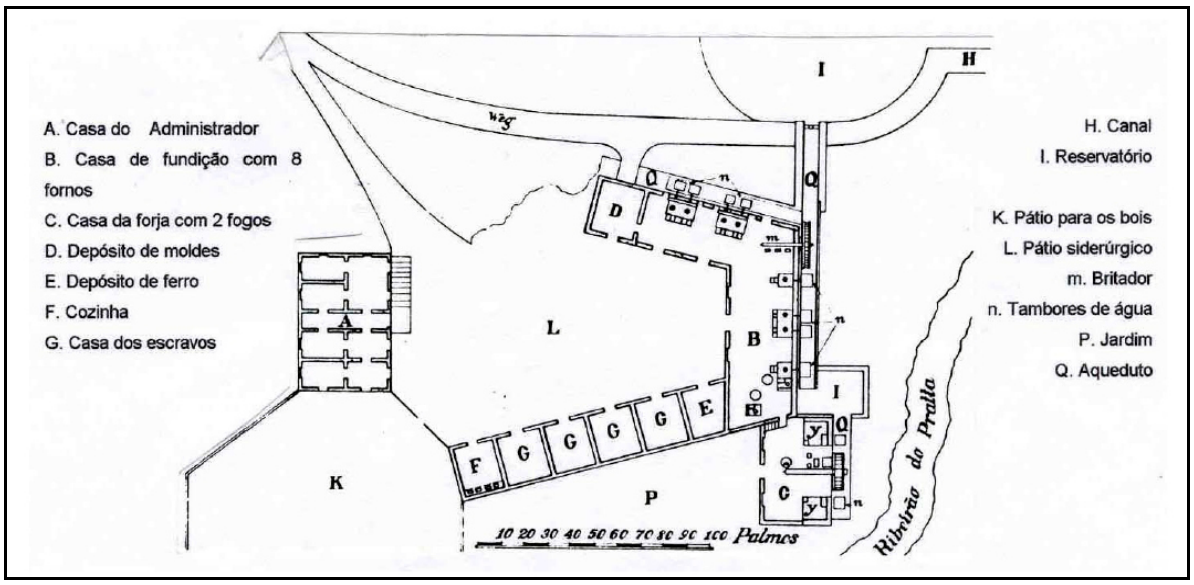


Figura 19 – Planta da Usina Patriótica atribuída a Eschwege e a Toenges.
Fonte: *Apu*d AZEVEDO, 2007, p. 136.

A partir de 1812, com o início da produção em escala industrial, surgiu também com a Usina Patriótica o núcleo industrial, formado por poucas casas, entre elas a do administrador, outra ocupada pelos trabalhadores livres e a senzala dos escravos. Naquele momento, a fábrica possuía instalados em um mesmo edifício quatro pequenos fornos, duas forjas de ferreiro, um malho e um engenho de socar. Sublinha-se que, posteriormente, o número de fornos foi ampliado para o dobro do que foi projetado inicialmente, apesar de possuírem dimensões modestas.[193]

Como já explicitado, a escolha dos pequenos fornos se deu em virtude de Eschwege não conhecer o trabalho das trompas nem possuir conhecimentos práticos da fabricação de ferro nos fornos suecos. Adotou as primeiras porque havia uma carência de mão de obra especializada para fabricar os foles e outros maquinários complexos, os quais, além de demandar maior espaço, seriam mais onerosos. A grande oferta de minério de ferro foi também fator decisivo para a preferência dos pequenos fornos. E, por não se tratar de uma grande instalação para abastecer toda a Província, mas sim de uma fábrica para prover as zonas adjacentes, não exigia muita despesa.[194]

Ressalta-se que a água que corria para as trompas do forno, das forjas e das rodas era represada em um grande reservatório de madeira. Entretanto, o nível de água era bastante variável, devido ao consumo irregular pela roda do malho e, por

[193] *Cf*. CORREIA, Telma de Barros. Núcleos fabris e de mineração no Brasil: as experiências pioneiras (1811-1880). *Risco – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Carlos, n. 03, p. 15-42, 2006.
[194] ESCHWEGE, 1979, v.2, p. 250.

conseguinte, exercia uma pressão nas colunas de água. A partir dessa experiência, Eschwege concluiu que a insuflação do ar era irregular, de modo que seria interessante usar maior número de fornos de proporções menores. A fim de realizar adaptações que melhor solucionassem os impasses técnicos, o barão se apropriou do método empregado nos antigos cadinhos, pequenas fundições cuja instalação basicamente demandava a proximidade de matas para produzir o carvão, de depósitos de minério de ferro e de água abundante para a força hidráulica.

O cadinho possuía também uma pequena abertura para a introdução de ar sob a pressão da trompa hidráulica, sendo essa uma das mais importantes inovações implementadas por Eschwege. Retirada a lupa, esta era carregada até o malho, também movido por força hidráulica, onde se realizava a separação da escória misturada ao ferro. Completada a separação, a lupa era transportada até a forja de reaquecimento ou, na falta deste, até o forno de fusão, para ser preparada para o estiramento e, finalmente, para a formação das barras de ferro. Uma fundição geralmente se compunha de um ou dois fornos de três ou quatro cadinhos cada um, uma ou duas forjas de reaquecimento, um malho movido por uma roda hidráulica, duas trompas para conduzir o vento e duas bigornas para trabalhar peças mais delicadas, além de diversos utensílios para manejar as lupas e dar acabamento às barras.

Eschwege revelou certa vez que uma das suas maiores dificuldades com a instalação da usina se tratou de conseguir pessoal permanente no serviço de feitores, em quem se pudesse confiar. Havia inúmeras considerações negativas sobre o trabalho escravo, sobretudo no trato com o carvão para alimentar os fornos, o que levou o barão a optar inicialmente pela mão de obra livre. Todavia, após tentativas infrutíferas de fazer a fábrica funcionar com trabalhadores livres, decidiu pela compra de escravos, o que lhe permitiu um trabalho melhor, no sentido de ser mais lucrativo e vantajoso, na sua percepção.

Segundo as informações do barão, foram treinados mais de trinta homens livres, dos quais apenas dois permaneceram no trabalho, por interesses particulares e por um bom salário. "Para eles foram construídas, nas proximidades, duas casinhas, que possuíam terreno bastante para plantação, caso quisessem fazê-la".[195] Eschwege declarou que seria quase impossível prosperar uma indústria no Brasil que dependesse do trabalho de homens livres. E ainda concluiu: "Todas as empresas tropeçarão em

[195] *Ibidem*, p. 248.

obstáculos invencíveis, assim que o tráfico de africanos for extinto. Assim, todos os setores da indústria brasileira sofrerão as funestas consequências dessa medida".[196]

Apesar dos entraves apresentados, o barão considerou que a Usina Patriótica apresentou os resultados esperados e, por isso, os acionistas teriam ficado satisfeitos nos primeiros anos de funcionamento. Para ele, as suas instalações produziam ferro em qualidade e quantidade idênticas às fábricas dos suecos (Ipanema/SP) e do Câmara (Morro do Pilar/MG). A Fábrica do Prata teria condições de produzir mais de 4 mil arrobas anuais, desde que funcionasse intermitentemente, o que não acontecia realmente, entre outros motivos, pela carência de escravos na produção de carvão.

Com uma instalação de custo moderado, frente a esses empreendimentos de produção de ferro citados, Eschwege exaltou-se com o potencial de produção de sua fábrica, especialmente no tocante aos lucros aferidos e, principalmente, por sua inovação na substituição dos foles das antigas forjas por um sistema simples de trompas para a insuflação do ar, adaptação promovida pela experiência do engenheiro.[197] Das três que existiam à mesma época, a Usina Patriótica foi a única que obteve certa regularidade, justificando as expectativas de seu idealizador. Por esse mesmo motivo, Eschwege afirmou que compensaria o estabelecimento de uma pequena fundição de ferro, montada economicamente, com simples equipamentos e cuja produção não ultrapasse as 2 mil arrobas anuais, pois, caso contrário, a oferta seria maior que a demanda.[198]

Entretanto, além das dificuldades com a mão de obra, outro principal percalço relacionado a essas instalações centrava-se nas dificuldades de transporte à época. Em uma fase anterior à implantação das ferrovias, a circulação de mercadorias era realizada por animais em estradas malconservadas, em virtude do trânsito contínuo e de chuvas abundantes que as transformava em cursos lamacentos. Com tantos entraves, o transporte de mercadorias tornava-se relativamente caro. Por sua vez, os produtos importados eram também onerados pelos custos do transporte dos portos marítimos até as províncias do interior e pelas despesas nas fronteiras. Além disso, há ainda que se considerar que, como assinalou o próprio Eschwege, para algumas regiões que não possuíam fábricas de ferro nas proximidades, a aquisição do metal importado era economicamente mais viável que a compra do ferro nas Minas Gerais.[199]

---

[196] *Ibidem*, p. 249.
[197] *Ibidem*, p. 250.
[198] *Ibidem*, p. 127.
[199] BAETA, 1973, p. 104-105.



Figura 20 – Vestígios arqueológicos da Usina Patriótica na área da Vale S. A. – Miguel Burnier/MG. Fonte: Foto Digital – Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG – 2006.[200]



Figura 21 – Vestígios arqueológicos da Usina Patriótica na área da Vale S. A. – Miguel Burnier/MG. Fonte: Foto Digital – Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG – 2006.

Dadas as condições do transporte e os seus impactos no que tange ao preço para o mercado consumidor, Eschwege concluiu que não seria mais viável manter uma fábrica para fornecer ferro para toda a Província, o que se tornaria promissor apenas caso fosse proibida a entrada de ferro nos portos brasileiros. Entretanto, tal demanda não era compatível com o então sistema de livre comércio. Com a produção voltada fundamentalmente para o comércio local para suprimir o consumo restrito apenas a pregos e ferraduras, a Usina Patriótica funcionou até o ano de 1822. As despesas aumentaram também especialmente com o consumo de carvão, que, de acordo com Eschwege, era cinco vezes menor à época em que a Fábrica estava sob a sua direção. Novos administradores que assumiram o empreendimento pouco antes da saída do barão do Brasil, não conseguiram concorrer no mercado que insurgia e era dominado por pequenas e menos dispendiosas fábricas de ferro espalhadas por Minas Gerais. Todavia, muitas dessas novas fábricas construíram as suas forjas seguindo os ensinamentos do barão e tendo por modelo a Fábrica do Prata. De fato, a influência de Eschwege, sobretudo com o seu processo de trompas d'água para insuflar o ar nas forjas, foi considerável na proliferação das pequenas fábricas que se difundiram rapidamente e em grande número em Minas Gerais.[201]

---

[200] As pesquisas arqueológicas mais sistematizadas até hoje produzidas sobre a Usina Patriótica foram desenvolvidas pelo Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG. *Cf.* LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA FAFICH/UFMG. *Arqueologia da Fábrica Patriótica*: delimitação e avaliação. Relatório Final. Belo Horizonte, novembro de 2010.

[201] GOMES, 1983, p.91. A respeito da produção artesanal de ferro, há dados que demonstram a sua expressiva presença, não obstante os limitadores tecnológicos apontados pelas experiências metalúrgicas de grade porte: "Existiam em 1821 cerca de 30 forjas em Minas Gerais, com uma produção de 100 a 400 arrobas cada – cerca de 120 toneladas por ano. Em 1864 havia, em funcionamento, 120 forjas, produzindo 1.550 toneladas anualmente. Os métodos usados, no entanto, eram primitivos. De 30 indústrias observadas na região das nascentes do rio Doce, em 1879, sete usavam forjas do método italiano; as restantes usavam as velhas técnicas de cadinho africano." In: BAER, Werner. *siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 78-79.

3.3. Os trilhos de ferro, a Usina Wigg e a "Revolução Industrial Brasileira" – 3º estrato

A história da fabricação do ferro e a do transporte ferroviário se imbricam e dialogam em uma via de mão dupla. Se por um lado a produção de ferro em larga escala impulsionou a construção das linhas férreas, por outro, os trens possibilitaram uma reestruturação das fábricas de ferro e a ampliação da comercialização de seus produtos. Com a chegada das ferrovias, transformaram-se profundamente o comércio e o transporte nas Minas Gerais, quando a partir de 1869 estas se espalham pelo Brasil. Por aqui, a fundação da linha Oeste de Minas, em 1880, permitiu o desenvolvimento das localidades agrícolas nas paragens do Rio Paraopeba. Por sua vez, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, depois chamada de Estrada de Ferro Central do Brasil, desde 1874 passou a realizar o itinerário entre Ouro Preto e Rio de Janeiro, com trilhos que margeavam os vales do Rio das Velhas e Alto do Rio Paraopeba.

Os processos de incentivos às empresas privadas por meio da ampliação das redes de comunicação e escoamento das produções promoveram a chegada das ferrovias até aqueles locais – especialmente pela política de concessões governamentais –, de modo que nessa dinâmica houve a conformação de diversos núcleos urbanos a partir do último quartel do século XIX, como foi o caso de São Julião, comunidade assim inicialmente designada em referência à Igreja de São Julião da Fazenda dos Caldeirões. Como durante a maior parte do Império o Brasil manteve sua dependência em relação aos produtos industrializados da Europa, à medida que se evidenciava a vulnerabilidade da economia brasileira em face da monocultura e das crises econômicas externas, alguns grupos sociais, principalmente os militares, passaram a defender a ideia de que somente a industrialização poderia levar o país a um crescimento econômico. Posição contrária da maioria da oligarquia estabelecida sobre a produção agrícola, que acreditava que o crescimento industrial tinha importância secundária. E foram os militares que estiveram à frente da política nacional nas primeiras décadas da República desde o golpe militar que instaurou o nosso sistema de governo.

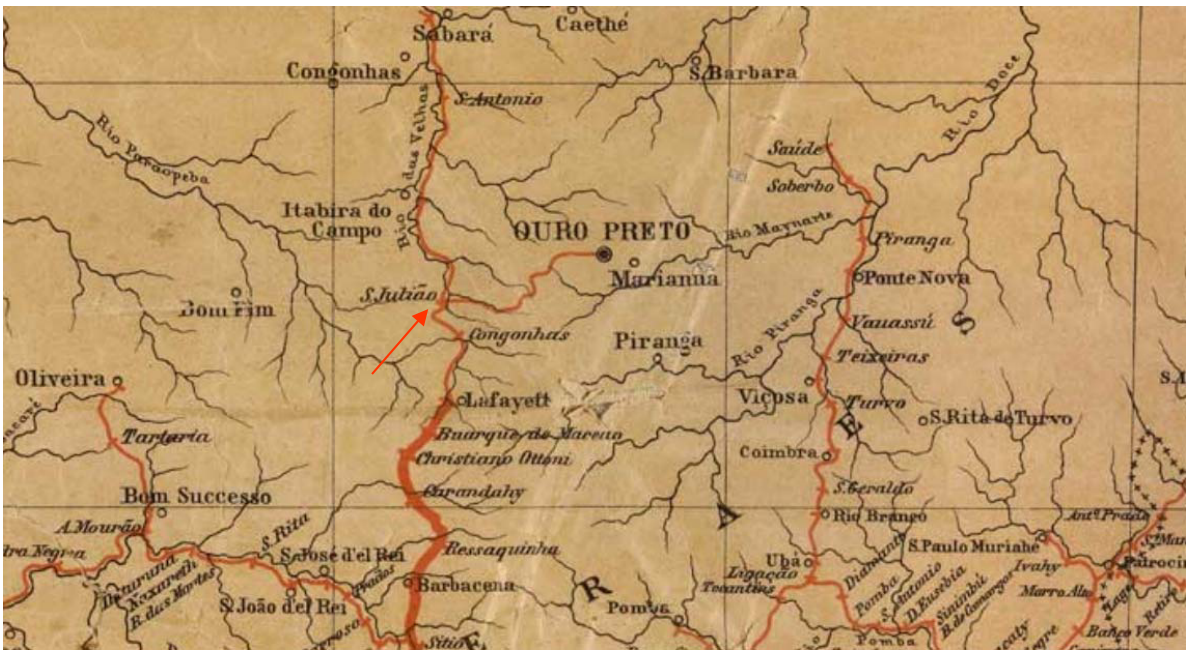


Figura 22 – Excerto do mapa de 1890 que apresenta as linhas férreas com destaque para a presença de São Julião ainda sem o ramal completo para Ponte Nova.
Fonte: BN. Cartografia ARC.010, 09, 030.

A Usina Wigg foi uma grande incentivadora da chegada da linha férrea àqueles confins da Gerais. Enquanto a Estação de Miguel Burnier localizada em São Julião foi inaugurada em 16 de julho de 1887, a Usina Wigg teve sua estreia em 14 de setembro de 1893, cujo planejamento de chegada das matérias-primas para sua edificação, bem como o escoamento da produção da Usina depois de pronta já tinham sido estrategicamente delineados com o traçado da linha do trem. Planejamento que alterou definitivamente a paisagem local, que repentinamente tomou traços industriais.

A instalação da Usina Wigg se deu, em grande medida, superando os desajustes de exemplos siderúrgicos anteriores, inclusive por meio de experiência da Usina Esperança, localizada no município vizinho de Itabira, a pouca distância de São Julião, com participação do próprio Wigg. A Usina Esperança foi fundada em sociedade no ano de 1888, tendo sido construída pela firma Amaro e Gerspacher, que era de propriedade de Amaro da Silveira, Jean Albert Gerspacher, Carlos Wigg e Henrique Hargreaves, sendo estes, respectivamente, engenheiro da EFCB, metalurgista, comanditário e chefe do prolongamento da EFCB. A Usina Esperança teve sua primeira corrida feita em 24 de junho de 1891, mas apesar de ter duas jazidas de ferro de grande abundância – Pico e Cata Branca – o empreendimento exigiria maiores investimentos, especialmente ligados à necessidade de transporte de calcário para utilização no alto-forno que empregava nova tecnologia.

> Começou a predominar uma mentalidade de construir fornos altos para a produção de gusa do tipo mais moderno, com recuperação de calor, que dava um rendimento muito superior aos tentados por Câmara e Varnhagem [Intendente Câmara e Ipanema], incomparavelmente superior aos fornos de ferro forjado de cadinhos e forjas italianas ou catalãs.[202]



Figura 23 – Alto-Forno nº 01 da Usina Esperança – Bairro Esperança, Itabirito/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.



Figura 24 – Detalhe da boca do Alto-Forno nº 01 da Usina Esperança – Bairro Esperança, Itabirito/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

Na experiência da Usina Esperança foi necessário recorrer a um minério proveniente de um terreno adquirido em São Julião, que podia ser facilmente transportado pela estrada de ferro, de modo a obter resultados melhores na produção. Certamente, este foi um dos quesitos importantes para que o comendador Carlos G. da Costa Wigg e os mineralogistas suíços Alberto e seu filho Joseph Albert Fidèle Gerspacher fizessem nova parceria fundando a Usina Wigg. Apesar das grandes perspectivas e das inovações já implementadas – a exemplo da pioneira fabricação de tijolos refratários –, os sócios majoritários se afastaram do empreendimento com vistas a se dedicarem à Usina Wigg, que parecia ser mais lucrativa e organizada pela razão social J. Gerspacher & Cia. A experiência de Carlos Wigg em seus 35 anos de idade, com vivências na administração de diversos negócios em outros lugares do Brasil, indicava que para a indústria prosperar a união entre capital e inteligência serviria para a melhoria dos lucros a longo prazo.[203]

---

[202] GOMES, 1983, p. 141. A Usina Esperança foi vendida em 1892 à Companhia Forjas e Estaleiros, que a explorou até 1896. Em 1899, a usina foi adquirida pela Sociedade Queiroz Júnior, do engenheiro J. J. de Queiroz Júnior, passando em 1994 para Valadares Siderurgia Ltda. (VDL). *Cf*. PELAEZ, Carlos Manuel. O Desenvolvimento da Indústria do Aço no Brasil. In: *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 191-217, abr./jun. 1970. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/15/6071>.

[203] Há registros da atuação de Carlos Wigg como tesoureiro da Loterias do Grão Pará em julho de 1888. In: Repositório Institucional da UFPE, JA_CR_000.115. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14199>.

> Carlos Galigniano da Costa Wigg.
> É o quarto filho do Sr. John Clayton Wigg, natural de Liverpool, e que tendo vindo para o Brasil em 1819, se estabeleceu com casa de negócio no Rio Grande do Sul. O sr. Carlos Wigg, de descendência brasileira pelo lado materno, nasceu em 1855 e foi educado no Rio Grande. Tendo entrado com 15 anos de idade para um escritório comercial, estabeleceu-se em 1878 por conta própria, com casa importadora e exportadora, em sua cidade natal. Em 1881, foi para o Pará, como empreiteiro das obras públicas de melhoramento da cidade, e executou vários contratos estaduais e municipais, por conta própria e de sociedade com outros. Visitou depois as regiões do Alto Amazonas e, regressando ao Sul no ano seguinte, em 1882, começou a empregar os seus capitais no Estado de Minas Geraes, ao qual, desde então, ficaram presos os seus interesses comerciais e industriais. O Sr. Wigg havia já começado a estudar seriamente os enormes recursos minerais de que dispõe este Estado e com especialidade as vastas jazidas de ferro; e em 1886, iniciou a primeira usina de ferro no Brasil, na Estação Esperança, empresa que foi mais tarde vendida a uma Companhia organizada com esse intuito.[204]

Considerada a "irmã gêmea da Usina Esperança", a Usina Wigg foi fundada em março de 1892 pela firma J. Gerspacher & Cia nas imediações da Estação de Miguel Burnier, entroncamento da EFCB, onde foi "instalado um alto-forno para doze toneladas de minério, empregando como combustível carvão de madeira, produzindo em sua propriedade".[205] O alto-forno foi inaugurado em 14 de setembro de 1893, pouco tempo antes de se noticiar na imprensa sobre a confirmação da presença de manganês com jazidas com alto teor de pureza naquelas paragens (1894):

> O manganês existe em considerável depósitos naturais, nas montanhas marginais ao leito da E. de F. Central do Brasil, no município de Ouro Preto, onde já é explorado, em grande escala, nos arredores de S. Julião (estação de Miguel Burnier), sendo encontrado, igualmente, em Capão, Rodrigo Silva, Três Cruzes, Tripuí e Saramenha (...)[206]

Certamente já conhecendo as qualidades das terras minerais que foi adquirindo ao longo do tempo, após o funcionamento da Usina Wigg por dez meses, os proprietários passaram a se dedicar com maior ênfase à exploração do minério de manganês, apesar de manterem em funcionamento os cubilôs de segunda fusão.

---

[204] LLOYD, Reginald. *Impressões do Brazil no Século Vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913, p.331. Sabe-se que outros altos-fornos a carvão de madeira foram construídos pelo metalurgista J. Gerspacher, como o de Sabará/Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (1920), Rio Acima/Gerspacher & Gianneti (março de 1921), Caeté/Purri & Cia. (dezembro de 1924), Santa Bárbara/Usina de Morro Grande (outubro de 1925), Barra Mansa-RJ/Usina Saudade Votorantim (1937), Barra Mansa-RJ/Barbará & Cia. (maio de 1938). *Cf*. GERSPACHER, J. *Notas sobre usinas siderúrgicas*. Belo Horizonte, 1962. *Apud* GOMES, 1983, p. 404; CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*: o peso da glória. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 118-119. NEVES, Marcus Vinícius Duque. Memórias perdidas e exílio histórico: o gênero biográfico como instrumento questionador das imposições do passado. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, Ouro Preto, ano 9, n. 1, p. 131-145, jun. 2014.

[205] LLOYD, 1913, p. 331. *Cf*. APM. GER-004.

[206] SENNA, Nelson Coelho de. *Annuario de Minas Geraes*. Anno I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906, p. 73.

Confirma-se a premissa de que a produção de ferro exigiria grandes investimentos, seja em volume de capital, seja em proporção das instalações.

> Depois de dois anos de esforços, o Sr. Wigg convenceu-se de que a indústria de ferro, em pequena escala, não seria nunca remunerativa; apagou seus fornos e dedicou-se a uma indústria, que se tem tornado de uma importância mundial e da qual foi praticamente iniciador da indústria do manganês.[207]

O gusa produzido na Usina Wigg era destinado tanto à exportação do mineral bruto quanto ao beneficiamento em peças de utilidade comum, a exemplo de sapatas de freios, chapas de fogão, caixas-d'água, engenhos de cana e tubos de ferro fundido para distribuição de água em um mercado que tinha grande demanda por tais produtos e grandes perspectivas de se ampliar. Além desses, podem ser citados outros produtos beneficiados, como o ferro em chapas, vigas e desmanchado de obras, cilindros, trilhos, arados, ferragens, armas, rodas e diversas peças de máquinas, "colheres, enxadas, foices, machados, cravos, freios, ferraduras, esporas, armações diversas". Ao passo que a produção se ampliava, aumentava também a concorrência em um horizonte político e econômico no qual a indústria de ferro era considerada indispensável à grandeza de uma nação, sendo a base da chamada civilização moderna.[208]

A localização da Usina Wigg privilegiava um conjunto de necessidades da indústria siderúrgica: congregava um local adequado, com as jazidas a pouca distância do local de beneficiamento, sendo também uma jazida em quantidade e qualidade expressivas; abundância de reservas vegetais para a produção de carvão; águas em fartura para a movimentação de maquinário de forças hidráulicas pensando em sua operação e ampliação; malhas ferroviárias para o escoamento da produção. Ainda, identificam-se como fatores de rápida estabilidade da empresa, especialmente se consideradas comparativamente à Usina Esperança, as experiências anteriores de Carlos Wigg e a presença em São Julião de depósitos de calcário, material indispensável ao funcionamento dos altos-fornos.

---

[207] LLOYD, 1913, p. 331. Em outros casos também se identificou a coparticipação das usinas Esperança e Wigg em mesmo projeto como na fabricação de fontes. In: *Idem*, p.569. Tem-se documentos entre os anos de 1940 e 1957 que confirmam, inclusive, a exploração da firma Queiroz Junior & Cia Ltda. das minas de manganês e de ferro localizadas e de propriedade da Usina Wigg. *Cf*. APM. GER 1-1 cx. 01, pc. 07.

[208] Entre as principais produtoras de itens de ferro estavam as "usinas Wigg, de Miguel Burnier, Monlevage de Piracicaba, Santeques de Ouro Preto, Esperança perto de Itabira do Campo, e nas fabricas de Santa Rita Durão, ex-Inficcionado, de Catas Altas, Itabira de Matto Dentro, Morro do Pilar, Jambeiro (município do Serro) e Agua Suja ou Ribeirão da Mesa, municpio de Peçanha", além da "Companhia Mechanica Mineira, de Juiz de Fóra". In: SENNA, 1906, p. 106, 108 e 110; GOMES, 1983, p. 146.

Talvez por menor aprofundamento a respeito das especificidades da Usina Wigg é possível que o professor Francisco Magalhães Gomes tenha afirmado que esta "não teve a importância histórica da de Esperança", levando em consideração o "funcionamento contínuo durante vários decênios, vencendo a história da indústria nacional".[209] Contudo, não é menos relevante retomarmos que a Usina Esperança também foi criada por Carlos Wigg e Gerspacher (pai e filho), e que a própria Usina Wigg arrendava seus fornos e minas para o uso da Usina Esperança. Ademais, a documentação informa que a siderurgia não se cessou na Usina Wigg e que as atividades naquela fábrica sempre estiveram consorciadas à extração de outros minerais que permitiram a permanência da Usina Wigg no mercado ao longo de décadas.

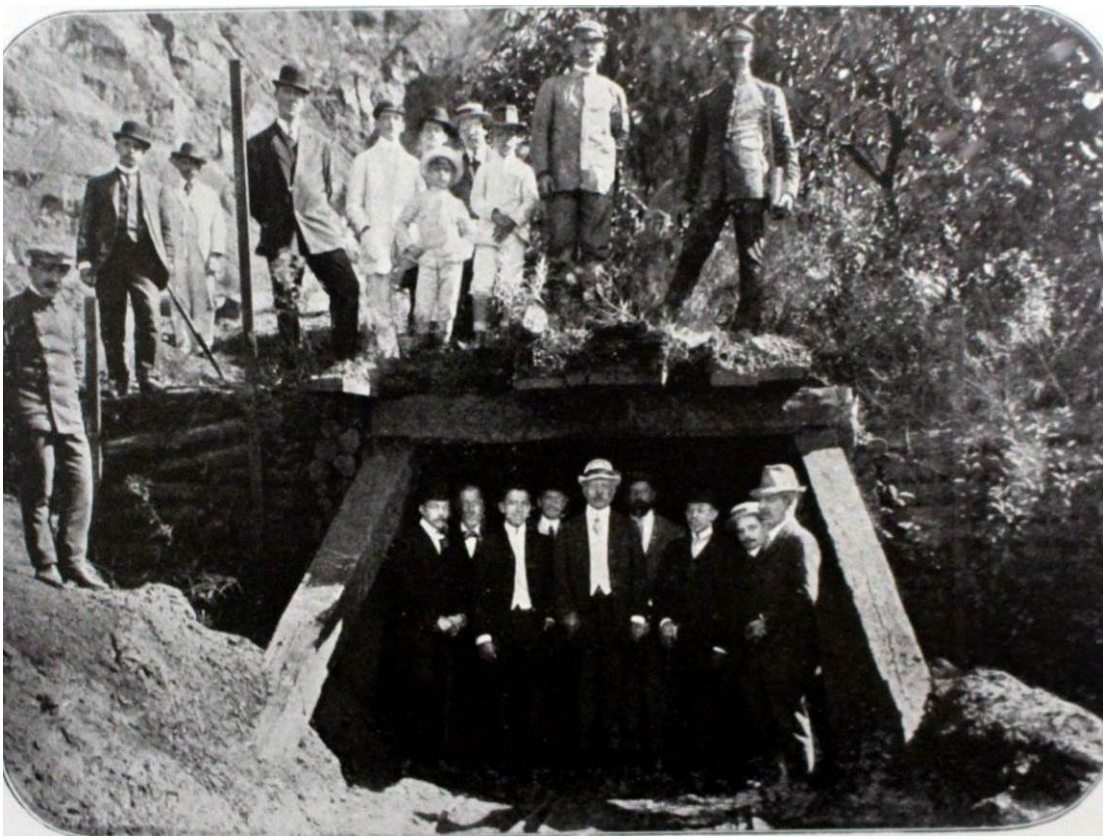


Figura 25 – "Vistas das Minas de Manganez em Miguel Bournier", tendo ao centro da boca da mina o proprietário Carlo Wigg. Fonte: LLOYD, 1913, p. 324.

As alterações societárias foram se fazendo também necessárias no aspecto administrativo, especialmente pela demanda de recursos para novos investimentos, de modo que a Usina Wigg passou por uma reestruturação societária por volta do ano de

[209] GOMES, 1983, p. 147.

1910, incorporando o empresário cearense Trajano Sabóia Viriato de Medeiros.[210] Certamente, a exploração do minério de ferro e seu beneficiamento exigiriam recursos e riscos acima do que Carlos Wigg poderia arcar naquele momento, e novamente confirmavam as experiências anteriores nas quais fábricas de ferro de menor envergadura tinham problemas de manutenção.[211]

Nesse sentido, cresciam as pressões das empresas às "concessões de favores" governamentais visando à ampliação da indústria do ferro e do aço, com vistas não somente a prover o mercado interno, como também promover a exportação. Em 7 de dezembro de 1910, consta-se o Decreto nº 8.414, assinado pelo Presidente da República Hermes da Fonseca, e cerca de três meses depois, em 22 de fevereiro de 1911, o Decreto nº 8.579, que concedia aos industriais "Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros, ou a Companhia que organizarem" várias concessões, que incluíam a montagem de um "alto-forno ou altos-fornos apropriados à produção anual mínima de 24.000 toneladas de ferro-gusa, e as instalações para a sua conversão em ferro e aço laminados para os usos industriais correntes e na proporção das necessidades do mercado". Para tanto, foi decretado que eles fizessem todas as benfeitorias necessárias tanto às atividades de mineração e siderurgia, o que incluiria dependências de serviços, habitações e usinas hidrelétricas, quanto às instalações de extração e exportação do minério de ferro e manganês com carga e descarga no Rio de Janeiro.[212]

O governo federal garantiria taxas menores de frete pelo uso da EFCB, seja para o transporte de "carvão, o minério, os fundentes e todos os produtos de sua fabricação", seja para "o transporte das máquinas, materiais e aparelhagem das

---

[210] Trajano Sabóia Viriato de Medeiros, filho do coronel e advogado cearense Trajano Viriato de Medeiros, era engenheiro civil formado pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro em 1886, e iniciou sua carreira como ferroviário exercendo, inclusive, o cargo de chefe do escritório técnico da EFCB. Atuou em princípios do século XX em diversos projetos dedicados aos transportes nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como em construção e oficinas de trens, carros e bondes. Foi subdiretor da Diretoria de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro e, em seguida, dedicou-se à indústria particular como construtor civil e empreiteiro de obras como hidrelétricas em São Paulo e em Minas Gerais. *Cf.* RODRIGUEZ, Helio Suêvo. *A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro*: o resgate da sua memória. Rio de Janeiro: Open Plus, 2004, p. 26.

[211] "Usina Wigg, do sr. commendador Carlos J. da Costa Wigg (no kilom. 501, Ramal de Ouro Preto, E. de F. Central do Brasil), tem jazidas de manganez e ferro, porém emprega em sua industria metallurgica ferro guza produzido na Usina Esperança, do Engenheiro Queiroz Junior. O proprietario da Usina Wigg é o socio do Engenheiro Trajano de Medeiros, nas tão debatidas concessões federaes da industria electro-metallurgica para a fabricação do ferro em nosso paiz. A Usina Wigg fica próxima á estação de M. Burnier (kilom.497)". *Cf*. SENNA, Nelson Coelho de. *Annuario de Minas Geraes*. Anno V. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913, p. 759-760.

[212] Decreto nº 8.414 de 7 de dezembro de 1910; Decreto nº 8.579 de 22 de fevereiro de 1911. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=593858&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB>.

instalações metalúrgicas e de mineração". Os impostos da produção do minério também teriam tarifas reduzidas, e caberia ao governo avaliar e aprovar os projetos das instalações para a descargas e exportação na baía do Rio de Janeiro.[213]

Cuidando de todas as fases de produção – extração, beneficiamento, transporte e exportação do minério –, a Usina Wigg ampliava, assim, não somente a produção anual (com capacidade de 150.000 toneladas anuais), como também o seu leque de atividades. Tais concessões e os diversos tipos de incentivos dados aos empresários revelam como as noções de nacionalismo e protecionismo andavam juntas: enquanto o nacionalismo pregoava a necessidade de industrializar o Brasil para alcançar a soberania econômica e política da nova República, as práticas protecionistas apareciam como condição fundamental para que isso acontecesse.

O significado da indústria para a independência econômica e para a seguridade nacional motivou não somente o governo brasileiro, mas diversos governos na América Latina na primeira década do século XX, a adotarem uma postura mais ostensiva no que se refere ao protecionismo industrial. O pensamento de alguns políticos era de que à medida que algumas indústrias cresciam, fazia-se necessário estabelecer incentivos governamentais para protegê-las e fomentarem o seu desenvolvimento. E isso se deu, inclusive, na indústria pesada produtora de bens de produção, demonstrando uma clara interferência do Estado no setor siderúrgico, cuja operação se constituía em financiamentos governamentais em empreendimentos particulares. Esse panorama foi refletido de forma mais engajada no contexto das guerras mundiais, quando a questão da indústria de base se fez valorizada também pela descoberta de outras jazidas minerais, de modo que foi se fortalecendo um pensamento nacionalista que identificava na industrialização brasileira uma forma capaz de promover o crescimento nacional, base da soberania e da indústria nacional.[214]

Em 1913, tem-se notícias de que a Usina Wigg já atuava sob os desígnios das concessões governamentais, funcionando sob a direção do dr. Domingos Rocha, professor da Escola de Minas. Sabe-se que

---

[213] *Ibidem*. De setembro de 1911 consta o projeto denominado "Preliminary Project for Brazilian Iron & Steel Plant, at The Graminha Estate, Juiz de Fora, Minaes Geraes, Brazil", que visava implantar em Graminha/Juiz de Fora (atual bairro da zona sul da cidade) uma outra fábrica de ferro às margens do Rio Paraibuna, tendo em uma de suas margens a vila operária centralizada por uma igreja e, na outra margem, a área industrial. *Cf.* APM. GER-00007 (01).

[214] *Cf*. PERISSINOTTO, Renato Monseff. Industria y nación durante la Primera República Brasileira. In: BLANCO, Teodoro et alli. *Industrialismo y nacionalidad en Argentina y el Brasil (1890-1950)*. Buenos Aires: Fundación Simón Rodríguez, 1999, p. 37-80.

> na sua mina trabalham cerca de 300 homens, enquanto que outros 2.000 vivem na propriedade. Cerca de 30.000 toneladas de minerio de manganês são extraídas anualmente, o que constitui cerca de um quarto da produção total do Brasil. O minério embarcado na Estrada de Ferro e enviado para o Rio de Janeiro, onde o sr. Wigg tem na Ilha Mocangê Grande, na bahia, depósitos próprios, providos de guindastes e aparelhos automáticos para carga e descarga. O Sr. Wigg possui também rebocadores e saveiros, para o transporte do minério para os depósitos na Ilha. O manganês é exportado para a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, e o minério da propriedade do Sr. Wigg obtém o melhor preço para manganês de origem brasileira. Deve-se notar que a mina de Bournier é a unica mina de manganês, no Brasil, explorada em níveis profundos. Na dragagem de rios para extração de ouro, tem o Sr. Wigg feito, por varios anos, ensaios mais ou menos satisfatórios, nos rios do Estado de Minas Gerais.[215]

Tabela 1 – Comparação dos preços da produção e da venda por tonelada de gusa.

EMPRESA	ANO	VALOR PRODUÇÃO	VALOR VENDA	LUCRO
Usina de Miguel Burnier	1894	75$000	110$000	35$000 (47%)
Usina de Rio Acima	1923	139$000	200$000	61$000 (44%)
Usina de Caeté	1925	175$650	270$000	94$350 (54%)
Usina de Morro Grande	1927	160$000	260$000	100$000 (62%)

Fonte: Adaptado de GOMES, 1983, p. 159.

A ampliação dos lucros no setor siderúrgico é uma realidade que se constata sendo o resultado, em grande medida, das concessões governamentais, apesar do discurso vitimista crônico dos empresários. E o protecionismo do Estado se dava na medida em que o empreendimento industrial era considerado decisivo para destacar o Estado de Minas Geras na agenda do mercado industrial siderúrgico nacional e mesmo internacional. Correspondia ainda à pretensão de inserir a nação brasileira na dinâmica do capitalismo em expansão mundial, uma tentativa de recuperação após a onda especulativa ocorrida no período pelo Encilhamento (1889-1894). A longo prazo, entende-se que “a política protecionista, tomada isoladamente”, “não foi suficiente para promover uma dinamização do processo de industrialização, ao contrário, ela acabou por estimular a produção têxtil e o surgimento de indústrias esporádicas”.[216]

Em nível local, a junção entre um entroncamento de linhas férreas e a presença de uma usina siderúrgica foram marcantes para o desenvolvimento urbano, a ponto de São Julião ter recebido os foros de distrito em 30 de agosto de 1911 pela Lei n° 556.

[215] LLOYD, 1913, p. 331.
[216] SANTOS, Marilécia Oliveira. *O Viver na “Cidade do Bem”*: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio, na Boa Viagem – Bahia (1892-1946/47). Salvador: EDUNEB, 2017, p. 65.

> Este mun. até a data lei n.556, de 1911, possuía 16 distrs. de paz; porém, pelo n. LVII do art. 2º da cit. lei, o Congr. Mineiro criou o 17º distr. de S. Julião, com sede na estação férrea de Miguel Burnier, no mun. de Ouro Preto e agregando as seguintes localidades: Burnier, Hargreaves, Chiqueiro do Alemão, Bela Vista, Bocaina, Pires e Engenheiro Corrêa (...)
> Limites
> A Leste, por Hargreaves e Bela Vista, em linha reta à Serra do Ouro Branco. Ao Sul, pela Serra de Ouro Branco até o seu extremo e deste em linha reta à Serra do Pires pela Bocaina. A Oeste, por uma linha reta do Pires ao Mata-porcos.
> Ao Norte, pelo Mata-porcos até a foz do rio Sardinha, seguindo por este até a sua nascente junto do Túnel e, depois, pela Serra do Papa-cobras e pela do Caxambú até Hargreaves.[217]

Seus limites territoriais convergiam, em grande medida, com os terrenos de exploração mineral de Carlos Wigg. Contemplava áreas que atualmente correspondem ao distrito de Miguel Burnier (sede, Bocaina, Hargreaves, Chiqueiro do Alemão, Mata-Porcos, Papa-Cobra), além do atual distrito de Engenheiro Correia (Ouro Preto), Bela Vista (comunidade dos distritos de Rodrigo Silva, Ouro Preto) e o bairro de Pires (Congonhas).

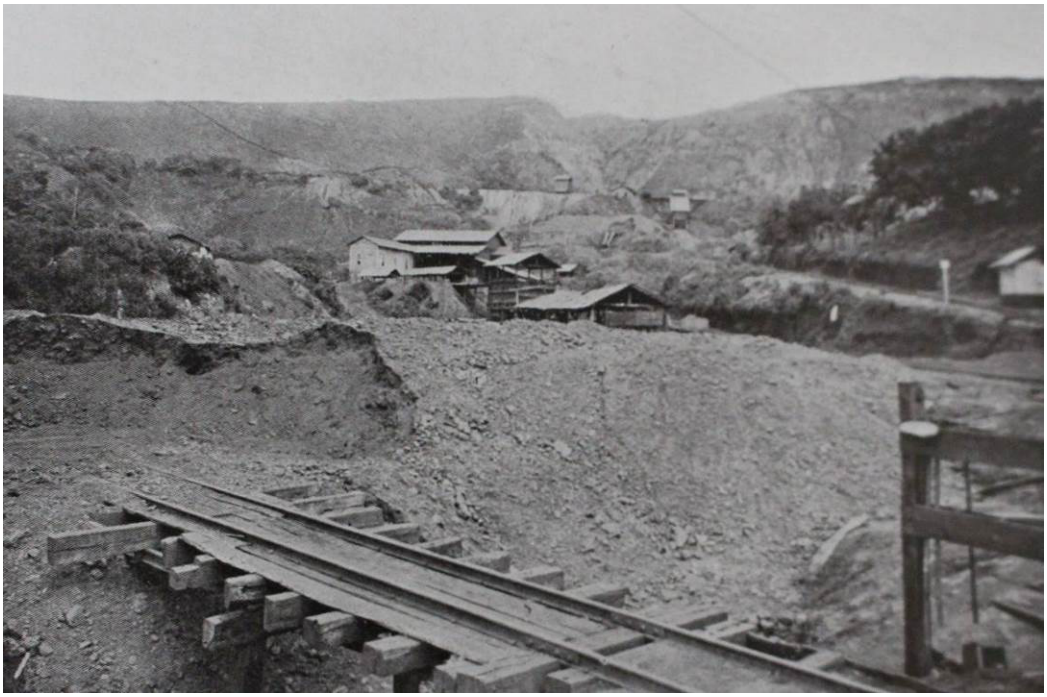


Figura 26 – "Usina Wigg para manganez na Estação da Usina, E.F.C.B., kilometro 501.", local onde existia a Estação Usina próxima à Vila Wigg. Fonte: LLOYD, 1913, p. 330.

No ano de 1905, tem-se notícias de que o total de imóveis da Usina Wigg era de 373 casas, das quais apenas 30 se encontravam vazias, o que reflete um índice de ocupação de quase 90%. O grande número populacional advindo com as

[217] SENNA, 1913, p. 568-569. Foi em 17 de dezembro de 1948 que, por força da Lei nº 336, que o distrito de São Julião passou a se chamar Miguel Burnier.

oportunidades de trabalho decorrentes da atividade de mineração, contudo, não era diretamente proporcional à qualidade de vida dessa população. As condições de moradia eram bastante simples, sendo a maioria casas de estrutura de pau a pique com cobertura de zinco. Existiam ainda as de tábua com cobertura de capim, barracões de pau a pique com cobertura de capim “concertados”. Raros eram os exemplares de tijolos e cobertura de telhas, e havia ainda os raros barracões de ferro.[218]

Seguindo um plano geral, as atividades de mineração de ferro e manganês foram distribuídas ao longo da propriedade da Usina Wigg em onze sessões, cada área estava dedicada a determinadas atividades, mais especificamente à exploração das diversas minas que eram estabelecidas no entorno da linha férrea.[219]

Tabela 2 – Imóveis pertencentes à Usina Wigg em São Julião no ano de 1905.

SEÇÃO	TOTAL DE IMÓVEIS	IMÓVEIS OCUPADOS	IMÓVEIS VAZIOS	OBSERVAÇÕES
1ª seção (Bocaina)	9	4	5	“Estas cinco casas estão quasi descobertas e cahindo”
2ª seção (Paragem dos Caldeirões)	29	19	10	Barracões com os números variando entre 205 a 240. Todas de pau-a-pique com cobertura de zinco, exploração de minério de ferro
3ª seção (Sede Burnier)	30	24	6	1 casa demolida, ferraria (pau-pique om 38 folhas de zinco na cobertura)
4ª seção (Entre Estação Burnier e Usina, km 499)	31	31	0	--
5ª seção (Entre Estação Burnier e Usina, km 500)	26	12	14	2 casas demolidas; 1 barracão; guarita (transferida para a 6º seção); muitas casas em ruim estado de conservação
6ª seção (Estação Usina, km 501)	89	89	0	Cachoeira, casa de máquina de tábuas, casa do padre (pau-a-pique coberta por 72 folhas de zinco), Escola na Rua Nova, casa do capitão, casa de hóspedes, escritório, chalet, cocheira, oficina, depósito alto-forno, casa de ferro, barracão de ferro
7ª e 8º seção (Estação Usina, km 501 e 502)	17	17	0	Algumas casas demolidas, caindo
9ª seção (km 503)	58	58	0	2 depósitos, ferraria, Escola na Rua Nova
10ª seção (km 504)	29	26	3	Fazenda Velha (2 imóveis)
11ª seção	63	62	1	5 demolidas, 1 moinho, Cova da Onça, Sombrio, Alto Túnel, grande quantidade de casas iguais
TOTAL	**373**	**334**	**39**	**Índice de ocupação: 89,6%**

Fonte: Adaptado de APM. GER 1-2 cx. 04, pc.15 e de APM. GER-00002(05).

[218] APM. GER 1-2 cx. 04, pc. 15.
[219] APM. GER-00002 (05).

Em 1913, nas propriedades de Carlos Wigg, residiam cerca de 2.000 pessoas, enquanto 300 homens trabalhavam em sua mina de manganês. A empresa estava imbricada em diversos setores da vida de seus trabalhadores, pois era responsável pela dinamização da vila operária onde funcionavam serviços médicos e de farmácia, o fornecimento de alimentos pelo armazém do núcleo, e mesmo interferindo na vida escolar e religiosa dos seus funcionários.[220]

O processo de implementação das vilas operárias nas áreas rurais e semiurbanas é uma realidade dentro e fora do território nacional entre os fins dos oitocentos e princípios dos novecentos. E o trabalho operário industrial decorrente permite entender o cotidiano, as práticas e as culturas operárias orientadas sobre uma escala que permite enxergar o chão de fábrica, a luta de classes, as famílias operárias, as especificidades de gênero e de faixa etária. Como era a relação entre fábrica, lares e escolas para esses operários? Quais era as temporalidades inscritas nos distintos calendários do mundo do trabalho?

> Em geral, as vilas operárias foram difundidas, tanto pelos poderes públicos quanto pelas elites, como um meio eficaz de controle da população pobre, alimentando assim expectativas de ordenação do espaço público. Acreditava-se na ação do meio como ambiente formador do homem, e a implantação das vilas operárias foi vista como evidência da validade e viabilidade das teses de uma sociedade calcada nos ideais de “civilização” e “progresso”.[221]

A construção de vilas operárias pelos industriais, além de reduzir a inconstância dos trabalhadores nas fábricas, revelou-se bastante lucrativa também pela segurança do recebimento de aluguéis.[222] Para além disso, foi importante para o processo de domínio das empresas no comportamento dos trabalhadores, buscando interferir nos valores e na organização do lazer, da educação dos filhos e das manifestações religiosas. Tratava-se de um contexto da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, em novos horizontes advindos com o fim da Monarquia e princípios da República, em uma sociedade cujas lógicas entre valores senhoriais e liberais estavam em conflito. O mundo do trabalho continua a ser articulado de modo desigual e combinado, mas agora conjugando manutenção e superação. A submissão a certas determinações e a reação a outras fizeram com que os operários também

[220] SENNA, 1913, p. 568-569.
[221] SANTOS, 2017, p. 15-16.
[222] Relação das casas residenciais do departamento de Miguel Burnier (posição em junho de 1983), da Siderúrgica Barra Mansa S/A e o balanço total de despesas do aluguel arrecadado. In: APM. GER 2-2, cx: 25, pc: 07.

transformassem esses espaços em territórios por eles apropriados e transformados por suas identidades.

No ano de 1919, por exemplo, aproveitando-se de uma greve dos operários da usina, Carlos Wigg encaminhou uma carta ao presidente da República Delfim Moreira expondo a situação da indústria do manganês e solicitando a redução das taxações. A situação da greve foi deflagrada quando empregados das minas pararam o trabalho e chamaram o delegado para registrarem suas condições de trabalho e rendimentos. O padre italiano Marcelino Braglia tranquilizou a todos e recomendou calma e ordem a seus paroquianos, visto ser ele o responsável pela Igreja da Usina (Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis), uma expressão de seu enlace com o comendador. O próprio Carlos Wigg, estando no Rio de Janeiro, encaminhou um telegrama à usina solicitando que transmitisse aos seus funcionários que eles deveriam decidir entre o fechamento da mina ou a redução dos custos de produção, de modo que ele acataria a decisão da maioria. E foi ainda do Rio de Janeiro que Carlos Wigg encaminhou uma carta ao padre Marcelino Braglia lamentando que as agitações trabalhistas tivessem chegado à mina e afirmando que fecharia a usina se assim fosse decidido.[223]

A Igreja Católica representava uma aliança muito importante para a manutenção da ordem social nos ambientes das fábricas. No ano anterior, em 1918, havia sido inaugurada a Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis (Igreja da Usina) sobre as ruínas da colonial Igreja de São Julião (Fazenda dos Caldeirões), em uma sobreposição simbólica de poderes, ao mesmo tempo da permanência da influência religiosa local.[224]

> Usina Wigg. Antigo São Julião. Freguesia, com o título de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis, por provisão de 16 de julho de 1918. Pela mesma provisão foi concedido aos fundadores da Paróquia – Comendador Carlos Wigg e sua senhora – o direito de padroado que não se transferirá, contudo, a seus herdeiros ou sucessores.[225]

Ao longo do tempo, observa-se a ampliação do investimento na lógica discursiva da construção da imagem de Carlos Wigg e de sua esposa como beneméritos, de modo que não havia espaço para o conflito entre o trabalho e o capital. Esse conjunto

---

[223] BN. 73, 1, 002, nº 096.

[224] Dona Alice da Silveira Wigg desmembrou parte dos terrenos de propriedade da Usina Wigg, que foi doada à Mitra Archiepiscopal de Mariana para constituir o patrimônio da "Matriz de Nossa Senhora Auxiliadora de Uzina". In: APM. GER-00083 (01). Consta um relato bastante interessante feito pelo alemão Luiz Kuchenbecker, em uma situação vivida certamente por volta da década de 1940, no qual ele detalha um dia de missa de domingo de Páscoa na Igreja de Calastróis com a presença do padre Marcelinho e de D. Alice Wigg. *Cf*. KUCHENBECKER, Luiz. Uma Missa Singular. *Intercâmbio*. Belo Horizonte, p. 32-34, 1956.

[225] TRINDADE, 1945, p. 315.

de fatores determinou a conformação de um comportamento operário que foi legado para as gerações futuras no qual a submissão a certas regras e o domínio das empresas sobre o espaço fazem com que o distrito de Burnier ainda hoje não seja entendido como um espaço público. A construção e reafirmação de uma memória social idealizada daquele passado operário se dão em oposição aos novos modelos de trabalho, mas é nos flagrantes dos embates cotidianos que se veem as fraturas e as tensões do poder. A insistência em determinados temas e os silenciamentos sobre outros acabam por revelar a intenção sobre o que se deseja esconder.



Figura 27 – Carlos Wigg.
Fonte: LLOYD, 1913, p. 573.



Figura 28 – Dona Alice Wigg, acervo da Igreja N. Sra. Auxiliadora de Calastróis.
Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

O comendador Carlos Wigg morre em 1931 e, sem descendentes, sua esposa, Alice Wigg, assume provisoriamente os negócios e passa a administrá-los sozinha. Por aquele tempo, ela se dedicou à realização de um monumento que eternizasse a memória de seu esposo, a edificação da Matriz do Sagrado Coração de Jesus de Burnier sobre uma pequena capela em devoção a São Julião, possivelmente de 1890, tendo desmembrado parte dos terrenos na Usina Wigg para essa finalidade. Nessa oportunidade, também doou terras para a Arquidiocese de Mariana construir um seminário, que se tornou um orfanato. A Igreja Matriz foi inaugurada em 4 de fevereiro de 1936, elevada à condição de Santuário em 14 de agosto de 1938, enquanto anexo a ele o Seminário/Orfanato Monsenhor Horta foi inaugurado em 1946, sendo regido pela Congregação dos Reverendíssimos Padres da Divina Providência de Dom Orione.[226]

[226] APM. GER-00083 (02). Os sinos ainda hoje presentes na torre datam de 1933. Apesar de o padre Marcelino Braglia ter sido o pároco que até então se responsabilizava tanto pela Igreja da Usina quanto da Matriz do Sagrado Coração, foi em 17 de outubro de 1938 que tomou posse o capelão do Santuário, o cônego Rafael Arcanjo Coelho, quando as anotações no Livro de Tombo deram início. Ainda, a respeito desta capela de São Julião que existia no local onde se implantou o Santuário, sabe-se que "esta pequena capela é construída nos terrenos do Comendador Carlos Wigg, próximo da Estação de

> O dia 21 de abril de 1954 amanheceu igual a qualquer outro dia, em Burnier, município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais. O céu de abril já estava arrefecendo o frio intenso daquela região destacando o Santuário Sagrado Coração de Jesus no alto da colina ao lado do seminário menor dos orionitas do mesmo nome.
> O Santuário, bem como o seminário, foi doação de Dona Alice Wigg à Arquidiocese de Mariana para que seus seminaristas pudessem ter um lugar para passar as férias escolares. A majestosa construção em local privilegiado, dominando da colina toda Burnier, contrastava com a simplicidade e a pobreza do lugar.
> O revestimento com mármore italiano de Carrara nos altares e balaustradas e os candelabros de ferro fundido artisticamente escolhidos, demonstravam o bom gosto de quem foi responsável pela arquitetura e decoração do templo.
> As montanhas circundantes eram a principal razão da existência do povoado. De lá saiam, todos os dias, muitas toneladas de minério de ferro não inferiores a 75% de pureza, exploradas pela siderúrgica Usina Wigg.
> A vegetação era extremamente pobre. Um capim rústico de estatura sempre uniforme, de um verde forte, não servia para outra coisa a não ser para cobrir as montanhas de minério. Nenhum animal pastava naqueles terrenos. Aliás, não havia nenhum animal na região da usina. Exceto algumas árvores de eucalipto que, como intrometidas conseguiam crescer, não havia outra vegetação.
> Se casualmente se visse algumas poucas árvores nas encostas das montanhas, podia se deduzir que entre elas corria um pequeno curso d'água que, pela correnteza importava um mínimo de húmus suficiente para germinar e alimentar estas árvores geralmente de pequena estatura e com pouca serventia.
> A poucos metros do seminário, uma enorme tocha de fogo nunca parava de soltar suas labaredas, exceto na sexta feira da paixão. Não se sabe se por respeito à comemoração da morte de Cristo ou por simples superstição. A tocha era chaminé do alto-forno da Usina Wigg que derretia o minério que se transformava num melado amarelo incandescente que, depois de resfriado, se transformava em ferro-gusa.
> Contavam os habitantes mais antigos que certa vez, um operador que deslizava um troley nos trilhos e depois basculava minério para dentro do forno, descuidando-se acabou caindo junto com o minério. Poucos segundos mais tarde só se viu uma fumacinha saindo do forno.
> Nas poucas ruas do povoado circulavam dois caminhões, um Studbacker, um Ford americano. Não havia outros veículos exceto a caminhonete Ford 29 de Dona Alice dirigida pelo Sr. Joaquim, o seu motorista. Os demais eram caminhões basculantes transportando minério.
> Além da Usina Wigg outra fonte de emprego em Burnier era a "Estrada de Ferro Central do Brasil". Burnier, apesar de muito pequena, tinha uma posição estratégica. O grande pátio de manobra movimentava as composições que traziam os trens da bitola estreita do Rio de Janeiro, ou da zona da mata mineira de Belo Horizonte. Na estação de Burnier estes trens faziam baldeação com vagões indo para outras composições para seguir caminho.[227]

Menos de dez anos após a morte de seu idealizador, a empresa alterou seu nome para Usina Wigg S. A., mediante uma importante modificação em seu estatuto com data de 15 de julho de 1940, que também visava às adequações às legislações

---

Miguel Burnier – E. F. C. do Brasil – e data de 1890. Surgiu, portanto, muito depois de ter ruído a antiga de mesmo nome que hoje é a matriz de Nossa Senhora Auxiliadora. Sua construção é de pedras, tem forma de ermida, bons paramentos, mas sem patrimônio". *Cf*. Livro de Tombo da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. 1938-atual.

[227] *Cf*. Livro de Tombo da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. 1938-atual. No porão do Santuário existe uma gaveta mortuária onde se encontram os restos mortais do padre italiano Marcelino Braglia (17/03/1875 - 07/11/1963), que atuou em São Julião desde o ano de 1918.

federais vigentes, que imprimiam novas orientações estatutárias para a atuação das empresas no setor de mineração. Naquele ano, toda a propriedade foi adquirida por nova organização acionária que redefiniu as orientações técnicas a serem seguidas, pautando-se na modernização do processo produtivo com injeção de recursos financeiros. Entre os acionistas, não consta o nome da viúva de Wigg. A sede social da Usina Wigg S. A. estava localizada na Rua da Candelária, nº 4, 1º andar, Rio de Janeiro, tendo por diretor presidente o banqueiro e industrial José de Magalhães Pinto.[228] Em 1941, o nome da fábrica é novamente alterado, sendo a partir de então chamada Mineração e Usina Wigg S. A.

Dona Alice da Silveira Wigg, que residia na Rua Almirante Alexandrino, nº 537, bairro de Santa Tereza, Rio de Janeiro, ficou definitivamente fora dos negócios da Wigg desde o ano de 1940. Ela faleceu em 7 de março de 1952, tendo marcado presença em sua missa de sétimo dia os principais industriais da mineração do país à época. O casal não deixou herdeiros e se tem notícias que ainda por vários anos o seu espólio foi questionado na Justiça pelo recorrente Horácio Ernani Thompson de Melo, um famoso leiloeiro do Rio de Janeiro.



Comunicados fúnebres

ALICE DA SILVEIRA WIGG

(MISSA DE 7.° DIA)

Amaro da Silveira e família, Carlos Wigg Sobrinho e filho; Flavio da Silveira e família; Fernando Bento Welbert e família; Amaro Lanari e família; João do Val e família (ausentes), Cypriano da Silveira e família; Maria da Silveira Hermanny e família; Gil Guatimosim e família (ausentes), e Mariana da Silveira Gagdocimo e filhos convidam os seus parentes e amigos para a missa de 7.° dia, que em sufrágio da alma de sua muito querida tia ALICE DA SILVEIRA WIGG fazem celebrar amanhã, sexta-feira, dia 14 do corrente, às 11 horas, no altar-mor da Igreja de N. S. do Carmo, à rua 1.° de Março, confessando-se desde já agradecidos a todos que comparecerem a esse ato de fé cristã.

Figura 29 – Notícia do falecimento de Dona Alice Wigg, em 1952.
Fonte: BN. Jornal *A Noite*, ed. 14042, 13 mar. 1952, p. 11.

[228] APM. GER 1-2 cx. 05, pc. 05.

Um estudo feito em fevereiro de 1942 pelo engenheiro Anchyses Carneiro Lopes indicava os novos desígnios da fábrica, sendo seu relatório definidor de uma nova política orientadora para a Usina Wigg que perdera havia pouco tempo seu grande expoente. O engenheiro apontou para a existência de um "processo de encilhamento econômico geral", dado o "estado de marcha super-força das indústrias do estrangeiro" em consequência do aparelhamento bélico no mundo em guerra e grande potencial da ampliação do mercado interno de ferro e aço. Ele estabeleceu então um programa de diretrizes a serem implementadas na Usina Wigg, sendo que dois pontos chamam a atenção: os percalços do mercado interno com o "transbordamento da produção de Volta Redonda" e a política carvoeira da empresa.[229]

Ao passo que tanto o mercado interno e o externo se ampliavam, o engenheiro diagnosticou, entretanto, que o mercado interno estaria 50% abaixo de sua capacidade "por deficiência de transporte na zona siderúrgica mineira" em um mercado que "não exige qualidade" e que faz com que na América Latina o gusa brasileiro seja desvalorizado, de modo que, terminada a guerra, a previsão era de que fosse perdido tal mercado platino. Ele apontou, ainda, que no caso do mercado interno as usinas estatais como a CSN investiam em volume de produção, não em qualidade, e que em breve grande quantidade de minério estocado por ela seria injetado no mercado com consequente desvalorização do preço do produto.

Adicionado ao fato de que tanto os equipamentos quanto o alto-forno de Burnier eram considerados pelo menos 70 anos obsoletos, tal constatação exigiria "quase uma nova construção", apesar de ser considerado bom o gusa por ele produzido. E desde a fundação da Usina Wigg, esta não estaria organizada para suportar um fornecimento perene de carvão, um dos motivos principais para o estabelecimento de um plano diretor para a empresa.[230]

O binômio combustível-qualidade seria, de acordo com o estudo, os fatores primordiais para a superação da produção em Burnier e conquista do mercado. Em plano estratégico, além de se dedicar à produção do ferro-gusa de qualidade, o engenheiro indicava que se deveria procurar transformar parte de sua produção, adotando a política de organização vertical, com a entrega do material transformado ao cliente consumidor. Assim, fazia-se necessária tanto a montagem de uma fábrica de

[229] APM. GER 1-1 cx. 01, pc.11.
[230] APM. GER 1-1 cx. 01, pc.11.

aço quanto do segundo alto-forno da Wigg em local diferente do atual, pois não comportaria tais ampliações.

Por aquele tempo, contabiliza-se que havia sido extraído cerca de um milhão de toneladas de manganês das jazidas de propriedade da Usina Wigg, tendo a 9ª secção a veia mais trabalhada e que se encontrava a 130 metros de profundidade, apesar de ainda ser avaliada como passível de expansão para mais alguns metros. O alto-forno tinha produção diária de 18 toneladas de ferro-gusa por dia, tudo desenvolvido em cerca de 5.000 hectares de terras distribuídas desde as proximidades da Estação de Crockatt de Sá (km 491.439), indo em direção à Estação Engenheiro Corrêa (km 509.593), até findar nos arrabaldes da Estação Dom Bosco (km 514.900).

> Possui a usina uma propriedade de cerca de cinco mil hectares de terrenos, sendo extensa parte ocupada pelas jazidas de minérios de ferro manganês de calcáreos. Situada nas proximidades da Estrada de Ferro Central do Brasil, achou-se em condições essenciais para a exportação de minérios. A propriedade começa no quilômetro 492 da linha do centro, terminando no quilômetro 504 da mesma linha, e pelo ramal de Ouro Preto no quilômetro 511, estando assim bem atendidas as necessidades de pontos de embarque para os seus produtos.[231]

E, ao que tudo indica, tais apontamentos foram efetivados à risca pelos acionistas, o que permitiu a manutenção da Usina Wigg mesmo se utilizando de uma tecnologia ultrapassada e funcionando sem a introdução de uma fábrica de aço e a construção do segundo alto-forno. Os anos que se seguiram ao relatório de 1942 demonstram um período com muitas aquisições de terras voltadas à ampliação das jazidas minerais (como em Várzea do Lopes para exploração de minério de ferro e manganês), mas, fundamentalmente, para a produção de carvão vegetal para o abastecimento contínuo do alto-forno. Seja privilegiando a proximidade a São Julião – como foi o caso da Fazenda do Rodeio (São Julião, Ouro Preto), Glaura (Ouro Preto), Ribeirão do Carmo (Mariana), Ouro Branco –, seja tendo de lidar com locais mais distantes – como foi o caso de Palestina (Itabira), Crasto (Barra Longa), Casa Grande (Paraopeba), Serra do Camapuan (Entre Rios de Minas), Moeda, Itaverava, Queluzito, João Ribeiro –, a Companhia de Mineração de Ferro e Carvão foi uma subsidiária que se dedicou a tal questão da extração vegetal.[232] Por exemplo, no ano de 1949, o total de mudas plantadas foi de 63.705 pés de eucaliptos e 275 de pinheiros pela empresa.[233]

E quando se analisam em detalhes os inventários de diversos setores da Mineração e Usina Wigg S.A. em fins do ano de 1949, observa-se que o maior valor

[231] APM. GER 1-1 cx. 01, pc.12.
[232] APM. GER 1-2 cx. 08, pc.14; GER 1-2 cx: 08, pc. 07.
[233] APM. GER 1-2 cx. 08, pc.14.

atribuído à empresa está em seu estoque de carvão distribuído em diversas fazendas. A seguir, os inúmeros produtos beneficiados a partir da fundição do ferro para venda direta ao mercado local aparecem em segundo lugar, indicando que esse setor passou a receber investimento e prioridade em sua produção. É surpreendente perceber que o minério de manganês tinha valor 30% melhor que o minério de ferro na época, de modo que a quantidade expressa em estoque de minério de ferro corresponderia a cerca de 76,5 dias de trabalho (levando-se em consideração a produção de 18 toneladas por dia). Isso explica grande parte da dedicação da Usina Wigg à exploração de manganês desde os seus primórdios. E é ainda mais surpreendente revelar que o valor das mercadorias do armazém da empresa corresponde à terceira posição do *ranking*, de modo que o valor mensal desse setor (cerca de CR$12.797,80) é maior que o valor mensal de produção de minério de ferro (cerca de CR$10,800,00).

Ainda, para além da extração e beneficiamento das jazidas, o contexto de manutenção da estrutura das vilas operárias concedia avultados lucros para os patrões sobre o custo de vida de seus empregados. Em grande parte, os produtos vendidos no Armazém da Usina também vinham da produção da fazenda própria, onde eram criados animais para o abate (boi, porcos, aves), produzido leite e todos os tipos de verduras, legumes e frutas. Era discurso da empresa que todos "os produtos fornecidos aos empregados da Cia. são e serão vendidos a um lucro baixo, entre 15 a 20%".[234]

Tabela 3 – Inventários dos setores da Mineração e Usina Wigg S. A. em 31/12/1949.

PRODUTO	QUANTIDADE	PREÇO (CR$)	TOTAL (CR$)
Estoque de carvão em Ribeirão do Carmo, Glaura, Ouro Branco, Pires, Moeda, João Ribeiro, Palestina, Crasto, Serra do Camapuan, Casa Grande, Queluzito, Itaverava, São Julião	23.173,944 m^3	118,83.1 p/m^3	2.753.801,40
Inúmeros produtos em ferro fundido	--	--	645.973,40
Mercadorias do Armazém Usina Wigg*	--	--	144.247,60
Inventário da Fazenda (gado bovino e suíno para corte, equinos e muares, aves e diversos)	--	--	136.704,50
Inventário da Farmácia	--	--	92.137,80
Estoque de manganês em Usina	457,00 t	69,043 p/t	31.552,70
Estoque de minério de ferro em Usina	1.376,70 t	20,00 p/t	27.534,00
Estoque de quartzo (sílica) na Usina	152,09 t	20,90 p/t	3.178,20
Estoque de calcário em Miguel Burnier	34.777,00 t	60,00 p/t	2.086,60

* Fornecimento a diversos funcionários e operários da Cia. no sia 31/12/1949, cujo recebimento se processará em janeiro de 1950 = CR$12.797,80.

Fonte: Adaptado de APM. GER 1-2 cx. 08, pc.14.

[234] APM. GER 1-2 cx. 10, pc. 14.

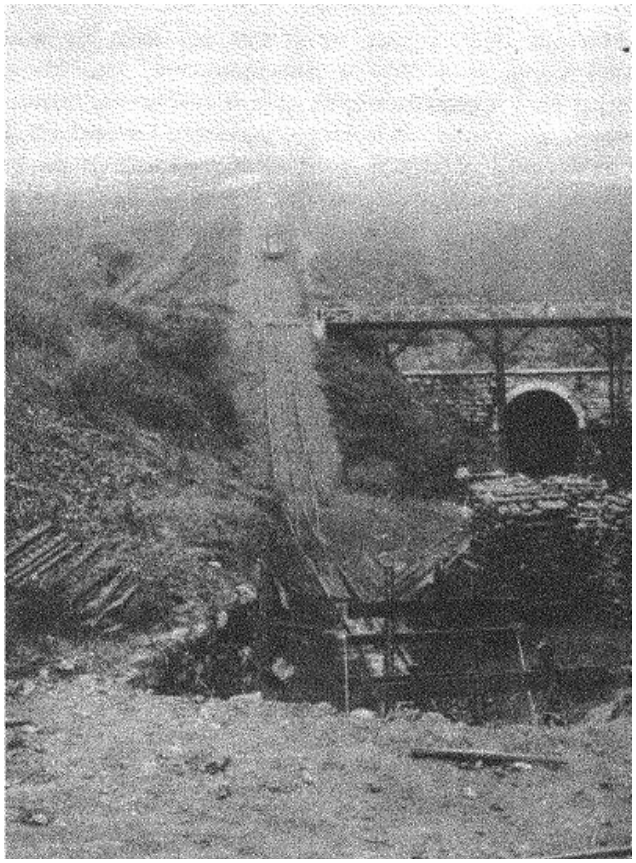


Figura 30 – Vista parcial da Usina Wigg, observando-se o plano inclinado para o transporte de minério. Fonte: IBGE, XXVI vol., 1959, p. 237.

Em junho de 1958, um documento bastante detalhado informa sobre as seções de trabalho da Mineração e Usina Wigg S. A., no qual foram descritos o total de operários envolvidos, suas funções e o preço recebido pela tarefa. A princípio, nota-se que as atividades não se restringiam somente ao território de Miguel Burnier, contemplavam também as terras em Itabirito (Várzea do Lopes), Moeda e outros distritos de Ouro Preto.

O trabalho, majoritariamente feito por homens, tinha grande parte da mão de obra realizando serviços braçais. Do total de 413 operários cadastrados pela Usina Wigg, apenas 10 mulheres trabalhavam nas operações da fábrica, especificamente: duas como operárias braçais no reflorestamento da usina, outras duas como operárias braçais na fazenda, duas na farmácia, sendo uma enfermeira e outra auxiliar, duas na administração em Belo Horizonte executando serviços de escritório e, por fim, duas outras na administração em Burnier.

De acordo com os dados da pesquisa etnográfica, cada seção tinha seu encarregado, espécie de feitor, que era responsável por aquela equipe de trabalho e a quem cabia se responsabilizar pelos pagamentos, acomodações e quaisquer outros

assuntos relacionados àqueles operários que trabalhavam em sua equipe. Assim, a centralização em sua função tornava cada seção de trabalho autônoma, mas interdependente das demais, ao passo que sua produtividade era a medida de seu salário. Não há aqui definições que indiquem a presença da implantação da CLT para esses trabalhadores.

Existiam locais mais longínquos, especialmente relacionados à plantação de eucaliptos e à produção de carvão, no qual se tem notícias de que as crianças trabalhavam e não frequentavam escola. Não havia transporte, então, como essas crianças poderiam frequentá-las se a escola estava localizada na sede, na Vila Wigg, em Crockatt ou em Mota? Além disso, como o pagamento era feito por produção, era necessário muito empenho para se ter algum orçamento. Eram operários que viviam, como dito anteriormente em casas simples, de pau a pique e cobertura de capim, onde até o farmacêutico tinha dificuldades de acessá-las em caso de doenças. Todos os custos de vida eram de responsabilidade dos operários: o aluguel, a alimentação, os remédios, o transporte. E sem direitos trabalhistas que os assegurassem.

Em geral, era permitido que os operários mantivessem áreas produtivas, seja nos quintais seja por meio de terças em pequenas plantações na serra. A manutenção dessas áreas se dava pelas mulheres e pelos homens em horários de folga. Trabalhava-se em turnos de 24 horas de atividades, aos fins de semana e feriados, com exceção da Sexta-feira da Paixão. Nas proximidades da sede existiam as melhores casas, moradias dos encarregados feitas de tijolos, coberturas de telhas e pisos de peroba rosa. Ali moravam os farmacêuticos, os administradores, os encarregados, cargos considerados técnicos. O acesso à infraestrutura era, portanto, diferente e desigual entre os grupos que moravam em pontos longínquos da propriedade da Wigg.

Tabela 4 – Relação do pessoal e serviços de cada seção da Mineração e Usina Wigg S. A., em junho de 1958.

SEÇÃO	TOTAL DE OPERÁRIOS	FUNÇÃO OPERÁRIOS	FUNÇÃO SEÇÃO	PREÇO
Minério Alto da Serra	19	1 feitor e 18 operários braçais	Extração de minério para o nosso forno	Pagamento por empreitada, CR$30,00 por tonelada, por caminhão
Minério Várzea do Lopes	34	1 feitor, 1 encarregado de explosivos, 32 operários braçais	Extração de hematita para exportação	Pagamento por empreitada, CR$30,00 por tonelada, por caminhão
Minério Jacutinga (Vigia)	15	1 feitor, 14 operários braçais	Extração de jacutinga para Barra Mansa	Por hora. Com a limpeza e preparação de novas frentes, será feito o pagamento por empreitada
Minério do Retirinho	31	1 feitor, 2 máquinas escavadeiras, 1 ajudante, 27 operários braçais	Extração de chapinha para Barra Mansa	Pagamento por empreitada, CR$30,00 por tonelada, por caminhão
Minério Manganês (Retirinho)	1	1 operário braçal	Aproveitamento do manganês metálico rolado, de minas antigas, encontrado nas proximidades das mesmas	Pagamento por empreitada, CR$150,00 por tonelada
Alto Forno	29	1 encarregado, 9 cargas, 9 bocas, 3 folgas, 7 apanhação de ferro	Retirada do minério, carvão e calcário dos depósitos e fornecimento de gusa empilhado, em ponto de embarque. Média de produção diária de 30 a 35 toneladas	Por hora, menos o encarregado
Alto Forno (Ferraria)	1	1 ferreiro	Fornecimento dos ferros necessários ao Alto Forno	Por hora
Despacho	7	1 despachante, 6 operários braçais	Carregamento nos vagões de gusa, fundidos, ou outros materiais eventuais	Por hora, menos o encarregado
Fundição	42	1 encarregado, 15 fundidores, 3 macheiros, 3 rebarbadores, 2 aprendizes, 2 auxiliares, 15 operários braçais, 1 estoquista	Fundição de peças sanitárias e outras	Por hora, menos o encarregado
Carvão	14	1 encarregado, 1 fiscal, 3 medidores (Burnier, Crasto, Acaiaca), 9 operários braçais	Fiscalização dos serviços no interior do estado. Recebimento do carvão contratado e estocagem	Por hora, menos o encarregado, fiscal e medidores
Eletricidade	4	1 encarregado, 1 eletricista, 1 auxiliar, 1 aprendiz	Manutenção de toda a instalação elétrica e construções de serviços novos	Pagamento por hora, menos o encarregado
Mecânica Pesada	15	1 encarregado, 2 torneiros, 1 ferreiro, 1 lanterneiro, 1 soldador, 3 auxiliares, 6 aprendizes	Manutenção de todas as máquinas e motores, com exceção das redes elétricas e dos veículos a motor. Construção de consertos de todos os serviços metálicos	Por hora, menos o encarregado
Maquinistas (sala de máquinas)	6	4 em Burnier, 1 em Papa-Cobra, 1 bomba Usina	Vigilância e manutenção dos soprantes do forno, usinas termo-elétricas e hidro-elétrica	Por hora
Ferraria de Usina	2	2 ferreiros	Fabricação de ferraduras, foices, ferros trabalhadores em geral, consertos de ferramentas dos outros serviços (picaretas, brocas de perfuração)	Por hora
Mecânica de Autos	7	1 encarregado, 1 mecânico, 2 auxiliares, 2 aprendizes, 1 operário braçal	Manutenção dos veículos e máquinas extrativas a motor	Por hora, menos o encarregado
Carpintaria Burnier	7	1 encarregado, 1 carpinteiro, 1 marceneiro, 1 auxiliar, 2 aprendizes, 1 operário braçal	Construção e consertos de modelos para a fundição, construção e consertos de telhados, silos, etc.	Por hora, menos o encarregado
Carpintaria Usina	5	1 carpinteiro, 4 operários braçal	Serragem e desdobramento de toras de madeira	Por hora
Administração Burnier	15	1 administrador geral (Adelino Romualdo), 1 encarregado Usina (Benito Nazareno	--	--

		Romualdo), 1 almoxarife, 1 professora,[235] 1 analista, 1 encarregado escritório, 1 encarregado seção de pessoal, 1 caixa, 6 auxiliares de escritório, 1 contínuo		
Administração Belo Horizonte	10	1 encarregado escritório, 1 caixa, 1 encarregado de compras, 1 guarda-livro, 1, diário, 1 cardex, 1 carvão, 1 contínuo, 1 auxiliar de contabilidade, 1 motorista	Pagamento por mês	Controle geral da Cia.
Trasnportes	31	1 encarregado, 20 motoristas, 2 tratoristas, 8 ajudantes, 1 carroceiro	Transporte de matérias-primas, fundidos, gusa, minérios, etc.	Por hora, menos o encarregado
Fazenda	22	1 encarregado (Dr. Rodolfo A. A. Luscher), 21 operários braçais	Criação de gado bovino, equino, muar e suíno, criação de aves, manutenção do gado e das instalações e eles destinados, cultura de milho, cana, mandioca, etc., horticultura, fruticultura, tudo destinado ao abastecimento dos empregados, sendo os excedentes vendidos a estranhos	Por hora, menos e encarregado
Farmácia	4	1 médico, 1 prático, 1 enfermeira, 1 auxiliar	Assistência médica e farmacêutica aos empregados	Por mês
Reflorestamento (Usina)	5	5 operários braçais	Combate às formigas, manutenção de eucaliptos novos (descrita) recém-cortados	Por hora
Reflorestamento (Glaura)	58	1 encarregado, 3 feitores, 54 operários braçal	Limpeza e manutenção dos pés já plantados; combate às formigas, plantio de novas áreas, estudo do desenvolvimento dos pés em terrenos inferiores	Por hora
Forno de Cal e extração de Dolomita	5	5 operários braçais	Extração de dolomita para construções e venda, fabricação de cal para consumo próprio e neutralização de solos	Por hora
Pedreiros (Burnier)	9	1 encarregado, 4 pedreiros, 4 auxiliares	Manutenção das construções existentes e construção de novas, desde que não exijam técnica ou acabamento apurado	Por hora, menos o encarregado
Pedreiros (Glaura)	2	2 pedreiros	Reforma e restauração da sede da fazenda, que data de 1.700	Por hora
Vigilância	13	1 encarregado, 12 vigias (1 em Burnier, 1 em Batista, 1 Fazenda Durões, 2 Várzea do Lopes, 1 Lagoa dos Porcos, 1 Usina)	--	--
28 sessões	**413 operários**	**TOTAL**		

Fonte: Adaptado de APM. GER 1-2 cx. 10, pc.14.

[235] Em 13 de março de 1979 foi publicada no jornal *Minas Gerais – Diário do Executivo* a Resolução nº 3.059/79, que autoriza a criação da 5º série na escola Estadual de Miguel Burnier. Entre 1984 e 1986, consta um processo sobre a construção de prédio escolar em Miguel Burnier através do regime de comodato que a Siderúrgica Barra Mansa fez à Prefeitura Municipal de Ouro Preto. *Cf.* APM. GER 2-2 cx. 24, pc.38; GER 2-2 cx. 25, pc.11; GER-00047 (02); GER-00047 (03); GER-00047 (04); GER-00047 (05).

Desde a formação da sociedade anônima Usina Wigg, no ano de 1940, a documentação arrolada aponta para a necessidade de divulgação das informações em assembleias realizadas entre as suas dezenas de acionistas. Muitos relatórios de contabilidade apresentavam os balanços patrimoniais, a demonstração de lucros e perdas e tantos outros relatórios para a aprovação de contas. Em 1952, houve a mudança da sede social da capital do Rio de Janeiro para a capital de Minas Gerais.

Percebe-se que, pouco a pouco, o número de acionistas foi diminuindo à medida que as ações passavam a ser concentradas nas mãos de poucas identidades jurídicas. Em dezembro de 1946, por exemplo, consta-se que os dois maiores acionistas da Mineração e Usina Wigg S. A. eram Cia. Serviços de Engenharia (15.370 ações) e dr. Paulo Auler (7.330 ações). Em junho de 1959, destacam-se Siderúrgica Barra Mansa S. A. (353.000 ações), Irmãos Auler Ltda. (38.329 ações), José de Magalhães Pinto (20.340 ações) e o Banco Nacional de Minas Gerais (20.000 ações). Nesse ano, houve aumento do capital e reformas estatutárias, por conta da renúncia de diretores e a eleição de uma nova diretoria. Reflexo do controle acionário da Siderúrgica Barra Mansa, que foi se dando ao longo da década de 1950, de modo que já em 1960, ela era a acionista majoritária da Usina Wigg (561.806 ações do total de 600.000, correspondente a 93,63% do capital social).[236]

Entre os anos de 1963 e 1968, consta novamente o aumento de capital em virtude da atuação da Votorantim, já que no ano de 1965, por exemplo, as Indústrias Votorantim S. A. detinham 2.880.422 ações e a Siderúrgica Barra Mansa S. A., 506.063. Em 1970, além da Votorantim, da Siderúrgica Barra Mansa e da Cia. Brasileira de Alumínio, o próprio Antônio Ermírio de Moraes e seu pai, José Ermírio de Moraes, proprietários das empresas mencionadas, constavam entre o rol dos poucos acionistas.[237]

No aspecto de injeção de capital nas renovações da Usina Wigg, é expressiva a ampliação de investimento no aspecto de modernização dos equipamentos para adesão às novas tecnologias e, com isso, aproveitava-se todo o potencial das jazidas minerárias de Miguel Burnier. Citam-se ações dessa natureza exemplificadas pelo estudo de instalação de fornos para dolomita, entre 1957 e 1958, com sua construção em 1959, além do alto-forno nº 2, questão já delineada desde o ano de 1942, mas que somente a partir de 1959 começava a se vislumbrar.

[236] APM. GER 1-2, cx. 07, pc. 39.
[237] APM. GER 1-2, cx. 07, pc. 39.

Foi também por esse tempo que se cuidou da ampliação da distribuição da eletricidade que também tivesse maior capacidade, uma vez que crescia o número de maquinários que empregavam tal energia. Em 1962, há discussões sobre novas subestações, entre 1963 e 1966 foi desenvolvido um projeto de linha de transmissão elétrica que previa atender o projeto de subestação da “Represa” (Papa-Cobras) e “Mina Velha” (Rodeio) e que foi efetivada em 1967 com a construção de uma linha de transmissão de 13,8 kv sobre a linha da rede ferroviária federal, entre a Estação de Miguel Burnier e Crockatt de Sá. Ainda, entre 1966 e 1988, deu-se a construção da rede de distribuição rural de energia da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) nas propriedades da Siderúrgica Barra Mansa S. A.[238]

Tudo isso prevendo, especialmente, a efetiva implantação do segundo alto-forno, o que começou a ser efetivado a partir de 1959, e que, portanto, mudaria o plano estratégico de atuação da empresa para ampliação de suas atividades. Uma nova área seria empregada próxima à vila dos operários para a construção da Usina Barra Mansa, alto-forno nº 2 de Miguel Burnier, com estudos prévios feitos pelo engenheiro Nikola Joncew. Entre 1963 e 1964 a construção do Alto-Forno II da Mineração Usina Wigg S. A. ocorreu a cargo do engenheiro Moacyr de Castro Figueroa, tudo sob a batuta do novo dono de tudo aquilo – o empresário Antônio Ermírio de Morais –, que contava em Miguel Burnier com dois funcionários de confiança: Joubert Rodrigues e Jubel Rodrigues da Silva. O início do funcionamento do Forno nº 2 da Usina Wigg deu-se a partir de junho-julho de 1968, após cerca de quatro anos de construção.[239]



Figura 31 – Construção do Forno II da Mineração e Usina Wigg S. A., 30/09/1963. Fonte: APM. GER-0002(07).



Figura 32 – Alto-forno II já em funcionamento, junho de 1968. Fonte: APM. GER-0005(03).

[238] APM. GER 1-1 cx. 01, pc. 24; GER-00027 (02); GER-00028 (09).
[239] APM. GER 1-1 cx. 01, pc. 27; GER 1-1 cx. 03, pc. 02; GER 1-1 cx. 03, pc. 03; GER 1-1 cx. 03, pc. 05; GER 1-1 cx. 03, pc. 12; GER-0003; GER-0004; GER 2-2 cx. 25, pc. 01.

Assim, no ano de 1969, pouco após a inauguração do funcionamento do alto-forno nº 2, iniciou-se o processo de encampação da Mineração e Usina Wigg S. A. pela Siderúrgica Barra Mansa S. A., pertencente ao Grupo Votorantim. O período que vai de 1969 até 1996, quando ocorreu o fechamento da Barra Mansa em Miguel Burnier, é marcado pela expressiva atuação da Votorantim no processo exploratório de várias regiões do Estado de Minas Gerais, deixando a Usina Wigg como uma de suas subsidiárias. Tal realidade se expressa em uma volumosa quantidade de concessões minerárias que fragmentariamente redistribuíam a exploração mineral ao longo do século XX, mas cujos direitos à lavra e exploração nos arredores de Ouro Preto e, especialmente, em Itabirito – ampliado entre os anos de 1950 e 1970 – também reagregaram tais interesses minerários em torno dos chamados Agrupamentos Mineiros. Eram necessárias grandes áreas produtoras de carvão vegetal para abastecer aquele novo forno, mais áreas de minas, de modo que na história da siderurgia nacional andam lado a lado a extração mineral e a extração vegetal, com sobrecarga nos recursos hídricos locais.

Tabela 5 – Decretos associados aos terrenos de propriedade da Usina Wigg em Minas Gerais (1942-1991).

DATA	DECRETO	ASSUNTO
Decreto nº 8.414 de 07/12/1910	Concede a Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros, ou a Companhia que organizarem, os favores dos decretos. ns. 8.019, de 19 de maio de 1910, 5.646, de 22 de agosto de 1905, e 947 A, de 14 de novembro de 1890	Para o estabelecimento da metallurgia do ferro e aço e exportação dos minerios de ferro
Decreto nº 8.579 de 22/02/1911	Concede aos industriaes Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros, ou a companhia que organizarem, os favores de que trata art. 71 da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, e consolida as disposições do decreto n. 8.414, de 7 de dezembro de 1910, que concedem aos mesmos os favores dos decretos ns. 8.019, de 19 de maio de 1910; 5.646, de 22 de agosto de 1905, e 947 A, de 14 de novembro de 1910	Exploração de uma usina siderúrgica com a capacidade de 150.000 toneladas annuaes
Decreto nº 8.830 de 10/07/1911	Approva o local na Ilha do Governador, da bahia do Rio de Janeiro, para a construcção da estação de carga e descarga de minerio e carvão a ser construida pelos contractantes Carlos G. da Costa Wigg e Trajano S. V. de Medeiros ou a companhia que organizarem para exploração da metallurgia, do ferro e aço, e estabelece providencias complementares	No local Sitio do Quilombo na Ilha do Governador, da bahia do Rio de Janeiro
Decreto nº 9.067 de 25/10/1911	Concede o aproveitamento da força hydraulica das cachoeiras do Funil e Joazal, no rio Parahybuna, para transformação em energia electrica applicada aos trabalhos da usina siderurgica contractada com Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros, e decreta a desapropriação, das bemfeitorias e terrenos marginaes ás referidas cachoeiras	Carlos G. da Costa Wigg e Trajano Saboia Viriato de Medeiros
Decreto-Lei nº 6.015 de 24/07/1940	Concede à Usina Wigg Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração	Usina Wigg Sociedade Anônima, com sede no Distrito Federal
Decreto nº 6.973 de 14/03/1941	Autoriza a Companhia Energia Elétrica Itabirito S. A. a construir uma linha de transmissão para fornecimento de energia elétrica à Usina Wigg S. A., situada no distrito de São Julião, município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais	Linha de Transmissão na Usina Wigg S. A.
Decreto nº 42.570 de	Autoriza Mineração Usina Wigg S. A. a pesquisar minérios	Em terrenos de sua propriedade no distrito e

07/11/1957	de ferro e manganês no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	município de Itabirito, numa área de 277,78 ha
Decreto nº 42.571 de 07/11/1957	Autoriza Mineração Usina Wigg S.A. a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade, no distrito e município de Itabirito, numa área de 479,1950 ha
Decreto nº 42.573 de 07/11/1957	Autoriza Mineração Usina Wigg S.A. a pesquisar minérios de ferro e manganês no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade no distrito e município de Itabirito, numa área de 469,4.420 ha
Decreto nº 42.602 de 07/11/1957	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S. A. a pesquisar dolomita e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade no lugar denominado Papa Cobra, distrito de Miguel Burnier, numa área de 13,50 ha
Decreto nº 46.016 de 18/05/1959	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S.A. a pesquisar minério de ferro, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade no lugar denominado Várzea do Lopes, distrito e município de Itabirito, numa área de 336 ha
Decreto nº 47.346 de 04/12/1959	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S.A. a lavrar dolomita no município de Ouro Prêto, Estado de Minas Gerais	Lavrar dolomita, em terrenos de sua propriedade denominado Papa Cobras, distrito de Miguel Burnier, numa área de 13,50 ha
Decreto nº 51.932-A de 26/04/1963	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S.A. a pesquisar minérios de ferro de manganês e dolomita no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Pesquisar minérios de ferro de manganês e dolomita, em terrenos de sua propriedade nos lugares Várzea do Lopes e Biboca, distrito de Bação, numa área de 486 ha
Decreto nº 51.951-A de 26/04/1963	Autoriza Mineração Usina Wigg S.A. a lavrar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade no distrito e município de Itabirito, numa área de 469 ha
Decreto nº 51.952-A, de 26 de abril de 1963	Autoriza Mineração e Usina Wigg S.A. a lavrar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade, no distrito e município de Itabirito (córregos Grotão do Lopes e Mata Porcos), numa área de 479 ha
Decreto nº 51.953-A de 26/04/1963	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S.A. a pesquisar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	em terrenos de sua propriedade no lugar denominado Várzea do Lopes, distrito de São Gonçalo do Bação, município de Itabirito, Estado de Minas Gerais, numa área de 49 ha
Decreto nº 52.985 de 27/11/1963	Autoriza Mineração e Usina Wigg S.A. a lavrar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Várzea do Lopes, numa área de 336 ha
Decreto nº 55.459 de 05/01/1965	Autoriza Mineração e Usina Wigg Sociedade Anônima a lavrar minério de ferro no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade, no distrito e município de Itabirito, numa área de 277,78 ha
Decreto nº 55.550 de 11/01/1965	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S. A. a pesquisar minérios de ferro e manganês, e dolomita no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua exclusiva propriedade no lugar denominado Bibóca, distrito de Bação, numa área de 354 ha
Decreto nº 59.638, de 01 de dezembro de 1966	Retifica o art. 1º do Decreto número 51.932 A, de 26 de abril de 1963	Pesquisar minérios de ferro, de manganês e dolomita, em terrenos de sua propriedade nos lugares Várzea do Lopes e Biboca, distrito de Bação, município de Itabirito, numa área de 370,77 ha
Decreto nº 62.032, de 29 de dezembro de 1967	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S. A. a lavrar minério de ferro, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de sua propriedade no lugar denominado Várzea do Lopes, distrito de São Gonçalo de Bação, numa área de 49 ha
Decreto nº 62.034, de 29 de dezembro de 1967	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S.A. a lavrar minérios de ferro manganês e dolomita, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais	A lavrar minérios de ferro, manganês e dolomita, em terrenos de sua propriedade nos lugares denominados Várzea do Lopes e Biboca, distrito de Bação, numa área de 370,77 ha
Decreto nº 63.303, de 27 de setembro de1968	Autoriza a Mineração e Usina Wigg S. A., a lavrar minérios de ferro e de manganês, no município de Itabirito, no Estado de Minas Gerais	No lugar denominado Biboca, distrito de Bação, município de Itabirito, numa área de 322,92 ha
Decreto nº 82.498, de 27 de outubro de 1978	Retifica a autorização de lavra conferida à Mineração e Usina Wigg S.A. pelo Decreto nº 63 303, de 27 de setembro de 1968	Lavrar minérios de ferro e manganês em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Biboca, Distrito de Bação, numa área de 333,6243 ha, averbado em nome da Siderúrgica Barra Mansa S. A.
Decreto nº 82.544, de 01 de novembro de 1978	Retifica a autorização de lavra conferida à Mineração e Usina Wigg S.A pelo Decreto nº 62.032, de 29 de dezembro de 1967	Em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Várzea do Lopes, distrito de São Gonçalo de Bação, numa área de 50,6478 ha, averbado em nome da Siderúrgica Barra Mansa S. A.
Decreto nº 82.545, de 01 de novembro de 1978	Retifica a autorização de lavra conferida à Mineração e Usina Wigg S.A pelo Decreto nº 51.951-A, de 26 de abril de 1963	Em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Várzea do Lopes, Distrito e Município de Itabirito, numa área de 477,6346 ha, averbado em nome da Siderúrgica Barra Mansa S. A.
Decreto nº 82.628, de 14 de novembro de	Retifica a autorização de lavra conferida à Mineração e Usina Wigg S. A. pelo Decreto nº 51.952-A, de 26 de abril	Em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado Várzea do Lopes, numa área

1978	de 1963	de 483,9278 ha, averbado em nome da Siderúrgica Barra Mansa S. A.
Decreto nº 82.660, de 16 de novembro de 1978	Retifica a autorização de lavra conferida à Mineração e Usina Wigg S.A. pelo Decreto nº 62.034, de 29 de dezembro de 1967	Lavrar minérios de ferro, manganês e dolomita em terrenos de sua propriedade, nos lugares denominados Várzea do Lopes e Biboca, numa área de 359,5723 ha, averbado em nome da Siderúrgica Barra Mansa S. A.
Decreto nº 82.696, de 22 de novembro de 1978	Retifica a autorização de lavra conferida à Mineração e Usina Wigg S.A. pelo Decreto nº 52.985, de 27 de novembro de 1963	Em terrenos de propriedade de propriedade, no lugar denominado Várzea do Lopes, numa área de 248,2647 ha, averbado em nome da Siderúrgica Barra Mansa S. A.
Decreto nº 82.713, de 23 de novembro de1978	Retifica a autorização de lavra conferida à Mineração e Usina Wigg S.A. pelo Decreto nº 55.459, de 05 de janeiro de 1965	Em terrenos de propriedade de propriedade, no lugar denominado Várzea do Lopes, numa área de 290,4722ha, averbado em nome da Siderúrgica Barra Mansa S. A.
Decreto de 15 de fevereiro de1991	Mantem concessões, permissões e autorizações nos casos que menciona e da outras providencias	---

Fonte: SICON, 2018.

3.4. Siderúrgica Barra Mansa do Grupo Votorantim – 4º estrato

A Siderúrgica Barra Mansa S. A. também marcou a história do distrito de Miguel Burnier, especialmente a memória da geração de adultos e idosos que ainda vivem na sede do distrito, subsidiária do Grupo Votorantim, um dos maiores conglomerados do Brasil. Iniciado em 1969, mas efetivado em 1971, o processo de encampação da Mineração e Usina Wigg S. A. pela Siderúrgica Barra Mansa S. A. (Grupo Votorantim) trouxe à baila mais uma vez a ampliação dos processos minerários em Miguel Burnier feito por grandes corporações. Tendo a presença dos sete acionistas da Siderúrgica Barra Mansa, "representando a totalidade do capital social", a assembleia geral extraordinária ocorrida no dia 26 de novembro de 1971 tinha como pauta a incorporação do patrimônio da Mineração e Usina Wigg S. A. e consequentes alterações dos estatutos sociais decorrentes desse ato.

> Como resultado de estudos que fizemos sobre a conveniência de reunir esforços, para alcançar maior rentabilidade do capital, chegamos à conclusão de que a incorporação, nesta sociedade, do patrimônio da Mineração e Usina Wigg S. A., será providência a nosso ver muito recomendável não só em razão da grande economia, de material e pessoal, que poderá proporcionar, mas em virtude igualmente da simplificação das tarefas de administração, uma vêz que as duas sociedades – incorporadora e incorporanda – exercem atividades entre si vinculadas. Propomos, assim, a incorporação daquela sociedade, que determinará um aumento do capital desta companhia, correspondente ao valor que for apurado através levantamento [sic] a ser feito por peritos. Os acionistas da sociedade incorporanda passarão a ser acionistas da incorporadora, e desta receberão ações na mesma proporção do valor nominal das que possuírem, acrescidas das ações que resultarem do valor decorrente da capitalização de fundos não tributáveis.[240]

[240] APM. GER 2-2, cx. 23, pc. 05.

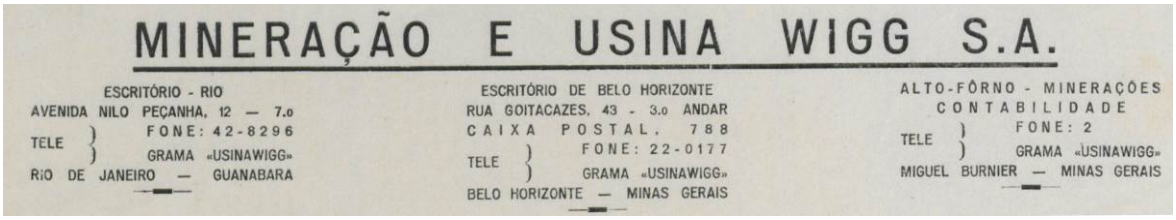


Figura 33 – Papel timbrado da Mineração e Usina Wigg S. A.
Fonte: Recorte a partir de APM. GER 2-2, cx. 23, pc. 05.



Figura 34 – Papel timbrado da Siderúrgica Barra Mansa S. A.
Fonte: Recorte a partir de APM. GER 2-2, cx. 23, pc. 05.

Os proprietários agora de grandes vastidões de terras em Miguel Burnier eram da família Ermírio de Moraes, donos do Grupo Votorantim e de suas subsidiárias, que nos anos 1970 tinham patrimônio em ampla expansão. Em 1975, o Grupo Votorantim "atuava nos ramos da indústria química, siderúrgica, metalúrgica, petroquímica, açucareira, têxtil, de metais não-ferrosos, de cimento, de papel e celulose, congregando 46 empresas, com um total de 33 mil empregados".[241] Conta-se que a Votorantim se iniciou com uma fábrica de tecidos instalada na cidade de Votorantim, próximo a Sorocaba, em São Paulo, empresa que passou a ser dirigida pelo português Antônio Pereira Ignácio, que a comprou em 9 janeiro de 1918. Essa data, pois, é considerada marco de fundação do Grupo Votorantim, que recentemente completou 100 anos.

A única filha de Antônio Pereira Ignácio, Helena Pereira, casou-se com José Ermírio de Moraes, um jovem engenheiro filho de família aristocrata pernambucana que atuava na gerência da Usina Aliança, de propriedade de seu cunhado. Após o casamento, José assumiu a diretoria da Sociedade Anônima Votorantim, em maio de 1925, conquistando gradualmente participação de relevo na administração da empresa. Ao longo de sua vida, além do envolvimento como industrial e administrador do império que foi se constituindo, em grande medida facilitado pelas concessões governamentais,

[241] Verbete MORAIS, Ermírio de. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ermirio-de-morais>.

José Ermírio de Moraes se envolveu na vida política, decorrente de sua forte influência econômica.[242]

Segundo dos quatro filhos do casal José e Helena, Antônio Ermírio de Moraes nasceu na capital paulista em 1928, formou-se engenheiro metalúrgico e, seguindo os passos do pai, consolidou-se como um dos capitães da indústria" do Brasil.[243] Um dos marcos do desenvolvimento do conglomerado industrial Votorantim é identificado pela diversificação das áreas de negócios, especialmente em resposta ao contexto de crises econômicas mundiais, como a Crise de 1929. Associado às alianças políticas, mesmo em contexto de crise, os resultados eram muito expressivos na década de 1930, quando foram inauguradas a Companhia Nitro Química Brasileira em São Paulo, a Siderúrgica Barra Mansa no Rio de Janeiro e uma grande fábrica de cimento no interior paulista, a Fábrica de Cimento Santa Helena.

Para além da região Sudeste, o Grupo ampliou seus negócios para o Nordeste do país com a instalação da Fábrica de Cimento Poty, em Pernambuco, no ano de 1942. Rumo ao Sul do país, inauguraram em 1954 a que seria conhecida como a maior fábrica de cimento da América Latina, a Companhia de Cimento Portland Rio Branco, no Paraná. Em 1969, a Votorantim inaugurou a Cia. Mineira de Metais, sendo a primeira indústria de zinco do grupo. No ano de 1971, foi finalizado o encampamento da Usina Wigg, e em 1977 a Votorantim assume o controle acionário da Companhia de

---

[242] "MORAIS, Ermírio de (min. Agric. 1963; sen. PE 1963-1971): José Ermírio de Morais nasceu em Nazaré da Mata (PE) no dia 21 de janeiro de 1900, filho de Ermírio Barroso de Morais e de Francisca Jesuína Pessoa de Albuquerque Morais, senhores de engenho descendentes da aristocracia rural nordestina. (...) Cumpriu os primeiros estudos na escola primária de Upatinga, transferindo-se depois para a capital do estado, onde cursou humanidades no Colégio Alemão e no Ginásio de Recife. Após concluir esse curso, seguiu em 1916 para os Estados Unidos, ingressando na Colorado School of Mines, em Golden, no estado de Colorado. Nos EUA, ainda como estudante, trabalhou em diversas empresas a fim de garantir sua manutenção, desobrigando assim sua mãe desse encargo. Graduou-se engenheiro de minas em 1921 e regressou então ao Brasil. Decidido a exercer sua profissão, recusou-se a assumir a gerência dos engenhos da família e transferiu-se para Minas Gerais, onde foi admitido como engenheiro de minas pela Secretaria de Agricultura daquele estado, cargo no qual permaneceu por um ano. Em 1922, ingressou na St. John del Rey Mining Co., empresa que explorava a mina de ouro de Morro Velho e à qual prestou seus serviços durante cerca de um ano. (...) Empenhado em preparar sua candidatura ao Senado, Ermírio de Morais recusou o convite formulado por Francisco de Paula Brochado da Rocha para ocupar a pasta da Indústria e Comércio quando este assumiu o cargo de primeiro-ministro em julho de 1962. Por essa época, afastou-se da direção das empresas do grupo Votorantim, que passaram a ser administradas por seus três filhos – José Ermírio, Antônio Ermírio e Ermírio – e por seu genro, Clóvis Seripilitti, casado com sua filha Maria Helena.". In: Verbete MORAIS, Ermírio de. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ermirio-de-morais>.

[243] Portal Memória Votorantim. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com/>. Até o ano de 2001, o empresário ocupava o topo da lista da revista *Forbes* entre os mais ricos do país. Naquele ano, sua fortuna foi avaliada em 3,5 bilhões de dólares. Em 2013, Antônio Ermírio de Moraes aparecia como o detentor do terceiro maior patrimônio do Brasil, de modo que seus 12,7 bilhões de dólares o colocavam atrás apenas de Joseph Safra (com US$ 15,9 bilhões) e Jorge Paulo Lemann (com US$ 17,8 bilhões). Cf. EXAME. A história do bilionário Antônio Ermírio de Moraes em fotos, 10 de maio de 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/a-historia-do-bilionario-antonio-ermirio-de-moraes-em-fotos/>.

Cimento Portland Itaú, que detinha fábricas em cinco estados do Brasil (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Mato Grosso do Sul).[244] Desde então, o Grupo Votorantim não parou de crescer e foi considerado pela *Revista Exame* em 2013 "o maior conglomerado privado do país", com "faturamento de 24 bilhões de reais e atuação no setor de cimento, celulose, bancos e processamento de suco de laranja", atuando em mais de 23 países.[245]

Antônio Ermírio de Moraes teve, portanto, influência política e econômica ascendente no país, o que mobilizava tanto aliados quanto inimigos, apesar de ser ressaltada a sua grande capacidade plástica de se adaptar à situação, fundamentalmente ao partido da situação.[246] Consta-se que em novembro de 1963, por exemplo, ele foi acusado de "prática ilegal da atividade de mineração" por Ademar de Carvalho Barbosa na Comissão de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo consta, a Siderúrgica Barra Mansa S. A. estaria por dois anos explorando as jazidas de minério de ferro localizadas em Congonhas do Campo e Ouro Preto sem licenças.[247]

Por aquela época, em maio de 1965, seu pai,

> Ermírio de Morais foi eleito para a presidência do diretório nacional do PTB. Em entrevista ao Jornal do Brasil, publicada no dia 4 do mesmo mês, afirmou sua intenção de reorganizar e fortalecer o partido, pretendendo para tanto percorrer todo o território nacional.
> Animado por suas posições nacionalistas, na sessão do Senado de 22 de junho de 1965 Ermírio de Morais criticou o acordo de garantia de investimentos firmado no mesmo ano em Washington entre o Brasil e os Estados Unidos, acusando-o de lesivo aos interesses nacionais na medida em que oferecia garantias aos investidores norte-americanos jamais concedidas aos nacionais. Na ocasião, insurgiu-se contra a Instrução nº 276 da Sumoc, baixada pelo governo de Humberto Castelo Branco, que revigorava a Instrução nº 113, possibilitando às empresas estrangeiras trazer para o Brasil equipamentos obsoletos. Afirmando não ser contrário à tese da participação do capital estrangeiro na economia do país, declarou considerar crucial a defesa dos interesses nacionais mediante a aplicação de leis que impedissem os

[244] Divisões Técnicas. In: *Engenharia*, ano 72, n. 621, p.34, jul.-set. 2014. Disponível em <https://issuu.com/www.viapapel.com.br/docs/621>. Com o processo de modernização dos equipamentos e da produção na situação de adesão às novas tecnologias e a reordenação dos capitais da empresa por meio controle acionário da família de Ermírio de Moraes, seus impactos foram também expressivos na vida e atividades dos trabalhadores, bem como no relacionamento entre os operários e os chefes por meio da mediação dos sindicatos. Entre 1963 e 1971, há documentos que demonstram a "quitação final de funcionários que foram mandados embora"; lista de "empregados e empregados menores"; comprovante do pagamento de Imposto Sindical de empregados; recibos de pagamento de férias; memorando interno da Mineração e Usina Wigg S. A. sobre comportamento de funcionários; folha avulsa com cópia da deliberação da CLT sobre a dispensa de funcionários. *Cf*: APM. GER 1-2, cx. 10, pc. 32.

[245] EXAME. A história do bilionário Antônio Ermírio de Moraes em fotos, 10 de maio de 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/a-historia-do-bilionario-antonio-ermirio-de-moraes-em-fotos/>.

[246] Sobre a noção de plasticidade entre os portugueses colonizadores, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

[247] APM. GER 2-2, cx. 23, pc. 11.

> investidores internacionais de obter vantagens lesivas à nação. Combateu ainda, naquela sessão, a decisão do governo brasileiro de entregar à firma norte-americana Hanna Corporation, através de sua associada de Nova Lima (MG), o pico de Itabirito para a exploração do minério de ferro, por ser este um monumento histórico até então preservado pelo tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.[248]

Ainda sobre o seu envolvimento político, sabe-se que no ano de 1978 Antônio Ermírio de Moraes assinou, com os empresários Jorge Gerdau, José Mindlin, Severo Gomes, Paulo Villares, Cláudio Bardella, Laerte Setúbal Filho e Paulo Vellinho, o "Documento dos Oito", manifesto que pedia a volta da democracia e mudanças na política econômica. No final da década de 1970, cresciam a instabilidade no território nacional e a insatisfação da população com o regime militar, inclusive da classe empresarial, situação que já havia beneficiado seus negócios em momento anterior.[249]

Em 1986, Antônio Ermírio de Moraes foi candidato ao governo do Estado de São Paulo pela União Liberal Trabalhista Social (coligação formada pelo PTB, PL e PSC), mas perdeu para Orestes Quércia (PMDB). Escreveu e produziu três peças teatrais, com foco nos problemas brasileiros, sendo membro da Academia Paulista de Letras. O então empresário e presidente de honra do Grupo Votorantim faleceu na noite do dia 24 de agosto de 2014, em São Paulo, aos 86 anos.

---

[248] Verbete MORAIS, Antônio Ermírio de. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ermirio-de-morais>. Caberia aqui uma inflexão sobre o Pico do Itabira, atualmente minerado pela Vale S. A., e seus desdobramentos ao longo do tempo de sua caracterização (ou não) como um bem cultural de referência para o povo brasileiro e, portanto, objeto de ações de patrimonialização como o seu tombamento. Contudo, mostra-se relevante que tal discussão já vem se desenrolando ao longo de décadas, mas cujos resultados não foram passíveis de promover uma efetiva proteção ao conjunto natural.

[249] O Documento dos Oito se tratou se do "primeiro documento dos empresários", em julho de 1978, organizado pelo Fórum Gazeta Mercantil. Posteriormente, em "agosto de 1983, reunido com outros líderes empresariais – entre os quais Olavo Setúbal, Cláudio Bardella, José Ermírio de Moraes, Jorge Gerdau, José Mindlin, Severo Gomes e Paulo Vilares – no Fórum da *Gazeta Mercantil*, participou da elaboração de um documento que recomendava a Delfim Neto, ministro da Fazenda do governo João Figueiredo, a 'reorganização financeira interna' e criticava as taxas de juros consideradas exorbitantes, o ciclone especulativo do *open market* e a dolarização da economia (a transformação do dólar em padrão de referência para as transações internas)". In: Verbete MORAIS, Antônio Ermírio de. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/morais-antonio-ermirio-de>.



Figura 35 – Em primeiro plano, da esquerda para a direita, José Ermírio de Moraes (2º); Lucy Montoro (3ª) e Franco Montoro (4º), em um evento de comemoração dos 65 anos do Grupo Votorantim. São Paulo, 27 de dezembro de 1983.
Fonte: CPDOC-FGV, AFM foto 0384.

Apesar de um pouco extensa a apresentação da trajetória pessoal de Antônio Ermínio de Moraes, tais enlaces dizem respeito aos desdobramentos do passado, presente e futuro de Miguel Burnier. Com a atuação no distrito desde a década de 1950, o Grupo Votorantim foi ampliando suas áreas de extração vegetal e mineral para alimentar as atividades do alto-forno nº 2, que havia sido inaugurado em 1969, beneficiando-se, em grande medida, das facilidades dadas pelo governo aos grandes industriários do Brasil, especialmente porque a família havia se instalado no interior da política nacional.

Ao todo, constam em nível federal 15 decretos no município de Ouro Preto que tratam exclusivamente de terrenos de propriedade da Siderúrgica Barra Mansa S. A., durante o período de 1942 a 1991, desconsiderando aqui os decretos anteriormente apresentados em tabela que apresentou as áreas arrendadas da Usina Wigg (Tabela 5).[250] Tais dados apontam para os fins da década de 1950, como o momento de início da exploração das jazidas de ferro e minérios associados, como o manganês, no distrito de Miguel Burnier, especificamente na Fazenda do Vigia. É interessante notar que do total desses 15 decretos arrolados (Tabela 6), a maioria deles, exatamente nove, está inserida no período da ditadura civil-militar brasileira, o que abre flancos

[250] Ressalta-se que há decretos associados à Siderúrgica Barra Mansa relacionados a outras localidades além de Miguel Burnier em Ouro Preto (MG), como é o caso de vários municípios mineiros (Itabirito, Moeda, etc.), além de municípios de outros estados como Barra Mansa (RJ) e Sorocaba (SP). Fonte: SICON.

para diversas leituras sobre o envolvimento dos governos e das lideranças empresariais no Brasil naquele momento e ao longo da história do Brasil. Ademais, desses nove decretos, seis são do ano de 1966, situação em que Antônio Ermínio de Moraes estava à frente da política nacional, e os últimos dois decretos expedidos durante a ditadura deram-se no ano de 1973, portanto, anterior ao "Documento dos Oito".

Tabela 6 – Decretos associados a terrenos de propriedade da Siderúrgica Barra Mansa S. A. em Ouro Preto (1942-1991).

DATA	DECRETO	PARTES DO TEXTO
Decreto nº 9.339, de 30 de abril de 1942	Concede à Siderúrgica Barra Mansa, Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração	Com sede na Capital do Estado de São Paulo
Decreto nº 42.241, de 05 de setembro de 1957	Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S. A. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de propriedades de Parcus Hermanos, no lugar denominado Fazenda da Vigia (da confluência dos Córregos Anu e Bocaina), distrito de Miguel Burnier, numa área de 17,0620 ha
Decreto nº 42.242, de 05 de setembro de 1957	Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa Sociedade Anônima a pesquisar minério de ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 28,4820 ha
Decreto nº 42.245, de 05 de setembro de 1957	Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S.A. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Ouro Prêto, Estado de Minas Gerais	Em terrenos de propriedade de Parcus Hermanos, no lugar denominado Fazenda da Vigia, distrito de Miguel Burnier, numa área 82,2993 ha
Decreto nº 44.540, de 24 de setembro de 1958	Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S.A. a lavrar minério de ferro e associados no município do Ouro Preto, Estado de Minas Gerais	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 21,9650 ha
Decreto nº 57.988, de 14 de março de 1966	Anula o decreto 42.242, de 5 de setembro de 1957	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 28,4820 ha
Decreto nº 57.989, de 14 de março de 1966	Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S.A. a pesquisar o minério de ferro no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 28,4820 ha
Decreto nº 57.990, de 14 de março de 1966	Anula o Decreto nº 42.245, de 5 de setembro de 1957	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 82,2993 ha
Decreto nº 57.991, de 14 de março de 1966	Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S.A., a pesquisar minério de ferro no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 82,2993 ha
Decreto nº 58.044, de 23 de março de 1966	Anula o Decreto número 42.241, de 5 de setembro de 1957	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 17,0620 ha
Decreto nº 58.045, de 23 de março de 1966	Autoriza a Siderúrgica Barra Mansa S.A. a pesquisar minério de ferro no município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 17,0620 ha
Decreto nº 63.178, de 27 de agosto de 1968	Retifica o artigo 1º do Decreto número 35.118, de 25 de fevereiro de 1954[251]	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 34,51 ha
Decreto nº 72.598, de 13 de agosto de 1973	Concede à Siderúrgica Barra Mansa S.A o direito de lavrar minério de ferro no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 23, 3679 ha
Decreto nº 72.742, de 4 de setembro de 1973	Concede à Siderúrgica Barra Mansa S.A. o direito de lavrar minérios de ferro e manganês no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais	No imóvel denominado Fazenda da Vigia, da Siderúrgica Barra Mansa S. A., numa área de 79,4945 ha
Decreto de 15 de fevereiro de1991	Mantem concessões, permissões e autorizações nos casos que menciona e da outras providencias	---

[251] O Decreto nº 35.118, de 25 de fevereiro de 1954, dava autorização ao cidadão brasileiro José Celso Lana Santos a lavrar minério de ferro em terrenos de propriedade de Parcus Hermanos, no lugar denominado Fazenda da Vigia, distrito de São Julião, numa área de 30 hectares. Com a retificação feita pelo Decreto de 1968, tal autorização expedida em 1954 foi revogada, passando a área a ser de 34,51 hectares e autorizada à Siderúrgica Barra Mansa S. A. Fonte: SICON.

Fonte: SICON, 2018.

Em Miguel Burnier amanheceu em 1996 e não houve mais apito da fábrica. Nem fumaça saiu da chaminé. Surpreendentemente, falaram que a Siderúrgica Barra Mansa em Burnier havia sido desativada. Atônitos, muitos se questionaram sobre as recentes ampliações feitas na usina, bem como se seria possível que uma empresa tão grande estivesse falida.[252] Mas começaram a fazer algum sentido as negligências e alterações dos dados reais da produção de ferro feitas pelo supervisor que manipulava os resultados do alto-forno da Votorantim. E das propinas que o mesmo supervisor cobrou na Queiroz Junior em Itabirito e da Siderúrgica de Gagé em Conselheiro Lafaiete. Abafaram os fornos. Caminhões de mudança, roubos de todo o cobre das instalações da usina, queima de documentos, destruição das casas para se tirar madeira de lei. Onde está o sr. Messias? E agora, se amanhã teríamos clássico no campeonato de futebol com jogo entre o Siderantim e o Estrela Azul? Nossa, e agora, como faria a Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus, que foi criada e era mantida pela Siderúrgica Barra Mansa (SBM)? O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Julião, que teve como presidente nos anos 1950 Benedito Bento Pereira, vulgo Bené, foi naquele mesmo ano transferido para a sede de Ouro Preto. Depois do banquete festivo do Natal com os funcionários da SBM em 1995, as cartas de demissão começaram a chegar em 3 de janeiro de 1996. Preparava-se, assim, novo estrato de terra e de ruínas sobre a memória de Miguel Burnier.

> Barra Mansa aumenta desemprego no município
> No início do ano a Siderúrgica Barra Mansa, localizada em Miguel Burnier, anunciou o fechamento da Usina e demitiu 106 dos seus 147 empregados num intervalo de 15 dias, (...)
> Com o prazo até maio para saírem das casas da empresa, a pequena comunidade de trabalhadores está dividida entre a esperança de retorno ao emprego e a angustiante procura de outras cidades onde possam encontrar trabalho. (...)
> o prefeito Ângelo Oswaldo não acha que o número de desempregados no município seja preocupante. (...)
> Afinal, também é voz corrente que a empresa está abafando seu alto forno e demitindo pela terceira vez em pouco anos, mas com uma diferença: das outras vezes não pediram as casas que dão aos funcionários mediante cobrança de uma baixa taxa de contribuição.

[252] Há em julho de 1995 um memorando interno da Siderúrgica Barra Mansa S. A. encaminhando um desenho técnico referente ao projeto da tampa da panela do forno e, em agosto de 1995, constam-se correspondências internas da SBM encaminhando os desenhos técnicos para a construção da máquina para disformar coquilhas. Também, entre novembro de 1994 e abril de 1995, há um processo de prestação de serviço da Construita Montagens Industriais Ltda. para a Siderúrgica Barra Mansa S. A. relativo à desmontagem da roda de lingotar em Gagé e montagem da mesma em Miguel Burnier. *Cf*. APM. GER 2-1, cx. 22, pc. 16; GER-00073 (02); GER 2-1, cx. 22, pc. 17; GER-00073 (04); GER-00073 (05); GER-00073 (06); GER-00073 (07); GER 2-2, cx. 25 pc. 29.

> Sandra Maria Brandão Vieira Quites, vice-presidente da Associação dos Moradores do lugar, acha que a empresa retoma suas atividades em breve, que tudo o que ela quis mesmo foi demitir e pedir as casas, até porque existem muitos ex-empregados que continuam morando nas mesmas, os chamados "piolhos de casa", sem pagar água, luz e aluguel.
> Outra explicação sobre o fechamento, dado por vários ex-empregados [ilegível] luz, assistência médica e escola para os filhos, vantagens que sempre fizeram-nos agradecer a Deus no céu e ao "pai" Antônio Ermírio de Moraes na terra. Sem esquecer que o tempo de serviço da maioria era superior a 10 anos, com muitos deles somando mais de 20 anos em carteira. Oficialmente a empresa fechou alegando problemas de mercado para o seu produto, o ferro-gusa, atualmente hegemonizado para o grupo Gerdau (...)
> Calcula-se que o distrito possui 800 pessoas, incluindo crianças, que vivem em função da siderúrgica. Em 1990, a SBM possuía cerca de 300 trabalhadores, demitiu 75% e depois readmitiu limitando seu quadro de funcionários à metade, agora também dispensada. (...)[253]



Barra Mansa abafa o forno e demite todos os empregados

TÂNIA MARTINS

Em Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, o Natal de 1995 significou um almoço festivo para os metalúrgicos da Siderúrgica Barra Mansa (SBM) com José Sobrinho Vieira, gerente administrativo da empresa, cujo dono é o maior empresário brasileiro, Antonio Ermírio de Morais Filho, do grupo Votorantim. Depois muitos deles deduziriam que, sem saber, participaram de uma espécie de banquete de despedida; o gerente, dois ou três outros funcionários já teriam datilografado a demissão de todo mundo, marcada para começar dia 03 de janeiro, em plena ressaca do Ano Novo.

Do total de 147, 106 empregados já receberam seus direitos e estão obrigados a mudarem das casas da empresa até maio. 41 esperam que o alto forno passe de "abafado" para "apagado" cuidando da segurança e outros papéis que completem sua desativação total ou como acordaram acertos que foram chamados a fazer de uma hora para outra, tidos como corretos e razoáveis.

A Reportagem, de propósito, não anotou o nome de um dos demitidos que, às 10h da manhã, comia um sanduíche num dos dois bares existentes, quase eufórico e ao mesmo tempo perplexo, recusando-se a saber o que fazer para se aposentar, diante de um diretor do sindicato. Ele sabia que a lei da aposentadoria estava "dançando" no Congresso, sabia que aposentaria se pedisse ao INSS, mas, antes acreditava que entraria numa empresa empreiteira, nos próximos meses, no distrito, para mexer com sucata, alguma coisa que lhe daria um salário de R$ 170,00. Mastigava o sanduíche ressoso, desdentado, com gestos largos, 42 anos, família para cuidar, ora se dizia um "tranquilo" com os R$ 6.000,00 que tinha no bolso, ora um pai de família desesperado. "Tou rindo pra não chorar", trocava-se.

Partida precipitada: famílias vão embora antes do prazo — acima Matipó, dirigente sindical, vê luta difícil

Figura 36 – Fragmento do jornal *Galilé*, Ouro Preto, ano VII, nº 70, fev.1996, em que se lê na legenda da foto: “Partida precipitada: famílias vão embora antes do prazo – acima Matipó [José Geraldo Torres], dirigente sindical, vê luta difícil”.
Fonte: APM. GER 2-2, cx. 25, pc. 32.

3.5. Complexo Minerário da Gerdau Açominas S. A. – 5º estrato

Com o repentino fechamento da Siderúrgica Barra Mansa e a extinção do fluxo de trens na Estação de Miguel Burnier em 1996, o distrito sofreu uma situação de crise financeira e de alteração das perspectivas sobre o lugar. Os moradores relatam que, com a falência da Barra Mansa, várias famílias começaram a deixar a comunidade – em grande parte estimuladas pela própria empresa para que abandonassem as vilas operárias – e, que, com isso, não valia mais a pena manter os trilhos da linha férrea ativos. Ao longo das décadas seguintes, as demandas por melhorias sociais da infraestrutura local eram cada vez mais solicitadas à Prefeitura Municipal de Ouro

[253] APM. GER 2-2, cx. 23, pc. 05.

Preto, situação que antes não tomava tamanha dimensão como no momento atual, haja vista o perfil paternalista das duas grandes empresas que mais empregaram os habitantes do local – a Usina Wigg e a Barra Mansa.[254]

Interessa balizar que o discurso sobre a falência da Siderúrgica Barra Mansa é o motivo de alegação para o fechamento da empresa "de um dia para o outro", tal como é relatado pela comunidade. É contraditório se tomarmos a fala da comunidade, que indicou que no ano anterior, em 1995, havia ocorrido uma renovação quase integral dos maquinários e, portanto, da tecnologia de produção do ferro na siderúrgica, com avultoso investimento de capital. E que não havia tido demissões anteriores, e que nada havia sido sentido pelos trabalhadores no aspecto financeiro. É também ambíguo se analisarmos nesse panorama de falência que ao fechar a empresa também incentivou a evacuação das duas vilas operárias existentes em Miguel Burnier, chegando a pagar financeiramente os moradores e custeando despesas de fretes e carretos de mudança. Foi relatado pela comunidade que isso se daria para evitar que posteriormente os direitos da terra fossem pleiteados pelo direito de usucapião.[255]

Se analisarmos alguns dados financeiros do Grupo Votorantim, entre fins da década de 1980 e meados de 1990, houve "um processo fundamental na estruturação da governança e gestão da companhia" levado a cabo naquele período, o que inclui o fechamento da Siderúrgica Barra Mansa S. A. A maioria das *holdings* que abrigavam as principais unidades de negócios da Votorantim também nasceu naquele momento, como a Votorantim Metais (VM) e a Votorantim Energia (VE), em 1996; a Votorantim Cimentos, em 1998; além do Banco Votorantim, criado em 1988 como distribuidora de títulos e valores mobiliários que em 1991 "abriu suas operações para o público externo com ações de investimento e financiamento de capital".[256]

---

[254] APM. GER 2-2, cx. 25, pc. 32.

[255] *Cf.* Novo Código Civil Brasileiro: Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

[256] As *holdings* podem ser entendidas como uma estratégia de se criar/manter uma empresa com o principal objetivo de controlar demais empresas subsidiárias, centralizando o controle sobre elas. In: Portal Memória Votorantim. Disponível em: <http://www.memoriavotorantim.com/>. É ainda relevante mencionar a participação do Grupo Votorantim nos processos de privatização das estatais na década de 1990: "Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso na presidência (1995-1998), foi impulsionado o processo de privatizações de estatais, do qual o Grupo Votorantim participou ativamente. A privatização de maior porte e também a mais polêmica foi a da Companhia Vale do Rio Doce, por ser essa empresa não apenas produtora em um setor estratégico (mineração), mas também por ser altamente rentável e detentora de um grande patrimônio público. O Grupo Votorantim se preparou para essa concorrência desde o segundo semestre de 1996, buscando parceiros para formar um consórcio que pudesse adquirir a companhia. O Grupo Votorantim foi o primeiro a adquirir no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o direito de examinar documentos contábeis reservados da Vale, despendendo para isso 150 mil reais e tendo que provar dispor de quinhentos milhões de reais para investimento. Ao mesmo tempo, Antônio Ermírio procurava influenciar o modelo da privatização, através de reuniões que mantinha no palácio do Planalto com o presidente. Na opinião do empresário

Esse é um bom exemplo para comprovar a premissa de que é justamente nas situações de crise financeira, em escala nacional e global, que os "capitães da indústria" produzem avultados lucros, haja vista que fazem da situação os melhores negócios por serem donos das principais *holdings* que regulam a economia transnacional. Ao examinar os dados existentes nos processos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no município de Ouro Preto, constata-se um conjunto de 1.860 processos, sendo 458 processos ativos e 1.402 inativos relacionados ao período de 1934 a 2018. Desse conjunto, 295 processos consistem na exploração de minério de ferro, sendo 165 processos ativos (cerca de 36% do total de ativos no município) e 130 inativos (cerca de 9,3% do total de ativos no município). Em nome da Votorantim Siderurgia S. A. e da Votorantim Metais Zinco S. A. constam, ainda hoje, seis processos, dos quais cinco estão em situação inativa e um em situação ativa. De seus antigos processos minerários de titularidade da Votorantim, cinco foram transferidos para a Gerdau Açominas S. A.

A mesma pesquisa nos processos do DNPM aponta para a existência de 25 processos em nome da Gerdau Açominas S. A. no município de Ouro Preto: destes 19 estão ativos e 6 inativos, o que demonstra grande potencial e interesse na região. Vasculhando esses dados, percebe-se que pelo menos 13 são novas solicitações feitas a partir de 2004, enquanto 5 tinham como titular/requerente o Grupo Votorantim.

Tabela 7 – Processos minerários com transferência da Votorantim para a Gerdau.

ATUAL TITULAR	ANTIGO TITULAR	DATA INICIAL	DATA DA TRANSFERÊNCIA	SITUAÇÃO	SUBSTÂNCIA
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S.A.	21/11/1935	13/08/2004	Ativa	Ferro, manganês e quartzito
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S.A.	06/10/1948	13/08/2004	Ativa	Ferro e dolomito
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S.A.	20/12/1950	23/09/2004	Ativa	Ferro
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S.A.	03/08/1956	23/09/2004	Ativa	Ferro
Gerdau Açominas S. A.	Votorantim Siderurgia S.A.	22/08/1956	23/09/2004	Ativa	Ferro e manganês

Fonte: Elaborado a partir dos dados do DNPM, 2018.

era necessário que o controle da estatal permanecesse no país e não fosse cedido a alguma empresa estrangeira". In: Verbete MORAIS, Antônio Ermírio de. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/morais-antonio-ermirio-de>.

Tal dado traz um conjunto de questões a serem analisadas. Em primeiro lugar, observa-se a transferência da massa de processos minerários de uma para outra única empresa (da Votorantim para a Gerdau). Em segundo lugar, o período dessa transferência, o ano de 2004, é coincidente com o primeiro licenciamento ambiental da Gerdau em Miguel Burnier. Em terceiro, retomando os laços de proximidade entre Antônio Ermínio de Moraes e Jorge Gerdau na situação do manifesto “Documento dos Oito” em 1978, entende-se que não há coincidências na transação que alterou fundamentalmente o futuro do distrito de Miguel Burnier. Em quarto, pelas condições de fechamento das atividades da Barra Mansa em Miguel Burnier, entende-se que já existia uma trama bem arquitetada – a médio prazo – de continuidade das atividades minerárias no local.

Fica evidenciado que o Grupo Votorantim atuou em consórcio com a Gerdau com o intuito de atuar na venda “de porteiras fechadas” de todos os direitos minerários relacionados a Miguel Burnier. Fica também explícito que o relacionamento de longa data existente entre as famílias e principais representantes dos dois conglomerados é também um facilitador para o negócio. Como foi ouvido durante a pesquisa etnográfica, um morador que trabalhava na Usina Barra Mansa relatou que o “Dr. Ermínio de Moraes não gostava do povo da Vale, não, ele tinha mais ligação com o povo da Gerdau, por isso vendeu para ela”. Um negócio que certamente não daria prejuízo a ninguém, haja vista que o Grupo Votorantim passava por uma reestruturação de seus negócios e que possíveis “compadres” não poderiam passar uma “batata-quente” para o outro. A chave da certeza do bom negócio está no processo deflagrado de esvaziamento populacional que já se iniciou em 1996, conforme indicado, e na sequência de falta de investimentos na infraestrutura local mantidos pela inoperância da Prefeitura Municipal de Ouro Preto ao longo das décadas seguintes. Pode-se afirmar, com tais indícios, que a situação de conflito ambiental vivido pela comunidade de Miguel Burnier se iniciou já na década de 1990 com o estímulo ao esvaziamento populacional influenciado pelo conjunto de fatores citados que foi fomentado pelo poder público pela sua negligência em relação às condições de vida da população.

Ao mesmo tempo que a Siderúrgica Barra Mansa repentinamente fechava suas atividades, ou melhor, “abafava seus fornos”, outras importantes peças do xadrez eram movidas. Se por um lado tem-se a situação de interesse do controle das fontes de minério em Miguel Burnier, por outro, desdobravam-se processos complexos que dizem respeito à privatização da Usina Artur Bernardes, em Ouro Branco, local de

beneficiamento da matéria-prima, distante cerca de 11 km de Miguel Burnier. A dinâmica de cartelização do setor siderúrgico no Brasil é visualizada quando se analisa o processo de privatizações no setor a partir da década de 1990, tendo o exemplo diretamente relacionado da Açominas.

A Açominas foi criada em 1963 durante o governo de Magalhães Pinto com o intuito de implantar uma usina siderúrgica em Minas Gerais, no Vale do Paraopeba, plano que já havia sido inicialmente traçado no governo de Artur Bernardes em 1924. Entre 1976 e 1986 foi desenvolvido o projeto da Açominas, tendo o orçamento original previsto de US$ 3,07 bilhões, dos quais US$ 2,04 bilhões advinham de financiamento internacional. A data do processo da Usina Ouro Branco no COPAM é de 1979, mas as obras de implantação se arrastaram de 1981 a 1986, quando a usina foi inaugurada em julho daquele ano. Apresentando problemas de "sobre-custo" ao longo dos poucos anos de funcionamento e com isso acumulando dívidas, sua privatização foi organizada entre os anos de 1990 e 1993, quando efetivamente se deu em setembro de 1993.[257]

> A decisão de privatizar a AÇOMINAS foi tomada em 1990 [Período Collor] e realizada pelo BNDES em 1993. O preço mínimo de venda foi fixado em US$ 346,4 milhões para 99,9% do capital total da empresa. A AÇOMINAS foi vendida em setembro de 1993 por US$ 598,5 milhões, o segundo maior ágio ocorrido nos leilões de privatização até aquela época.
> O processo de fixação do preço mínimo foi controvertido, com o Tribunal de Contas da União questionando o preço fixado pelas consultoras do BNDES, argumentando sub-avaliação. No entanto, o governo federal pressionou o Tribunal, que acabou aprovando o preço fixado. O leilão foi disputado por três grandes consórcios, um liderado pelo grupo Mendes Júnior, outro pelos grupos Gerdau/Usiminas e o terceiro pela ACESITA. O consórcio liderado pelo grupo Mendes Júnior foi o vencedor.[258]

Contudo, cerca de um ano após a compra da Açominas pelo grupo Mendes Júnior, a "gestão financeira ruim" da Mendes Júnior se tornou pública no mercado, de modo que a introdução de novos conjuntos societários foi assinalada como uma proposta possível para a resolução dos endividamentos. Nessa situação, as

> negociações para obtenção de novos sócios foi complexa e demorou mais de um ano. Basicamente, quatro interessados apareceram: o grupo Belgo-Mineira, USIMINAS e um consórcio formado pelo grupo GERDAU e por um grande

[257] *Cf.* GRECO, Antônio do Monte Furtado; COUTINHO, Carlos Sidnei. Açominas: um exemplo polêmico de privatização. *Anais Eletrônicos do X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, p. 1-18, 2002. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D49.pdf. *Cf.* SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. *Açominas: aspiração de várias gerações de mineiros*. Belo Horizonte: Aço Minas Gerais S. A., 1985. Nesse livro de edição comemorativa da abertura da Usina Siderúrgica Presidente Arthur Bernardes, conta-se que a sua inauguração se deu em 27 de fevereiro de 1985 tendo, inclusive, fotografia do evento que contou com a presença do então presidente da República João Batista Figueiredo.

[258] GRECO, 2002, p. 9. A Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.), fundada em 25 de abril de 1956, foi a primeira estatal do setor siderúrgico a ser privatizada, em 24 de outubro de 1991.

> cliente de Cingapura, NATSTEEL. A AÇOMINAS foi avaliada em US$200 milhões, devido a sua elevada dívida líquida. Após complicada negociação política com os Governos Federal e de Minas Gerais, com o BCN, AÇO VILLARES e BACEN, ficou decidido que os novos sócios seriam NATSTEEL e GERDAU. Foi decidido, também, que seria realizado um novo aumento de capital no valor de US$200 milhões, equivalentes a 50% das ações da empresa. Desses recursos o grupo GERDAU colocou diretamente US$ 75milhões, a NATSTEEL US$ 70 milhões, passando o grupo GERDAU e a NATSTEEL a controlarem cerca de 30% do capital da empresa.
> Pelo novo acordo de acionistas ficou estabelecido entre NATSTEEL, GERDAU e CEA que o grupo GERDAU não assumiria o controle operacional da empresa, sendo mantida a diretoria anterior, composta por funcionários. Todavia, logo ficou claro que o grupo GERDAU, tradicionalmente atuando com participações majoritárias, não se conformaria com o acertado no acordo de acionistas, dando início à fiscalização das operações na AÇOMINAS, gerando uma área de conflito na empresa. Ficou, então, óbvio que o diálogo do GERDAU com os demais sócios seria difícil, o que efetivamente acabou se verificando.[259]

De acordo com Antônio Greco, a partir de 1998, nova capitalização da empresa se deu visando à solvência de suas dívidas de operacionalização, o que levou a Açominas a novamente estar em "crítica situação financeira", de modo que novas negociações com acionistas foram realizadas e o controle acionário passou, finalmente, para o Grupo Gerdau entre os anos de 1999 a 2001.

> A política do grupo GERDAU para a empresa parece clara: irá ao longo do tempo adicionando capacidade de laminação da usina, em especial de vergalhão e fio máquina, aproveitando a grande capacidade instalada de aço, cerca de 2,5 milhões de toneladas/ano de tarugos, sendo o aço produzido na AÇOMINAS um dos mais baratos do mundo (competitivo). Adicionalmente, o grupo GERDAU deverá promover novos cortes de pessoal, pois, deve adotar na AÇOMINAS o que tem feito com todas as empresas privatizadas que adquiriu (CIMETAL, USIBA, PIRATINI e COSINOR), ou seja, acaba com a área administrativa dessas empresas, que passam a ser geridas de forma centralizada pelo grupo. (...)
> Alguns pontos destacam-se como centrais para um balanço econômico e social dos resultados da experiência de privatização da AÇOMINAS: o primeiro deles, com implicações de natureza econômica, está relacionado com a concentração do mercado de produtos siderúrgicos não-planos comuns, sob o controle de um grupo privado (GERDAU), que passou a deter 70% da capacidade instalada do setor, com vidente prejuízo à concorrência e ao consumidor. O governo federal, em particular seus órgãos reguladores, assistem passivamente a um processo gigantesco de concentração.[260]

Esse texto escrito em 2002, um ano após o controle acionário da Usina Arthur Bernardes pela Gerdau, faz uma previsão do que se daria nos anos seguintes a partir da influência da empresa no setor e na região, ao mesmo tempo que expõe de maneira cabal os resultados das políticas de privatização do setor siderúrgico que, além de estimular a concentração de renda por poucos grupos econômicos, gerou prejuízos tácitos para o governo federal a partir das vendas do patrimônio público com preço

[259] *Idem*, p. 12-13.
[260] *Idem*, p. 15.

sucateado e flagrante crise social com o enorme número de desempregos ocasionados pelos processos de privatização e reestruturação acionária. Ainda, tornou-se notória a formação de um poderoso cartel no setor produtor de aço no Brasil, o que foi e é estimulado pelo próprio governo, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a argumentação de que na atualidade do mundo globalizado as empresas siderúrgicas devem ser de grande porte e com gestão otimizada para poder concorrer no mercado internacional.

A Gerdau é uma empresa que registra seu início no ano de 1901, com as atividades de uma pequena fábrica de pregos em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Cresceu o suficiente para ter presença industrial em doze países de três continentes, nas Américas, Europa e Ásia. Seu quadro societário, por sua vez, envolve diversos países como Índia, Espanha, Canadá, Estados Unidos, México, República Dominicana, Guatemala, Colômbia, Peru, Chile, Uruguai, Argentina e Brasil. A Gerdau é apresentada como líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo, tendo recursos de minério de ferro estimados em 6,3 bilhões de toneladas, o que parece garantir a autossuficiência da empresa.[261]

[261] GERDAU S. A. *Formulário de Referência – Versão: 11*. 2015, p. 65. Disponível em <http://gerdau.infoinvest.com.br/ptb/7109/56861.pdf>. “De acordo com o Instituto Aço Brasil, a Gerdau é a maior produtora de aços longos laminados do Brasil. A Gerdau detém uma participação significativa nos mercados siderúrgicos em quase todos os países onde opera, tendo sido classificada pela Worldsteel como a 16º maior produtora de aço do mundo com base em sua produção consolidada de aço bruto de 2013 (...) No Brasil, a Companhia opera três usinas siderúrgicas com altos-fornos, incluindo sua maior usina, Ouro Branco, uma usina siderúrgica integrada localizada no estado de Minas Gerais. A Companhia possui atualmente 52 unidades produtoras de aço em todo o mundo, incluindo empresas com controle compartilhado e associadas. In: *Idem*, p. 73.



Figura 37 – Principais locais de atuação da Gerdau no mundo.
Fonte: http://gerdau.infoinvest.com.br/static/ptb/guia-do-acionista/conheca-presenca.asp.

> A Companhia é o resultado de uma série de aquisições corporativas, fusões e outras transações realizadas a partir de 1901. A Companhia iniciou suas operações em 1901 com a fábrica de pregos Pontas de Paris, sediada em Porto Alegre e controlada pela família Gerdau, a qual ainda é a acionista controladora indireta da Companhia. Em 1969, a Pontas de Paris teve sua denominação alterada para Metalúrgica Gerdau S.A., a qual é hoje a *holding* controlada pela família Gerdau e controladora da Gerdau S. A. (...)
> O processo de internacionalização da Gerdau teve início em 1980 com a aquisição da Gerdau Laisa S.A., a única produtora de aços longos do Uruguai.[262]

O ano de 1995 é um outro marco para a Gerdau, situação em que inicia sua reestruturação societária mediante permuta pública de ações realizada na Bolsa de Valores de São Paulo, quando acionistas da Siderúrgica Açonorte, da Siderúrgica Guaíra e da Cia. Siderúrgica Pains trocaram suas ações de emissão dessas empresas por ações da Cia. Siderúrgica da Guanabara – Cosigua (atual Gerdau S. A.).[263] Essa reestruturação do quadro societário iniciada em 1995 foi finalizada em 1997, o que resultou na extinção de algumas empresas e na incorporação de 28 instituições, a saber:

[262] *Idem*, p. 59.
[263] A Gerdau, Histórico no Mercado de Capitais. Disponível em: <http://v4.gerdau.infoinvest.com.br/static/ptb/historico-mercado-capitais.asp?idioma=ptb>.

Empresas Incorporadas	Empresas Incorporadoras (sucessoras)	Data da AGE de Incorporação
GERDAU AÇOS ESPECIAIS S.A.	GERDAU S.A.	29.12.2017
GERDAU AMÉRICA LATINA PARTICIPAÇÕES S.A.	GERDAU S.A.	29.12.2017
ITAGUAÍ COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	GERDAU S.A.	29.12.2017
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A.	GERDAU AÇOS LONGOS S.A.	28.03.2013
AÇOS VILLARES S.A.	GERDAU S.A.	30.12.2010
ARMAFER SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA.	GERDAU AÇOMINAS S.A.	29.10.2004
LAMINADORA DO SUL S.A.	GERDAU AÇOMINAS S.A.	28.11.2003
GERDAU PARTICIPAÇÕES LTDA.	GERDAU S.A.	28.11.2003
CEA PARTICIPAÇÕES S.A.	GERDAU S.A.	28.11.2003
COMERCIAL GERDAU LTDA.	GERDAU S.A.	26.02.1999
SIDERÚRGICA RIOGRANDENSE S.A.	METALÚRGICA GERDAU S.A., E GERDAU S.A.	30.06.1997
CIA. SIDERÚRGICA PAINS	GERDAU S.A.	30.06.1997
SIDERÚRGICA AÇONORTE S.A.	CIA. SIDERÚRGICA DA GUANABARA – COSIGUA (ALTERADA A RAZÃO SOCIAL PARA GERDAU .A.)	23.12.1996
USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S.A. – USIBA	SIDERÚRGICA AÇONORTE S.A.	30.01.1996
SIDERÚRGICA CEARENSE S.A.	USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S.A. – USIBA	29.12.1995
CIA. SIDERÚRGICA DO NORDESTE	METALÚRGICA GERDAU S.A.	29.12.1995
SIDERÚRGICA GUAÍRA S.A.	SIDERÚRGICA RIOGRANDENSE S.A.	31.05.1995
AÇOS FINOS PIRATINI S.A.	SIDERÚRGICA RIOGRANDENSE S.A.	24.02.1995
CIA. SIDERÚRGICA DE ALAGOAS – COMESA	USINA SIDERÚRGICA DA BAHIA S.A. – USIBA	28.02.1994
COMPANHIA BRASILEIRA DE FERRO	CIA. SIDERÚRGICA DA GUANABARA - COSIGUA	10.04.1992
ICANOR S.A. – ARAMES E CABOS	SIDERÚRGICA AÇONORTE S.A.	29.12.1983

Figura 38 – Empresas incorporadas pela Gerdau entre os anos de 1983 a 2017.
Fonte: http://gerdau.infoinvest.com.br/static/ptb/guia-do-acionista/empresas-incorporadas.asp.

Apesar de não constar na lista acima, foi nesse panorama que em dezembro de 2003 a Gerdau Açominas S. A. assinou um acordo de compra com o Grupo Votorantim, dois anos após ter o controle acionário da Usina Siderúrgica de Ouro Branco.

> Segundo o acordo, a Gerdau Açominas S. A. concordou em adquirir a propriedade e direitos de mineração da Companhia Paraibuna de Metais, uma subsidiária do Grupo Votorantim, cujas minas estão localizadas em Miguel Burnier, Várzea do Lopes e Gongo Soco, no estado de Minas Gerais. Os ativos inclusos na transação compreenderam 15 concessões de extração, distribuídas em uma área total de 7 mil hectares. As instalações originais de mineração e siderurgia inclusas em tal aquisição encontravam-se desativadas na época. O preço acordado pela compra da propriedade e direitos de mineração mencionados acima, foi de US$ 30,0 milhões (R$ 88,1 milhões na data da aquisição), sendo US$ 7,5 milhões pagos na assinatura do acordo, 25% após a conclusão do processo de *due dilligence* e os outros 50% em junho de 2004. O foco inicial da Gerdau era garantir sua autossuficiência em minério de ferro no estado de Minas Gerais. Uma vez que a autossuficiência de minério de ferro da usina integrada (Ouro Branco), foi alcançada em 2012, a Companhia está atualmente conduzindo estudos de exploração e desenvolvimento das suas operações de mineração, visando participar do mercado global de minério de ferro.[264]

A citação acima traz dados que se incorporam aos detalhes até então pouco conhecidos, como o preço de compra dos direitos minerários e benfeitorias existentes

[264] GERDAU S. A., 2015, p. 59-60.

em Miguel Burnier, Várzea do Lopes e Gongo Soco, áreas que desde o século XVIII eram mineradas. O reaproveitamento de antigas lavras, agora sob novas tecnologias, aponta para o planejamento estratégico de crescimento exponencial da Gerdau, tendo a matriz de fornecimento de matéria-prima o distrito de Miguel Burnier.[265] E surge o nome da subsidiária da Votorantim, a Companhia Paraibuna de Metais, que tinha propriedades em Miguel Burnier. De acordo com o dado, no ano de 2012, a Gerdau já tinha alcançado parte de seus propósitos de autossuficiência mineral, o que foi resultado do processo agressivo e acelerado de ampliação extrativista em Várzea do Lopes (Itabirito) e Miguel Burnier (Ouro Preto).

Em relação específica à incursão da empresa em Miguel Burnier, a Gerdau informa que o local se trata do centro de sua operação de negócios relacionados ao minério de ferro, o que se concretizou a partir da aquisição das terras (superfície) e direitos minerários da Votorantim, bem como todos os demais títulos minerários e manifestos de minas, por meio de Contrato de Alienação de Bens e Cessão de Direitos celebrado pela Gerdau Açominas S.A. com a Companhia Paraibunas de Metais, Siderúrgica Barra Mansa S. A., Votorantim Metais Ltda., Votorantim International Holding N.V., em 19 de maio de 2004.

> Os ativos minerais da Gerdau foram incorporados ao negócio através da aquisição das terras e direitos de mineração do Grupo Votorantim em 2004, que incluíram os complexos de Miguel Burnier, Várzea do Lopes e Gongo Soco, localizados no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, no Brasil. Entre 2004 e 2010, foram realizadas diversas pesquisas geológicas (perfuração e mapeamento geológico da superfície) a fim de se obter mais informações sobre os recursos adquiridos.
> A Gerdau considera estar atualmente em estágio de exploração. A Companhia dedica parte substancial dos seus esforços atuais à exploração e identificação de material mineralizado de ferro próprio para desenvolvimento. As propriedades não possuem reservas. Com base em explorações anteriores, a Companhia acredita haver mineralização substancial e pretende realizar um programa de exploração a fim de comprovar as reservas.
> As atividades de exploração atuais e as futuras operações de mineração planejadas são realizadas, e espera-se que continuem a ser realizadas, segundo a modalidade de lavra a céu aberto. A finalidade das perfurações e do programa de pesquisa mineral planejado e atualmente em execução é transformar os recursos minerais em reservas, com base em normas e definições globais, de maneira adequada visando sustentar o plano de negócios estabelecido para o futuro.
> Além disso, com base nas informações disponíveis atualmente sobre tais áreas, e sua localização no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, no Brasil, que possui geologia e exemplos similares de larga escala muito conhecidos e correlacionáveis, o atingimento deste objetivo em particular é considerado viável.[266]

[265] *Cf*. MORAES, 1945.
[266] *Idem*, p. 78-79.

A ampliação da exploração e beneficiamento do minério de ferro na região do Quadrilátero Ferrífero-Aquífero em Minas Gerais chamado pela empresa de "programa de exploração" integra os municípios de Barão de Cocais (Gongo Soco), Itabirito (Várzea do Lopes), Ouro Branco e Congonhas (Usina Arthur Bernardes) e Ouro Preto (distrito de Miguel Burnier e Dom Bosco – comunidade do distrito de Cachoeira do Campo). Isso pressupõe que a experiência vivenciada nos últimos 15 anos em Miguel Burnier é uma parte ainda pequena se analisada frente aos vislumbres da Gerdau. Com isso, os impactos gerados são multiplicados em relação à extensão, à amplitude e ao dimensionamento das estruturas ligadas às unidades produtoras de minério de ferro que compreendem principalmente lavras a céu aberto, usinas de processamento, pilhas de resíduos, área de rejeitos e infraestrutura de logística e de suporte operacional.

Atualmente, os direitos minerários detidos pela Gerdau no Brasil, e fundamentalmente em Minas Gerais, compreendem 8.837,19 hectares e as concessões são válidas até a exaustão dos depósitos minerais, desde que cumpridas anualmente as exigências legais.[267] A tabela a seguir lista os processos do DNPM referentes aos direitos minerários sob titularidade da Gerdau, sendo que do total de 31 processos, 18 se relacionam diretamente ao território do distrito de Migue Burnier.

Tabela 8 – Processos do DNPM referentes aos direitos minerários de titularidade da Gerdau.

Processo DNPM	Município	Local / Mina / Projeto	Estado
1.978/1935	Barão de Cocais	Gongo Soco	Minas Gerais
724/1942	Ouro Preto / Ouro Branco	Morro Gabriel	Minas Gerais
4.575/1935	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
3.613/1948	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
5.303/1948	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
5.514/1956	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
5.975/1956	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
6.549/1950	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
930.600/2009	Ouro Preto	GM Miguel Burnier	Minas Gerais
3.583/1957	Itabirito / Moeda	Várzea do Lopes	Minas Gerais

[267] Para se ter uma ideia do que significa 8.837,19 ha de terra, ou 88,3719km^2, a dimensão de um campo de futebol equivale a 1 ha, assim, teríamos 8.837 campos de futebol (cada campo com 90m x 120m).

3.584/1957	Itabirito	Várzea do Lopes	Minas Gerais
3.585/1957	Itabirito	Várzea do Lopes	Minas Gerais
8.141/1958	Itabirito	Várzea do Lopes	Minas Gerais
6 .255/1960	Itabirito	Várzea do Lopes	Minas Gerais
317/1961	Itabirito	Várzea do Lopes	Minas Gerais
5.945/1961	Itabirito	Várzea do Lopes	Minas Gerais
932.705/2011	Itabirito / Moeda	GM Várzea do Lopes	Minas Gerais
833.209/2006	Ouro Preto / Ouro Branco	Dom Bosco	Minas Gerais
832.090/2005	Ouro Preto / Ouro Branco	Dom Bosco	Minas Gerais
832.044/2006	Ouro Branco	Dom Bosco	Minas Gerais
830.158/2007	Ouro Preto	Dom Bosco	Minas Gerais
830.159/2007	Ouro Preto	Dom Bosco	Minas Gerais
830.160/2007	Ouro Preto	Dom Bosco	Minas Gerais
831.640/2003	Ouro Preto	Dom Bosco	Minas Gerais
830.475/2007	Ouro Preto	Dom Bosco	Minas Gerais
832.620/2006	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
830.798/2013	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
832.377/2014	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
832.375/2014	Ouro Preto	Miguel Burnier	Minas Gerais
833.018/2015	Itabirito	Várzea do Lopes	Minas Gerais
832.625/2016	Itabirito	Várzea do Lopes	Minas Gerais

Fonte: FORMULÁRIO 20-F, 2016, p. 45.

Um dos principais motivos que torna a Usina de Ouro Branco competitiva é a proximidade com os ativos minerários da companhia presentes em Itabirito (Várzea do Lopes) e em Ouro Preto (Miguel Burnier). Miguel Burnier não está a mais que 5 km, em linha reta, da Siderúrgica de Ouro Branco, e a não mais que 9 km da Mina Várzea do Lopes. Além disso, alguma parte significativa das jazidas, especialmente a planta em Ouro Branco, é atendida por ramais ferroviários. Uma das linhas é atualmente concessão da Valor da Logística Integrada (VLI), que leva até o porto de Vitória, no estado do Espírito Santo, onde a Gerdau tem participação no terminal. A outra concessão da ferrovia é da MRS Logística, que facilita o escoamento de produtos até o porto do Rio de Janeiro para a exportação.

Localmente, o seguimento da linha férrea teve seu uso de concessão repassado para as iniciativas privadas após o fechamento da Usina Barra Mansa, em 1996. Contudo, já na década de 1970, a extinta Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) desenvolveu grandes atividades de ampliação do sistema integrador de cargas, de modo que por aquele tempo a antiga Estação da Usina foi destruída e em suas proximidades foi instalada a Estação Ferroviária Engenheiro Bandeira. Posteriormente, passou a ser concessão da MRS Logística e atualmente é de uso da VLI, que ali promove um Sistema Integrador Siderúrgico.



Figura 39 – Canais de rejeitos da Gerdau rasgando os terrenos e, ao fundo, a VLI – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 40 – Sistema Integrador Siderúrgico (VLI), Estação Ferroviária Engenheiro Bandeira – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Ag. 2017.

O histórico de implantação dos diversos empreendimentos da Gerdau Açominas S. A. no distrito de Miguel Burnier é um dado que deve ser avaliado para que sejam entendidos os impactos gerados pela empresa na localidade. O processo de aquisição dos direitos minerários da Votorantim se consolidou em 19 maio de 2004, sendo que em 2 de agosto de 2004 o primeiro licenciamento foi iniciado por meio de um pedido de Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC), sendo a licença expedida em 15 de outubro de 2004. A LOC, nesse caso, é um processo administrativo mais simplificado, visto que abrangeria de forma uma a Licença Prévia, a Licença de Instalação e a Licença de Operação (LP + LI + LO) para empreendimentos de baixo impacto, uma vez que o empreendimento foi classificado como “Classe I – A (lavra a céu aberto sem beneficiamento ou com a cominuição a seco)”. Implantando o empreendimento nas áreas que tinham iniciado sua “operação desde 1898”, não seria necessário o uso de

água e não haveria supressão vegetal, haja vista que se tratava de uma lavra de minério de ferro “em suspensão temporária”.[268]

> Trata-se da retomada das atividades de utilização das pilhas de estoque de Minérios de Ferros acima descritas [pilhas de estoques de Minérios e Ferro, denominados: Miguel Burnier, Campina 2 e Pedra de Vigia], além de atividades de obtenção de amostras para obtenção de testes de beneficiamento mineral, enquadrado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM na categoria Licença de Operação Corretiva – LOC, instalado há alguns anos e com ausência de abertura arbórea nativa em suas imediações, compostas por gramíneas, pastagem e eucalipto.[269]

Descrito dessa forma, o empreendimento dispensaria a apresentação de estudos mais complexos de diagnóstico ambiental para a obtenção da licença, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O diagnóstico de viabilidade ambiental foi concedido levando-se em consideração o subdimensionamento não somente das atividades propostas nessa licença, como o futuro das atividades no lugar que já haviam sido mencionadas na própria documentação enviada. Dispensado o EIA/RIMA, o Relatório e Plano e Controle Ambiental (RCA/PCA), com cerca de 120 páginas, foi apresentado traçando um descritivo bastante simplificado, seja dos procedimentos necessários à condução das atividades de mineração, seja do diagnóstico e descrição dos aspectos ambientais e sociais relacionados ao empreendimento que foi apresentado como se tratando de “iniciativas corretivas” da retomada das pilhas de finos de minério de ferro formadas anteriormente – pilha de minério na Vigia, Campina I, Campina II, porção sul do Retirinho – e do desenvolvimento de frentes de lavra visando à obtenção de amostras de grande volume destinadas à investigação para definição do processo de beneficiamento.[270]

O minério retomado de pilhas e de frentes de lavra seria transportado para as instalações da Companhia de Fomento Mineral e Participações (CFM) nas Minas do Itacolomy Ltda. – que já possuía licença de operação expedida em 29 de abril de 2004 –, cuja planta de beneficiamento se localizava em Pires.

> Enquanto é elaborado novo projeto de aproveitamento mineral destas áreas, o empreendedor pretende retomar as atividades pretéritas pelo beneficiamento do minério depositado em pilhas de minério e exploração de algumas antigas frentes de lavra e do uso de cascalheiras. Devido ao longo período de

---

[268] *Cf. Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento (FCEI)*. Belo Horizonte, 02 de agosto de 2004.
[269] *Cf*. INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). *Manifestação Prévia nº 14/2004*. Gerdau Açominas S.A. – Ouro Branco / MG. Belo Horizonte, 20 de agosto de 2004.
[270] BRANDT MEIO AMBIENTE. *Relatório e Plano de Controle Ambiental (RCA/PCA) – Mina de Miguel Burnier*. Belo Horizonte, agosto de 2004, p. 89.

> mineração toda a área está marcada por grande número de feições erosivas em variados graus de atividade e abrangência.[271]

O futuro dos moradores de Miguel Burnier, tanto os da zona rural quanto da sede urbana, estava ali decretado. Sem muita cerimônia, descreveram que o empreendimento era visto com grande otimismo pela população, e que não havia quaisquer maiores detalhes no tocante ao diagnóstico socioeconômico, apenas a menção às atividades pretéritas da Usina Wigg e Barra Mansa. Sobre uma ortofoto, mapeou-se na rigidez do compasso o destino da história e da memória das edificações e espaços coletivos da comunidade. Tais questões são encadeamentos de uma roldana que faz girar a grande máquina: a dinâmica de instalação e operação de um empreendimento em determinada área gera impactos que deveriam ser devidamente avaliados a fim de averiguar a viabilidade do empreendimento e propor as correspondentes medidas mitigadoras e compensatórias em caso de positividade da viabilidade ambiental.

> Em Miguel Burnier já existe uma infra-estrutura construída desde o início da operação da Usina Wigg em 1893. Esta infra-estrutura, conforme abordado no item 4.3.2.1 – Histórico da ocupação local, é composta e será utilizada pelas atividades de lavra e pesquisa geológica basicamente por:
> - Escritório;
> - Refeitório e alojamento;
> - Galpões de testemunho de sondagem;
> - Casas residenciais.[272]

Como já era previsível, o beneficiamento de finos na planta da Minas do Itacolomy Ltda. não apresentou os resultados esperados, de modo que foi confirmada a necessidade de criação de uma unidade de beneficiamento própria da Gerdau, tratada pelo órgão ambiental como um "imprevisto".[273] Uma "planta experimental" também exigiria a

---

[271] *Idem*, p. 84.

[272] *Idem*, p. 11. "Numa perspectiva conclusiva, a expectativa de instalação e operação do empreendimento é caracterizada por um grande otimismo. A possibilidade do ingresso de uma atividade econômica é pensada na ótica da geração de empregos e ativação da economia local. O reconhecimento da Gerdau-Açominas S.A. como ambientalmente responsável e promotor de políticas sócias inclusivas se consorcia aos atributos positivos do empreendimento para a potencialização e o fortalecimento de uma expectativa favorável por parte dos entrevistados. Os entrevistados mostram uma estreita vinculação com a dimensão natural remanescente na localidade, mais especificamente o meio vegetacional e o hídrico. Em suas estruturas de interpretação, a vegetação e o meio hídrico se colocam como patrimônios a serem preservados. O comprometimento ambiental destes patrimônios por parte do empreendimento poderia resultar numa mudança da avaliação largamente positiva a ele creditada. De uma forma geral, conclui-se que o empreendimento não é gerador de tensões e conflitos na ótica dos entrevistados. Suas preocupações ambientais e sociais devem ser internalizadas pelo escopo de ações que envolvem a concepção, instalação e operação do empreendimento para a maximização de sua inserção na vida da coletividade". In: *Idem*, p. 69.

[273] FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). *Parecer Técnico DIMIM 019/2006*. Belo Horizonte, 14 de março de 2006, p. 03. "Segundo o RCA foram prognosticados impactos positivos e relevantes, sobre o meio sócio-econômico. A reativação da mineração trará oportunidade de trabalho para a população de Miguel Burnier. Segundo a pesquisa realizada com a comunidade, foi manifestada

necessidade de diagnósticos ambientais à proporção dos impactos ambientais e sociais considerados pouco expressivos, talvez um dos motivos que justifique que grande parte do RCA de 2005, em suas cerca de 90 páginas, apresente dados repetitivos do anterior RCA de 2004.[274] A implantação dessa "planta experimental" se trata da UTM I localizada na sede urbana de Miguel Burnier, cujos equipamentos e estruturas metálicas foram montadas ainda sem a concessão da LI do licenciamento, o que resultou um Auto de Infração com multa no valor de R$ 30.001,00.[275]

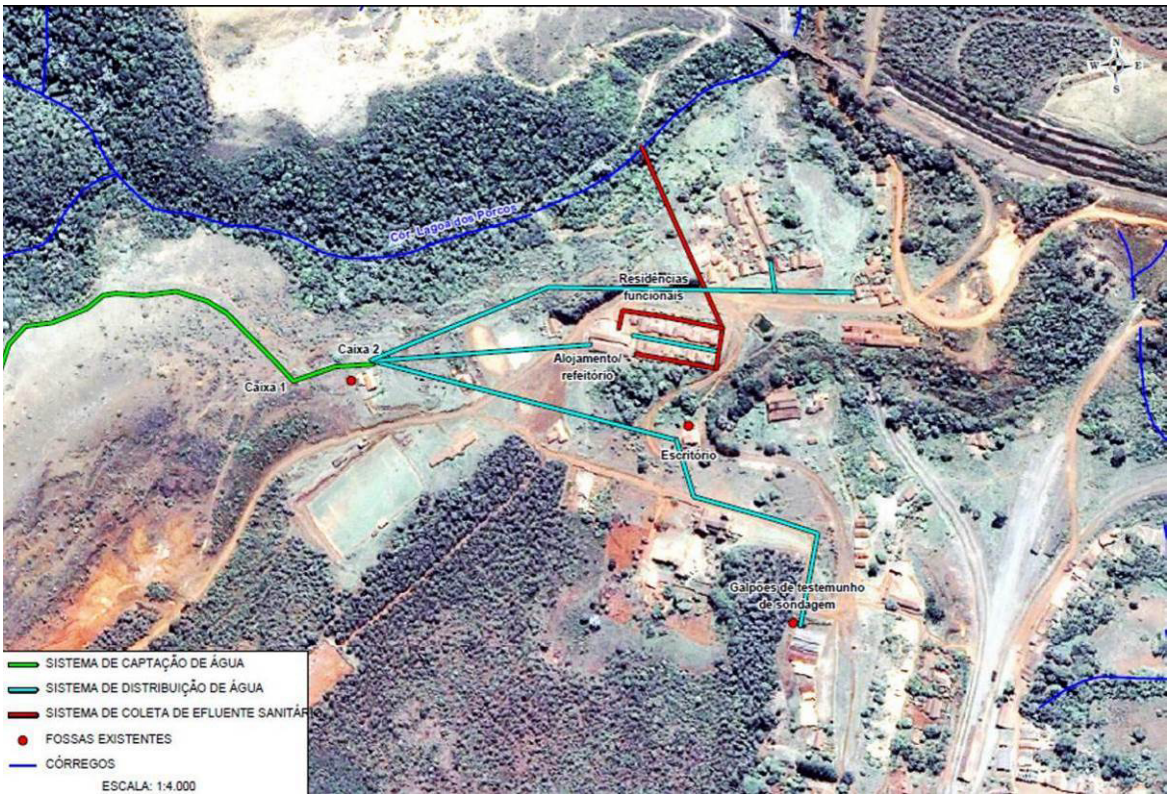


Figura 41 – Localização da infraestrutura de apoio e produção do primeiro licenciamento da Gerdau S. A., contemplando o uso das antigas edificações da SBM na área do distrito-sede de Miguel Burnier. Fonte: BRANDT MEIO AMBIENTE, 2004, p. 12.

Postergando ao máximo o pedido de licença junto aos órgãos ambientais em classe condizente com as atividades de extração mineral de grande impacto, a Gerdau protocolou um pedido de LP denominado "Revalidação da Mina de Miguel Burnier" em 18 de janeiro de 2007 (Processo nº 01778/2004/09/2007), que abrangia uma lavra a céu aberto com produção estimada de 1,5 milhão de toneladas por ano (MTA), o que necessitaria de uma unidade própria de tratamento de minério de ferro

uma grande expectativa entre as pessoas entrevistadas pelo retorno das atividades da mineração. O ingresso de atividades econômicas no distrito é uma expectativa da própria comunidade". In: *Idem*, p. 07.

[274] *Cf.* BRANDT MEIO AMBIENTE. *Relatório de Controle Ambiental (RCA) – Planta Experimental de Beneficiamento de Itabirito*. Belo Horizonte, agosto de 2005.

[275] *Cf.* FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). *Auto de Infração nº F-905/2007, lavrado contra Gerdau Açominas*. Belo Horizonte, 08 de fevereiro de 2008.

úmido (UTM) e, portanto, pilhas de estéril e de rejeitos, além de uma barragem, pátios de resíduos, produtos e galpões de oficinas, e a adaptação de uma estrada.[276] Por meio do nome do empreendimento, o universo de práticas discursivas próprias do licenciamento ambiental, que reflete um específico *modus operandi*, é posto em evidência: revalidar algo significa dar continuidade àquilo que já foi iniciado e, portanto, diagnosticado, mitigado, compensado, validado, viabilizado. O poder da palavra cria a narrativa – seus textos, seus verbos, seus discursos – e o enunciado é manifestado pela cumplicidade de estratégias e táticas de quem detém o poder econômico.[277]

Tabela 9 – Avaliação de alguns impactos ambientais para a LI do empreendimento "Revalidação da Mina de Miguel Burnier".

IMPACTOS	SINTESE DAS AVALIAÇÕES	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Supressão parcial do sistema viário	Algumas estruturas do empreendimento (pilha de estéril, cavas Bocaina e Campina) irão afetar diretamente o sistema viário que interliga a sede urbana de Ouro Preto à MG 030 (sendo um acesso secundário à Ouro Preto, passando pela área rural deste município) e serve de acesso ao distrito de Miguel Burnier. Portanto, a sede urbana de Ouro Preto irá perder uma das vias que a ligam à BR 040 (próximo à Congonhas) e o distrito de Miguel Burnier perderá seu principal acesso ao sub-distrito do Mota e à BR 040.	- Programa de Comunicação Social (público interno e externo); - Programa de conscientização dos caminhoneiros; - Implantação de sistemas de sinalização e normatização da circulação dos veículos que servem a obra; - Construção de trechos de estradas que substituam àqueles afetados.
Descaracterização no conjunto patrimonial urbano	Durante a implantação do empreendimento o aumento no fluxo de pessoas e implantação de novas atividades poderão causar alterações neste conjunto patrimonial e arquitetônico de Miguel Burnier. Dentre as principais alterações que poderão acontecer estão a edificação de novas construções em conflito com o conjunto patrimonial, descaracterização e supressão de elementos do patrimônio.	- Programa de inventário e proteção do patrimônio edificado.
Alteração paisagística do entorno do conjunto urbano	As estruturas previstas na Mina estão localizadas no entorno próximo do conjunto urbano. Certamente a paisagem de entorno a sul e a oeste do conjunto urbano será alterada em função da implantação das estruturas, principalmente as cavas e estruturas de beneficiamento e transporte de minério.	- Programa de inventário e proteção do patrimônio edificado; - Medidas de engenharia para mitigar o impacto visual.

[276] BRANDT MEIO AMBIENTE. *Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Mina de Miguel Burnier*. 2 vols. Belo Horizonte, maio de 2007, p. 283.
[277] *Cf*. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

Valorização e recuperação do conjunto patrimonial urbano	Com a implantação do empreendimento o conjunto patrimonial urbano, que se encontra atualmente em degradação, poderá ser recuperado como parte dos projetos da reativação econômica. Diversos usos como o residencial, o industrial ou mesmo turístico, poderão absorver edificações e conjuntos existentes do patrimônio edificado, exercendo programas específicos de recuperação e utilização destas edificações.	- Programa de inventário e proteção do patrimônio edificado.
Pressão sobre os sítios arqueológicos	Não são previstos impactos em relação aos sítios históricos localizados na área de instalação do empreendimento minerário da Gerdau Açominas. Todas as estruturas identificadas estão localizadas na área de entorno, fora das áreas que serão intervindas.	- Entorno, respeitando as normas paisagísticas para os sítios espeleológicos e de interesse histórico; - Impedir o tráfego de pedestres e instalação de caminhos de serviço nas adjacências dos sítios históricos; - Programa de Prospecção Arqueológica na ADA; - Programa de Educação Patrimonial e Monitoramento Arqueológico.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do RIMA, BRANDT, 2007, p. 60.

A perda é algo inerente e mesmo naturalizado, seja no aspecto do meio ambiente seja na decorrência do contexto social do lugar, por meio das restrições de uso e acesso de estradas, de edificações, de fruição da paisagem, da organização territorial. As soluções aos impactos se vislumbram por um desenho de medidas de mitigação traçadas automaticamente seguindo modelos do que se é esperado constar nos relatórios. Como seria possível diagnosticar que “todas as estruturas identificadas estão localizadas na área de entorno” se o “Programa de Prospecção Arqueológica na ADA” se dará depois da LP e, portanto, quando os desdobramentos para a instalação do empreendimento já estiverem em processo?

Há nesse contexto uma prerrogativa subentendia relacionada a Miguel Burnier: o fato de que grande parte do distrito tinha como dependências as atividades relacionadas à mineração – seja pelas Usinas Wigg e Barra Mansa, seja por outras demais empresas que ali atuaram e ainda atuam – e o que deveria ser considerado patrimônio cultural é, em alguma parte, de propriedade privada, então esse patrimônio poderia ser alterado na medida da liberdade do direito de propriedade. Do território de Miguel Burnier, medido na intenção dos ampliados lucros econômicos, precisou-se deslocar a rede de usos sociais do lugar, desterritorializando as relações das pessoas com suas identidades no espaço, (re)definindo formas de (re)conhecimento do patrimônio cultural e se constituindo em um discurso normatizado sobre as memórias

do lugar, de forma a projetar para o futuro (próximo) a rede de dependência econômica gerada pela exploração mineral.

É o princípio do interesse público que define grande parte das viabilidades ambientais, especialmente pela supremacia dos interesses econômicos sobre os direitos fundamentais, dissolvendo os princípios de precaução e prevenção para a análise da viabilidade ambiental, e que expõem a largo a discussão sobre as diversas e conflitantes noções de desenvolvimento. Em seu sentido hegemônico, o que deveria se experienciar em Miguel Burnier é que o desenvolvimento econômico seria a força motriz para o desenvolvimento social, de uma ficcional divisão equânime entre o que seria socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto, prerrogativa que decorre do Direito Ambiental, que considera que o meio ambiente "inclui considerações sociais, culturais e (para os humanos) econômicas e políticas, na qual um organismo vive".[278]

No entanto, as diretrizes e atuações do Direito Ambiental esbarram na questão jurídica da dimensão ambiental da *função social da propriedade*, que procura um equilíbrio na tensão existente entre o direito de propriedade individual e a defesa da qualidade de vida da coletividade. Tal modo de enxergar a realidade, sob um viés do coletivo sobreposto ao individual e, portanto, oposto ao liberalismo, autoriza a utilização da expressão jurídica de *função socioambiental da propriedade*, que "determina que o uso deve atender ao interesse público, respeitando os preceitos de ordem pública, isto é, a propriedade não pode ser utilizada de modo a acarretar um prejuízo social.[279] Nesse caso, o prejuízo social está diretamente vinculado à dimensão econômica decorrente da não realização de atividades de mineração no local, o que geraria empregos e divisas, e não a quaisquer outros valores relacionados à territorialidade da comunidade.

Baseado no artigo 28 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos (1981), o *direito ao desenvolvimento* é visto no sistema jurídico brasileiro com a finalidade de reconhecer que a tutela dos bens socioambientais possibilita o exercício desse direito em pretensa harmonia com a diversidade cultural, social e econômica.

> Dessa forma, de acordo com o sistema jurídico brasileiro, o desenvolvimento centrado no ser humano, com objetivo de garantia da vida digna num ambiente

[278] FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. *A propriedade no Direito Ambiental*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 35.
[279] *Idem*, p. 28 e 38.

> ecologicamente equilibrado e culturalmente diverso, pressupõe a inversão da ordem no tratamento das situações danosas aos bens da vida.[280]

Cabe ressaltar que o *direito ao desenvolvimento* se distingue do *direito aos frutos do desenvolvimento*, o que expõe a causa de muitos dos conflitos existentes nos processos de licenciamento ambiental. Isso porque o *direito aos frutos do desenvolvimento*, que se tratam do aumento de empregos, melhorias na infraestrutura local, etc., é elemento muitas vezes colocado como sinônimo do *direito ao desenvolvimento*. Assim,

> embora os frutos do desenvolvimento imprimam resultados imediatos na economia local, a repercussão econômica das atividades e empreendimentos realizados no bojo do processo de desenvolvimento nem sempre é apropriada pela comunidade.
> Desse modo, o aparato jurídico e a implementação dos instrumentos protetivos do patrimônio cultural devem partir da concepção de que o desenvolvimento é um processo que almeja atingir a vida digna. A projeção dos resultados das atuações que objetivam o desenvolvimento deve ser também analisada e discutida na perspectiva da comunidade e não somente numa qualificação do ganho econômico para setores específicos.[281]

Sublinha-se que a relação de produção e consumo dos recursos naturais, bem como dos bens culturais, dá-se de forma assimétrica, o que, nas palavras de Mariza Veloso, expressa-se por meio da afirmação de que "o consumo cultural promove distinção social".[282] A vida digna enquanto um *direito ao desenvolvimento*, direito fundamental da humanidade, direito inalienável de toda pessoa humana, articula-se na possibilidade de expressão de valores e formas de vida das comunidades, bem como sobre o direito de construção de suas memórias e histórias.

O *direito ao desenvolvimento* tem a pessoa humana como sujeito central do desenvolvimento, e não nos frutos resultantes do desenvolvimento que devem ser compartilhados coletivamente, como aponta o *direito aos frutos do desenvolvimento*. E, no que tange às comunidades, o *direito ao desenvolvimento* está diretamente vinculado ao direito à identidade cultural, haja vista que se relaciona com o

> direito de conservar, utilizar, controlar, reivindicar e proteger seu patrimônio cultural material e imaterial, bem como todo tipo de produto ou fruto de sua atividade cultural e intelectual, seus procedimentos, tecnologia e instrumentos próprios e lugares onde sua cultura se expressa e desenvolve. (...) Além do respeito e valorização da identidade cultural, das suas formas de organização e das suas instituições, é necessário o reconhecimento, a garantia e o fortalecimento dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dessas comunidades para que possam se desenvolver e incorporar os frutos do desenvolvimento. Por isso, no exercício do direito ao desenvolvimento

[280] *Idem*, p. 35.
[281] *Idem*, p. 36.
[282] VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. *Habitus*, Goiânia, v.4, n.1, 2003, p. 438.

> e aos seus frutos, além da diversidade dos legitimados, estão em confronto interesses de difícil compatibilização.[283]

Intrínseco ao processo dos licenciamentos ambientais, nos quais as comunidades sofrem impactos irreversíveis, como tentar resguardar tais direitos fundamentais? Especialmente se se levar em consideração que os direitos culturais são, acima de tudo, direitos humanos, núcleo irredutível de dignidade humana que deve ser reservado e preservado em qualquer situação? Com essa fragilidade, os direitos humanos não necessitam somente de uma garantia formal, posto que existem inúmeras cartas e convenções internacionais responsáveis por essas deliberações, mas da garantia real assegurada pelos aparatos estabelecidos para a fruição desse direito fundamental.[284]

Tabela 10 – Histórico de licenças e empreendimentos em Miguel Burnier associados à Gerdau Açominas S.A.

PROJETO	ESTRUTURA DO EMPREENDIMENTO	FASE DO LICENCIAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO COPAM
Mina de Miguel Burnier	Unidade de Tratamento de Minerais (UTM)	LOC	01778/2004/001/2004 – 01778/2004/002/2004 – 01778/2004/003/2004
		LP	01778/2004/004/2005
		LI	01778/2004/006/2006
		LO	01778/2004/014/2007
	Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)	--	01778/2004/005/2006
	Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minério de ferro	--	01778/2004/008/2007
	Barragem de Contenção de Rejeitos / Resíduos (PCA)	LP + LI	01778/2004/007/2007 – 01778/2004/016/2008
		LO	01778/2004/015/2008
	Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minério de ferro	--	01778/2004/012/2007
	Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco minério de ferro	--	01778/2004/013/2007
	Lavra a céu aberto e Unidade de Tratamento de Minerais (PCA)	LP + LI	01778/2004/020/2009
Revalidação da Mina de Miguel Burnier	UTM – Unidade de Tratamento de Minério de Ferro a Úmido 1,5 MTA	LO	01778/2004/014/2009
	Lavra 1,5 MTA a céu aberto; UTM – Unidade de Tratamento de	LP	01778/2004/09/2007

[283] SOARES, 2009, p. 37.
[284] *Idem*, p. 70.

	minério de ferro a úmido; pilha de rejeito, pilha de estéril; obras de infraestrutura (pátios de resíduos, produtos e oficinas); estradas; barragem	LI	01778/2004/016/2008
		LO	01778/2004/017/2009
	Pilhas de rejeito / Estéril	LP (Arquivado)	01778/2004/10/2007
	Pilhas de rejeito / Estéril	LP (Arquivado)	01778/2004/11/2007
	Barragem de Contenção de Rejeitos / Resíduos (Alteamento da Barragem de Bocaina)	LP + LI	01778/2004/018/2009
		LO	01778/2009/025/2011
	Barragem de Contenção de Rejeitos / Resíduos (Barragem dos Alemães)	LP + LI (Eliminado)	01778/2004/019/2009
		LO	01778/2004/024/2011
	Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro	LP + LI	01778/2004/020/2009
	Lavra 3,5 MTA – Expansão da Mina de Miguel Burnier; lavra a céu aberto com tratamento a úmido de minério de ferro	LP	01778/2004/022/2010
		LO	01778/2004/021/2010
	Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)	(Arquivado)	01778/2004/023/2010
	Ampliação UTM de 1,5 MTPA para 3,5 MTA	LO	01778/2004/029/2012
	Obras de infra-estrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)	--	01778/2004/030/2012
	Expansão da Mina de Miguel Burnier 6,0 MTA – lavra; UTM – Unidade de Tratamento de Minério de Ferro a Úmido; rejeitoduto; adutora; obras de infraestrutura (Cava Papa-Cobra)	LO	01778/2004/031/2012 e 01778/2004/037/2013
	Pilha de Rejeito/Estéril do Vigia 6,0 MTA	LO	01778/2004/032/2012
Expansão UTM II Fase 1, Mina de Miguel Burnier	Lavra; UTM 6,0 MTPA; rejeitoduto; adutora; obras de infra-estrutura	LP	01778/2004/022/2010
		LI	01778/2004/026/2011
		LO	01778/2004/031/2012
	Correias transportadoras	LP	01778/2004/027/2011
		LI (Arquivado)	01778/2004/033/2012
	Barragem de Contenção de Rejeitos / Resíduos	--	01778/2004/028/2011
	UTM II 6,0 MTPA Fase 1	LO	01778/2004/035/2013
	Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro	REVLO	01778/2004/036/2013
UTM II Fase 2, Mina de Miguel Burnier	Lavra a céu aberto com tratamento a úmido de minério de ferro (Cavas Miguel Burnier, Campinas, Papa-Cobra e Bocaina); UTM Unidade de Tratamento de Minerais 11 MTPA; correias transportadoras; estradas para transporte de minério/estéril; obras de infra-estrutura; pátios de resíduos e produtos; oficinas	LP + LI	01778/2004/034/2012
		LO	01778/2004/037/2013
		REVLO	01778/2004/039/2017

	Barragem de contenção de rejeitos / resíduos	LP + LI	01778/2004/038/2015
Estrada de Ligação Várzea do Lopes e Miguel Burnier (Acesso Rodoviário Várzea do Lopes)	Alças Rodoviárias (Norte e Sul)	LP + LI	01776/2004/013/2011
		LO	01776/2004/025/2016
Mina de Miguel Burnier – Gerdau Açominas S.A.	Obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas)	--	39983/2013/002/2015
	Aterro e/ou área de reciclagem de resíduos classe a da construção civil, e/ou áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório de resíduos da construção civil e volumosos	--	39983/2013/003/2018
Mina de Miguel Burnier	Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários (ETE)	--	06646/2015/001/2015
	Pilhas de Rejeito / Estéril	LP (Em processo)	06646/2015/002/2017
Mina Morro do Gabriel	--	--	Processo Técnico 22844/2012
Posteamento para instalação de cabeamento óptico	--	--	Processo Técnico 35048/2013

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIAM, 2018.

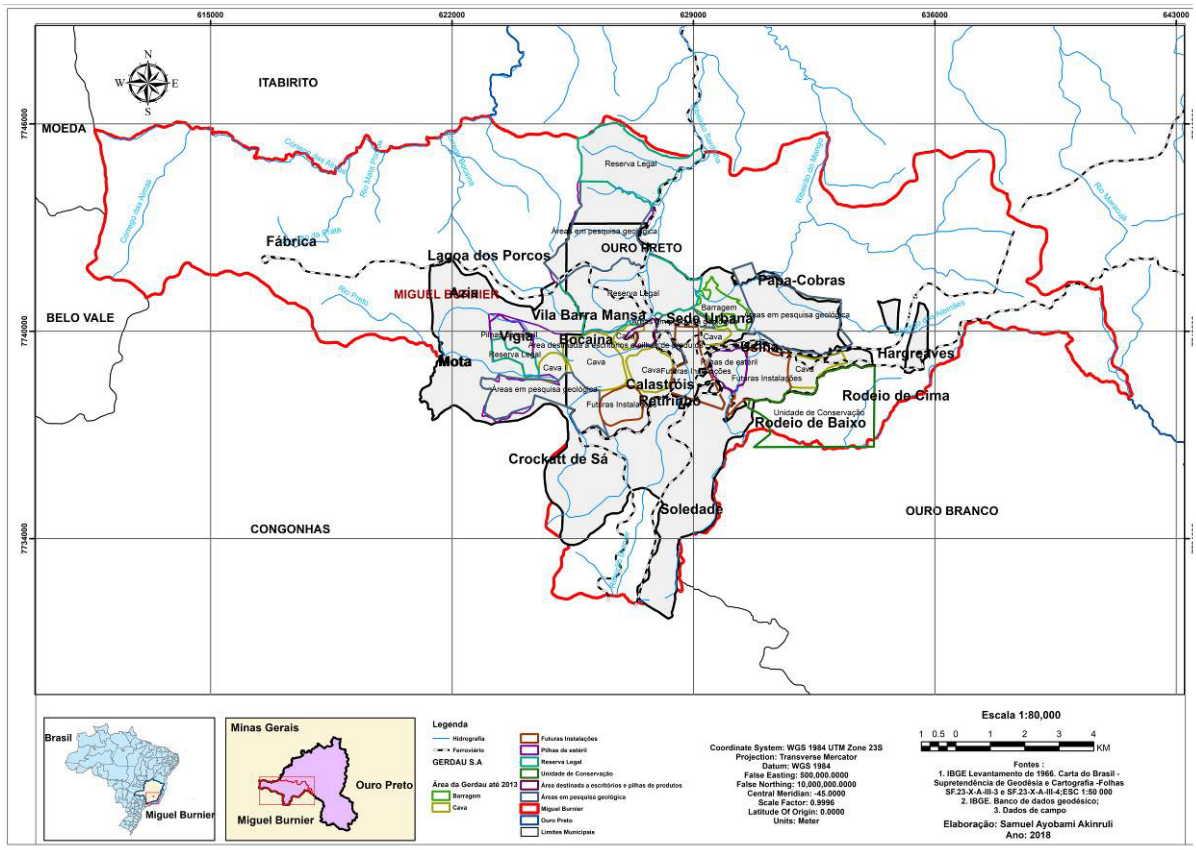


Figura 42 – Mapa das estruturas do Complexo Minerário de Miguel Burnier da Gerdau S. A. até o ano e 2013. Novas áreas já foram adquiridas pela empresa, mas ainda não

incorporadas nesse mapa, especialmente entre os arrabaldes de Hargreaves e Dom Bosco. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.[285]

Desde o ano de 2004, a sucessão de licenciamentos organizados de forma sistemática expõe como a Gerdau S. A. tem desenvolvido os interesses econômicos e seus investimentos no distrito de Miguel Burnier. Cada vez maiores são as dimensões das estruturas dos projetos executivos que, licenciados de forma autônoma e isolada em relação à complexidade das necessidades de extração e beneficiamento mineral, acabam por gerar confusões, omissões e dimensionamento inverossímil quanto aos respectivos diagnósticos, impactos, programas e condicionantes.

De tal forma, não se articulam de maneira integrada os dados desses licenciamentos – cujos estudos se repartem em meio físico, biótico e socioeconômico – nem mesmo com outros empreendimentos correlatos – de mesmos empreendedores e/ou em mesmo território – para que não sejam compreendidos os efeitos e impactos cumulativos e sinérgicos gerados à comunidade de forma mais abrangente. A relação em que se estabelecem as minas de Várzea do Lopes e Miguel Burnier, e os seus posicionamentos em relação à Siderúrgica Arthur Bernardes, juntamente com os processos de licenciamento ativos, indicam um desses caminhos das pedras possíveis.

> A Gerdau aguarda apenas o sinal verde do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) para iniciar a produção de minério de ferro em Ouro Preto (Miguel Burnier) com a nova capacidade instalada de 5,4 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano, uma ampliação de 1,9 milhão de toneladas em relação à produção atual na unidade. Somado ao que a empresa produz na mina de Várzea do Lopes (entre Itabirito e Moeda), a companhia começará a produzir excedente, que poderá ser comercializado no mercado em conjunto com um parceiro.
> A autossuficiência na matéria-prima na usina Arthur Bernardes, em Ouro Branco é atingida com 6,5 milhões de toneladas. Com os 5,4 milhões de toneladas em Miguel Burnier, mais a produção de Várzea do Lopes e Gongo Soco (Barão de Cocais), a produção anual ultrapassará os 7 milhões de toneladas. (...)
> Os investimentos totais no plano de expansão, que até 2014 elevará a capa cidade para 11,5 milhões de toneladas, é de R$ 838 milhões. O excedente da produção será comercializado. Para monetarizar essas “sobras”, que podem atingir 5 milhões de toneladas anuais, a empresa está em busca de um parceiro estratégico. Visitas aos ativos foram realizadas por grupos que participam do processo de seleção.[286]

[285] Para melhor visualização, ver a versão do mapa impresso em A3 no Apêndice “8.2. Mapa das Estruturas do Empreendimento do Complexo Minerário de Miguel Burnier da Gerdau S. A., 2013”. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

[286] *Clipping Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB)*, nº 166, 20 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.adimb.com.br/site/admin/inc/clipping/166.pdf>. Notícia anterior, no ano de 2008, tem retórica parecida: “A mina de Miguel Burnier da Gerdau Açominas, no distrito de mesmo nome pertence a Ouro Preto (região Central), já está em fase de testes e deve iniciar as operações de beneficiamento do minério de ferro no início de 2008. A exploração da reserva, estimada em cerca de 300 milhões de toneladas de minério de ferro, torna-se cada vez mais estratégica em virtude da disparada dos preços da *commodity*. A mina, localizada próximo à Usina Presidente Athur

Há uma semântica própria que concede a interpretação das sentenças e dos enunciados e que também partilha regras entre os tomadores de decisão. A ausência de transparência dos processos e procedimentos do licenciamento ambiental é algo alarmante.[287] Bricolagens expressas pela ausência de informações como autoria e data das fotografias utilizadas nos relatórios, recortes de áreas de influência do empreendimento restritivas, equipes que não dialogam em perspectiva interdisciplinar são exemplos simples das contribuições do preenchimento dos relatórios técnicos visando à facilitação da obtenção das licenças ambientais nos estudos apresentados pelo empreendedor aos órgãos ambientais.

Afora as enormes dificuldades de pesquisa do conjunto documental que lhe é decorrente, seja pelo volume seja pelas limitações de acesso em base de dados que costumam ter muitas lacunas, outrossim pela própria linguagem técnica, soma-se o fato de que as documentações podem se confundir em suas finalidades. Por exemplo, o cumprimento de condicionantes de determinada licença serve também para outras licenças, ou já foram executadas em momento anterior porque foram suprimidas ou incorporadas em programas de outros licenciamentos concomitantes, ou estudos técnicos específicos que foram reaproveitados.[288]

Bernardes, é a primeira das três que o grupo Gerdau pretende explorar no médio prazo. (...) Miguel Burnier foi adquirida da Siderúrgica Barra Mansa S/A, subsidiária do grupo Votorantim, com sede no Rio de Janeiro. Até então, a Gerdau vinha extraindo somente os finos de minério (*sinter feed*) para abastecer a sintetização da usina de Ouro Branco. Contudo, o objetivo maior do grupo Gerdau é tornar a Gerdau Açominas auto-suficiente em minério de ferro. A usina compra cera de 4,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano". Cf. *Diário do Comércio*, Belo Horizonte, 9 de outubro de 2007. Disponível em: <http://diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=miguel_burnier_em_fase_de_testes__&id=117725>.

[287] *Cf*. BRONZ, Deborah. *Nos bastidores do licenciamento ambiental*: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

[288] São muitos os exemplos que poderiam ser mencionados. Todavia, cita-se o Anexo 4 do EIA para a obtenção da LP da UTM II Fase 2, Mina de Miguel Burnier, que incluiu mesmo estudo arqueológico já apresentado anteriormente para a obtenção da LI do empreendimento Expansão UTM II Fase 1 (Processo nº 01778/2004/026/2011). *Cf.* ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Diagnóstico Arqueológico Interventivo Área de Expansão da Mina de Miguel Burnier Distrito de Miguel Burnier, Municípios de Ouro Preto Estado de Minas Gerais*. São Paulo, agosto de 2011. Assim, o estudo apresentado como Anexo 4 expõe o diagnóstico de um outro licenciamento, cujas áreas de abrangência, projeto executivo, diagnóstico de impactos e programas são diferentes em relação ao outro licenciamento.
Ainda, outro exemplo dessa natureza pode ser notado a respeito da condicionante nº 14 do Processo nº 1778/2004/022/2010 (apresentar estudo arqueológico detalhado, por meio de profissional da área de arqueologia histórica, sobre a galeria de Mina localizada na área de implantação da barragem Papa-Cobra, contextualizando-a geográfica e historicamente), consta-se o relatório denominado Documento 04 "Relatório Arqueológico sobre Galeria Papa-Cobras: Contextualização Histórico-Arqueológica e Geográfica – Miguel Burnier, Município e Ouro Preto, MG", produzido pela Artefactto Consultoria que foi entregue à Gerdau em 24 de outubro de 2011. Ressalta-se que a condicionante nº 4 do licenciamento nº 1778/2004/026/2011 da fase seguinte desse licenciamento, ou seja, a LI solicitará a execução da mesma condicionante sob o nº 4, ou seja, a despeito das exigências legais, a viabilidade ambiental do empreendimento foi considerada a ponto de a licença ser expedida sem a apresentação e cumprimento de todos os diagnósticos imprescindíveis, que foram posteriormente apresentados sob a forma da execução de uma condicionante.

Nos estudos realizados em busca da viabilidade ambiental, é muito comum que as áreas de influência do empreendimento possuam discrepâncias com a realidade, tendo traçados da Área Diretamente Afetada (ADA) elaborados a partir de um viés estruturalmente restritivo, de modo a não incluir qualquer raio de abrangência para além da própria estrutura do empreendimento, o que se dá como uma estratégia de não encerrar o distrito-sede de Miguel Burnier diretamente na área de impacto. É praxe que o subdistrito de Mota e as comunidades de Crockatt de Sá e Hargreaves, por exemplo, nem constem nos diagnósticos. Apesar de, em geral, a Área de Influência Indireta (AII) dos licenciamentos da Gerdau contemplar os limites políticos dos municípios de Ouro Preto e Congonhas, não há diagnósticos relacionados de forma ampla a essa região no tocante ao patrimônio cultural, abarcando os distritos-sede, distritos rurais e demais comunidades.[289]

A questão de inconsistência e silenciamentos das áreas de abrangência mostra não somente lacunas nos diagnósticos, mas violências epistêmicas que implicam a indefinição dos prováveis impactos à sua população e ao patrimônio considerando a curta distância da área de intervenção da Gerdau na sede urbana de Miguel Burnier. Em muitos casos, os próprios mapas apresentados nos estudos não concedem informações em uma escala suficiente para a análise micro e macrorregional, o que levaria à compreensão espacial sobre as áreas atingidas pelo empreendimento e seus impactos. Não é possível descortinar de que maneira a área em processo de licenciamento dialoga com outras estruturas e ampliações ao longo dos anos e suas repercussões no território.

É predominante o discurso de objetivação do lugar, no qual não se sabe mais qual a diferença entre o nome da comunidade ou do empreendimento. Assim, uma incongruência central que gera omissão nos documentos apresentados para os licenciamentos dos empreendimentos da Gerdau se dá em relação à premissa de que cada licenciamento é apenas uma expansão de uma atividade já realizada, o que promove o entendimento de que o maior impacto à realidade local e regional já tenha ocorrido e/ou que já seja existente. Isso, portanto, prescindiria a necessidade de um estudo de impacto ambiental de grande envergadura, como deveria ser realizado visto o porte do empreendimento, a grande área impactada e o histórico de outros licenciamentos pela Gerdau em Miguel Burnier, omissão que já se deu na emissão da

[289] *Cf*. Estudo de Impacto Ambiental / EIA, Relatório de Impacto Ambiental / RIMA e Plano de Controle Ambiental / PCA produzidos pela YKS Serviços Ltda. em março de 2013.

primeira Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC), em 2004, e que permaneceu ao longo da continuidade do empreendimento.

Esse titã – o Complexo Minerário da Gerdau S. A. em Miguel Burnier – tomou proporções descomunais, de modo que são complexos e fragmentários os diagnósticos decorrentes de seus licenciamentos, com monitoramento do cumprimento de programas e condicionantes difíceis de ser avaliado e controlado. Existem omissões que não permitem a avaliação da questão da viabilidade ambiental do empreendimento, contudo, mesmo assim, as licenças são dadas e renovadas, e as incongruências decorrentes são respondidas via aplicação de condicionantes, uma vez que o empreendimento ali já se instalou e, além do mais, a obra não pode esperar (*time is money*).

As condicionantes, quando aparecem, constituem-se em espécie de remendos às exigências de estudos técnicos visando à continuidade do empreendimento, em grande medida impostas via atuação do Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG). Percebe-se nesses casos que a viabilidade ambiental não é algo a ser questionado aos empreendimentos licenciados em Miguel Burnier, mas o que deve ser cumprido a despeito das exigências legais. Os órgãos licenciadores e fiscalizadores escapam incólumes ao não cumprirem com suas funções estabelecidas, na medida em que, mesmo em caso da não realização de condicionantes, ou de sua realização parcial, o empreendimento consegue obter suas licenças.[290]

Entende-se que os documentos técnicos subsidiam não somente a análise da viabilidade ambiental do empreendimento para os órgãos competentes, mas também se tratam de documentos de acesso público que devem ser lidos e compreendidos pela comunidade. Iso pressupõe a necessidade de linguagem adequada e acessível, além da presença de informações organizadas de maneira a facilitar a leitura e visualização dos dados. São instrumentos de discussão nas reuniões da Audiências Públicas que verbalizam os procedimentos junto aos envolvidos – Estado, empreendedor e

[290] Tomemos o exemplo da Usina Wigg: possui condicionante nº 4 na LP do licenciamento nº 1778/2004/022/2010: apresentar uma proposta de programa de valorização do patrimônio histórico e cultural do município de Ouro Preto, com ênfase no distrito de Miguel Burnier, que contemple o "Projeto de Medidas de Proteção e Revitalização das Ruínas Históricas da Usina Metalúrgica Wigg". É também condicionante b da LP + LI do licenciamento nº 01776/2004/013/2011: execução do restauro e musealização da Usina Wigg. Tal questão gerou a instauração do Inquérito Civil MPMG-0461.12.000203-9 que trata do "Restauro e revitalização da Usina Wigg em Miguel Burnier". Contudo, observa-se que, apesar do não cumprimento dessa condicionante, a LO desse último empreendimento já foi liberada com o nº 01776/2004/025/2016.

comunidade –, mesmo que para a montagem da cena participativa do licenciamento ambiental.[291]

A inoperância do sistema pode ser considerada uma tática do *modus operandi* que auxilia os licenciamentos ambientais: observa-se grande ineficácia do relacionamento do empreendedor com a comunidade, o que se expressa, por exemplo, na abertura de diversos inquéritos civis, sendo 14 deles relacionados somente às questões do patrimônio histórico e cultural. Os Programas de Educação Ambiental disseminam para outros lugares os passivos ambientais decorrentes dos empreendimentos em Miguel Burnier – Museu do Oratório em Ouro Preto, Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte, Museu das Reduções em Amarantina (que está atualmente fechado), Projeto Germinar em Ouro Branco – seja em proporção do investimento, seja na continuidade das ações. No ano de 2017, foram transferidos R$ 44.000,00 para a Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto (ADOP) relativos aos passivos ambientais da Mina de Miguel Burnier, sendo que alguma parte foi investida na Estação Ferroviária de Miguel Burnier por meio da manutenção da biblioteca comunitária que ali funciona e que conta com uma bibliotecária e uma ajudante de serviços gerais.

PATROCÍNIOS		
Patrocínio Festival Cultural da Escola Monsenhor Rafael	Caixa Escolar Doutor João Velloso	Patrocínio Gerdau 2014
Patrocínio Melhoria na Estrutura - Escola de Miguel Burnier	Caixa Escolar Doutor João Velloso	Patrocínio Gerdau 2014
Patrocínio 13º Encontro dos Burnierenses Ausentes	Associação dos Burnierenses Ausentes - ABA	Patrocínio Gerdau 2014
Patrocínio Solenidade em Honra ao Sagrado Coração de Jesus	Paróquia Divino Espírito Santo	Patrocínio Gerdau 2014
Patrocínio ao Festival Cultural de Miguel Burnier - evento cujo objetivo é oferecer à comunidade atrações culturais diversas, além da valorização do patrimônio histórico do distrito.	Projeto Estação Cultura	Patrocínio Gerdau 2014 e 2015
Patrocínio para compra de brinde para a Formatura do 9º ano na Escola Municipal Monsenhor Rafael	Caixa Escolar Doutor João Velloso	Patrocínio Gerdau 2015
Patrocínio para Festa Junina Escola Municipal Monsenhor Rafael - Aquisição de itens para serem sorteados	Caixa Escolar Doutor João Velloso	Patrocínio Gerdau 2015 e 2016

Figura 43 – Patrocínios da Gerdau a eventos em Miguel Burnier.
Fonte: RADA, 2017, p. 593.

[291] *Cf.* BRONZ, 2016.

Distribuídos a conta-gotas, os passivos ambientais decorrentes dos licenciamentos ambientais em Miguel Burnier também servem para criar uma rede de dependência entre os moradores do distrito em relação à Gerdau. A Banda Congado de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário de Miguel Burnier recebe subsídios para os deslocamentos em eventos de localidades próximas ou fardamentos que estampam o patrocínio; o Festival Cultural de Miguel Burnier recebe ajuda de custo limitada a alguns poucos itens; a edificação da quadra de esportes se deu sobre os escombros de antigos imóveis da SBM demolidos na Rua Nova, e o novo campo de futebol amador (29 x 19m) foi inserido em oposição ao extinto campo profissional do Siderantim (120 x 90m), onde instalaram um galpão de almoxarifado. Não há restaurações da Capela do Chiqueiro do Alemão, da Igreja de Calastróis e da Usina Wigg, tampouco reforma do Santuário ou implantação de cinturão verde que separe a atividade industrial da comunidade.[292] A estrada municipal de acesso a Miguel Burnier (OP-260), alvo de muitas reclamações da comunidade, cada vez mais é tomada por caminhões e frentes de lavras.

[292] Sublinha-se que constam como condicionantes do empreendimento da LP+LI do processo nº 01776/2004/013/2011, não obstante a existência da LO sob o nº 01776/2004/025/2016, os seguintes pontos, a saber: “Item 3 – Apresentar cronograma executivo e relatório de andamento dos seguintes projetos: – Execução de restauro da Igreja de Nossa Senhora de Calastrois de Miguel Burnier com agenciamento do entorno; – Execução do restauro e musealização da usina Wigg; (...) – Restauração e revitalização do conjunto histórico e arquitetônico do Distrito de Miguel Burnier, com destaque para Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o conjunto de edificações da estação ferroviária.” In: Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana (SUPRAM). *Certificado LP + LI nº 179/2012 e Anexo I da Licença (Condicionantes)*, Belo Horizonte, 17 de maio de 2012, p. 21.

Descrição	Valor do Investimento	Ano	Meio Ambiente
Germinar – Centro de Biodiversidade de Campo Rupestre	R$ 219.032,91	2016	Pesquisa/ Biodiversidade
Acessos – Sistemas de controle dos acessos-MG030	R$ 36.404,94	2016	Hídrico / Solo
Educação Ambiental-Interna e Externa	R$ 1.570.000,00	2015	Educação Ambiental
Educação Ambiental-Interna e Externa	R$ 1.299.000,00	2016	Educação Ambiental
Licenciamentos- Monit. Fauna e Flora; Mont. Arqueológico, Patrimônio Histórico, Espeleologia, PUA e outros estudos.	R$ 3.980.000,00	2015	Licenciamentos/ Estudos/ Monitoramentos
Licenciamentos- Monit. Fauna e Flora; Mont. Arqueológico, Patrimônio Histórico, Espeleologia, outros estudos.	R$ 3.864.000,00	2016	Licenciamentos/ Estudos/ Monitoramentos
Controle Operacionais-Monitoramento Hídrico, Atmosférico, Ruído, Cavidades, etc.	R$ 269.999,28	2015	Ações de controle e mitigação
Controle Operacionais-Monitoramento Hídrico, Atmosférico, Ruído, Cavidades, etc.	R$ 276.248,48	2016	Ações de controle e mitigação
TOTAL	**R$ 11.514.685,61**		

Figura 44 – "Principais investimentos realizados na área ambiental pela Gerdau nos anos de 2015-2016"**.** Fonte: RADA, 2017, p. 608.

No aspecto da empregabilidade da comunidade, o que justificaria o desenvolvimento social do lugar do ponto de vista do empreendedor, no distrito-sede de Miguel Burnier constam, no mês de maio de 2018, 21 pessoas trabalhando com atividades minerárias, sendo quatro diretamente para a Gerdau e 17 para empresas terceirizadas. Estas últimas são Open Brasil & Associates (consultoria em mineração e mineralogia), Conservo (serviços de limpeza e conservação), Predial e Preserva, que pagam salários em torno de R$ 1.100,00 para funções que não exigem curso superior. Isso em um panorama de ampliação da atividade de extração mineral, no qual já se fala em retorno das atividades da UTM I e instalação de outra UTM em Crockatt de Sá, pois em momentos de maior baixa do *commodity* número muito menor de pessoas trabalhavam para a empresa. Oficialmente, a empresa informa que o número total de empregados é de 278, enquanto o número total de trabalhadores terceirizados seria de 622, o que levaria ao entendimento de que na atualidade 1,44% de empregados da

Gerdau pertencem ao distrito-sede de Miguel Burnier (4 pessoas) e 2,74% de trabalhadores terceirizados são do distrito-sede de Miguel Burnier (17 pessoas).[293]

No último documento de licenciamento ambiental da Gerdau em Miguel Burnier a que tivemos acesso, consta a indicação do "Programa de Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Miguel Burnier", que teria a

> finalidade de associar o patrimônio vivo ao patrimônio edificado já consagrado, e de torná-los acessíveis a todos os públicos, justifica-se a necessidade de implantação de um Programa de Valorização do Patrimônio Histórico. Este Programa de Valorização é uma ação de gestão ante o risco de depredação do patrimônio material e edificado mapeado em Miguel Burnier, durante os estudos arqueológicos que compuseram o EIA/RIMA, bem como ante o risco de perda/esquecimento do patrimônio imaterial constituído ao longo da história da localidade.
> Assim, tal programa tem como objetivo promover e gerir ações específicas que visem a contínua preservação do patrimônio material e imaterial de Miguel Burnier e, principalmente sua valorização. Servir como instrumento de "alfabetização cultural" que, no limite, reforçará os aspectos identitários da comunidade, desenvolvendo a auto-estima de seus indivíduos, a valorização de sua cultura, e de exercício de sua auto-afirmação.[294]

Ora, pois é bastante ambivalente a noção de preservação no excerto citado: em contexto de conflitos ambientais, tal entendimento pode se limitar ao inventário e salvamentos arqueológicos desenvolvidos antes da liquidação material. Há um deslocamento, manipulação e deturpação da noção de preservação: a integridade do bem não existe, nem a comunidade que partilha determinados bens imateriais, desde que esteja na área do empreendimento. Somado a isso, caberia ao empreendedor não somente promover a alimentação com dados atualizados dos patrimônios culturais nos repositórios institucionais de gerência desse tema – o que é habilitado à *expertise* de suas consultorias que diretamente estão sob a sua batuta –, como também promover o letramento da comunidade de Miguel Burnier a respeito de seus próprios patrimônios, como forma de devolver à comunidade esses passivos ambientais transtornados nas subjetividade da autoestima e da autoafirmação de suas identidades em contexto de conflitos ambientais.

O sujeito subalterno é destituído de sua própria história. O poder da fala, das definições, da criação de sistemas metodológicos e mesmo de controle das subjetividades está nas mãos de alguns, o que reflete as relações assimétricas entre as forças nesse cenário de alegalidades, cujas ações formalmente legais geram efeitos

---

[293] GERDAU AÇOMINAS S. A. *Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA) – Mina de Miguel Burnier*. Belo Horizonte, fevereiro de 2017, p. 14.
[294] *Idem*, p. 116.

evidentemente contrários às exigências ambientais, tendo por resultado a deterioração social e ambiental de Miguel Burnier.[295]

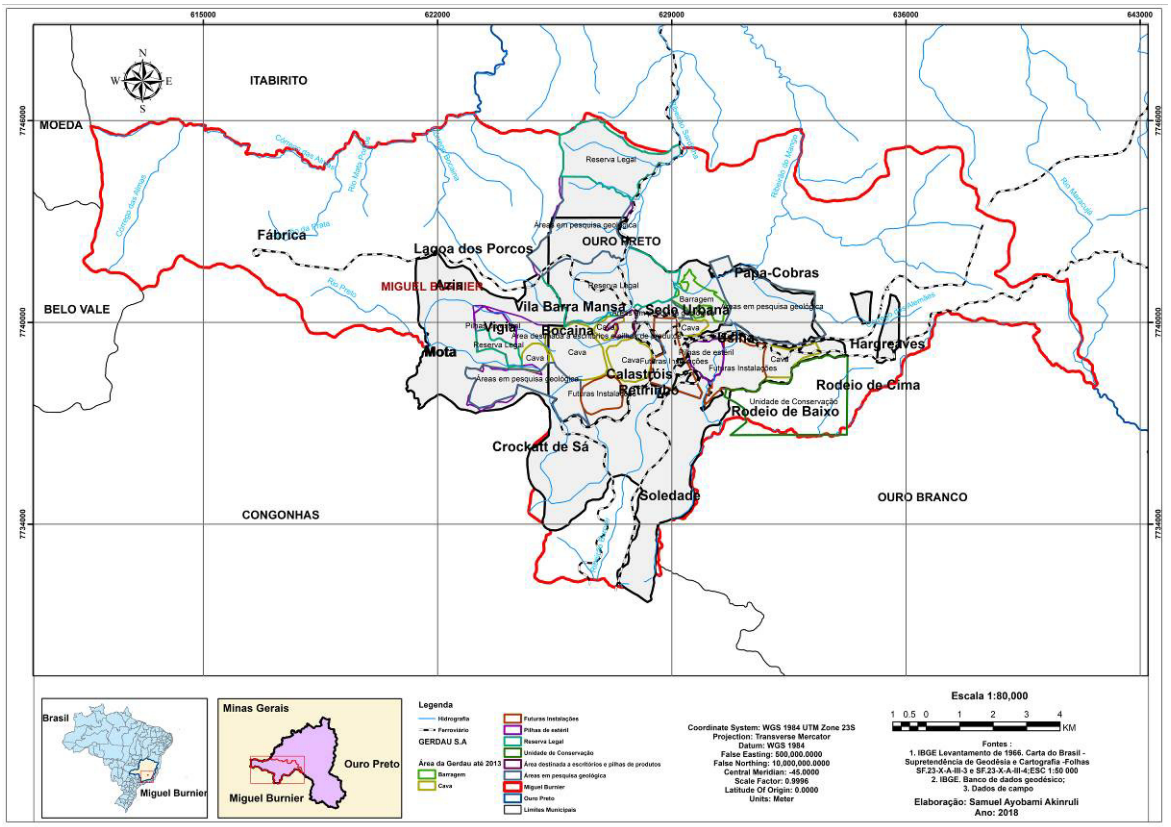


Figura 45 – Estruturas do Empreendimento do Complexo Minerário de Miguel Burnier da Gerdau S. A., em 2013. Há novas aquisições de terras da empresa, especialmente na região de Hargreaves no sentido Dom Bosco, que não constam nesse registro. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.[296]

[295] GUDYNAS, Eduardo. Corrupção e extrativismo. *Eco 21*, ano 28, n.257, p. 16-17, abril de 2018.

[296] Para melhor visualização, ver a versão do mapa impresso em A3 no Apêndice "8.2. Mapa das Estruturas do Empreendimento do Complexo Minerário de Miguel Burnier da Gerdau S. A., 2013. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.



Figura 46 – Início da expansão dos empreendimentos da Gerdau no distrito-sede de Miguel Burnier no ano de 2006. Fonte: *Google Earth*, 2018.



Figura 47 – Atual expansão dos empreendimentos da Gerdau no distrito-sede de Miguel Burnier no ano de 2018. Fonte: *Google Earth*, 2018.

Além da situação experienciada pela comunidade, que vive estrangulada pelo crescimento vertiginoso das atividades de mineração no lugar, é preocupante a inserção do distrito no alvo de ampliações consecutivas não somente na sede urbana, como também em toda a sua zona rural, por diversos empreendimentos sendo licenciados ao mesmo tempo em um ritmo incessante. O fracionamento dos

licenciamentos – que pode ser também feito com a titularidade de outras empresas em torno de uma mesma finalidade, ou seja, por subsidiárias – é, muitas vezes, uma estratégia muito utilizada para dissimular e subdimensionar os impactos de um empreendimento de grande porte. O caso de Conceição do Mato Dentro é um dos mais conhecidos exemplos dessa questão atualmente, sendo tácita a visualização do uso dessa tática com efeitos sociais negativamente expressos.[297]

A comunidade da Crockatt de Sá, distante não mais que 3 km da sede urbana de Miguel Burnier, é alvo certeiro para uma empresa denominada Green Metals Soluções Ambientais S. A., recentemente fundada em 2009. Tem histórico de solicitação de licenças minerárias em Casa Branca, município de Brumadinho (UTM Brumadinho), a partir do ano de 2013, e na Mina da Baixada, no município de Belo Vale – que se iniciou recentemente com uma Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC – Processo 27249/2017/001/2018). Qualquer parecença não é mera coincidência com o caso do primeiro licenciamento ambiental da Gerdau em Miguel Burnier.

No ano de 2014, a Green Metals iniciou um pedido de licença para o empreendimento UTM Miguel Burnier Integrada. Contudo, chama a atenção o fato de que para o mesmo empreendimento em questão consta o nome de outra empresa: aparece como New Steel Soluções Sustentáveis S. A. (CNPJ nº 09.442.144/0001-72), empresa que, por sua vez, nem possui cadastro na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).[298] Tais nebulosidades, associadas ao fato de que muitas terras de Crockatt de Sá são de propriedade da Gerdau, ambiguamente explicitam que a estratégia continua sendo “comer pelas beiradas” para se alcançar o mel escondido na rocha.

Os procedimentos de ampliação da exploração mineral de Miguel Burnier são crescentes: em uma reunião realizada entre o MPMG e a Gerdau em agosto de 2013, por exemplo, foi incluída no calendário da proposta global do empreendimento na localidade a instalação da UTM III em Miguel Burnier a partir de 2019, o que coloca a sede do distrito e sua população em grave risco de permanência e sobrevivência naquele território. Em outro documento mais recente, além das ampliações das cavas

[297] ZUCARELLI, Marcos Cristiano; SANTOS, Ana Flávia Moreira. Entre o real e o suposto: pode um mineroduto operar sem uma mina de captação do minério? *Anais Eletrônicos do 38º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, p. 1-29, 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt07-1/8886-entre-o-real-e-o-suposto-pode-um-mineroduto-operar-sem-uma-mina-para-a-captacao-do-minerio/file>.

[298] *Cf.* SOCIOAMBIENTAL PROJETOS LTDA. *Relatório do Diagnóstico e Prospecção Arqueológica (LP + LI)*. Belo Horizonte, novembro de 2015.

já existentes – Campina, Bocaina e Papa-Cobras – consta ainda a abertura de nova lavra, denominada Cava Miguel Burnier.[299]

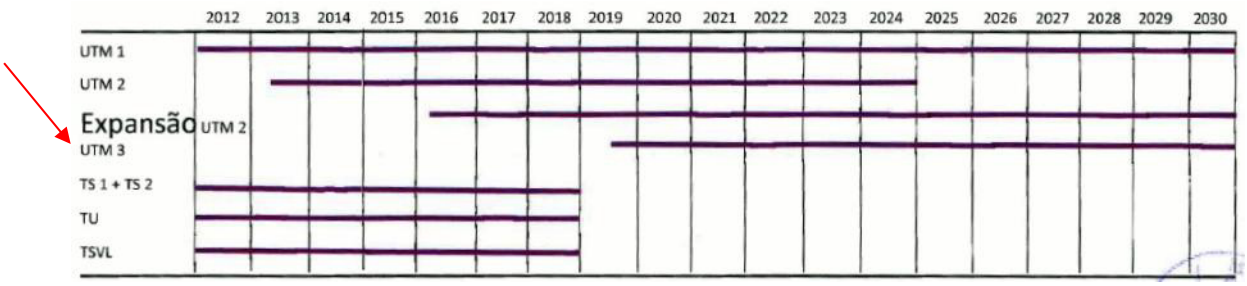


Figura 48 – Empreendimento da Gerdau Açominas S.A. em Miguel Burnier.
Fonte: Apresentação da Gerdau ao MPMG em 19 de agosto de 2013.

No caso do empreendimento UTM Miguel Burnier da Green Metals, ele foi descrito no Formulário de Orientações Básicas (FOBI) com data de 10 de julho de 2014 como sendo composto por estradas para transporte de minério estéril; obras de infraestrutura para pátios de resíduos, produtos e oficinas; pilhas de rejeito/estéril; subestação de energia elétrica; unidade de tratamento de minerais (UTM). Para o empreendimento Terminal de Cargas Miguel Burnier da mesma Green Metals, este também é composto por estradas para transporte de minério/estéril; obras de infraestrutura para pátios de resíduos, produtos e oficinas; pilhas de rejeito/estéril; subestação de energia elétrica; acrescido de terminal de minério com postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis. Ou seja, é possível que o mesmo que vem ocorrendo com a sede urbana de Miguel Burnier acontecerá com Crockatt de Sá, com o adicional de que a comunidade de Crockatt de Sá, hoje formada por cerca de sete famílias remanescentes, parece não conseguir resistir à pressão da venda de suas terras.

À questão de nebulosidade dos licenciamentos, soma-se o fato de que, para o caso do empreendimento do Terminal de Cargas de Minério de Miguel Burnier, é interessante como apesar de explicitamente ter o nome do distrito em seu título, tendo inclusive endereço do empreendimento na Fazenda Bocaina (zona rural), os dados são

[299] "Já a cava Miguel Burnier, que ainda não teve sua operação iniciada, estará localizada a oeste da área urbana do distrito, entre as coordenadas UTM 626.700 a 627.500 e 7.739.600 a 7.740.300. Essa mina abrangerá uma área de aproximadamente 26,45 ha". *Cf.* GERDAU AÇOMINAS S. A., fevereiro de 2017, p. 4. Desde setembro de 2016, a Gerdau vem anunciando na imprensa que passará a exportar chapas grossas, uma vez que foi instalado por aqueles tempos um laminador na Usina de Ouro Branco. De capacidade inicial de produção de 15 mil a 20 mil toneladas, a previsão de produção é de 100 mil toneladas por ano. Em pleno momento de "crise econômica", os investimentos continuam crescentes para a Gerdau S. A.

cadastrados no Formulário de Orientação Básica (FOBI) apresentado em 21 de julho de 2016 como sendo o empreendimento localizado em Congonhas.

Tabela 11 – Licenças e empreendimentos em Miguel Burnier associados à Green Metals S. A.

PROJETO	ESTRUTURA DO EMPREENDIMENTO	FASE DO LICENCIAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO COPAM
UTM Miguel Burnier Integrada	Unidade de Tratamento de Minerais (UTM) –	LP + LI	38143/2013/001/2014
Terminal de Cargas de Miguel Burnier	Terminal de Minério	LP + LI	06698/2016/001/2016

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIAM, 2018.

Miguel Burnier é cobiçada e é pivô de um plano estratégico que não deve ser analisado apenas em nível local, mas em suas interfaces com o contexto regional, nacional e internacional; na sinergia entre meio físico, biótico e antrópico; na integração do jogo de luz e sombra. O relacionamento entre as diversas partes, a movimentação entre as peças desse xadrez expõem os interesses não somente de como se pode narrar a vida pretérita de Miguel Burnier, mas se lhe é permitido vislumbrar um futuro. Questões intermediadas pelos interesses excludentes e concentradoras de uma específica lógica de apropriação, de percepção e de relação com o mundo material, com seus recursos e com o território.

As facetas mais agudas dos impactos sociais e ambientais vividos em Miguel Burnier, com intensidades e coberturas territoriais ainda mais abrangentes, estão por vir. Mas não tardam. Devem ser ainda mais violentas, com o uso de forças físicas e simbólicas, violações de direitos fundamentais, que são proporcionais às ambições neoextrativistas do século XXI e da supervalorização da *commodity*.

> Matérias-primas – Uma das principais vantagens competitivas do Brasil é o baixo custo de suas matérias-primas. O país possui grandes reservas de minério de ferro de alta qualidade. Vários produtores integrados encontram-se no estado de Minas Gerais, onde estão localizadas algumas das maiores minas de minério de ferro do mundo. O custo do minério de ferro de pequenos mineradores no Brasil é muito competitivo se comparado ao custo do minério de ferro na China e dos Estados Unidos.
> No Brasil, a maior parte da sucata metálica usada pelas usinas siderúrgicas é proveniente dos estados da região sudeste e sul. Seus fornecedores entregam a sucata metálica obtida de produtos obsoletos e de sucatas industriais diretamente às usinas siderúrgicas.
> O Brasil é um grande produtor de ferro-gusa. A maior parte da produção deste insumo para a produção de aço está no estado de Minas Gerais e na região de Carajás, sendo feita por diversos pequenos e médios produtores. O ferro-gusa é um substituto natural da sucata e, no Brasil, é um importante componente do mix de metais utilizado para produção de aço nas usinas. O preço do ferro-gusa está associado ao mercado doméstico e internacional, sendo que o

> biorredutor e minério de ferro são componentes importantes na formação de seu custo.[300]

O licenciamento ambiental é um lastro colonial e reflete em suas práticas e discursos os poderes que operam sobre a possibilidade de autodeterminação das comunidades atingidas, sobre as histórias e as memórias dos povos. Nos estudos técnicos dele decorrentes, o agenciamento epistêmico se desenvolve para a conformação de uma hegemonia que reflete uma racionalidade única sobre as noções de desenvolvimento possíveis. O licenciamento ambiental contribui e é derivado de um sistema de conhecimento que provoca e instiga a conformação de fronteiras constituídas epistemologicamente, que privilegia a subordinação e o controle epistêmico pelo viés político e econômico. E, para tanto, mobiliza estratégias específicas de produção do conhecimento, acionando discursos, táticas linguísticas e técnicas para uma ação neocolonizadora.

Os licenciamentos ambientais criam uma semântica própria, tendo como enunciadores alguns agentes e agências em posicionamentos específicos, sendo os mais visíveis e privilegiados o Estado por meio de sua gestão e monitoramento dos procedimentos, além do empreendedor composto por seu universo de empresas de consultoria com seus técnicos inventariantes. Há uma necessidade de entendimentos linguísticos específicos, derivados das instrumentalizações e procedimentos dos licenciamentos ambientais, que são ditados nos termos de referência e que indicam os métodos específicos a serem empregados, tendo a autoridade econômica, política e científica em margens opostas às falas – ou possibilidades de diálogos – com a comunidade. Alguns termos chegam a ser abolidos nas peças técnicas, a exemplo de comunidades atingidas e desastre, sendo esta última reforçada pelo uso da palavra acidente no caso do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, em novembro de 2015.

Os procedimentos de viabilidade ambiental empregam categorias administrativas/coloniais sobre a população, tendo o Estado a competência de ser o gerenciador do território, aquele que o esquadrinha, define-o, quantifica-o: um mundo hierarquizado e compartimentado em meio físico, meio biótico e meio antrópico. Trata-se de um *modus operandi* já antigo – conhecer para dominar –, tendo classificações e compartimentações advindas do racionalismo da ciência e da técnica que expressam o poder classificatório que ordena o mundo. São estratégias muito específicas de

[300] GERDAU, 2012, p. 71.

tradução do mundo em números, com metas numéricas, sendo que o que vale é a chancela de indicadores. As categorias são construídas politicamente por meio de uma linguagem de negociação com categorias já reconhecidas pelo poder. Para tornar essa população administrável, é preciso fazê-la legível, ou seja, categorizá-la, de forma a tornar o incomensurável comensurável. É um processo administrativo fazer higienicamente, ou seja, sob a lei, sem gerar caos social, já que para os acionistas é necessário um ambiente estável e sem conturbação social para que possam instalar e se ocupar de suas ambições sem constrangimentos.

Buscou-se estilhaçar pelo menos algumas partes desse monumento, esse titã, para se entender os artefatos que o compõem. Miguel Burnier está à beira do colapso: a violência vivida não é somente econômica e política, mas também existente no processo de produção do conhecimento sobre o lugar. O reconhecimento de outras epistemes existentes, que passam a ser trazidas para o centro, de modo a dar reconhecimento a grupos diversos, é questão importante no contexto do conflito ambiental.

******

4. MEMÓRIAS ESQUECIDAS, EXILADAS, MARGINALIZADAS: PATRIMÔNIOS, TERRITÓRIOS E IDENTIDADES EM CONTEXTO DE CONFLITO AMBIENTAL

Por que esquecer? Como relembrar? O que se torna rememorável? O que se imputa ao ostracismo? A memória é um território a ser contestado, fundamentalmente a memória coletiva. De que forma é possível descontruir a linearidade dos esquecimentos – com sua organização mais cronológica de eventos que se sobrepõem aos fatos –, mas qual a organização que os grupos sociais estão dando para si, para o que lhes interessa ser referenciado?

Estas sempre foram as questões que impulsionaram esta pesquisa sobre Miguel Burnier desde o princípio, quando no ano de 2013 conheci o lugar em uma situação de realização de perícia para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Era uma amplitude de terra vermelha, com rastros das muitas linhas férreas que levavam trens para a estação. Muitos caminhos e muito abandono, o que não correspondia à fala das pessoas de uma vida gloriosa daquele lugar há pouco mais de uma década. O que, então, aconteceu? De que forma acontece? De vidas para ruínas, quais agentes e agências estão ativos nesses processos?

A vastidão e a profundidade de seus percursos históricos – nas diversas estratigrafias já tratadas nesta tese – ressaltam aos olhos a condição na qual esse distrito de Ouro Preto se encontra na contemporaneidade. De fato, e não de direito, ali é um lugar de riquezas – histórias, minérios, pessoas – que justapõem e se contradizem nas prioridades eleitas por outrem sobre o que é considerado crescimento econômico *versus* desenvolvimento social. Ali há explícita desigualdade. Se há tanta riqueza em minérios minerados desde os tempos coloniais, o que faz com que essa comunidade expresse tamanha indignação e medo da imprecisão de seu futuro?

Este capítulo está dedicado com mais ênfase aos resultados da pesquisa etnográfica desenvolvida ao longo dos anos dessa perscrutação no distrito de Miguel Burnier (2013-2018). A etnografia teve seu momento mais vigoroso entre os anos de 2017 e 2018, quando foi possível estreitar o relacionamento com a comunidade de forma mais constante, viver as situações cotidianas, experienciar os conflitos. Do ponto de vista da pesquisa apresentada sob a forma escrita até aqui, este capítulo pretende

expor o que muitos documentos não são capazes de registrar, mas que faz pulsar a vida em Miguel Burnier. É o registro escrito e iconográfico da experiência antropológica, do momento do encontro, tempo da etnografia. Registros em formas de palavras e em imagem que conduza à promoção de diálogos com as “diversas vozes que falam e do contexto das falas”.[301]

O contato com a comunidade permitiu compreender seus marcadores sociais que definem suas identidades territoriais, uma vez que no contexto de conflito ambiental, e na situação de discussão de uma possível remoção forçada da comunidade, ela passa a retomar aspectos de sua memória individual e coletiva para fazer valer o direito de permanência no lugar onde vivem. E, nesse sentido, a comunidade também se apropria de aspectos do repertório legal contemporâneo, especialmente relacionado à tutela do patrimônio cultural e ao Direito Ambiental, que agregado ao seu universo simbólico, dá armas baseadas na sua concepção específica do entendimento sobre sua história. E resiste de formas muito criativas.[302]

A memória afirma identidades e, para tanto, fundamenta-se em lastros da história que, em grande medida, são mensurados, representados ou mais facilmente visibilizados pela cultura material, ainda que sejam reconhecidos socialmente pelo conjunto de bens inventariados, tombados ou registrados e que configuram a coleção do patrimônio cultural brasileiro. Nesse ponto, o significado de patrimônio representa um desafio para a ordem jurídica do Estado, já que reivindica não só o direito individual, mas o reconhecimento de direitos cujos sujeitos são também coletividades. Assim, a ideia de patrimônio vai além da hegemônica ideia de propriedade, pois implica sujeitos e direitos coletivos.

A temática do patrimônio cultural tem atraído o interesse de um número significativo de pesquisadores, entre eles e, prioritariamente, arquitetos, historiadores, arqueólogos, antropólogos e geógrafos, que, através de abordagens e temas diversos, contribuem para a formação de um conjunto amplo e variado de estudos, muitos dos quais voltados para a pesquisa e a análise dos fenômenos culturais. Mas, por que e de qual forma se estabelecem os discursos e as formas de interpretação desses conjuntos denominados de acervo cultural e que refletem a vida das pessoas?

Atualmente, é ampla a discussão sobre as origens e os desdobramentos do conceito de patrimônio. Uma bibliografia de certa forma já vasta discute a arqueologia

[301] TRAJANO, 1986, p. 135.
[302] *Cf*. MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. SOARES, Inês Virgínia Prado. *Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. DANTAS, Fabiana Santos. *Direito fundamental à memória*. Curitiba: Juruá, 2010.

do termo, apresentando o seu uso arcaico em tempos do Império Romano, no qual *patrimonium* significava "tudo o que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas"; indo até a referência moderna do termo referente à constituição do Estado nacional da França em fins dos setecentos, no qual se entendia patrimônio como algo que é público, popular e de uso coletivo.[303]

Ao longo da história houve um processo de reapropriação do termo patrimônio no qual inicialmente adotava uma concepção aristocrática, patriarcal e individual, advinda da Roma antiga, que foi acrescido pelos sentidos simbólicos e coletivos de influência religiosa durante o feudalismo, além da concepção monumental e colecionista de influências renascentistas. A Revolução Francesa pretendeu arruinar com tais fundamentos ao fundar naquela sociedade os ideais de igualdade. A concepção moderna de patrimônio se consolidou e foi difundida, em grande medida, a partir da visão de pertencimento dos cidadãos a um mesmo Estado nacional, compartilhando de uma origem, território, cultura e patrimônio comuns. Mas não necessariamente quer dizer que era compartilhada uma identidade em comum.

A partir de então e ao longo dos novecentos até meados do século XX, consolidou-se uma ideia de patrimônio filiada à homogeneidade das culturas desses Estados nacionais, em que a monumentalidade dos bens pertencentes ao acervo cultural refletia a importância e solidificação dos países nascentes. Tais referências, que muitas vezes se filiavam às estruturas de natureza arquitetônica, materializavam uma determinada memória de heroísmo dos grandes homens da história nacional e esboçavam o início de inventário daquele acervo que passou a ser tratado como patrimônio histórico. Por sua vez, movimentos folcloristas procuravam arrolar e descrever o que era do "povo", em uma oposição clássica ao que era de "elite".

Eram eliminadas, pois, as diferenças e as heterogeneidades dos diálogos culturais como estratégia de construção da nacionalidade. Há, nesse processo, uma dicotomia latente entre duas concepções de ver e viver no mundo que é própria do contexto de modernidade: o passado é muitas vezes considerado algo que precisa ser superado em busca de uma nova civilização, ao passo que, em outros momentos, este precisa ser relembrado, uma vez que é rápido o seu processo de esquecimento.

---

[303] FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 11. Citam-se outras obras de referências que apresentam o panorama do desenvolvimento do conceito de patrimônio e seus desdobramentos: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006. ABREU, Regina M. R. M.; CHAGAS, Mário S. *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

É nessa dinâmica que nascem no Brasil, por exemplo, os primeiros movimentos preservacionistas, liderados pelos integrantes do Movimento Modernista, que também atuaram no recém-criado órgão de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que data de 1937. Na busca pelas tradições dos brasileiros, era construída uma identidade nacional representada pelas majestosas igrejas barrocas e obras de mestres como Aleijadinho, não obstante as manifestações da cultura popular e indígena como músicas, contos, lendas, medicina, culinária e outros já fossem mencionadas no Anteprojeto de Proteção do Patrimônio Artístico Nacional produzido por Mário de Andrade na década de 1930.

Na esteira dessas mudanças, é ainda relevante sublinhar as grandes transformações sociais geradas pela industrialização, especialmente entre meados do século XIX e do XX. O termo patrimônio assumiu nesse contexto sua relevância social e mesmo simbólica e está, portanto, filiado aos movimentos preservacionistas na medida em que se atesta o processo de modificação, perda e/ou destruição dos acervos culturais. Na contemporaneidade, tal assertiva é bastante relevante no panorama de grandes impactos gerados por um específico modelo econômico desenvolvimentista.[304]

Nas últimas décadas, a ampliação dos usos e funções sociais do conceito de patrimônio também alarga a necessidade de interpretação de sua dinâmica na sociedade contemporânea. Na diversidade de interesses dos benefícios que se espera obter, em um contexto de acelerada especulação dos bens culturais, é relevante sublinhar a problemática a respeito da relevância social do patrimônio cultural. Os valores sociais fundamentam a análise de como o patrimônio é interpretado ao longo do tempo, bem como sobre a forma de classificação e promoção de políticas de salvaguarda.

A globalização, por sua vez, promove a situação em que as comunidades manifestam como agentes decisórios na definição do que é considerado patrimônio. Novas coletividades tornam-se visíveis no cenário social, buscando afirmar suas identidades ao mesmo tempo que a posição privilegiada das identidades até então hegemônicas se tornam passíveis de questionamentos. A nação não é vista apenas pelo prisma da homogeneidade, mas sim por seu conjunto de diferenças e

[304] *Cf*. CAMPOS, Luana Carla Martins. Políticas de preservação do patrimônio no mundo globalizado: o ICMS cultural e a regionalização da proteção dos acervos culturais em Minas Gerais. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Penna; PIRES, João Ricardo Ferreira (Org.). *Cidadania, Memória e Patrimônio*: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 59-75.

multiplicidades presentes no território do país. Essa dinâmica é responsável por estabelecer a valorização das referências culturais locais, de natureza material e imaterial, com o intuito de buscar o conhecimento de uma história aberta às diversidades e abrir caminhos para a constituição da cidadania cultural.[305]

É possível afirmar que a ampliação do conceito de patrimônio foi o resultado de um debate que foi arrastado por séculos e que foi motivado por inúmeros fatores, como o processo de industrialização e desenvolvimento das cidades brasileiras que passaram a alterar a sua tipologia e configuração espacial. O antropólogo argentino Néstor Canclini sublinha que nos debates sobre patrimônio normalmente são sempre considerados como os antagonistas das ações em prol dos bens culturais os

> atuais processos de mudança e desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo. (...) consideraremos essas "ameaças" como contextos, que não só devemos aceitar por serem as condições em que hoje os bens históricos existem, mas também porque contribuem para repensar o que devemos entender por patrimônio histórico e por identidade nacional.[306]

Nessa perspectiva histórica, é interessante a análise de que a compreensão da noção de patrimônio depende de diversos enlaces. Contudo, tais premissas não são suficientes para a compreensão simplificada da situação de Miguel Burnier, apenas com o pressuposto de que o patrimônio cultural tem usos muito estratégicos na contemporaneidade, com funções políticas e econômicas muito específicas, como a exemplo dos estudos de viabilidade ambiental. Quais são os atributos e valores de referência para os bens culturais serem considerados patrimônio? O que faz incluir e excluir referências culturais de inventários, tombamentos e registros? A quem interessa preservar e fazer esquecer? Quem tem o poder de decisão? [307]

---

[305] O que é chamado de cidadania cultural depende, em grande medida, da interpretação das questões histórico-culturais fundamentais para o desenvolvimento humano, que, na perspectiva das normatizações internacionais, às quais o Brasil se filia, constitui um dos direitos fundamentais do ser humano, pois trata de um "*processo constante de herança, fruição e legado dos bens que dão suporte a uma existência digna e com qualidade*". In: SOARES, 2009, p. 34.

[306] CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.23 – Cidades, 1994, p. 95.

[307] De acordo com Inês Soares, há quatro contextos de grande relevância para se compreender a valoração dos bens culturais, a saber: a) contexto científico-profissional que é determinado pela atividade acadêmica e de investigação; b) contexto social definido pela vida civil e pela atividade associativa; c) contexto político-administrativo representado pelas administrações públicas que atuam de acordo com a lei; d) contexto econômico determinado pelas relações econômicas que têm lugar na sociedade. É interessante observar a ordem de relevância proposta pela jurista, cujas alterações de posição, transformam significativamente os resultados. In: SOARES, 2009, p. 47.

4.1. Experiências etnográficas: pesquisa de campo, encontro e interlocução

Miguel Burnier é um local de certa forma bastante assediado por pesquisadores que vão para ali com brevidade colher dados diversos, especialmente para subsidiar informações para o preenchimento dos relatórios técnicos que compõem os processos de licenciamento ambiental. Para lá vão e não costumam voltar. E, desse ponto de vista, os burnienses se tornaram arredios ao contato de gente de fora. Já falaram demais, para muita gente estranha, que chega e vai embora de forma pueril. E não importa o que se fale, pouco tem sido feito para a situação melhorar para a comunidade. Ao contrário: são espalhadas histórias e opiniões que têm o mesmo significado atribuído à comunidade. Com tanta história, com tanto patrimônio, com tamanhas contradições, como proceder então? A quem recorrer?

A busca pelas lideranças comunitárias foi certeira. Porém, foi preciso além disso. Frequentar, experienciar, estar presente e junto nas missas, nas festas, nas reuniões, o que possibilitou a identificação e o conhecimento das pessoas da comunidade, e a consolidação das relações. Estar e ser visto: era impossível estar ali sem chamar atenção. A comunidade é pequena, cerca de 200 pessoas, o que permitiu contatos visuais iniciais com, pelo menos, a maioria deles. E há os que se destacam, logo tomando frente para conhecer os forasteiros, perguntando o que os levou até ali.

Os velhos começam a falar. A escuta sensível aos apelos das denúncias se fez, inicialmente, olho a olho, no tom da fidelidade. A confiança se estabeleceu assim, na medida do interesse em se fazer ouvir, na necessidade de abrir um caminho de comunicação e fidelidade. Anotações esparsas no caderno de campo, nomes e telefones de “pessoas que têm o que falar”. Muitas idas e vindas de Belo Horizonte para Miguel Burnier, até conseguirmos um ponto de apoio para passarmos as noites. Era preciso sentar e conversar com tempo que resvala sem limites, tomar a cerveja juntos, escutar o trem cruzando a linha na madrugada. Beber a água de Burnier para sempre voltar.

Precisava-se ir procurar o pão e não ter onde comprar. Da próxima vinda, não podemos nos esquecer da matula benfeita. E dos remédios, pois não há farmácia. Tinha de se sentir o silêncio do dia, sem ter paz. Escutar de longe o latido dos cachorros. Escolher sapatos e roupas escuras para se evitar a mancha do barro que não deixava esquecer Burnier, mesmo quando não estava lá. Sentir o vento do outono, o frio das madrugadas do inverno das montanhas de ferro. A água em casa que vem

da bomba ou da serpentina. A energia mais fraca que não permite funcionar a panela elétrica. Ver a bruma das manhãs, mesmo quando ainda se é verão. Nada disso é possível se não se está lá. E isso leva tempo, é experiência que muda o sentido do conhecimento.

O ritmo do calendário de atividades, festas e ritos deu a entender o tempo da comunidade. Bastante ocupado e extenso, diga-se de passagem, o que nos ajudou na aproximação. Com o crescimento da confiança e, de certa forma, o costume das pessoas com a nossa presença, pôde-se paulatinamente introduzir o gravador de áudio, a câmera fotográfica, as gravações de vídeo. O registro de imagens foi essencial no processo da pesquisa, em forma de fotografias ou vídeo, que funcionavam, em muitos momentos, como o próprio caderno de campo. Com tantas informações que a paisagem, os comportamentos e os silêncios comunicavam, como processar, filtrar tudo isso? Como corresponder à tamanha responsabilidade das confidências?

Associado ao registro das imagens, teve o caminhamento pelos lugares da comunidade sempre acompanhado pelas pessoas que queriam conversar. Em alguns momentos, aqueles indivíduos inicialmente indisponíveis deram certa atenção com o intuito de nos usar para registrar as suas opiniões. É sabido que aquilo iria para outros lugares para além de Miguel Burnier. Outros indivíduos nunca quiseram nos acompanhar, apesar de confessarem importantes dados sobre a comunidade *in off*. Alguns, por sua vez, foram paulatinamente abrindo suas caixinhas de memória, o lugar mais sagrado e íntimo, o que guardam de valor.

Fotografias ordenadas sem cronologia funcionaram como gatilhos de memórias. As poucas imagens antigas do lugar, e de uma antiguidade próxima ao nosso momento, revelaram o quanto o tempo deles era marcado pelo apitar da usina. E o quanto o trabalho do operário definia os ponteiros do relógio. E o tanto que a duração das rotinas cristalizava apenas nas retinas as vivências cotidianas. E o quão caro poderia custar aquelas cenas do dia a dia, rotineiras paisagens. E o quanto todos acreditavam – e mesmo desejavam – que aquelas cenas não mudariam nunca.

As conversas eram prolongadas pelo telefone, por *Messenger*, por *WhatsApp*. Convívio perdurando no distanciamento da escrita, a circular e compartilhar imagens e notícias que de maneira usual construíam uma forma de permanência, um prolongamento do estar lá. Porque já perguntavam: “vocês vão estar na festa junina?”, “agora no mês de Maria temos festa no Santuário, esperamos vocês lá”.

Mapas mentais ainda não foram registrados para além das imagens desenhadas pelas palavras, mas que se fizeram reais no caminhamento, e depois foram processados pela combinação de imagens aéreas, mapas históricos e informações coletas pelo GPS. Há na comunidade quem o conhecimento sobre o território conforma com naturalidade o jeito de pensar, de se expressar, de trabalhar, sua identidade, que não precisa de mapas físicos. Se está com ele, está em boa companhia, pode confiar de olhos fechados ou em estradas de terra nunca antes traçadas. Pegam-se os atalhos e aprofunda-se no conhecimento em Miguel Burnier. Esses caminhamentos tiveram trajetos selecionados a partir das falas das pessoas da comunidade, o que permitiu um acesso privilegiado para a pesquisa. E, ao identificar esses lugares de referência coletiva, nem sempre materializados em bens culturais, vinha à tona uma bagagem de conhecimentos e experiências de vida em Miguel Burnier.

Há locais interditados onde não é permitido cruzar a cerca, e ela está em toda parte definindo as terras da empresa. E esses locais, apesar de hoje significarem um grande volume de terras de Miguel Burnier, só foram possíveis de serem acessados em situações de perícia técnica por meio de pedidos de vistoria junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A primeira vistoria, que me fez conhecer Burnier, foi desenvolvida entre 2013 e 2014, enquanto a segunda vistoria, para (re)conhecer o lugar, ainda se desenvolve entre 2017 e 2018. Apesar de cercas, de placas, de limites antes impostos de maneira mais simbólica que material, a ampliação da noção de território e da relação de pertencimento da comunidade com o lugar valorou e deu sentido para os elementos da paisagem, os vestígios, as construções, seus patrimônios, suas identidades.

Comparando registros fotográficos colhidos em momentos distintos de pesquisa, foram alterados também a compreensão e o próprio sentimento pelo lugar: da perícia técnica à etnografia, de 2013-2014 para 2017-2018, as noções foram transformadas. A pesquisa passou a se desenvolver em perspectivas diferentes ao previamente planejado, de forma mais ampliada ou com outras percepções, o que necessitou um aporte teórico que não se limitava às astúcias do olhar técnico do pesquisador em campo. Pelo e com o outro junto ao nativo de Miguel Burnier, interessava entender seu olhar e seu ponto de vista sobre o lugar, para então construir outras referências toponímicas.

Pouco a pouco, passamos a conhecer que na dinâmica pulsante da vida daquele lugar, apesar de sua pretensa imagem bucólica e estática, Burnier está imerso

em alterações muito rápidas dos espaços em seus usos e funções sociais, há rompantes de ritmos muito distintos sobre os sentidos e formas diferentes de ver e viver entre jovens, adultos e idosos; homens e mulheres; solteiros e casados; trabalhadores das mineradoras ou não. Tempos diferentes e introduzidos bruscamente. Procuramos ouvir um pouco do que cada um queria compartilhar. Contudo, no texto, foram sublimadas suas identidades e optamos pelo recurso das aspas sem a identificação e iniciais dos nomes. Situação de conflito é assim, melhor poupar para preservar.

4.1.1. Por geografias outras: a comunidade e suas territorialidades

Há vários caminhos para se chegar a Burnier: única e exclusivamente por terra há cinco principais. Um pela BR-040, nas proximidades de Congonhas do Campo, via subdistrito de Mota; outro passando pela Rodovia dos Inconfidentes no sentido Itabirito via Engenho Correia (MG-030); outro para aqueles que saem de Ouro Branco passando por Lobo Leite via Rodovia Prefeito Benedito Gonçalves Xavier (MG-030); além de dois caminhos que fazem a comunicação entre Miguel Burnier e a sede de Ouro Preto, um passando por Rodrigo Silva, sendo este correspondente ao Caminho Novo da Estrada Real, e outro por Cachoeira do Campo e Santo Antônio do Leite. Apesar de ser beneficiado por linha de trem, na região passam apenas vagões de cargas. Invariavelmente, a chegada ao distrito de Miguel Burnier via transporte terrestre expõe visivelmente a lama, a poeira, os caminhões, os terraços minerários, a degradação ambiental.

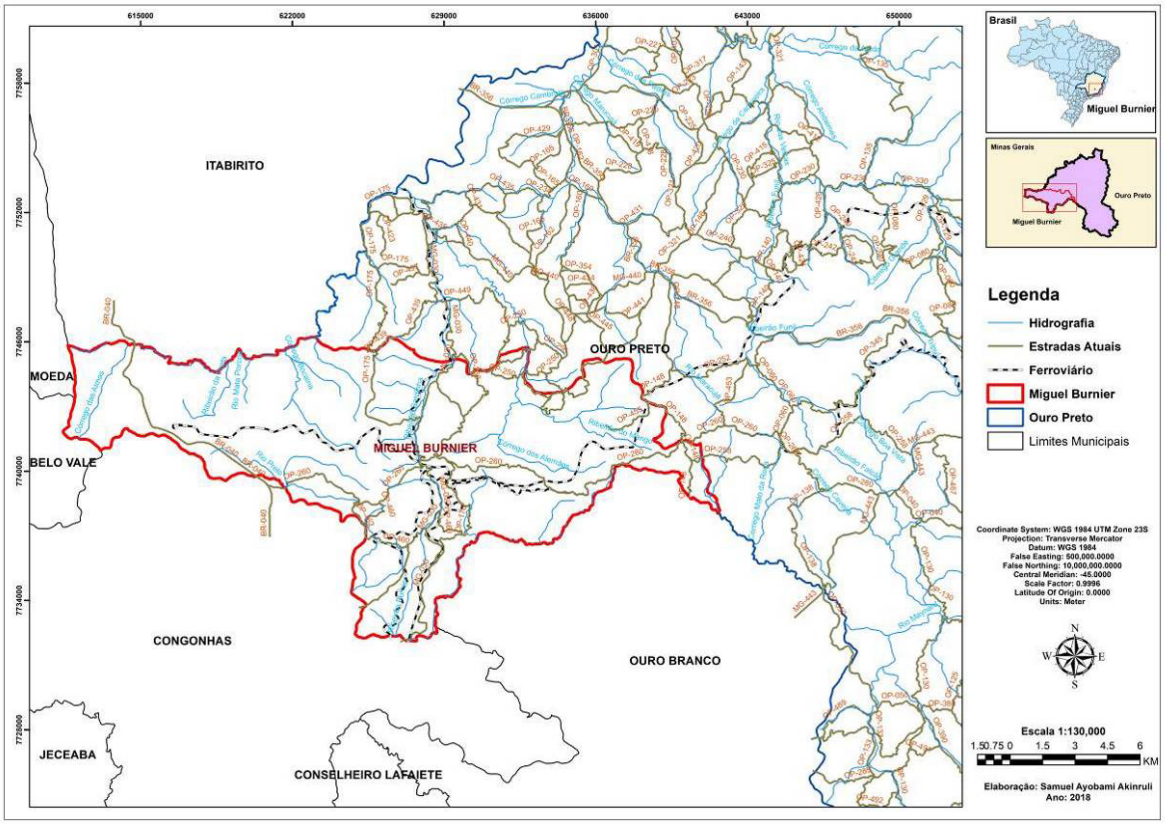


Figura 49 – Acessos e hidrografia de Miguel Burnier.
Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.[308]

Muitas são as comunidades que compõem o que se chama de Miguel Burnier e, portanto, são também bastante controversas suas identidades. O distrito, que territorialmente é o maior do município de Ouro Preto e o mais distante geograficamente da sede, também está na frente em arrecadação: cerca de 43% dos impostos municipais advêm apenas do distrito de Miguel Burnier e, fundamentalmente, da mineração.[309]

[308] Para melhor visualização, ver a versão do mapa impresso em A3 no "Apêndice 8.1. Mapa de Acessos e Hidrografia de Miguel Burnier. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018".

[309] O total da receita tributária em Miguel Burnier no ano de 2015, foi de R$18.221.322,33, enquanto a arrecadação total do município de Ouro Preto foi de R$41.730.425,89. Os dados são baseados em informações de arrecadação dos seguintes impostos municipais das empresas estabelecidas no distrito de Miguel Burnier, a saber: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF); Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). No ano de 2014, há referência que o distrito de Miguel Burnier concentrava "mais de 50% da arrecadação" em relação ao município de Ouro Preto, que possui rendimentos baseados na mineração e no turismo. Como referência, no mesmo ano de 2014, o município de Belo Horizonte arrecadou R$3.007.461.291,90, e a cidade de São Paulo R$21.554.591.909,72. Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda, Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Disponível em: <https://impostometro.com.br/>; <http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/ouro-preto-ostenta-riqueza-que-vem-da-cultura-e-do-min%C3%A9rio-1.273573>.

Tabela 12 – Receita tributária de Miguel Burnier e de Ouro Preto para o ano de 2015.

Contribuinte	Total	Proporção em relação ao total	Total de arrecadação do distrito de Miguel Burnier	Total de arrecadação do município de Ouro Preto
Vale S. A.	R$ 10.621.451,31	61%	R$ 18.221.322,33	R$ 41.730.425,89
Gerdau S. A.	R$ 2.225.302,31	11%		
Ferro + Mineração S. A.	R$ 1.954.319,39	10%		
Nacional Minério S. A.	R$ 1.009.929,75	5%		

Fonte: Elaboração a partir de SMF/PMOP e Impostômetro, 2018.

Os dados financeiros apresentados trazem importantes pontos de reflexão, como a relação de dependência criada por meio da extração mineral de empresas multinacionais em território nacional; sobre como a arrecadação municipal é baixa se levados em consideração os passivos ambientais gerados ou, ainda, como o desenvolvimento de atividades do setor primário é priorizado em detrimento dos setores secundário e terciário, gerando dependência do Brasil aos produtos industrializados importados, o que reflete um modelo de produção e consumo desigual e insustentável.

> No caso dos contextos vulneráveis de países de média e baixa renda da América Latina, África ou Ásia, os processos de desenvolvimento encontram-se fortemente conectados ao papel destes países no mercado globalizado de *commodities*. Estas podem ser definidas como mercadorias, principalmente gêneros agrícolas, minérios e seus processamentos como o ferro, o aço e o alumínio, que são produzidas em larga escala e comercializadas em nível mundial. O fato de terem seus preços definidos pelo mercado internacional, podendo variar substancialmente de um ano para o outro, além de possuírem baixo valor agregado, faz com que os países especializados na produção de *commodities* rurais e metálicas sejam, via de regra, mais vulneráveis diante de um mercado internacional marcado pelo comércio injusto entre o "centro" e as "periferias".[310]

Ainda, é expressivo o predomínio econômico da Vale S. A. no distrito de Miguel Burnier, cujas divisas se relacionam ao Complexo Mina Pico-Fábrica (nome que faz alusão ao Pico do Itabirito e à Fábrica Patriótica), que é desenvolvido em Itabirito e

[310] PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2009, p. 1986. É robusta a discussão que dialoga sobre o universo da insustentabilidade do atual modelo de crescimento econômico e de críticas a respeito do "modelo de desenvolvimento dominante no Brasil destinar as maiores cargas de danos ambientais às populações socialmente mais vulneráveis, pobres e discriminadas da sociedade, o que reflete a enorme concentração de poder na apropriação do território e dos recursos naturais que caracteriza a história brasileira". Contudo, ressalta-se aqui apenas um texto que faz um importante panorama sobre esse cenário a partir das pesquisas da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). In: *Idem*, p. 1987. Outra referência importante de pesquisas e estudos nesta corrente se filia ao GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da FAFICH/UFMG. *Cf*. <www.conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/>.

Ouro Preto. Neste último, observa-se que raramente os terrenos de Miguel Burnier são explicitados, de modo tal que a área de impacto é comumente tratada nos relatórios técnicos de licenciamento ambiental apenas por Ouro Preto. Tendo despontado como líder na exploração das jazidas minerais ali existentes, entende-se que o perfil de expansão admitido pela Gerdau S. A. em Miguel Burnier reflete seus interesses de competitividade em relação à Vale S. A. De tal forma, os dois principais proprietários de terra de Miguel Burnier são a Gerdau S. A. e a Vale S. A., sendo que a Vale se localiza estritamente a noroeste do distrito, enquanto a Gerdau se irradia pelos outros pontos cardeais, confirmando-se como um "latifundiário" do ferro no distrito.

Não é menos relevante ter no horizonte a informação de que o atual secretário de Cultura de Minas Gerais e ex-prefeito de Ouro Preto, Ângelo Oswaldo, recebeu financiamento de campanha em dois de seus mandados como prefeito da cidade de Ouro Preto pelo PMDB nos anos de 2004 e 2008.[311] Em 2004, por exemplo, data de início dos procedimentos de licenciamento ambiental da Gerdau S. A. em Miguel Burnier, houve o valor declarado de financiamento de campanha ao candidato de R$100.000,00 (pago em cheque pelo CNPJ nº 17.227.422.0001/05 referente à Gerdau Açominas S. A. Matriz). Em 2008, doação de mesmo valor de R$100.000,00 foi feita para a campanha (pago via transferência eletrônica pelo CNPJ nº 07.369.685/0001-97 referente à Gerdau Comercial de Aços S. A. Matriz).

Trata-se de um valor expressivo, especialmente se levarmos em consideração que no ano de 2008 o candidato recebeu como total de receita da campanha R$ 385.150,00, sendo que R$100.000,00 vieram do Diretório Estadual do Partido e outros R$100.000,00 da Gerdau. Se analisarmos de maneira comparativa, o prefeito de Ouro Preto Zé Leandro (2012-2016), eleito na sequência pelo PSDB, recebeu um total de receitas para o financiamento de campanha de R$ 473.255,61, tendo a maioria dos recursos advinda de

[311] Angelo Oswaldo de Araújo Santos é jornalista, escritor e advogado; membro dos conselhos do IPHAN, da Fundação de Arte de Ouro Preto e do Patrimônio Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte; presidente da Associação Brasileira de Cidades Históricas e vice-presidente da Rede de Cidades Barrocas da América Latina; membro da Academia Mineira de Letras; sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGB-MG); foi prefeito de Ouro Preto por três mandatos (1993-1996, 2005-2008, 2009-2012); secretário estadual de Cultura de Minas Gerais em duas gestões (1999-2002, 2014-atual); foi presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); foi presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); e chegou a ocupar o cargo interino de ministro da Cultura. Fonte: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/AOASantos.html> e <http://www.consec.mg.gov.br/conselheiros/58-conselheiros/representantes-do-poder-publico/secretaria-de-estado-de-cultura/154-1-secretario-angelo>.

CNPJ do próprio candidato para a eleição, não fazendo nenhuma menção às empresas mineradoras locais explicitamente declaradas em sua prestação de contas.[312]

Os três mandatos de Ângelo Oswaldo à frente da Prefeitura de Ouro Preto marcam momentos decisivos para o contexto de Miguel Burnier: o primeiro, entre 1993 e 1996, assinala justamente o momento de fechamento das atividades da Usina Barra Mansa, quando "abafaram o forno da Barra Mansa em Burnier, sendo o maior esvaziamento populacional da história local", segundo uma liderança de Miguel Burnier. Em seu segundo mandato, de 2005 a 2008, foi o momento de expansão das atividades da Gerdau S. A. no distrito, quando foram licenciados os primeiros projetos e quando a paisagem de Miguel Burnier foi bruscamente alterada. Em seu terceiro mandato, fruto de reeleição, entre os anos de 2009 e 2012, os conflitos ambientais em Miguel Burnier se agravaram e houve grande intervenção do Ministério Público Estadual, com a abertura de diversos inquéritos civis contra a Gerdau e a efetivação dos atuais tombamentos de bens do distrito. É relatado pela comunidade que Ângelo Oswaldo era um sujeito que ia muito a Miguel Burnier antes de se tornar um político conhecido, passando fins de semana inteiros no lugar onde ia conversar com alguns moradores que demonstravam grande conhecimento pela história de Burnier. É ressaltado o seu grande conhecimento sobre o distrito nos aspectos históricos e de potencial minerário.

Ainda, também é interessante constatar que a Gerdau S. A. desponta no *ranking* de maior aporte de doação de campanha nos anos de 2010 e 2014, situação das candidaturas de governadores, senadores, vice e presidentes do Brasil. A empresa apareceu entre o sexto e o quinto lugar, respectivamente, o que demonstra sua grande influência econômica e política no contexto nacional.[313] É também no ano de 2014 que o Brasil manteve sua posição de nono maior produtor mundial de aço bruto, com uma produção de 33,9 milhões de toneladas, tendo participação de 2,1% no mercado mundial e de 75,0% da produção de aço da América Latina. Também em 2014, a Gerdau manteve como principal origem de suas exportações o Brasil, responsável por mais de 90% do volume total.[314]

---

[312] Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/prestacao-de-contas/contas-da-campanha-eleitoral-dados-das-prestacoes-de-contas-entregues-eleicoes-2004>; <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2008/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas-eleitorais-2008>; <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2012/abrirTelaReceitasCandidato.action>; Receita Federal: <https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp>.

[313] Site Doares de Campanha. Fonte: <http://www.doadoresdecampanha.com.br/>.

[314] GERDAU S. A., 2015, p. 70.

Tabela 13 – *Ranking* de maior valor de doação de campanha para o ano de 2010.

Posição	CPNJ	Nome do doador	Setor	Valor da doação
1º	61.522.512	Construções e Comércio Camargo Correia S. A.	Construtora	R$ 83.162.120,00
2º	17.262.213	Construtora Andrade Gutierrez S. A.	Construtora	R$ 64.666.000,00
3º	33.870.163	Banco Alvorada S. A.	Financeiro	R$ 54.169.000,00
4º	14.310.577	Construtora OAS Ltda.	Construtora	R$ 38.898.301,00
5º	61.186.680	Banco BMG S. A.	Financeiro	R$ 31.151.500,00
6º	07.369.685	Gerdau Comercial de Aços S. A.	Indústria	R$ 29.960.000,00
7º	02.757.614	Contax S. A.	Serviços	R$ 26.180.000,00
Soma de todas as doações: 2.728.334.755,66. Quantidade total de doadores: 300.203.				

Fonte: Elaboração a partir de Tribunal Superior Eleitoral e Site Doadores de Campanha, 2018.

Tabela 14 – *Ranking* de maior valor de doação de campanha para o ano de 2014.

Posição	CPNJ	Nome do doador	Setor	Valor da doação
1º	44.023.661	U T C Engenharia S. A.	Construtora	R$ 21.498.016,08
2º	33.000.092	Cosan Lubrificantes e Especialidades S. A.	Indústria	R$ 14.176.000,00
3º	14.310.577	Construtora OAS Ltda.	Construtora	R$ 12.630.210,00
4º	15.102.288	Construtora Norberto Odebrecht S. A.	Construtora	R$ 11.288.100,00
5º	07.359.641	Gerdau Aços Especiais S. A.	Indústria	R$ 11.255.885,00
6º	60.701.190	Itaú Unibanco S. A.	Financeiro	R$ 11.100.000,00
7º	42.150.391	Braskem S. A.	Indústria	R$ 9.770.341,00
Soma de todas as doações: R$1.903.982.443,07. Quantidade total de doadores: 212.334.				

Fonte: Elaboração a partir de Tribunal Superior Eleitoral e Site Doadores de Campanha, 2018.

Além da mineração, o turismo possui forte expressão para a renda municipal de Ouro Preto. Nessa medida, buscam-se respostas para o fato de que, se turistas do mundo todo vão até Ouro Preto conhecer as joias do barroco mineiro, por que eles também não conseguem ir a Miguel Burnier conhecer suas igrejas, visitar o distrito, acompanhar o calendário festivo anual? Dos 13 distritos que compõem o município, incluindo o distrito-sede, certamente essa amnésia seletiva acontece de forma mais vigorosa em Miguel Burnier. Será que nada existe em Miguel Burnier? Aliás, onde está Miguel Burnier? Quem vive em Miguel Burnier?

Se compararmos os dados censitários das bases oficiais do governo, observamos que outros distritos de Ouro Preto possuem população mais reduzida que

Miguel Burnier, como é o caso Engenheiro Correia e São Bartolomeu. Lavras Novas, por exemplo, o distrito mais recente de Ouro Preto que era até 2006 um bairro da sede, possui pouco número de habitantes a mais que Miguel Burnier. Em Engenheiro Correia e Santo Antônio do Salto há menor número de domicílios particulares que em Miguel Burnier. Existem outros distritos quase tão distantes da sede quanto Miguel Burnier, como é o caso de Engenheiro Correia e Santo Antônio do Salto. Seria, então, além de uma questão de população, apenas de distância geográfica? Por que é que se questiona sobre a permanência da comunidade apenas no distrito-sede de Miguel Burnier? Será uma questão relacionada à dependência da sobrevida da municipalidade à arrecadação de impostos advindos da mineração?

Tais dados ajudam na constatação do processo de gentrificação não somente da sede municipal em relação aos seus distritos, mas principalmente da sede urbana de Miguel Burnier em relação a sua zona rural. Esse fenômeno altera de forma substancial a composição dos locais pelas pressões de valorização das terras nos quais se tem interesse minerário, o que afeta diretamente a população residente dessas áreas.[315]

Tabela 15 – Dados dos distritos de Ouro Preto em 2010.

Distrito	Área em km²	Distância da sede em km	População	Domicílios Particulares	Data de criação
Miguel Burnier	177,4	40	809	362	30/08/1911
São Bartolomeu	145,7	16	730	498	16/02/1724
Antônio Pereira	108,9	16	4.408	1.410	03/04/1840
Santa Rita de Ouro Preto	167,6	30	4.243	1.536	17/12/1938
Ouro Preto (sede)	101,82	--	40.916	15,242	08/07/1711
Rodrigo Silva	81,57	18	1.080	380	30/12/1962
Glaura (Casa Branca)	64,8	26	1.418	784	07/04/1841
Amarantina	59,56	25	3.577	1.581	23/09/1882
Santo Antônio do Salto	49,1	35	1.068	329	30/11/1992
Cachoeira do Campo	51,91	18	8.923	3.117	08/04/1836
Engenheiro Correia	41,16	35	403	248	12/12/1953
Santo Antônio do Leite (Bárbara Heliodora)	34,15	25	1.705	877	07/09/1923
Lavras Novas	38,59	13	929	520	14/10/2006

[315] *Cf.* MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011. FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 341-364, 2014.

Ouro Preto: 13 distritos, cerca de 120 povoados, distribuídos em 1.245,865 km², contendo uma população total de 70.281 pessoas.

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE, 2018.

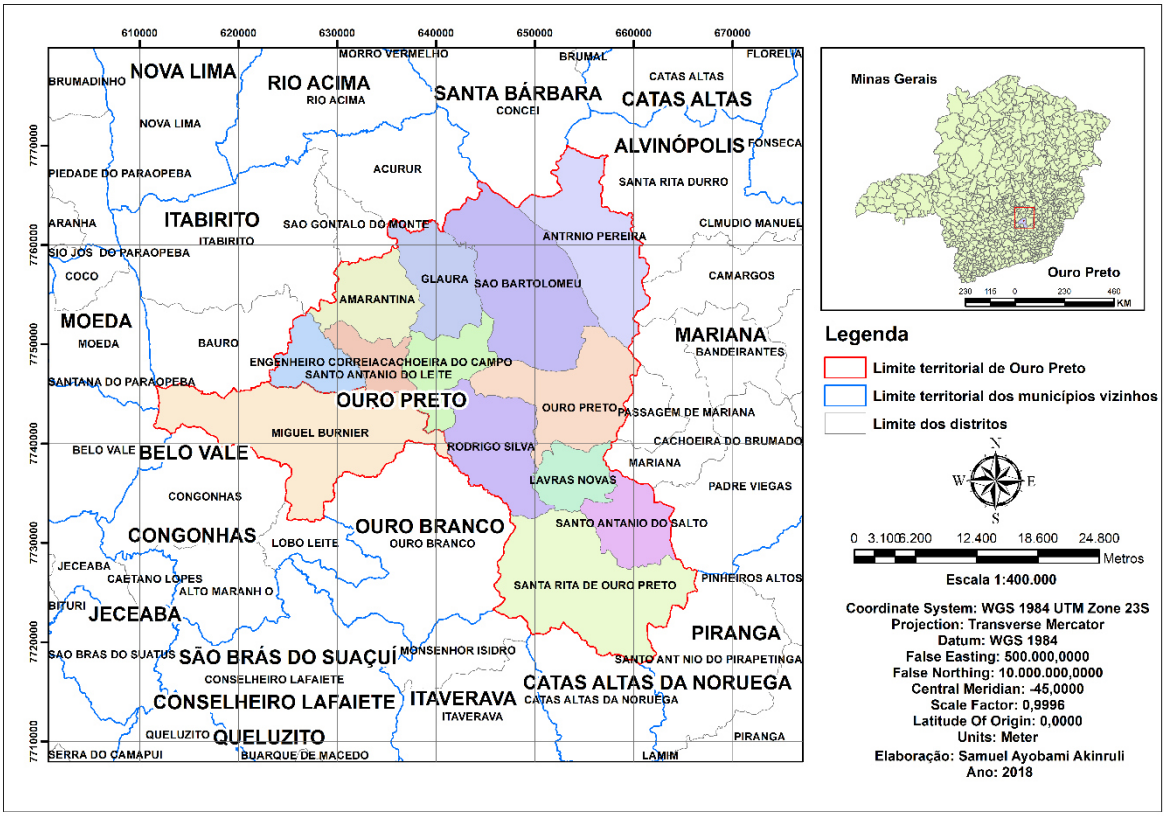


Figura 50 – Geolocalização do distrito de Miguel Burnier, em relação aos outros distritos de Ouro Preto e vizinhanças. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

Se levarmos em consideração a dinâmica espacial do distrito de Miguel Burnier em relação ao município de Ouro Preto nos aspectos relacionados ao território ocupado pelas atividades minerárias, o município de Ouro Preto possui uma área não ocupada pelo processo minerário relativamente menor quando comparado à totalidade do território municipal ou à vastidão de terras de interesse minerário.

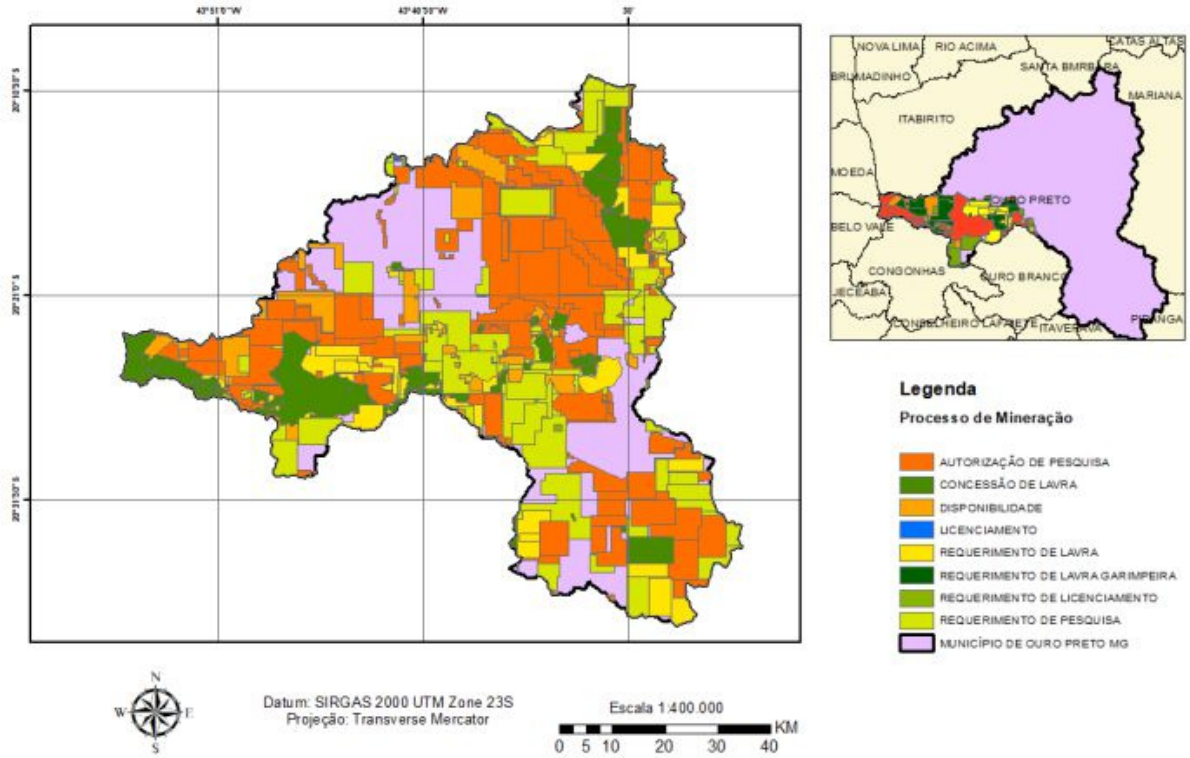


Figura 51 – Mapa referente ao processo de mineração no município de Ouro Preto, Minas Gerais. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2017.

Em relação a Miguel Burnier, cujo território equivale a aproximadamente 17% do total do município de Ouro Preto, o processamento de informações geoespaciais de fontes oficiais como do DNPM e do IBGE demonstrou que poucas áreas do distrito não possuem ações relacionadas ao interesse de mineração. Do total de 127 manchas ou fragmentos (*patch*) que informam sobre o uso da terra, 98 manchas indicam uma área total ocupada pelo processo minerário e 29 fragmentos correspondem à área ainda não ocupada pelo processo minerário.

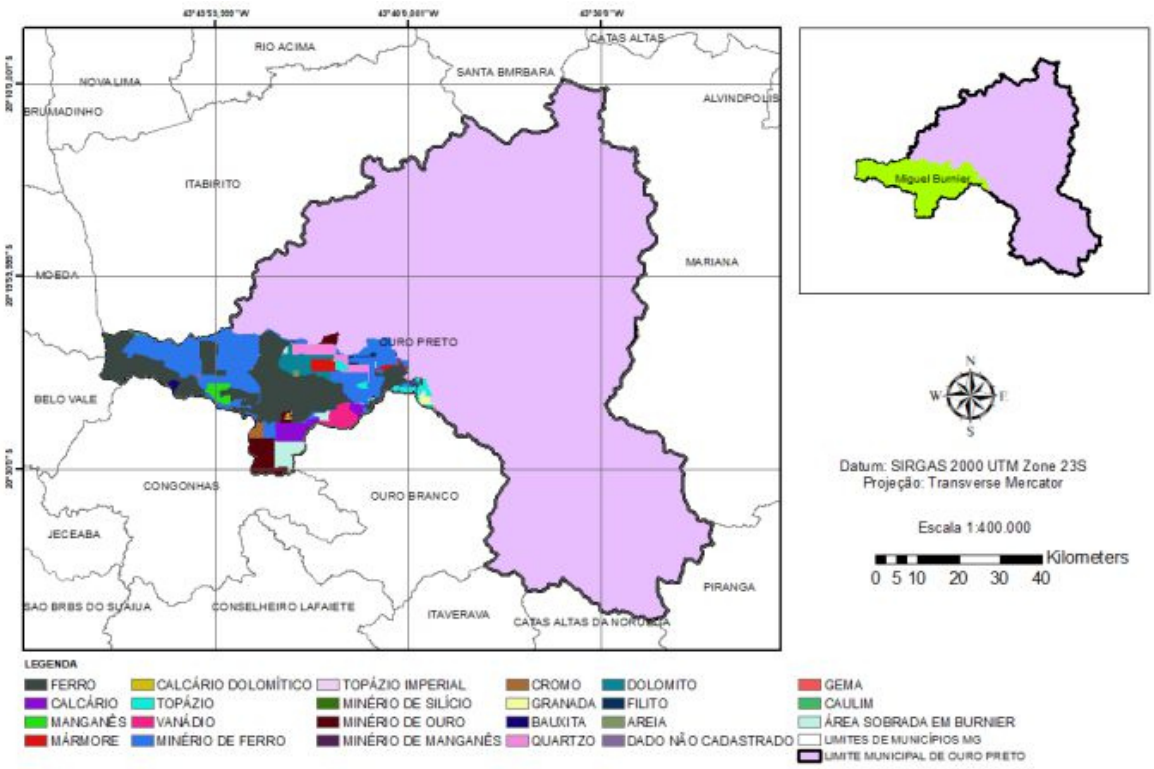


Figura 52 – Mapa referente ao processo de mineração especificamente no distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2017.

Essas informações indicam que apenas 3,4% do território total do distrito ainda não possui interesse mineral, ou seja, 6 km^2, de modo que estão incluídas nessa porcentagem as áreas integrantes ao Parque Estadual da Serra do Ouro Branco e a Área de Proteção Especial Veríssimo, que representam grande parte desse valor. Ainda, observa-se que o mineral predominante na área de Miguel Burnier é o minério de ferro, seguido de outros minerais não menos relevantes e valiosos, como o ouro, manganês, cromo, vanádio, quartzo, calcário, topázio e mármore.

Os minerais metálicos são recursos naturais não renováveis e o ferro é um dos recursos minerais mais abundantes encontrados na crosta terrestre, sendo utilizado como insumo básico no setor industrial. O Brasil possui a sexta maior reserva de minério de ferro do mundo, além de ser o segundo maior produtor de minério de ferro. Os principais estados produtores são Minas Gerais (71%) e Pará (6%).[316]

[316] *Cf*. AKINRULI, Samuel Ayobami. *Geoprocessamento para a análise das dinâmicas geoespaciais e temporais do patrimônio cultural do distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais*. Monografia (Especialização em Geoprocessamento), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

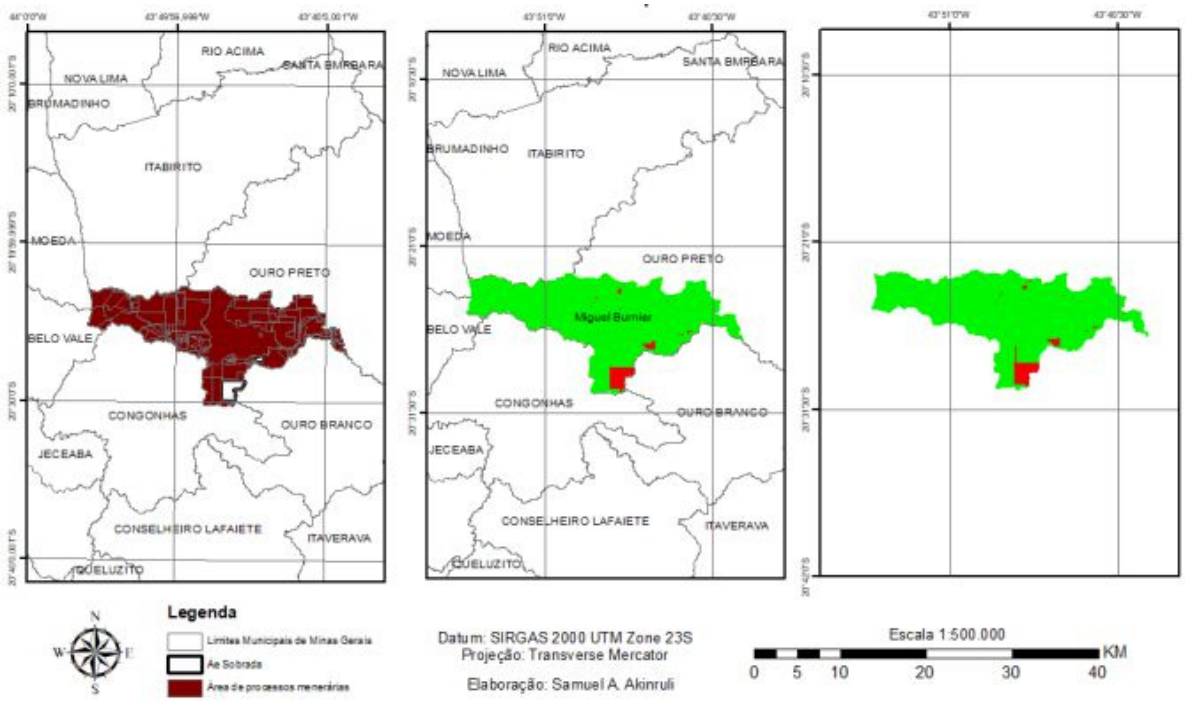


Figura 53 – Mapa referente ao processo de mineração no distrito de Miguel Burnier, tendo em vermelho as área que ainda não possuem interesse minerário (apenas 3,4% do território do distrito). Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2017.

É preciso ponderar que a ampliação dos interesses minerários em Miguel Burnier dialoga de forma mais abrangente com um contexto de expansão minerária experienciado no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero e que reflete a expansão das fronteiras da indústria extrativa mineral na própria América Latina, e que é pressionado pela balança comercial brasileira dependente dos *commodities* do minério de ferro e, portanto, vulnerável às suas voláteis variações de preço no mercado internacional.

Recentemente, houve um último superciclo das *commodities*, "caracterizado, no caso do minério de ferro, por um comportamento de *boom* (2003-2011) e de pós-*boom* (iniciado em 2012)", o que corresponde, em grande medida, ao momento de instalação e desenvolvimento do empreendimento da Gerdau S. A. em Miguel Burnier, promovido em certa medida pelas facilidades políticas decorrentes de promessas de campanha e que também dialoga com a situação de maior intervenção do Ministério Público Estadual como mediador dos conflitos ambientais ali vividos.[317]

> A análise do comportamento do preço do minério de ferro é particularmente relevante para a economia brasileira, uma vez que existe uma intrínseca relação entre a extração do minério de ferro no país e sua inserção comercial no mercado global. O início da exploração de minério de ferro em larga escala, nos anos 1940, no Quadrilátero Ferrífero, somente foi possível pela necessidade dos Aliados por minério de ferro durante a Segunda Guerra

[317] MILANEZ, Bruno. Boom ou bolha? A influência do mercado financeiro sobre o preço do minério de ferro. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. S2, 2017, p. 2.

> Mundial. A partir de um esforço concentrado de construção de infraestrutura e da expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), nos anos 1960, o Brasil já era responsável por 7% das exportações globais de minério de ferro; esta participação aumentou para 25% nos anos 1980 e se estabilizou em torno de 30% depois dos anos 1990, consolidando o país como segundo maior exportador de minério de ferro do mundo, atrás apenas da Austrália (...).
> Acompanhando o recente *boom* das *commodities*, o minério de ferro tornou-se um dos carros-chefes da pauta exportadora brasileira. Entre 2003 e 2011, o ferro correspondeu, em média, a 8,5% do valor total exportado pelo Brasil, chegando ao máximo de 16,3% (...). Assim, a balança comercial do país é estruturalmente dependente do minério de ferro, sendo consideravelmente vulnerável à volatilidade do seu preço.[318]

A última edição de uma das revistas de maior referência entre os que atuam no mercado mineral traz em seu editorial a chamada "Pós-ciclo de baixa 2010-15, mineração fortalece nova cultura de custos", tendo como única foto de página e ao lado do título uma casa destruída pela lama do crime de Mariana sobre a legenda "Dois anos depois da tragédia de Mariana e a indústria segue pagando o ônus". Para o pensamento corporativista hegemônico, "manter a licença social para uma 'mineradora operar' continua a ser um desafio colossal", de modo que "essa consciência", além de precisar "permear todos os escalões da empresa", necessita cumprir "escrupulosamente o que a legislação exige, em termos ambientais", o que segundo eles "já não basta perante a opinião pública". "Fazer sistematicamente a mais é visto hoje como obrigação." Compondo a nota, ao fim é informado que o governo anuncia apoio para atrair mais investimentos para mineração, de modo a aumentar os *royalties*.[319]

Esse segmento expressa de forma cabal os discursos e a forma de resolução dos licenciamentos ambientais no Brasil no contexto atual, cujos procedimentos são considerados meras burocracias de um governo que quer manter um Estado forte e controlador, criminalizando a luta pelos direitos sociais. Contudo, na prática, longe das falácias das palavras e de uma imaginação que deseja confundir a realidade, evidencia-se cada vez mais o direcionamento para uma única racionalidade que impõe uma determinada visão sobre o desenvolvimento nacional, pautado em uma situação de injustiças ambientais. É, pois, uma nova roupagem para o colonialismo transvestido do modelo neoextrativista, retomando promessas antigas e nunca cumpridas de fazer o bolo crescer para depois reparti-lo. Esse modelo apresenta diversas contradições que

[318] *Idem*, p. 10-11.
[319] In: MINÉRIOS & MINERALES. São Paulo, ano XL, n. 391, out./nov. 2017, p. 06. Disponível em: <http://revistaminerios.com.br/wp-content/uploads/MM391_final.pdf>.

fundamentalmente expõem os impactos sociais negativos em âmbito local, frente às promessas de distribuição de riquezas e redução dos problemas sociais.

> Os danos da mineração são sentidos principalmente nos municípios e localidades onde os empreendimentos são instalados, sendo observados aí seus efeitos mais danosos ao ambiente – nas suas dimensões físicas (clima, qualidade do ar, relevo, solo e água), biológicas (fauna e flora) e sociais (econômicos e culturais). O aparato estatal-empresarial atua nesse tipo de empreendimento como agente expropriador e desestruturador de paisagens, biodiversidades, territórios, formas de organizações sociais tradicionais e identidades.[320]

Nessa mesma revista, há diversos *rankings* que posicionam de forma efetiva as empresam que atuam no mercado de mineração no Brasil, baseadas na produção de toneladas por ano do ROM (*run of mine*, que seria, basicamente, o material saído da mina originário das lavras). Impressiona o fato de o Estado de Minas Gerais aparecer na primeira posição em relação à distribuição das duzentas maiores minas do Brasil, já que aqui existem cinquenta delas. Minas Gerais desponta nesse *ranking* e deixa transparecer o lugar de interesse que ocupa no cenário nacional.[321]

Já no *ranking* geral por produção anual em toneladas, a mina denominada Minas Itabirito (G2) da Vale, que inclui a mineração de ferro estabelecida em Miguel Burnier, ocupa a 5ª colocação, produzindo 55.927.475 ROM e tendo como produto final 40.100.000 toneladas. Por sua vez, a mina de Várzea do Lopes (G2), em Itabirito, de propriedade da Gerdau, aparece na 18ª posição, tendo produção de ferro estimada em 9.055.00 ROM. A mina de Miguel Burnier (M3) da Gerdau ocupa a 136ª posição, com produção de minério de ferro em torno de 428.000 ROM.

No entanto, analisando o *ranking* por produção de substância baseada por ROM (t/ano), visualiza-se que no contexto da mineração de ferro a mina de Miguel Burnier se encontra na 21ª posição, apenas dois lugares acima do último colocado, o que concede uma amplitude dos caminhos a serem trilhados pela empresa para subir os degraus de

---

[320] FONSECA, Graziano Leal. A mineração como atividade desestruturadora das regiões-alvo: o Norte de Minas como uma nova fronteira mineral. *CONINTER 3*, Salvador, v. 12, n. 3, out. 2014, p. 519.

[321] Esses dados são baseados, em grande medida, nas informações apresentadas no formulário denominado “Relatório 20-F”, que se trata de um relatório padronizado pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) e que deve ser apresentado anualmente por todas as empresas estrangeiras com ações negociadas nas bolsas de valores nos EUA. Nesse relatório temos a informação, por exemplo, de que o total do passivo e do patrimônio líquido da Vale no ano de 2017 foi de $99.184.000,00 (quase cem milhões de dólares). A Gerdau no mesmo período contabilizou a soma dos ativos e passivos totais em suas operações no Brasil $26.644.210,00 e, de forma consolidada com outras partes de suas empresas no mundo, somam-se $76.709.581,00 (quase oitenta milhões de dólares). *Cf.* <http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/20f/20FDocs/Vale_20F_2017_p.pdf>; <http://gerdau.infoinvest.com.br/enu/7523/2017%20-%2020F%20Final%20arquivado%20na%20SEC.pdf>.

sua produção nacional. Nesse *ranking* a Vale aparece ocupando os cinco primeiros lugares em relação à mineração de ferro no Brasil.

Distribuição das 200 Maiores Minas por Estado
200 Largest Mines distribution per state in Brazil

ESTADO *STATE*	QUANTIDADE *NUMBER*	ESTADO *STATE*	QUANTIDADE *NUMBER*
Amapá	1	Paraíba	2
Amazonas	1	Paraná	14
Bahia	9	Pernambuco	1
Ceará	3	Rio de Janeiro	3
Distrito Federal	2	Rio Grande do Norte	2
Espírito Santo	3	Rio Grande do Sul	11
Goiás	14	Rondônia	1
Maranhão	1	Santa Catarina	13
Mato Grosso	4	São Paulo	44
Mato Grosso do Sul	6	Sergipe	2
Minas Gerais	50	Tocantins	3
Pará	17	-	-

TOTAL: 207

Figura 54 – Distribuição, por estado, das duzentas maiores minas do Brasil, baseadas por ROM (t/ano). Fonte: *Minérios & Minerales*, 2017, p. 14.

Classificação das 200 Maiores Minas por ROM (t/ano)
200 Largest Mines' class according to ROM (ton/year)

Porte das minas *Mines' Size*	Classes *Class*	Maior que ROM *over*	Menor ou igual a ROM *lower or equal to*	Total de minas no ranking (base 2016) *Number of mines ate the rank (basis 2016)*
Grandes *Large*	G2	3.000.000		**38**
	G1	1.000.000	3.000.000	**45**
Médias *Medium*	M4	500.000	1.000.000	**42**
	M3	300.000	500.000	**19**
	M2	150.000	300.000	**27**
	M1	100.000	150.000	**4**
Pequenas *Small*	P3	50.000	100.000	**11**
	P2	20.000	50.000	**11**
	P1	10.000	20.000	**4**
Abaixo de 10.000 t/ano *Fewer THAN 10.000 t/year*				**6**
Total de Minas *Total number*				**207**

Figura 55 – Classificação das duzentas maiores minas no Brasil, baseadas por ROM (t/ano)**.** Fonte: *Minérios & Minerales*, 2017, p. 14.

POSIÇÃO *Position*	NOME DA MINA *Mine*	LOCALIZAÇÃO *Location (city & state)*	MINERADORA *Company*	ROM (t) / ANO BASE 2016 *Production ROM (t) 2016*	MOVIMENTAÇÃO TOTAL EM 2016 *Volume moved 2016*	PRODUTO FINAL 2016 *Final production 2016*	CLASSE DE MINA *Mine class*
			FERRO (Iron)				
1	Serra Norte	Parauapebas - PA	Vale	150.366.492			G2
2	Itabira	Itabira - MG	Vale	67.338.709			G2
3	Minas Centrais	São Gonçalo do Rio Abaixo - MG	Vale	60.502.958		40.900.000	G2
4	Minas Itabirito	Itabirito - MG	Vale	55.927.475		4.100.000	G2
5	Vargem Grande	Nova Lima - MG	Vale	44.992.295		29.200.000	G2
6	Casa de Pedra	Congonhas - MG	Companhia Siderúrgica Nacional CSN	38.882.473			G2
7	Mina do Sapo	Conceição do Mato Dentro - MG	Anglo American	37.075.286		16	G2
8	Mariana (Alegria; Fábrica Nova e Fazendão)	Mariana - MG	Vale	31.767.337		28.400.000	G2
9	Paraopeba	Nova Lima - MG	Vale	27.528.675		26.400.000	G2
10	Várzea do Lopes*	Itabirito - MG	Gerdau Açominas	9.055.000			G2
11	Pau Branco*	Brumadinho - MG	Vallourec	6.000.000			G2
12	Oeste	Itatiaiuçu - MG	Mineração Usiminas	5.579.052	11.390.336	2.751.137	G2
13	Ferro +	Ouro Preto - MG	J.Mendes	4.675.121			G2
14	Serra Leste	Parauapebas - PA	Vale	4.246.713		4.200.000	G1
15	Serra Azul	Itatiaiuçu - MG	ArcelorMittal Mineração Serra Azul	2.714.000			G2
16	Corumbá	Corumbá - MS	Vale	2.571.041		1.900.000	G2
17	Central*	Itatiaiuçu - MG	Mineração Usiminas	2.298.000			G1
18	Mina Monjolinho	Corumbá - MS	Vetorial Mineração	1.746.622			G1
19	Andrade	Bela Vista de Minas - MG	ArcelorMittal Mineração Brasil	1.500.000			G2
20	Posse*	Caeté - MG	Crusader do Brasil	588.208			M4
21	Miguel Burnier*	Ouro Preto - MG	Gerdau Açominas	428.000			M3
22	Serra Sul	Parauapebas - PA	Vale	400.000			M3
23	Mina Morro dos Coelhos	Desterro de Entre Rios - MG	J. Mendes	136.204			M1

Figura 56 – *Ranking* por produção de substância baseada por ROM (t/ano).
Fonte: *Minérios & Minerales*, 2017, p. 18.

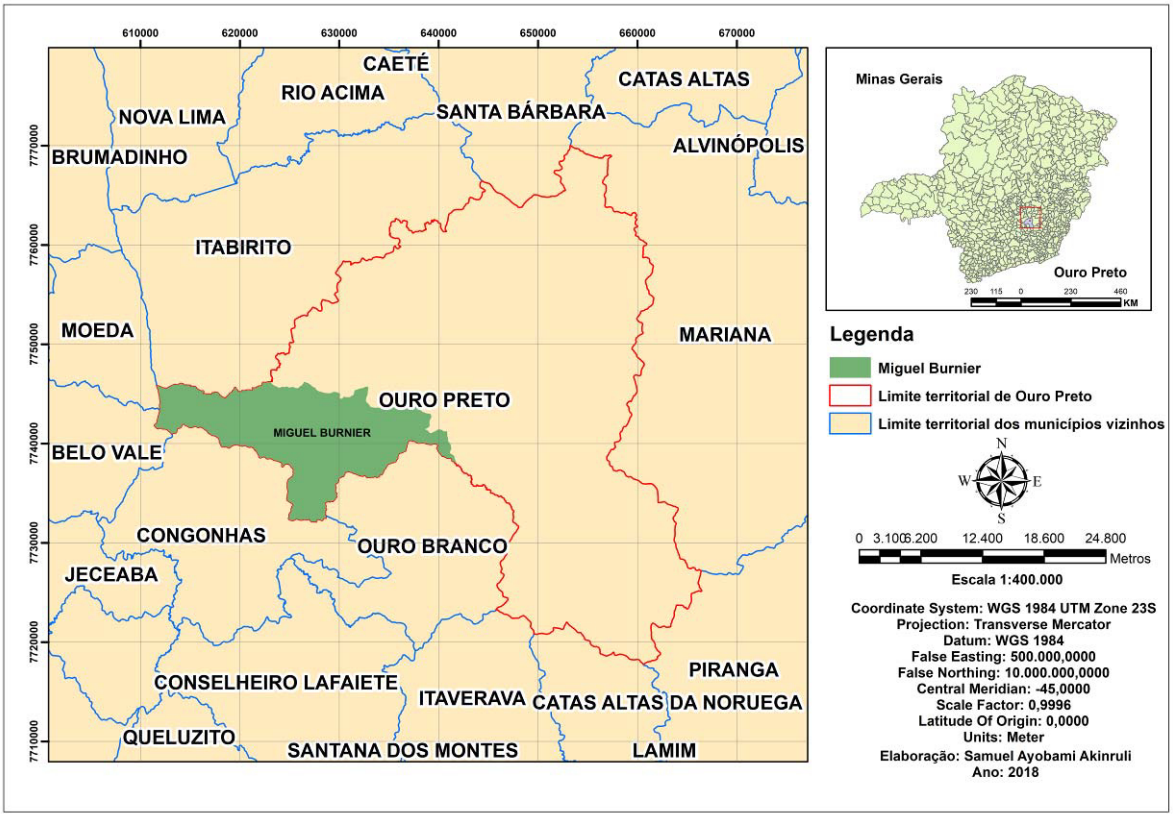


Figura 57 – Miguel Burnier em relação aos municípios vizinhos a Ouro Preto.
Elaboração: Samuel A. Akinruli – 2018.

Miguel Burnier é alvo. Limitado pelas margens da BR-040, o distrito integra o Viaduto das Almas, sendo limitado a norte pelo Ribeirão Mata-Porco, que divide Ouro Preto com o município de Itabirito, no distrito de São Gonçalo do Bação. O Ribeirão Mata-Porco é formado pelo Ribeirão do Silva e Ribeirão da Prata e pelo Córrego das Almas, deságua no Rio Itabirito, sendo afluente direto do Rio das Velhas e integrante da Bacia do Rio São Francisco. Nessa porção de terras do Sinclical da Serra da Moeda, além do grande volume de nascentes de águas, desenvolvem-se atividades minerárias da Vale na famosa Mina do Pico-Fábrica, da Gerdau com a Mina Várzea dos Lopes, da MSM Mineração Serra da Moeda, da CSN, da Namisa. Pouco à frente e do lado oposto da BR-040, em terrenos pertencentes ao município de Congonhas, no entorno do distrito de Pires, desenvolvem-se atividades minerárias da Ferro + Mineração.



Figura 58 – Cinturão verde na BR-040, tendo à direita a mineração da Vale S. A. – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 59 – Estrada municipal de acesso a Miguel Burnier a partir de BR-040 – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.

O extremo sul do distrito de Miguel Burnier, por sua vez, faz divisas de terras com o município de Congonhas, pelo distrito de Lobo Leite, e com o município de Ouro Branco, na confluência do Ribeirão Colônia, que forma o Lago Soledade, às margens da MG-030, e nos contrafortes da Serra de Ouro Branco, nas paragens do Rodeiro e que em outros tempos era chamada de Serra do Deus-te-Livre. Certamente a sua altura deveria ser transposta com muito empenho pelos viajantes do século XVIII. Além do Parque Estadual da Serra do Ouro Branco, ali existem as instalações da Patrag (Vale), um pátio de transbordo de granéis que ruma para a Usina Siderúrgica de Ouro Branco (Usina Presidente Artur Bernardes), de propriedade da Gerdau, e a atualmente desativada Mineração Lagoa Seca (Ima Industria de Madeira Imunizada Ltda.), que extraía dolomito, importante fonte de magnésio, sobretudo para a fabricação de materiais refratários.



Figura 60 – Vista da MG-030 na altura da Patrag, a partir da Pedra Cigana, tendo ao fundo e indicado o Lago Soledade – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 61 – Vista do Lago Soledade e da Serra de Ouro Branco, com um segmento da MG-030, tendo ao fundo e indicado o distrito-sede de Ouro Branco – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

No sentido sul-sudeste, as terras de Miguel Burnier e de Ouro Preto se divisam com o município de Ouro Branco, em uma vastidão de terras altas e de ocupação bastante antiga. Dos tempos coloniais, restam os topônimos que apontam a região de São Julião, Rodeio, Chiqueiro, Morro de São Gabriel, rumando para o Capão do Lana, terras atualmente limítrofes ao distrito de Rodrigo Silva e a Dom Bosco, sendo o último uma comunidade pertencente ao distrito de Cachoeira do Campo, Ouro Preto. Região que desde o século XVIII possui exploração de topázio imperial, uma espécie rara dessa pedra preciosa, e que atualmente é minerado pela empresa Topázio Imperial Mineração Ltda. nos arredores da antiga estalagem do Capão do Lana, sendo a maior mina a céu aberto do mundo de exploração de topázio.[322]

Esse trecho, um descaminho antigo da Estrada Real, foi citado por diversos viajantes e certamente era o seguimento usado para ligar tais áreas rurais de Ouro Preto à vila. A família do inconfidente Álvares Maciel certamente empregava tal trajeto para sair da Fazenda dos Caldeirões até a sua Chácara Boa Vista, casa localizada nos arrabaldes da Vila de Ouro Preto, que atualmente sedia o Museu Casa dos Inconfidentes, localizado no alto do Morro do Cruzeiro. Pelo caminho, além da parada na estalagem em Capão do Lana, era possível fazer uma visita à Capela de Santa Quitéria, local de batismo do inconfidente, também conhecido por Capela da Boa Vista. Dali, continuavam viagem rumo à sede de Ouro Preto pela estrada que saía para Saramenha.[323]

---

[322] RIBEIRO, Eloisa. Majestade Consagrada. *Revista Mineração & Sustentabilidade*, p. 50-51, mai./jun. 2012. Disponível em: <http://www.topazioimperial.com.br/paginarevistaFull.jpg>.

[323] "Em direção às minas, e seguindo pelo antigo traçado do Caminho Velho, alcançava-se a região das minas nas cabeceiras do rio das Velhas, segundo o seguinte roteiro: 'Logo que se sahe de S. João se



Figura 62 – Capela de Santa Quitéria – Rodrigo Silva, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Abr. 2018.



Figura 63 – Chácara da Boa Vista com vista para a sede – Distrito-sede, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 64 – Estrada da Capela de Santa Quitéria para Saramenha, atualmente erodida – Rodrigo Silva, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Abr. 2018.



Figura 65 – Estrada para acesso à Chácara da Boa Vista, cujo asfaltamento feito em 2013 é motivo de inquérito no MPMG – Distrito-sede, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

---

passa em Canoa o Rio das Mortes (se não quer passar na ponte, de que se paga quarenta reis) e se vay ao Callanday [Carandaí], Cataguazes, Camapoan, Carijós, Macabello, Ouro Branco, Pé do Morro, Alto do Morro, Pouso do Chiqueiro, Capão do Lana, José Correa [Rodrigo Silva], Boa Vista, Três Cruzes, Tripuí e Vila Rica'. Após contornar a Serra-Deus-Te-Livre, ou Serra de Ouro Branco, o Caminho Velho alcançava Villa Rica após várias semanas de viagem. (...) Com o tempo, o Caminho Velho, ao atingir São João Del Rei, desviou-se da direção da Borda do Campo e de Ouro Branco, seguindo para Lagoa Dourada, Camapuan, Suassui [Suaçuí], Congonhas, São Julião, Rodeio, Pouso do Chiqueiro, Capão do Lana, José Correa [Rodrigo Silva], Boa Vista, Três Cruzes, Tripuí, para então atingir Vila Rica, pela Rua das Cabeças. Esta opção, situada à esquerda do Caminho Velho ou do Meio surgiu como uma outra via, conhecida como Caminho de Cima. Esse caminho corria paralelo e a oeste do antigo traçado já consolidado em fins do século XVII e permitia ao viajante não só alcançar mais rapidamente a região de Congonhas e as regiões de Ouro Preto e Ribeirão do Carmo, bem como evitar a difícil passagem pela Serra do Deus-Te-Livre, na região de Ouro Branco (...). A partir do Pé da Serra, seguia em direção a Alto do Morro e Lavrinha. Ao contrário deste, o trecho de estrada Ouro Branco – Itatiaia – Ouro Preto só foi construído em meados do século XIX (Estrada da Corte)". COSTA, Antônio Gilberto. As Estradas Reais para as Minas na Cartografia Histórica do Brasil. In: *A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa*. Programa Rumys – Projeto Estrada Real. Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq/CYTED, 2009, p. 14-15.

Esse caminho colonial não foi asfaltado, mas, paralelamente, a linha férrea foi instalada de modo a ligar Miguel Burnier à sede de Ouro Preto e, assim, ao Rio de Janeiro a fim de aproveitar alguns seguimentos do antigo percurso. Tempos diferentes estes, tempos áureos para a geração de adultos e idosos ainda hoje moradores de Burnier, que relatam que poderiam chegar à sede em 1h40, diferentemente da atual realidade de se levar 3h para se chegar à sede, com diversas baldeações se for de ônibus, ou 1h30 se for de carro em estradas de terra bastante deterioradas. “Tudo chegava a Miguel Burnier”: este era o entroncamento das linhas que ligavam o centro do mundo de Minas – Ouro Preto e Belo Horizonte – ao Rio de Janeiro ou à Bahia.

Eram tempos em que se vislumbrava a riqueza da sede urbana, com suas casas construídas ao longo da linha férrea, perto do armazém dos portugueses da família Gonçalves, fundadora da sede urbana de Burnier, com prateleiras repletas de produtos importados a que muitos, “nem da capital de Minas” Belo Horizonte, tinham acesso com facilidade nos dois armazéns de Burnier. A variedade de cortes de tecidos nobres, os artigos de decoração exóticos vindos do oriente e os camarões enlatados certamente exprimiam a relação com a ferrovia em tempos de ode à modernidade. Tudo era novo, era moderno em Miguel Burnier. A ferrovia trouxe moradores e a Usina Wigg consolidou a esperança depois das sombras deixadas pelas promessas da Inconfidência Mineira.



Figura 66 – Estação Ferroviária de Miguel Burnier vista a partir da torre do Santuário do Sagrado Coração de Jesus, [déc.1960]. Acervo: Coleção Particular Marcos Randolfo.



Figura 67 – Estação Ferroviária de Miguel Burnier vista a partir da torre do Santuário do Sagrado Coração de Jesus, [déc.1990]. Acervo: Coleção Particular Marcos Randolfo.

A leste, o distrito de Miguel Burnier se confronta com outros distritos ouro-pretanos: Cachoeira do Campo e Amarantina, e a nordeste, com Santo Antônio do Leite. A norte, o distrito de Engenheiro Correia é um caminho obrigatório para o acesso a Burnier vindo de Itabirito, enquanto a noroeste, já nos rumos da BR-040, as terras se confundem em um território de interstícios das mineradoras Vale, Namisa e Gerdau: ao cidadão comum, não se sabe ao certo onde começam e onde terminam as terras mineradas. São cenários de confrontos produzidos a partir das situações de licenciamento ambiental, revelam na disputa pelo território e pelo poder de seu uso e ocupação o direito de lhe definir o significado dos lugares. Miguel Burnier está nas bordas, em região fronteiriça, nos limites, o que gera conflitos de mapas, de gestão pública, de visibilidades.[324]

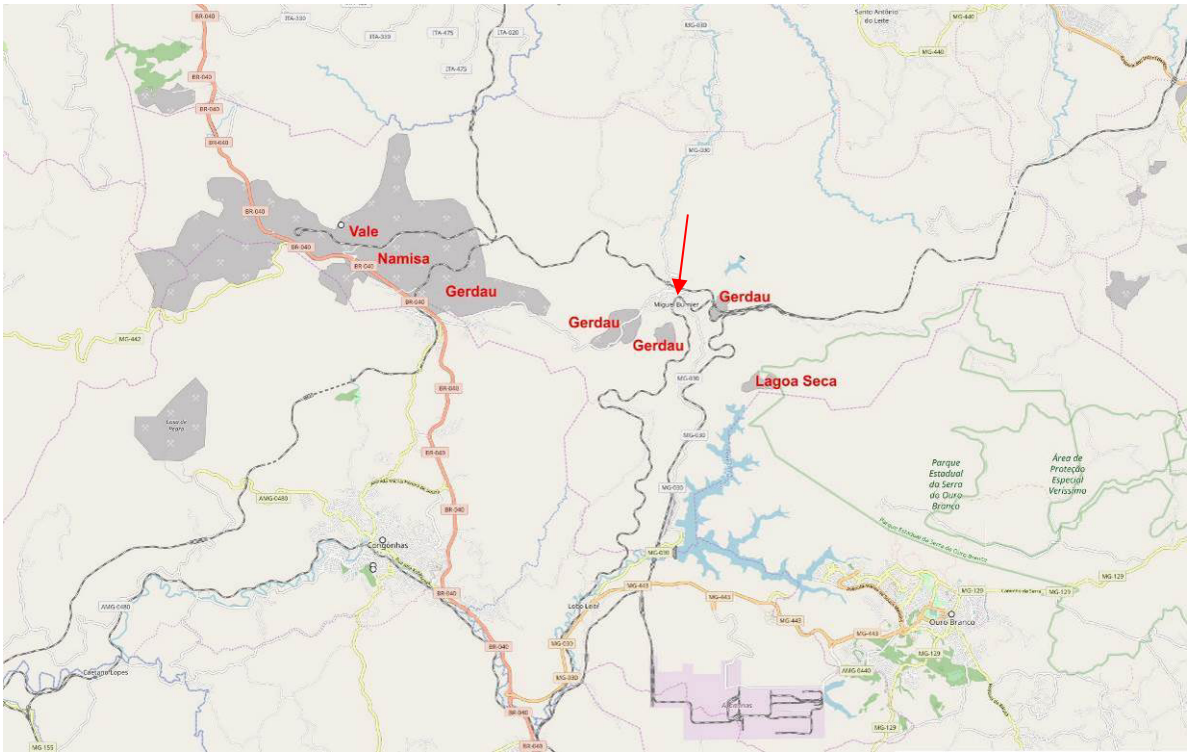


Figura 68 – Abrangência da área de pesquisa, tendo a indicação da sede de Miguel Burnier. As manchas cinzas nomeadas apresentam as áreas de lavra no distrito. Fonte: Recorte feito a partir de http://www.infopatrimonio.org/.

Os direitos de pesquisa mineral se sobrepõem, nessas áreas, ao direito de propriedade da terra, de modo que correspondem e facilitam os processos minerários, já que tanto o direito de pesquisa da área quanto o direito de superfície são personificados em uma única identidade jurídica, sendo ao mesmo tempo explorador e proprietário. Simplifica-se, assim, o intercâmbio entre o direito de propriedade do solo com as licenças e alvarás de

[324] *Cf.* SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v. 9, n. 1, p. 96-109, jan./abr. 2017.

pesquisa minerária, já que proprietários e superficiários são um só, na maioria das vezes, e/ou possuem os mesmos interesses de exploração minerária nas terras. Dessa perspectiva, é o empreendimento que reorganiza o território, restringindo os usos e ocupações do solo, (re)batizando topônimos em nome do interesse nacional.

É evidente que informações privilegiadas a partir das pesquisas feita pelo DNPM rascunham, investigam, prospectam e esquadrinham os terrenos de grande volume de minérios. Esses estudos são feitos há séculos.[325] De acordo com estudos geológicos realizados em 1934 por Luciano de Morais, Fernando Lacourt e Otávio Barbosa, entre as principais reservas de minério de ferro existentes no Estado de Minas Gerais, cujos depósitos foram estimados em toneladas, Miguel Burnier já se destacava em quinto lugar em um contexto total de 15 bilhões de toneladas de minério de ferro.[326] Em grande medida, tais jazidas correspondem aos primeiros lugares ocupados no *ranking* anteriormente publicano pela revista *Minérios & Minerales* (2017).

Tabela 16 – Projeção em toneladas feita no ano de 1934, sobre as reservas de minério de ferro presentes no Estado de Minas Gerais.

DEPÓSITOS	RESERVAS (EM TONELADAS)
Itatiaiuçu até Pico Belo Horizonte	3.200.000.000
Itambé até Morro do Pilar e Ferrugem	3.000.000.000
Santa Rita Durão e Pitangui	1.500.000.000
S. Vicente e S. Gonçalo	1.400.000.000
Burnier e Ouro Preto	1.000.000.000
Cauê, Conceição e Esmeril (Itabira)	1.000.000.000
Morro Agudo até Monlevade	1.000.000.000
Serra da Piedade e Lapa	640.000.000
Serra da Moeda	640.000.000
Cacunda (hematita) Antônio Dias, etc.	500.000.000
Itamarandiba e Candonga	500.000.000
Serra do Pico (Itabirito)	320.000.000
Mutuca até Morro Grande	300.000.000
TOTAL	**15.000.000.000**

Fonte: MORAIS, 1942, p. 247.

[325] Citam-se os principais geólogos e mineralogistas que pesquisaram e deixaram textos sobre a região, a saber: Von Eschwege (1822-1833); Paul Ferrand (1855-1895); Gorceix (1877-1891); Derby (1874-1912); Scott (1900); Freyberg (1932, 1934); Grosse *et alli* (1937-1940); Barbosa (1949). *Cf*. GUILD, Philip W. *Geology and Mineral Resources of the Congonhas District Minas Gerais, Brazil*. Washington: United States Government Printing Office, 1957.

[326] *Cf*. MORAIS, Geraldo Dutra de. *História de Conceição do Mato Dentro – Fonte de Saudade*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942.

Em 1946 se iniciaram várias pesquisas de cooperação entre o Departamento Nacional de Produção Mineral do Brasil e o Departamento de Pesquisa Geológica do Ministério do Interior dos Estados Unidos, que resultaram em uma vasta produção de estudos que incluíam mapas geológicos bastante detalhados, dividindo a região do Quadrilátero Ferrífero em quadrantes ainda mais detalhados. Coisa inédita e preparada sob os auspícios da Agência Internacional de Cooperação Administrativa do Departamento de Estado dos Estados Unidos, contando com a ajuda do Dr. Gil Guatimosim, da Companhia de Mineração Usina Wigg. Vários testes químicos presentados no artigo haviam sido feitos na Usina Wigg. O território, fundamentalmente de Minas Gerais no Quadrilátero Ferrífero, foi detalhadamente estudado e descrito.[327]

> Manganese ores are widespread and were formerly mined extensively. Total production has probably been more than 500,000 tons, largely from the Miguel Burnier (Sao Julião) area. (…)
> It has long been known that Brazil has very large reserves of high-grade iron ores, but because these deposits were remote from world markets and because abundant reserves were more accessible elsewhere in the world, (…).
> The enormous increase in consumption of iron ores throughout the world and the rate of depletion of other sources led to a joint undertaking in 1946 by the U. S. Geological Survey and its Brazilian counterpart, the Departamento Nacional da Produção Mineral, for the investigation of the most important of the Brazilian iron deposits, those occurring in the central part of the state of Minas Gerais (…).
> As the name implies, mining, particularly for gold and diamonds, first attracted settlers to the country. Agriculture is now the principal livelihood of the people, however. Gold and diamond mining continues on a reduced scale, but iron ores give promise of restoring the state to its former prominence as a mineral producer.[328]

Interessante comparar que a estimativa de 500.000 toneladas já exploradas em São Julião ao longo dos séculos até o ano de 1957 equivale a apenas um ano de produção da mina de Miguel Burnier, segundo os dados publicados pela revista *Minérios & Minerales* (2017). Os estudos geológicos feitos serviram como previsões

---

[327] *Cf*. GUILD, 1957; JOHNSON, Robert F. *Geology and Ore Deposits of the Cachoeira do Campo Dom Bosco, and Ouro Branco Quadrangles Minas Gerais, Brazil*. Washington: United States Government Printing Office, 1962.

[328] Tradução da autora: “O minério de manganêz está disperso e foi formalmente minerado extensivamente. A produção total tem provavelmente mais que 500 mil toneladas, largamente originárias da área de Miguel Burnier (São Julião). (...)
Isto tem levado ao conhecimento de que no Brasil existem grandes reserva de jazidas de minério de alta concentração, porque esses depósitos são distantes do mercado mundial e porque as reservas abundantes são mais acessíveis em outros lugares do mundo, (...).
O enorme aumento do consumo de minério de ferro pelo mundo inteiro e o nível de esgotamento de outras fontes resultou em um conjunto de empreitadas em 1946 do U. S. Geological Survey e seu parceiro brasileiro, o Departamento Nacional da Produção Mineral, para investigar a mais importante das jazidas de ferro que ocorrem na parte central do Estado de Minas Gerais (...).
Como o nome implica, mineração, particularmente de ouro e diamentes, que primeiramente atraíram colonos para o país. A agricultura é agora a principal fonte de subsistência da população, então. A mineração de ouro e de diamentes continuou em escala reduzida, mas o minério de ferro concede promessas de restauração da antiga proeminência do estado na proução mineral”. GUILD, 1957, p. 2.

científicas sobre o futuro dessa região, mas, fundamentalmente, da postura subalterna e colonizada do modelo de extrativismo mineral no Brasil: o minério de ferro seria a promessa de restaurar o país à sua antiga proeminência como produtor mineral.

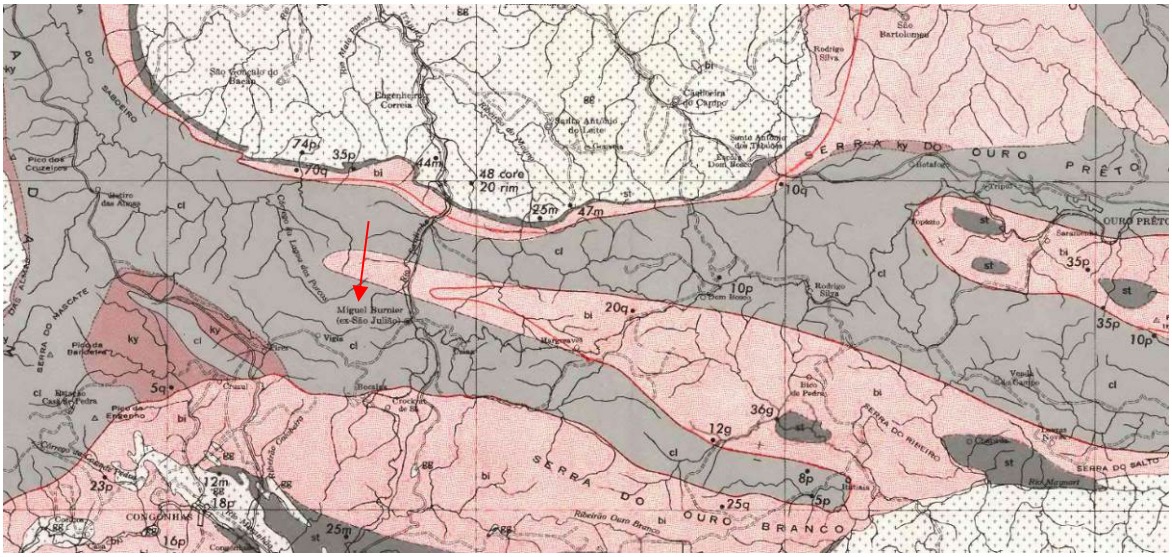


Figura 69 – Mapa intitulado “Metamorphic rocks of the Quadrilatero Ferrifero, Minas Gerais, Brazil”, com destaque para o distrito de Miguel Burnier.
Fonte: Recorte a partir de JOHNSON, 1978.[329]

Uma rara fotografia de Miguel Burnier foi publicada em um livro alemão de 1937. Com o título “Brasil”, a obra publicada em cinco idiomas (português, alemão, espanhol, inglês e francês) expõe fotografias de estados de acordo com a seguinte rota: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. O preâmbulo do álbum explica que a

> escolha das fotografias que ornam este livro obedeceu a duas ordens de considerações: o esplendor panorâmico do paiz e as características ou peculiaridades que os assignalam. (...) Ao lado na Natureza brasileira, era mister revelar a pujança e o rythmo de progresso deste paiz, ainda novo sem

[329] As manchas indicam a dispersão de rochas e minerais especialmente associados baseada nas rochas metamórficas – que são provenientes de transformações sofridas pelos processos termodinâmicos como efeitos de variação de temperatura e pressão – a saber:
cl – chlorite zone (zona de clorito): em geral contém grande quantidade de mica associada, visualmente representados pela aparência brilhante, de ótima condutibilidade elétrica.
bi – biotite zone (zona de biotita): “mica ferro”, grupo das micas, composta por potássio, magnésio, ferro e alumínio, pode ser usado como isolante térmico.
gg – gneissic and igneous rocks (rochas gnáissicas e ígneas): rochas com grau elevado de metamorfismo.
ky – kyanite abundante (abundância de cianita): cristalização do silicato de alumínio de cor azul ou verde-clara formando pedras preciosas ou uso ligado como mineral refratário.
st – staurolite zone (zona de estaurolita): com proporções variáveis de ferro, manganês e zinco, seus cristais se apresentarem maclados, ou seja, com uma característica forma de cruz.

> duvida, mas que apresenta índices economicos tão notaveis quanto o esplendor natural.[330]

Fica explícita a sua função de divulgação do Brasil como um país moderno, cuja visualidade deixava entrever as ambiguidades entre a tradição e a modernidade. Na sequência de apresentação das fotografias – que se iniciam com a exuberâncias dos estados litorâneos a partir da capital Rio de Janeiro –, o Estado de Minas Gerais aparece após o Amazonas e Mato Grosso, no qual parcas imagens refletem as especificidades do interior do Brasil, com suas matas e sua população indígena. Minas é introduzido a partir de uma foto de "Burnier", seguindo para Belo Horizonte (2 fotos), São João del-Rei (4), Ouro Preto/sede (14), Congonhas do Campo (2), outros logradouros sem identificação (3), em movimento de dar foco aos patrimônios históricos e artísticos do barroco. Dali, a viagem promovida pela ordenação de fotos publicadas no livro segue para São Paulo e seus arranha-céus.



Figura 70 – "Burnier" nessa foto, tirada a partir dos arrabaldes do atual Santuário, a parte mais baixa se trata da área da linha férrea nas proximidades da Estação de Miguel Burnier. Fonte: FUSS, 1937, p. 250.

De autoria de Peter Fuss e lançado no ano de início da Primeira Guerra Mundial, o estranhamento da publicação de uma foto de Burnier em um álbum de fotografias internacional, sob o ponto de vista atual, promove a reflexão sobre a relevância de

[330] FUSS, Peter. *Brasil*. Berlin: Atlantis-Verlag, 1937, p. 7.

Burnier no cenário nacional em temporalidades distintas, com suas jazidas de ferro que prometiam grande prosperidade.[331] É relevante sublinhar que naquele momento havia investimento direto do capital alemão na indústria de ferro na região, o que se dava pela Companhia de Mineração de Ferro e Carvão (antiga Ferteco), proprietária da antiga Fazenda da Fábrica, local em que o barão de Eschwege fundou a Usina Patriótica.

Ainda, no trabalho etnográfico foi indicada a presença de um imóvel no distrito-sede de Miguel Burnier no qual foi relatado que "tem marcas dos alemães aqui ainda debaixo das tintas de muitas casas". Em um dos cômodos dessa casa, localizada na Rua Manoel Gonçalves, nº 30, que teve uma camada de pintura recente realizada a menos de 10 anos, existem representações nazistas no topo das paredes, próximo ao teto. Trata-se de imagens com tamanho de cerca de 50 cm, com símbolos aparecendo simultaneamente nas paredes de um cômodo (sala), de três em três – suástica, águia pronta para o ataque e o cão com a coleira de grampos no pescoço. Esse cômodo era uma sala de reunião da qual dizem que ninguém passava perto, na qual só entravam homens e que, quando ocorriam as reuniões, ficavam pessoas do lado de fora "guardando o local". Naquele tempo, nenhuma mulher participava ou jamais teria entrado nessa sala.

Descobriu-se que um alemão que viveu em Burnier era filiado ao partido nazista: tratava-se de Luiz Kuchenbecker, que na década de 1920 era administrador da Fazenda do Vigia e que a partir de 1932 obteve a concessão da exploração do restaurante da Estação Ferroviária de Burnier, quando também adquiriu ali o Hotel Macedo. Em 1947, trabalhou como agrônomo e silvicultor-chefe do reflorestamento da Usina Wigg S. A. Tem-se referências a uma coleta vegetal de um sabugueiro do mato, de procedência do Horto Florestal da Usina Wigg. S. A., possivelmente no ano de 1946, que atualmente consta do acervo do herbário do Jardim Botânico do Rio de

[331] Peter Fuss chegou ao Rio de Janeiro em 1933, tendo sido contratado como funcionário pelo *Deusche Überseeische Bank*. Ele era formado em direito e economia, tendo usado a fotografia como um importante recurso de registro sobre as riquezas do país. Fuss produziu alguns textos em revistas especializadas na Alemanha apresentando aspectos da história, da economia e da cultura do Brasil. A respeito de Minas Gerais, consta-se o artigo "Aus der Kolonialzeit von Minas Geraes. In: *Atlantis*, IX/8, 468, ag.1937". Parece ter sido esse estudo "importante fator no despertar de interesses de Francisco Curt Lange por Minas Gerais assim como na preparação da atenção europeia a questões relativas à arquitetura, às artes à música do passado colonial do Brasil". *Cf. Revista Brasil-Europa*, Revalorização da época do ouro no Brasil nas suas inserções em contextos histórico-culturais dos anos 30 – lembrando fotografias de Minas e do Rio de Peter Fuss (1904-1978), n. 157/3, 2015. Disponível em: <http://revista.brasil-europa.eu/157/Fotografias_de_Peter_Fuss.html>.

Janeiro. Ele deixou várias obras escritas em alemão, inclusive memórias sobre a região de Burnier.[332]

> Karl Reinhold Luiz (Louis) Kuchenbecker, também conhecido simplesmente por Luiz Kuchenbecker ou pelo pseudônimo de Elka Alvinópolis ou simplesmente Elka, nasceu a 1 de junho de 1897 em Brandenburg, na Prússia Oriental. Frequentou a "Löbenichtsche Oberrealschule" em Königsberg. Com 17 anos, alistou-se no exército como voluntário, tendo vindo a participar da Primeira Grande Guerra. Ao final da guerra, assumiu a função de inspector das propriedades do pai, o morgado Louis Kuchenbecker. Tornou-se também proprietário na Masúria. Seu retrato encontra-se no "Abstimmungsmuseum", sediado no Palácio Allenstein.
> Casou-se com Ella Grau em 1 de setembro de 1922, com quem acabou tendo cinco filhos: Paul, Christine, Carl, Luiz e Ernst. Logo em seguida, ainda em setembro desse mesmo ano, acossado pela inflação galopante na Alemanha, que lhe aniquilou a fortuna, emigrou para o Brasil. (...)
> Em 1934, acompanhou o Ministro Plenipotenciário alemão Dr. Schmidt-Elskop numa viagem de 14 dias por Minas Gerais. Em 1937, organizou a Exposição Regional Agrícola na cidade de Teófilo Ottoni, elogiada pelo governador Benedicto Valladares. Recebeu do presidente alemão von Hindenburg a "Cruz do Mérito da Cruz Vermelha" pelos serviços em prol da "germanidade" (das Verdienstkreuz des Roten Kreuzes für Deutschtumsarbeit).
> Filiou-se ao N.S.D.A.P. (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei), isto é, ao Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, vulgarmente conhecido como Partido Nazista, tendo sido "Stützpunktleiter des Stüpo Ouro Preto". Foi informante oficial do Ministério da Agricultura e fundador e dirigente do "Landessippenarchives Minas Geraes".
> Foi membro da "Liga dos Agricultores de Língua Alemã", da "Associação das Escolas Alemãs de Belo Horizonte", da "Federação 25 de Julho", da "Frente de Trabalho Alemã" (Deutscher Arbeitsfront). Trabalhou na firma Mannesmann na capital mineira.
> Tornou-se sócio do Instituto Hans-Staden em 1947. (...)
> Em artigo publicado no jornal Deutsche Nachrichten, de 26.08. 1954, intitulado "Zu Besuch bei Luiz Kuchencker", C. B. Ebner mostra-se encantado com a casa do escritor, rodeada de jardim florido à alemã, que a distingue das demais. Possui Kuchenbecker, segundo o articulista, uma vasta biblioteca e participa-lhe o escritor sua intenção de fundar o Instituto "Baron von Eschwege", onde deverá depositar todo o imenso material colhido e escrito sobre a imigração alemã no Brasil, particularmente sobre a presença de alemães e seus descendentes no Estado de Minas Gerais.
> Em reconhecimento pelas suas pesquisas e pela coleta de material sobre a imigração alemã em Minas Gerais, recebeu do cônsul alemão em Belo Horizonte, dr. Meyer-Labastille, em 1958, a "Verdienstorden der Bundesrepublik Deutschland am Band" (Ordem do Mérito da República Federal Alemã), comumente conhecida como a "Bundes-Verdienstkreuz", uma condecoração máxima criada pelo presidente alemão Theodor Heuss, em 7 de setembro de 1951. Em 10 de março de 1959, foi excluído do quadro social do Instituto Hans Staden por decisão da diretoria.
> Karl Reinhold Luiz (Louis) Kuchenbecker faleceu em Belo Horizonte a 22 de novembro de 1969.[333]

Burnier sempre esteve e continua na mira do capital internacional, cravado entre oeste da Serra da Moeda, a leste da Serra de Ouro Preto e ao sul da Serra do Ouro

[332] Programa REFLORA/CNPq. Disponível em: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/geral/ExibeFiguraFSIUC/ExibeFiguraFSIUC.do?idFigura=98725577>.
[333] MAZZOTTI, Ana Júlia. *Luiz Kuchenbecker (1897-1969)*: vida e obra. 2009. Disponível em: <http://www.martiusstaden.org.br/conteudo/detalhe/119/luiz-kuchenbecker-1897-1969>.

Branco. Territórios entre Ouro Preto, Moeda, Belo Vale, Itabirito, Congonhas e Ouro Branco. Entre bacias hidrográficas do Rio São Francisco e seus tributários como o Rio das Velhas, com conformação geológica que produziu texturas e minerais que se expressam com sua gama de variações de brilho. O interesse pela exploração mineral dessas terras é marca colonial.

O caminho para se chegar à sede de Miguel Burnier via BR-040 possui cenário contundente: o trajeto aponta para a presença das principais empresas mineradoras atuantes no Brasil, como a Vale S. A., a Ferro + Mineração, a Nacional Minérios S. A. (Namisa), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSA), a Gerdau Açominas S. A. O empreendimento de Várzea do Lopes, em Itabirito, de propriedade da Gerdau S.A. e que possui grande relacionamento com o empreendimento em Miguel Burnier, já desponta na BR-040 no km 579.

Distantes poucos quilômetros, os terrenos já pertencentes ao distrito de Miguel Burnier já despontam às margens da rodovia federal a partir do Viaduto das Almas, no km 592, tendo a entrada da Vale S. A. na altura do km 598, local onde deveria ser possível acessar o conjunto arqueológico da Usina Patriótica, primeiro tombamento de um conjunto arqueológico em nível federal no Brasil, que se deu no ano de 1938, com a recém-fundação do SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Porém, é uma operação bastante difícil conseguir agendamento e licença para se conhecer um dos primeiros sítios arqueológicos da mineração de ferro no Brasil. Na BR-040, uma homenagem ao barão de Eschwege está gradeada e disposta em local onde nunca se consegue ver, quanto menos parar para conhecer em meio à rodovia tão movimentada.

Cerca de 10 km à frente, é preciso muito cuidado para se transpor a BR-040 na altura do km 602 com o intuito de se chegar à sede de Burnier, uma vez que é necessário acessar a entrada ao subdistrito de Mota por meio de um desvio improvisado em Pires, bairro de Congonhas distante cerca de 10 km do centro dessa sede. Mota está mais próximo à área central de Congonhas do que à sede municipal de Ouro Preto, distante cerca de 70 km. Um dos motivos que distanciam os moradores de se identificarem em ser burnienses.

A Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada às margens da BR-040, indica que a estrada federal seccionou a comunidade de Pires em dois lados – o Pires Velho, Pires Debaixo ou Pires 1 e o Pires Novo, Pires de Cima ou Pires 2 – que agora pouco se comunicam. Isso desde os tempos no qual a 040 era chamada de BR-

3, famosa pelos seus acidentes entre o percurso Belo Horizonte – Rio de Janeiro. Atualmente, um redutor de velocidade desligado tenta sanar o problema.



Figura 71 – Igreja de N. Sra. Perpétuo Socorro às margens da BR-040, vista a partir de Pires de Cima – Pires, Congonhas/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 72 – Inserção da Igreja de N. Sra. Perpétuo Socorro às margens da BR-040, ponto de travessia – Pires, Congonhas/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.

Talvez uma passarela pudesse facilitar o trânsito entre os moradores de Pires Novo e Mota, mas tal demanda já foi há muito solicitada, tendo sido motivo de alguns bloqueios pela comunidade da BR-040 ao longo da década de 2010. Tem-se notícias que somente em princípio do ano de 2018 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou a implantação da passarela de travessia de pedestres sobre a BR-040, e que a Prefeitura precisa abrir o processo licitatório para a construção da passarela, que contará com os recursos advindos tanto do poder público quanto de empresas que geram impacto ao local, como é o caso da Ferrous Resources do Brasil S. A., Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda. (VSB), Vale S. A., CSN Mineração (Namisa S. A.), Gerdau Açominas S. A. e Ferro + Mineração S. A.

Foi também por meio do patrocínio da Vale S. A. que no ano de 2015 foi inaugurado em Pires um ginásio poliesportivo anexo à Escola Municipal Odorico Martinho da Silva e uma nova igreja católica dedicada a São Cristóvão, padroeiro dos motoristas. Isso para evitar que os fiéis atravessassem a BR-040 em dias de missa e festividades, optando-se pela solução mais fugaz, com a edificação de novos espaços de sociabilidade e devoção religiosa a partir de referências outras à comunidade. Assim, Pires de Cima passou a contar com outro templo católico.

É também em Pires de Cima que existe o centro comunitário, o posto de saúde, o campo de futebol, a biquinha: uma mina d'água considerada milagrosa ainda hoje na Rua das Fontes, perto do moinho d'água, que funciona como nos tempos antigos. Resistindo à

força do assoreamento das duas minas d'água da Serra de Santo Antônio que abastecem a comunidade – a Boi na Brasa e a João Batista –, a comunidade luta pelo acesso à água de qualidade e abundante, como era até a Namisa se instalar nas redondezas e a CSN ampliar sua área de mineração. A solução gerencial do poder público é acionar a Copasa para tratar a água e cobrar pelo pagamento dos serviços à população.



Figura 73 – Centro comunitário – Pires, Congonhas/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 74 – Campo de futebol – Pires, Congonhas/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.

O aglomerado urbano de Pires se distribui paralelo a um trecho de cerca de 2 m ao longo da rodovia, ocupando a baixa encosta da Serra de Santo Antônio – também chamada de Serra do Pires – vivendo sem muitas opções de lazer. Estão encurralados entre mineradores, rodovia e a linha de trem que leva cargas no trecho Jeceaba – Itabirito, segmento conhecido como Ferrovia do Aço, sob concessão da MRS Logística S. A. E há muita poeira no ar.



Figura 75 – Rua Alfredo Pascoal – Pires, Congonhas/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 76 – Passagem de linha da ferrovia na principal rua do bairro – Pires, Congonhas/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.

Entre a BR-040 e Mota, tem-se não mais que 750 m de distância: de um lado, está o município de Congonhas e, do outro, Ouro Preto. Dois campos de futebol, um de cada comunidade, estão lado a lado, em terreno contíguo à Igreja do Pires (Perpétuo Socorro). Em ambos, a maioria de seus habitantes trabalha para empresas terceirizadas como caminhoneiro transportando minério para as mineradoras que estão em seu entorno. O contato entre os moradores de Mota – Ouro Preto – e Pires – Congonhas – é muito expressivo, e as feições urbanas que ambos os locais têm tomado demonstram um processo vívido de conurbação. Entende-se que Pires é de tempos antigos, dizem que pelos idos de 1885 ali chegou a família de sobrenome homônimo para instalar sua fazenda dedicada à exploração mineral. Entre seus primeiros moradores estavam Alfredo Pascoal, Raimundo Freire, Maria Belém, José Rufino, João Batista, entre outros, que hoje em dia são lembrados por meio dos nomes dos logradouros públicos do lugar. Dizem, ainda, que os moradores de Mota e de Pires descendem do mesmo tronco familiar.



Figura 77 – Implantação de Pires, à esquerda, e de Mota, ao centro, vendo-se, ainda, o empreendimento da Namisa à direita – Azia, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG.
Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

Quando se consegue atravessar perigosamente a BR-040 na altura do km 603 + 500 m no sentido de Mota, adentra-se o caminho por um pequeno seguimento de asfalto, a Rua André Bonifácio – o que facilita a chegada à Namisa, mas não à comunidade de Mota, visto que seu acesso está a poucos metros à frente, porém, feito por estrada de terra. O fim do asfalto se dá na ponte amarela sobre o Córrego Água Santa ou Angu Duro (ou ainda chamado de Córrego da Ponciana), local que marca o

início do subdistrito de Mota por meio do acesso à Rua Principal, que se desenvolveu paralelo ao Córrego Carro Quebrado ou Morro Grande.



Figura 78 – Vista do subdistrito de Mota a partir da Rua André Bonifácio, após travessia da BR-040 – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 79 – Ponte sobre o Córrego Carro Quebrado, que dá acesso ao subdistrito, quando o trecho era ainda de terra – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 80 – Vista do subdistrito de Mota a partir da Rua André Bonifácio, após travessia da BR-040 – Pires, Congonhas/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 81 – Ponte sobre o Córrego Carro Quebrado, que dá acesso ao subdistrito – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

Em Mota, há escola do berçário aos anos iniciais do fundamental, um posto de saúde, uma igreja católica, duas igrejas evangélicas, três pontes. Além disso, muitas casas em construção, caminhões em garagens estreitas nas vielas de terra. Casas no reboco ou expondo tijolos de alvenaria, muitas de dois pavimentos, com quintais repletos de crescentes verduras. É expressivo o quanto esse subdistrito tem se desenvolvido, cuja população atual ultrapassa a população da sede de Miguel Burnier, tendo mais de 200 imóveis e quase 500 moradores. Muitos se estabeleceram ali para procurarem emprego nas diversas empresas mineradoras ao redor, inicialmente alugando casas e, posteriormente, construindo seus imóveis.

Tabela 17 – Distribuição da população residente do subdistrito de Mota em relação a toda população do distrito de Miguel Burnier, segundo situação de domicílio e sexo (2010).

LOCALIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE								
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO					
				URBANA			RURAL[334]		
				TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Mota (subdistrito)	485	272	213	--	--	--	485	272	213
Miguel Burnier (distrito)	809	429	380	233	112	121	576	317	259

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE, 2018.

Em 2013, época de início desta pesquisa, Mota tinha feições diferentes: casas antigas de rebocos desgastados, fáceis referências aos seus antigos moradores e fundadores – as famílias de Antônio Gonçalves e José Pedro Pimenta. Dizem ter sido fundada por um italiano de nome Motta, por isso se encontram grafias do lugar à moda italiana, com dois tês. Hoje, outros forasteiros suprem a esperança de terem encontrado um lugar para viver, e as vias agora com alguns trechos calçados se estenderam em ramificações a partir da Rua Principal, alongando-se indeterminadamente pelos barrancos e criando braços de novos logradouros ainda na terra vermelha, como a Rua Jovito Pedro Pimenta, a Rua dos Martins e a Rua Araxá. As pontes levam guarda-corpos pintados em amarelo, cumprindo a identidade visual das cores das empresas patrocinadoras desses melhoramentos urbanos.



Figura 82 – Rua Principal – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 83 – Extensão da Rua Principal ainda sem moradias – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana

[334] É possível elencar duas características fundamentais à perspectiva sociológica do espaço rural: a primeira está ligada às relações específicas de seus habitantes com a natureza, envolvendo inclusive os vínculos entre esta e as formas de trabalho; e a segunda relativa às relações sociais diferenciadas das coletividades rurais que constituem práticas e representações particulares sobre o espaço, o tempo, a família, o trabalho. *Cf.* WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Tal questão não é condizente com os dados produzidos pelo governo, que considera área urbana de Miguel Burnier estritamente o distrito-sede.

C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 84 – Rua Principal – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 85 – Extensão da Rua Principal com novas moradias – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

Em 2013, a igreja ainda não tinha cruz em sua torre, nem bancos em seu interior. A escola não tinha pintura que alegrava os tons de ocre que predominam no lugar. A poeira, certamente, era menor que o que se vê atualmente. E os limites da comunidade não eram avistados de forma tão explícita: cercas de arame e placas de propriedade privada da Gerdau rodeiam a comunidade de Mota.



Figura 86 – Capela de São Sebastião – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 87 – Interior da Capela de São Sebastião – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 88 – Escola Municipal Professora Celina Cruz – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2018.



Figura 89 – Igreja São Sebastião – Mota, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2018.

Entre o subdistrito Mota e a sede Miguel Burnier, 5 km os separam por uma estrada de terra municipal (OP-260) fartamente ocupada por caminhões carregados de minério que transitam em um vaivém atemporal. Não se conhece o nome dessa estrada em nenhuma placa, muitos a tratam por “Caminho da Gerdau”, acreditando ser de propriedade particular, o que nos faz refletir que a memória coletiva é algo manipulável. Faça chuva ou faça sol, feriado santo ou nacional, durante o dia ou à noite, os caminhões traçam esse caminho entre a Mina de Miguel Burnier e a Usina Siderúrgica de Ouro Branco, ambos empreendimentos da Gerdau. A depender da sazonalidade, intercalam em extremos de poeira ou de lama. Lama que encobre placas de trânsito, poeira que encobre a visão, tudo corroborando a sensação de que estamos invadindo um caminho particular.



Figura 90 – Poeira na estrada municipal vista do Pico do Vigia – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 91 – Poeira na estrada municipal vista da comunidade de Azia – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 92 – Lama na estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 93 – Lama na estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2017.

Com exceção dos moradores de Mota – que estão às margens da BR-040 –, o isolamento dos habitantes de Miguel Burnier é constatado não somente por todas as suas difíceis estradas de terras, mas pelo transporte público inexistente. Para que um dos habitantes do distrito possa chegar até a sede de Ouro Preto, a carona ou os serviços de táxi informais são os mais utilizados, ou ainda os ônibus de viagem intermunicipais que passam pela MG-030 no sentido Itabirito e Congonhas, o que permite o deslocamento dos moradores de Miguel Burnier por meio da compra da fração referente ao trecho a ser transcorrido. Dali fazem baldeação para pegar ônibus em Lobo Leite rumo à sede de Ouro Preto. Os horários e as opções de transporte são limitados, de modo que se toma um dia todo para resolver qualquer questão nas sedes municipais. Mas, e quando há reuniões de participação da comunidade no Compatri ou no Codema, como fazer?

Por esses e por outros motivos mais arraigados na história de constituição do lugar – como um jogo de final de campeonato de futebol que acabou em briga – que existe grande rixa entre os moradores de Mota e aqueles da sede de Miguel Burnier: enquanto a sede está em franca derrocada, “comendo pó”, como alguns dizem, com acessos muito tortuosos, escassos moradores, raros comércios e empregos, o subdistrito de Mota cresce na medida das promessas do desenvolvimento econômico decorrente da exploração mineral. E os moradores de Mota são criticados pelos moradores de Burnier, que dizem que “eles se sentem de Congonhas”, o que seria o reflexo de um embate identitário e mais arraigado com os parâmetros de se ter ou não orgulho do lugar onde se vive balizado por parâmetros do que propiciaria conforto material aos moradores. Parâmetros, contudo, que não são unânimes.

Além de estar mais próxima da BR-040, o que facilita o contato e acesso a outros locais, a escola de Mota tem sido cotada para receber o ensino fundamental II, situação que em princípios do ano letivo de 2018 revoltou a população da sede de Burnier, que sente a ameaça do fechamento de sua escola. O acesso à escola, nesse caso, é além de um direito constitucional: trata-se de uma das formas de resistência da comunidade da sede de Miguel Burnier. Fechá-la seria uma pá de terra posta sobre a sepultura.

No caminho da estrada municipal OP-260, a não mais que 2 km de distância de Mota, encontra-se a comunidade de Azia. Sua entrada fica pouco à frente do distrito de Mota, em lado oposto e limítrofe à entrada da Namisa. Mas a pequena e improvisada placa que informa sobre a existência de uma comunidade naqueles rincões ocupados por empresas e vestígios minerários leva ao conhecimento dos limites do distrito que são atualmente ocupados pela Vale, pela CSN e pela Namisa, áreas de acesso proibido. Há vários caminhos improvisados que, para um viajante mal informado, o levariam a áreas inóspitas de ocupação minerária. Ruínas, desbarrancados, pátios de terra arrasada que informam sobre a existência dos vestígios da extinta Lucape na parte mais alta, uma elevação de cerca de 1.100 m de altitude. Além da Lucape e dos sítios, existe Azia, conforme informa a placa na estrada.

O Sítio Sonho Meu, que se rendeu à promessa turística de potencialidades de lugar tão bonito, tem um lago de peixes cuja presença de minérios pesados é duvidosa, o que certamente impediu o negócio de progredir. O dono nem fica mais por ali, o que se percebe pelos cadeados na porteira, pelo mato crescente, pela ausência de criações. Bom, o jeito é seguir pouco mais à frente para se encontrar a comunidade de Azia. Avista-se um escolar em uma estrada adiante que indica que é só seguir o caminho dos eucaliptos, árvores que estão ali para fazer o cinturão verde que esconde os platôs minerários da Namisa.



Figura 94 – Estrada de acesso – Azia, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 95 – Placa de indicação: “Sítios, Lucape, Azia” – Azia, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

A comunidade de Azia era composta por 12 casas, nas quais 12 famílias de mesma linhagem descendente de José Gonçalves, um dos fundadores de Mota, estabeleciam sua morada. Outro antigo morador, José Geraldo, deixou netos que até outro dia ali moravam. Azia “é uma comunidade mais ou menos do mesmo tempo que o Mota”.

Atualmente, não mais que quatro imóveis são ocupados pelos que resistem às pressões de venda de seus imóveis. As famílias que deixarem o lugar, “foram embora porque a Namisa comprou, o pessoal da linha férrea também comprou”. Azia está encurralada pelo crescimento da Namisa e da Gerdau, além da ampliação dos usos de duas importantes ferrovias que limitam o norte da comunidade: uma de concessão da MRS que liga a Itabirito à região de Jeceaba (Ferrovia do Aço), e o seguimento da antiga Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) sob concessão da Vale. No caminho e no entorno de Azia, cercas e placas enferrujadas indicam a propriedade privada da terra.



Figura 96 – Rua principal com residência atualmente ocupada – Azia, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 97 – Implantação de residências – Azia, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 98 – Acesso ao Sítio Sonho Meu, com lago em primeiro plano – Azia, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 99 – Vista do Sítio Sonho Meu – Azia, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

Quando se volta para a estrada de terra municipal OP-260, a única forma de acesso a Azia, ruma-se para Miguel Burnier e, cerca de 1,2 km à frente, o viajante é surpreendido com a Portaria da Gerdau para a entrada à Mina de Miguel Burnier. Até o ano de 2013, era obrigatório ceder aos procedimentos de identificação impostos, de modo que qualquer pessoa, mesmo morador da comunidade de Miguel Burnier ou um viajante qualquer que escolheria seguir por essa rota, precisava se identificar, sujeitando-se aos procedimentos demorados e mesmo vexatórios para se chegar à sua casa. Relevante observar que se trata de procedimentos de limite de acesso a um lugar público – a sede do distrito de Miguel Burnier – passando por uma estrada não pavimentada municipal de Ouro Preto. Foi somente por intermédio do Ministério Público Estadual que tal obrigação foi cancelada, contudo, a Portaria ainda lá se encontra, uma espécie de portal para a tomada de consciência dos direitos de propriedade daquelas terras.



Figura 100 – Portaria II Gerdau – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG.
Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

Pouco à frente, não mais que 1 km, tem-se uma referência de relevância para a comunidade de Miguel Burnier: a Pedra e Gruta do Vigia, bem tombado em nível municipal por meio do Decreto nº 3.305, de 12 de dezembro de 2012, a partir da interferência do MPMG. Para a comunidade, é uma área de lazer ainda hoje usada, local onde se faziam piqueniques em dias de domingo e se desfrutava do rio que corre a poucos metros dali. A presença de piteiras pelo caminho nas diversas trilhas traçadas a pé ou de veículo automotivo demonstra a permanência da ocupação desse lugar pela comunidade. Mas, na estrada, nenhuma informação indica a relevância do bem: há algumas placas de identificação – com a marca da Gerdau – no entorno imediato do Pico, placas que se escondem atrás do matagal que cresce continuamente.[335]

[335] O tombamento do bem se deu por intervenção do MPMG. *Cf.* Inquérito Civil MPMG-0461.12.000230-2 que trata do “Intervenção em área espeleológica e vestígios arqueológicos na localidade denominada "Morro do Vigia" entre os distritos de Pires e Miguel Burnier” instaurado em 03/09/2012 e ainda em andamento.



Figura 101 – Pedra e Gruta do Vigia vista a partir da estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 102 – Pedra e Gruta do Vigia vista da trilha de acesso – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 103 – Placa de identificação do bem tombado encoberto pela vegetação – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 104 – Área usada para piqueniques e que dá acesso ao rio no Pico do Vigia – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

De volta ao tronco da estrada municipal, em pouco mais de 1 km está o acesso à estrada que ruma para o lugar denominado Crockatt de Sá, divisa entre os municípios de Ouro Preto e Congonhas. Percorrendo uma estrada vicinal entorno de 1,2 km, chega-se à escola da comunidade e, pouco à frente, à estação ferroviária. Caminho cada vez menos usado desde que houve o esvaziamento do distrito-sede de Miguel Burnier, a partir do ano de 1996. Hoje, não há mais que seis famílias vivendo em Crockatt de Sá, local que já abrigou mais de 30 famílias. Importante rota ferroviária, lugar de transbordo de minérios ainda no tempo da Wigg, ali já teve fábrica de tijolos da família de Paulo Simoni, cujo material serviu para a construção da capital de Minas, Belo Horizonte, de 1894 a 1897. Saíram as pessoas, entraram grandes plantações de eucalipto para abastecer os altos-fornos da siderurgia, que formam um grande cinturão verde no caminho. E, atualmente, o desejo de se fazer ali outra UTM com um terminal

de cargas integrado. Placas e porteiras informam sobre os novos usos de caminhos agora interditos: por aqueles rumos se esconde a Cava Campina.[336]



Figura 105 – Estrada cercada por eucaliptais – Crockatt de Sá, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 106 – Placa de indicação de divisas municipais (Ouro Preto e Congonhas) em terras da Gerdau – Crockatt de Sá, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

Voltando ao tronco da estrada municipal que leva até Miguel Burnier, existe o acesso para o Mirante das Antenas, que está a 1.425 m de altitude. Dali, a vista privilegiada alcança 360º da percepção sobre o território. Desponta-se soberana a Serra do Ouro Branco, que encobre parte do distrito-sede. Aos seus pés, o Lago Soledade e, mais ao fundo, a fumaça cinza saindo da Usina Siderúrgica Arthur Bernardes se dissipando no ar.

Rotacionando o corpo à direita, não muito longe está Casa de Pedra em Congonhas, que parece esperar por uma calamidade vinda de qualquer trepidação mais forte: as casas estão a não mais que 250 m de um maciço de quase 80 m de altura que forma uma barragem que retém 9,2 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Laudo do MPMG enumera vários problemas que colocam a comunidade local em perigo, já que a barragem faz divisa com bairros residenciais.

[336] *Cf.* Inquérito Civil MPMG-0461.17.000115-4 que trata de "Apurar estado de conservação da Estação Ferroviária Crockatt de Sá, subdistrito de Miguel Burnier" instaurado em 04/04/2017 e em andamento. E, também, o Inquérito Civil MPMG-0461.17.000458-8 que trata de "Eventual dano arqueológico com a instalação do Terminal de Cargas" instaurado em 12/12/2017 e em andamento.



Figura 107 – Usina de Ouro Branco e Lago Soledade vistos a partir do Mirante das Antenas – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG.
Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Ag. 2017.

Pires e Mota não estão muito longe: aos pés da Serra dos Pires, onde despontam as unidades de beneficiamento de minério da Namisa, a montante da comunidade. Um vale por onde já se despejou rejeitos de mineração. Nesse mesmo raio de visão, o Pico do Vigia parece pequeno, destoante com seu rabicó em meio a uma planície de vegetação rasteira dourada, alguns caminhos entrecortados. Dali, à direita, mar de serras, horizontes que se perdem a visão até se identificar o Pico do Itabirito, o último, longe, azul. Mais mares de serras e, quase completando o giro de 360º, vê-se Burnier, logo abaixo, ao sopé de Ouro Branco. Do alto é possível ver os jogos de escalas e de interesses sobre essas terras a partir de visões de expansão.



Figura 108 – O distrito-sede de Ouro Branco visto a partir do Mirante das Antenas – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Ag. 2017.



Figura 109 – Vista de Casa de Pedra, bairro de Congonhas, a partir do Mirante das Antenas – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Ag. 2017.

O território de Miguel Burnier teve sua paisagem bastante alterada, especialmente com a implantação do empreendimento minerário da Gerdau a partir do

ano de 2004. Lugares de uso coletivo, ruas, casas, um ambiente até então pacato foi repentinamente transformado, destruído, arruinado, reconstruído, alterado em seus usos. A natureza, uma vez submetida aos desígnios do capital, transformou-se em recurso. O valor econômico se torna assim quase que a única forma legítima de sua representação, apesar de investigações que pretendem coibir tais ações.[337]

A partir de Mota, a estrada municipal que dá acesso à sede de Miguel Burnier é cercada por placas que definem as áreas de propriedade da Gerdau. Uma portaria que controla a passagem. Os piquetes que demarcam os limites da estrada, mantendo alerta os caminhoneiros que noite e dia rodam por essa estrada levando minério de ferro. Os taludes da mineração que no sistema de lavra a céu aberto assustam pela magnitude da exposição da terra, pelas feridas feitas na rocha. Ao traçar essa rota à noite não se confunda: não se trata de pirilampos, são estacadas com fitas reflexivas como olhos de gato fincadas no eixo da estrada, demarcando ponto a ponto o caminho.

A Cava Bocaina, vista no caminho entre Mota e a sede de Burnier, tomou proporções majestosas em cinco anos de pesquisa de doutorado. De feições acanhadas, escondidas por cinturões verdes – obrigações do licenciamento ambiental para aviltar o impacto visual da mineração –, crescem platôs de alturas e inclinações variáveis, com faces escalonadas de taludes que rasgam as rochas expondo o brilho de suas riquezas. Aos olhos de leigos, a profundidade do maciço expõe também que se está no coração da mina, e não em ambiente de fluxo de carros de passeio de uma estrada municipal. A todo momento se entende que ali não se é bem-vindo. Carros de segurança da mineradora circulam no local e perguntam se está tudo bem, se se tem autorização para fotografar. E alertam: cuidado com o caminho, é preciso usar o cinto de segurança, os caminhões andam carregados por aqui.

[337] *Cf.* Inquérito Civil MPMG-0461.13.000122-9 que trata de “Providências para a proteção do meio ambiente natural e cultural do distrito de Miguel e arredores” instaurado em 02/05/2013 e ainda em andamento.



Figura 110 – Placas alertam o caminho da estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

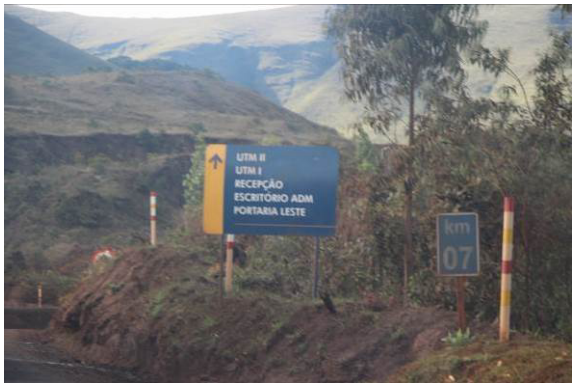


Figura 111 – Placas alertam o caminho da estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 112 – Placas alertam o caminho da estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 113 – Placas alertam o caminho da estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 114 – Placas alertam o caminho da estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.



Figura 115 – Placas alertam o caminho da estrada municipal – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.

Placas indicam as direções a seguir e normatizam os caminhos: UTM II à direita, sentido Crockatt de Sá, ou seguindo em frente sentido UTMI I. E qual o caminho para a sede de Burnier entre tantos atalhos? A poeira ou a lama excessiva disputam espaço

com a paisagem deformada pela mineração. Os caminhões seguem seus rumos, ritmos próprios de uma rotina que divide espaço com poucos carros de passeio. Afinal, quem vai mesmo para Burnier? Lá ainda tem moradores? Mas nem um armazém tem, como sobreviver? Escutávamos isso com frequência, inclusive por moradores de Burnier.



Figura 116 – Vista da Serra de Ouro Branco, em segundo plano, e da Cava Campina, em primeiro plano – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 117 – Frente de lavra da Cava Bocaina vista a partir da estrada – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

O caminhão-pipa – obrigação das condicionantes do licenciamento – jorra água vinda dos mananciais da região para evitar a poeira da estrada. Teve um tempo que o ponto de captação de água, que ficava à exposição na estrada, jorrava água dia e noite, sem parar, sem limites. Mas, com tanta água, a lama faz mais estragos. Especialmente pela espuma, resultado de um químico usado na água do caminhão-pipa para diminuir a poeira, que, entretanto, faz com que a lama se agarre de tal forma nos veículos que nem com muitos esfregões é possível tirar a sujeira. Certamente os estragos feitos nos carros que trafegam em vias com mineração devem espantar o transporte público e o particular.

Apesar de todos os obstáculos, avista-se, ao fundo de um vale, a sede urbana de Miguel Burnier que se implanta em cerca de 80 hectares de terras. Pelas feições do terreno, parece ter se estabelecido sobre uma antiga cava de mineração do século XVIII, tendo-se fixado na meia encosta da cava cujos rejeitos deveriam correr no sentido do leito do Córrego do Sombrio.



Figura 118 – Cava do século XVIII e implantação da comunidade – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 119 – Implantação da comunidade – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.

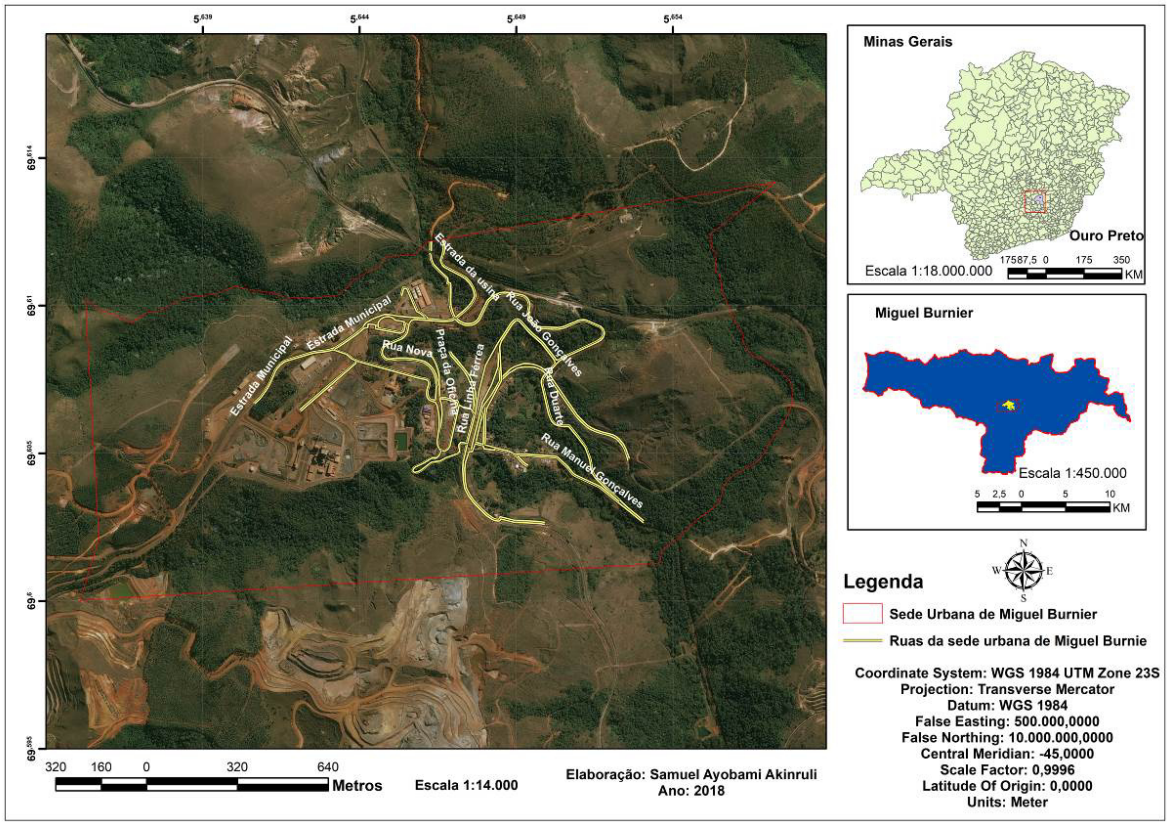


Figura 120 – O distrito urbano de Miguel Burnier, Ouro Preto.
Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

Ainda na estrada municipal, vê-se um relevante marco da comunidade: uma pedra oblonga confirma que ali existiu um estádio, mas que hoje é um grande estacionamento. Precisava ser uma edificação bem grande para dar conta de sobrepor aquele campo de tamanho profissional e as memórias tão afetivas que a comunidade guarda dali. Resta ainda a arquibancada estabelecida sobre o bar, lugar ocupado pelos

visitantes nobres ou pelos diretores do time Associação Atlética Siderantim (AAS), que no ano de 2018 completou 65 anos.[338]

Do estacionamento, avista-se o ponto de baldeação dos funcionários da Gerdau e a portaria que dá acesso à UTM I. Ao lado, assusta-se quando se vê que a Unidade de Tratamento de Minérios se limita com o cemitério da comunidade. Sim, a monumentalidade das estruturas metálicas da UTM divide muro com o acatado cemitério e sua capela para velório, sem portas. As cruzes enferrujadas relembram os tempos diferentes quando a Usina Wigg estava ativa, gerava empregos e impostos, mas naquele tempo o silêncio dos mortos não se retumbava pela efervescência da ação dos mecanismos da estrutura utilitária da mineração. Eram espaços e tempos diferentes, de relações diferentes com os lugares considerados sagrados. Mas quem se importa? É preciso produzir, é preciso gerar empregos, é preciso minerar, exportar e aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

As procissões com os caixões que seguem das casas dos moradores da comunidade se adaptam aos novos padrões: precisam pedir autorização para caminhar no caminho que era deles, modulados por piquetes com as cores da segurança do trabalho. Afinal, esses caminhos levam para a empresa ou para a comunidade? O cenário de flores, velas e caixão nos ombros deixa rastros contraditórios da fortaleza que cresce vigorosa. A população se questiona se é desejo enterrar seus mortos ali, se é possível que em pouco tempo Miguel Burnier não exista mais. Como será visitar os mortos? Os corpos serão removidos para outro cemitério se formos embora daqui?



Figura 121 – Unidade de Tratamento de Minérios em relação ao cemitério – Distrito-sede, Miguel Burnier Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 122 – Cemitério ao lado da UTM I – Distrito-sede, Miguel Burnier Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

[338] *Cf.* Inquérito Civil MPMG-0461.12.000219-5 que trata de "Apurar a regularidade das edificações 'Galpão de Testemunhos', 'Restaurante' e 'Laboratório físico/ambulatório' contruídas pela empresa Gerdau no distrito de Miguel Burnier" instaurado em 27/08/2012 e ainda em andamento.



Figura 123 – Vista da torre do Santuário, tendo o Seminário em primeiro plano e do cemitério ao fundo. Acervo: Coleção Particular Marcos Randolfo.



Figura 124 – Da mesma vista, agora tem-se a Unidade de Tratamento de Minérios (UTM I) – Distrito-sede, Miguel Burnier Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

Seguindo pela estrada municipal, pouco à frente é possível ver a majestosidade enegrecida do Santuário do Sagrado Coração de Jesus. Disputam, em altura e monumentalidade, igreja e UTM. A poeira do minério deu um tom triste àtorre da igreja, que somente com um mutirão da comunidade para sua limpeza fez ressurgir o brilho de suas paredes. Ao lado, o antigo Seminário Monsenhor Horta, que também já foi um orfanato. Terrenos que pertenciam à Igreja Católica, que foram vendidos em momento de especulação do novo eldorado que estava por vir. Houve grande comoção na comunidade quando o escritório da Gerdau foi transferido para o prédio, mas o que fazer? A quem recorrer? As terras da igreja são particulares. As irmãs Thereza e Rita, responsáveis por cuidar do conjunto religioso, vivem em uma casinha ao lado do Santuário, que resiste, insólita, em meio ao fluxo de caminhonetes e ônibus de viagem que trazem os funcionários vindos de Belo Horizonte, Ouro Preto, Congonhas, Itabirito e Ouro Branco que trabalham no escritório da Gerdau em Miguel Burnier.



Figura 125 – Santuário do Sagrado Coração de Jesus – Distrito-sede, Miguel Burnier Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 126 – Antigo Seminário Monsenhor Horta – Distrito-sede, Miguel Burnier Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.

A sede de Miguel Burnier pode ser dividida entre uma parte alta – próxima da chegada de Belo Horizonte pela BR-040 – e outra mais baixa – na área de implantação da Estação Ferroviária de Miguel Burnier. Mais alto que a comunidade está a mineradora com suas barragens (*swamps*). A comunidade está a jusante e a poucos metros da maioria das estruturas do empreendimento, sendo um risco que faz perder o sono de muitos moradores, especialmente depois do crime ambiental de Mariana.

Tabela 18 – Barragens em Miguel Burnier (Ouro Preto) relacionadas ao empreendimento da Gerdau.

BARRAGEM	EMPREENDEDOR	CNPJ	ALTURA ATUAL (m)	PORTE PELO VOLUME	CATEGORIA DE RISCO	DANO POTENCIAL
Baia da UTM I	Gerdau Açominas S. A.	17.227.422 /0001-05	17	Muito Pequeno	Médio	Alto
Baia da UTM II	Gerdau Açominas S. A.	17.227.422 /0001-05	22	Muito Pequeno	Baixo	Médio
Bocaina	Gerdau Açominas S. A.	17.227.422 /0001-05	56	Pequeno	Baixo	Alto
Clarificação Bocaina	Gerdau Açominas S. A.	17.227.422 /0001-05	21	Muito Pequeno	Baixo	Alto
Alemães	Gerdau Açominas S. A.	17.227.422 /0001-05	57	Pequeno	Baixo	Alto

Fonte: DNPM, 2016.[339]

Já houve uma situação de vazamento de uma área de contenção de rejeitos, que destruiu a antiga estrada de rodagem que dava acesso à parte alta e baixa da comunidade, que passava pelo Santuário e pela Casa do Gerente. Na situação, o prefeito Ângelo Oswaldo estava participando de um evento organizado na Estação Ferroviária com a presença de coral e convidados. Ninguém conseguiu ficar no evento, visto o forte cheiro de enxofre da água que começou a se empoçar no entorno da Estação. A água chegou até o Sítio Rancho Fundo, onde havia uma pequena lagoa de criação de peixes, que morreu depois do ocorrido. Desde então, de carro, para se acessar a Estação Ferroviária é preciso voltar pela Rua Nova, de modo a atingir a Rua Alto do Túnel, um segmento da BR-030 e o início da Rua João Gonçalves.

[339] DNPM. *Classificação das Barragens de Mineração – Data Base Dezembro/2016*. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/assuntos/barragens/cadastro-nacional-de-barragens_2016-_atualizacao_campanha.



Figura 127 – Implantação do empreendimento à esquerda e comunidade à direita – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG.
Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.

Na parte alta da comunidade existia grande quantidade de casas da vila operária da Barra Mansa, que se conectava com a parte baixa de Burnier por uma grande quantidade de edificações que serviam de residência, mas também de uso industrial das usinas – Wigg e Barra Mansa. Espalhavam-se, irradiavam-se e se mesclavam locais de uso produtivo, familiar e também coletivo. A pensão e a hospedaria, o Clube e o Campo do Siderantim, o cruzeiro, a Rua da Bagunça e a Alto do Túnel. O cenário hoje, bastante alterado, resiste em deixar as marcas da história apesar das bruscas e repentinas modificações.



Figura 128 – Atual vista onde existiam as ruas da Bagunça e Alto do Túnel – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Ag. 2017.



Figura 129 – Antiga casa da Vila Barra Mansa que serve como Portaria I da Gerdau – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.

A Rua Alto do Túnel – que contempla seguimento da estrada municipal que serve de interligação para a MG-030 – era seccionada pela Rua dos Funcionários, rua de declive suave e curvas sinuosas, que ligava à Rua Nova, esta que se iniciava na parte baixa do adro do Santuário, passando pela oficina, posto de gasolina, até findar na Casa do Gerente. Ali, nos fins da Rua Nova existia a Estrada Velha, um trecho de

estrada de rodagem que permitia que a Estação Ferroviária de Miguel Burnier fosse acessada de carro.

Passando pela Rua Alto do Túnel e pela Rua dos Funcionários se acessava o forninho, como é carinhosamente chamado pelos conterrâneos. O forno de ferro-gusa da Usina Wigg de fins do século XIX e o seu conjunto composto por diversas edificações associadas, como as construções com coberturas de zinco, estão ali – meio no caminho da estrada, meio no barranco, meio sendo arruinadas. Com tanto movimento de caminhões – cuja balança está a cerca de 100 m dos antigos depósitos de carvão – deseja-se um destino rápido. Ali, duas placas de trânsito indicam a direção dos bens tombados no distrito: Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis, Igreja de Chiqueiro do Alemão – mas a quem interessa fazer ver?[340]



Figura 130 – Implantação dos antigos fornos de carvão da Usina Wigg e Barra Mansa – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 131 – Os antigos galpões de carvão à beira da estrada – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.

Entre a Estação Ferroviária de Miguel Burnier e o Santuário do Sagrado Coração de Jesus há uma escadaria que dá acesso e serve de continuação à Rua Nova, onde atualmente existe uma quadra e onde a Escola Municipal Monsenhor Rafael se situa. Nessa rua, além de imóveis ligados à ferrovia, existia um conjunto de edificações de uso residencial da Barra Mansa, que estavam ao lado de imóveis comerciais, como o conjunto da oficina e a Casa do Gerente. Sempre em alerta, ao caminhante é preciso parar, olhar e seguir, em um trajeto onde “não sabemos dizer o que é área da Gerdau”.

[340] *Cf.* Condicionante nº 7 do Processo de Licenciamento nº 1778/2004/026/2011: apresentar proposta de revitalização e sinalização interpretativa, elaborada por profissionais das áreas de arquitetura e arqueologia histórica, sobre as igrejas de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis e Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães.



Figura 132 – Placas alertam o caminho na Rua Nova – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.



Figura 133 – Antigo prédio de oficinas na Rua Nova – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017

Para quem entra para a sede de Miguel Burnier a partir da estrada municipal sem nome, passa-se pela antiga Rua da Bagunça e Alto do Túnel – atualmente onde se implantam edificações da Gerdau vistas às margens do caminho –, faz-se um balão que segue o contorno da serra e dobra-se à direita, em frente ao ponto de ônibus da comunidade. Daí em diante começa-se a vislumbrar a presença da comunidade: flores pelas beiradas, ponto de ônibus com cobertura adaptada de uma sombrinha feita de antena parabólica, capina dos capins insistentes a despeito da placa de sinalização empoeirada que informa “Miguel Burnier à direita, Gerdau Açominas / Ouro Branco à frente”.

Segue-se um pequeno trecho, passando pela quadra nova, a casa do gerente da linha atualmente pintada de azul, de onde se vê o Santuário no alto, até cruzar a linha férrea, quando se acessa o principal logradouro do distrito-sede, a Rua João Gonçalves, parte plana de Miguel Burnier. Ali, uma fileira de casas se distribui ao longo de sua extensão, tendo os Correios ao lado de onde existiam a delegacia, bar, ponto de ônibus, centro comunitário, um armazém fechado, hotel e dormitório arruinados que ensaiam a Praça Getúlio Vargas, grutinha em devoção à Nossa Senhora Auxiliadora na pracinha do posto de saúde, cartório que quase nunca está aberto, até ir em direção um longo e acentuado declive que recebe o nome de Rua Manoel Gonçalves. Os nomes das ruas homenagem os portugueses que chegaram com a ferrovia e fundaram São Julião, tomando posse das terras que posteriormente foram sendo vendidas a particulares. Ao mesmo tempo, casas da linha férrea foram sendo construídas na proporção do crescimento do lugar.



Figura 134 – Vista da Rua João Gonçalves paralela à linha férrea – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 135 – Seguimento inicial da Rua João Gonçalves com travessia de linha – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.



Figura 136 – Casas em estilo *art-déco* com pinturas renovadas na Rua João Gonçalves – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

O primeiro inventário do patrimônio cultural realizado pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto que contemplou o distrito se deu somente no ano de 2007. Nessa oportunidade foi identificada, descrita e cartografada grande parte dos bens culturais de interesse de preservação em Burnier. Sob o ponto de vista dos técnicos, o conjunto urbano do distrito foi assim descrito:

> As ruas possuem passeios estreitos e com vias de calçamento em pedras irregulares tipo pé de moleque. A iluminação pública é feita com fiação aérea; não havendo rede de drenagem das águas pluviais. Há sistema de abastecimento de água, porém sem tratamento. Há também rede de esgoto, com lançamento direto no sistema hídrico. A única instalação comercial é um bar que também funciona como mercearia. O único hotel – antiga referência do lugar – veio à ruína. A área pública possui uma espécie de toque de recolher.
> Próximo ao pequeno povoado – como que separasse dois núcleos (o citadino e as áreas de exploração da Gerdau), tem-se a antiga estação ferroviária em grave processo de arruinamento; após o fim das atividades férreas ligadas ao próprio distrito, muito se perdeu da opulência e da vivência urbana – constata-se inclusive o aumento do número de homicídios e de pessoas com alcoolismo. Ao longo da linha férrea, vêem-se ainda velhas casas do complexo da estação, cuja sustentação dá-se diariamente mais penosa.
> Mais ao alto, a Igreja de Sagrado Coração de Jesus, com sua excentricidade distante das costumeiras tipologias edificadas em Minas Gerais (...)

> Miguel Burnier possui grandes bens: a igreja, com suas obras diferenciadas e sua tipologia única; o antigo seminário, que, ao que tudo indica, certamente será incluído ao patrimônio da Gerdau; a própria terra explorada pela Gerdau, que possui naturalmente prazo de validade; a antiga estação, conhecida outrora como uma das mais bem trabalhadas esteticamente da região e, atualmente em crescente arruinamento; o antigo hotel em ruínas.[341]

A descrição, sob um ponto de vista prioritariamente arquitetônico, pautou-se pela impressão sobre o processo de arruinamento do lugar, tendo por exemplo a estação ferroviária de Miguel Burnier que "encontra-se em péssimo estado de conservação, podemos considerá-la como uma pré-ruína", não obstante que mesmo "bastante deteriorado e descaracterizado, o conjunto de construções ferroviárias existente no distrito de Miguel Burnier é o mais importante do município de Ouro Preto".[342]

Mas, olhando-se bem, apurando o foco e refinando a escala do olhar, vendo as gentes e suas cores, as casas de Burnier representam a resistência, trazem em si as identidades de tempos de trabalho e de luta, como o ontem e o agora. São ocupadas por quem dá o valor à arquitetura ferroviária, tentando salvar da desapropriação de memórias o fardo do aniquilamento do lugar. São casas que têm marcas de uso e desuso, vida e morte, que nos contam histórias, com quintais de uso comum sem divisão de cercas onde ainda é possível plantar o que se come: desde o feijão às hortaliças, a terra é fertilmente trabalhada. Casas onde vive uma população de rostos marcados pelo trabalho sob o sol, mãos calejadas de revolver a terra. Onde moram muitos idosos e crianças com poucas opções de educação e lazer. Mas que fazem de lixeiras vasos de flores. Que pintam suas casas com pigmentos da terra. Que cozinham taiobas com angu em dias frios. Que colhem fartura de uvas que viram vinho. Que criam artes que dialogam com a geniosidade das formas da natureza. Que têm fé na religião, alegria nos festejos e esperança em dias melhores.

A violência existe não somente no contexto da vivência da população nesse ambiente de luta contra-hegemônica da força do capital sobre algo que possui valor subjetivo, mas também rotineiramente nos estudos de patrimônio cultural, que sob um olhar externo valoram e objetivam as experiências sobre o lugar. Selecionam, categorizam, nomeiam e esquadrinham sem promover a interlocução com o outro, uma vez que o outro lhe é útil apenas na condição de ser um meio para se chegar ao fim

---

[341] De acordo com a descrição do entorno – situação e ambiência dos bens arquitetônicos. *Cf*. PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. *Inventário do Distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto, MG*. Março, 2007, p. 140.
[342] *Idem*.

desejado. Criam narrativas, corroboram com selecionamentos, fundam tradições.[343] As fichas de inventário, tombamento, registros e laudos de estado de conservação dificilmente conseguem dar conta da complexidade da realidade local, desde que pautadas em critérios autoritários de seleção daquilo que pertence ao outro, que é referência para a coletividade.



Figura 137 – Vista da Rua João Gonçalves – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 138 – Casa do gerente da linha tendo o Santuário ao fundo – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 139 – Estação Ferroviária de Miguel Burnier e antigo alojamento – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.

As casas do tempo da linha férrea que apresentam arquitetura ferroviária se espalham na sequência da linha a partir da estação ferroviária no sentido Crockatt de Sá. Também, na Rua Duarte, há um conjunto ferroviário remanescente que reflete a história de fundação da sede urbana de Miguel Burnier, quando os comerciantes portugueses João Gonçalves e João Paes Duarte construíram casas que alugavam e

[343] *Cf.* HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

serviam de moradia para aqueles que iam buscar os sonhos de uma vida melhor rumando os trilhos do trem. Casas congregadas sob uma descritiva de imóveis em estilo *art-déco* de "tipologias simples".[344] Há diferenças em falarmos de casas, lar e moradias, o que talvez não se faça tão claro sob a linha cartográfica do compasso.

Havia, ainda, um conjunto de residências às margens da MG-030 que se distribuíam em trecho pouco após o viaduto da linha férrea onde se estabelece a Rua Duarte, até o seu encontro com a Rua Manoel Gonçalves. Um armazém arruinado expõe em sua fachada os produtos vendidos: balas, tecidos, mas que fechou antes de isso tudo acontecer. Até o ano de 2013, existiam ali outras cerca de 11 casas, moradias de novas famílias, que foram destruídas após terem sido compradas pela Gerdau sob a alegação de que era um risco iminente para essas famílias morarem ali. Houve grande repercussão local, já que muitos falavam que a Gerdau tinha feito indenizações dos imóveis entorno de R$ 120 mil cada, criando grandes expectativas sobre as indenizações.[345]

Silenciosamente, fizeram acordos individuais – não houve uma negociação coletiva de reassentamento das famílias – sem saberem, inclusive, que os licenciamentos ambientais de ampliação da mineração da Gerdau em Miguel Burnier se desenvolviam a passos largos. Não há participação ou incorporação da opinião da comunidade de Miguel Burnier, de suas expectativas, da experiências e desejos sobre o seu território. A comunicação de novos empreendimentos é feita, por acaso, quando alguns moradores conseguem participar das reuniões dos conselhos municipais (de meio ambiente e patrimônio).

Fragmentados entre Congonhas, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, os moradores das casas demolidas se desterritorializaram na contramão da amplificada territorialização da mineração. Foi um baque para a comunidade, parecido com a situação do fechamento da Barra Mansa. "Caiu a ficha do que estava acontecendo" e sobre o desenho do porvir. A pressão pela ampliação da mina aterroriza o sono de todos: não há clareza sobre os projetos de expansão da atividade minerária. Dali em

[344] PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO, 2007.

[345] Segundo o Relatório da CIMOS encaminhado ao MPMG em Ofício com data de 18 de setembro de 2013, os moradores informam ter aceitado a saída da comunidade motivados pelo risco de acidentes causados pelo intenso tráfego de caminhões, especialmente da Gerdau. Nesse relatório técnico, foram elencadas inúmeras negatividades dos empreendimentos na região, como "o fato da Gerdau ter se 'apropriado' de áreas públicas de uso da comunidade – como o acesso e o entorno do cemitério e da Igreja e do local do campo de futebol". "Nos relatos da situação de medo a que estão submetidos foram usadas expressões como 'com a faca no pescoço qualquer um aceita' e 'um caminhão pode entrar na sua casa a qualquer momento' para justificar a aceitação das condições propostas pela empresa". In: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). *Relatório com data de 18 de setembro de 2013*. Belo Horizonte, setembro de 2013, p. 01-02.

diante, ampliaram-se as denúncias contra a empresa no Ministério Público Estadual. Entendia-se que o inimigo tomava outras feições e que poderia ser o começo do fim.



Figura 140 – Entroncamento da MG-030 com a Rua Manoel Gonçalves – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 141 – Casas no processo de demolição – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 142 – Casas no processo de demolição – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 143 – Aviso existente nas casas sendo demolidas – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.

4.1.2. Miguel Burnier: interstícios entre (sobre)viver e resistir

Pode-se pensar, em sentido figurado, que Miguel Burnier é uma grande mãe e, assim, é a partir dela que a manutenção da vida acontece. Miguel Burnier é aquele(a) que vive para que os outros possam também viver. A mãe tem dois filhos gêmeos: Rômulo e Remo, filhos de Marte (Ares) o deus da guerra. Burnier era filha de um rei destronado por Amúlio e que foi obrigada a se tornar uma virgem para que não tivesse marido, nem filhos ou netos, que pudessem vingar a usurpação do trono. Um dia, ela foi buscar água na fonte do bosque sagrado de Marte, quando o próprio deus desceu do céu e a seduziu.

Burnier fez o que pôde para esconder a gravidez, mas nove meses depois deu à luz dois gêmeos: Rômulo e Remo. Amúlio não acreditou na história e a atirou ao rio, mas foi salva pelo deus que habitava aquelas águas sagradas e abundantes. O deus de nome Tiberino se casou com a mãe dos gêmeos, transformando-a em deusa, uma esposa da fertilidade das águas. Ainda não contente, Amúlio deu ordem para que os bebês gêmeos fossem colocados em uma arca de madeira e lançados ao rio, de forma a se evitar o crime de sangue. Mas o mesmo rio encantado onde a mãe havia sido salva arrastou-os até a colina onde a arca se abriu e eles foram depositados sob uma figueira, onde uma loba os achou. A loba tinha acabado de parir e não se importou de amamentar, junto com os seus, também estes filhos que não paravam de chorar. Os gêmeos foram ainda acarinhados por um pica-pau, que deu a eles o calor do afeto. Esses dois animais eram sagrados para o pai dos gêmeos, Marte (Ares), o deus da guerra.

Mas um guardador de porcos do reino viu essa coisa extraordinária e logo achou que algum deus estava a proteger os filhos de Burnier, de modo que levou as crianças para casa e, como sua esposa tinha tido um bebê que nascera morto, criaram as crianças como se fossem seus filhos.

Rômulo e Remo, sem saber a verdade de suas origens, cresceram mostrando a natureza guerreia do pai que nem sempre podia contar com a justiça para punir os erros da sociedade, adorando a caça e tendo prazer numa boa zaragata. Um dia, quando os rapazes já eram jovens, os pastores de seu avô de sangue tiveram uma querela com os pastores de Amúlio, o rei que havia destronado o avô e que tinha castigado a mãe e os gêmeos. Nesse dia, porém, Rômulo estava ausente da aldeia. A querela se transformou em luta e Remo foi capturado e levado para o avô destronado, que não o conhecia.

Ao ficar sabendo, Rômulo teve vontade de contra-atacar e libertar o irmão, mas o pai adotivo acabara de lhe revelar a verdade sobre a origem dos gêmeos. Assim, planejaram juntos não somente resgatar Remo, como conquistar o reino que tinha sido usurpado do avô. Em simultâneo, o avô tinha também acabado de saber quem eram os gêmeos ao inquirir o prisioneiro Remo. Os irmãos não tardaram a se juntar e a desencadear um ataque ao rei Amúlio com o apoio do avô que havia sido destronado por ele. A ofensiva foi bem-sucedida, o usurpador foi morto e o avô recuperou o seu reino. Mas o amor fraterno dos irmãos gêmeos iria penar com desentendimentos e destruição.

Com a vitória, o avô deu permissão para que fosse construída uma nova cidade e a luta entre os irmãos começou assim, por causa da colina que deveria ser escolhida

para iniciar a fundação da nova cidade. Baseando-se em augúrios, discutiram sobre qual presságio deveria ser reconhecido como certo. Remo viu seis abutres, enquanto Rômulo viu doze. Apesar de Remo acreditar que devia ganhar, dado que, apesar do número, tinha-os visto primeiro, as profecias se anunciaram a favor de Rômulo.

Ele começou então a escavar um fosso para delimitar a nova cidade, tendo dado ordem aos seus homens para matarem quem o passasse sem autorização. Remo censurou o irmão, dizendo que o fosso era demasiado estreito. “Todos os inimigos poderão saltar essa vala, com esta facilidade” – disse ele; e saltou. Imediatamente, um dos homens que estavam a trabalhar atravessou-o com a espada por entrar sem autorização. Há quem diga que foi o próprio Rômulo quem matou o irmão, dizendo: “Assim se destroem todos os invasores!”.

O mito de fundação de Roma, portanto, obteve sua glória imperial não apenas pelo deus da guerra, mas também pela morte de um irmão pelo outro. Roma foi fundada sobre um crime, mas ao contrário do que sucedia nos mitos gregos, em que maldições caíam sobre as famílias e se prolongavam por gerações, este mito romano termina com a morte de Remo.

Rômulo se tornou o primeiro rei de Roma, tendo sido finalmente divinizado sob o nome de deus Quirino, após muitas outras histórias de sangue. Rômulo foi o primeiro rei de Roma, cidade majoritariamente formada por súditos homens. Ele precisava atrair mulheres para que seu reino se mantivesse, mas, apesar dos diversos mensageiros enviados para as localidades vizinhas a fim de arranjar casamentos, ele não obteve sucesso porque esta nova cidade tinha uma má reputação por ser uma terra sem lei.

Os romanos começaram a desejar a guerra, mas Rômulo descobriu uma outra solução para o problema: tratou de convidar todos os cidadãos dos estados vizinhos para assistirem a um festival em Roma, pelo que vieram multidões, especialmente do estado dos sabinos. Todos estavam à espera que começassem as corridas de biga, quando Rômulo fez sinal aos seus homens para se apoderarem de todas as mulheres presentes.

Os visitantes não vinham preparados para uma luta, de forma que tiveram de regressar às suas casas em fúria, planejando um ataque a Roma para levarem as suas mulheres de volta e darem aos fora da lei romanos uma lição de hospitalidade. Contavam que também os deuses se vingariam, já que era uma ofensa às divindades violar as relações amistosas com os visitantes. As mulheres sabinas foram violadas e

forçadas a se casar com os romanos para que Rômulo lhes desse cidadania romana, deixando-se, assim, de serem bárbaras.

Os homens sabinos e de outras cidades-estados ao redor não esperaram tanto tempo para pegar em armas contra Roma. Por três vezes, Rômulo derrotou os exércitos dos inimigos, até que os Sabinos enviaram os seus exércitos contra Roma e atacaram a filha do comandante romano, Tarpeia. Ela havia traído Roma pelo preço das joias que cobriam os braços do rei, quando abriu as portas da cidade pedindo a recompensa: “Trairei o meu povo por essas coisas que usais nos braços”. Porém, os Sabinos lhe deram o que usavam nos braços – escudos e não joias – até ela ficar esmagada sob o peso dos ferros-velhos e morrer. Os sabinos tomaram e atacaram Roma, mas tiveram de construir a paz, porque as sabinas não queriam a morte nem dos pais nem dos maridos. Foi por meio delas que foi possível firmar a Confederação governada pelo rei Rômulo e pelo rei sabino, Tito Tácio.

Os gêmeos Rômulo e Remo, advindos de um nascimento extraordinário e filhos do sobrenatural, tinham a sina de que apenas um dos gêmeos podia viver como um vulgar mortal: o outro tinha de ser filho de um deus. Rômulo e Remo cresceram e se tornaram irmãos que não podiam coexistir juntos como governadores de Roma. Apenas Rômulo atingiu a fama, assumindo o seu lugar como um deus filho de seu pai divino e, portanto, tornando-se imortal e superior, enquanto Remo foi sepultado como um homem mortal e ligado ao mundo inferior.

Rômulo e Remo encalharam no rio sobrenatural, pois não estavam destinados a morrer nele. O natural e o sobrenatural, fruto do ventre da mãe, de onde virão herdeiros dos herdeiros, fizeram com que apenas um de seus filhos fosse considerado o fundador lendário de Roma, representando o segundo mito de origem da cidade que foi (re)constituído para representar um império em expansão, baseado na força da lei e de um bom governo, chancelado ainda pelas origens divinas.[346]

***

Miguel Burnier possui muitas identidades, que são controversas em si e manejadas de acordo com a situação ou a conveniência de quem está no poder para decidir. A construção do “nós”, essa categoria pronominal enfatizada pela ideia de coletividade, é decorrente dos conflitos em torno da apropriação e ressignificação do território e, portanto, de sua história, que conduziram a uma espécie de emergência da alteridade no panorama atual de Miguel Burnier.

[346] Livre inspiração no mito de Rômulo e Remo a partir da versão constante em MITOLOGIA, 2003, p. 203- 204.

Nesse contexto, a atividade da memória, individual e coletiva, criada e recriada sucessivamente, intensifica-se e ganha relevo, dando contínuos tons ao passado sob as lentes do presente. A produção da localidade se concretiza, assim, por meio da construção de um novo sentido para o território agora transformado em lugar: espaço preenchido pela memória e pela história, capaz de congregar e unir coletividades as quais reconhecem naquele espaço um lugar em comum. Os diferentes entendimentos sobre a identidade comunal também podem ser usados para desagregar, destruir, desmoronar o senso de coletividade.[347]

Para além, mas também inserida nela, existe a lógica de dois polos opostos – o da comunidade que luta pela manutenção da coletividade em seu território de uso compartilhado e referendado por sua história em comum *versus* os empreendedores (públicos e privados) que agem sob uma ótica do mercado e que entendem o território como propriedade e, portanto, como mercadoria, um bem de troca que possui sua valorização monetária. Existem ainda outras racionalidades em confronto internamente à comunidade de Miguel Burnier: de um lado Remo, que resguarda o seu território como o lugar do patrimônio familiar e comunitário, definido pela memória coletiva e materializada pelas referências culturais; e de outro Rômulo, que por meio de ações de quebra da estrutura social desmobiliza e fragmenta a coletividade, de forma a tornar opaca e esfacelada a rede de sociabilidades local. É uma luta por representação sobre o direito de ser e falar pela coletividade, em nome da comunidade.

Há constrangimentos estruturais que pontuam de forma sagaz a localização dos sujeitos na narrativa da comunidade, e que por meio de sobreposições de identidades sociais e situações de interseccionalidade, faz-se abarcar a complexidade do conflito para se buscar entender suas desigualdades através dos matizes das identidades que cingem as várias dimensões da vida social. O mapeamento das intenções e das posições sociais dos sujeitos envolvidos nas decisões da coletividade é, em grande medida, fluido e construído por filtros de interesse e de relações móveis e assimétricas na complexa teia de relacionamentos no cenário do conflito ambiental.[348]

Rômulo quer construir a sua cidade em outra colina, e por isso precisa angariar súditos. Remo, por sua vez, tem premonições que não são consideradas pelo irmão. Remo se ocupa de recolher alguns bens materiais que fragmentariamente se encontram dispersos nas sarjetas dos caminhos: fotos desbotadas, bilhetes de passageiros que andavam de trem: Série B – 2ª classe de Hargreaves para Burnier Cr$2,00; Série B – 2ª

[347] GUPTA; FERGUSON, 2000.
[348] MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. In: *Signs*, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.

classe de Engenheiro Correia para Burnier custava Cr$3,00; Série C – 2ª classe de Itabirito para Burnier custava Cr$3,00; Série D – 2ª classe de Conselheiro Lafaiete para Burnier Cr$8,00. Uma carteira de trabalho do pai e a sinaleira.

> "Você viu o semáforo? Era um sinalizador dos trens. Tinha no sentido Ouro Preto, Itabirito, Lafaiete. Vermelho parar, amarelo aguardar, verde seguir. Só restou este, ficava do lado do Grupo Velho, sentido Burnier Ouro Preto. Tive que recolher o que sobrou. Agora vou colocar na Estação para exposição. Só espero que 'eles' entendam o meu procedimento".

Remo chora sobre os cacos destroçados da cruz de pedra-sabão da cumeeira da Capela de Chiqueiro dos Alemães que desabou. Foram recolhidos sem nenhum rigor pelos funcionários da empresa e largados à sorte do tempo no porão do Santuário. Remo também já havia ouvido, olho no olho, que um trator poderia "resolver" aquele "outro problema rapidinho" – falando sobre a Igreja de Calastróis – pois "não precisa esperar ruir, é só encostar uma máquina na ruína e derrubar". E ouviu isso como se não se importassem com a sua presença, em uma reunião na qual estavam presentes membros de órgãos de preservação e funcionários da empresa. E se questionou: mas não são bens tombados e que têm condicionantes para a sua restauração?[349]



Figura 144 – Cruz na cumeeira da Capela de Chiqueiro – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 145 – Cumeeira da Capela de Chiqueiro sem a cruz – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.

[349] *Cf.* Condicionante nº 7 do Processo de Licenciamento nº 1778/2004/026/2011: apresentar proposta de revitalização e sinalização interpretativa, elaborada por profissionais das áreas de arquitetura e arqueologia histórica, sobre as igrejas de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis e Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães. Contudo, diferentemente da condicionante a da LP + LI do licenciamento nº 01776/2004/013/2011, não há proposta de execução de restauro para a Igreja de Chiqueiro dos Alemães na documentação do licenciamento ambiental. Consta-se o Inquérito Civil MPMG- 0461.10.000021-9 que trata do "Demolição parcial da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Chiqueiro dos Alemães) em Miguel Burnier".

Aliás, Remo ainda não se conformou com a roubo recentemente ocorrido (julho de 2017) da porta de madeira de pinho de riga da Igreja de Calastróis, a mais nobre entre as nobres madeiras. Peça que veio de fora para compor a ostentação dos costumes e da vida da sra. Wigg. E se pergunta: “com tantas câmeras, como ninguém consegue ver isso? Foi preciso o uso de uma caminhonete, e arrancar isso com máquinas!”. A solução dada pela empresa foi construir leiras no caminho e vedar todo o entorno da igreja com tapumes de madeira, afora manter as lonas caídas que nem tampam mais o telhado. Sob o ponto de vista de Remo, “assim fica mais fácil de acabarem com o que já estão acabando, porque ninguém vai conseguir mais acessar e visitar”. Porque parece ser mais fácil remover os escombros que destruir tudo.

Sim, porque as ruínas têm uso, as ruínas têm significado, e por isso só merecem a preservação. Elas são visitadas rotineiramente pela comunidade, que se lembra e conta sobre o passado: citam pessoas que viveram para cuidar desses bens, como o “saudoso Antônio Emídio Lana”. Havia missas mensais em Calastróis até poucos meses após o fechamento da Barra Mansa. Depois, tendo a comunidade da usina sido “convidada” a evacuar a casas, as missas também foram suspensas. Sobre isso, a Igreja se cala, aliás, teve uma missa especial no Santuário do Sagrado Coração de Jesus com a visita de Dom Geraldo Lyrio, arcebispo emérito da Arquidiocese de Mariana. Teve muito brilho irradiando de seus lustres de ferro sobre o mármore de carrara das paredes, apesar de todas as grandes rachaduras do edifício. Teve barraquinha com pastéis fritos na hora, delícia de Miguel Burnier. E quentão, porque eram tempos de São João.



Figura 146 – Missa do Bispo no Santuário – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.



Figura 147 – Missa do Bispo no Santuário – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

Há um pedido de tombamento do Santuário do Sagrado Coração de Jesus feito há anos pela comunidade ao Conselho de Patrimônio da Prefeitura de Ouro Preto. Também, o pedido de tombamento do núcleo histórico de Miguel Burnier, como foi feito em Rodrigo Silva, apesar de lá ter muito menos exemplares do conjunto ferroviário. No caso de Burnier, o tombamento do conjunto ferroviário abrangeu as edificações mais visualmente destacadas, sem levar em consideração o diálogo integral com várias outras estruturas ali mesmo existentes, de modo a restringir o perímetro de tombamento. Ficaram de fora do tombamento a balança e o hotel, além do conjunto de casas do entorno. Se fosse por isso, o distrito-sede seria protegido em sua integridade. Mas todos os novos pedidos de tombamentos estão parados, nada anda.[350]

A Igreja Nossa Senhora de Calastróis foi tombada no ano de 2012 sob a tutela da categoria de bens arqueológicos, uma discussão que deu o que falar à época, pois será que ela já estaria arruinada o suficiente para assim ser considerada? Ou seria, apenas, porque na situação não havia missas, uma decisão da Paróquia do Espírito Santo (Ouro Branco) a despeito do interesse da comunidade? O que representaria ser considerada um sítio arqueológico?[351]

Não se encontram os laudos de estado de conservação dos bens tombados em nível municipal pela Prefeitura de Ouro Preto, apesar de ser uma obrigação prevista na lei. Além disso, a condicionante ambiental que trata de sua restauração não foi executada.[352] Remo ficou pensando se isso não poderia ser uma estratégia de arruinamento muito bem-intencionada porque, afinal, “tombar” (no sentido literal do

---

[350] Na documentação do licenciamento ambiental há a condicionante d da LP + LI do licenciamento nº 01776/2004/013/2011: restauração e revitalização do conjunto histórico e arquitetônico do distrito de Miguel Burnier; com destaque para a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o conjunto de edificações da estação ferroviária. Contudo, observa-se que apesar do não cumprimento dessa condicionante, a LO desse último empreendimento já foi liberada com o nº 01776/2004/025/2016.

[351] *Cf. Livros de Atas do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI)*. 3 vols. 2003-2018.

[352] Na documentação do licenciamento ambiental há a condicionante a da LP + LI do licenciamento nº 01776/2004/013/2011: execução de restauro da Igreja de Nossa Senhora de Calastróis de Miguel Burnier com agenciamento do entorno. Consta-se a instauração do Inquérito Civil MPMG-0461.09.000027-8 que trata do “Situação de abandono e deteriorização da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis em Miguel Burnier”. Contudo, observa-se que apesar do não cumprimento dessa condicionante, a LO desse último empreendimento já foi liberada com o nº 01776/2004/025/2016.
A respeito da documentação dos tombamentos municipais: “3. Processo de Tombamento – Parte Administrativa (...) § 7º Para que um bem tombado seja considerado no ano seguinte ao ano de aprovação do processo de tombamento, o município deverá apresentar Laudo de Estado de Conservação do bem (ver item A do Quadro III), acompanhado da cópia da ficha de análise que aprova o respectivo processo”. In: *Conselho Estadual do Patrimônio Cultural*. Deliberação CONEP nº 06/2018. Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2018, p. 30. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/Deliberacao_Conep_06_2018.pdf>. Uma observação a ser feita é que essa legislação em vigor é assinada por Angelo Oswaldo, atual presidente do CONEP.

termo) um bem que não teria acompanhamento de seu estado de conservação, a quem isso poderia beneficiar?[353]

Remo ouviu um burburinho vindo da sede de Ouro Preto, falando sobre destombamentos. Nunca havia ouvido falar nessa palavra, mas ao conversar com os seus conselheiros entendeu o seu real significado. Apesar de não acreditar ser possível – "como alterar a letra da lei?" –, ele foi alertado para o caso da Serra da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro, onde os procedimentos de implantação da mineração de ferro da empresa Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A tem causado enormes impactos sociais, de modo a converter os interesses de preservação de bens culturais em mero recurso de exploração econômica.[354]

Tabela 19 – Bens tombados em Miguel Burnier.

DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL TOMBADO OU REGISTRADO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	CATEGORIA	DATA DO DECRETO DE TOMBAMENTO
Ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica	Federal	Bem Imóvel / Patrimônio Arqueológico	30/6/1939
Conjunto Ferroviário Miguel Burnier	Municipal	Conjunto Paisagístico	18/11/2010
Capela de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis e Cemitérios	Municipal	Conjunto Paisagístico	27/11/2012
Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães	Municipal	Bem Imóvel	27/11/2012
Pedra e Gruta do Vigia/da Traição	Municipal	Conjunto Paisagístico	12/12/2012

Fonte: Elaboração a partir de dados do IEPHA, PMOP, 2018.

Remo também mobilizou seus súditos quando viu caminhonetes roubando peças da centenária Usina Wigg na surdina da noite, em maio de 2018.

[353] No Ofício Compatri 39/2016 é informado que o "COMPATRI não dispõe de estrutura para elaborar laudos ou relatórios sobre o estado de conservação dos bens culturais tombados ou registrados pelo município". In: Autos do Inquérito Civil MPMG nº 0461.12.000230-2, p. 272.

[354] "Em 2007, a pedido do prefeito de Conceição do Mato Dentro, da Serra da Ferrugem através um projeto do executivo enviado à câmara dos vereadores abrindo caminho para a atividade mineradora na região. A serra da Ferrugem foi tombada em 2004 pela Lei Orgânica do município, resolução n° 003/2004, artigo172°, §8° e o Plano Diretor da cidade, resolução n°020/2003 proibia neste local qualquer tipo de exploração mineral que viesse a destruir o patrimônio natural e cultural da cidade". Cf. FONSECA, Adelson Oliveira. *A atividade mineradora e seus impactos sobre o turismo em Conceição do Mato Dentro*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades), Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2013, p. 60.

> “Levaram peças importantes do forninho, eu sei porque trabalhei lá por muitos anos. E como eu conheço muita gente na região, eu encontrei no ferro-velho. Cobrei do pessoal da empresa, e eles ficaram apertados porque eles têm a responsabilidade de cuidar, tá na área deles, sob a responsabilidade deles. Trataram de pegar tudo de volta no ferro-velho.”

Ele ressaltou a preocupação da empresa nesse tocante, pelo fato de “ela ter que cumprir com condicionantes ambientais relacionadas à proteção e revitalização das ruínas históricas da Usina Metalúrgica Wigg”. Em junho de 2016, houve um Seminário de Musealização da Usina Wigg, mas que parece ter sido arquitetado para não se chegar a qualquer consenso.[355] A população mobilizada por Rômulo se perguntava quais as finalidades de se gastar tanto dinheiro em patrimônio histórico, se faltava infraestrutura básica no distrito.

> “Sobre Miguel Burnier...
> Ah! Se todos que continuam te dando as costas fizessem algo por você!!
> Sobre a manifestação dos conterrâneos de Miguel Burnier, em Ouro Preto, no Seminário sobre a Usina Wigg, considero legítima, eu também manifestaria. Porém, demonstraria minha satisfação em ter, muito próxima, a revitalização do forno da Usina Wigg, patrimônio reconhecido nacional e internacionalmente.
> Quem morou em Burnier e nunca ouviu um dia dizer, sobre a importância de seus ‘feitos’? Todos sabem, ou pelo menos, ouviram rumores...
> Queremos Estação restaurada, queremos Usina Wigg restaurada, igrejas (todas) revitalizadas, sítios arqueológicos reconhecidos, queremos sim, nossa história viva!!!!!! E, quem não quiser que grite mais alto, mas, bem alto. Teremos asfalto, ruas calçadas, saúde e educação de qualidade, lazer, cultura e tudo que nos tiraram a vida inteira! Miguel Burnier nunca mais se calará!!

Além da espoliação dos bens da Igreja de Calastróis e da Usina Wigg, como se não fosse o bastante, a Usina Barra Mansa tem sofrido com diversos roubos de sua estrutura de ferro. Peças de maquinários e especialmente o telhado tem sido roubado. Remo viu vários carros estacionarem ali, soltarem as peças do telhado e deixarem as placas juntas e próximo do galpão de carvão, parte superior da usina. Depois, em outro dia, voltam e buscam o material: “mas parece que todos estão cegos”.

[355] A Usina Wigg possui condicionante nº 4 na LP do licenciamento nº 1778/2004/022/2010: apresentar uma proposta de programa de valorização do patrimônio histórico e cultural do município de Ouro Preto, com ênfase no distrito de Miguel Burnier, que contemple o “Projeto de Medidas de Proteção e Revitalização das Ruínas Históricas da Usina Metalúrgica Wigg”. É também condicionante b da LP + LI do licenciamento nº 01776/2004/013/2011: execução do restauro e musealização da Usina Wigg. Tal questão gerou a instauração do Inquérito Civil MPMG-0461.12.000203-9 que trata do “Restauro e revitalização da Usina Wigg em Miguel Burnier”. Contudo, observa-se que apesar do não cumprimento dessa condicionante, a LO desse último empreendimento já foi liberada com o nº 01776/2004/025/2016.



Figura 148 – Usina Barra Mansa, com destaque para a presença de telhado – Usina, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014



Figura 149 – Usina Barra Mansa, com destaque para a ausência de telhado – Usina, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.

Dizem por aí que esses roubos são feitos sistematicamente para dilapidar o patrimônio de Miguel Burnier. Pouco a pouco, facilitados pela empresa, que tem câmeras, mas não consegue ver, monitora suas minas com seguranças, mas que quase nunca são vistos cuidando dos bens históricos da comunidade.[356] Repentinas perdas, sucessivas destruições: não ter história, não ter memória e, mais ainda, não deixar nem vestígios é uma estratégia que beneficia os licenciamentos e mesmo a remoção da população dessa terra.

Mas Remo já sabe disso há tempos, previu quando viu os abutres chegarem. Ele tenta reunir os seus súditos, como antigamente fazia e quando sempre escutavam as suas palavras de aconselhamento. Mas, agora, com a nova geração que não conheceu os tempos áureos do lugar, é diferente. Eles são encantados por outros discursos: vamos conseguir que a empresa compre nossas casas por um valor bem alto! Eles querem comprar nossas casas, eu posso fazer um abaixo-assinado [Procuração em nome de seus advogados, para ação judicial a ser ajuizada contra a empresa Gerdau S. A. ou suas controladas], é só assinar aqui! Tá todo mundo querendo sair desse lugar. Burnier já acabou, gente! É muita poeira, a gente não tem estradas, tem médico uma vez por semana só! E para estudar, que dificuldade, temos só até o ensino fundamental! Tem que fechar mesmo, escola e posto de saúde, porque não nos servem! Tá muito ruim isso aqui, temos que procurar um lugar melhor para viver. Se a Prefeitura, a empresa e a Associação não fazem nada, a gente tem que procurar a melhor solução para a gente da comunidade! Não temos emprego! Nossos filhos não

[356] Número 109 do jornal *Edição do Brasil* com reportagem sobre o envolvimento do Grupo Gerdau na "Máfia da Sucata" (20/08/1984-26/08/1984); número 110 do jornal *Edição do Brasil* com reportagem sobre irregularidades envolvendo empresas do Grupo Gerdau (27/08/1984-02/09/1984). *Cf.* APM. GER-3, cx. 26, pc. 01; GER-3, cx. 26, pc. 02.

merecem isso, nossas crianças não têm lazer aqui! O que temos apenas, uma biblioteca? Mas os meninos de hoje não querem saber ler, poderia fazer ali na Estação uma sala com computadores ao invés de uma biblioteca.

Rômulo é o messias que irá redimi-los, estabelecendo uma nova ordem social de paz, de justiça e de liberdade. Ele insiste em seu projeto de construção de uma nova cidade em outra colina, uma Nova Burnier que dizem ter sido já traçada pelo reconhecido arquiteto Gustavo Penna, mas o plano ainda é secreto, ninguém da comunidade pode saber. Rômulo sabe que, ao promover as contradições no interior da própria comunidade, trava-se uma relevante forma de oposição à resistência da manutenção da comunidade em seu território. Porque, afinal, quem representa a comunidade? Quem pode falar pela comunidade nas instâncias democráticas de decisão?

E, para isso, mobiliza seus súditos a seu mando, sejam os jovens que fazem paralisação na via municipal pedindo melhorias, para assim mostrar a todos que ele representa a comunidade e não a Associação, sejam alguns velhos que há tempos já não moram em Burnier e não sentem piedade dos que ali resistem. E isso se explica porque estes ainda têm terras em Burnier, e querem vendê-las rapidamente para descongelarem um capital imobilizado. São esses mesmos velhos que, apesar de referências das tradições locais, dão informações contraditórias sobre a história de Burnier, sempre dizendo: “Vixe, mas isso aqui já acabou!”. Mesmo quando são representantes de importantes manifestações culturais de Miguel Burnier, a incoerência se instala na medida em que o interesse financeiro se sobrepõe à cultura, história e memória do lugar. E essa premissa não está apenas no poder hegemônico, mas instalada nos próprios veios do cristal da terra de Miguel Burnier.

Do ponto de vista do Rômulo, se a escola é insuficiente, melhor acabar com ela! Se no posto de saúde não têm médicos ou remédios, melhor fechá-lo. Se as casas são velhas, não devemos renová-las! Se a empresa não emprega os moradores de Burnier, temos que procurar empregos em outros lugares! Se acontecem roubos do patrimônio histórico, é porque aqui está perigoso demais, gente! Se o lugar está tão ruim, não podemos fazer festas religiosas, festivais de cultura e de futebol, pois não temos nada a comemorar!



Figura 150 – Festa junina na Escola Municipal Monsenhor Rafael – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 151 – 4º Arraiá da Estação – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017.

Mesmo assim, Remo é insistente. Ele mesmo capina e limpa os pés dos cruzeiros que ainda existem dispersos por ali e acolá: “tem ainda o principal, que fica de frente para o galpão de carvão do forninho, após a Portaria da Gerdau, 50 m à direita a pé. No meio do mato”. E lembra, esclarece e faz questão de registrar que os fundadores do Congado antigo foram Antônio Emídio Lana (Niquinho) e José Faria Gurgel, tendo Pedro Correia Pamplona como o primeiro capitão. Existia um outro cruzeiro, ali perto das casas demolidas na MG-030, e explica que o “sr. Dionísio era o dono do terreno e fez o cruzeiro. Mas era simples decoração. Vendeu para a Gerdau. Não tem mais”. Porque Remo já entendeu que só é possível lutar por algo que está registrado no papel, mesmo que o maior valor de conhecimento ainda exista nas mentes e corações de quem viu com seus próprios olhos todas aquelas histórias. Por isso, também, abriu o coração e começou a contar tudo que sabia. E mobilizou outros para que também contassem seus segredos.



Figura 152 – Antigo Cruzeiro que existia em frente às casas demolidas na MG-030 – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2013.



Figura 153 – Cruzeiro próximo à Usina Barra Mansa – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Abr. 2018.

A r(e)ocupação dos lugares de referência para a comunidade, com novos sentidos, é uma importante forma de resistência, uma resposta ao sentimento de ultraje que Remo sente. A Estação Ferroviária de Miguel Burnier foi o primeiro lugar de memória a ser (re)apropriado pela comunidade. Remo entende que para preservar é preciso usar, ocupar, então fez de lá uma biblioteca de uso comunitário, já visitada até pelos bisnetos de Miguel Burnier, o legítimo! “Isso mesmo, trem chique, sô, vieram do autêntico!”. Também dedicou uma sala inteira para guardar as dezenas de troféus que os clubes de futebol de Burnier ganharam nos campeonatos disputados com times de todo o Brasil. E deixou outra sala para que os instrumentos da Corporação Musical Sagrado Coração de Jesus e Maria fossem guardados com segurança. Ali, os membros também poderiam fazer seus ensaios e reuniões da Associação da Banda.

Mas Remo se consterna profundamente quando se lembra sobre os motivos que o levou a fundar o Projeto Estação Cultura, pois ele havia ficado chocado com a cena de uma mãe com uma criança no colo que com toda força tentava arrancar a janela da Estação. Ao ser perguntada sobre o que estava fazendo, o que estaria acontecendo, ela relatou que precisava de lenha para fazer a comida de sua filha. Perante a situação de vulnerabilidade social e de deterioração de um bem que representava o marco-zero do distrito-sede, pois foi dali que a sede urbana de Burnier ganhou sua dimensão, ele buscou uma forma de restaurar e operacionalizar a Estação, de modo a trazer benefícios para todos. Especialmente, porque o interesse era de que tudo se acabasse muito rapidamente, que nenhum valor afetivo se manifestasse sobre os bens, uma vez que estava sendo discutida a possibilidade de instalação da estrutura para carregamento de minério de ferro na área da Estação. Parecia uma piada de mau gosto, mas era apenas a expressão do valor da comunidade frente à ordem hegemônica.[357]

Daí Remo entendeu que poderia congregar todos novamente em torno de uma causa em comum. E isso poderia e deveria ser feito com alegria, retomando o sentimento que sempre existiu ali. Porque foi em Burnier que muitos constituíram e criaram suas famílias. Mesmo tendo que sair ainda na madrugada, com um frio que

[357] *Cf.* Condicionante nº 6 da LI do licenciamento nº 01778/2004/026/2011: não instalar estrutura para carregamento de minério na área protegida pelo tombamento do conjunto ferroviário de Miguel Burnier, sendo esta uma obrigação permanente.

literalmente congelava a água e a roupa de molho para ser lavada na pia do quintal. Porque as mulheres tinham lá seus segredos para lavar a roupa vermelha da terra.

> Olha, molha e ensaboa, com sabão em barra, tipo ipê. Coloque em um saquinho plástico amarrado e deixa exposto ao sol por um período de duas ou três horas. Aprendi com minha tia, que aprendeu com minha avó. Muitos ainda usam o quarar ao sol.



Figura 154 – Estação Ferroviária de Miguel Burnier em 2008. Acervo: Projeto Estação Cultura.



Figura 155 – Atualidade da Estação Ferroviária de Miguel Burnier – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.

Remo se juntou com outros ministros para organizarem o Festival do Projeto Estação Cultura, que no ano de 2017 teve sua 8ª edição. O que era ruínas foi restaurado e ressignificado, sendo salvo de uma possível morte. A restauração veio depois de muita luta e só foi possível por meio do tombamento do conjunto paisagístico feito pela municipalidade através da provocação da atuação do Ministério Público de Minas Gerais. O restauro da Estação Ferroviária de Miguel Burnier custou cerca de R$500 mil, o que trouxe à tona da questão que levaria a um investimento tão alto em um bem histórico, se a comunidade estaria tão carente: Rômulo estimula essa problematização entre os seus súditos.[358]

[358] Relacionados ao tema do patrimônio ferroviário da sede de Miguel Burnier, existem seis inquéritos civis pelo MPMG, a saber: Inquérito Civil MPMG-0024.08.001694-2 que trata de “Estação Ferroviária de Miguel Burnier" instaurado em 20/11/2008 e ainda em andamento; Inquérito Civil MPMG-0461.09.000006-2 que trata de “Apurar o estado de conservação da Estação Ferroviária e demais bens imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A, situados no distrito de Miguel Burnier, município de Ouro Preto " instaurado em 21/01/2009 e ainda em andamento; Inquérito Civil MPMG-0461.11.000048-0 que trata de “Acompanhamento e análise do projeto de construção de terminal ferroviário para carregamento de vagões e silo junto à Estação Miguel Burnier" instaurado em 27/04/2011 e encerrado em 14/08/2017; Inquérito Civil MPMG-0461.12.000047-0 que trata do “Conjunto Ferroviário" que corre em sigilo; Inquérito Civil MPMG-0461.12.000204-7 que trata de “Restauração e revitalização do conjunto arquitetônico do distrito de Miguel Burnier" instaurado em 14/08/2012 e ainda em andamento; Inquérito Civil MPMG-0461.15.000333-7 que trata de “Apurar o noticiado estado de abandono do antigo Hotel de Miguel Burnier e empreender medidas para preservação do bem cultural, integrante do Conjunto Histórico e Arquitetônico tombado de Miguel Burnier" instaurado em 04/08/2015 e ainda em andamento.



Figura 156 – Divulgação do 1º Festival Cultural de Miguel Burnier, 2008. Acervo: Projeto Estação Cultura.



Figura 157 – Divulgação do 8º Festival Cultural de Miguel Burnier, 2017. Acervo: Projeto Estação Cultura.

Para a realização das edições do Festival, mobiliza-se a participação de muitos moradores de Miguel Burnier em alguns dias de festejos que congregam todos em torno da Estação Ferroviária. Há programação para crianças e adultos, durante o dia e à noite. São expostas algumas das principais referências culturais que eles identificam no lugar, por meio de artesãos e de seus artesanatos, dos músicos e de suas músicas. Os doces como pé de moleque e cocada são imperdíveis! O pão com linguiça e o pastel de carne, insuperáveis, mas não se pode esquecer das batidas da Chiquinha! Essas ela não vende, é um brinde “só para a presidência”! O Festival é relevante por também promover o setor de serviços em Miguel Burnier, uma vez que a comunidade pode expor seus produtos nas barraquinhas de vendas que geram recursos para os burnienses, além de ter mão de obra local contratada para a execução da produção. A festa é tão boa que mesmo os filiados a Rômulo não deixam de dar uma espiadinha, quando são contagiados pelo clima festivo.

Durante o Festival, o distrito se transforma em reduto de resistência ampliado, de onde ecoam as denúncias, mas também os anúncios, da forma como viveram, vivem e como desejam viver. É também patrocinado pela Gerdau – aliás, não há nenhum projeto que possa se desenvolver ali se não contar com a sua “bênção” –, o que não impede certa autonomia da sua produção. Gera, em alguns momentos, entraves no tocante às responsabilidades de patrocinadores e apoiadores. Por exemplo: a Prefeitura de Ouro Preto se responsabilizou por emprestar o gerador, montar o palco e barraquinhas, sistema de som e luz, banheiros químicos. E de dar o

transporte para a Banda, que seria a mesma van que faria a visita guia de turistas aos bens tombados – ou em processo de tombamento – durante o 8º Festival. E contaria como guia local um morador muito entendido da história e importância de Miguel Burnier. Estaria tudo perfeito, só que não! O gerador não chegou até as 15h do primeiro dia do evento, sendo que ele havia começado às 8h. Depois de muitos telefonemas e de muita paciência, e mesmo custeando somente uma parte do aluguel, a Prefeitura enviou um gerador. Mas as vans, até amanhã não chegaram. E não houve visita guiada aos bens históricos que tinham sido até sinalizados em um mapa distribuído gratuitamente. Aliás, a Gerdau boicotou a capina da Igreja de Calastróis e a da Capela de Chiqueiro, como havia prometido.



Figura 158 – Atividade cultural do 8º Festival – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 159 – Atividade cultural do 8º Festival – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.

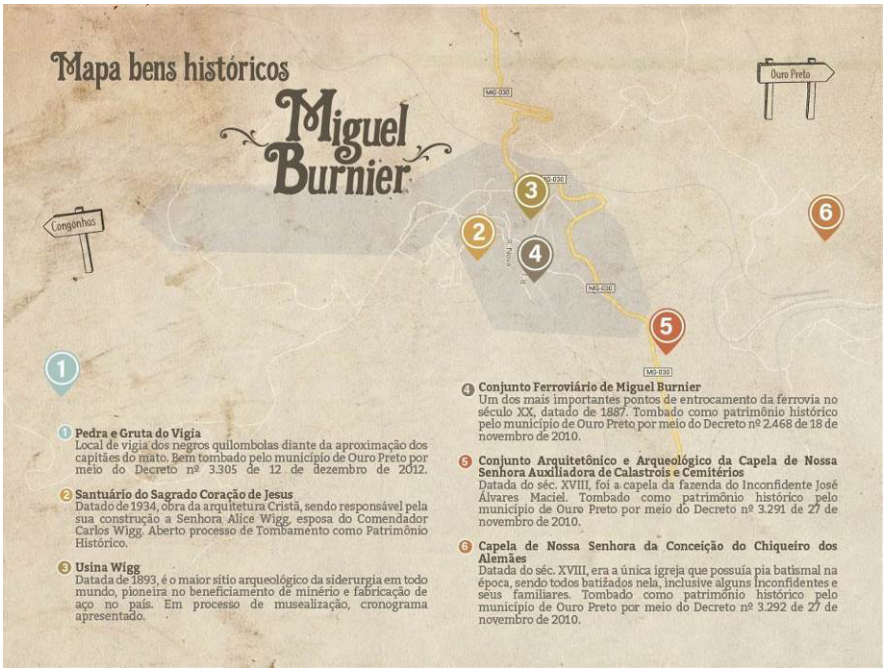


Figura 160 – Material de divulgação do 8º Festival Cultural de Miguel Burnier, 2017. Acervo: Projeto Estação Cultura.

Tendo resultados positivos com os Festivais, especialmente na última edição, na qual foi feito um torneio de futebol, burnienses ausentes se uniram para retomar essa importante expressão de identidade. Siderantim x Estrela Azul: comissão organizadora formada, equipes prontas, uniforme sendo distribuído e o juiz apitou! No dia Sete de Setembro de 2017, os campeonatos de futebol foram re(iniciados) em Miguel Burnier, após duas décadas de ostracismo. Ex-técnicos, zagueiros, goleiros e atacantes: muitas histórias sendo retomadas e contadas, a competitividade do time da Barra Mansa x Usina. Um campo de futebol e seu clube aqui, outro campo e clube lá. Havia torneios em dias diferentes: no Sete de Setembro, Dia da Independência do Brasil para o time Siderantim, que era dos trabalhadores da Votorantim/Barra Mansa; e no Dia dos Trabalhadores, em 1º de maio, para os funcionários da Usina Wigg. Gente de toda parte chegando, ônibus, mais ônibus, Nossa Senhora, vai ter onde todo mundo estacionar? Deu tão certo que fizeram a edição em maio de 2018, aniversário do time Estrela Azul. Uma reclamação dos participantes, contudo, é ressonante entre todos: a Gerdau, que teve de construir esse atual “campinho” por ter destruído o antigo do Siderantim onde hoje existe a instalação do seu almoxarifado, não respeitou o tamanho do campo. O outro era de tamanho profissional, esse, “não passa de brincadeira”, é muito pequeno, nem dá para os dois times com formação completa correrem.



Figura 161 – Festival do Sete de Setembro – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Set. 2017.



Figura 162 – Festival do Primeiro de Maio – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.



Figura 163 – Divulgação do Festival do Sete de Setembro – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Fonte: Facebook – 2017.



Figura 164 – Divulgação do Festival do Primeiro de Maio – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Fonte: Facebook – 2018.

"Símbolos da nossa continuidade", Remo explicou que a manutenção da coesão social também se dá por meio da permanência de toda sorte de tradições locais, incluindo os ritos religiosos. E em Miguel Burnier, a população é majoritariamente "católica apostólica romana", sendo expressiva a sua devoção em santos como São Julião, Nossa Senhora Auxiliadora, Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora do Rosário. Dizem, certa feita, que um bispo não pôde entrar no Santuário e depois disso jogou uma maldição em Burnier, motivo pelo qual o distrito não saía de sua condição de dependência e ruralidade.

> O Bispo, acho que Dom Oscar, chegou em Miguel Burnier na portara da Barra Mansa, mas não pôde acessar a Igreja porque precisava ser autorizado. Daí ele jogou uma maldição sobre o lugar, que somente o Papa tem condição de tirar. (...) Então essa história, o povo fica com isso na cabeça e acha que o lugar nunca vai para frente. Acha isso, acho aquilo outro.

Teve uma outra história de que um outro bispo havia morrido dentro do Seminário, depois que rolou escada abaixo nas escadarias que davam acesso à cozinha que ficava no porão. Remexer o baú da memória levanta muita poeira! O que dirão as irmãs Rita e Thereza, que eram responsáveis pelo Orfanato instalado no antigo Seminário Monsenhor Horta: suas filhas eram rebatizadas quando ali chegavam,

ganhando sobrenome Silva. Tinha-se que se perder o lastro de origem, o que permitiria qualquer rastreabilidade sobre a ancestralidade. Elas guardam as histórias do lugar, guardam livros de entrada de crianças, e por isso são homenageadas por suas filhas que cresceram e puderam também contar suas histórias para seus descentes.



Figura 165 – Homenagem às irmãs Rita, centro, e Thereza, à direita – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Out. 2017.



Figura 166 – As "filhas" em pose na escadaria em frente ao Santuário, s.d. Acervo: Coleção Particular Dalila de Fátima Alves.

Mas Rômulo não fica satisfeito com clima tão festivo. Ele, que é um homem de influência – inclusive funcionário da empresa, sempre tenta um jeitinho de estragar as utopias de Remo. No Sete de Setembro dificultou a ida da Banda que tocaria o lendário hino do Siderantim. Na Encenação da Semana Santa fez zombaria, e olha que já foi coroinha! Já tentou acabar com o Coral do Sagrado Coração de Jesus em pleno mês de Maria e proibiu a Festa de São Sebastião na capela de Crockatt de Sá, já que tem aliados de sangue por lá. No dia da procissão do Sagrado Coração de Jesus deu um jeito de colocar no caminho os galhos da árvore cortada em frente à escola que já tinham sido recolhidos, apenas para bloquear a passagem. Até mesmo proibiu o funcionamento de um dos dois únicos comércios do lugar, só para confirmar para todos que Burnier está em ruínas, nem uma venda, um armazém não tem! E deixou um aviso de fim das atividades grudado na parede do botequim: a partir daquela data no ano de 2016 o comércio encerraria suas atividades e que os devedores quitassem suas dívidas. Mas que atenderia ainda demandas de gás e alguns poucos alimentos.

Atuou influenciando o capitão do terno do Congado de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário, que no dia do santo padroeiro não saiu junto à procissão da Festa do Sagrado Coração de Jesus como de costume. De tal forma, não tinha quem baixasse a bandeira no mastro em frente ao Santuário. Estavam com uma agenda ocupada no dia, foram prestigiar uma festa de Congado em Congonhas, tendo Rômulo

facilitado, inclusive, o transporte. Talvez o remorso tenha deixado a consciência pesada, de modo que acabou organizando a Festa de Nossa Senhora do Rosário com grande brilho, tendo a presença de 13 ternos de vários municípios vizinhos.



Figura 167 – Festa do Sagrado Coração de Jesus – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jun. 2017



Figura 168 – Festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Out. 2017.



Figura 169 – Programação da Festa do Sagrado Coração de Jesus. Fonte: Facebook – 2018.



Figura 170 – Programação da Festa do Sagrado Coração de Jesus. Fonte: Facebook – 2018.

Até no projeto de pintura das casas (Comunidade+Arte) promovido pela Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP) no ano de 2016, Rômulo não se deu por contente. A ideia do projeto era renovar as fachadas do núcleo urbano de Miguel Burnier por meio da pintura usando pigmentos vindos da própria terra e empregando mão de obra local que era também capacitada para usar essa nova técnica. De uniforme da empresa, Rômulo deu um jeito de promover bate-boca e mesmo não

deixar que a segunda etapa do projeto ocorresse. Com seus motins, a fama de Miguel Burnier é levada pela força dos ventos, espalhando pelos pontos cardeais que a sua comunidade é violenta, perigosa e, mais importante, desunida. Como, então, promover ações de melhoria se não há contentamento e, minimamente, um ambiente de receptividade às propostas? Se cada um quer uma coisa? A recuperação visual de casas e áreas urbanas intensifica o bem-estar social e resgata a vitalidade cultural do distrito. O sentimento de pertencimento e a valorização dos espaços são incentivados e estimulados por ações como essa. Coisa que Rômulo é motivado para deixar acontecer.

Em outro momento, os jornalistas da Rede Globo de Televisão Zeca Camargo e Patrícia Poeta foram enviados até Miguel Burnier para fazerem uma matéria especial sobre a pintura do distrito, cuja pauta nem foi possível saber direito, tamanho reboliço que Rômulo fez. Ele pegou Zeca Camargo pelo braço e o convidou para dar uma volta pelo distrito. O moço ficou com medo e foi-se embora!

Rômulo tenta construir a sua imagem de representante único da comunidade de Miguel Burnier, à custa da deslegitimização de outrem e das contradições decorrentes das pautas de discussão na comunidade. A base da coibição e dos constrangimentos é importante para se mostrar forte e dar medo aos súditos e inimigos, o que inclui um discurso que posiciona a pobreza como um fator de risco, retórica também acionada pelo empreender. O mesmo fez em outras reuniões da Associação Comunitária, em reuniões com os membros da Secretaria de Patrimônio de Ouro Preto, e coisa pior foi evitada quando a visita dos promotores do Ministério Público foi adiada: sempre agita, faz alarde, gera falta de comunicação entre as partes.

Como golpe final, Rômulo quis destronar Remo do seu cargo de presidente da Associação de Moradores de Miguel Burnier (AMOBURNIER), tirando a legitimidade de sua representatividade perante a comunidade. Para tanto, espalhou cartazes explicando sobre a existência de uma outra chapa que foi legitimamente votada em reunião. Não deu certo, porque não existia legalmente a identidade jurídica da Associação por ele pleiteada. Tudo de boca, nada no papel. Só Remo sabe o quão difícil foi legalizar a AMOBURNIER, ora porque o cartório cobrava cerca de R$3.000, em taxas – dinheiro que eles não tinham – ora porque falavam que era preciso ter um advogado para dar entrada nos documentos e assinar a papelada. A sede da Associação ocupa o prédio histórico da antiga oficina de locomotivas, tendo área

inclusive destinada a uma horta comunitária, com muros que refletem o amor ao distrito.



Figura 171 – Muro do Centro Comunitário – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Out. 2017.



Figura 172 – Horta do Centro Comunitário – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Out. 2017.

É de se estranhar que tamanha engenhosidade saia somente de sua cabeça. Rômulo é muito sagaz, mas ainda melhor instruído por seus advogados, de modo que novas armas de luta são logo arquitetadas e arranjadas. E decide dar seu xeque-mate em Remo abrindo um processo judicial contra ele cobrando danos morais e servindo como no caso de Tiradentes como um "castigo exemplar". Tudo porque em uma reunião pública da Câmara Itinerante ocorrida em agosto de 2018, provocando e sabendo que assim o circo iria pegar fogo, Rômulo atiça Remo a expor todas as situações vividas pela comunidade. E que eram, em grande medida, provocadas por Rômulo a mando de Amúio.



Figura 173 – Convite virtual para a Câmara itinerante. Fonte: Facebook – 2017.

Paralelamente, Rômulo travou uma guerra tecnológica contra Remo. Sim, porque é preciso se adaptar aos novos tempos. Criou perfis falsos no Facebook e desde então, dia e noite, a luta virtual ocupa calorosamente a cena. Rômulo até deu um jeito de criar recentemente um novo time de futebol, “Gerdau Mina de Miguel Burnier”, e tem súditos de Remo que cederam à tentação e já fazem parte, porque, afinal, “o futebol mexe com a gente”. Remo, do seu jeito, continua perseverante e mobilizando seus companheiros. Ele sabe os limites de ser um mortal, diferentemente de Rômulo, que é filho de um deus. Mas os gêmeos não deixam escapar da memória que a grande mãe se tornou também uma deusa e, dessa forma, é também imortal.

> “Estou tão feliz com a comunidade de Miguel Burnier que me sinto um verdadeiro Mandela! O caráter de luta que ora alavancamos é mais importante que dar ouvidos àqueles que querem o fim do distrito! Bora Mandelar* meu povo! *Lutei contra a dominação branca, lutei contra a dominação negra. acalentei o ideal de uma sociedade livre e democrática na qual as pessoas vivam juntas em harmonia e com oportunidades iguais. É um ideal para o qual espero viver e realizar. Mas, se for preciso, é um ideal pelo qual estou disposto a morrer – Nelson Mandela.”

4.2. Reivindicação de conhecimento é quebra do domínio: racionalidades distintas sobre os arruinamentos

No contexto de conflito ambiental a negociação entre os interesses dos diversos grupos e partes interessadas se desdobra em uma arena de disputas múltiplas, com possibilidades desiguais e assimétricas sobre os usos sociais de memória, da história e do patrimônio de uma coletividade. Os procedimentos de patrimonialização são tomados como uma arma e oposição aos bloqueios simbólicos, cujas experiências estão pautadas nas referências culturais locais e, portanto, sendo um expediente relevante na luta da comunidade. E os agenciamentos que estão por trás disso, dispersos nos grupos sociais, indiciam diferentes possibilidades para a mobilização do uso do patrimônio.

> A atual obsessão pela memória, pelos patrimônios e pelos museus, em escala mundial, seria um sintoma dessas transformações. Autores que têm se dedicado a refletir sobre esses processos no mundo contemporâneo e suas repercussões nos discursos do patrimônio afirmam que tais transformações consistiriam num deslocamento de um regime de representação do tempo, que se caracterizaria pela valorização do “futuro” e sua substituição por um regime no qual o “presente” é fortemente valorizado em detrimento do futuro.[359]

[359] TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural*: trajetórias e conceitos. Brasília: ABA, 2012, p. 67-68.

Alterações involuntárias da percepção do tempo refletem perfis semânticos polissêmicos para a categoria patrimônio, assim como alguns de seus derivativos – como as ruínas –, que podem assumir uma retórica de perda e construção permanente. Com regimes próprios de percepção do tempo e do espaço, há rupturas nas formas de construção das narrativas históricas pelos diferentes sujeitos engendrados na realidade do conflito ambiental. São tempos e espaços diferentes para empreendedores (privados ou públicos) e comunidade.

Em bases geográficas oficiais, Miguel Burnier é descrito apenas pela sua composição de uma sede urbana e um subdistrito (Mota). As denominações das ruas se perdem nas escalas microscópicas de menos de um milheiro de habitantes. Mas os meandros da memória de sua população apontam para outros territórios e ampliadas identidades territoriais: Mota, Azia, Bocaina, Crockatt de Sá, Lagoa dos Porcos, Retirinho, Hargreaves, Chiqueiro, Vila Barra Mansa e Usina. Ainda, a própria sede urbana de Miguel Burnier é um palimpsesto de memórias, um universo de obliterações: Rua da Bagunça, Rua dos Funcionários, Rua Nova, Rua Duarte, Rua Manoel Gonçalves.

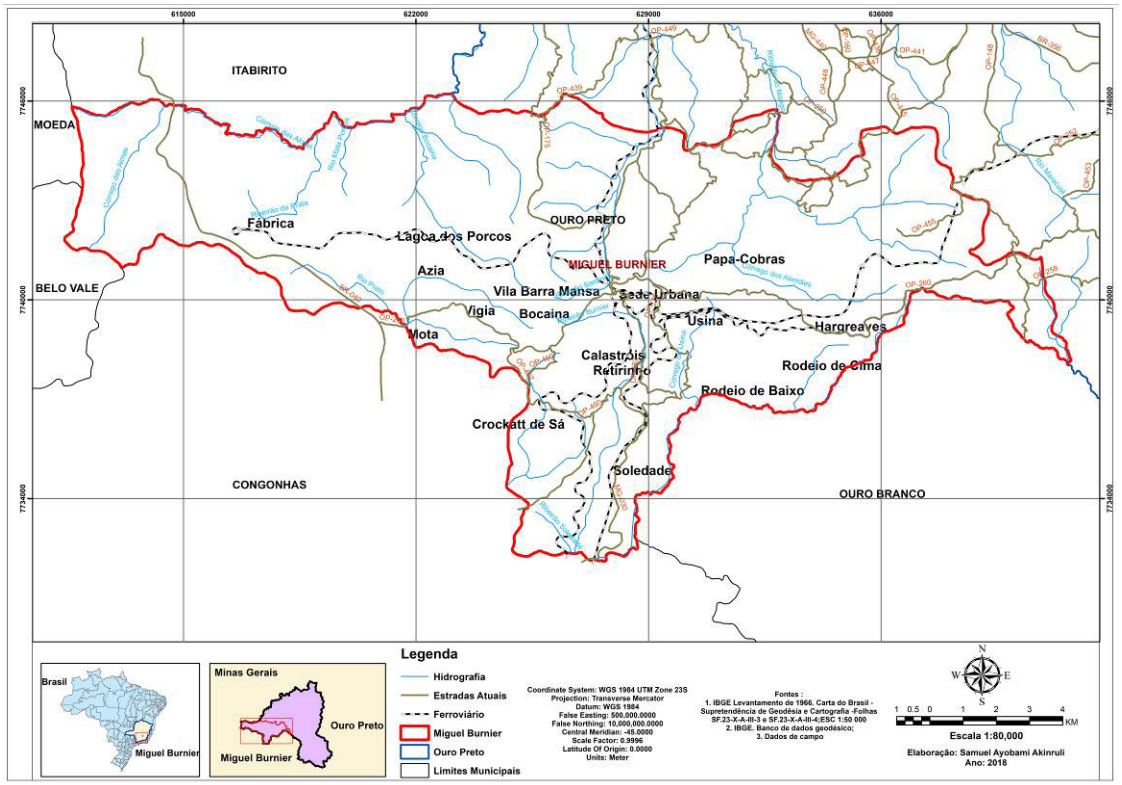


Figura 174 – Mapa de identificação do território de Miguel Burnier. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.[360]

Há diversos marcos da Estrada Real no distrito, seja nas estradas de acesso seja mesmo na própria rua principal da sede, que teimam em indicar referências sobre os lugares por onde passam. Mas fazem mais que isso: registram um ponto de vista único. Por exemplo: existe um marco que chamam de "Caminho Velho" (Caminho Velho de Ouro Preto a Paraty via Tiradentes), ou seja, no trecho da MG-030 entre Engenheiro Correia e a entrada de Miguel Burnier, um entroncamento de acesso à comunidade e que informa que, "apesar de sua grande extensão territorial, a população de Miguel Burnier é bastante reduzida, o que lhe dá um ar bucólico e pitoresco". Outro marco, este instalado na rua principal de Miguel Burnier, afirma ainda que "O povoado de Miguel Burnier suplantou o Xiqueiro com o advento da Estrada de Ferro no século XIX".[361]

Há uma consonância de vozes que tentam reforçar a imagem de aniquilamento do lugar, de arruinamento das estruturas sociais, de abandono de uma noção de coletividade. Não precisamos lembrar, entretanto, sobre o grande investimento turístico relacionado com o projeto da Estrada Real, fruto das parcerias nebulosas entre o governo e a iniciativa privada que, no caso, mais atuam na função de (des)orientar, des(informar) sobre o importante trajeto colonial no qual São Julião em tempos coloniais estava inserido.

A tentativa de construção de uma imagem de Miguel Burnier como cidade fantasma também está em textos acadêmicos. Para além de constatações, o ecoar das ideias geram ondulações que reverberam sobre a imagem dessa comunidade, com usos políticos muitos estratégicos e até mesmo perversos.

[360] Para melhor visualização, ver a versão do mapa impresso em A3 no Apêndice "8.3. Mapa de identificação do território de Miguel Burnier. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018".

[361] O projeto turístico de criação de uma rota nacional foi encabeçado pelo Instituto Estrada Real – criado em 1999 e ligado ao Sistema FIEMG – que consolidou a ideia por meio de roteiros entre os "1.630 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo". Cf. <www.institutoestradareal.com.br/>.



LAMPIÃO

PREFEITURA DE OURO PRETO ABANDONA DISTRITO

MORADORES DE MIGUEL BURNIER RESISTEM

Explorado há mais de 100 anos pela mineração, Miguel Burnier hoje é praticamente uma cidade fantasma: não tem farmácias, padarias, lojas ou delegacias. Apesar da resistência, o distrito perdeu cerca de 75% de seus habitantes em uma década. A migração de muitos moradores contrasta com os poucos que se negam a mudar do local. Se há consenso quanto ao abandono pela Prefeitura de Ouro Preto, há divergências sobre a atuação da Gerdau no local. PÁGINA 3

CIDADES

CRESCEM DENÚNCIAS DE AGRESSÃO ÀS MULHERES

CULTURA

GUARDIÃS DO CONGADO

REPORTAGEM ESPECIAL

MULHERES LUTAM POR ESPAÇO NA ECONOMIA

ENSAIO

Figura 175 – Destaque da capa do jornal d circulação regional que “Miguel Burnier hoje é praticamente uma cidade fantasma”. Fonte: *Jornal Lampião*, n. 27, julho de 2017.[362]

> Atualmente o local está praticamente abandonado, contando com uma população diminuta (971 pessoas, sendo que somente 382 residem na área urbana do distrito), vivendo em um lugar em franca decadência, em casas empoeiradas, ruas toscamente pavimentadas, falta de assistência em todos os setores, enfim em condições de abandono.[363]

[362] É interessante contar que na situação de abordagem dos jornalistas na comunidade estávamos em trabalho de campo. Das entrevistas que testemunhamos, nenhum dos pontos de vista contrários à ideia de cidade fantasma foram incluídos na matéria final, o que causou indignação e mesmo respostas da comunidade na página do Facebook do veículo da imprensa. É ventilada a possibilidade de ter sido uma matéria encomendada, com finalidades de se legitimar a representação de esvaziamento e decadência do lugar.

[363] CAMPOS, Fernando Rogério de Lima. *Miguel Burnier*: o lugar em fragmentação. Monografia (Graduação em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012, p.3. Outro ponto desse trabalho pode ser também destacado: “A estação ferroviária de Miguel Burnier, que no passado foi capaz de exercer tamanha influência no local, atualmente não passa

Ao afirmar que o local “está praticamente abandonado”, em grande medida, uma visibilidade dedicada à infraestrutura urbana é priorizada em oposição às experiências de vida, biografias de luta e resistência da comunidade. E que impacta diretamente nas vozes dissonantes que atuam na articulação de desagregação social que existe em Burnier. Ainda, avaliar que “somente 382 residem na área urbana do distrito” é não considerar de maneira comparativa a população dos outros distritos de Ouro Preto e sua realidade contextual. Como escutamos: “Enquanto houver uma pessoa com o interesse de ficar em Miguel Burnier, nós vamos nos articular para isso”.

Para além das constatações majoritariamente formais, como o número de habitantes ou a conformação urbanística, pergunta-se se essa descrição sobre o lugar seria feita da mesma forma pela própria comunidade. É expresso, em muitas situações, que o “tempo de poeira era esse aqui da Barra Mansa [apontando para a foto]. Quem reclama hoje de poeira não sabe o que é. Essa juventude que não viveu aqui, não sabe o que é”. Talvez, muitos nem saibam que “Miguel Burnier nunca teve uma padaria”. E que o pão de sal, a broa de fubá, o bolinho de chuva, e os diversos tipos de pães de fermento eram feitos em casa. Sem contar com os pães especiais oferecidos no ofertório da missa!



Figura 176 – Rua da Bagunça, nas proximidades onde hoje se encontra a Portaria I da Gerdau, s.d. Acervo: Coleção Particular Antônio Jesus de Lima.



Figura 177 – Rua da Bagunça, em ângulo quase idêntico ao da foto ao lado, durante o primeiro estudo de licenciamento ambiental. Fonte: BRANDT, PCA, 2004, p. 45.

---

de uma mera edificação abandonada (...), com janelas e portas quebradas e toda sorte de degradação, um quadro que não lembra em nada o seu apogeu. À exemplo da estação ferroviária o que se observa por toda parte, quando se transita pelo local, é um quadro de abandono total, com casas semidestruídas, antigos comércios fechados e poucas pessoas circulando pelas suas poucas ruas; contudo o ar característico das pequenas localidades continua presente e insiste em não morrer, apesar de tudo”. In: *Idem*, p.31. “A ferrovia e a siderurgia, outrora motivos de orgulho para a comunidade, hoje já não têm nenhum significado, visto que a primeira praticamente inexiste no local e a segunda, através da exploração mineral, se instalou de maneira inadequada, descaracterizando totalmente o lugar com as modificações impostas”. In: *Idem*, p.37.

E como foi confidenciado certa vez por uma moradora da Miguel Burnier em uma situação de encontro de ternos de congado, “se a cidade é fantasma, óia o tanto de assombração que tá nas ruas! Você já viu tanta assombração assim junta?”. O tom de indignação e deboche foi deflagrado ao me puxar para dentro de sua sala de estar, longe dos olhares dos outros moradores que acompanhavam o movimento de aproximação da população conosco, e muitos meses depois de acompanharem a pesquisa de maneira próxima, mas também de forma ressabiada, com distanciamentos que indicavam até onde se poderia ir de cada vez. A interlocução era sempre um movimento pendular: ir e vir, escutar e falar. Todos sabiam que o que se falava poderia ser determinante para a construção da narrativa desejável por alguns e perigosa para outros. Nesse caso, é muito consciente, por parte dos próprios nativos, o poder da informação que eles concedem ao pesquisador.

Ademais, não se sabe ao certo de que lado se está: se do lado de Rômulo ou de Remo. A desconfiança marca a relação não somente com os pesquisadores que ali vão, mas também entre os próprios membros da comunidade. As perguntas iniciais se “você é da empresa?” pouco a pouco foram dando lugar para “o que vocês fazem aqui?” e, na sequência, “mas por que Miguel Burnier?”. Ao fim, os questionamentos se modulam para outras frentes como “dia Sete de Setembro você vai estar aqui, né?”, “Você ficou sabendo?” ou “como vai sua menininha?”. A experiência dos pesquisadores anteriores em Miguel Burnier também deixa rastros que influenciam o relacionamento de pesquisadores que posteriormente mergulham na comunidade.

A ideia de morte da comunidade assombra a vida dos seus moradores, marca um tempo rejeitado na cronologia inimaginável. Está na boca do povo, no universo das ideias. Amedronta o porvir. E é também alimentado por pesquisas, feitas não somente por técnicos e consultorias de patrimônio cultural e licenciamento ambiental, mas por acadêmicos, cujos discursos retornam à comunidade gerando profundas lesões, máculas na identidade que cristalizam preconceitos. Em grande medida, a maioria das pesquisas se dá no local em um tempo muito limitado e não levando em consideração a visão da comunidade sobre seu ambiente ou, ainda, o impacto que os estudos acarretam.

Por exemplo, apesar do interesse de grande valia em se entender os motivos de derrocada da malha ferroviária brasileira – e, essencialmente, do transporte de passageiros –, uma visão sacralizada sobre os conjuntos urbanos como obra de arte

imputa noções cristalizadas e romantizadas de um passado não considerado em sua historicidade e, portanto, nas dinâmicas existentes entre mudança e permanência.

Privilegiar a visão da arquitetura – ou, talvez, dos patrimônios culturais edificados e de seus conjuntos urbanísticos – pode embaçar outros pontos de vista: de quem ali mora e quem tem a autoridade de falar, mas que, em grande medida, ou não são ouvidos, ou quando o são, suas falas servem apenas de forma pragmática para a concessão de dados ou, ainda, são desprezadas e colocadas em nível abaixo que a do olhar técnico. De qualquer modo, expõem conflitos no campo das ideias, que reverberam compromissos diferentes com o conhecimento científico, em seus diversos seguimentos e níveis de formação.

Em outro artigo, a proposta e variação de escalas de observação se mostra bastante interessante, especialmente quando se relaciona à possibilidade de se evidenciar "o silenciamento de outras tantas histórias e memórias que também compõem a história de Ouro Preto", tomando o exemplo do distrito ouro-pretano de Miguel Burnier. Contudo, o fôlego para se escrevinhar sobre o distrito parecee ter se esgotado à medida que foram gastas quatorze páginas a discorrer sobre "delicada confecção dos contornos e conteúdos" que informam, sobre questões teóricas, a despeito das sete páginas que preambulam o contexto específico de Burnier fartamente ilustrado.[364]

> Sem demandas significativas para transporte, a Ferrovia de Miguel Burnier foi desativada no decorrer das décadas de 1980 e 1990, ficando paulatinamente legada ao abandono. Por outro lado, a intensificação da exploração de minério de ferro na região sem os cuidados requeridos com a preservação do espaço sócio-histórico e cultural – de seus bens materiais e imateriais, suas dinâmicas, memórias e histórias, tem conferido a esse distrito de Ouro Preto traços de uma *cidade fantasma*, na qual persiste apenas um restrito número de moradores – resistindo ou anuindo às condições que lhes são impostas.[365]

Miguel Burnier chama a atenção dos pesquisadores do patrimônio cultural, especialmente em sua perspectiva arquitetônica. Talvez pela luta travada em se tentar entender a linha que circunscreve uso e desuso, opulência e ostracismo em tempos contínuos. A pesquisa de Jeanne Crespo intentou analisar "o espaço vivido resultante do embate entre as territorialidades dos agentes espaciais que produzem territórios em áreas de mineração", fundamentalmente por meio da articulação entre "Estado, Empresas de Mineração e Grupos da Sociedade Civil – constituídos pela comunidade local". Mas também caiu na armadilha conceitual de reificação de Burnier enquanto

[364] BECHLER, Rosiane Ribeiro; PEREIRA, Júnia Sales. Ouro Preto de todos os tempos: sentidos e efeitos do patrimônio na condição histórica da cidade. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 6, 2014, p. 69.
[365] *Idem*, p. 83.

uma cidade fantasma. Talvez porque seu universo de diálogo tenha ficado de certa forma circunscrito a apenas duas fontes secundárias sobre Miguel Burnier, adicionado de alguma experiência de campo. [366]

> Ante o exposto, quando chegamos à sede do Distrito em questão, deparamos com uma ambiência de "cidade fantasma", caracterizada por um baixo quantitativo populacional (de acordo com o censo IBGE 2010, o distrito conta com uma população de aproximadamente 382 residentes na área urbana) e sérias deficiências urbanísticas, tais como alterações desordenadas na topografia do terreno, desmatamento da cobertura vegetal, arruamentos irregulares com pavimentação falha, conjuntos dispersos de edificações tecnicamente simples e mal conservados, além de focos de vazios urbanos subutilizados. Há também uma grande deficiência de mobiliário urbano e na oferta de bens e serviços à população, além da grande quantidade de edificações abandonadas e em processo de arruinamento; principalmente, aquelas que compõem o conjunto histórico arquitetônico de Miguel Burnier, legado proveniente de seu histórico de enclave mineiro-industrial, o qual não é oficialmente protegido como patrimônio cultural.[367]

Modelo um pouco deslocado dos arquitetos que já abordaram Burnier em suas pesquisas, a monografia defendida na Escola de Arquitetura da UFMG no ano de 2015 procura entender os jogos de forças existentes no cenário do distrito, empregando metodologia de cunho colaborativo:

> Partindo de um macroplanejamento ambiental, o trabalho chega à escala de planejamento local, mediante a investigação de processos participativos, capazes de ajudar seus moradores a compreender os processos (o que está acontecendo com Miguel Burnier) e apontar meios (dispositivos que funcionem como armas legais, metodológicas, projetuais, etc.) para tomadas de decisão. A expectativa do trabalho foi a de apontar possibilidades de permanência dos cidadãos que legitimamente valorizassem suas histórias e raízes.[368]

Contudo, acaba por cair no mesmo ponto de observação do esvaziamento populacional do distrito e retirando o protagonismo da comunidade sobre o entendimento da realidade local, uma vez que a pesquisa acaba por criar cartilhas de grande valia para a empresa de mineração, visto que, além de identificar lugares

---

[366] CRESPO, Jeanne Cristina Menezes. *Das "Minas" e suas Serras*: narrativas de construção das paisagens da mineração no Quadrilátero Ferrífero (MG). Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2015, p. 192. É preciso salientar o erro de imagem referente à "Figura 35: Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães, Miguel Burnier, Ouro Preto, MG". Essa fotografia não diz respeito à Capela de Chiqueiro dos Alemães, mas sim à Capela de São Sebastião em Crockatt de Sá. In: *Idem*, p. 199.

[367] In: *Idem*, p. 202. *Cf*. CRESPO, Jeanne Cristina Menezes. Reflexões sobre a patrimonialização das paisagens no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, MG. In: *Anais do IV Enanparq* – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, p. 01-18, 2016.

[368] FIALHO, Thiago Alfenas. *Resistências contra-hegemônicas em áreas degradadas por mineração*: uma experiência em Miguel Burnier. Monografia de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2015. Sua pesquisa ganhou menção honrosa no ano de 2017 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU/MG) pela "visão crítica e propositiva em uma intervenção à escala territorial, com o objetivo consistente que resulta numa cartilha que apoia ações junto à comunidade". *Cf*. <http://cargocollective.com/thiagoalfenas/Miguel-primo-de-Bento>.

críticos ao conflito ambiental, ainda é validada por uma possível colaboração da comunidade em seu processo produtivo.

No caso da pesquisa realizada pela antropóloga Andreza Aruska, que terminou seu doutorado em universidade de Escócia, o seu sexto e último capítulo apresenta um panorama sobre Miguel Burnier. Assim como na tese de Jeane Crespo, ao distrito é reservado um capítulo derradeiro com a função de exemplificar e constatar o universo retórico construído nos capítulos anteriores da tese. Basicamente, a autora buscou entender as políticas de exclusão e preservação no município de Ouro Preto, um Patrimônio da Humanidade. Para tanto, Aruska se apoia em entrevistas, material de arquivo, observações etnográficas, e na análise de reuniões públicas sobre a preservação da cidade em Ouro Preto em 2013.

No capítulo intitulado “Preservation or mummification in Miguel Burnier”, a antropóloga reforça a ideia de distrito em decadência. Contudo, verte sua reflexão para um ponto de interesse: o fato de que a participação da sociedade é uma condição às atuais políticas urbanas, o que pode levar à formação de ideias de preservação das cidades de acordo com as demandas locais específicas e, portanto, menos impositiva de uma ordem intelectual advinda dos Estados. E olha do ponto de vista especialmente de sua participação nas reuniões do Conselho, onde se refletia a competição entre os interesses de expansão da mineração, tendo os participantes opiniões notoriamente diferentes que demonstram as diversas hierarquias sociais e de conhecimento.[369]

Mais próximo dos olhos e do conhecimento da comunidade é o livro fruto de uma condicionante de licenciamento ambiental produzido com o patrocínio da Gerdau.[370] Nem por isso, escapou da sedução da estética dos arruinamentos, talvez, de certa forma, influenciado pelos autores arqueólogos que há anos possuem trajetória de consultorias para grandes empreendimentos minerais – como a Vale e a Gerdau, e seus colaboradores, entre eles funcionários da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. O texto, com prefácio do então prefeito de Ouro Preto Ângelo Oswaldo, é aberto sentenciando que Miguel Burnier seria uma “síntese da nossa história”:

---

[369] SANTOS, Andreza Aruska de Souza. *Perceiving and participating in cultural heritage*: an ethnography about the process of preservation of Ouro Preto, Brazil. Tese de Doutorado em Antropologia Social, University of St. Andrews, 2016, p. 208.

[370] *Cf.* Condicionante nº 01 da LO do licenciamento nº 01778/2004/031/2012 e 01778/2004/037/2013: apresentar o livro sobre a história de Miguel Burnier, conforme prazo solicitado no documento R288152/2012. É também condicionante nº 8 da LP do licenciamento nº 01778/2004/026/2011: produzir livro sobre a história do distrito de Miguel Burnier, com pelo menos dois mil exemplares para distribuição gratuita” em projeto de educação patrimonial. É ainda condicionante nº 1 da LO do Processo de Licenciamento 01778/2004/031/2012: apresentar o livro sobre a história de Miguel Burnier, conforme prazo solicitado no documento R288152/2012.

> As marcas da história se multiplicam e se acumulam pelo território de Miguel Burnier, porque nele se concentram etapas decisivas da construção de Mina Gerais e do Brasil. Parcela importante do município de Ouro Preto, tal como a cidade monumento, é também uma síntese.
> Ao longo do tempo, do ouro ao aço, das tropas ao trem de ferro, das ermidas ao grande santuário, da Fazenda dos Caldeirões à Fábrica Patriótica de Eschwege, de São Julião a Miguel Burnier, há uma linha luminosa que perpassa os principais monumentos da trajetória do país e nos envolve na consciência de nossa identidade.
> Desde sempre mineiros e mineradoras, bandeirantes, inconfidentes, pioneiros e artífices inovadores do progresso, os ouro-pretanos de Miguel Burnier encontram nessas marcas os signos que anunciam o desenvolvimento compatível, pelo qual se harmonizam passado e futuro no presente de prosperidade e paz.[371]

A consciência sobre a importância histórica e econômica de Miguel Burnier se dá não obstante uma cronologia silenciada de lutas sociais pelo direito ao território em tom amigável de "prosperidade e paz". Tais questões parecem não ter espaço no livro, e não seria diferente, haja vista suas condições de produção. As resistências não perpassam por suas páginas, e as gentes aparecem em segundo plano, no último dos 11 capítulos da obra, em uma seção denominada "Patrimônio Imaterial de Miguel Burnier – Festas, Bandas, Celebrações e Sonhos". No máximo, a visão das lutas existe do ponto de vista das elites, pela inserção de Miguel Burnier no panorama da Inconfidência Mineira.

Há um trato tácito sobre o que expor, em qual nível de aprofundamento ou superficialidade abordar os temas. A edição acaba por corroborar uma visão de Miguel Burnier pautada nos conhecimentos produzidos em âmbito de viabilidade ambiental, tendo por foco um passado glorioso e monumental em simetria à construção estética dos arruinamentos de suas edificações no presente. Estes seriam sinais, marcas históricas que quase iriam se desgastando ao longo do tempo, tendo a natureza emoldurada pelas serras de Minas uma partícipe incondicional do universo narrado insistentemente a partir dos seus patrimônios em pedra e cal, como era feito desde o início das atuações dos órgãos de preservação do país.[372]

Fotografias em preto e branco e com efeitos que reforçam um ambiente bucólico, desgastado, consumido pelo tempo. Documentos históricos ampliados e fartos, ruas da comunidade esvaziadas de pessoas, tempo congelado. História feita de um presente que parece uma ficção. A comunidade de Miguel Burnier, consciente de sua história, entretanto, refutou o livro – não o rejeitando completamente, afinal, ter um

[371] BAETA; PILÓ, 2012, prefácio.
[372] MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016.

livro só para contar sobre Miguel Burnier "já é considerado um ganho" –, mas indicando uma questão que perpassa pelo horizonte das distintas racionalidades que operam sobre o processo de construção do conhecimento: foi feito por quem, para quem e qual a sua função?

> Ah gente, porque aquele livro lá, num tem gente nele não! Tem coisa lá que eu nunca ouvi dizer (...) Eu não me identifico. E quando fizeram o tombamento, num vieram conversar com a gente nada. A gente ficou sabendo depois. A gente poderia ajudar né? Porque a gente viveu e cresceu ali, né?

Em grande medida, os discursos que tratam do esvaziamento do lugar não levam em consideração os dados populacionais de forma correlacional ao contexto de Miguel Burnier e/ou também usam informações errôneas de bancos de dados e/ou banco de dados não confiáveis. Ainda, não basta apenas analisar a evolução dos distritos individualmente e por isso é necessário verificar qual a representatividade desse crescimento em relação ao crescimento total do município nesse período, pois esse fato poderá nos dizer qual é a variação e o distrito que mais atração ou retração de população tem no período analisado.

Se se analisar de maneira cuidadosa a amostragem intramunicipal, visualiza-se que na evolução populacional do município de Ouro Preto em relação aos seus distritos no período de 2000 a 2010 há um decréscimo populacional não somente em Miguel Burnier, como também em Rodrigo Silva e Santo Antônio do Salto (apresentam queda neste indicador com índices inferiores a -8%), enquanto os distritos de Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo e Santo Antônio do Leite apresentaram um crescimento populacional superior a 15%.[373] Em escala regional, o município de Ouro Preto, por sua vez, cresceu com uma variação muito baixa em comparação à densidade demográfica do Estado de Minas Gerais.

[373] *Cf*. CRUZ, Rafael Igino Ferreira. Análise da evolução populacional dos distritos de OuroPreto/MG entre os anos 2000 e 2010. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) – Departamento de Cartografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

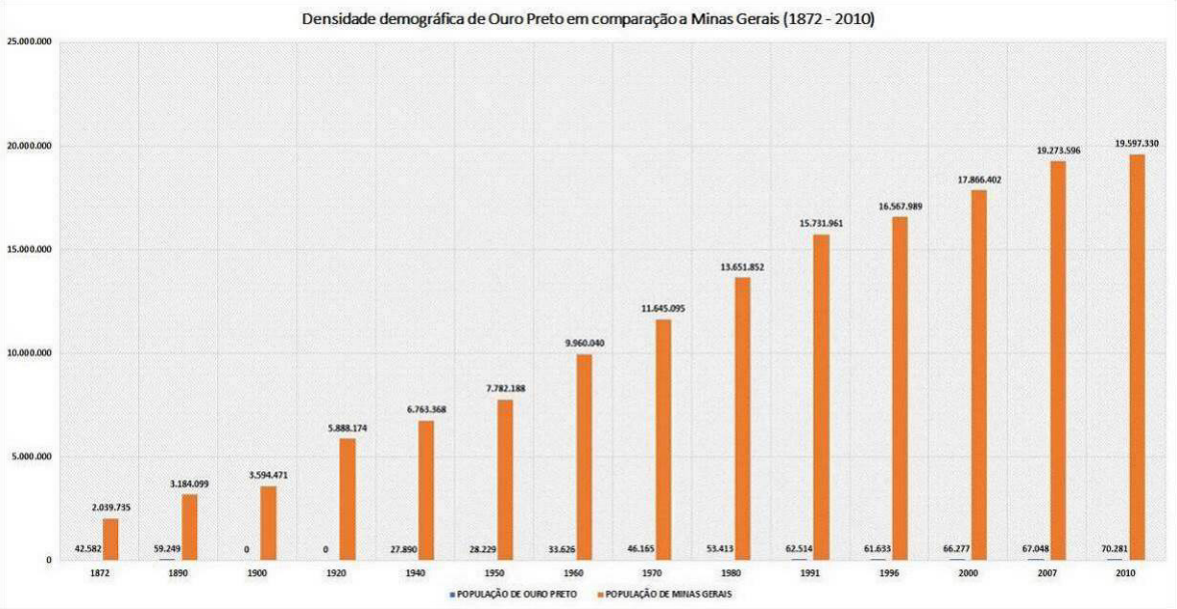


Figura 178 – Densidade demográfica de Ouro Preto em comparação ao estado de Minas Gerais no período de 1872 e 2010. Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE.

Não obstante não se tenham dados específicos da população de Miguel Burnier anterior ao ano de 1950, entende-se que até esse período foi o momento em que Miguel Burnier concentrou maior densidade populacional. Aspectos de sua história são capazes de evidenciar essa especificidade, quando a Usina Wigg tinha um perfil de atração da população por meio de expansão de atividades industrial e apoio em relação às bases de manutenção da vida do operário próximo ao lugar de trabalho.

Sua população se manteve relativamente estável entre as décadas de 1960 e 1980, com pequenas variações positivas e negativas, tendo a estimativa de população próxima a 3 mil pessoas. Situação de alterações proprietárias do patrimônio da Usina Wigg para a Usina Barra Mansa, e encanamento de diversas outras mineradoras menores que atuavam no distrito de forma fragmentária, o projeto de expansão das atividades de mineração em Burnier eram em escala maior, contemplando as minas de Várzea do Lopes e Fábrica.

Quedas mais bruscas começaram a ser sentidas a partir do ano de 1990, mesmo antes do fechamento da Barra Mansa, em 1996. O impacto populacional diretamente relacionado ao encerramento das atividades da Barra Mansa, sob as condições já apresentadas de, inclusive, promoção e financiamento de esvaziamento das vilas operárias pela Votorantim, pode se ser mensurado como sendo menor que o decrescimento populacional após o encerramento da Barra Mansa ou ainda menor que o momento de instalação da Gerdau em Miguel Burnier.

Tabela 20 – Dados censitários comparativos entre o distrito de Miguel Burnier e o município de Ouro Preto.

ANO DO CENSO	POPULAÇÃO DE MIGUEL BURNIER	POPULAÇÃO DE OURO PRETO	POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS
1872	--	42.582	2.039.735
1890	--	59.249	3.184.099
1900	--	65.383	3.594.471
1920	--	51.136	5.888.174
1940	--	27.890	6.763.368
1950	3.549*	28.229	7.782.188
1960	3.020	33.626	9.960.040
1970	2.913	46.165	11.645.095
1980	3.066	53.413	13.651.852
1991	1.944	62.514	15.731.961
1996	1.279	61.633	16.567.989
2000	954	66.277	17.866.402
2007	971	67.048	19.273.596
2010	809	70.281	19.597.330

* Sendo que na Vila de Miguel Burnier moravam 912 pessoas.[374]

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE e SENNA, 1906.

A questão populacional deve ser tratada de forma multifatorial, tendo questão de ordens mais amplas atingindo a população do distrito e que estão em consonância, por exemplo, com o aumento do êxodo rural no Brasil ao longo das décadas do século XX; a retratação da economia brasileira na década de 1990 e mesmo do mercado internacional de demanda em relação ao minério de ferro. Em consonância com a população do município de Ouro Preto, houve diminuição da população também no distrito de Miguel Burnier. Contudo, o movimento de crescimento populacional que se segue a partir de 2007, mesmo que de maneira acanhada, não foi sentido no distrito, cujas condições específicas do contexto de conflito ambiental pressionam, inclusive, sobre os resultados da infraestrutura local e qualidade de vida sob os cuidados da Prefeitura e que, portanto, influenciam diretamente a permanência da população, especificamente no caso do distrito-sede de Miguel Burnier.

[374] IBGE, v. XXVI, 1959.

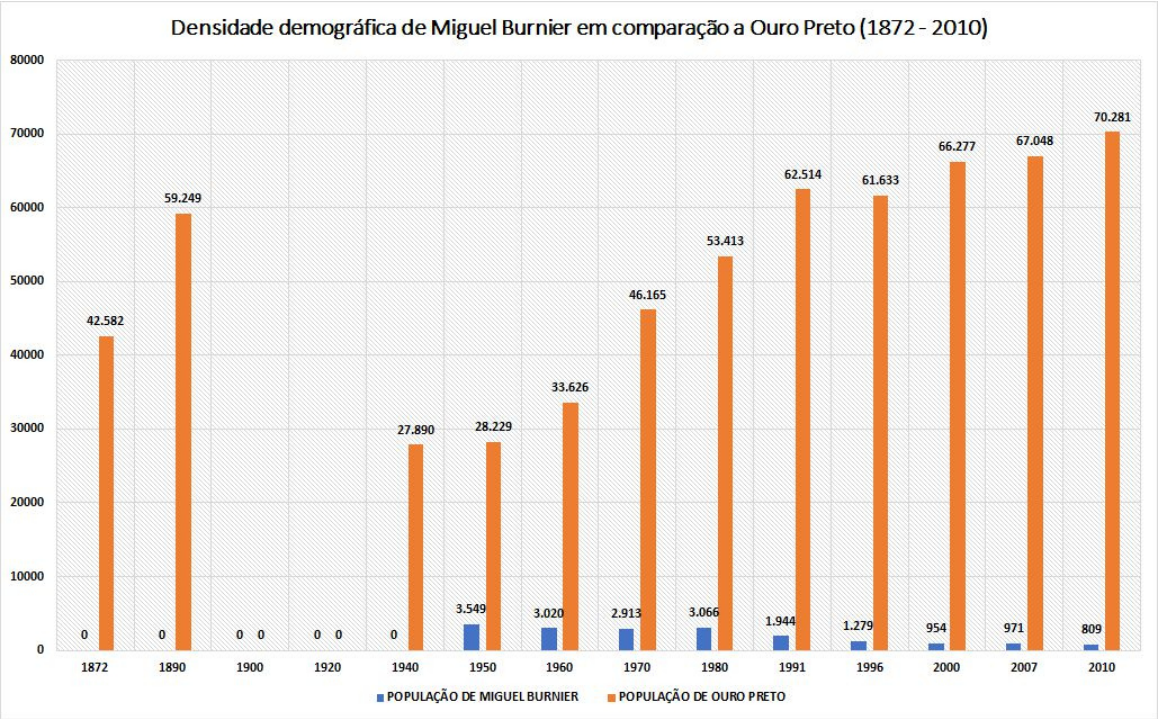


Figura 179 – Densidade demográfica de Miguel Burnier em comparação ao município de Ouro Preto. Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE.

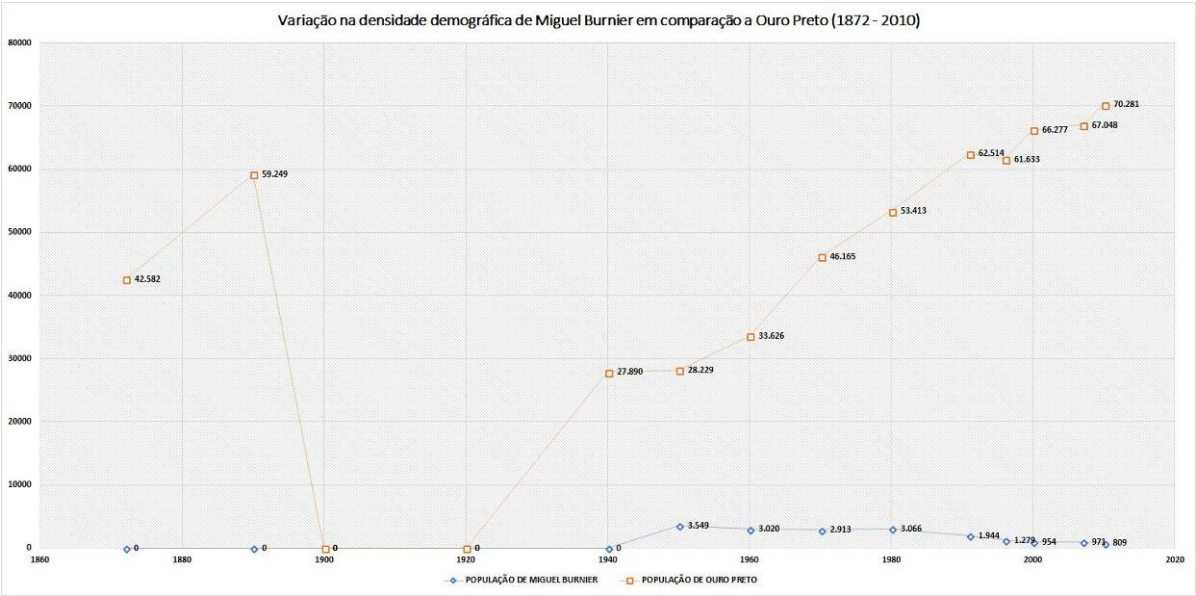


Figura 180 – Variação da densidade demográfica de Miguel Burnier em comparação ao município de Ouro Preto. Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE.

Tomando por base a evolução domiciliar dos distritos de Ouro Preto, na evolução das condições de saneamento, abastecimento adequado de água para o consumo humano, e o escoamento sanitário apropriado e coleta de lixo, busca-se entender mais apuradamente sobre os índices relacionados à infraestrutura local e que, portanto, impactam na qualidade de vida nesses locais. Em relação à evolução do total de domicílios particulares permanentes em cada distrito, Miguel Burnier, juntamente

com Rodrigo Silva, apresenta taxas de -5 até 4%, o que indica ou baixo índice de novas construções ou, no caso de Miguel Burnier, que apresentou o único índice negativo nesse quesito, que ocorrem demolições e evacuações no período analisado.

No quesito abastecimento de água, Miguel Burnier não está sozinho em seu índice negativo: São Bartolomeu e Antônio Pereira também apresentam uma taxa de -5 até -1, cuja variação negativa indica o índice de residências não contempladas por esse serviço. Por sua vez, a evolução de domicílios com escoamento sanitário apresentou uma característica peculiar: grande parte dos distritos de Ouro Preto teve taxas de crescimento inferior a 3%, contudo, os distritos de Miguel Burnier e São Bartolomeu apresentaram taxas inferiores à -34%. Os distritos de Amarantina, Engenheiro Correia, Cachoeira do Campo e Santo Antônio do Salto apresentaram os maiores índices desse indicador (4% a 16%). Mesmo com o crescimento do número de domicílios na grande maioria dos distritos de Ouro Preto – com exceção de Miguel Burnier –, muitos surgiram sem a infraestrutura básica de escoamento sanitário.

O cenário evolutivo encontrado no indicador de coleta adequada de lixo indica que Miguel Burnier teve uma evolução de 10% a 20%, juntamente com Santo Antônio do Leite, Cachoeira do Campo, Amarantina, Rodrigo Silva. O único índice positivo do distrito de Burnier informa que, de maneira geral, o serviço de coleta de lixo aumentou em todo o município, uma vez que esse indicador leva em consideração a coleta realizada pelo serviço de limpeza urbana e por suas caçambas disponibilizadas nos locais para recolhimento posterior.[375]

Esses índices, mesmo que recortados em relação a um espectro maior de possibilidades de análise, evidenciam de maneira cabal a relação entre a permanência da população e a qualidade de vida local. Devem ser adicionados ainda, como foi informado pela população, que além desses um dos quesitos mais preponderantes para a atração, fixação e manutenção da população residente em Miguel Burnier se trata do nível de empregabilidade local e daí não escondem a sua relação de dependência com as empresas minerárias do entorno, que, como tratado ao longo do capítulo, não se restringem apenas às questões econômicas, como também sobre o uso e apropriação do território e, portanto, dos recursos inerentes à vida, à preservação das tradições, à manutenção da vida no local.

> Nota-se no distrito de Miguel Burnier 81,15% da população possui água canalizada, ligada a rede geral, enquanto 16,39% ainda utilizam-se de poço ou nascente para abastecimento de água.

[375] *Cf*. CRUZ, 2013.

> Quanto à rede viária, segundo os estudos ambientais apresentados, todas as vias do Distrito de Miguel Burnier são de terra ou calçamento mal assentados, além da existência de lombadas construídas pela comunidade, fatos estes que impedem quaisquer possibilidades de se trafegar em uma velocidade mais elevada.
> Quanto à rede de esgoto, segundo os estudos ambientais, mais da metade da população não possui esgoto ligado à rede geral ou pluvial, o que perfazia 53,28% dos domicílios e, 29,10% dos domicílios possui fossa.
> Os moradores dos outros 17,62% dos domicílios lançam seus esgotos em vala, rios ou lagos ou outros escoadouros. Isso contribui para deterioração da qualidade da água na microbacia a que pertence o distrito (Ribeirão Burnier).
> A coleta de lixo ocorre duas vezes por semana, sendo que, 71,31% dos domicílios de Miguel Burnier possuíam esse tipo de serviço no ano de 2000.
> Em relação ao serviço de energia elétrica, segundo informações obtidas através dos moradores do distrito de Miguel Burnier no momento dos trabalhos de campo para elaboração dos estudos ambientais, esse tipo de serviço está disponível em quase todas as residências, através da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais.
> Devido ao baixo índice de criminalidade no distrito, a prefeitura não disponibiliza nenhum militar para estar fixado no local. As rondas são feitas esporadicamente por uma viatura que sai de Ouro Preto.
> Quanto ao sistema de saúde, o distrito possui apenas 1 posto de saúde, que atende a aproximadamente 122 famílias, ou 420 pessoas. A única especialidade médica disponível para o distrito é a clínica geral. A única escola do distrito, que é municipalizada (termo dado a algumas escolas que pertenciam ao estado, mas que tiveram sua administração transferida para o município), funciona em dois períodos – manhã e tarde, atendendo a aproximadamente 160 alunos, desde a pré-escola até o ensino fundamental. Para se ter acesso ao ensino médio, não disponibilizado no distrito, a prefeitura de Ouro Preto envia, diariamente, um ônibus para transportar os alunos de Miguel Burnier e de Mota para uma escola em Congonhas. Em relação às atividades agrárias, o distrito e seu entorno não apresenta vocação para tal atividade. Foi constatado que algumas famílias vivem da agricultura de subsistência, com plantações de milho, feijão, verduras e hortaliças. Não existem registros de comercialização de excedentes de produção, nem utilização de adubos ou defensivos agrícolas.
> A atividade comercial no distrito é praticamente inexistente. Não existem estabelecimentos comerciais para satisfazer as necessidades básicas da população como, por exemplo, supermercados, farmácias, padarias, estabelecimentos para compra de verduras, legumes e frutas e outros tipos de serviços como estabelecimentos bancários, agência de correios entre outros.
> É devido a essa pouca infra-estrutura que a população utiliza os serviços prestados nas cidades de Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete, municípios próximos e com melhor infra-estrutura urbana.
> Para reverter esse quadro de decadência econômica e perda populacional, muitos vêem a mineração como uma fonte de recursos e empregos para o distrito, uma vez que o subsolo é rico em recursos minerais.[376]

Apurando ainda mais os dados, percebe-se que o período de decrescimento populacional mais crítico em Miguel Burnier se deu entre os anos de 1991 a 1996 e, portanto, anterior ao fechamento da Barra Mansa, quando de 1.944 passou-se para uma população de 1.279 indivíduos; enquanto entre 1996 a 2000 passou-se de 1.279

[376] Apesar de longa, a situação apresentada dispõe um retrato resumido das condições de infraestrutura no distrito sob o ponto de vista dos órgãos fiscalizadores dos licenciamentos ambientais. Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana. *Parecer Único SUPRAM 44/2012 – Protocolo nº 118458/2012*. Belo Horizonte, fevereiro de 2012, p.12-13. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/Robson/Velhas2012/10.5-ima-pu.pdf>.

para 955 habitantes; e de 2000 a 2010, decréscimo populacional de 955 para 809 habitantes, situação de implantação da mineradora Gerdau em Burnier. Inclusive, o maior índice de decréscimo em Miguel Burnier se deu relacionado aos domicílios rurais (como a Vila Wigg, Crockatt de Sá, Mota, etc.) em oposição à sede considerada urbana pelo IBGE, que contemplaria estritamente o núcleo central dos distritos-sede, no entorno imediato do centro ferroviário e da Vila Barra Mansa. A permanência do decréscimo populacional no distrito de Miguel Burnier, contudo em níveis relativamente baixos, é indicativa de algumas questões aqui já tratadas, que refletem o desejo de permanência da população não obstante a precarização do ambiente de vida dos moradores do distrito. Observa-se que tal constatação é contraditória aos dados apresentados pela antropóloga Andreza Aruska, cuja perspectiva foi também reproduzida nos outros autores que abordaram em suas pesquisas o distrito de Miguel Burnier.

Tabela 21 – População total residente por condição de domicílio – Miguel Burnier (1991-2010).

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ANO		
	1991	2000	2010[377]
Urbana	648	382	233
Rural	1.296	572	576
Total	1.944	954	809

Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE, 2018.

[377] Destaca-se que no ano de 2013 houve a remoção pela Gerdau S. A. de nove famílias que moravam na Rua Duarte, um prolongamento da MG-030, no distrito de Miguel Burnier. Aponta-se que pelo menos 40 pessoas deixaram de morar no núcleo urbano do distrito, o que representaria cerca de 17% do total da população urbana, e 5% da população total do distrito, números bastantes expressivos se avaliados em relação à população total.

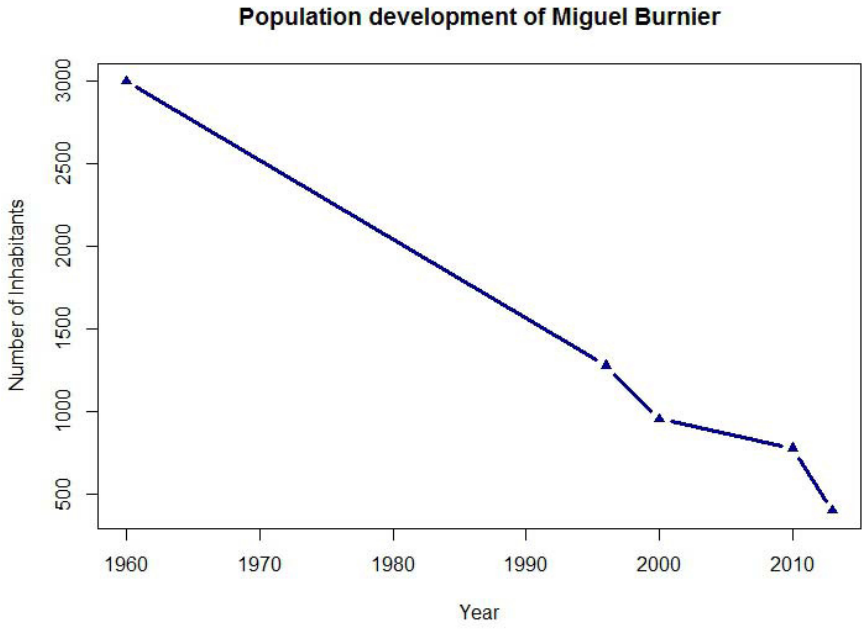


Figura 181 – Estimativa da população de Miguel Burnier apresentada em tese de doutorado em antropologia. Fonte: SANTOS, 2016, p. 209.

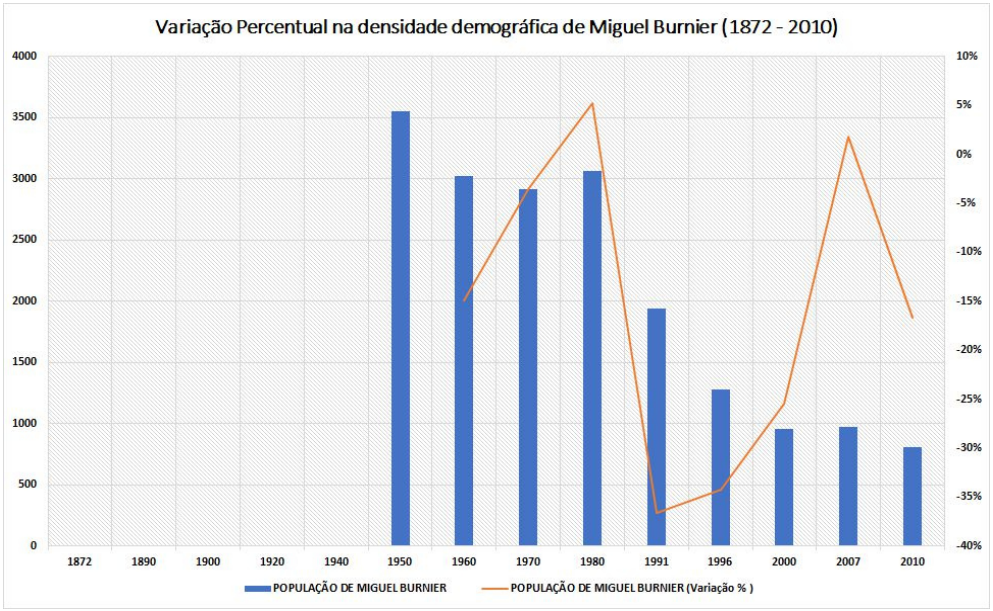


Figura 182 – Variação percentual da densidade demográfica de Miguel Burnier até o ano de 2010. Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE.

O discurso de esvaziamento populacional como maior motivo para a precarização da vida local não se sustenta e, inclusive, deve ser analisado de forma crítica: a precarização dos serviços se dá para se promover o esvaziamento populacional. E são muitos os agentes e agências envolvidos nesse processo. Essa interpretação aponta para a premissa de que, para além de dados crus, tomados de forma isolada e sem análise contextual, é preciso promover o diálogo entre banco de

dados e a realidade local, contrastando o universo gélido da pesquisa de gabinete com o calor do diálogo com as gentes. É isso que motiva o questionamento de fontes e bancos de dados, incluindo o posicionamento de como se constroem histórias, inclusive dentre as pesquisas chanceladas pela academia, e como essas censuram ou são permeáveis ao universo que se desdobram a partir, sobre ou com a realidade vivenciada. A categoria da experiência também é dimensão de produção do conhecimento para o pesquisador, de modo que, a depender de sua crítica, torna inteligível a escrita também como um ato político, sendo apenas ponta do *iceberg* que tem por base a responsabilidade étnica sobre os resultados do conhecimento produzido.

São novos cenários de confronto produzidos a partir da situação de conflito ambiental, não somente na realidade local experienciada como também no campo epistêmico, que reiteram a atualização das diversas estratégias de disputas pelo território, pelo poder de seu uso e ocupação e, assim sendo, pelo direito de lhe definir seus significados. Ao fim e ao cabo, os problemas sociais decorrentes do licenciamento são vistos como "descontentamentos de alguns", e tal fato não deve "ameaçar o "interesse público".[378]

> Nota-se que o sujeito da frase é "as propriedades", bem imóvel que adquire mobilidade porquanto entendido como bem de troca, isto é, mercadoria. As pessoas e famílias são, assim, subsumidas à condição de objeto, na medida em que a experiência de migração compulsória, a ser vivenciada na realidade pelas comunidades, é designada às 'propriedades', o que resulta em uma consubstanciação entre pessoas e imóveis, sujeitos e objetos.
> (...)
> Via de regra, os projetos são licenciados, malgrado insuficiências de estudos, restrições legas e resistências das populações atingidas.[379]

Na atual possibilidade de deslocamento forçado e destruição dessa comunidade frente aos objetivos econômicos e expansionistas do Estado e das empresas privadas, Miguel Burnier se amparou em diversas formas de resistência que incluem não somente as ferramentas legais, mas também armas simbólicas que são associadas à preservação de sua história em seus reflexos materiais, como os bens patrimoniais, o

---

[378] Como ocorre como prática do poder hegemônico, em nome do interesse nacional, as pessoas da comunidade "poderiam ser obrigados a ceder suas terras para, segundo o que versa o parecer, dar lugar a uma atividade produtiva que tem como determinante de oportunidade e conveniência sua rigidez locacional. A pergunta que orienta o seu desejo de resistir é: afinal, o que está por trás dos critérios que definem a decisão do Estado sobre o que deve ser priorizado no interesse nacional?". In: MALERBA, 2014, p. 11.

[379] ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental*: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 52.

controle da memória. O direito à autodeterminação dos povos, ou seja, o direito de as coletividades decidirem pelo destino de seus territórios, bem como da construção e afirmação de sua própria identidade, assume uma voz ressonante na comunidade de Miguel Burnier no panorama atual.

O risco da perda do espaço vital e da vida da comunidade escapa aos entendimentos dos diversos licenciamentos ambientais que em ritmo acelerado são liberados pelos órgãos ambientais. Em grande parte, são notórios os subdimensionamentos dos impactos causados por um *modus operandi* que atua em consonância com uma produção técnica – e mesmo acadêmica – que negligencia a complexidade da realidade de pesquisa em função de determinados interesses. E manter o silêncio e construir determinadas narrativas de pacificação é muito relevante para a estabilidade dos negócios e das ações do mercado internacional.

******

5. TORNANDO VISÍVEL O INDIZÍVEL: OS ARRUINAMENTOS E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA

Miguel Burnier padece de uma afluência de arruinamentos sucessivos e repentinos, ao passo que a proteção de seus bens não segue na mesma velocidade. Realidade que, entre outros aspectos, está ligada à situação de conflito ambiental vivido pela comunidade, que se iniciou com o fechamento da Barra Mansa no ano de 1996, em um *continuum* já (pré)definido para a instalação da mineração Gerdau S. A. É complexo definir, identificar, registrar os vestígios arqueológicos nesse contexto, em que o ambiente construído, juntamente com seu universo simbólico, é atacado por violentas estratégias de aniquilamento, seja na liquidez da alteração da rotina de uso dos imóveis, em usos e desusos abruptos, seja na estratégia de terra arrasada quando não sobra pedra sobre pedra do que já era escombro. Ademais, as diversas estratigrafias que constituem os palimpsestos da memória em Miguel Burnier confundem, mixam e misturam as temporalidades, promovendo uma percepção de descontinuidade histórica e, portanto, de temporalidades controversas das marcas da paisagem.[380]

No panorama da arqueologia pós-colonial, o entendimento desses contextos sociais e interpretativos é pauta para além de (re)definições de métodos e técnicas, como também para (re)definições de epistemologias e agendas. Os arqueólogos George Nicholas e Julie Hollowell, ao se perguntarem "why archaelogy is not yet postcolonial", afora diversas questões apontadas em seu texto, eles indicam que historicamente a "archaelogy has served the needs of the nation-state and those in positions of power and privilege" e que, frequentemente, "work as technicians of the state, under a system of 'governmentality' (...) implicit presumption of privilege justified by appeals to intellectual and scientific authority".[381] Justaposta a essas realidades do campo da arqueologia, tem-se a dinâmica de pouca acessibilidade das informações produzidas pelos arqueólogos, cujas limitações contribuem para a ideia de uma autoridade irrefutável e, portanto, uma especialização que reflete um conhecimento acima de qualquer suspeita e questionamento.

[380] BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

[381] Tradução da autora: "por que a arqueologia ainda não é pós-colonial?", "a arqueologia tem servido às necessidades do Estado-nação e àqueles que estão em posição de poder e privilégio", "trabalham como técnicos do estado, sob um sistema de governança (...) presunção implícita do privilégio justificado pelos apelos à autoridade intelectual e científica". NICHOLAS, George; HOLLOWELL, Julie. Ethical Challenges to a Postcolonial Archaeology. In: DUKE, Philip; HAMILAKIS, Yannis (Ed.). *Archaeology and Capitalism*: from Ethics to Politics. California: Left Coast Press, 2007, p. 60.

O arqueólogo, segundo os autores, costuma também trabalhar em contextos de marginalização dos povos, mas continua a construir a subordinação epistêmica e política daqueles. O arqueólogo seria uma das roldanas que move o capitalismo, e ter a consciência de sua posição pode promover a mudança dessas experiências para um contexto pós-colonial, no qual a indústria do patrimônio cultural tem grande relevância e precisa ser entendida criticamente. Para os autores, "moving toward a postcolonial archaelogy" se realiza quando são estudados os "colonial sites, the unearthing of alternative histories, critiques processualism, reflection on the ethics or practice, calls for repatriation, and the emergence of multivocal, subaltern, and world-systems approaches". Mas, para além disso, o

> post-processual turn in archaelogy is decidedly postcolonial in its embrace of multivocality and attention to social and interpretive contexts. The multifaceted economic and political roles that archaeology and interpretations of the past play in the world today make it all the more critical to examine an address ethical challenges facing a postcolonial archaeology.[382]

Assim, questões éticas, a aceitação a outros modos de ver e viver e a análise das relações desiguais de poder definiriam as novas agendas da arqueologia pós-colonial.[383]

O arqueólogo Chris Gosden, procurando uma via da mediação e mesmo de distanciamento entre os outros pesquisadores da corrente pós-colonialista, buscou uma alternativa para ir além da destruição da arqueologia, muitas vezes imaginada quase como a "representação do mal", tentando promover uma perspectiva mais balanceada e equacionada entre os dois tipos de conhecimento, ou seja, o conhecimento acadêmico/científico e o dos nativos. Em que pese essas equações, que muitas vezes pendem a balança mais para um lado que para o outro em um universo de assimetrias, sua leitura crítica da arqueologia constitui um aporte substancial ao destrinchar as

---

[382] Tradução da autora: "tendendo-se para a arqueologia pós-colonial" "sítios coloniais, o desenterro de histórias alternativas, críticas processualistas, reflexões sobre ética profissional, demandas de repatriação, e a emergência do multivocal, a subalternidade e uma abordagem Sistema-Mundo". "O retorno do pós-processualismo na arqueologia é decididamente pós-colonial na sua abrangência da multivocalidade e se atenta ao social e às interpretações contextuais. A função econômica e a política multifacetada que a arqueologia e as interpretações do passado executam no mundo de hoje fazem com que tudo fique muito mais crítico para examinar um direcionamento aos desafios éticos em em face da arqueologiapós-colonial". *Idem*, p. 62-63.

[383] No Brasil, existem várias pesquisas que apontam para os constrangimentos do trabalho do arqueólogo em pesquisas de contrato, como o licenciamento ambiental, mas que acabam por privilegiar mais as discussões sobre a responsabilidade dos órgãos governamentais de patrimonialização, que o ponto de vista de outras agências produtoras de conhecimento, e mesmo a interface dos contextos de poderes. Um texto que balanceia um pouco mais estas questões sem, contudo, dar o relevo relevante às epistemologias outras, é: MONTICELLI, Gislene. *Arqueologia em obras de engenharia no Brasil*: uma crítica aos contextos. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

relações entre a disciplina e o colonialismo, mas dá mais relevo à abordagem local sobre os sistemas mundiais (*world system*), porque defende a premissa de que as diversidades locais sobressaem se colocadas em um quadro comparativo mais amplo.[384] Se se parte do entendimento do contexto local de Miguel Burnier, inserido em uma dinâmica de neoextrativismo de uma das maiores *commodities* do Brasil e do mundo, é possível entender os vestígios arqueológicos e os processos de arruinamentos a partir de uma outra perspectiva.

A pesquisa etnográfica de Gastron Godilho desenvolvida em locais de produção de soja na área das planícies do Gran Chaco, na Argentina, de um ponto de vista de relevância sobre o local, é um bom exemplo de análise para a reflexão a respeito de como esse espaço geográfico é inseparável das rupturas materiais, históricas e afetivas incorporadas nas ruínas de maneira também mais ampla. Sua pesquisa demonstra que para aquelas populações rurais, localizadas à margem dos centros do mundo, os escombros deixados pelo despertar do capitalismo e dos esforços imperialistas se manifestam não de forma romantizada, com grandes monumentos que fazem referência às suas especificidades locais, mas como violências que imputam desorganizações sociais que incluem os sistemáticos procedimentos de mobilidades populacionais.

Ressalta-se um deslocamento dos léxicos usados pelo autor – “from rubble to ruins” – que demonstra uma sutileza estruturante dos processos de monumentalização e, portanto, que evidencia os procedimentos de seleções daquilo que passa a ter relevância. Ao revelar o processo de como destroços se tornam ruínas, o autor põe em relevo um movimento no interior do contexto de destruição. Entulhos, até então petrificados no espaço, tornam-se ruínas à medida que adquirem sentidos patrimonializados e que, ainda, a depender da situação, ruínas podem se arruinar.[385]

O caso da Fábrica Patriótica pode servir de exemplo para clarear o entendimento da perspectiva do autor: entulhos, destroços, escombros da considerada primeira siderurgia de caráter industrial no Brasil – em um momento que o Brasil ainda era colônia e, portanto, não era uma nação – adquirem uma representatividade da nacionalidade brasileira quando de seu tombamento, um dos primeiros do recém-formado órgão governamental do patrimônio, o SPHAN, em 1939, tendo sido feito no contexto de construção de imagens da nacionalidade brasileira pelo governo do

[384] FUNARI, Pedro Paulo A. Resenha. *Vestígios*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, jul.-dez. 2008. *Cf.* GOSDEN, Chris. *Archaeology and Colonialism*. Cultural contact from 5000 BC to the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
[385] GORDILLO, Gastón R. *Rubble*: the afterlife of destruction. Durhan; London: Duke University Press, 2014, p. 72.

presidente Getúlio Vargas. Cumprida sua função alegórica, cuja monumentalização do conjunto arqueológico tende a realçar o caráter de descoberta de “lost ruins” e, portanto, remanescentes intocados pelas gerações, suas ruínas ao longo do tempo se (re)transformaram em entulhos que hoje, sob um ponto de vista do discurso de defesa do progresso, impedem a nação de crescer, visto sua posição estratégica no interior de uma grande área de exploração mineral da Vale S. A.

A Fábrica Patriótica, em outros sentidos, acaba por dar uma continuidade histórica ao contexto de nacionalidade sob a dependência estrangeira, o que é feito pela transformação dos entulhos em ruínas sob a égide da demanda governamental e sob a batuta de um técnico especialista, o arqueólogo, que produz informações de (re)conhecimento sobre esses lugares. Mas, e quando isso não acontece, seja por ainda “desconhecimento” da comunidade científica, seja por desqualificação da fala dos nativos que não têm a chancela de nomear seus entulhos como ruínas, seja pela inoperância intencional do sistema governamental, seja pela negligência do Estado?

A Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis, outro exemplo, demonstra as perversidades dos processos de patrimonialização. Exemplo de grande relevância social para os burnienses, acabou caindo no ostracismo ao longo do tempo, seja pela evacuação forçada da população operária que residia em seu entorno, seja pelas cegueiras seletivas do setor patrimonial da Prefeitura de Ouro Preto, que tem excesso de trabalho e muitas outras prioridades, seja pela negligência da Arquidiocese de Mariana, que é detentora dessa propriedade que ali não via mais função de manter ofícios religiosos – ou talvez por essa instituição também participar de forma atuante no processo de êxodo rural da população local. De qualquer forma, por interveniência do Ministério Público a igreja teve seu tombamento municipal feito quase à força. Isso porque, do ponto de vista jurídico, só é possível justificar a relevância social de um bem se este for tombado. Pela força, mas também por interesse da comunidade, o bem foi tombado com as expectativas de que ali voltasse a ter seu uso e, portanto, que fossem salvos de se tornarem desconhecidos os entulhos da igreja e seus dois cemitérios, sendo um dos tempos coloniais.

Apesar do tombamento feito, da existência de condicionantes ambientais que exigem o seu estudo e, inclusive, que financiam o seu restauro, a igreja padece dos arruinamentos de suas ruínas, ou melhor, do desmantelamento de suas ruínas. Situação parecida é descrita por Gordillo, cuja demolição de um conjunto arqueológico foi justificada na imprensa local, porque “The damage to the site is absolute and irreparable”.

Rapidamente, os sentidos sobre os monumentos e as ruínas podem ser alterados: as ruínas passam a ser perigosas, visto que são armas de luta e resistência.[386]



Figura 183 – Fachada da Igreja de N. Sra. Auxiliadora de Calastróis.
Fonte: BRANDT, 2007, p. 310.



Figura 184 – Estado de conservação da Igreja durante os estudos para fundamentar o seu tombamento. Fonte: Artefactto Consultoria, 2011, p. 115.



Figura 185 – Interior e altar da sacristia (lado da Epístola) da Igreja de Calastróis.
Fonte: BRANDT, 2007, p. 310.



Figura 186 – Mesmo nicho cerca menos de 5 anos depois. Fonte: Artefactto Consultoria, 2011, p. 123.





[386] Traduação da autora: “O dano ao sítio é absoluto e irreparável”. *Idem*, p. 111.

Figura 187 – Escoramento no interior na Igreja de Calastróis – Usina, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.

Figura 188 – Destelhamento no interior na Igreja de Calastróis – Usina, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 189 – Igreja de Calastróis dias após o roubo da porta com lonas fragilmente servindo de cobertura – Usina, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 190 – Igreja de Calastróis com tapumes e telhado sem cobertura com lonas deslocadas – Usina, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.

A pesquisadora Ana Estouler, por sua vez, traz à baila outro aspecto de grande importância sobre os arruinamentos. Ela e outros autores que compartilham a publicação *Imperial Debris* tratam dos remanescentes imperiais, suas ruínas, como evidências de um passado no qual o arruinamento é um procedimento do poder imperial que ainda ocupa o tempo presente pelo processo por ela denominado de “from ruins to ruinations”. Seu interesse é de expandir o escopo analítico no intuito de ressaltar o “address the toxic” que são menos perceptíveis do ponto de vista das corrosões históricas e violências das narrativas que são, assim, acumulativas, que invisibilizam pessoas e que são resultados da opressão colonial “of the present again and again”.[387]

Ela aponta, ainda, para os processos de interação da população local com os seus bens, nos quais destruições passadas testemunham novas destruições presentes, com usos e apropriações especificamente relacionadas ao diálogo com determinados contextos de violência, inclusive epistêmica. Em alguns casos, as ruínas passam a ter um caráter estritamente estético, no qual são abolidas suas referências sociais de disputas para sua constituição enquanto um monumento, um patrimônio. Os desafios das agendas do Estado, que envolvem a atuação relacionada aos patrimônios e como este tem impactado questões de interesse público, propulsionam a reflexão sobre como

[387] STOLER, Ann Laura (Ed.). *Imperial Debris*: on Ruins and Ruination. Durhan; London: Duke University Press, 2013, p. 1.

a arqueologia tem operado nas estruturas estatais e privadas, o que provoca determinadas visibilidades sobre o que é considerado patrimônio e, portanto, quais são as formas de praticar a conservação, a preservação, a salvaguarda, os arruinamentos, bem como o registro e a comunicação dos bens tomados como representativos de um grupo que, deste ponto de vista, são fundamentalmente representativos de um município, de um estado, de uma nação e, em outra escala, de uma comunidade.

Consolidando-se no interior dessa roldana, os arqueólogos também têm atuado como agentes do Estado, situação que promove um deslocamento da reflexividade para outros campos de forças. Ocupando um lugar privilegiado de observação e entendimento, os arqueólogos, tais quais outros pesquisadores, podem impor uma visão menos ou mais crítica nesse campo não menos livre das tensões sociais, ocupando identidades múltiplas nesses procedimentos.[388]

> O fato é que qualquer narrativa que destaque os sentidos atribuídos pelos portadores/moradores aos seus patrimônios, na maior parte das vezes, diferente ou parcialmente diferente das narrativas construídas pelo discurso autorizado do patrimônio (..), tende a ser obnubilada, desestimulada ou deslegitimada.
> Interessante também destacar que quanto mais os/as antropólogos/as se aproximam dos grupos portadores dos patrimônios, mais refratários tendem a ficar os especialistas e/ou burocratas cujo perfil é mais conservador, visto que a relação de cumplicidade, respeito e compromisso com as pessoas do lugar passa a ser observada com preocupação, posto que quanto maior a sintonia, entre eles, maiores as chances de as narrativas dissonantes ganharem corpo e destaque nos textos, artigos, dissertações e teses que se seguirão.[389]

O relacionamento de Miguel Burnier com o mercado é um dos fatores que determina as formas como se contam sua história e registram o seu passado, de modo a promover um futuro obscurecido pelas disputas do presente. São contextos que dialogam com um sistema mundial, de modo que a pesquisa arqueológica precisa ser "mais que a soma das partes" a fim de conseguir ampliar a leitura sobre a realidade contemplando a complexidade do relacionamento entre o interesse local e os seus revérberos no meio internacional.[390]

---

[388] A antropóloga Izabel Tamaso relata em seu artigo sobre os constrangimentos experienciados pela oposição de outros agentes protetores do patrimônio cultural que atuam na esfera do Estado, entre eles renomados colegas antropólogos, sobre seu posicionamento a respeito das diferentes formas de entendimento sobre o patrimônio por meio de "um caso que exemplificava os sentidos atribuídos por especialistas em comparação aos sentidos atribuídos pelos moradores". TAMASO, Izabel. Quando o campo são os patrimônios: conhecimento e práticas científicas na esfera pública. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 60-70, 2018.

[389] *Idem*, p. 64.

[390] "Los modelos deben ser complejos, abiertos y no deterministas vistos desde el presente para ponerlo en una situación crítica porque incluso para el arqueólogo la política tiene preeminencia sobre la historia. Es por esta razón que debemos pensar al Sistema Mundial desde una perspectiva local, donde las pautas generales sistémicas se cumplen, perro com pautas particulares de los subsistemas regionales.

5.1. Para além das cartas marcadas: documentação e geoprocessamento como recurso de acesso aos interditos

Qual é o conhecimento a respeito das referências culturais locais, como é obtido e de que forma este tem sido tratado no campo da arqueologia? Por vezes, a relação entre os pesquisadores e a comunidade é subvertida e mesmo pervertida, já que por meio dela se conseguem os dados necessários paras compor as pesquisas, e também por meio desse relacionamento é que são identificados os pontos fortes e de interesses econômicos. Em grande medida, a comunidade não aparece como interlocutora, mais como informante ou entrevistada. Em grande medida, também há uma opacidade de relacionamentos entre os funcionários da empresa, da Prefeitura e das consultorias contratadas, cujos vínculos acarretam questões delicadas a respeito da autonomia e ética das pesquisas. No contexto de conflito ambiental, no qual o próprio empreendedor é também responsável pela contratação dos consultores que concederão as informações para os estudos de viabilidade ambiental, não são raros os casos de negligenciamentos, subdimensionamentos e omissões que, raramente, viram objetos de judicialização encaminhados a partir de denúncias.

Em Miguel Burnier, existem em aberto um total de 14 processos judiciais em andamento no Ministério Público de Minas Gerais, que dizem respeito às questões do patrimônio cultural e que também refletem o histórico conflitivo de relacionamento da Gerdau S. A. com a sociedade civil.

Siendo concientes que nuestras observaciones no son neutrales desde el punto de vista político y que obviamente construimos una de las tantas explicaciones posibles para los cambios que se perciben en el registro". Tradução da autora: "Os modelos devem ser complexos, abertos e não-determinísticos vistos desde o presente para colocá-los em uma situação crítica, porque mesmo para o arqueólogo, a política tem precedência sobre a história. É por essa razão que devemos pensar no Sistema Mundial a partir de uma perspectiva local, onde as diretrizes sistêmicas gerais são atendidas, com orientações particulares dos subsistemas regionais. Consciente de que nossas observações não são neutras do ponto de vista político e que obviamente construímos uma das muitas explicações possíveis para as mudanças percebidas no registro". ADRIÁN, Camino Ulises. La teoría del sistema mundial en la arqueología urbana. *V Encuentro de Teoría Arqueológica de America del Sur (TAAS)*, Caracas, 2010, p. 38.

Tabela 22 – Inquéritos civis do MPMG contra a Gerdau na área de atuação patrimônio histórico e cultural.

Nº PROCESSO	DESCRIÇÃO	DATA DE ABERTURA / ENCERRAMENTO	SITUAÇÂO
0024.08.001694-2	Estação Ferroviária de Miguel Burnier	20/11/2008	Em andamento
0461.09.000006-2	Apurar o estado de conservação da Estação Ferroviária e demais bens imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A, situados no distrito de Miguel Burnier, município de Ouro Preto (2 vols.)	21/01/2009	Em andamento*
0461.09.000027-8	Situação de abandono e deterioração da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis, em Miguel Burnier, Distrito de Ouro Preto – MG (2 vols.)	13/03/2009	Em andamento*
0461.10.000021-9	Demolição parcial da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Chiqueiro dos Alemães), em Miguel Burnier (2 vols.)	05/03/2010	Em andamento*
0461.11.000048-0	Acompanhamento e análise do projeto de construção de terminal ferroviário para carregamento de vagões e silo junto à Estação Miguel Burnier	27/04/2011 14/08/2017	Encerrado
0461.12.000047-0	Conjunto Ferroviário	--	Em sigilo
0461.12.000203-9	Restauro e revitalização da Usina Wigg em Miguel Burnier	14/08/2012	Em andamento*
0461.12.000204-7	Restauração e revitalização do conjunto arquitetônico do distrito de Miguel Burnier	14/08/2012	Em andamento*
0461.12.000219-5	Apurar a regularidade das edificações "Galpão de Testemunhos", "Restaurante" e "Laboratório físico/ambulatório"contruídas pela empresa Gerdau no distrito de Miguel Burnier.	27/08/2012	Em andamento*
0461.12.000230-2	Intervenção em área espeleológica e vestígios arqueológicos na localidade denominada "Morro do Vigia" entre os distritos de Pires e Miguel Burnier	03/09/2012	Em andamento
0461.13.000122-9	Providências para a proteção do meio ambiente natural e cultural do distrito de Miguel e arredores (3 vols.)	02/05/2013	Em andamento
0461.15.000333-7	Apurar o noticiado estado de abandono do antigo Hotel de Miguel Burnier e empreender medidas para preservação do bem cultural, integrante do Conjunto Histórico e Arquitetônico tombado de Miguel Burnier	04/08/2015	Em andamento*
0461.17.000115-4	Apurar estado de conservação da Estação Ferroviária Crockatt de Sá, subdistrito de Miguel Burnier	04/04/2017	Em andamento*
0461.17.000458-8	Eventual dano arqueológico com a instalação do Terminal de Cargas	12/12/2017	Em andamento*

*Requerida Diligência em 03 de abril de 2018.

Fonte: Elaboração a partir de dados do SRU/MPMG, 2018.

O histórico de implantação dos diversos e segmentados empreendimentos da Gerdau Açominas S. A. no distrito de Miguel Burnier é um dado que deve ser avaliado para que sejam entendidos os impactos gerados pelo empreendedor na localidade. O processo de aquisição dos direitos minerários se deu oficialmente a partir de 2003, de modo que o primeiro licenciamento ocorreu já em 2004 por meio de uma LOC. Mas, como já foi demonstrado, os interesses da Gerdau em Miguel Burnier já estavam sendo discutidos e gestados ainda durante a atuação da Votorantim. Daí em diante, ocorre a sucessão de licenciamentos ambientais que, organizados de forma sistemática, acabam por expor como a empresa tem mostrado os interesses econômicos e seus investimentos no distrito de Miguel Burnier, o que é diretamente proporcional à rompante perda de direitos territoriais por parte da comunidade em oficiais 15 anos de atividades da Gerdau S. A. no distrito.

Os estudos de viabilidade ambiental exigem os diagnósticos do meio antrópico como um dos componentes para a avaliação do empreendimento em um determinado local, que são baseados em uma metodologia científica balizada por profissionais especialistas, com art's, consultores experientes em determinar o que é de relevância para outrem. Do conjunto de estudos desenvolvidos em Miguel Burnier, alguns são destacados na tabela a seguir (total de 28 documentos) por apresentarem dados específicos sobre o universo do patrimônio cultural local, o que inclui os bens arqueológicos.

Tabela 23 – Relatórios e demais documentos técnicos sobre o patrimônio cultural de Miguel Burnier, Ouro Preto.

DOCUMENTO	DATA	AUTORIA	FINALIDADE
Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) do Distrito de Miguel Burnier – Ouro Preto, Minas Gerais	03/2007	Prefeitura Municipal de Ouro Preto	ICMS Cultural
Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Mina de Miguel Burnier (2 vols.)	05/2007	Brandt Meio Ambiente (Alenice Baeta; Henrique Piló)	Licenciamento Ambiental
Diagnóstico Arqueológico Mina de Miguel Burnier	09/2007	Brandt Meio Ambiente (Alenice Baeta; Henrique Piló)	Licenciamento Ambiental
Relatório Único do Diagnóstico Arqueológico da Área de Expansão da Mina de Miguel Burnier	02/2010	YKS Serviços Ltda (Eliany La Salvia)	Licenciamento Ambiental
Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Miguel Burnier II	10/2010	YKS Serviços Ltda (Eliany La Salvia)	Licenciamento Ambiental
Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – Miguel Burnier II	10/2010	YKS Serviços Ltda (Eliany La Salvia)	Licenciamento Ambiental

Projeto de Proteção e Revitalização das Ruínas Históricas da Usina Metalúrgica Wigg produzido pela Brandt Meio Ambiente (Condicionante)	03/2010	Brandt Meio Ambiente (Hayato Hirashima)	Licenciamento Ambiental
Relatório de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Relatório do Programa de Educação Patrimonial (Condicionante)	04/2010	Brandt Meio Ambiente (Alenice Baeta; Henrique Piló)	Licenciamento Ambiental
Dossiê de Tombamento Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier	09/2010	Prefeitura Municipal de Ouro Preto / Estilo Nacional	ICMS Cultural
Relatório Único do Diagnóstico Arqueológico da Área de Expansão da Mina de Miguel Burnier	02/2011	YKS Serviços Ltda (Eliany La Salvia)	Licenciamento Ambiental
Programa de Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a Área de Expansão da Mina de Miguel Burnier	08/2011	Zanettini Arqueologia S/S Ltda (Paulo Zanettini; Rafael e Souza)	Licenciamento Ambiental
Dossiê de Tombamento: Conjunto Arquitetônico e Arqueológico da Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis (Condicionante)	10/2011	Artefactto Consultoria (Alenice Baeta; Henrique Piló; Cristina Cairo)	Licenciamento Ambiental
Dossiê de Tombamento: Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães (Condicionante)	10/2011	Artefactto Consultoria (Alenice Baeta; Henrique Piló; Cristina Cairo)	Licenciamento Ambiental
Galeria Papa-Cobras: Contextualização Histórica-Arqueológica e Geográfica (Condicionante)	10/2011	Artefactto Consultoria (Alenice Baeta; Henrique Piló)	Licenciamento Ambiental
Miguel Burnier – Relatório de Prospecção Espeleológica	01/2012	Carste Consultores Associados	Licenciamento Ambiental
Dossiê de Tombamento Pedra (da Traição) e Morro do Vigia	11/2012	Prefeitura Municipal de Ouro Preto	ICMS Cultural
Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Mina de Miguel Burnier	03/2013	YKS Serviços Ltda (Paulo Zanettini; Rafael e Souza)	Licenciamento Ambiental
Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – Mina de Miguel Burnier	03/2013	YKS Serviços Ltda (Paulo Zanettini; Rafael e Souza)	Licenciamento Ambiental
Plano de Controle Ambiental (PCA) – Mina de Miguel Burnier	03/2013	YKS Serviços Ltda (Paulo Zanettini; Rafael e Souza)	Licenciamento Ambiental
Relatório de Avaliação de Impacto Ambiental (RADA) – Mina de Miguel Burnier (2 vols.)	04/2013	Brandt Meio Ambiente (Ana C. R. Cunha)	Licenciamento Ambiental
Relatório Técnico dos Programas de Diagnóstico Interventivo e Prospecção Arqueológica na área do empreendimento “Ampliação de Miguel Burnier (Fase 02)”	05/2013	Brandt Meio Ambiente (Ana C. R. Cunha)	Licenciamento Ambiental
Aprofundamento de pesquisas arqueológicas nas áreas de entorno da Fazenda São Julião e Estação Ecológica de Arêdes (Condicionante)	10/2013	Brandt Meio Ambiente (Ana C. R. Cunha)	Licenciamento Ambiental
Relatório de Prospecção e Resgate Arqueológico nas áreas de abrangência da Área de Expansão da Mina Miguel Burnier, no município de Ouro Preto, MG	05/2013	Artefactto Consultoria (Alenice Baeta; Henrique Piló)	Licenciamento Ambiental
Laudo Técnico referente análise ambiental da ampliação do empreendimento minerário Mina Miguel Burnier da Gerdau Açominas S/A	04/2014	Instituto Prístino (Luana Campos Akinruli; Carlos Magno Guimarães; *et alli*)	Ação Civil Pública MPMG-0461.13.000122-9
Levantamento do patrimônio material e imaterial registrado no distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto – MG	09/2015	Lume Estratégia Ambiental	Licenciamento Ambiental
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica, na Área do Empreendimento New Steel Soluções Sustentáveis S.A., Implantação de Unidade de Tratamento de Minério e Infraestruturas	11/2015	Socioambiental Projetos Ltda. (Inês Noronha; Paulo Enéas)	Licenciamento Ambiental
Inventário de Proteção do Acervo Cultural	11/2017	Prefeitura Municipal de	ICMS Cultural

(IPAC) do Distrito de Miguel Burnier – Ouro Preto, Minas Gerais		Ouro Preto	
Laudo Técnico Licenciamento Terminal de Cargas – Relevância Arqueológica de Miguel Burnier, Ouro Preto	[07/2018]	Instituto INSOD (Luana Campos Akinruli; Carlos Magno Guimarães; Samuel Akinruli)	Ação Civil Pública MPMG-0461.17.000458-8

Fonte: Elaboração a partir de dados do SRU/MPMG, SUPRAM, ICMS Cultural/IEPHA-MG, 2018.

Alguns pontos deste arrolamento devem ser ressaltados, a começar pela temporalidade: os estudos técnicos foram iniciados em março de 2007 pelo inventário cultural feito pela própria Prefeitura Municipal, em um momento de descentralização das políticas culturais municipais de Ouro Preto, que teve o intuito de identificar os bens culturais para além de sua sede urbana municipal. Apesar de a Gerdau já ter se instalado em Miguel Burnier, cujo primeiro licenciamento ocorreu em 2004 por uma LOC, os estudos de viabilidade ambiental para a LP da UTM I coincidentemente também se desenvolveram em paralelo às ações de identificação da Prefeitura.

Em 2007, há dois relatórios feitos pela mesma equipe de arqueólogos destinados a desenvolver os estudos de viabilidade ambiental do projeto Revalidação da Mina de Miguel Burnier, no qual se deu a instalação da UTM I no distrito-sede de Miguel Burnier. Os estudos presentes no EIA e RIMA, como já descrito anteriormente, apontam para a inexistência de impactos sobre os bens culturais que comprometessem a viabilidade do empreendimento que se estabeleceu, portanto, destruindo antigos prédios usados pela SBM.[391]

Uma associação de negligências dos órgãos ambientais, das anuências dadas pelos setores da Prefeitura e da responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos nesses estudos pode ser identificada como apenas o princípio dos desastres instaurados no distrito. Sob o discurso da legalidade, o empreendimento se instalou e dali por diante suas sucessivas ampliações decorreram em estudos de viabilidade ambiental que pouco caracterizavam a realidade local, com diagnósticos subdimensionados que geram sombras nos resultados decorrentes das licenças, seus programas e condicionantes.

Um outro volume documental foi produzido no ano de 2010, sendo dividido em relatórios técnicos decorrentes da continuidade dos diagnósticos ambientais e mesmo de novos licenciamentos da Gerdau, e outros frutos da atuação do MPMG no

[391] "Não são previstos impactos em relação aos sítios históricos localizados na área de instalação do empreendimento minerário da Gerdau Açominas. Todas as estruturas identificadas estão localizadas na área de entorno, fora das áreas que serão intervindas". *Cf.* RIMA, BRANDT, 2007, p. 60.

pressionamento pela realização de condicionantes. Em 2011, os relatórios técnicos resultantes da atuação do MPMG são predominantes, mas reequilibrados em número no ano de 2012 com outros licenciamentos. Em 2013, nova onda de estudos de viabilidade ambiental indicam a ampliação do empreendimento, com grande volume documental, o que vai se rareando ao longo dos anos seguintes.

Há prevalência e permanência de determinados profissionais nos estudos técnicos desenvolvidos em Miguel Burnier, de modo que se chama a atenção para os hiatos discursivos decorrentes de algumas dessas pesquisas, que representam relacionamentos diferentes com a realidade estudada e suas ambivalências em relação aos posicionamentos dos seus autores frente os agenciamentos do conhecimento. Finalmente, a experiência nos conta que os dados apresentados nos licenciamentos ambientais contribuem para se construir uma determinada memória a respeito de Miguel Burnier, marcada pelas violências também epistêmicas, sobre o que e de que forma se narra a história do lugar. Relatórios técnicos se tornam documentos que definem o futuro das pessoas e dos territórios. De tal forma, a divulgação dos conhecimentos derivados desses estudos e o diálogo com a comunidade em uma relação de construção coletiva são expectativas pouco prováveis.

Destarte, conseguir todos esses relatórios e dados não é tarefa fácil, nem para um pesquisador que, de certa forma, possui posição privilegiada no acesso à informação, quiçá para a comunidade ou o público em geral. Além de serem dados dispersos em diversas fontes e locais, com nomeações por vezes ambíguas, deve-se adicionar o fato da fragmentação do empreendimento, que gera documentação fracionada, promovendo a perda do sentido de conexão e, fundamentalmente, tornando difícil acompanhar o desenrolar das licenças, condicionantes e programas relacionados. A linguagem também se incorpora de diversos jargões técnicos, sendo pouco palatável para um público abrangente.

Uma forma importante de deslegitimar a comunidade, de despersonificá-la e, portanto, torná-la mais frágil e porosa são os processos de perda da memória que também se faz pela estratégia de apagamento de seus documentos, seus relatos escritos, seus vestígios. Complementada pela eleição de quem pode falar por ela. A memória, em algum sentido, utiliza-se de registros materiais, textuais e documentais. E não é por menos que são fundados memoriais e institutos que guardam o acervo de ilustres personalidades, de maneira ainda preponderante. Os museus revelam de forma mais óbvia as tensões e contradições entre a necessidade de esquecer e o desejo de

lembrar, com o uso de procedimentos museológicos marcados por recortes e critérios de seleção pautados na objetividade da racionalidade científica predominante.

Segundo Huyssen, preservar é a reação à altíssima velocidade destrutiva da modernidade e da pós-modernidade pautada na amnésia generalizada dos sujeitos fragmentados que tentam estabelecer laços identitários com os lugares. A onda de musealização da qual nos aponta o autor vai ao encontro dessa tendência, uma vez que "é um efeito direto da modernização e não um acontecimento à sua margem ou fora dela". "Não é o sentido seguro das tradições que marcam a origem dos museus, mas a sua perda combinada com um desejo profundo pela (re)construção".[392] Neste aspecto, as noções de patrimônio cultural, de museus e fundamentalmente de ruínas operam em perspectiva análoga, dando ênfase ou relegando aos rodapés da história o que se elege por prioridade de significância naquele momento. E, em geral, o poder de escolher é detido pelos donos do poder.[393]

Não seria diferente no caso de Miguel Burnier: quando são pesquisados documentos relacionados ao distrito, em acervos históricos ou contemporâneos, escassos e contraditórios são seus dados, mesmo em bases oficiais. Foi e é uma epopeia a busca pelos documentos: sistemas e banco de dados que saem do ar justamente durante a busca; microfilmes que por falta de sorte não são encontrados; originais que já voltaram para o juiz e cuja guarda precisa ser identificada para se tentar uma autorização de acesso. Os documentos são como monumentos não edificados que merecem relevância, porque são uma importante arma e fonte de poder, deixam os registros para a posterioridade de memórias que podem (ou não) resistir ao tempo.

> A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.
> Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (…)
> A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.[394]

---

[392] HUYSSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23 – Cidades, 1994, p. 36.
[393] *Cf*. FAORO, Raymundo. *Os donos poder*: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.
[394] LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 477.

Outra decorrência da intervenção do Ministério Público se deu através do “Laudo Técnico referente análise ambiental da ampliação do empreendimento minerário Mina Miguel Burnier da Gerdau Açominas S/A” de 2014, que por meio de uma perícia técnica foi possível identificar um relevante acervo documental relacionada à história de Miguel Burnier. Por pressão, foi efetivada a doação do acervo que estava sob os domínios da Gerdau S. A. referente às extintas Siderúrgicas Wigg e Barra Mansa. Sob os cuidados do Arquivo Público Mineiro (APM), os documentos chegaram à instituição em dezembro de 2016, após tratamento de higienização e restauração desenvolvidos entre 2014 e 2016 por uma consultoria contratada pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez (ICFG). Ao APM coube o desenvolvimento do inventário, organização do acervo, conservação e digitalização, bem como algumas ações complementares de higienização e restauração.

Com datas-limite de 1891 a 2007, o conjunto documental intitulado “Gerdau Açominas S. A. (GER)” possui cerca de 9,78 metros lineares de documentos textuais (138 itens encadernados e 26 caixas), 1.541 itens de acervo cartográfico (que incluem plantas, mapas e desenhos técnicos), 137 itens de acervo iconográfico (fotografias em suporte papel e negativos), além de 10 itens de acervo audiovisual (fitas VHS). O fundo contém três subséries relacionadas às procedências dos documentos (Mineração e Usina Wigg S. A.; Siderúrgica Barra Mansa S. A.; Gerdau Açominas S. A.) e contempla ainda duas subséries temáticas (Mineração e Siderurgia; Finanças, Pessoal e Expediente), de tal forma que é compreensível pelos dados apresentados a natureza dos documentos existentes, ou seja, estruturalmente filiados à administração de três grandes empresas de mineração e siderurgia do distrito.

O planejamento, ainda não realizado por questões jurídicas das duas instituições, é de que todo o acervo esteja disponível on-line pela Plataforma do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM).[395] A massa documental é pequena se levarmos em consideração o recorte temporal e a natureza do acervo ligado às empresas de tal porte, contudo, é de relevância capital para descortinar aspectos ainda desconhecidos sobre Miguel Burnier. Esse acervo é usado de maneira inédita nesta tese por meio da consulta organizada pelo APM, oportunidade em que já foram evidenciados dados que não haviam sido esclarecidos seja pela pesquisa documental em outras fontes, seja pela pesquisa etnográfica, seja pela prospecção arqueológica.

[395] Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM): <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>.



Figura 191 – Conjunto de documento do acervo documental Usina Wigg/Gerdau Açominas – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.

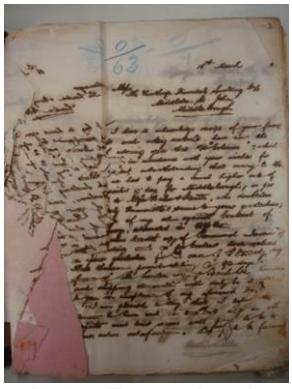


Figura 192 – Exemplar do acervo documental Usina Wigg/Gerdau Açominas – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.

Em pesquisa e entrevista com os técnicos do APM, não foi identificado um inventário dos documentos recebidos pela consultoria contratada pelo ICFG, responsável pelo primeiro momento de tratamentos dos documentos, tampouco um inventário dos documentos que foram entregues ao APM. O inventário que existe atualmente foi produzido pelo próprio APM no segundo momento de tratamento dos documentos.[396]

Há pelo menos um documento citado na obra sobre a história de Miguel Burnier (2012) que se valeu de pesquisa documental do Acervo Gerdau Açominas S. A. – quando este ainda estava sob a guarda da empresa. Contudo, apesar da indicação de seu acesso e pesquisa pelos autores da obra, este documento não foi identificado no acervo que atualmente consta no APM. Trata-se da "Escritura de compra e venda da fazenda dos Caldeirões – 1852", já citado anteriormente neste texto.[397]

Adicionam-se a esta discussão outros dados advindos do acesso ao mesmo acervo. Entre os anos de 1983 e 1984, consta uma pesquisa bastante interessante realizada pela professora da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, Mitiko Okazaki Kehdy, sobre levantamentos feitos no arquivo da Usina Wigg em Miguel Burnier. Os documentos do antigo arquivo foram emprestados à professora, cujo "resultado da pesquisa só poderia ser publicado após a aprovação de nossa diretoria, cuja sede é em São Paulo". Ela era coordenadora do Projeto IV "Arquivos Históricos de Minas Gerais na República Velha", do Centro de Estudos Mineiros da Universidade

[396] *Cf.* ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Inventário do fundo Gerdau Açominas S. A. (1891-2007)*. Belo Horizonte, 2017.
[397] BAETA; PILÓ, 2012, p. 148.

Federal de Minas Gerais, que teve custeio para sua realização da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).[398]

O seu relatório foi acompanhado de inventário detalhado dos documentos constantes da Usina Wigg, feito pela professora, que totalizam 35 itens, e um outro inventário de documentos, certamente feito pela própria usina, totalizando 37 itens. O documento mais antigo do acervo é de 15 de dezembro de 1888, uma “Carta do Imperador D. Pedro II” disposta na série “Constituição e Direção da Empresa”, relacionada à fundação da Usina Esperança, cujo conteúdo, segundo foi descrito, tratava-se de uma “Carta de concessão imperial, ao engenheiro Amaro José da Silveira para exploração de minas de ferro no município de Ouro Preto, de acordo com o decreto nº 10.117, de 5 de dezembro de 1888, devidamente selada e assinada”. Por sua vez, o documento mais recente do acervo datava de 1967, um documento de contabilidade, como a maioria daquele fundo, denominado “registro de compras”, apesar de sabermos que oficialmente a Usina Wigg foi encampada pela Siderúrgica Barra Mansa em 1971. Há, ainda, dois documentos classificados pela professora como “contenciosos”, tratando-se das “Escrituras de Arrendamentos (1896)” e da “Escritura de Contrato de Exploração de Terras (mineração) (1896)”.[399]

No livro de atas com data de 1918 a 1921, há descrição de seu conteúdo que fornece alguma dimensão das pautas prioritárias de discussão da diretoria da empresa, entre elas constam as “gratificações mensais, serviços aos domingos e feriados, reclamações de pessoal, bonificações, acidentes de trabalho, 'lista negra'", o que ressalta a grande relevância do controle do operário, sob os moldes de uma moral da ordem e do progresso de princípios do século XX, de modo que o livro de atas se mostra minucioso principalmente em relação aos problemas que afetavam a Usina Wigg. Uma discussão mais aprofundada sobre a procedência desses documentos, que em grande medida compõem o acervo do APM, poderá ser deslanchada em outro momento no intuito também de cruzar informações com o inventário documental feito pela professora da FACE/UFMG.

Ademais, há outros conjuntos documentais que não têm ou não tiveram a mesma sorte como aqueles do APM, especialmente ligados à Siderúrgica Barra Mansa, seja pelo seu recorte temporal mais recente, seja por um metódico ato de esquecer. Sabe-se que na situação do fechamento da SBM, em 1996, os documentos

[398] APM. GER 2-2, cx. 25, pc. 06.
[399] Cf. CECO. Fundo Fórum, Inventário Judicial, volume 2855. Registros Torrens – Das terras, mina e benfeitorias da Fazenda dos Caldeirões ou Antônio Dias. 1904-1929.

de um prédio dedicado ao Arquivo da Siderúrgica que ficava próximo da Escola Municipal Monsenhor Rafael foram todos queimados. Além deles, por aquela época, pegaram fogo também documentos da Igreja de Nossa Senhora de Calastróis.

Em um relatório de licenciamento ambiental com data de 2011, foi registrada a presença de grande número de documentação da SBM jogada em um dos cômodos da Fazenda Rodeio de Cima. Infelizmente, não foi possível acessar tal imóvel durante as pesquisas do doutorado – são áreas da Gerdau –, de modo que se desconhece o que se sucedeu com essa documentação, bem como os motivos de ela estar ali disposta.[400]



Figura 193 – Fazenda Rodeio de Cima onde a documentação foi encontrada. Fonte: ZANETTINI, 2011, prancha 30.



Figura 194 – Documentação da Barra Mansa Fonte dispersa na Fazenda Rodeio de Cima. Fonte: ZANETTINI, 2011, prancha 30.

Também encontramos documentos jogados no porão da casa do gerente, localizada na antiga Vila Wigg. Tratava-se de documentos da SBM, especialmente datados da década de 1990, e relacionados a fichas de trabalhadores, seus pagamentos, os valores retidos para impostos como FGTS, muitos documentos de demissões, manuais de máquinas e *softwares* daquele período. Na primeira visita ao local (julho de 2017), a comunidade que estava conosco lia os documentos e reconhecia as pessoas e suas funções. Em outra visita ao local (dezembro de 2018), infelizmente, grande parte da documentação já não estava mais ali, de modo que não se sabe o que se sucedeu com ela. É de estranhar tal sumiço, uma vez que se trata de imóvel abandonado, que está longe do fluxo de passagem das pessoas, apesar de certa facilidade de acesso. Quais os interesses no recolhimento desses documentos, e quem estaria por trás disso?

[400] "Tem-se em quarto lugar, a Fazenda Rodeio de Cima, relacionada à mineração enquanto abastecedora de víveres alimentícios a atividade, mas também como local de queima de carvão vegetal e arquivo de documentação da Usina Barra Mansa". In: ZANETTINI, 2011, p. 110.



Figura 195 – Antiga casa de Adelino Romualdo, na Rua do Escritório, com documentação no porão – Vila Wigg, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.

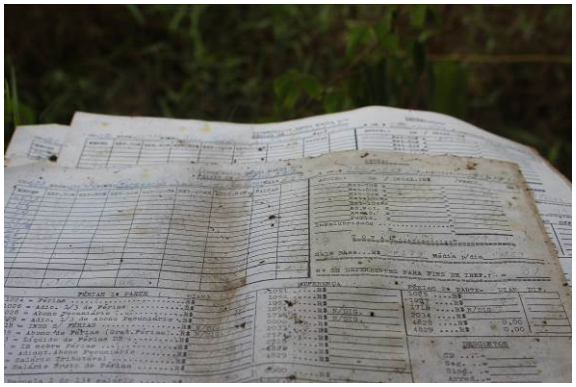


Figura 196 – Detalhe da documentação no porão que trata dos dados dos funcionários da SBM – Vila Wigg, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.

Outros casos mais graves são relatados, como o roubo de uma casa no distrito-sede de Miguel Burnier, cujo proprietário detinha uma "machadinha de sílex" que havia sido encontrada por ele na região dos vales do Córrego Miguel Burnier e Ribeirão Soledade, próximo à atual Vale Patrag. Justamente e apenas a machadinha foi levada, o que é de se desconfiar do interesse sobre tal item.

São pelo menos três narrativas diferentes que apontam para a presença de sítios arqueológicos pré-históricos que foram identificados durante as obras da extinta Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em fins dos anos 1960 e meados dos anos 1970, a CVRD desenvolveu grandes atividades de ampliação do sistema integrador de cargas para compor o novo ramal ferroviário denominado "Costa Lacerda Fábrica".[401] Foram citados outros vestígios arqueológicos encontrados nessas situações de obra da CVRD, como uma grande urna funerária no vale do Córrego Calastróis e outra urna funerária nas proximidades de Hargreaves, na qual em seu interior foi relatada a existência de um "osso de perna humana com enfeites, tinha umas pinturas, umas coisas lá dentro". Ao perguntarmos sobre o que se sucedeu com essa última urna, especificamente, "ah, não sei, veio o arqueólogo aqui e ele levou tudo. Nunca mais tivemos notícias". Até o momento, desconhecem-se quaisquer informações sobre esses vestígios.

Outra questão que é intrigante em Miguel Burnier refere-se a um antigo álbum de fotografias. No início dos primeiros estudos de licenciamento feito em Miguel Burnier, foi pedido o empréstimo para uma das principais referências da comunidade

[401] APM. GER 1-2, cx. 11, pc. 14; GER 2-2, cx. 23, pc. 18.

de um antigo álbum composto por fotografias da Usina Wigg. O álbum fotográfico de capa azul foi emprestado a Hiller Araújo, funcionário da Gerdau à época, e suas informações compuseram dois relatórios técnicos relacionados à arqueologia entre os anos de 2007 e 2010.[402] Imagens do álbum também compuseram um artigo no ano de 2012.[403]

Contudo, o álbum nunca mais foi devolvido ao seu proprietário, o que causa até certo ponto clamor pelas grandes dificuldades que possuem de informar e mesmo mostrar com mais detalhes como a paisagem de Miguel Burnier era antes da chegada da Gerdau no distrito.[404] É um lapso da memória visual do distrito. Eram fotografias que mostravam em detalhes as principais áreas da comunidade, a distribuição espacial dos setores da Usina Wigg, os processos produtivos a que se dedicavam. A origem desse álbum está ligada a Carlos Wigg, e seu abandono se deu na situação de evacuação da SBM em Miguel Burnier em 1996, quando a documentação estava sendo queimada e jogada fora. Um ex-funcionário e morador da comunidade, ao ver aquele álbum descartado, recolheu-o e guardou-o.

> Relatório do levantamento documental feito na Usina Wigg-Burnier [classificado pela professora como Séries Particulares]
> 1 - Álbum sobre a mineração de manganês e ferro
> Ano: 1922
> Conteúdo: Álbum de fotografias das secções de mineração da usina, apresentado na Exposição do I Centenário da Independência do Brasil.
> Observações: Abaixo de cada fotografia, há uma nota explicativa impressa em português. Documento danificado.[405]

A busca documental em Miguel Burnier tinha a função tanto de subsidiar informações já descritas na pesquisa etnográfica, por vezes visualizada na prospecção arqueológica, quanto para ampliar o conhecimento da história local. Mas, para além

---

[402] "Também foram realizados estudos sobre a arqueologia da paisagem de Miguel Burnier, pois foi localizada (sic) pela equipe um antigo livro de fotos". In: BRANDT MEIO AMBIENTE. *Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Mina de Miguel Burnier* (2 vols.). Belo Horizonte, maio de 2007, p. 283 (fotos nas páginas 283-288). A referência a este álbum apareceu também em outro documento do licenciamento ambiental que traz novos detalhes sobre o conjunto fotográfico: "Álbum fotográfico do primeiro decênio do século XX". In: BRANDT MEIO AMBIENTE. *Relatório de Resgate do Patrimônio Arqueológico e Relatório do Programa de Educação Patrimonial*. Belo Horizonte, abril de 2010, p. 16-18. Essas imagens do álbum constantes nesses estudos foram reproduzidas no Anexo "9.1. Antigo Álbum de Fotografias de São Julião e da Usina Wigg (extraviado)".

[403] "Vista interna da Estação geradora de energia do 'Papa-Cobras', vendo-se à direita, a sua turbina 'Pelton' e seu regulador automático, e à esquerda, o respectivo gerador de energia elétrica (Acervo: Família de Paulo Rogério Lana)". In: BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique; NEVES, Marcus Duques. A Usina Wigg e a Siderurgia em Escala Industrial nas Minas Oitocentistas. Ouro Preto, Minas Gerais – Brasil. *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial*, São Paulo, 2012, p. 8. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t5_usina_wigg.pdf>.

[404] *Cf*. Apêndice: 9.1. Antigo Álbum de Fotografias de São Julião e da Usina Wigg / extraviado.

[405] APM. GER 2-2, cx. 25, pc. 06.

disso, a fotografia funcionava como gatilhos de memória para a comunidade, que tinha ali suportes textuais e imagéticos de um mundo que viveram, ou que seus antepassados haviam vivido. E tirar-lhes deles tais documentos é também uma forma de dilacerar suas memórias.

Como já relatado, o licenciamento ambiental também produz grande volume de documentação – especialmente em casos de empreendimentos de grande porte que produzem grande quantidade de licenciamentos, como é o caso do Complexo Minerário de Miguel Burnier da Gerdau S. A. – que foi sistematicamente perseguida e acessada para a escritura deste texto. E essa documentação no aspecto do patrimônio cultural, que inclui o patrimônio arqueológico, foi contrastada com os resultados da pesquisa desenvolvida em campo e em outras bases de dados. Seja no aspecto das prospecções e salvamentos arqueológicos, seja nas pesquisas socioeconômicas mais abrangentes, foi sendo elencado o universo identificado nesses estudos de licenciamento ambiental e criada uma base de dados que unificasse todos os locais ressaltados.

Do ponto de vista desta pesquisa, nas prospecções arqueológicas se buscou entender como a comunidade – mesmo que em seus grupos opostos – define e identifica seus “patrimônios”. Em grande medida, foi observado que os léxicos empregados pela comunidade são muito próximos aos discursos dos agentes patrimonializantes da sociedade, talvez pelo fato de serem muito acessados pelos técnicos que vão com frequência promover estudos do licenciamento ambiental, de modo que a comunidade acaba por mobilizar sua memória como ressonâncias, com repetições de locais, vestígios e sítios que de certa forma já obtiveram um acordo consensual anterior de valorizá-los e categorizá-los como bens culturais.

E à medida que os caminhamentos das prospecções arqueológicas foram sendo realizados em Miguel Burnier com pessoas da comunidade interessadas em conversar e identificar os “seus patrimônios”, tal experiência também serviu para que a própria comunidade confrontasse os agentes e agências patrimoniais e aprimorassem suas experiências com as categorias patrimoniais. Ao apontarem o que era de relevância para eles, cujas categorias foram se tornando mais ligadas às referências memorialísticas das vivências deles nos territórios durante os tempos da Usina Wigg e Barra Mansa, tais informações foram sendo contrastadas com os dados já existentes nos documentos arrolados, de modo que as coordenadas tomadas pelo GPS iam constituindo uma outra base de dados.

Há pessoas que de certa forma sofrem ao falar do passado e, na mesma medida, rejeitam conversar sobre o "aquele tempo", o que de certa forma é comum de se experienciar em pesquisa de campo quando se trata da arqueologia, da história. Contudo, em Miguel Burnier, o "outro tempo" é descrito com o calor "deste tempo", do agora que exige da alma, do coração e do cérebro a articulação de suas memórias para descreverem como era diferente e melhor que o agora, neste tempo de luta, de resistência. Não obstante algumas descrições romanceadas, que também é comum aos procedimentos memorialísticos, são também sempre retomadas as dificuldades "daquele tempo", mas que, mesmo assim, permanecem como sendo "muito melhor que o agora". Essa constatação diz respeito à vida que levavam especialmente no aspecto de uso e fruição do espaço de forma mais ampliada que o agora, quando as referências identitárias constantes também na materialidade das construções tinham uma função não meramente estética, sendo possível de serem acessadas e vividas no cotidiano. São tempos, pois, muito diferentes, cronológicos, filosóficos, geológicos – o tempo do empreendedor e da produção de conhecimento de suas consultorias contratadas pautadas no calendário das obras e o tempo da vivência da comunidade e da sua possibilidade de reação frente às grandes forças.

Registra-se que, inicialmente, essa base de dados foi testada na produção de um relatório técnico para o MPMG, mas cujos limites de finalidade do estudo inviabilizaram a verticalização da complexidade da situação de Miguel Burnier em todo o distrito.[406] Tal base foi retrabalhada e ampliada nesta pesquisa, levando-se em consideração as metodologias interdisciplinares aqui empregadas, mas, fundamentalmente, as prospecções arqueológicas e a pesquisa etnográfica feitas ao longo da pesquisa doutoral com a comunidade de Miguel Burnier.

Durante as prospecções, muitos questionamentos foram feitos por membros da comunidade no sentido de reclamar pela presença desses locais por eles elencados nos relatórios técnicos, especialmente pelo fato de alguns indivíduos da comunidade que fizeram parte das prospecções arqueológicas também terem concedido informações a alguns arqueólogos que lá estiveram, ou mesmo na situação de terem trabalho como mateiro durante anteriores pesquisas arqueológicas. Esses indivíduos da comunidade, mostrando o seu descontentamento ao mesmo tempo pela não acessibilidade aos resultados das pesquisas e pela negação de uma informação

[406] INSTITUTO PRÍSTINO. *Laudo Técnico referente análise ambiental da ampliação do empreendimento minerário Mina Miguel Burnier da Gerdau Açominas S/A*. Ação Civil Pública MPMG-0461.13.000122-9. Belo Horizonte, abril de 2014.

anteriormente concedida por eles à equipe de arqueólogos, questionavam: “Uai, mas eu fui com ela lá, não tá no relatório?”. Já subordinada em suas condições econômicas, a comunidade é duplamente submetida a uma subordinação violenta, a epistemológica.

Frente à realidade de Miguel Burnier, na qual o conflito ambiental é uma força capaz de promover amnésias seletivas que inibem o acesso às informações, subdimensionam dados que compõem os diagnósticos, e também constrangem o acesso ao território, visto que grande parte das terras do distrito são de propriedade da empresa, estávamos ali com uma especificidade metodológica. Nesse caso, como proceder ao conhecimento dos “patrimônios” da comunidade se nós não estávamos na mesma situação privilegiada dos colegas arqueólogos que tinham acesso mais aberto na situação de atuação nos licenciamentos ambientais? Também, na maioria dos casos, não estávamos mais na situação também privilegiada de realização de um laudo judicial.[407]

Como identificar e registrar as referências culturais de relevância para a comunidade se não poderíamos invadir as áreas agora denominadas “propriedade privada”? A intimidação aos acessos à comunidade se faz de várias maneiras: seja pelas placas, seja pela presença de carros de seguranças que nos abordavam ou circulavam em mesmos locais em que estávamos. Parar na estrada municipal OP-260 para visualizar a paisagem, tirar qualquer fotografia ou pontos de GPS já é motivo para desconfiança. Em uma dessas situações, estando com a presença de Rômulo, a caminhonete branquinha da empresa nos parou, estranhando a nossa companhia, e na sequência mantiveram o seguinte diálogo como se nós não estivéssemos ali:

> Segurança: Bom dia... está tudo bem por aí? [Após ter descido da caminhonete e se aproximado da janela do motorista do nosso carro, vistoriando o interior do nosso carro e se incomodando com as câmeras em ação no tripé]
> Rômulo: Bom dia! Está sim, tudo bem? [Respondendo no lugar do passageiro]
> Segurança: Tem certeza? Tudo bem?! [E os olhos dos dois profundamente se entreolharam, como se algo fosse (inter)dito]
> Rômulo: Eu estou mostrando algumas coisas para eles aqui, mas está tudo sob controle. [Tentando evitar qualquer palavra escorregadia]
> Segurança: Sei. Qualquer coisa a gente tá na área, você sabe. Qualquer coisa mesmo. E cuidado nessas estradas, tem muitos caminhões. Vocês estão de cinto?

[407] Deve ser ressaltado que decorrente da pesquisa doutoral foi solicitado o apoio do promotor de Justiça Domingos Ventura de Miranda Junior, da 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto. Ao apresentarmos questões específicas das pesquisas arqueológicas com a necessidade de prospecção *in situ*, foi por ele promovida a realização de outra vistoria que nos ajudou sobremaneira no acesso a parte dos interditos. Decorrente dessa vistoria, foi instaurada a Ação Civil Pública MPMG-0461.17.000458-8 em dezembro de 2017, com vistas a avaliar um eventual dano arqueológico com a instalação do Terminal de Cargas.

O mesmo comportamento não é esperado quanto estamos com a presença de Remo: o acompanhamento é visto a distância, o nosso carro é acompanhado em alguns trechos – “vistoria de padrão” – e em lugares mais longínquos, mais à frente que a nossa chegada, a mesma caminhonete de segurança já está estacionada, sem ninguém dentro. A nossa presença em campo era sempre monitorada: sabiam quando chegávamos e quando íamos embora da comunidade.

Causava incômodo analisarmos dados documentais que se agregavam aos dados etnográficos e que se faziam destoantes na impossibilidade de acesso aos sítios. A comunidade, também ciente dessa conjuntura, valeu-se de acessos que rompiam com os caminhos conhecidos por aqueles que “são de fora”, permitindo vasculhar territórios até então desconhecidos. Valeram-se também de recursos memorialísticos – como poucas imagens que detinham –, mas, sobretudo, das narrações e experiências memorialísticas ao se depararem com lugares completamente modificados.

É muito forte a vivência de encontro com os escombros. Indivíduos que habitualmente foram modelados pelo trabalho operário em sua condição de subordinação ao chefe tentam controlar seus sentimentos. Por ora, silêncio absoluto como quando se entram em lugares sagrados, as bibliotecas, as igrejas, os cemitérios. Ali eram casas onde muitas vidas tinham sido geradas, onde o trabalho cotidiano tomava conta das horas do dia, onde vidas também tinham sido ceifadas. Era o cotidiano, as trajetórias de vida que tomava conta dos lugares. Frutas que não foram colhidas e que insistem em sobreviver, algumas panelas esquecidas, talvez por já estarem enferrujadas demais, ou porque já não valia mais a pena. Um antigo berço de ferro jogado no porão não tinha mais sua função inicial, a não ser, agora, de recolorir as lembranças e trazer à tona um universo descritivo de como era a vida “naquele tempo”. O fogão a lenha, abafado como o do alto-forno, já testemunhou muitas histórias ao seu redor.

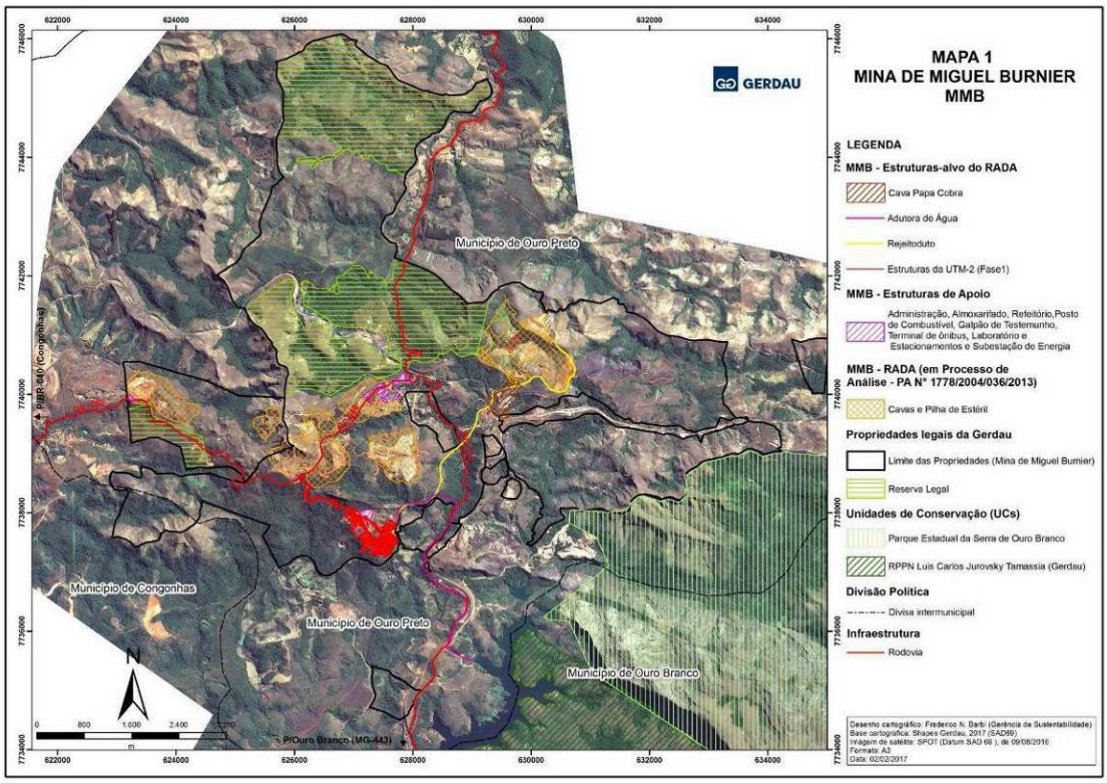


Figura 197 – "Mapa Geral da Mina de Miguel Burnier", tendo a linha preta as definições da área da Gerdau no distrito. Fonte: RADA, 2017, p. 214.

As ferramentas do geoprocessamento precisaram, então, ser também adicionadas. Tínhamos alguns mapas históricos que, nas dificuldades de se encontrar informações específicas sobre São Julião ou Miguel Burnier, traziam alguma luz de esperança.[408] Anteriormente já valorizados frente à escassez de informações sobre a nossa área de pesquisa, tomavam outros sentidos à medida que se desdobravam as informações em campo, em um processo de (re)alimentação de nossa base de dados em (re)construção. Os caminhamentos sistemáticos em Miguel Burnier, com suas permitidas longas conversas no caminho, com atalhos e outras paradas não anteriormente planejadas, configuravam uma realidade ampliada de conhecimento sobre o território. A tomada de coordenadas com o *GPS Garmin Oregon 650 com GPS + Glonass System* permitia também a precisão necessária das informações para o geoprocessamento. Ademais, a comunidade também tinha seus próprios pontos de GPS, então, seguíamos os seus caminhos de modo a criar alguns mapas mentais de topônimos de relevância.

[408] De todos, é preciso ressaltar a relevância do acervo que está sob a guarda do APM referente à Usina Wigg e Usina Barra Mansa que, entre os vários documentos, detém grande número de cartas, plantas e mapas detalhados de Miguel Burnier. Conseguimos o acesso integral a esses dados somente em fins do mês de fevereiro de 2018, de modo que agradecemos imensamente aos funcionários do APM, que se sensibilizaram com a importância desse acesso para a nossa pesquisa.

Em gabinete, os dados eram processados por meio da criação de uma base cartográfica com o auxílio de alguns softwares – *ArcGIS 10.5, QGIS 3.0.3 Girona, Adobe PhotoShop CC 2015, AutoCAD Civil 3D 2018* – nos quais inseríamos nossos dados colhidos em campo, e sobre o qual também fizemos o georreferenciamento de antigos mapas, plantas e cartas. Esses documentos foram selecionados levando-se em consideração a existência de referências como legendas, base cartográfica, escala e identificação do modelo cartográfico usado em sua confecção, dados que imputam a possibilidade (ou não) de correspondências precisas sobre a nossa base cartográfica balizada em fotografias aéreas de alta resolução (Bing). Ainda, os antigos documentos cartográficos elencados dialogavam com a nossa busca de dados específicos, de modo que traziam informações preciosas sobre os topônimos que assinalavam no território os dados históricos e de uso e ocupação dos espaços ao longo do tempo: havia, assim, fazendas, córregos, serras, povoados, áreas produtivas, caminhos, cavas antigas, valos e muros.[409]

Transitando entre os mapas do século XVIII ao XXI, a nossa base cartográfica foi sendo paulatinamente (re)construída à medida que se aprofundavam as pesquisas de campo, que a confiança mútua crescia e que emergiam aspectos de relevância para a comunidade de Miguel Burnier. Alguns indivíduos participavam da conferência das marcações, em um processo contínuo de (re)elaboração e (re)apropriação, no qual emergiam processualmente outras memórias e outros lugares a serem conhecidos. Era mais uma forma de ver e (re)conhecer o território frente aos palimpsestos da memória que tornavam opaca a complexidade daquele lugar.

De maneira geral, o processamento das informações georreferenciadas demonstrou que poucas áreas do distrito não possuem ações relacionadas ao interesse de mineração, ao passo que pelo menos de 1956 a 2018 os recursos hídricos diminuíram bruscamente. Observa-se que o mineral predominante no distrito de Miguel Burnier é o minério de ferro, seguido de outros não menos relevantes e valiosos, como o ouro, manganês, cromo, vanádio, quartzo, calcário, topázio, mármore. O distrito-sede está estabelecido sobre uma área especificamente de laterita (composto por grande concentração de hidróxidos de ferro e alumínio), além de seu entorno rico em minério

[409] Especificamente os mapas, cartas e plantas históricos que receberam tratamento de geoprocessamento foram: 1 – GUILD, 1957; 2 – JOHNSON, 1978; 3 – APM GER-00002 (02); 4 – APM GER-00002 (04); 5 – GER-00010(06); 6 – CECO microfilme 2204.

de ferro, topázio, calcário, ouro; o que nos leva novamente a ponderar sobre as causas do conflito ambiental experienciado na comunidade.[410]

Atualmente, grande parte do que é considerado patrimônio está nos terrenos de propriedade da Gerdau S. A. Em diversos casos, houve destruição completa das estruturas arquitetônicas antigas, de modo que tais edificações se tornaram escombros da noite para o dia e, na sequência, era passado trator por cima, nivelando o terreno. O campo de futebol, importante local de sociabilidade no contexto da vila operária, foi o primeiro a ser destruído para em seu lugar ser edificado o almoxarifado da empresa; o Seminário/Orfanato Monsenhor Horta foi vendido pela Arquidiocese de Mariana para se transformar em escritório da empresa. A MG-030, que dá acesso a Miguel Burnier, passou a ter catracas de identificação, e o fluxo antes raro apenas de carros de passeio foi tomado pelos caminhões com carga de minérios que ligam Várzea do Lopes-Miguel Burnier-Usina de Ouro Branco. A área coletiva de uso para lazer nas ruínas da Casa de Campo Lago Soledade foi cercada, e lá ninguém da comunidade pode mais pescar ou fazer piquenique. Não há mais clima para ir à cachoeira perto do Pico do Vigia. O cemitério teve sua paz alterada pela movimentação da limítrofe UTM I. A vila operária da usina teve seu esvaziamento forçado, suas casas se arruínam a passos largos, e a Igreja de Calastróis está abandonada à sorte do tempo, apesar de seu tombamento e da condicionante do licenciamento ambiental que obriga a empresa a executar sua restauração. A mesma realidade vive a Capela de Chiqueiro dos Alemães e a Usina Wigg, tendo este último projeto de musealização paralisado. Os exemplos são muitos, especialmente os mais óbvios. O geoprocessamento trouxe tantos mais, que são exemplos certamente ainda mais invisibilizados que estes já citados.

A área urbana do distrito de Miguel Burnier contempla grande número de bens culturais relacionados às várias temporalidades anteriormente indicadas. Atualmente, trata-se de um lugar de referência quando se fala sobre o distrito, mas é preciso ressaltar que a área rural do distrito de Miguel Burnier é também composta por subdistritos e povoados que expressam a historicidade de seus topônimos: Azia, Mota, Bocaina, Crockatt de Sá, Hargreaves, Papa-Cobra, Retirinho, Rodeio de Cima, Rodeio de Baixo, Lagoa dos Porcos/Lagoa do Neto, Usina, Barra Mansa. Tais referências toponímicas têm sido cada vez mais esquecidas e se tornado confusas entre os próprios nativos, à proporção que a pressão das empresas mineradoras aumenta,

[410] *Cf*. GUILD, 1956.

tornando o lugar pouco propício à manutenção das atividades por parte dos pequenos proprietários rurais e comerciantes, alterando radicalmente a paisagem, seus nomes, seus usos e ocupações. Rebatizando o espaço com as suas referências, ocupando as terras com grandes obras de engenharia e fluxo de veículos pesados, o ambiente se torna hostil à vida dos homens que gostavam do sucesso do interior.

O contexto de conflito se opõe à precisão de medidas do território, a identificação de topônimos, pois há agente e agências privilegiadas e responsáveis por descrever o território. Contudo, a escolha de procedimentos que partem da determinação de coordenadas geográficas a partir de fotos aéreas e o cruzamento com cartografias históricas e dados desenvolvidos com a comunidade resultam em descrições outras. Identifica-se, assim, aquilo que está nas margens, os interstícios, as áreas vulneráveis. E incorporam-se os conhecimentos de sujeitos que questionam a ordem estabelecida e que usam a cartografia oficial para se opor à tendência de fragmentação territorial e a centralização de poder que joga por terra processos participativos, de modo a incluir aquilo ou aqueles que estão em posição periférica e tornando visíveis as referências culturais locais, o que é, sobretudo, feito por homens em um território colonizado.[411]

A leitura desse espaço torna contraditória a preservação dos bens culturais em um contexto de ampliação dos interesses minerários e de acirramento dos antagonismos sociais.[412] A desqualificação das referências culturais locais, seja em estudos técnicos de licenciamento ambiental e na escuta não sensível da comunidade em pesquisas de campo, seja ainda na obliteração de seu pensamento, promove diversas maneiras de apaziguamento e silenciamentos da importância desse lugar para a memória e história local, regional e nacional, bem como na relação da comunidade com o que lhe pertence.

---

[411] LIMA, Angélica Macedo Lozano; KOZEL, Salete. Lugar e mapa mental: uma análise possível. *Geografia*, v. 18, n.1, p. 207-231, jan./jun. 2009. RODRIGUES, Ludimila de Miranda. *Paisagens culturais alternativas no Brasil contemporâneo e vivência espacial da comunidade indígena Krenak do Sudeste (Vale do Rio Doce/MG)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

[412] "Houve um momento em que São Paulo decidiu, pelas mãos dos condutores da economia e da política, que em nome do futuro – o chamado progresso – a memória do passado podia ser varrida. Todavia, o próprio jogo das forças de mercado, (...) ao longo de seu processo, a cidade, o organismo vivo, impõe solidariamente valores funcionais, mercantis e simbólicos às suas diversas frações. Novos lugares são chamados a novas funções, velhos lugares se renovam inteiramente ou parcialmente, o centro histórico sendo, por sua persistência como lugar central, o espaço por excelência das mudanças contínuas e às vezes brutais de valor. (...) O que sobra de 'histórico' é muito mais o resultado dessas práxis individuais inseridas numa economia política cambiante; e muito menos o furto de uma deliberação oficial explicitada em leis, decretos, portarias". In: SANTOS, Milton. *O país distorcido*: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: PubliFolha, 2002, p. 24.

Essa contradição latente influencia diretamente as formas de conhecimento, interpretação, apropriação, divulgação e proteção do patrimônio e, em última instância, da própria comunidade que se apropria da proteção legal dos bens culturais tombados para o direito à permanência em seu território. A abordagem do patrimônio cultural é uma das formas de resistência da comunidade frente às discussões sobre o pertencimento e a identidade local, como discutido no capítulo anterior, haja vista que subsidia uma discussão profunda e contraditória na comunidade, na qual dois grupos antagônicos disputam sobre o direito de permanecer ou abandonar o distrito de Miguel Burnier, influenciados pela supervalorização dos interesses minerais no local.

Um dos fins dessa violência simbólica é a violência física, real, não virtual. As edições, os esmaecimentos, os desfoques, os apagamentos mostram-se de forma concreta em registros não somente da experiência, mas nas representações documentais e materiais. Tomemos exemplos dos licenciamentos desenvolvidos para o Complexo Minerário de Miguel Burnier da Gerdau S. A. e podemos ver como as escalas de mapas não permitem identificar e reconhecer o espaço. Há ângulos de visão distorcidos que expressam jogos de escalas nas quais comunidades “minúsculas” onde vivem pessoas “consideradas minúsculas” se chocam com empreendimentos de grande magnitude. Os colossais projetos desenvolvimentistas que prometem levar casa, comida, estradas, dinheiro, progresso criam estéticas de paisagem pautadas na arquitetura da destruição, na qual a contemplação dos escombros se torna uma atitude meramente estética típica da (pós)modernidade.[413]

O tratamento geoespacial pode ser uma ferramenta capaz de tirar o véu da racionalidade determinada pela lógica do capital ao desafiar os discursos hegemônicos que influenciam a forma como lemos e apreendemos o território. Tanto do ponto de vista das temporalidades quanto das espacialidades, fotos aéreas e seus contrastes demonstram as marcas da ocupação do território, as mudanças e permanências da população, suas bases econômicas, o processo de urbanização, os caminhos e rotas das pessoas e de seus patrimônios, os impactos ambientais, as violências.[414]

[413] *Cf*. FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais. In: *Cultura & Economia*, Lisboa, p. 209-230, nov. 1994. FORTUNA, Carlos. Geog Simmel: as cidades, a ruína e as novíssimas metrópoles. *Philosophica*, Lisboa, n.42, p. 107-123, 2013.
[414] ARANGO, Vladimir Montoya. El mapa de lo invisible. Silencios y gramática del poder en la cartografía. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 63, p. 155-179, enero-junio de 2007.

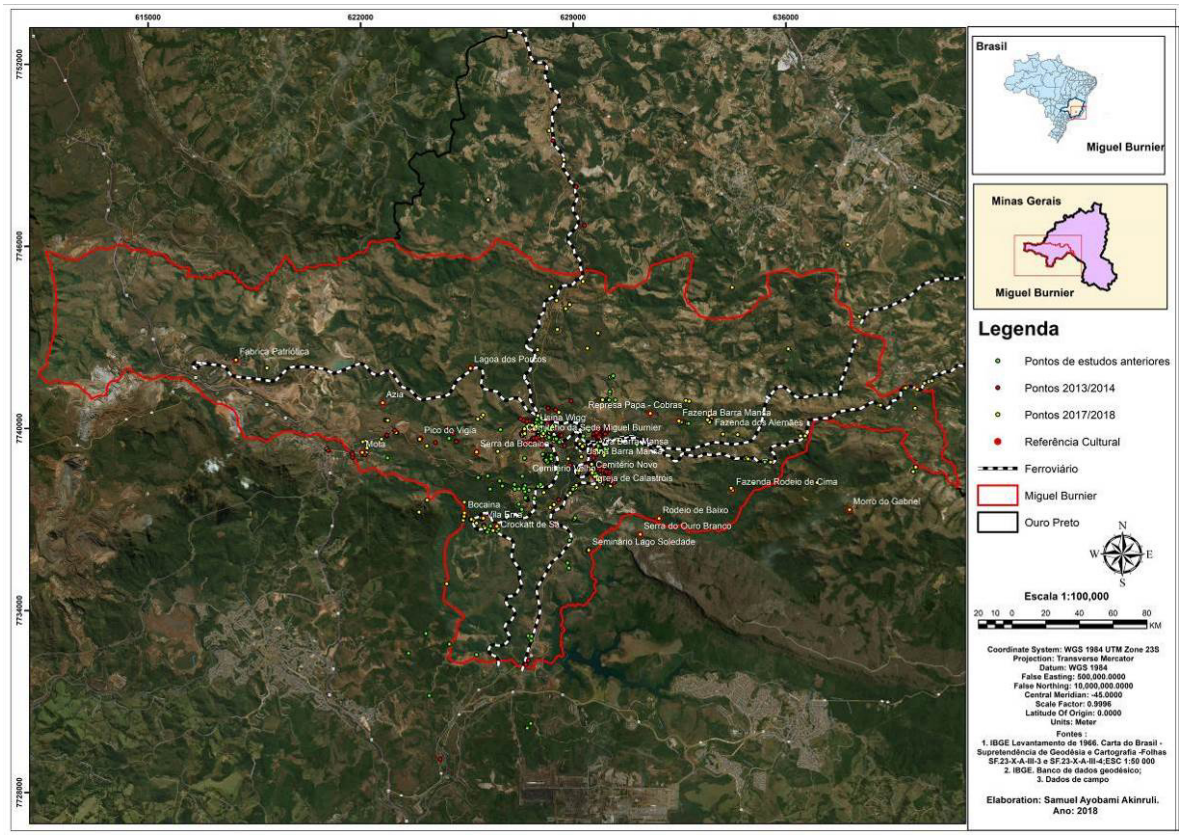


Figura 198 – Coordenadas levantadas nos estudos culturais (para licenciamento ambiental e ICMS Cultural) realizados anteriormente (em verde), seguido de pontos das nossas prospecções realizadas nas campanhas de 2013-2014 (vermelho) e 2017-2018 (amarelo). Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.[415]

[415] Para melhor visualização, ver a versão do mapa impresso em A3 no "8.4. Mapa com as coordenadas dos estudos anteriores (licenciamento ambiental e ICMS Cultural), adicionado das nossas coordenadas de trabalho de campo em 2013-2014 e em 2017-2018. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018".

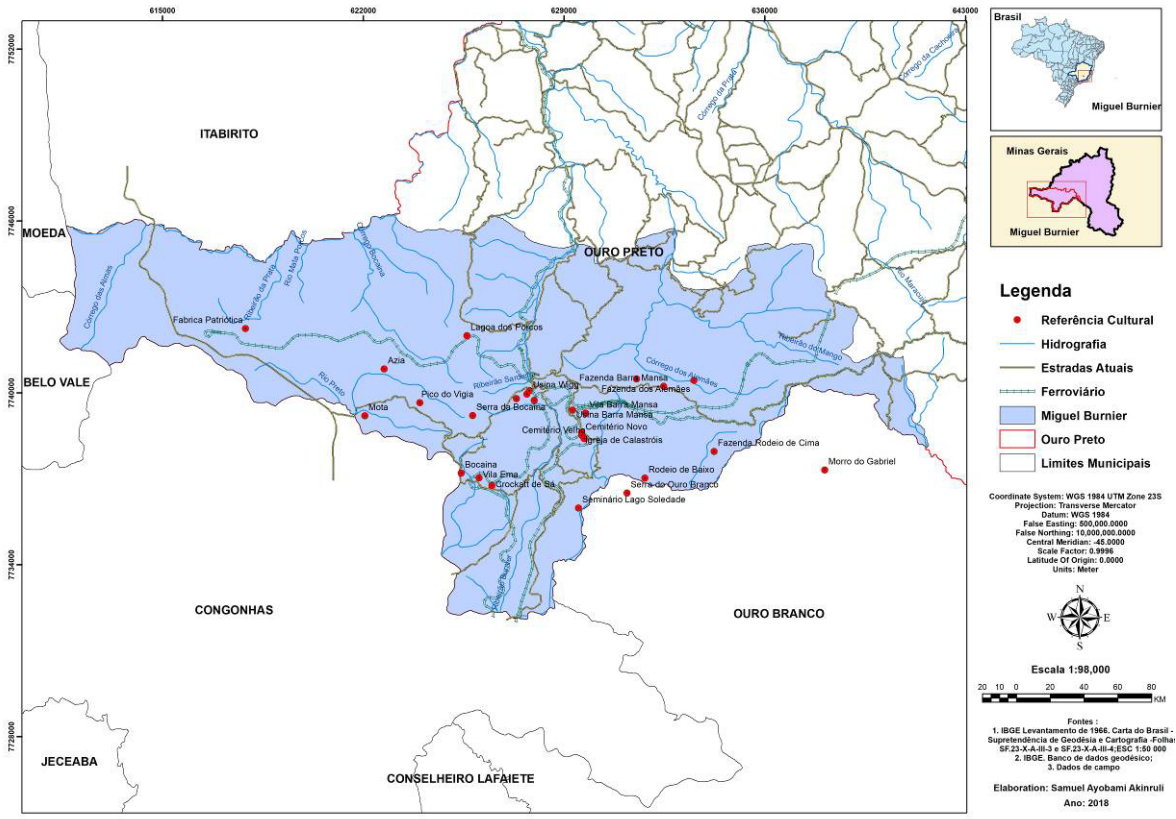


Figura 199 – Geolocalização de algumas das principais referências culturais identificadas em Miguel Burnier ao longo dos anos de 2013 a 2018.
Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.[416]

Resultou-se ainda no entendimento dos "patrimônios" identificados pela comunidade como sistemas patrimoniais e culturais que trazem à baila um sistema de relações sociais, arranjos econômicos, processos políticos, categorias culturais, normas, valores e ideias; o que provocou o entendimento do patrimônio de maneira mais ampla e sistêmica, permitindo enxergar a relação de forças e interesses existentes entre o local, o nacional e o internacional, e as múltiplas interações entre as partes.[417] Na medida em que seu registro cartográfico foi feito levando-se em consideração as referências culturais identificadas pela comunidade em contraste com os bens indicados nos estudos ali já realizados – seja para o licenciamento ambiental

[416] Para melhor visualização, ver a versão do mapa impresso em A3 no "Apêndice 8.5. Mapa com as algumas referências culturais de Miguel Burnier. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018".

[417] "Seja em escala regional, nacional ou mundial de reconhecimento e oficialização dos patrimônios, encontramos um terreno fértil para pensar a relação entre o que foi realçado, selecionado e o que permanece obscurecido, ou fora excluído e/ou destruído. Estudos cuja abordagem dos patrimônios não observa, analisa e interpreta o diferencial entre aqueles reconhecidos oficialmente e aqueles protegidos e reproduzidos extra-oficialmente, perdem de vista a potencialidade dos patrimônios enquanto prática e processo cultural e enquanto sistemas culturais. Deixam de interpretar a relação interna ao sistema patrimonial (entre bens patrimoniais oficiais e oficiosos) e externa, entre sistema patrimonial e todos os outros sistemas culturais". TAMASO, Izabela. Os patrimônios como sistemas patrimoniais e culturais: notas etnográficas sobre o caso de Goiás. *Revista Antropológicas*, ano 19, v. 26, n. 2, 2015, p. 160.

seja para o ICMS Cultural –, justapostos ao cruzamento com documentos cartográficos históricos e o caminhamento sistemático para o conhecimento do território *in situ*, promoveu-se a amplitude de visões. Estas convergiam o que se chamava de bens culturais materiais, os vestígios concretos da vida, àqueles categorizados como sendo de natureza intangível, o cotidiano da vida que deixou marcas. As referências culturais foram consideradas para além de seus limites léxicos, mas como o resultado semântico e epistemológico de uma amplitude de entendimentos sobre o relacionamento entre a identidade e o território, que contemplam a legitimidade da própria comunidade em elencar aquilo que é de seu interesse, de forma que cada elemento do patrimônio local surgiu integrado num plano conjunto, de múltiplas interações entre as partes, mesmo que em um contexto de arruinamentos.[418]

5.2. Arqueologia da Mineração e da Siderurgia: alguns apontamentos para uma análise contextual

A leitura sobre a paisagem de Miguel Burnier marca prioritariamente um cenário de expressão manifesta da mineração, motivo determinante da ocupação colonial, quando aqueles arrabaldes passaram a ser conhecidos por São Julião. Em suas diversas estratigrafias, o terreno registrou a presença desde os colonos portugueses que se estabeleceram em terras inicialmente ocupadas por populações indígenas até os mais recentes aventureiros dedicados às atividades neoextrativistas do tempo presente, que se estabelecem em terras ocupadas pelos habitantes de Miguel Burnier. E é também tentando entender a complexidade da paisagem cultural que se abre ao entendimento de sua leitura integrada, na qual os assentamentos humanos associavam mineração e produção alimentar, com demandas de abastecimento de água e de energia, que exigiam a abertura de caminhos que permitissem a comunicação, passagem e comércio, que implicavam locais de sociabilização, devoção e lazer.

Os registros humanos na paisagem demonstram essa conjuntura, apesar de sistematicamente segmentarmos a realidade, criando categorias analíticas para conseguirmos dar conta dela. E seguimentamos a tal ponto que o meio físico, biótico a antrópico dos estudos de licenciamento ambiental perdem o sentido em relação ao todo; que os vestígios arqueológicos são apartados de sua comunicação com o conjunto de

[418] *Cf*. FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 2, p. 111-120, 2001. FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

referências culturais da sociedade em seus enlaces materiais e imateriais; que da ocorrência arqueológica em nada se conecta ao sítio ou ao humano que o produziu.[419]

Nos tempos em que as terras de Miguel Burnier eram ainda conhecidas como Rodeadouro, ou seja, as paragens no entorno da majestosa serra que de tão grande aquele caminho ao seu redor era quase considerado um livramento, restam não somente memórias que se apagam pelo sopro dos ventos. A Fazenda do Chiqueiro do Alemão deu e também fez o acesso ao caminho entre a Serra da Boa Morte e a região da Vila de Ouro Preto, dando passagem e colonizando aquelas planícies.

Certamente esta foi uma das primeiras fazendas estabelecidas por ali, propriedade do capitão Simão de Mendonça Allemão – paulista da família Leme, sendo anterior ao ano de 1726, quando já há registros da presença de um oratório. A devoção a Nossa Senhora da Conceição promoveu a edificação da Capela de Nossa Senhora da Conceição, certamente entre os anos de 1753 e 1763, conhecida regionalmente como Capela da Conceição do Rodeio ou Capela do Chiqueiro do Alemão, a única que possuía pia batismal e onde os fiéis podiam professar os ritos sagrados na região.

As dimensões daquele templo religioso impressionam pela monumentalidade, ao passo que seu avançado estado de arruinamento, que progride em velocidade ainda mais acelerada nos últimos anos, deixa cada vez mais entrever as estruturas de pedras irregulares e madeira de braúna do corpo do templo. Um arco cruzeiro que desmoronou há alguns anos define a área da nave e a da capela-mor. Avistam-se os negativos de barrotes no interior da parede da fachada frontal do templo, comprovando a existência de um coro. O óculo agora reina sozinho, já que o telhado não é mais encimado pela cruz de pedra, que despencou em 2017. Seus pedaços estão dispersos na cripta do Santuário Sagrado Coração de Jesus, e não se sabe agora o que fazer com eles. Algumas camadas de rebocos de tons claros exemplificam o revestimento interior, onde ornavam três altares, sendo um central, o altar-mor, e dois laterais, além de um púlpito na nave. Muitas telhas no entorno da igreja demonstram sua cobertura, e muitas árvores crescidas em seu interior comprovam o abandono. Disputam com as árvores os diversos cacos de ladrilhos hidráulicos que serviam de pavimento.

No adro da Capela de Chiqueiro dos Alemães, um cemitério com algumas lápides, sendo a última com data de 2016, atesta a atualidade do uso do lugar. A capela e seu cemitério são limitados por um muro de pedras irregulares arrematado por

[419] A paisagem é, não somente, mas também o resultado das ações humanas em suas interações que deixam marcas em um processo dinâmico, haja vista que pode ser interpretada como o "habitar" (*dwelling*) o mundo. *Cf*. INGOLD, 2000.

pedras regulares. Imediatamente a esse limite, imóveis do século XX avançam em seu entorno, inclusive com um curral. A rua detrás da capela recebeu uma placa de nome de logradouro – Rua Aroeira Neves nos 250-238 –, o que comprova como aquele local já foi mais densamente povoado.

É também atrás do templo que existe um caminho de terra que atravessa o Córrego Chiqueiro dos Alemães indo em direção à Serra dos Alemães, cujo caminho segue para a área da antiga sede da fazenda, a não mais que 300 m em linha reta da igreja. Havia uma picada antiga que ligava a sede principal até as proximidades da atual linha férrea, certamente percurso relacionado ao Caminho Novo.



Figura 200 – Capela de Chiqueiro dos Alemães com cemitério em seu adro – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 201 – Interior da Capela do Chiqueiro com vista para sua entrada principal – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 202 – Parede do interior da Capela do lado Epístola (sacristia) – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 203 – Detalhe do vão com acabamento em cantaria – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.

A experiência da colonização gera a (re)nomeação dos topônimos: por influência daquela fazenda, cursos d'água, serras e regiões foram (re)batizadas. O topônimo e o nome da propriedade dão indicações não somente sobre seu proprietário e localidade, mas sobre seus usos. A produção de porcos, atividade realizada em chiqueiros, certamente servia para o abastecimento alimentar da região, cuja produção poderia chegar a outros destinos seguindo novos traçados abertos a partir do entroncamento da estrada que surgiu em e com o Chiqueiro. Dali era possível seguir a oeste para a sesmaria do Sande, local onde posteriormente se implantou a Fazenda dos Caldeirões, até chegar a Congonhas; seguir a leste passando por Capão do Lana e outras fazenda no sentido Vila Rica; ou ainda ao sul atravessando a Serra do Deus-te-Livre para ir a Ouro Branco ou a Carijós (Conselheiro Lafaiete), de modo que esse Caminho Novo interligava São Paulo aos ricos centros minerários das Gerais. No sentido de Carijós, havia já em meados do século XVIII um local denominado Vendas Novas, que certamente poderia ser um ponto de comercialização de víveres.

Esse trecho descrito entre Congonhas e Sande corresponde aproximadamente ao atual trecho no qual se estabeleceu a BR-040, passando por Pires, Mota e distrito-sede de Miguel Burnier pela estrada municipal OP-260. De Miguel Burnier a Chiqueiro, e de Chiqueiro até Tripuí, o geoprocessamento assegura com boa exatidão o grande tronco desse trecho do Caminho Novo que posteriormente foi aproveitado pela EFCB. Paralelamente à estrada entre Sande e Xiqueiro, nas proximidades da Capela dos Alemães no Caminho Novo, existem seguimentos de muros de pedras dos dois lados da estrada, o que demonstra ser este um trecho de marcos divisórios de propriedades em um antigo seguimento do Caminho Novo.



Figura 204 – Os caminhos promovidos a partir da ocupação de Chiqueiro do Alemão em carta de [1755-1766]. Fonte: Recorte a partir de APM-080.

É provável que, consorciada à atividade de produção de víveres, se desenvolvesse a exploração mineral em lavras de ouro. A própria interpretação do termo chiqueiro para o topônimo leva para essa possibilidade, uma vez que o termo tem por sinônimo mangueiro, o que também denominava um cercado no rio que permitiria o isolamento do local de extração do cascalho a ser minerado. Em outros lugares, chiqueiro pode ainda designar uma armadilha de taquara por alguns conhecida como jequi, que se fecha quando o peixe morde a isca.

Na Serra dos Alemães se observa um longo canal bem preservado, que desemboca na área onde se implantava a sede da fazenda, de modo que sua função estava relacionada tanto ao abastecimento de água da fazenda como para finalidades da mineração. O Córrego dos Alemães que nasce nas terras altas da serra homônima, tem por um de seus braços o Córrego Papa-Cobras, onde há vestígios de mineração de ouro colonial como trechos dos canais e tanques de decantação. A marca do trabalho escravo está em toda parte, desde a robustez do templo religioso à força braçal da atividade da lavra. O naturalista Hermann Burmeister, que esteve ali em meados do século XIX, afirmou que o pequeno vilarejo formado tinha casas “das mais miseráveis e a população inteiramente composta de pretos e mulatos”, o que apesar do tom pejorativo aponta para a presença de grande número de habitantes.[420]



Figura 205 – Excerto do mapa de 1850 com referência a Chiqueiro dos Alemães. O traçado em vermelho é o caminho percorrido pelo naturalista.
Fonte: BURMEISTER, 1952.

[420] BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952, p.294-295.



Figura 206 – Canais na Serra dos Alemães e segmento de muro de divisa da Fazenda do Chiqueiro – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 207 – Muro de divisa da Fazenda do Chiqueiro – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 208 – Vale do Córrego dos Alemães – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 209 – Córrego dos Alemães em local de travessia para o caminho da antiga fazenda – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 210 – Vista da Serra dos Alemães com cavas de mineração – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jul. 2017.



Figura 211 – Canal – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 212 – Tanque de mineração com as paredes indicadas por setas – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 213 – Saída do tanque de mineração – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 214 – Segmento de estrada cavaleira – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.



Figura 215 – Segmento de estrada – Papa-Cobras, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Jan. 2014.

Em um mapa de princípios dos séculos XX, quando a totalidade das terras da Fazenda Chiqueiro do Alemão já havia sido fracionada, constam-se cunhões em nome Francisco de Paula Pereira, D. Izabel Pereira de Moraes e Veríssimo Pereira de Moraes, sendo os Moraes descendentes de um padre que era responsável pela Capela do Chiqueiro em fins do século XVIII. As terras faziam divisões a leste com a Fazenda Papa-Cobras; a norte com a Fazenda Coluna e Fazenda do Bom Retiro; ao sul com a Fazenda da Ponta do Rodeio, que pertenceu à Dona Florinda de Mesquita e ao Dr. Washington; a leste a Fazenda da Lagoa do Neto e a sudoeste nas “terras de Antônio Dias Pinheiro que pertenceram ao Capitão Miguel Brandão, e anexadas à Fazenda do Sande”.[421] Um mapa de 1903 evidencia que, mesmo após a fragmentação da

[421] APM. GER-00009 (02).

propriedade pelas sucessivas divisões entre os herdeiros, a Fazenda do Chiqueiro do Alemão tinha área de 13.219.235 m^2, ou seja, quase 1.322 ha.[422]

O arruinamento da sede da Fazenda dos Alemães se deu recentemente, cuja temporalidade e condições ainda não foram esclarecidas, contudo, em diversos mapas foi identificada a sua referência até pelo menos os anos de 1980 ou 2007.[423] A Capela de Nossa Senhora da Conceição passou por uma grande reforma em 1918 e teve seu uso frequente com missas até a década de 1970, quando passara por algumas reformas como o douramento de seus altares por membros da família Góes. Contudo, desde então, seu arruinamento vem aumentando em ritmo acelerado.

Pelo menos em fins do século XVIII, a efetivação da colonização por aqueles arrabaldes e consequente conhecimento territorial promoveram a segmentação das vastidões do que se chamava Rodeio para logradouros balizados pelos assentamentos humanos que foram se estabelecendo naqueles arredores. Por exemplo, tem-se a presença dos logradouros Rodeio de Cima e Rodeio de Baixo, que, possivelmente, também se relacionam às fazendas ali estabelecidas.

Existem relatos da presença de vestígios relacionados a outras Fazenda do Rodeio, certamente localizada na região de Rodeio de Cima, no sopé da Serra do Ouro Branco, nas proximidades de Hargreaves. Também pessoas da comunidade nos descreveram edificações altas de pedra que ainda existem nos matos no vale do Ribeirão Colônia, na região de Rodeio de Baixo, que parece ter sofrido os impactos da Mineração Lagoa Seca da IMA Indústria de Madeira Imunizada Ltda., empreendimento atualmente desativado, mas licenciado em tempos em que não eram exigidos estudos de viabilidade ambiental. É por ali indicada a presença de uma espécie de portal, um seguimento de calçada de pedras, e outros “testemunhos de tempos da escravidão”. Na região de Rodeio de Baixo também havia uma mina de extração de dolomita na década de 1950. Contudo, apesar de tamanha relevância, não foi possível promover prospecções arqueológicas nessas áreas de “propriedade particular”. Por meio da documentação cartográfica, identificou-se a existência da Fazenda do Rodeio (Rodeio de Cima) ainda em 1962.

[422] APM. GER-00009 (03).
[423] O mapa de 1980 pertence ao acervo do APM. GER-00010. Por sua vez, o mapa de 2007 se encontra em: Prefeitura Municipal de Ouro Preto*. Inventário de Proteção do Acervo Cultural (IPAC) do Distrito de Miguel Burnier – Ouro Preto, Minas Gerais*. Ouro Preto, março de 2007, p. 46.

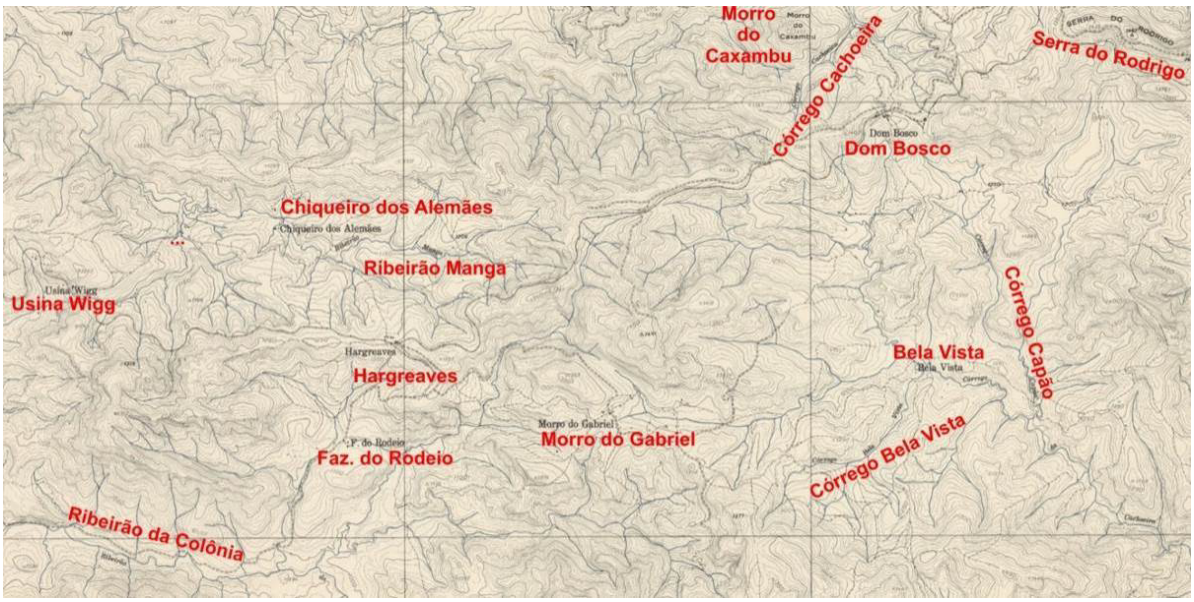


Figura 216 – Excerto do mapa de 1962, com diversas referências de topônimos de relevância para a prospecção arqueológica.
Fonte: APM-093 (03). Intervenções de Luana C. M. C. Akinruli.

Desde tempos coloniais, a ocupação foi se intensificando naquelas paragens do Rodeio: há uma sesmaria em nome de Matheus da Silveira Villa-Lobos com data de 10 de janeiro de 1714 no “Sítio no Rodeio da Titiauya”, área possivelmente identificada com a comunidade de Itatiaia (Ouro Branco). Na região de Morro do Gabriel (comunidade de Ouro Branco) e Lavrinhas, o sargento-mor Gabriel da Silva Pereira já estava estabelecido por ali antes de 1724, onde instalou uma ermida e depois a Capela de São Vicente Férrer no Alto do Morro. Sobre os escombros da capela colonial foi erguido o atual templo e nos arrabaldes há indicações da existência de um antigo cemitério limitado por um muro de pedras, ocupando uma área serrana na região também chamada de Rodeio de Cima.

A Fazenda de Feliciano Alves Vianna na Boa Vista (ou Bela Vista) com Capela de Nossa Senhora das Dores deu início à colonização daquelas terras próximas ao Capão do Lana, dando a formação do núcleo populacional ainda hoje encontrado que manteve a nomeação (Bela Vista, comunidade de Ouro Branco). O acesso a Bela Vista se dá por um entroncamento em Dom Bosco, na antiga estação que ali existia, no Caminho Novo, e de Bela Vista é possível ir a Morro do Gabriel. As serras de seu entorno possuem marcas de mineração, especialmente de lavras de topázio, que já eram conhecidas há séculos. Profundas cavas, que a longo prazo se conformam em grandes voçorocas, tornam incontroláveis os processos erosivos com a exposição do solo sem recomposição vegetal. Talvez, a vegetação não teve tempo de se regenerar, pois por ali se plantaram eucaliptos que mantiveram os fornos das usinas ativos.

A comunidade, estabelecida no vale entre as planícies, é dependente das atividades da Topázio Imperial Mineração. Em um topo da serra estão a capela e o cemitério murado com pedras sobrepostas em junta seca, tendo trabalho de cantaria em alguns pontos mais preservados. Há vários trechos em desabamento desse muro, pois não há lajes que lhe deem acabamento e proteção, de modo que se fizeram enxertos com novas pedras diferentes das inicialmente empregadas na construção do muro para evitar maiores desmoronamentos. Dessa alteração, identificam-se temporalidades distintas desse vestígio.

As pedras usadas na edificação desse muro, assim como na maioria dos casos encontrados na região, são cangas de minério de ferro, o que atesta a procedência do material e a sua abundância nos arrabaldes. A técnica construtiva desses muros é designada de taipa, ou seja, dá-se o empilhamento de pedras sem o uso de argamassa ligante pelo fato de na base do muro serem dispostas pedras maiores ou mais largas e em seu topo, pedras de menor tamanho. As pedras recebiam uma preparação antes de serem dispostas: além da escolha de um tipo padrão, estas poderiam ser lascadas para obterem um formato mais regular e, portanto, conceder equilíbrio e estabilidade ao conjunto.



Figura 217 – Implantação da Capela na paisagem – Bela Vista, Ouro Branco/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.



Figura 218 – Marcas da mineração na paisagem, tendo ao fundo plantação de eucaliptos – Bela Vista, Ouro Branco/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.



Figura 219 – Capela com cemitério em sua parte posterior – Bela Vista, Ouro Branco/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.



Figura 220 – Vista posterior da capela com cemitério – Bela Vista, Ouro Branco/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.



Figura 221 – Muro de pedras do cemitério – Bela Vista, Ouro Branco/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.



Figura 222 – Detalhe do muro de pedras do cemitério – Bela Vista, Ouro Branco/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.

Tal qual a Fazenda do Chiqueiro dos Alemães e a Fazenda Morro do Gabriel, a vizinha Fazenda do Capão do Lana é uma das mais antigas na região do Rodeio. Em 7 de janeiro de 1772, consta uma carta de sesmaria aos sócios de uma roça estabelecida no Córrego do Capão, um dos tributários do Córrego Papa-Cobras, sendo: capitão Paulo Pereira de Souza, José da Silva Guimarães e Manoel Martins de Carvalho. Contudo, consta a existência de moradores antecessores na paragem chamada de Lana. Ali, estabeleceu-se uma das mais importantes estalagens no Caminho Novo, além de ter sido desenvolvida fundamentalmente a mineração do topázio.

> (...) as jazidas do topazios estam a mais de 2 legoas da povoação [Cachoeira do Campo], nas fazendas do Capão do Lana, Cumbe, Vassouras, e em geral nos arredores da Estação H. Hargreaves (Ramal de Ouro Preto), em cujas jazidas as vezes se encontram bellos topazios roseos que são os mais estimados.
> (...) nas imediações da Cachoeira não existira lavras de alguma importancia; as que foram exploradas com vantagem nos tempos passados, estam situadas nas fazendas do Morro do Gabriel, Rodeio, Caldeirões etc. (a mais de 2 legoas)
> (...) esse logares (...) estava então annexados á [freguezia] do Ouro Preto, á

pedido e por própria conveniencia dos proprietarios dessas lavras, que nessa cidade tinham sua residencia principal.[424]



Figura 223 – Vista panorâmica da região de Morro do Gabriel, na qual é possível notar as diversas cavas de mineração. Fonte: APM. GER-0009 (03).



Figura 224 – Região de Capão do Lana – Rodrigo Silva, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.



Figura 225 – Propriedade da Topázio Imperial Mineração – Distrito-sede, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Mai. 2018.

A Fazenda de João Pires (de Barros), que possuía oratório em 1721, possivelmente designou o nome de Pires (bairro de Congonhas). Se não fosse pela presença de oratórios nas fazendas que permitiam a devoção familiar, os colonos precisariam se deslocar ou para a Capela de N. Sra. da Conceição do Chiqueiro dos

[424] LEMOS, 1908, p. 81.

Alemães ou para a Igreja de Nossa Senhora da Soledade (Lobo Leite, Ouro Preto), que já existia certamente antes de 1734, edificação relacionada à chácara do coronel João Lobo Leite Pereira, existindo dois caminhos para se chegar ao templo: um pela picada em Chiqueiro cruzando a Serra do Ouro Branco ou então partir de Congonhas.

Na bacia do Córrego do Sardinha, atualmente área de lavra da Gerdau na cava Bocaina, nas proximidades do distrito-sede de Miguel Burnier e no caminho da MG-030 que dá acesso a Engenheiro Correia e Itabirito, existia naqueles arrabaldes a Fazenda de Manoel Fernandes Pereira em 1756. Tinha como vizinho a Fazenda Lagoa do Neto, de propriedade de João Gonçalves, que por volta do ano de 1792 tinha estabelecido sua vivenda nos arredores do Córrego Moinho Velho. Observa-se a manutenção do topônimo Lagoa do Neto ainda hoje, bem como a informação de que os terrenos da sede de Miguel Burnier eram de propriedade de um português da família Gonçalves.

Outro colono do século XVIII foi Francisco da Rocha Brandão, que obteve em 20 de fevereiro de 1758 a sesmaria da Fazenda do Sande, e em 17 de agosto de 1769 a sesmaria Paragem do Sande. Em 1745, Francisco da Rocha, Simão Ribeiro da Silva, Manuel Coelho e demais sócios já reclamavam pelo título de posse de terra na região de Congonhas, possivelmente identificada com aquela sesmaria posteriormente confirmada.[425]

> Dizem os viajantes e moradores da Paraopeba que atualmente estão botando mantimentos para esta Vila, que as estradas por onde seguem principalmente do Xiqueiro, do Lamão para adiante, e entrada da Serra para dentro, acham-se todos os caminhos incapazes de tropas seguirem por eles por causa dos matos; e os roceiros não fazem a parte que lhes toca nas estradas de suas roças; e se lhes fazem algum benefício é tão somente o de cortar os ramos que caem sobre o mesmo caminho, sem atalharem os Calderões e barrancos que as águas têm feito, digo que os suplicantes tem recebido grande prejuízo pela inumerável perda assim de partes de suas beiras, como de outras descadeirados muitas partes de suas tropas. (...) arrumando-se esta de forma que não fiquem os caminhos embaraçados, antes sim limpos, e ditem pedidos que possam passar as tropas que com tanta freqüência andam por Redondo, sob pena de que não feito a forma dita do dito regulamento, serem condenados ao arbítrio (...)[426].

Na região, contudo, a Fazenda dos Caldeirões foi a que ficou mais famosa, certamente pelo seu relacionamento com a história da Inconfidência Mineira. Com sua capela dedicada a São Julião, aquelas vastidões a leste de Chiqueiro passaram também a receber a alcunha de São Julião ao longo dos tempos. É interessante que,

[425] Há, ainda, nomes de outros colonos que podem ter ocupado aquela região no século XVIII, cujos assentamentos não foram possíveis de se precisar sua localização, dentre eles: capitão-mor José Luiz Sol que possuía ermida em 1713; tenente-coronel Cosme de Faria que possuía ermida em 1713; Pedro Anaes Souto que possuía ermida em 1714; Padre Damaso Pereira que possuía ermida em 1718; tenente-coronel Manoel de Azevedo que possuía ermida em de São José no Cercado em 1714.
[426] APM. CC, microfilme 543, planilha 21304, item 02.

ao passo que o termo caldeirões pode significar o termo geológico para denominar uma depressão das rochas que retém água e onde se podem encontrar peixes, pedras preciosas ou minério; caldeirões também permite a interpretação da presença de crateras arredondadas e cheias de cascalhos minerários em alguns lugares também chamados de piçarra (última parte das catas).

> A Itatiaia foi o dique separador, o divortium aquarum dos dois disctritos proto-históricos das Minas [Sabará e Ouro Preto]. As massas diluvianas, e o vértice das correntezas, que se abateram precipitadas, deixaram nos lugares fundos os sedimentos da riqueza desagregada e das serras diluídas, formando os caldeirões famosos na primeira época, e que tantos ainda há que esperam o exame dos mineralogistas. Os cascalhos da região das Congonhas até hoje são o que de mais rico se pode conceber.[427]

Naquela região, a Fazenda dos Caldeirões foi instalada em terras inicialmente doadas ao alferes Antônio Dias Soares, mas cuja sesmaria foi confirmada pelo capitão-mor José Álvares Maciel entre 1757-1758, sendo os confrontantes do terreno o guarda-mor Alexandre da Cunha de Matos, Antônio Francisco e João Barbosa. Entre os vizinhos, outros moradores já instalados nas redondezas, temos Antônio Fernandes Aragão, José Pereira, Bento de Magalhães, Domingos Gonçalves Gomes, João Gomes Martins, Jerônimo Fernandes e Domingos Fernandes Ribeiro.

Ao alferes Antônio Dias Soares coube outras terras nas paragens dos caldeirões, onde fundou uma fazenda – certamente contemporânea à “Tapera dos Maciés”, como é lembrada pela comunidade – a poucos metros de distância da antiga sede da propriedade de Álvares Maciel e da Capela de São Julião, onde se assentava um antigo cemitério. O termo tapera reforça o processo de abandono que a Fazenda dos Caldeirões experienciou certamente a partir de fins do século XIX, pois o substantivo designa localmente uma fazenda em ruínas, tomada pelo mato, bem como a apropriação de sua significância para os nativos, que claramente verbalizam as condições de conservação e os resultados do tempo na estrutura.

Em fins do século XIX, parte dessas terras passou ao cabedal de Felício Alves Góes, cujos descentes ainda hoje ali vivem em local conhecido como Retirinho. Utilizando parte do material construtivo da Fazenda de Antônio Dias, especialmente suas pedras, Góes construiu outra nova residência que servia de moradia até recentemente a uma das filhas de Góes, a sra. Maria das Dores, mãe de Edésio Pedrosa, moradores do Retirinho.[428] Por aqueles tempos, a Usina Wigg há pouco instalada já arrendava a área para a exploração de manganês, o que é confirmado pelo

[427] SENNA, vol. II, 1906, p. 270.
[428] *Cf.* GER-00002(02); GER-00002(04)

menos desde o ano de 1896 por meio das “Escrituras de Arrendamentos para exploração, extração e comercialização de manganez” e da “Escritura de Contrato de Exploração de Terras”.[429]

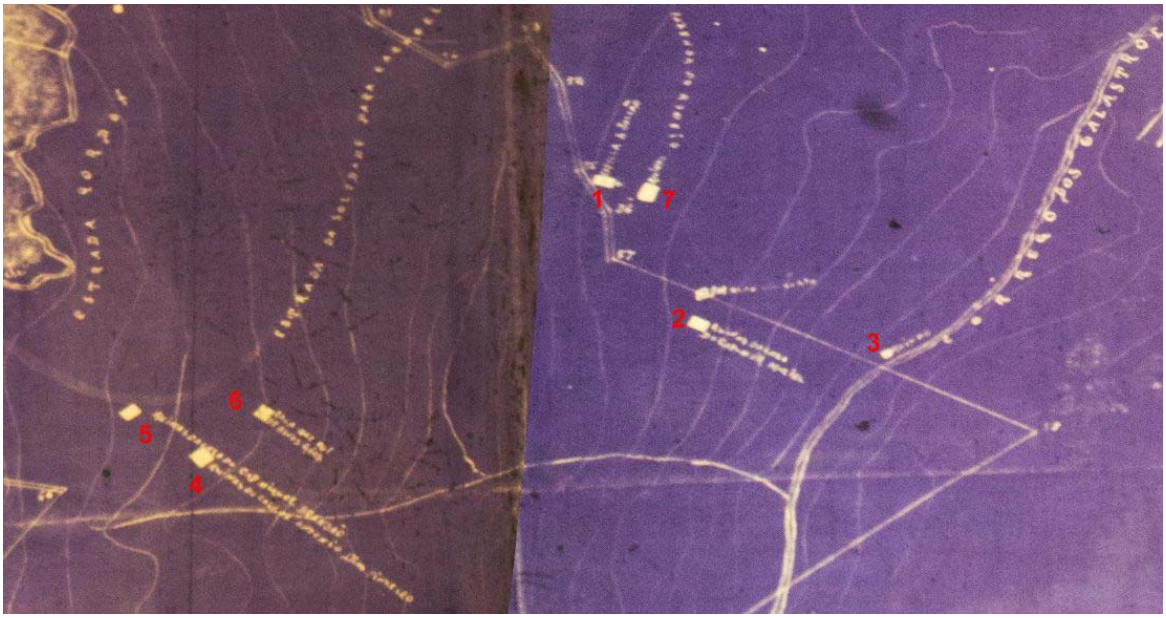


Figura 226 – Recorte da Planta Geral da Fazenda dos Caldeirões de 1904, que demonstra: 1 – Capela de São Julião; 2 – Ruínas do capitão-mor Maciel; 3 – Moinho; 4 – Ruínas de Antônio Dias Pinheiro; 5 – Ruínas do capitão Miguel Brandão; 6 – Casa de Felício Alves Góes; 7 – Ruínas Fazenda do [A]rorio.
Fonte: CECO. Fundo Fórum, Inventário Judicial, microfilme 2204.

Vizinha à Fazenda de Antônio Dias era a casa de Miguel da Silva Brandão. Em 1899, os principais jornais de Ouro Preto trouxeram a transcrição, na íntegra, da sentença sobre um antigo e conhecido litígio entre os herdeiros e sucessores do finado capitão Miguel da Silva Brandão. A divisão das terras da Fazenda São Julião dos Caldeirões ou Antônio Dias foi requerida por João Bartolomeu Barthelozze, Augusto Monteiro da Costa e Ana Benedita Gomes, sendo “esta em nome de seu filho surdo mudo e idiota Justiniano”. João e Augusto compraram de Ana as terras da fazenda, sendo ela “sucessora de seus filhos Francisco, Maria Luiza e Paulina”, herdeiros da terça parte dos bens deixados pelo capitão Miguel da Silva Brandão. Augusto também era herdeiro de seu irmão Manoel Monteiro da Costa, que também havia adquirido terras.

> Esse velho e porfiado litigio que mais agitou, depois da descoberta das ricas extensas jazidas de manganês na fazenda dos Caldeirões ou Antônio Dias, teve por objeto as terras dessa fazenda, situadas no lugar denominado S.

[429] APM. GER 2-2, cx. 25, pc. 06.

> Julião dos Caldeirões onde está hoje a estação de Miguel Burnier, da Estrada de Ferro Central do Brasil.
> A divisão das terras dessa fazenda, requerida por alguns herdeiros, deu lugar à questão de domínio e identidade das ditas terras, longamente debatida entre os interessados e finalmente resolvida de modo evidente, irrespondível, inelutável pela jurídica sentença (...).[430]

Por meio das prospecções arqueológicas e do cruzamento com os dados do geoprocessamento, foi possível confirmar os alicerces da Fazenda de Antônio Dias, bem próximos da casa de Alves Góes. Corroborou-se também que, atualmente onde se encontra a residência da sra. Hélia, havia a sede da Fazenda do capitão Miguel da Silva Brandão. Nos desbarrancados onde já crescia espessa mata em princípios do século XX, as lavas de ouro da Fazenda dos Caldeirões há um século abandonadas já permitiam a recomposição vegetal.

De toda forma, não obstante o universo de repartições sucessivas daquele terreno, sabe-se que, além das estruturas das edificações coloniais em pedra ali descritas, os vestígios de muros e valões – marcos divisórios de propriedades – estão distribuídos em seguimentos longos entre Retirinho e Calastróis. Trechos de profundos valões, cuja altura do sulco do terreno chega em torno de 1,5 a 2 m, foram construídos com técnica bastante complexa por exigir a abertura de profunda e larga depressão cujo grande volume de terra revolvido deveria ainda ser transportado para outras áreas. Diferentemente do muro de pedras que exigiria a extração da matéria-prima, por vezes algum preparo, transporte e montagem no local. No campo próximo à casa do Edésio, há segmentos de valões que se estendem por quilômetros em um trecho que foi seccionado pela linha férrea e pela linha de transmissão. Nas proximidades do túnel da ferrovia em Calastróis, o valão é alternado para um muro de pedras e, após alguns metros, o muro de pedras novamente é alternado para valão.

[430] BN. *Minas Gerais*, dezembro de 1899, n. 03, p. 02.

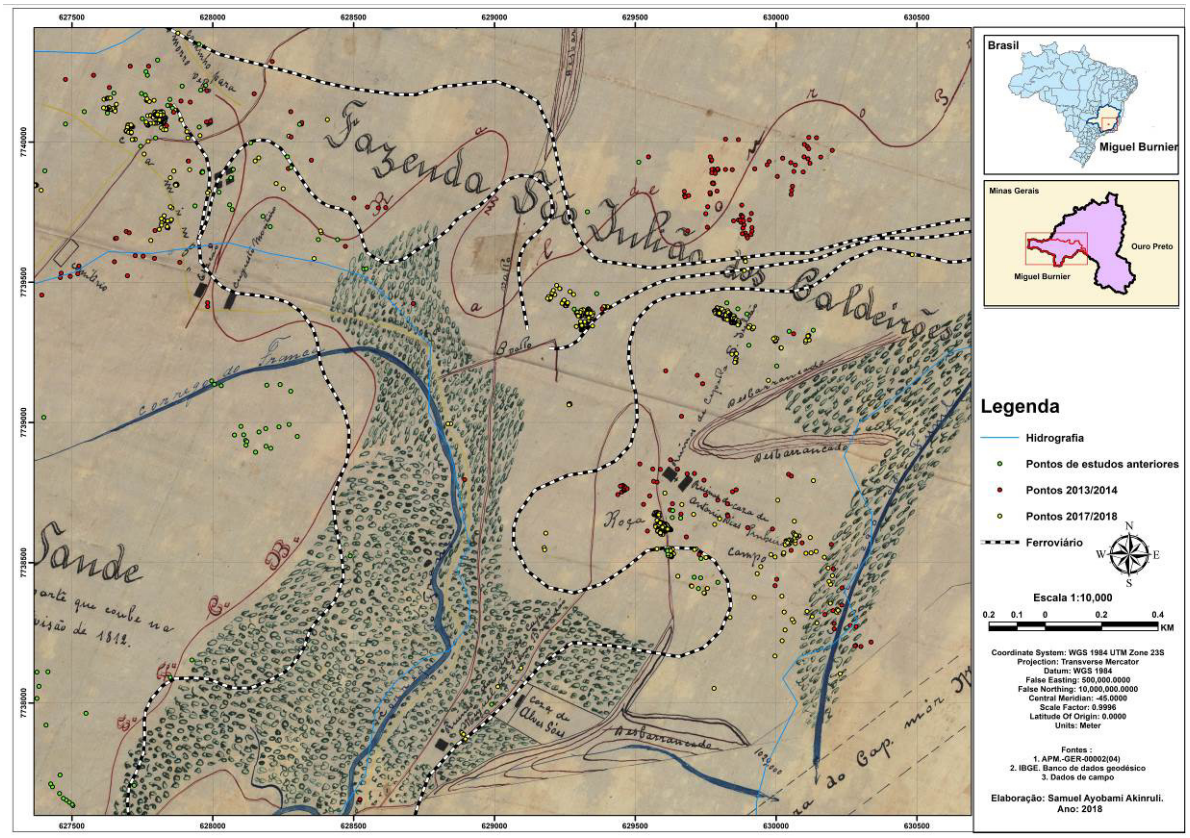


Figura 227 – Georreferenciamento do mapa histórico da Fazenda dos Caldeirões ou Fazenda Antônio Dias, 1900. Fonte: APM. GER-00002 (04). Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.[431]

Ainda, são expressivas as marcas de mineração de ouro, manganês e dolomito na região de Retirinho e Calastróis, cujas cavas e galerias deram origem a grandes processos erosivos, cujas voçorocas sem regeneração vegetacional e, portanto, mais expostas e propensas às ampliações incontroláveis expressam a grande manipulação humana do terreno. A área de antiga mineração de ouro é identificada nas antigas plantas levantadas para esta pesquisa, ademais as prospecções somaram informações no entendimento de outro processo minerário: a extração de manganês se dava por meio de galerias subterrâneas que se estendiam até onde o veeiro fosse interessante. A cada um metro de galeria existiam respiradouros que concediam um pouco de ar aos mineradores. A região de Retirinho foi importante jazida de exploração de manganês na região e, portanto, amplamente minerada pela Usina Wigg e pela SMB. Na Rua do Mocó, na Usina Wigg, logradouro que vulgarmente designava o entorno daquela boca da galeria, ainda hoje existente, era uma das mais profundas minas exploradas pela Wigg.

[431] Para melhor visualização, ver a versão do mapa impresso em A3 no Apêndice “8.7. Mapa com georreferenciamento de uma área da Fazenda dos Caldeirões ou Fazenda Antônio Dias em 1900. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018”.



Figura 228 – Paisagem marcada pelas sucessivas minerações – Retirinho, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 229 – Paisagem marcada pelas sucessivas minerações – Retirinho, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 230 – Vista da paisagem com moradia – Retirinho, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 231 – Sitio do Edésio – Retirinho, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 232 – Caminho do Sítio do Edésio e segmento de muro de pedras – Retirinho, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 233 – Detalhe do muro de pedras – Retirinho, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 234 – Alicerce de pedra da Fazenda de Antônio Dias – Retirinho, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 235 – Detalhe do alicerce – Retirinho, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018



Figura 236 – Proximidades do muro e valão – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 237 – Seguimento de marcos de divisa (valão e muro de pedras) – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 238 – Seguimento de muro de pedras de junta seca – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 239 – Detalhe do muro – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 240 – Seguimento de valão – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 241 – Valão parcialmente encoberto pela vegetação – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.

Foi por meio da sesmaria doada ao capitão-mor José Álvares Maciel entre 1757 e 1758 que se iniciou a fundação da Fazenda dos Caldeirões, que contava grandiosíssima área superficial de 11.106.300 m^2. Pelas condições litigiosas que foram adquiridas, é possível que logo tenham tratado de marcar as divisas de propriedade com os valões e muros de pedra identificados em campo. Ao que tudo indica, após o degredo dos inconfidentes Álvares Maciel e do tenente-coronel Francisco de Paula em fins do século XVIII, a Fazenda dos Caldeirões caiu em irremediável ostracismo, tendo os patriarcas idade avançada e visto que a família foi dilacerada com os castigos dos degredos. Por meio do cruzamento das fontes, constata-se que a Fazenda dos Caldeirões não foi confiscada pela Coroa na situação dos embargos do patrimônio, como ocorreu com os demais participantes da conjuração, tendo essa propriedade ficado sob o domínio da família Maciel até a morte da irmã caçula do inconfidente, situação em que consta uma escritura de compra e venda da Fazenda dos Caldeirões com data de 1852. É possível que a partir daquele momento alguma gleba da Fazenda dos Caldeirões tenha sido comprada pelo capitão Miguel da Silva Brandão, terrenos detentores da Capela de São Julião na “estrada do Capitão José Alves Maciel”. Certo é que em princípios do século XIX a sede da Fazenda dos Caldeirões já estava arruinada. A propriedade estava implantada em uma altitude de 1.1.20 m e próximo a um moinho no Córrego do Calastróis.[432]

[432] APM. GER-00009 (03).

A Fazenda dos Caldeirões era uma propriedade rural composta por edificações de usos diversos, benfeitorias que associavam mineração e produção alimentar, além da rede de caminhos fomentadas pela sua fundação. No entorno do vale do Córrego do Calastróis são diversos os vestígios relacionados à mineração colonial. É possível que incialmente as lavras de ouro tivessem sido exploradas pela técnica de aluvião, com extração do ouro feita nos leitos dos rios. Essa técnica consistia em desviar o curso natural das águas para um canal escavado ao longo de uma das margens, de modo que, estando o leito liberado, seu fundo era revolvido para que o sedimento com minérios (ouro, diamante) fosse posteriormente apurado com o uso de carumbés. Os desvios poderiam ser feitos com bicames ou canais que usavam madeira e pedras em sua construção, de modo a direcionarem a água para barragens de represamento. Todos os elementos relacionados à exploração de ouro de aluvião tomavam determinadas proporções em razão da dimensão dos investimentos e dos lucros obtidos naquela lavra.

Outra opção de mineração de ouro em tempos coloniais era a técnica de grupiara, na qual se desenvolvia a exploração dos depósitos auríferos encontrados nas encostas por meio de catas (escavações para mineração). Para isso, era necessário efetivar o desmonte do morro por meio de um sofisticado sistema de canais – calçados ou não – que corriam contornando as serras aproveitando a topografia do terreno. Ali na cava formada pelo desmonte do morro, a lama escorria para tanques de decantação chamados de mundéus e construídos nas serras. A terra aurífera se concentrava no fundo dessas estruturas, ficando presa em tábuas dispostas nas bases dos mundéus. Quando o reservatório estava cheio de água, as tábuas eram retiradas e a lama aurífera escorria por um rego em aclive que possuía uma grelha para separar os blocos maiores. Por fim, canoas de madeira recolhiam o material com ouro mais concentrado que passava, por fim, pela pele de animais onde o ouro se fixava.

O que interliga qualquer uma dessas técnicas de mineração de ouro, desde a extração até a apuração final, é o recurso hídrico, que se mostra essencial à atividade. A escolha de um local adequado de mineração do ouro, nessas condições, dependia não somente da existência do mineral, como também da abundante disponibilidade de água no entorno imediato da área de lavra. As

melhores e mais valorizadas terras eram, portanto, aquelas que associavam volume e qualidade das águas e das minas[433]



Figura 242 – Linha Férrea com destaque para a área prospectada chamada de Barracão do Mato – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG.
Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 243 – Cava de mineração de grupiara – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 244 – Canais de mineração nas proximidades da cava – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

[433] *Cf.* GUIMARÃES, Carlos Magno. Água: força, equipamentos, artes e ofícios. *MAO Museu de Artes e Ofícios*, Belo Horizonte, n. 3, p. 11-31, s.d.



Figura 245 – Segmento de canal acentuado com acesso à cava – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 246 – Borda de cava profunda – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 247 – Canal com horizontalidade acentuada – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 248 – Pedras de possível sustentação de bicame que compunha o canal – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 249 – Arrimo – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 250 – Detalhe das pedras do arrimo – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 251 – Pés de limão-capeta – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 252 – Bambuzal – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 253 – Alicerce de pedras no Barracão do Mato – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 254 – Alicerce de pedras no Barracão do Mato – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.

Próximo ao Córrego dos Calastróis, a existência de cítricos como o limão, de algumas ervas e plantas domésticas como a guiné, e um extenso bambuzal retoma a presença das atividades de abastecimento alimentar da Fazenda dos Caldeirões para além da exclusividade da mineração. Tais culturas estão no entorno de uma área na qual existem alicerces de pedras de tamanho semelhante ao dos muros. Tais estruturas aparecem aproximadamente a cada 50 m de distância umas das outras, o que pode indicar que servissem de vértices de uma edificação. O tamanho do material construtivo pode indicar, ainda, que se tratasse de uma construção mais efêmera. Não há vestígios de telhas de possíveis coberturas. Seu posicionamento localizado na encosta, mas não longe de uma das ramificações do Córrego dos Calastróis e das estruturas de mineração identificadas, comprova ser esta uma área produtiva. Ressalta-se que a Fazenda dos Caldeirões foi descrita em fins do século XVIII como sendo uma propriedade de lavras de ouro, composta por 92 escravos e 50 bois, com senzala coberta de capim. Segundo dados da comunidade, aquele

local de pesquisa se chamava Barracão do Mato, “coisa antiga, onde colocavam os escravos, ali no fundo onde se tirou muito ouro”.

As informações da documentação histórica remetem a uma grande unidade produtiva diversificada (agricultura/pecuária/mineração), com razoável plantel de escravos, tendo inclusive um cativo com a especialidade de ferreiro, o que retoma a vocação à mineração do ferro naquelas paragens. A concepção de que o desenvolvimento da agricultura ocorre com a crise da atividade minerária, e que o processamento do ferro só se tornou importante na transição do período colonial, pode ser contraposta a outra perspectiva. A agricultura foi uma atividade desenvolvida nas Minas Gerais desde o início do denominado Ciclo do Ouro e enquanto suporte de produção alimentar que permitiu que a mineração do ouro tivesse ocorrido. Isso foi percebido pela Coroa Portuguesa ao implementar a distribuição de sesmarias e o desenvolvimento das atividades agrícolas.[434]

A paisagem de São Julião revela, pois, as necessidades específicas da mineração e da siderurgia: tanto o extrativismo vegetal quanto as lavras de minério de ferro exigem uma leitura contextual de suas estratigrafias. Apesar de serem atividades altamente impactantes para o meio ambiente, mensura-se que a intervenção do homem associada a equipamentos cada vez mais robustos, porquanto mais produtivos, causam uma extensão ainda maior da degradação ambiental. Comparativamente, além da retirada da vegetação nativa para se tornar combustível nos altos-fornos da siderurgia, o que efetivamente impacta na recarga hídrica, posteriormente foram plantadas mudas de eucaliptos naqueles campos. Segmentos de estradas de rodagem nas áreas próximas a terrenos limpos por trator onde velhos eucaliptos ainda testemunhavam a presença dos vestígios de fornos de produção de carvão apontam para o período de ampliação da mineração do ferro e siderurgia pela SBM na década de 1970.

[434] *Cf*. GUIMARAÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 04, p. 85-99, 1987; CARRARA, Ângelo. Mineração, produção rural e espaços urbanos em Minas Gerais: 1808-1835. *XII Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, p. 1-22, 2006.



Figura 255 – Uma área do Sítio Arqueológico da Fazenda dos Caldeirões. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.[435]



Figura 256 – Conjunto de forno no barranco com estrutura de telhas em destaque – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 257 – Cacos de telhas e tijolos que compunham os fornos – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.

[435] Para melhor visualização, ver a versão do mapa impresso em A3 no Apêndice "8.6. Mapa com recorte de uma área do Sítio Arqueológico da Fazenda dos Caldeirões. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018".



Figura 258 – Cacos de telhas e tijolos que compunham os fornos – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 259 – Cacos de telhas e tijolos que compunham os fornos – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.



Figura 260 – Monte de rejeitos: escória de mineração de ferro – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.



Figura 261 – Segmento de estrada de rodagem aberta com trator – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Dez. 2017.

Ao longo dos séculos, outros assentamentos humanos também foram se estabelecendo em São Julião. Em posição mais próxima à Igreja de Calastróis, cerca de 50 m desta, está o alicerce de pedra da Fazenda do [O]rório em uma área bastante plana, visto na mesma linha do chão. Fragmentos de telhas e escórias de mineração de ferro se misturam. As piteiras plantadas para decoração “do caminho para a Igreja” também tinham sua função de produzir cordas de sisal. Sabe-se que já em princípios do século XX tal edificação já estava arruinada.



Figura 262 – Área de implantação da Fazenda do [O]rório – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.



Figura 263 – Vestígios de cacos e escória de mineração – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2018.

Há, ainda, uma imensa cava de mineração antiga, cujo início está a cerca de 100 m de distância da Igreja Calastróis. Essa cava de mineração se estende até a área da Vila Operária Wigg e chega às imediações da Usina Barra Mansa (alto-forno nº 2). Em seu interior existem segmentos de canais, montes de rejeitos e arrimos provenientes de atividades minerárias. Certamente essa cava seja remanescente da lavra de ouro de José Álvares Maciel (pai) pelas proporções, posicionamento na paisagem e formas erosivas que tomou. Cabe ainda o registro que, ao longo do tempo, essa cava sofreu diferentes tipos de impactos como: reflorestamento de eucalipto, construção de estradas de ferro e uso como área de despejo da escória da Usina Barra Mansa. E mesmo nas áreas mais baixas e planas onde a implantação da ferrovia provocou impactos destrutivos, os vestígios arqueológicos estão evidentes.



Figura 264 – Cava São Julião: segmentos de canais (indicados por setas) – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.



Figura 265 – Cava São Julião: vista geral – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.



Figura 266 – Cava São Julião: segmento de canal – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.



Figura 267 – Cava São Julião: canal arrimado – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.



Figura 268 – Cava São Julião: canal arrimado (detalhe) – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.



Figura 269 – Cava São Julião: canal arrimado – São Julião, Miguel Burnier, Ouro Preto/MG. Foto Digital: Luana C. M. C. Akinruli – Fev. 2014.

O Sítio Arqueológico da Fazenda dos Caldeirões expõe de maneira tácita as diversas estratigrafias relacionadas à mineração em Minas Gerais, com seus revérberos na indústria siderúrgica. Não se restringindo somente aos tempos coloniais, nem tampouco exclusivamente à extração de ouro, reflete técnicas e processos minerários também distintos cronologicamente. Atesta para o consórcio de várias atividades às antigas unidades produtivas das Minas coloniais, com dedicação à mineração juntamente com a agricultura e a pecuária. Expõe os principais recursos necessários à mineração, em relação tanto à localização das jazidas, ao uso da água quanto em relação à produção de carvão, bem como foi se dando a ampliação do impacto ambiental pelas atividades extrativistas. O contexto de transição do escravismo

para o capitalismo, no qual estão presentes a siderurgia e a ferrovia, também foi destaque no processo histórico local e regional visualizado no sítio arqueológico. Explicita como os estudos de licenciamento ambiental dedicados fundamentalmente à arqueologia notoriamente se pronunciam na ADA, de modo que a maioria dos vestígios identificados já foram destruídos pela implantação do empreendimento. E que, apesar de os rios, as serras e as estradas servirem como guias para a pesquisa de campo e o trabalho de georreferenciamento, o conflito se manifesta de forma implacável na destruição ambiental.

Recuperar essa dinâmica complexa leva à compreensão e ao esclarecimento dos aspectos ligados aos movimentos da população entre os diferentes núcleos, além de contribuir para o entendimento dos deslocamentos de produtos, matéria-prima, etc. Daí a importância do estudo e da preservação do conjunto arqueológico formado pelo sítio, não tomando seus vestígios de forma isolada como ocorrências descontextualizadas, o que implica ampliar tanto o escopo interpretativo quanto o (re)conhecimento daquele espaço, além da assertividade de se fazer pesquisa *com* os nativos. Isso ambém reflete como o conhecimento do território é processual e relacional, cujos topônimos que eram apenas referências de memórias se materializam em vestígios arqueológicos, (re)orientando também as organizações territoriais outras, e as temporalidades que, mesmo sobrepostas, permitem entender suas estratigrafias.

******

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS
A QUEM INTERESSA INVENTARIAR, REGISTRAR, GUARDAR, ESQUECER?

> Queríamos escrever este livro à semelhança de um rio com múltiplos afluentes, neste preciso momento em que a História e as coisas se voltam para nós, e em que a Europa deixou de ser o centro de gravidade do mundo. Efetivamente, esse é o grande acontecimento ou, melhor diríamos, a experiência fundamental da nossa época. Em se tratando, porém, de mediar as implicações e avaliar todas as consequências dessa reviravolta, estamos ainda nos primeiros passos. (...) uma coisa é certa: esse desmantelamento, também ele é carregado de perigo, abre novas possibilidades para o pensamento crítico (...).
>
> MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N1-Edições, 2018. p. 11.

Miguel Burnier é o centro do mundo. Na odisseia até aqui narrada, por onde passaram conquistadores (neo)coloniais, sistematicamente foram disseminadas ideias de que não havia história antes daquelas terras se tornarem colônia da Coroa Portuguesa. E que dependeriam da Metrópole as benesses de se construir uma história. Narrativa que se repete atualmente sob novos matizes de um mundo globalizado, baseada em uma retórica da perda, em uma (re)construção permanente tal como no mito de Prometeu. A realidade é tão dura que, por vezes, o recurso metonímico ajuda na descrição e compreensão desse universo que até parece ficção.[436]

A história republicana brasileira é marcada por inúmeras violências à ordem constitucional: além dos golpes de Estado, têm sido muitos os momentos nos quais a sociedade vem sendo complacente com atalhos e desvios dos seus ordenamentos jurídicos, processo por alguns chamados de utopia autoritária brasileira.[437] Essa tradição da história política de nosso país tem sintomas sentidos no momento da escritura desta tese, que apontou como resultados multifatoriais da negligência e cumplicidade institucional, governamental e social a situação de conflito ambiental histórico vivido na comunidade de Miguel Burnier.

---

[436] Ao titã Prometeu da mitologia grega é creditado um papel crucial na história da humanidade, já que roubou a dádiva do fogo para dar aos mortais, pois era seu desígnio ajudar a humanidade. O fogo era necessário para que os homens se aquecessem ao lume, cozinhassem seus alimentos e trabalhassem os metais na forja para que pudessem caçar e plantar com mais êxito. O fato de ele ter roubado o fogo dos deuses para dar aos humanos provocou a criação de Pandora, que, em contrapartida, espalhou todos os males sobre o mundo, de modo que Prometeu foi responsabilizado pela origem da morte entre os humanos. A Zeus cabia dar o castigo a Prometeu, deixando-o acorrentado a uma rocha no Monte Cáucaso por toda a eternidade enquanto todos os dias uma grande águia ia até ali picar o seu fígado, que logo se regenerava no outro dia, impedindo-o de morrer. O tormento eterno de Prometeu leva ao entendimento do eterno e atemporal recomeço dos ciclos. *Cf*. MITOLOGIA, 2003, p. 26-30.

[437] FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447. pdf>.

Avalia-se que os conflitos ambientais extrapolam as tentativas de resolução técnica e gerencial propostas pela concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável, para, a partir das lutas sociais em torno de um perfil de desenvolvimento baseado em significados produzidos e articulados em outras racionalidades, entender as territorialidades e seus recursos com usos e gestões diferenciadas. Há duas racionalidades predominantes em confronto – de um lado a população de Miguel Burnier, que resguarda o seu território como seu patrimônio familiar e comunitário, definido pela memória coletiva e pelos bens culturais – e de outro lado os empreendedores públicos e privados que agem sob uma ótica do mercado no contexto de um capitalismo selvagem, de forma a entender o território como propriedade e como mercadoria, um bem de troca que possui sua valorização monetária.

Dois mundos opostos, nos quais a visão hegemônica predefine a percepção do ambiente como externalidade, uma paisagem utilitarista que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico, com arranjos e ajustes tecnológicos dados por medidas mitigatórias e compensatórias que cumprem a função de adequação. Desse lugar, o campo discursivo a respeito do patrimônio cultural também decorre, em grande medida, não sendo derivativa de sua incomensurabilidade. O atendimento formal às exigências legais é, em geral, percebido como impasse burocrático e que atua na definição de perfis semânticos para a categoria do patrimônio, bem como para alguns de seus derivativos – escombros ou ruínas, por exemplo – pode assumir riscos à própria autodeterminação da comunidade. Os inventários, os tombamentos e os registros funcionam, nessa medida, quase como táticas para criação de coleções que compõem a miríade do acervo nacional, mas que são usadas como botes salva-vidas – especialmente juridicamente – nesse mar revolto. A ambiguidade é que os mesmos patrimônios podem servir para invisibilizar as diversas percepções da comunidade sobre seus territórios e suas identidades e, por conseguinte, sobre suas referências culturais que se tornam hegemônicas e cristalizadas pelos tombamentos, registros e inventários culturais. Ainda, o patrimônio também funciona como ativo financeiro e cultural para as empresas, as mesmas que geram a sua destruição. Miguel Burnier concede inúmeros exemplos a respeito da conveniência da cultura no século XXI.[438]

Por meio de práticas voltadas para o controle dos territórios e da gestão dos conflitos e, portanto, dos dissensos, o tema da desigualdade atravessa a vida da comunidade de Miguel Burnier e, assim, pauta a reflexão deste texto. Na luta pela defesa

[438] YÚDICE, George. *A conveniência da cultura*: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

de seu território, a própria comunidade se reconstrói enquanto tal, ou seja, como esfera coletiva de existência por meio do esforço de ocupação, uso, manutenção, debate e identificação do seu patrimônio através de sua (re)apropriação simbólica. A dinâmica de defesa do território se torna, assim, elemento unificador do grupo que articula um discurso em que se apresenta como coletividade por meio da construção do “nós”, categoria pronominal enfatizada na situação de conflito ambiental em Miguel Burnier.

A perda da base material de existência da comunidade, o que inibe a sua capacidade de reprodução material, social e cultural – com fragilidades mais acentuadas em relação aos procedimentos memorialísticos e ao patrimônio arqueológico amplo e desamparado em Burnier –, está intrinsecamente condicionada às interposições postas às questões sociais apropriadas ao seu modo de vida, como também suas referências culturais e simbólicas, as redes de parentesco estabelecidas no espaço, a memória coletiva assentada no lugar, o que se percebe, em grande medida, pela degradação ambiental e injustiça social ali sentidas. O conflito também é histórico e está na possibilidade (ou não) do acesso às terras e às águas e, desta forma, às riquezas. As histórias, as memórias, os vestígios materiais já apontavam isso.

A evasão dos moradores no distrito é uma realidade que se constata pujante no local, sendo motivada pela redução da qualidade de vida que é indicada por uma ordem de fatores, como a poluição do ar, poluição sonora, ausência de oportunidades de emprego, diminuição da renda, dificuldades de transporte e acesso, diminuição dos laços comunitários, entre outros. A expectativa de futuro dos moradores de Miguel Burnier se mostra comprometida frente ao panorama de grandes investimentos da Gerdau S. A. e de outras mineradoras no lugar, filiada à falta de (re)conhecimento dos direitos sociais da comunidade. Uma contradição presente no discurso que atravessa séculos de que o nosso mercado interno, a economia nacional parece estar em uma eterna recuperação. Um doente e um médico que estabelecem uma relação de simbiose: um está na dependência da cura do outro, porém, com a cura, não existiria mais a necessidade de sua existência.

Somado a isso, a alteração da paisagem interfere na relação da comunidade com o local de vivência, bem como com seus logradouros e bens edificados, com radical alteração dos usos, acesso e funções sociais dos bens. Locais tradicionais passam a não ser mais parte da realidade de uso e ocupação da população, devem ser apagados da experiência sensorial cotidiana. A impressão é de que se vive em um canteiro de obras, como alguns da comunidade explicitamente comentam. O impacto

visual causado pela instalação e operação do empreendimento da Gerdau S. A. no distrito de Miguel Burnier é outro fator que gera conflitos à população local, abalando o sentimento e a vontade da manutenção dos moradores na malha urbana do distrito. A UTM I, por exemplo, está justaposta ao cemitério, cuja poluição sonora e visual é contraditória ao ambiente silencioso que a contemplação de lápides e jazigos necessita pela população que vai acessar o espaço. O antigo Seminário é sede de seu escritório, o Santuário do Sagrado Coração de Jesus fica ladeado pelas estruturas da Gerdau, bem como todo o ambiente da malha urbana de Miguel. Muitos da comunidade contam da vergonha que atualmente sentem de morar ali, naquele distrito que parece estar no meio do turbilhão de obras que chegam com a força do poder financeiro.

A assimetria das forças demonstra como a população de Miguel Burnier, em primeiro plano, corre risco latente de não conseguir mais se sustentar em relação à ocupação de suas terras frente ao crescimento vertiginoso da Gerdau no local. A falta de perspectiva gera ausência de esperança e perda irreversível da continuidade de práticas culturais tradicionais pela comunidade de Miguel Burnier, uma vez que a percepção da comunidade é de que o distrito pode ser extinto a qualquer momento, caso seja da vontade da Gerdau S. A., da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, ambos sob o salvo-conduto da Mitra Arquidiocesana de Mariana.

Na miríade de situações narradas nesta tese, que apenas arranham a superfície da compreensão da realidade de Miguel Burnier, entendemos que uma maneira possível de darmos a conhecer e a intervir na situação conflituosa ali experienciada consiste na quebra dos silêncios que também funcionam como uma violência epistêmica. Isso porque, no contexto de alegalidades, a viabilidade ambiental não é questionada, é sancionada, decretada. De tal forma, nem se pode partir da premissa de que os diagnósticos ambientais são capazes de diagnosticar a realidade, a fim de promoverem soluções que não impactem as comunidades que vivem em territórios de interesse neoextrativistas em crescente ampliação. Ademais, não se identificam os órgãos públicos, gestores e fiscalizadores como imparciais, mas também coniventes com práticas corporativistas.[439]

Há interesses conflitantes entre os agentes e agências, bem como as estratégias relacionadas à memória de Miguel Burnier. Se, por um lado, são inventariados e tombados alguns bens culturais no distrito, por outro, tais incursões são na maioria das vezes efetivadas sobre a prerrogativa utilitarista de se cumprir as demandas do licenciamento

[439] *Cf.* BRONZ, 2016.

ambiental ou de uma arbitragem governamental. Emergem usos e (re)apropriações sobre os bens culturais na medida em que há também uma subversão desses estudos com o intuito de servirem de amuleto de proteção contra o fim da comunidade.

Entre lembrar e esquecer, entre vida e morte, a quem interessa inventariar, registrar, guardar, esquecer? Com essa questão fundamental, a tese tentou vislumbrar a participação dos diferentes agentes e agências no contexto de Miguel Burnier, cujo cenário de licenciamento ambiental agudiza as tensões sociais, mas nem por isso amplifica a ressonância das confrontações ali experienciadas. Por meio do mergulho neste lugar, buscou-se discutir a respeito de como o diálogo entre a história, antropologia e arqueologia poderiam contribuir para se pensar as experiências epistemológicas do conflito ambiental.

Tentando manejar com as estratégias do lembrar e do esquecer, a indagação sobre os sentidos e significados da memória em seus implacáveis silenciamentos resultantes das e nas relações sociais pautadas por uma correlação de forças desiguais, procurou-se construir uma narrativa que problematizasse as narrativas oficialescas, histórias desencarnadas, que pouco contribuem para compreender a rica trama do tempo presente, na historicidade dos atos, na experiência do campo. Narrativas que priorizam uma visão única, da história das riquezas que ficam entre poucos, ou que congelam a experiência nos territórios pela narrativa geológica, anulam as gentes e seu cotidiano. Topônimos encrudescidos, paisagens devastadas, leiras que varrem os caminhos, munducurus encrudecidos, perdas dos lastros de origem e de continuidade. A precariedade da vida humana nas condições de desigualdades sociais é que faz das ruínas nada mais que escombros. O arruinamento das ruínas.

******

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

7.1. Bibliografia

ABREU, Regina M. R. M.; CHAGAS, Mário S. *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma única história*. TED Talks Global, 2009.

ADRIÁN, Camino Ulises. La teoría del sistema mundial en la arqueología urbana. In: *V Encuentro de Teoría Arqueológica de America del Sur (TAAS)*, Caracas, p. 134-140, 2010.

AKINRULI, Samuel Ayobami. *Geoprocessamento para a análise das dinâmicas geoespaciais e temporais do patrimônio cultural do distrito de Miguel Burnier, Ouro Preto, Minas Gerais*. Monografia de Especialização em Geoprocessamento, UFMG, 2017.

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. *The Falling Sky*: Words of a Yanomami shaman. Cambridge; London: Harvard University Press, 2013.

ALMEIDA, Carla Maria de Almeida *et al*. Os homens ricos nas Minas nas malhas do Império Português. *Principia – Caminhos da Iniciação Científica*, Juiz de Fora, v. 11, 2007.

ANDRADA, Lafayette de (Coord.). *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. 11 v.

ANTONIL, Andre João [1711]. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*: com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descubrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da' ao reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes. 1. reimp. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca., 1837.

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, p. 7-32, nov. 1997.

APPADURAI, Arjun. A Produção de localidade. In: *Dimensões Culturais da Globalização*: a modernidade sem peias. Lisboa: Teorema, 2004.

ARANGO, Vladimir Montoya. El mapa de lo invisible. Silencios y gramática del poder en la cartografía. *Universitas Humanística*, Bogotá, n. 63, p. 155-179, enero-junio de 2007.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto, 1822. v. 8.

ARAÚJO, Robson Jorge de; FILGUEIRAS, Carlos A. L. O Visconde de Barbacena e o químico José Álvares Maciel: encontro na ciência e desencontro na política. *Química Nova*, São Paulo, v. 40, n. 5, p. 602-612, jun. 2017.

ARCHIVO NACIONAL. *Documentos Históricos*. Vol. II – Livro da Junta de Arrecadação da Fazenda Real. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C., 1928.

ASAD, Talal (Org.). *Anthropology & The Colonial Encounter*. New Jersey: Humanity Books, 1973.

ÁVILA, Affonso Ávila *et al*. *Glossário de arquitetura e ornamentação*. Belo Horizonte: FJP, 1996.

BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique; NEVES, Marcus Duques. A Usina Wigg e a Siderurgia em Escala Industrial nas Minas Oitocentistas. Ouro Preto, Minas Gerais – Brasil. *Anais do VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial*, São Paulo, 2012.

BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique (Org.). *Marcas Históricas Miguel Burnier – Ouro Preto*. Belo Horizonte: Gerdau, 2012.

BAETA, Nilton. *A indústria siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, maio-agosto 2013.

BARJONA, Emmanuel Josephus [1798]. *Metallurgiae Elementa*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Faculdade de Ciências e Tecnologia; Biblioteca Geral, 2001.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de; GALO, Haroldo (Org.). *Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: IPHAN, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECHLER, Rosiane Ribeiro; PEREIRA, Júnia Sales. Ouro Preto de todos os tempos: sentidos e efeitos do patrimônio na condição histórica da cidade. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 6, p. 67-90, 2014.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, v. 28, p. 217-225, 1962.

BINFORD, Lewis R. *Em busca do passado*: a descodificação do registro arqueológico. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

BLUTEAU, Rafael, Padre. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*. 8 vols. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. 2 v.

BORGES, A. F.; ELMIROM. A. T.; NERO, M.; TEMBA, Plinio; SARAIVA, C. C. S. Métodos de cartografia e geoprocessamento aplicados na gestão de inconsistências de limites intermunicipais – estudo de caso entre Nova Lima e Belo Horizonte, MG. *Geografias,* Belo Horizonte, v. 11, p. 80-99, 2015.

BORGES, A. F.; ELMIRO, M. A. T.; NERO, M.; TEMBA, Plinio. Sistemas geodésicos de referência adotados no Brasil e a conversão dos dados geográficos para o sistema oficial SIRGAS2000: transformações e avaliação de erros. *Geografias*, Belo Horizonte, vol.12, p. 45-63, 2016.

BORGES, Jorge Luis. *Prosa completa*. Barcelona: Bruguera, 1979. v. 1.

BOSCHI, Caio C.; MORENO, Carmen; FIGUEIREDO, Luciano. *Inventário da Coleção Casa dos Contos*: livros, 1700-1891 (acervos do Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro e Biblioteca Nacional). Belo Horizonte: FAPEMIG, PUC Minas, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Edunesp, 2004.

BRANDT MEIO AMBIENTE. *Relatório de Controle Ambiental (RCA) – Planta Experimental de Beneficiamento de Itabirito*. Belo Horizonte, agosto de 2005.

BRANDT MEIO AMBIENTE. *Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – Mina de Miguel Burnier*. 2 vols. Belo Horizonte, maio de 2007.

BRANDT MEIO AMBIENTE. *Relatório e Plano de Controle Ambiental (RCA/PCA) – Mina de Miguel Burnier*. Belo Horizonte, agosto de 2004.

BRASIL. *Código de Mineração e legislação correlata*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRIGGS, Jean L. Never in Anger. *Portrait of an Eskimo Family*. Cambridge; Massachusetts; London: Harvard University Press, 1970.

BRITO, Francisco Tavares de de. *Itinerario geografico*: com a verdadeira descripcão dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoacoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastiaõ do Rio de Janeiro. Atè as minas do ouro. Sevilha: Officina de Antonio da Sylva, 1732.

BRONZ, Deborah. *Nos bastidores do licenciamento ambiental*: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

BURMEISTER, Hermann [1850]. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23 – Cidades, 1994.

CAMPOS, Fernando Rogério de Lima. *Miguel Burnier*: o lugar em fragmentação. Monografia (Graduação em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CAMPOS, Luana Carla Martins. Políticas de preservação do patrimônio no mundo globalizado: o ICMS cultural e a regionalização da proteção dos acervos culturais em Minas Gerais. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; CATÃO, Leandro Penna; PIRES, João Ricardo Ferreira (Org.). *Cidadania, memória e patrimônio*: as dimensões do museu no cenário atual. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 59-75.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23 – Cidades, p. 95-115, 1994.

CARRARA, Ângelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 574-596, jul./dez. 2007.

CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais – séculos XVII-XIX*. Série Estudos 1. Mariana: UFOP; Departamento de História; Núcleo de História Econômica e Demográfica, 1999.

CARRARA, Ângelo Alves. *Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. Mineração, produção rural e espaços urbanos em Minas Gerais: 1808-1835. *XII Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, p. 1-22, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*: o peso da glória. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CASTAÑEDA, Quetzal E.; MATTHEWS, Cris. N. (Org.). *Ethnographic Archaeologies*: reflections on stakeholders and archaeological practices. Lanham: Altamira Press, 2008.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multipluralismo na América Ameríndia. *O Que Nos Faz Pensar*, n. 18, p. 225-254, setembro de 2004.

CATÁLOGO DE SESMARIAS. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano 37, v. I, 1988.

CENTRO DE ESTUDOS DO CICLO DO OURO. *Inventário analítico dos códices da Coleção Casa dos Contos*. Ouro Preto: ESAF, Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Casa dos Contos, 1991.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (Ed.). *A escrita da cultura*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições/Eduerj, 2016.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CORREIA, Telma de Barros. Núcleos fabris e de mineração no Brasil: as experiências pioneiras (1811-1880). *Risco – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Carlos, n. 3, 2006, p. 15-42.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos*: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COSTA, Antônio Gilberto. As Estradas Reais para as Minas na Cartografia Histórica do Brasil. In: *A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa*. Programa Rumys – Projeto Estrada Real. Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq/CYTED, 2009. p. 7-20.

COUTO, José Vieira [1799]. *Memória sobre as Minas Capitania de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

CRAPANZANO, Vincent. On The Writing of Ethnography. *Dialectical Anthropology*, v. 1-4, n. 2, p. 69-73, january 1977.

CRESPO, Jeanne Cristina Menezes. *Das "Minas" e suas Serras: narrativas de construção das paisagens da mineração no Quadrilátero Ferrífero (MG*). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CRESPO, Jeanne Cristina Menezes. Reflexões sobre a patrimonialização das paisagens no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, MG. *Anais do IV Enanparq – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Porto Alegre, p. 1-18, 2016.

CRUZ, Rafael Igino Ferreira. Análise da evolução populacional dos distritos de OuroPreto/MG entre os anos 2000 e 2010. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) – Departamento de Cartografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 149-163, abr. 2002.

DANTAS, Fabiana Santos. *Direito fundamental à memória*. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

DOMINGUES, José Maurício. *Teoria crítica e semi (periferia)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DURKHEIM, Émile [1893]. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. Mapa da Capitania de Minas Gerais. 1821. In: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von; MAWE, John. *Collectanea de Scientistas Extrangeiros*: assumptos mineiros. Org. Rodolpho Jacob. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1922.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Jornal do Brasil, 1811-1817*: ou relatos diversos do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von. *Pluto Brasiliensis*: memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. 2 v.

ESCOBAR, Arturo Escobar. *Territories of Difference*: Place, Movements, Life, Redes. Durham: Duke University Press, 2008.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evans. *Nuer Religion*. Oxford: Oxfor University Press, 1956.

FABIAN, Johannes. *The Time and the Other*: How Anthropology Makes Its Object. 2. ed. New York: Columbia University Press, 2002.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. Escreve quem sabe e assina quem pode: produção e circulação de manuscritos no Brasil Colonial. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 37, p. 213-232, jul.-dez.2014.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAORO, Raymundo. *Os donos poder*: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. A outra caixa de Pandora. *Matrizes*, São Paulo, vol.10, n. 2, p. 61-74, mai./ago. 2016.

FIALHO, Thiago Alfenas. *Resistências contra-hegemônicas em áreas degradadas por mineração: uma experiência em Miguel Burnier*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitatura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIELD, Les W. *et al*. *Abalone Tales*. Collaborative Explorations of Sovereignty in Native California. Durham: Duke University Press, 2008.

FIGUEIRA, Manuel Fernandes; REIS, Aarão (Org.). *Memoria historica da Estrada de Ferro Central do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. *A propriedade no Direito Ambiental*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Cortando rente o passado... Fontes para a História da Inconfidência Mineira e o acervo do Arquivo Nacional do Brasil. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2-3, p. 136-146, 1989.

FONSECA, Adelson Oliveira. *A atividade mineradora e seus impactos sobre o turismo em Conceição do Mato Dentro*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades), Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2013.

FONSECA, Graziano Leal. A mineração como atividade desestruturadora das regiões-alvo: o Norte de Minas como uma nova fronteira mineral. *CONINTER 3*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 515-530, out. 2014.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, Brasília, n. 2, p. 111-120, 2001.

FORMULÁRIO INTEGRADO DE CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO *(FCEI)*. Belo Horizonte, 2 de agosto de 2004.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais. *Cultura & Economia*, Lisboa, p. 209-230, nov. 1994.

FORTUNA, Carlos. Geog Simmel: as cidades, a ruína e as novíssimas metrópoles. *Philosophica*, Lisboa, n. 42, p. 107-123, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; JR, Charles Orser; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (Org.). *Identidades, discurso e poder*: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. Resenha. *Vestígios*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, jul./dez. 2008.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). *Auto de Infração nº F-905/2007, lavrado contra Gerdau Açominas*. Belo Horizonte, 8 de fevereiro de 2008.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). *Parecer Técnico DIMIM 019/2006*. Belo Horizonte, 14 de março de 2006.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 341-364, 2014.

FURTADO, João Pinto. Entre estamentos e classes: riqueza, política e poder nas Minas do último quartel do século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil-Portugal*: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Annablume, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GERDAU AÇOMINAS S. A. *Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA) – Mina de Miguel Burnier*. Belo Horizonte, fevereiro de 2017.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. *As ferrovias do Brasil nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005.

GNECCO, Cristóbal. La Indigenización de las Arqueologías Nacionales. *Convergencia*, n. 27, p. 133-149, enero-abril 2002.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. *História da siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. Hacia outra Arqueología. Diez propuestas. *Complutum*, v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012.

GORDILLO, Gastón R. *Rubble*: the afterlife of destruction. Durhan; London: Duke University Press, 2014.

GOSDEN, Chris. *Archaeology and Colonialism*. Cultural contact from 5000 BC to the present. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

GRECO, Antônio do Monte Furtado; COUTINHO, Carlos Sidnei. Açominas: um exemplo polêmico de privatização. *Anais Eletrônicos do X Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, p. 1-18, 2002.

GRIAULE, Marcel. *Conversations with Ogotemmêli*. An Introduction to Dogon Religious Ideas. London; Oxford; New York: Oxford University Press, 1965.

GUDYNAS, Eduardo. Corrupção e extrativismo. *Eco 21*, ano 28, n. 257, p. 16-17, abr. 2018.

GUILD, Philip W. *Geology and Mineral Resources of the Congonhas District Minas Gerais, Brazil*. Washington: United States Government Printing Office, 1957.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Água: força, equipamentos, artes e ofícios. *MAO Museu de Artes e Ofícios*, Belo Horizonte, n. 3, p.11-31, s.d.

GUIMARÃES, Carlos Magno; MORAIS, C. F.; ROEDEL, L. A. Slavery, Conflicts and Archaeology in Eighteenth-Century Minas Gerais, Brazil. In: FUNARI P. P. A; ORSER JR. C. E. (Org.). *Current Perspectives on the Archaeology of African Slavery in Latin America*. New York: Springer, 2015. p. 61-76.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 04, p. 85-99, 1987.

GUIMARÃES, Carlos Magno; ZARANKIN, Andrés; CAMPOS, Luana Carla Martins; PEREIRA, Anderson Barbosa Alves. Patrimônio arqueológico da Serra da Moeda e Entorno. In: SOLÁ, Maria Elisa Castellanos; GUIMARÃES, Carlos Magno; PAIVA, José Eustáquio Machado de (Org.). *Patrimônio natural-cultural e zoneamento ecológico-econômico da Serra da Moeda*: uma contribuição para sua conservação. Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 2008. p. 157-348.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

HABER, Alejandro F. Anatomía Disciplinaria y Arqueología Indisciplinada. *Arqueología*, Buenos Aires, n. 19, p. 53-60, 2013.

HABER, Alejandro F. *La Casa, Las Cosas, Los Dioses*: arquitectura doméstica, paisaje campesino y teoría local. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2011.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von [1862]. Mapa da Província da Minas Gerais. 1855. In: HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSCHUDI, Johann Jakob von. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul.-dez. 2006.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 68-75, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HODDER, Ian. *Symbols in Action*: Ethnoarchaeological studies of material culture. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1982.

HODDER, Ian. *Theory and Practice in Archaeology*: London; New York, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSSEN, Andreas. Escapando da Amnésia. O museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23 – Cidades, 1994.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment*. Essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XXVI. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. 2. impr. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Manual de normas e procedimentos para licenciamento ambiental no setor de extração mineral*. Brasília: 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Termo de referência para o licenciamento ambiental – Meio ambiente socioeconômico em seus aspectos relacionados à proteção dos bens de interesse cultural*. Belo Horizonte: 13ª Superintendência do Iphan em Belo Horizonte, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). *Guia dos bens tombados de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). *Orientações para emissão de parecer técnico sobre avaliação de impactos de empreendimentos no patrimônio cultural*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2012.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF). *Manifestação Prévia nº 14/2004*. Gerdau Açominas S.A. – Ouro Branco / MG. Belo Horizonte, 20 de agosto de 2004.

INSTITUTO PRÍSTINO. *Laudo Técnico referente análise ambiental da ampliação do empreendimento minerário Mina Miguel Burnier da Gerdau Açominas S/A.* Ação Civil Pública MPMG-0461.13.000122-9. Belo Horizonte, abril de 2014.

JOHNSON, Robert F. *Geology and Ore Deposits of the Cachoeira do Campo Dom Bosco, and Ouro Branco Quadrangles Minas Gerais, Brazil*. Washington: United States Government Printing Office, 1962.

KUCHENBECKER, Luiz. Uma Missa Singular. *Intercâmbio*, Belo Horizonte, p. 32-34, 1956.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. A imagem, a idéia, o símbolo. In: *O que é Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA FAFICH/UFMG. *Arqueologia da Fábrica Patriótica*: delimitação e avaliação. Relatório Final. Belo Horizonte, novembro de 2010.

LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA FAFICH/UFMG. *Levantamento Histórico-Arqueológico da Estrada Real*: o Capão do Lana – Ouro Preto/MG. Belo Horizonte, novembro de 2008.

LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA FAFICH/UFMG. *Levantamento Visual do Patrimônio do Morro da Queimada em Ouro Preto / MG*. Relatório Final. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia Fafich / UFMG, 2004.

LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA FAFICH/UFMG. *Pesquisa Histórico-Arqueológica sobre Aredes – Município de Itabirito / MG*. Relatório Final. Belo Horizonte: Cooperativa Cultura, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogias paulistanas*. São Paulo: Duprat & Comp., 1904. v. 4.

LEMONNIER, Pierre. *Elements for an Anthropology of Technology*. Michigan: Museum of Anthropology, University of Michigan, Anthropological Papers, n. 88, 1992.

LEMOS, Affonso Henriques de Figueiredo, Padre. Monographia da Freguezia da Cachoeira do Campo (município de Ouro Preto). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1908.

LEROI-GOURHAN, Andre. *Evolução e Técnicas*. Lisboa: Edições 70, 1984. v. I – O Homem e a Matéria.

LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Angélica Macedo Lozano; KOZEL, Salete. Lugar e mapa mental: uma análise possível. *Geografia*, v. 18, n. 1, p. 207-231, jan./jun. 2009.

LOPES, Francisco Antônio. *Álvares Maciel no degrêdo de Angola*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.

LLOYD, Reginald. *Impressões do Brazil no Século Vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

MALERBA, Juliana (Org.). *Diferentes formas de dizer não*: experiências de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: Fase, 2014.

MALERBA, Juliana (Org.). *Novo marco legal da mineração no brasil*: para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw [1922]. *Argonautas do Pacífico Ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. São Paulo: Abril, 1978.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016.

MARSHALL, Lydia Wilson. *The Archaeology of Slavery*. A Comparative Approach to Creativity and Coercion. Carbondale: Center for Archaeological Investigations; Southern Illinois University Press, 2015.

MATHIAS, Herculano Gomes. *A Coleção da Casa dos Contos de Ouro Preto – Documentos Avulsos*. Rio de Janeiro: Sedegra, 1966.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa*: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal – 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAXWELL, Kenneth R. (Coord.). *O livro de Tiradentes*: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MAZZOTTI, Ana Júlia. *Luiz Kuchenbecker (1897-1969)*: vida e obra. 2009.

MCCALL, Leslie. The Complexity of Intersectionality. *Signs*, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.

MCGUIRE, Randall H. *Archaeology as Political Action*. Berkeley: University of California Press, 2008.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. *Como interpretar a linguagem da cerâmica*: manual para arqueólogos. Washington: Smithsonian Institucion, 1970.

MEMÓRIA-HISTÓRIA / ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. v. 1.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.

MENESES, José Newton. *Artes Fabris & Ofícios Banais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagens? *Biota Neotropica*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-09, nov. 2001.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF* – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MILANEZ, Bruno. *Boom* ou bolha? A influência do mercado financeiro sobre o preço do minério de ferro. In: *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. S2, p. 1-18, 2017.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (Org.). *Desastre no Vale do Rio Doce*: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. *Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes*. Município de Ouro Preto. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1927.

MINÉRIOS & MINERALES. São Paulo, ano XL, n. 391, out./nov. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (MPMG). *Ação Civil Pública (ACP) em Defesa do Meio Ambiente, em face do Estado de Minas Gerais*: arguição de inconstitucionalidade das AAFs em atividades mineradoras. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www-antigo.mpmg.mp.br/portal/public/interno/arquivo/id/23689>. Acesso em: jul. 2017.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Autorização Ambiental de Funcionamento (DN Copam 74/94) e violação ao princípio da prevenção: uma inconstitucionalidade flagrante e perigosa. *Artigos Científicos da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA)*, Belo Horizonte, p. 1-6, 2009. Disponível em: <http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_03.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MITRE, Antônio. *O dilema do centauro*: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MITOLOGIA: Mitos e lendas de todo o mundo. Global Book Publishing Pty Ltd., 2003.

MOLL, Annemarie. *The Body Multiple*: Ontology in Medical Practice. Durham: Duke University Press, 2002.

MONTICELLI, Gislene. *Arqueologia em obras de engenharia no Brasil*: uma crítica aos contextos. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MONTICELLI, Gislene. *Deixe estar*: patrimônio, arqueologia e licenciamentos ambientais. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

MORAES, Luciano Jacques de. O passado e o futuro da mineração em Ouro-Preto. *Geologia e Metalurgia*, São Paulo, n. 1, p. 49-55, out. 1945.

MORAIS, Geraldo Dutra de. *História de Conceição do Mato Dentro – Fonte de Saudade*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942.

NEVES, Marcus Vinícius Duque. Memórias perdidas e exílio histórico: o gênero biográfico como instrumento questionador das imposições do passado. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, Ouro Preto, ano 9, n. 1, p. 131-145, jun. 2014.

NEVES, Osias Ribeiro; CAMISASCA, Marina Mesquita. *Aço Brasil*: uma viagem pela indústria do aço Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2013.

NICHOLAS, George; HOLLOWELL, Julie. Ethical Challenges to a Postcolonial Archaeology. In: DUKE, Philip; HAMILAKIS, Yannis (Ed.). *Archaeology and Capitalism*: from ethics to politics. California: Left Coast Press, 2007.p. 59-82.

NOGUEIRA, André. Santo forte! Devoção antoniana e práticas de cura ilegais nas Minas do século XVIII. *Dimensões*, v. 34, p. 5-27, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org.). *Marcel Mauss*: antropologia. São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Capítulo VIII – Por uma arqueologia socialmente engajada. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JR., Charles; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (Org.). *Identidades, discurso e poder*: Estudos da Arqueologia Contemporânea. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Descolonizando a arqueologia no Brasil: contribuições da etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, Series Especiales, v. 2, p. 217-230, 2016.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PELAEZ, Carlos Manuel. O desenvolvimento da indústria do aço no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.191-217, abr./jun.1970.

PEREIRA, Neide da Cunha. *Almanaque Odoreco*: identidade e patrimônio do Bairro Pires – Congonhas – Minas Gerais. Especialização em Educação Ambiental e Patrimonial, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Industria y nación durante la Primera República Brasileira. In: BLANCO, Teodoro *et al*. *Industrialismo y nacionalidad en Argentina y el Brasil (1890-1950)*. Buenos Aires: Fundación Simón Rodríguez, 1999. p.37-80.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Esboços*, v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004.

PHILLIPS, Philip; WILLEY, Gordon R. Method an Theory in American Archeology: an operational basis for Culture-Historical Integration. *American Anthropologist*, v. 55, n. 5, part. I, p. 615-633, dez.1953.

PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e conflitos nas sesmarias da comarca do Rio da Mortes*. Tese (Doutorado em História) – Proograma de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Revista do Centro de Educação e Letras*, v. 10, n. 1, p. 9-40, 1º sem. 2008.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.

POUGET, Frederic M. C. *Práticas arqueológicas e alteridades indígenas*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PRAKASH, Gyan. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. *The American Historical Review*, v. 99, n. 5, p. 1475-1490, dec.1994.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

READ, Kenneth E. *The High Valley*. New York: Columbia University Press, 1965.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Archaeology*: Theories, Method and Practice. London: Thames & Hudson, 2004.

REVALORIZAÇÃO DA ÉPOCA DO OURO NO BRASIL nas suas inserções em contextos histórico-culturais dos anos 30 – lembrando fotografias de Minas e do Rio de Peter Fuss (1904-1978). *Revista Brasil-Europa*, n° 157/3, 2015.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REZENDE, Fernando. A tributação em Minas gerais no século XVIII. *II Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 1983.

RIBEIRO, Eloisa. Majestade Consagrada. *Revista Mineração & Sustentabilidade*, p. 50-51, mai./jun. 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

ROCHA, Bruna Cigaran da *et al*. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a Arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 130-140, jul. 2013.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Estudo econômico da Conjuração Mineira*: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da comarca do Rio das Mortes. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Ludimila de Miranda. *Paisagens culturais alternativas no Brasil contemporâneo e vivência espacial da comunidade indígena Krenak do Sudeste (Vale do Rio Doce/MG)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. *A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro*: o resgate da sua memória. Rio de Janeiro: Open Plus, 2004.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo *et al*. (Org.). *Patrimônio espeleológico em rochas ferruginosas*: propostas para sua conservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Campinas: Sociedade Brasileira de Espeleologia, 2015.

SAHLINS, Marshall. *Esperando o Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, out. 1997.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos*: modos e significados. Brasília, 2015.

SANTOS, Andreza Aruska de Souza. *Perceiving and Participating in Cultural Heritage*: an Ethnography about the Process of Preservation of Ouro Preto, Brazil. Thesis (PhD Doctor of Social Anthropology), University of St. Andrews, 2016.

SANTOS, Juliana Godoy. Juizado de Órfãos em Minas colonial, século XVIII. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, jul. 2013.

SANTOS, Lúcio José dos. *A Inconfidência Mineira*: papel de Tiradentes na Inconfidência Mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

SANTOS, Marilécia Oliveira. *O Viver na "Cidade do Bem"*: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio, na Boa Viagem – Bahia (1892-1946/47). Salvador: EDUNEB, 2017.

SANTOS, Milton. *O país distorcido*: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: PubliFolha, 2002.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Theotônio dos. *Teoria da Dependência*: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHIFFER, Michael Brian. Archaelogical Context and Systemic Context. In: *American Antiquity*, vol. 37, n. 2, p. 156-165, apr. 1972.

SCHIFFER, Michael Brian. *Behavioral Archeology*: Foundations of Archaeology. [s.l.]: Percheron Press/Eliot Werner Publications, 2002.

SENNA, Nelson Coelho de. *Annuario de Minas Geraes*. Anno I. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

SENNA, Nelson Coelho de. *Annuario de Minas Geraes*. Anno V. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.

SHANKS, Michael; MCGUIRE, Randall H. The Craft of Archaeology. In: THOMAS, Julian. *Interpretive Archaeology*: A Reader. London: Leicester University Press, 2000. p. 56-70.

SILVA, Fabíola Andréa. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *MÉTIS – história & cultura*, Caxias do Sul, v. 8, n. 16, p. 121-139, jul./dez.2009.

SILVA, Helenice Rodrígues da. A História como "a representação do passado": a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações*: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

SILVA, Marcos A. da. *República em migalhas*: história regional e local. São Paulo: Marco Zero; MCT/CNPq, 1990.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v. 9, n. 1, p. 96-109, jan./abr. 2017.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London; New York: Routledge Taylor & Francis Group., 2006.

SOARES, Inês Virgínia Prado. *Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOCIOAMBIENTAL PROJETOS LTDA. *Relatório do diagnóstico e prospecção arqueológica (LP + LI)*. Belo Horizonte, nov. 2015.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. *Açominas*: aspiração de várias gerações de mineiros. Belo Horizonte: Aço Minas Gerais S. A., 1985.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Quem reivindica a alteridade? In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). *Tendências e impasses*: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187-205.

STOLER, Ann Laura (Ed.). *Imperial Debris*: on Ruins and Ruination. Durhan; London: Duke University Press, 2013.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 3ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural*: trajetórias e conceitos. Brasília: ABA, 2012.

TAMASO, Izabela. Os patrimônios como sistemas patrimoniais e culturais: notas etnográficas sobre o caso de Goiás. *Revista Antropológicas*, ano 19, v. 26, n. 2, p.156-185, 2015.

TAMASO, Izabel. Quando o campo são os patrimônios: conhecimento e práticas científicas na esfera pública. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 60-70, 2018.

TRAJANO, Wilson Filho. Que barulho é esse, o dos Pós-Modernos? *Anuário Antropológico*, Brasília, p. 133-151, 1986.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Fundação João Pinheiro; IEPHA-MG, 1998.

TRINDADE, Raimundo Otávio da, Côn. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

TRIGGER, Bruce. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

UNESCO. *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris, 17 October 2003.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História antiga de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 4 v.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. *Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 437-454, 2003.

VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, p. 145-189, jul./dez. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura*: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Diagnóstico Arqueológico Interventivo Área de Expansão da Mina de Miguel Burnier Distrito de Miguel Burnier, Municípios de Ouro Preto Estado de Minas Gerais*. São Paulo, agosto de 2011.

ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro*: Morro de Araçoiaba, séculos XVI-XVIII. Tese (Doutoramento), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (Org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir*: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais – Notas Preliminares de Uma Pesquisa em Andamento. In: *Anais Eletrônicos do IV Encontro Nacional da ANPPAS*, Brasília, p. 01-15, jun. 2008.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel *et al*. (Org.). *Mineração*: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (Org.). *Mineração na América do Sul*: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental*: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano; SANTOS, Ana Flávia Moreira. Entre o real e o suposto: pode um mineroduto operar sem uma mina de captação do minério? *Anais Eletrônicos do 38º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, p. 1-29, 2014.

7.2. Fontes documentais

7.2.1. Acervo físico

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) – Mariana/MG

Epistolários.

Livros de Tombo.

Testamentos.

Livro de Casamentos (1735-1802), Freguesia de São Sebastião de Bandeirantes, Mariana.

Livro de Óbitos (1770-1796), Capela de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto, Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.

Livro de Óbitos (1796-1821), Matriz Nossa Senhora da Conceição de Ouro Preto, Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.
Livro de Óbitos (1777-1797), Igreja Nossa Senhora da Assunção, Capela de Santo Antônio do Morro da Passagem, Arquidiocese de Mariana.

Arquivo Público Mineiro (APM) – Belo Horizonte/MG
Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP).
Cartográfico.
Casa dos Contos (CC).
Gerdau Açominas S. A. (GER).
Mapas de População (MP).
Repartição Especial das Terras Públicas (TP).
Secretaria de Governo da Capitania (SG).
Seção Colonial (SC).
APM-076: ROCHA, José Joaquim da. Mapa da Comarca de Vila Rica. 1775.
APM-080: Carta Geográfica do Termo de Vila Rica, em que se mostra os arraiais das Catas Altas da Noruega, Itaverava, Carijós (...). [1755-1766].
APM-093 (03): Mapa de São Bartolomeu (MG) – Folha Provisória. 1962.
APM. CMOP, cx. 29, doc. 12: Solicitação de revisão na medição de umas terras que foram dadas a Antônio Dias Soares, por estarem atrapalhando o caminho dos moradores. 17/01/1753.
APM. CMOP, cx. 31, doc. 72: Pagamento de 01 cruzado de ouro referente àpenhora feita pelo não pagamento dos foros em 1753. 16/12/1754.
APM. GER-00007 (01): Preliminary Project for Brazilian Irn & Steel Plant, at the Graminha State, Juiz de Fora, Minas Geraes, Brazil. Set. 1911.
APM. GER-0009 (03): Planta Geral do Chiqueiro do Allemão. S/d.
APM. GER-00083 (01): Planta Geral dos Terrenos desmembrados da Propriedade Usina Wigg. S/d.
APM. GER 1-1 cx. 01, pc.11: Estudo feito pelo engenheiro Anchyses Carneiro Lopes: “Uma política siderúrgica para a Usina Wigg S.A.”. 24/02/1942.
APM. GER 1-1 cx. 01, pc.12: Texto da reportagem publicada no jornal “O Observador econômico e financeiro”, de outubro de 1943 sobre a Mineração e Usina Wigg S.A. 10/1943.

APM. GER 1-2 cx. 05, pc. 05: Arquivamento no Departamento Nacional de Indústria e Comércio da ata da Assembleia Geral de constituição da Mineração e Usina Wigg realizada em 15/07/1940, bem como ata da Assembleia Geral Extraordinária de 30/08/1940 que aprovou reforma de estatutos sociais. Contém o “Estatuto da Sociedade Anônima Usina Wigg” aprovado pela Assembleia Geral de 15/07/1940. 15/08/1940-21/09/1940.

APM. GER 1-2 cx. 08, pc. 07: Descrição da “Fazenda Rodeio” e suas jazidas minerais, antiga “Fazendo do Coelho”. 20/09/1947.

APM. GER 1-2 cx. 08, pc.14: Inventários dos setores (almoxarifado, fazenda, etc) da Mineração e Usina Wigg S/A. 31/12/1949.

APM. GER 2-2, cx. 23, pc. 05: Processo de encampação da Mineração e Usina Wigg S/A pela Siderúrgica Barra Mansa S/A. 03/02/1959-25/08/1972.

APM. GER 2-2, cx. 25, pc. 07: Relação das casas residenciais do departamento de Miguel Burnier (posição em junho de 1983), da Siderúrgica Barra Mansa S/A e o balanço total de despesas do aluguel arrecadado. 15/07/1983.

APM. GER-3, cx. 26, pc. 01: Número 109 do jornal “Edição do Brasil” com reportagem sobre o envolvimento do Grupo Gerdau na “Máfia da Sucata”. 20/08/1984-26/08/1984.

APM. GER-3, cx. 26, pc. 02: Número 109 do jornal “Edição do Brasil” com reportagem sobre o envolvimento do Grupo Gerdau na “Máfia da Sucata”. 20/08/1984-26/08/1984.

APM. SC-09: Registro de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes, provisões e sesmarias (com índice no início). 1713-1717.

APM. SC-96: Registro de cartas de confirmação de sesmarias (com índice no final). 1749-1761.

APM. SC-119: Registro de sesmarias (com índice no final). 1756-1758.

APM. SC-122: Registro de sesmarias (com índice no final). 1758-1759.

APM. SC-146: Registro de cartas de confirmação de sesmaria (com índice no início). 1764-1802.

APM. SC-167: Registro de cartas, circulares e ordens do Governador a diversas autoridades da Capitania. 1769.

APM. SG cx. 04, doc. 07: Requerimento de Francisco da Rocha Brandão, Simão Ribeiro da Silva, Manuel Coelho e demais sócios referentes a título de posse de terra. 28/10/1745.

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP) – Ouro Preto/MG

Catálogo Geral.

Índice do Livro de Aforamento da Prefeitura de Ouro Preto (1900-1936).

Índice do Livro de Aforamento nos 6 e 7 da Prefeitura de Ouro Preto.

Índice dos Livros de Contrato da Câmara Municipal de Ouro Preto e Prefeitura de Ouro Preto.

Relação de Planta do APMOP.

Associação Comunitária de Miguel Burnier (AMOBURNIER) – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG

Documentos diversos (atas).

Associação do Projeto Estação Cultura (ASSOPEC) – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG

Documentos diversos (atas, fotografias, etc.).

Biblioteca Nacional (BN) – Rio de Janeiro/RJ

Casa dos Contos.

Coleção Inconfidência Mineira.

Fundo Cartográfico.

Hemeroteca Digital Brasileira.

Manuscrito.

Casa dos Contos (Centro de Estudos do Ciclo do Ouro / CECO) – Ouro Preto/MG

CECO. Códice 0492, microfilme 104: Batizados da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Vila Rica, séc. XVIII.

CECO. Fundo Fórum, Inventário Judicial, microfilme 2204: Planta – Fazenda dos Caldeirões ou Antônio Dias, Chiqueiro do Alemão, Fazenda da Batinga, do Sande, da Fábrica (...). 1898-1959.

CECO. Fundo Fórum, Inventário Judicial, volume 2855: Registros Torrens – Das terras, mina e benfeitorias da Fazenda dos Caldeirões ou Antônio Dias. 1904-1929.

Casa Setecentista de Ouro Preto (Casa do Pilar – Anexo III do Museu da Inconfidência) – Ouro Preto/MG

Inventário Analítico do Arquivo Criminal do Fórum de Ouro Preto, em Minas Gerais.

Inventário Analítico do Arquivo Judicial do Fórum de Ouro Preto, em Minas Gerais.

Centro de Referência da Cartografia Histórica (CRCH/MHNJB/UFMG) – Belo Horizonte/MG
Cartas, mapas e plantas diversas.

Comunidade de Miguel Burnier – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG
Acervo Fotográfico de Coleção Particular Antônio de Jesus.
Acervo Fotográfico de Coleção Particular Dalila de Fátima Alves.
Acervo Fotográfico de Coleção Particular Marcos Randolfo.

Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) – Belo Horizonte e Ouro Preto/MG
Inquéritos Civis da 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto.
Inquéritos Civis da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico.

Núcleo de Mentalidade e Memória do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (IFAC/ UFOP) – Ouro Preto/MG
Acervo fotográfico (fotógrafo Luiz Fontana).

Santuário do Sagrado Coração de Jesus – Miguel Burnier, Ouro Preto/MG
Livro de Tombo da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus. 1938-atual.

Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (SMCP/PMOP) – Ouro Preto/MG
Documentação diversa do ICMS Cultural.
Livros de Atas do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI). 3 vols. 2003-2018.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (SMMA/PMOP) – Ouro Preto/MG
Livros de Atas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Ouro Preto (CODEMA). 2 vols. 2005-2018.

7.7.2. Acervo on-line

Arquivo Nacional (AN) – Rio de Janeiro/RJ
Fundo Casa dos Contos (BR RJANRIO 0M).
Fundo Casa dos Contos. Avulsos (BR RJANRIO 0M.AVU).
Fundo Casa dos Contos. Códices (BR RJANRIO 0M.COD).

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM) – Mariana/MG
Inventários.
Testamentos.
AHCSM. Códice 128, Auto 2685: Inventariado LEITE, Francisco Paes de Oliveira, Dr. / Inventariante MACIEL, Domingos Alves de Oliveira Maciel, capitão-mor. 1815.
AHCSM. Códice 37, Auto 0861: Inventariado MACIEL, Ana Clemencia de Oliveira / Inventariante Manoel Dias Paes Leme, tenente-corone. 1856.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Lisboa/Portugal
Coleção Casa dos Contos – Minas Gerais.
AHU. Minas Gerais, cx. 57, doc. 7: Decreto de D. José I, nomeando José Álvares Maciel para o cargo de escrivão das Execuções de Vila Rica. Lisboa, 04/11/1750.
AHU. Minas Gerais, cx. 59, doc. 35: Decreto de D. João V, concedendo a José Alves Maciel a serventia do ofício de escrivão dos Órfãos da Vila de São João Del Rei, Comarca do Rio das Mortes. Lisboa, 14/02/1752.
AHU. Minas Gerais, cx. 62, doc. 73: Decreto de D. José I, fazendo mercê do ofício de escrivão das Execuções de Vila Rica do Ouro Preto a José Álvares Maciel. Lisboa, 14/05/1753.
AHU. Minas Gerais, cx. 66, doc. 7: Carta do desembargador Tomás Roby de Barros Barreto, intendente dos Diamantes, ao rei D. José I, acerca dos administradores do contrato de Diamantes, José Álvares Maciel, João Fernandes de Oliveira e Manuel Mateus Tinoco. Tejuco, 05/11/1754.
AHU. Minas Gerais, cx. 69, doc. 47: Decreto de D. José I, prorrogando por mais seis meses o exercício de José Álvares Maciel na serventia do ofício de escrivão das Execuções de Vila Rica. Lisboa, 27/02/1756.
AHU. Minas Gerais, cx. 71, doc. 20: Decreto de D. José I, provendo José Álvares Maciel no posto de escrivão das Execuções de Vila Rica. Belém, 24/01/1757.

AHU. Minas Gerais, cx. 73, doc. 18: Consulta (fragmento) do Conselho Ultramarino sobre a prorrogação do cargo de escrivão das Execuções de Vila Rica, José Álvares Maciel. Lisboa, 27/02/1758.
AHU. Minas Gerais, cx. 75, doc. 18: Decreto de D. José I, prorrogando o exercício de José Álvares Maciel no cargo de escrivão dos Órfãos da Vila de São João Del Rei. Lisboa, 28/01/1760.
AHU. Minas Gerais, cx. 75, doc. 45: Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de José Álvares Maciel, escrivão das Execuções de Vila Rica de Ouro Preto, a respeito da restituição dos direitos que tinha pago na Provedoria das Minas Gerais, por já os ter pago na Corte. 11/03/1760.
AHU. Minas Gerais, cx. 85, doc. 04: Requerimento de Domingos Ferreira da Veiga e de outros, arrematantes do contrato das Entradas das Minas de 1759 a 1761, pedindo para mandar soltar da prisão o caixa José Álvares Maciel, para tratar das cobranças do contrato, a fim de efetuar o pagamento a Real Fazenda. 05/01/[1765].
AHU. Minas Gerais, cx. 85, doc. 13: Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de Domingos Ferreira da Veiga e de outros, pedindo que seja solto da prisão o caixa José Alves Maciel. Lisboa, 17/01/1765.
AHU. Minas Gerais, cx. 88, doc. 46: Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para o Conde de Oeiras, enviando uma carta do desembargador Manuel da Fonseca Brandão, de 23/08/1766, pela qual se observam os débitos a Real Fazenda, principalmente os dos contratadores Manuel Ribeiro dos Santos, José Álvares Maciel e João de Sousa Lisboa. Vila Rica, 16/09/1766.
AHU. Minas Gerais, cx. 91, doc. 83: Certidão de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, confirmando que o capitão José Alves Maciel fez entrar, na Real Casa de Fundição de Vila Rica, mais de 9 arrobas de ouro. Vila Rica, 18/12/1767.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) – Rio de Janeiro/RJ
Base de Dados Accessus.
CPDOC-FGV. AFM foto 03841: Franco Montoro e Lucy Montoro em comemoração dos 65 anos do Grupo Votorantim. São Paulo, 27/12/1983.

Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
Processos Minerários.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Banco de Dados Geodésico.

Biblioteca (censos, mapas, publicações).

Coleção Documentos Cartográficos.

Sistema de Recuperação Automática (SIDRA).

Síntese dos Indicadores Sociais (SIS).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Arquivo Noronha Santos.

7.3. Fontes eletrônicas

Brasiliana Eletrônica: http://www.brasiliana.com.br/.

Doares de Campanha: http://www.doadoresdecampanha.com.br/.

Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG): http://gestaprod.lcc.ufmg.br/.

Portal Memória Votorantim: http://www.memoriavotorantim.com/.

Projeto Estação Cultura – Miguel Burnier: http://www.projetoestacao.blogspot.com.br/.

Programa REFLORA/CNPq: http://reflora.jbrj.gov.br/.

Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON): https://www25.senado.leg.br/web/atividade/legislacao.

Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM): http://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/index.jsp.

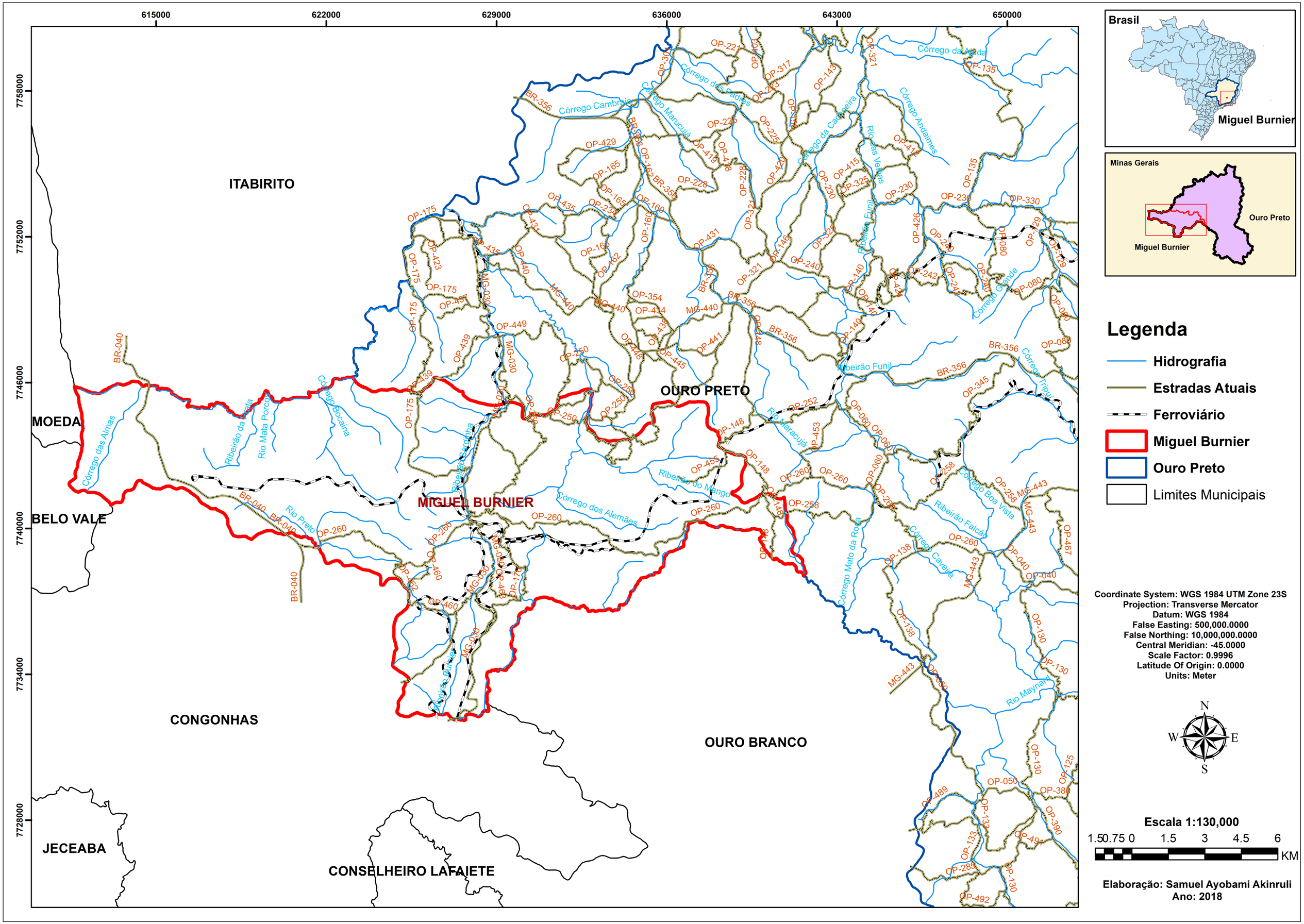
Tribunal Superior Eleitoral: http://www.tse.jus.br.

U.S. Geological Survey (USGS): https://www.usgs.gov/.

******

8. APÊNDICES

8.1. Mapa de Acessos e Hidrografia de Miguel Burnier. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.



615000
622000
629000
636000
643000
650000
7758000
7752000
7746000
7740000
7734000
7728000
ITABIRITO
OURO PRETO
MOEDA
BELO VALE
MIGUEL BURNIER
CONGONHAS
OURO BRANCO
JECEABA
CONSELHEIRO LAFAIETE
Brasil
Miguel Burnier
Minas Gerais
Ouro Preto
Miguel Burnier
Legenda
Hidrografia
Estradas Atuais
Ferroviário
Miguel Burnier
Ouro Preto
Limites Municipais
Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter
N
W
E
S
Escala 1:130,000
1.5 0.75 0 1.5 3 4.5 6
KM
Elaboração: Samuel Ayobami Akinruli
Ano: 2018

8.2. Mapa das Estruturas do Empreendimento do Complexo Minerário de Miguel Burnier da Gerdau S. A., 2013. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

615000 622000 629000 636000 643000

7746000 7740000 7734000

N W E S

ITABIRITO

MOEDA

BELO VALE

CONGONHAS

OURO BRANCO

Córrego das Almas

Rio Mata Porcos

Córrego Bocaina

Ribeirão Sardinha

Ribeirão do Mango

Rio Maracujá

Ribeirão da Prata

Rio Preto

Córrego dos Alemães

Ribeirão Brumer

Fábrica

Lagoa dos Porcos

MIGUEL BURNIER

OURO PRETO

Azin

Vila Barra Mansa

Sede Urbana

Papa-Cobras

Vigia

Bocaina

Usina

Hargreaves

Mota

Calastróis

Retiro

Rodeio de Cima

Rodeio de Baixo

Crockatt de Sá

Soledade

Reserva Legal

Áreas em pesquisa geológica

Barragem

Cava

Pilhas de estéril

Área destinada a escritórios e pilhas de produtos

Futuras Instalações

Unidade de Conservação

Brasil

Miguel Burnier

Minas Gerais

Ouro Preto

Miguel Burnier

Legenda

Hidrografia
Ferroviário

GERDAU S.A

Área da Gerdau até 2013
Barragem
Cava

Futuras Instalações
Pilhas de estéril
Reserva Legal
Unidade de Conservação
Área destinada a escritórios e pilhas de produtos
Áreas em pesquisa geológica
Miguel Burnier
Ouro Preto
Limites Municipais

Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter

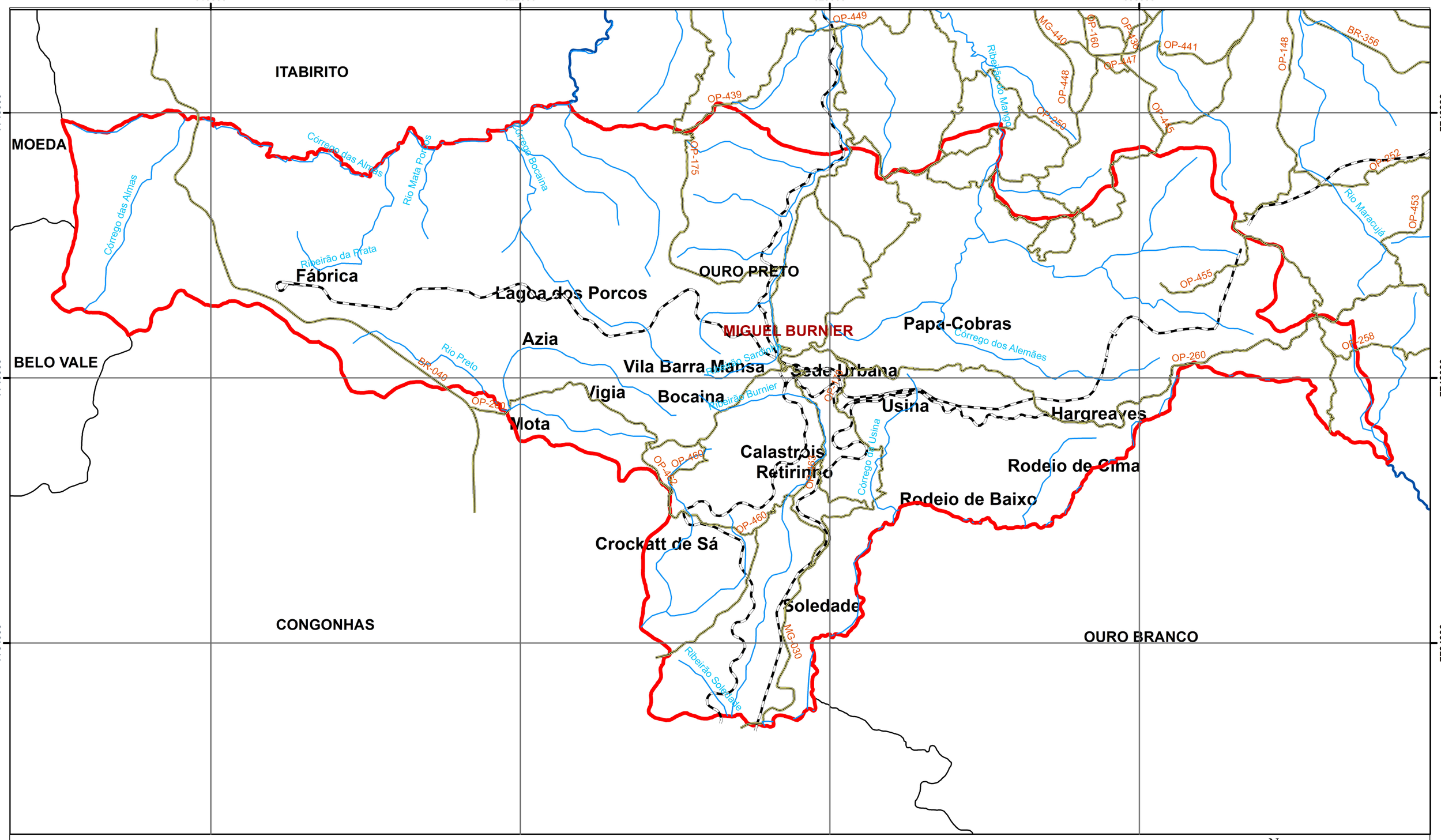
Escala 1:80,000

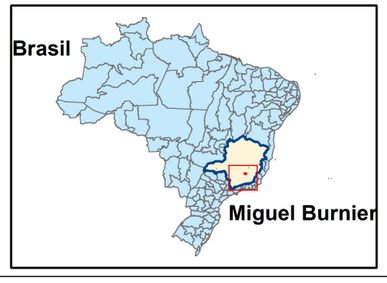
1 0.5 0 1 2 3 4 KM

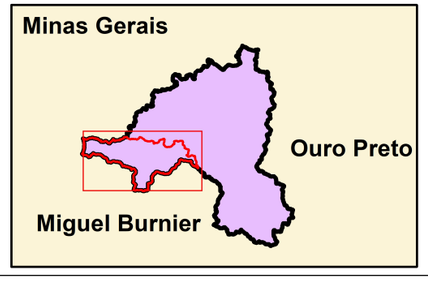
Fontes :
1. IBGE Levantamento de 1966. Carta do Brasil - Supretendência de Geodêsia e Cartografia -Folhas SF.23-X-A-III-3 e SF.23-X-A-III-4;ESC 1:50 000
2. IBGE. Banco de dados geodésico;
3. Dados de campo

Elaboração: Samuel Ayobami Akinruli
Ano: 2018

8.3. Mapa de identificação do território de Miguel Burnier. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.







Legenda

- Hidrografia
- Estradas Atuais
- Ferroviário
- Miguel Burnier
- Ouro Preto
- Limites Municipais

Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter

Fontes :
1. IBGE Levantamento de 1966. Carta do Brasil - Supretendência de Geodêsia e Cartografia -Folhas SF.23-X-A-III-3 e SF.23-X-A-III-4;ESC 1:50 000
2. IBGE. Banco de dados geodésico;
3. Dados de campo

N
W E
S

1 0.5 0 1 2 3 4 KM

Escala 1:80,000

Elaboração: Samuel Ayobami Akinruli
Ano: 2018

8.4. Mapa com as coordenadas dos estudos anteriores (licenciamento ambiental e ICMS Cultural), adicionado das nossas coordenadas de trabalho de campo em 2013-2014 e em 2017-2018. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

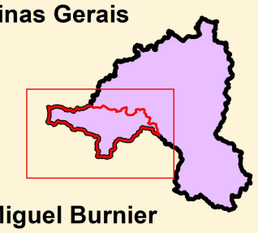
615000
622000
629000
636000
7752000
7746000
7740000
7734000
7728000
Fabrica Patriótica
Lagoa dos Pocos
Azia
Represa Papa - Cobras
Fazenda Barra Mansa
Usina Wigg
Fazenda dos Alemães
Cemitério da Sede Miguel Burnier
Pico do Vigia
Mota
Serra da Bocaina
Vila Barra Mansa
Usina Barra Mansa
Cemitério Novo
Cemitério Velho
Igreja de Calastróis
Fazenda Rodeio de Cima
Morro do Gabriel
Bocaina
Vila Ema
Crockatt de Sá
Rodeio de Baixo
Serra do Ouro Branco
Seminário Lago Soledade

Brasil



Miguel Burnier

Minas Gerais



Miguel Burnier

Legenda

- Pontos de estudos anteriores
- Pontos 2013/2014
- Pontos 2017/2018
- Referência Cultural
- Ferroviário
- Miguel Burnier
- Ouro Preto

N
W
E
S

Escala 1:100,000

20 10 0 20 40 60 80 KM

Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter

Fontes :
1. IBGE Levantamento de 1966. Carta do Brasil - Supretendência de Geodêsia e Cartografia -Folhas SF.23-X-A-III-3 e SF.23-X-A-III-4;ESC 1:50 000
2. IBGE. Banco de dados geodésico;
3. Dados de campo

Elaboration: Samuel Ayobami Akinruli.
Ano: 2018

8.5. Mapa com as algumas referências culturais de Miguel Burnier. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

615000 622000 629000 636000 643000

7752000 7746000 7740000 7734000 7728000

ITABIRITO

MOEDA

BELO VALE

OURO PRETO

CONGONHAS

OURO BRANCO

JECEABA

CONSELHEIRO LAFAIETE

Córrego das Almas

Ribeirão da Prata

Rio Mata Porcos

Córrego Bocaina

Córrego da Prata

Córrego da Cachoeira

Rio Maracujá

Ribeirão do Mango

Córrego dos Alemães

Ribeirão Sardinha

Rio Preto

Ribeirão Burger

Fabrica Patriótica

Lagoa dos Porcos

Azia

Pico do Vigia

Mota

Serra da Bocaina

Usina Wigg

Fazenda Barra Mansa

Fazenda dos Alemães

Vila Barra Mansa

Usina Barra Mansa

Cemitério Novo

Cemitério Velho

Igreja de Calastróis

Fazenda Rodeio de Cima

Morro do Gabriel

Rodeio de Baixo

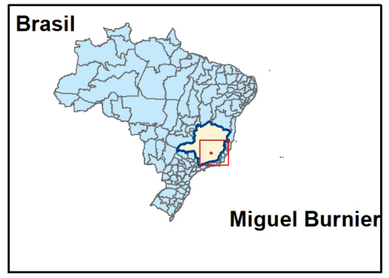
Serra do Ouro Branco

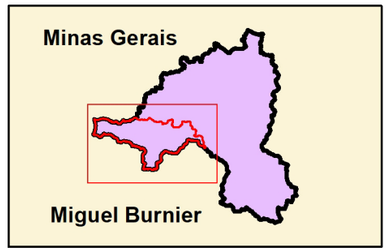
Seminário Lago Soledade

Bocaina

Vila Ema

Crockatt de Sá





Legenda

- Referência Cultural
- Hidrografia
- Estradas Atuais
- Ferroviário
- Miguel Burnier
- Ouro Preto
- Limites Municipais

Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter

N W E S

Escala 1:98,000

20 10 0 20 40 60 80 KM

Fontes :
1. IBGE Levantamento de 1966. Carta do Brasil - Supretendência de Geodêsia e Cartografia -Folhas SF.23-X-A-III-3 e SF.23-X-A-III-4;ESC 1:50 000
2. IBGE. Banco de dados geodésico;
3. Dados de campo

Elaboration: Samuel Ayobami Akinruli

Ano: 2018

8.6. Mapa com recorte de uma área do Sítio Arqueológico da Fazenda dos Caldeirões. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

629600 629700 629800 629900 630000 630100

7738800 7738700 7738600 7738500 7738400

Corrego dos Calastrois

Igreja de Calastróis

Cava Antiga

Barracão do Mata

Cemitério Novo

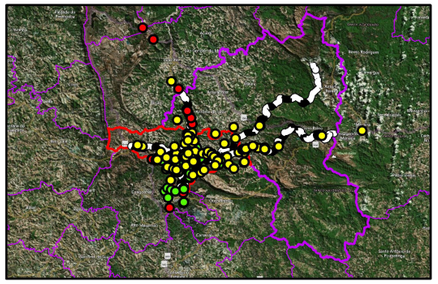
Cemitério Velho

Corrego dos Calastróis

Brasil



Miguel Burnier



Legenda

- Barracão do Mato
- Pontos de estudos anteriores
- Pontos 2013/2014
- Pontos 2017/2018
- Referência Cultural
- Ferroviário
- Miguel Burnier
- Ouro Preto

N W E S

Escala 1:100,000

0.04 0.02 0 0.04 0.08 KM

Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter

Fontes :
1. IBGE Levantamento de 1966. Carta do Brasil - Supretendência de Geodêsia e Cartografia -Folhas SF.23-X-A-III-3 e SF.23-X-A-III-4;ESC 1:50 000
2. IBGE. Banco de dados geodésico;
3. Dados de campo

Elaboração: Samuel Ayobami Akinruli.
Ano: 2018

8.7. Mapa com georreferenciamento de uma área da Fazenda dos Caldeirões ou Fazenda Antônio Dias em 1900. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018



Legenda

- Hidrografia
- Pontos de estudos anteriores
- Pontos 2013/2014
- Pontos 2017/2018
- Ferroviário

N
W E
S

Escala 1:10,000

0.2 0.1 0 0.2 0.4 KM

Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter

Fontes :
1. APM.-GER-00002(04)
2. IBGE. Banco de dados geodésico
3. Dados de campo

Elaboração: Samuel Ayobami Akinruli.
Ano: 2018

8.8. Mapa com georreferenciamento de uma área dos terrenos pertencentes à Carlos G. Wigg em 1901. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.

629000

630000

7739000

7738000

Sede da Fazenda dos Calderões

Moinho

Brasil

Miguel Burnier

Legenda

Estradas

Ferroviário

N

W

E

S

Escala 1:6,000

0.1 0.05 0 0.1 0.2

KM

Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter

Fontes :
1. APM.-GER-00002(02)
2. IBGE. Banco de dados geodésico
3. Pesquisa de campo

Elaboração: Samuel Ayobami Akinruli.
Ano: 2018

8.9. Mapa com georreferenciamento de uma área dos terrenos pertencentes à Carlos G. Wigg em 1901. Elaboração: Samuel A. Akinruli, 2018.



627000
627500
628000
628500
629000
629500
630000
630500
631000
631500
7741500
7741000
7740500
7740000
7739500
7739000
7738500
7738000
7737500
Fazenda São Julião dos Caldeirões ou Antonio Dias
José Coelho Barbosa
Terras de Vicente Barbosa
Fazenda São Julião dos Caldeirões ou Antonio
Sande
ABCD parte que coube na divisão de 1812.
Sande
Roça
Desbarrancado
Desbarrancado
Desbarrancado
Desbarrancado
Caza de Alves Góes
Tapera do Cap. mór Maciel
Brasil
Miguel Burnier
Legenda
Estrada_MB_Clip
N
W
E
S
Escala 1:15,000
0.3 0.15 0 0.3 0.6
KM
Coordinate System: WGS 1984 UTM Zone 23S
Projection: Transverse Mercator
Datum: WGS 1984
False Easting: 500,000.0000
False Northing: 10,000,000.0000
Central Meridian: -45.0000
Scale Factor: 0.9996
Latitude Of Origin: 0.0000
Units: Meter
Fontes :
1. APM.-GER-00002(04)
2. IBGE. Banco de dados geodésico
3. Dados de campo
Elaboração: Samuel Ayobami Akinruli.
Ano: 2018

9. ANEXOS

9.1. Antigo Álbum de Fotografias de São Julião e da Usina Wigg (extraviado)



Figura 270 – Casas da 3ª Secção, Kilometro 498, ramal de Ouro Preto mostrando a casa da residência do médico, do farmacêutico e outras.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 283.



Figura 271 – Plataforma de carregamento da 4ª Secção, mostrando, também, à extrema esquerda, o depósito de carregamento, direto nos vagões da Central e a ponte que se liga a ele, comunicando um plano inclinado condutor de minério produzido em uma galeria a 40 m, abaixo do nível da estrada de ferro, ambos contendo minério a ser expedido (Kilometro 499, Ramal de Ouro Preto, Central do Brasil). Fonte: BRANDT, PCA, 2004, p. 54.



Figura 272 – Vista geral das instalações da 6ª Secção; plataforma de carregamento dos vagões da Central, etc.; Escritório Geral, Almoxarifado e Oficinas de Reparos, Kilometro 501, Ramal de Ouro Preto, Central do Brasil.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 284.



Figura 273 – Outra vista de dependências da 6ª Secção, abrangendo a casa de residência do Gerente (à esquerda); telheiros dos Esquadeiros; Pátio de depósito de madeira e materiais, etc.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 284.



Figura 274 – Vista geral do alto-forno, oficinas, escritório, casas de moradias, etc., das instalações, metalúrgicas, da 11.ª Secção, Estação de Burnier; vendo-se, ao fundo, o morro da fonte atual de suprimento de minério de ferro daquele alto-forno.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 284.

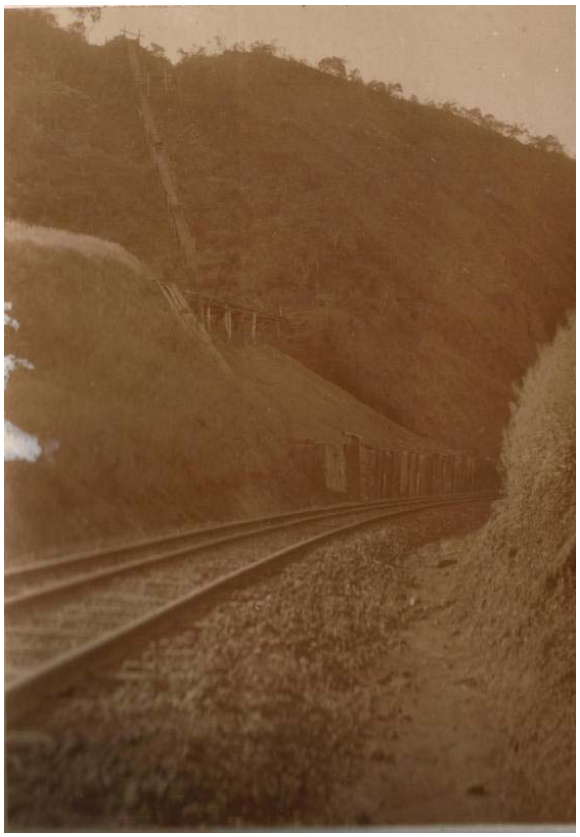


Figura 275 – Plataforma da 1.ª Secção, com pilha de minério aguardando expedição, no Kilometro 495, Central do Brasil, Centro, vendo-se, ao fundo, uma instalação de Calhas de ferro, numa altura aproximada de 50 metros, por onde desce o minério que vem aquela plataforma.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 285.

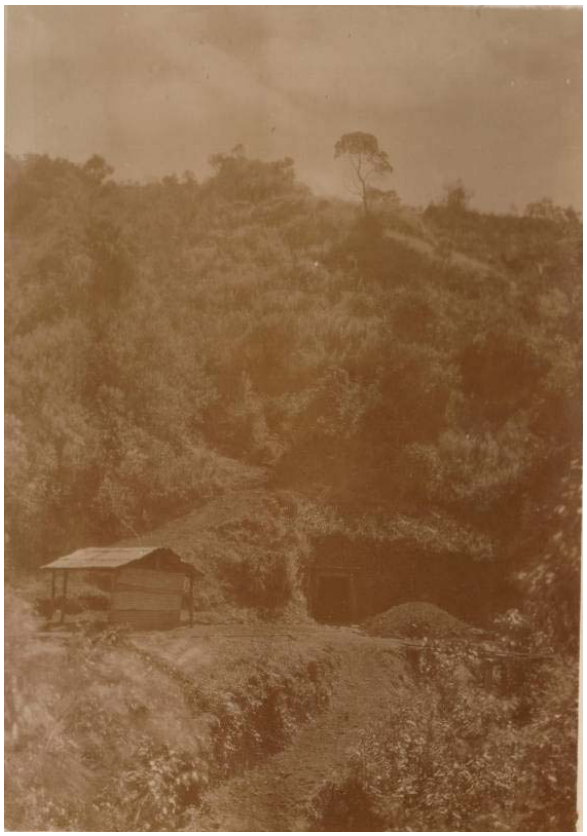


Figura 276 – Galeria “T N” da 14ª Secção, á 40 metros abaixo do nível da Central, Kilometro 499, da Central do Brasil, Ramal Linha de Ouro Preto Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 285.



Figura 277 – Pilha de Minério de Manganez (15/16,000 toneladas) existentes à 6ª Secção, posto a respectiva plataforma de carregamento Ramal.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 285.



Figura 278 – Plataforma e depósito de carregamento acha-se com sua lotação completa. Ali existente, automático, a beira 501 da linha do Ramal de Ouro Preto, Central do Brasil, Kilometro 503, mostrando o minério ali aguardando expedição. Atrás desse depósito vê-se a cobertura do Shaft pelo qual é elevado, por energia elétrica, o minério produzido na galeria subterrânea e tendo seu respectivo despejo, diretamente, naquele depósito automático.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 285.



Figura 279 – Maquinários acionados por energia elétrica, das Oficinas de reparações da 6ª Secção.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 286.



Figura 280 – Outra vista das Oficinas de reparações da 6ª Secção; Secção de Ferreiros. Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 286.



Figura 281 – Represa d'água que serve a Estação hidrelétrica de "Papa-cobras".
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 286.



Figura 282 – Canalização d'água da instalação hidrelétrica de "Papa- Cobras", no seu trecho central.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 286.



Figura 283 – Outra vista da canalização d'água da instalação hidrelétrica de "Papa-Cobras"; trecho inicial da tomada d'água na respectiva represa.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 286.



Figura 284 – Estação geradora da instalação hidrelétrica do "Papa-Cobras.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 286.

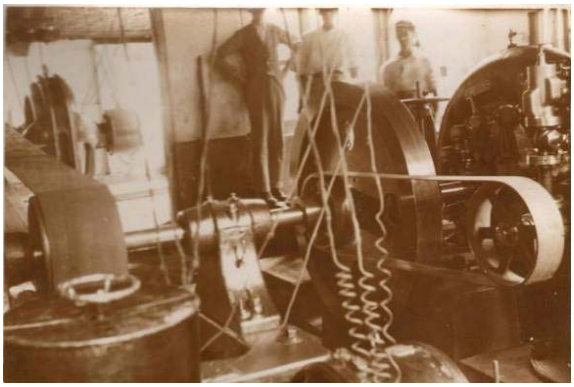


Figura 285 – Vista interna da Estação geradora de energia do "Papa-Cobras", vendo-se à direita, a sua turbina "Pelton" e seu regulador automático, e à esquerda, o respectivo gerador de energia elétrica.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 287.

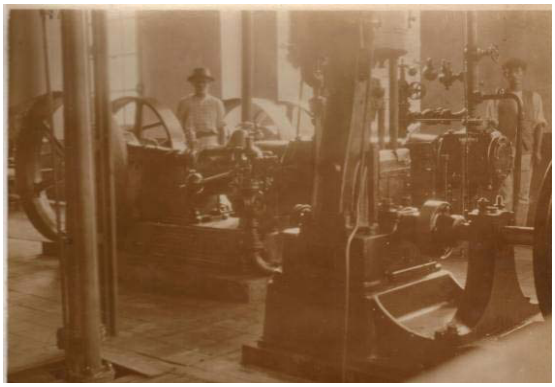


Figura 286 – Diversos maquinários da Estação distribuidora da 9.a Secção, destacando-se á esquerda, os dois compressores de ar, ligados á seus respectivos motores elétricos, e, á direita, motor vertical (subsidiário) a vapor.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 287.

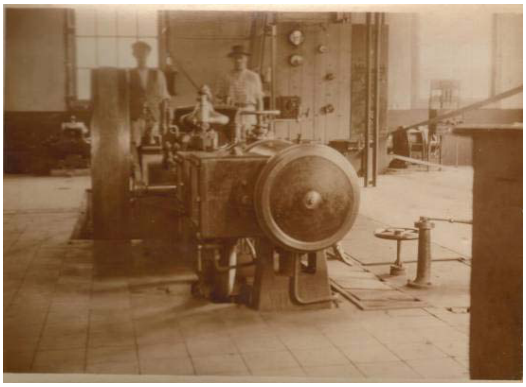


Figura 287 – Outra vista dos maquinário da Central, distribuidora da 9.a Secção; vendo-se, a esquerda, motor horizontal à vapor (auxiliar), ligado a um pequeno gerador elétrico (também subsidiário); e, a direita, um dos motores elétricos que acionam os compressores de ar e, ao centro, o quadro de distribuição de energia elétrica. Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 287.
.



Figura 288 – Entrada da galeria “T N”, galeria esta que visa a drenagem natural de outras, que se acham a nível superior. 9.a secção, cerca de 80 metros abaixo do nível da linha férrea da Central do Brasil, Ramal do Ouro Preto, e cerca de150 metros abaixo do tope do respectivo morro, que ali se vê. A esquerda, coberta de esquadreiro e casas dos operários ali trabalhando.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 287.



Figura 289 – Galeria P, 9ª Secção, cerca de 25 metros acima do nível da galeria “T. N.”, representa em outra gravura; Escritório do ponto de Mina e deposito dos gasômetros usados pelos operários; cobertas de esquadreiros e dos animais de tração nos serviços das Minas.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 288.

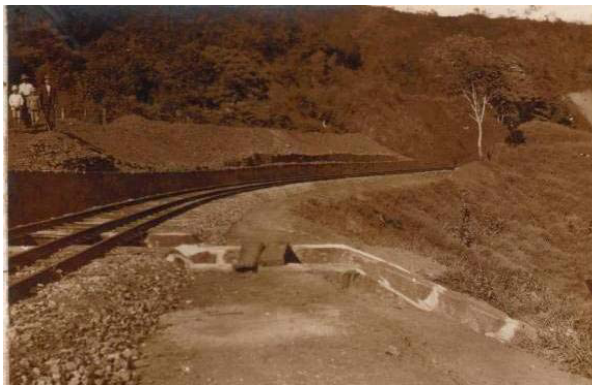


Figura 290 – Pilha de minério da galeria “J”, em depósito na plataforma de carregamento nos vagões da Central, no Kilometro 504 desta.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 288.

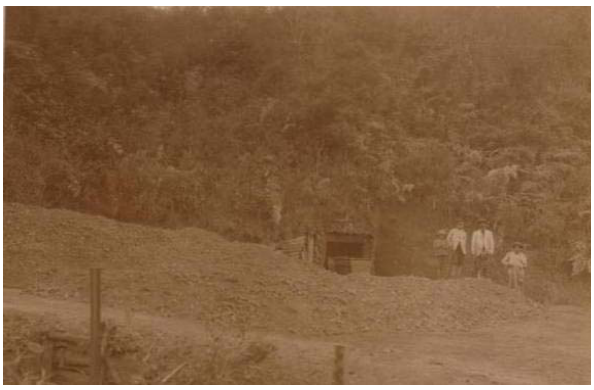


Figura 291 – Pilha do minério existente à boca da galeria “S. 1”, da 4ª Secção, próximo ao Kilometro 500 da linha da Central do Brasil, Ramal de Ouro Preto. Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 288.



Figura 292 – Plataforma de carregamento dos vagões da Central, 5ª Secção, Kilometro 500, da Central do Brasil, Ramal de Ouro Preto, aguardando expedição. Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 288.



Figura 293 – Carros de boi, vacas com suas crias, etc.; 185 cabeças. Embaixo, paiol de milho, carros de bois e diversas cobertas, etc.
Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 288.



Figura 294 – Pilha de minério existente á boca da galeria “K W”, da 1.ª Secção, 100 metros acima do nível da linha do centro da Central do Brasil, no Kilometro 495 desta. Esta galeria encontra-se cerca de 500 metros de afastamento da Central, por rampa mais ou menos uniforme. Ao longe se vê morros de minério de ferro, outros que não o da fonte de suprimento do Alto Forno de Burnier, representados em outra gravura. Fonte: BRANDT, 05/2007, p. 288.

******